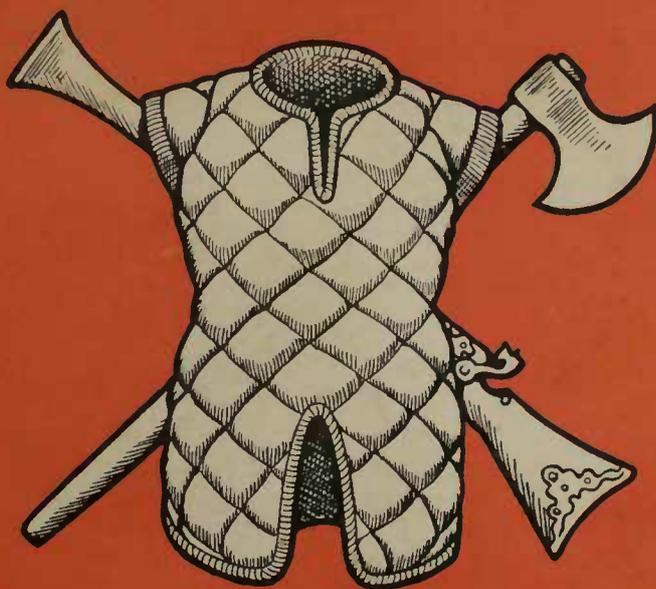


AFFONSO DE E. TAUNAY



HISTÓRIA DAS  
BANDEIRAS  
PAULISTAS

TOMO I



EDIÇÕES MELHORAMENTOS

Le ne fay rien  
sans  
**Gayeté**

*(Montaigne, Des livres)*

Ex Libris  
**José Mindlin**

Alto Dr. José E. Mindlin con mi<sup>to</sup> agrado  
as divulgadas de novas courses literarias  
en tota bona creche.

affonso de E. Tannay

Elant 19 de agosto de 1953



AFFONSO D'E. TAUNAY

---

# HISTÓRIA DAS BANDEIRAS PAULISTAS

*Tomo I*



EDIÇÕES MELHORAMENTOS

Todos os direitos reservados pela  
**COMP. MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO,**  
*Indústrias de Papel*  
Caixa Postal 8120 — São Paulo

7/V-3

Nos pedidos telegráficos basta citar o n.º 2354

*Tempo houve em que, no interior do Brasil não se avistava uma única choupana, em que as feras entre si disputavam a posse da terra. Foi então que os paulistas o percorreram em todos os sentidos. Várias vezes penetraram no Paraguai, descobriram o Piauí, as minas de Sabará e Paracatu, internaram-se nas vastas solidões de Cuiabá e de Goiás, chegaram ao Maranhão e ao Amazonas e, tendo galgado a cordilheira peruana, atacaram os espanhóis no âmago de seus domínios.*

*Quando, por experiência própria, se sabe quanta fadiga, provações e perigos ainda hoje esperam o viajor que se aventura nestas regiões longinquas e depois se conhecem os pormenores das jornadas intermináveis dos antigos paulistas, fica-se como estupefato e levado a crer que estes homens pertenciam a uma raça de gigantes.*

Augusto de Saint-Hilaire (1820).

*Entretanto crescia uma raça de homens, ferozes sim e intratáveis, mas que com a mistura do sangue indígena, adquiriram incansável atividade constitucional.*

*Enquanto os espanhóis, no Paraguai, deixavam-se ficar onde os pusera Irala, trataram de resto, as descobertas que os primeiros conquistadores haviam feito, viam, indiferentes, perderem-se, cobertas de vegetação nova, as picadas que estes tinham aberto, continuavam os brasileiros, por dois séculos, a explorar o país. Meses e meses passavam estes obstinados aventureiros, pelas florestas e serranias, a caçar escravos ou a procurar ouro e prata, seguindo as informações dos índios. E afinal, lograram assegurar-se, a si e à Casa de Bragança, as mais ricas minas, a maior extensão da América do Sul, de toda a terra habitável, a região mais formosa.*

Roberto Southey (1819).

*Apesar da falta de geografia, cuja ciência totalmente ignoravam todos os antigos paulistas, sem outro adjutório mais do que o Sol, penetraram na maior parte dos incultos sertões da América, conquistando nações bárbaras.*

*Uns se entranhavam aos sertões dos Goiazes até o rio das Amazonas; outros aos da costa do mar desde o rio dos Patos até o rio da Prata, entranhando-se pelo centro até o rio Uruguai e Tibagi. E subindo pelo Paraguai até o Paraná onde deságua o rio Tietê ou Anhembí.*

*Atravessaram muitas vezes o sertão vastíssimo além do rio do Paraguai e cortando a sua cordilheira se acharam no Reino do Peru. Tinham os sertanistas de pelejar com os inimigos e com os elementos: estes armados com os rigores do tempo e aquêles revestidos de cólera e de ódio. Poderia acobardá-los a falta dos mantimentos, se já não estivessem bem acostunados com as agrestes frutas dos sertões incultos, com o mel silvestre de suas abelhas, com as amêndoas das variedades dos cocos dos matos, com os palmitos doces e amargosos, e com as raízes das plantas conhecidas capazes de digestão.*

*Onde podiam encontrar remédio para a fome achavam aumento para a fama sempre mais grata a quem vencía homens que a quem matava feras.*

Pedro Taques

*De la lealtad á Vuestra Magestad de los portugueses de San Pablo siempre se dudó de sus intentos de conquistar el Pirú consta papeles autenticos, y de otras personas zelosas del servicio de Vuestra Magestad por las cuales consta haberen llegado al paso de Santa Cruz de la Sierra, tierra ya vecina á Potosi; que la villa de San Pablo y otras circunvecinas, echen quatro y cinco compañías de quatrocientos y quinientos hombres mosqueteros, con quatro mil y mas indios flecheros, gente muy belicosa y bestial es cierto porque el suplicante y otros religiosos, sus com-*

pañeros los han visto, varias veces, por aquellos campos marchar con mucha orden de guerra en que estan muy ejercitados. Y tanto en andar á pie y descalzos, que como pudieran por las calles desta Corte, caminau por aquellas tierras, y valles, sin ningun estorbo, trecientas y quatrocientas leguas, sin que jamas les falte la comida, porque saben coger el tiempo en que los piñones estan sazonados, y los parages donde han de hacer provision.

Y si quando reputados estos portugueses por vasallos de Vuestra Magestad, se hacia este discurso para la seguridad de aquella tierra, aora que ya tan libremente han hecho plaza de sus dañados designios, que juicio se haverá entan apreato caso que obliga á buscar remedio ó entregar la tierra.

Pe. António Ruiz de Montoya.  
Memorial a Filipe IV, 1643.

*A gente da capitania de São Vicente e São Paulo e seus cabos nas jornadas do Sertão preferem a todos do Brasil.*

Governador-Geral Alexandre de Sousa Freire.  
Carta ao Príncipe Regente Dom Pedro, 1669.

*Estes portugueses de San Pablo viven sin freno del respecto y del temor del castigo de los Governadores del Brasil.*

*Son gente como sublevada y foragida que tienen por costumbre cometer entradas y robos en las Provincias de nuestra Corona.*

*Por la grande distancia que se hallan de la Vahya de Todos los Santos, sitio onde reside el Governador General del Brasil apenas le reconocen y obedezem viviendo con grande desenfrenamiento, falta de respecto y amor a la Justicia.*

*Quando las audiencias embian algun Oydor a castigar delinquentes suelen des-pedir-le con amenazas.*

Abade D. Maserati,  
embaixador de Espanha em Lisboa a Carlos II (1678).

*Para acompanharem D. Rodrigo de Castel Blanco ao sertão até à serra de Sabarabuçu, não tinha para isso préstimo infantaria alguma do Brasil, não sendo paulistas, como a experiênciã tem mostrado.*

António Pais de Sande,  
governador do Rio de Janeiro, a Dom Pedro II (1693).

*A vila de São Paulo conta em seu recôncavo mais sete vilas e tôdas terão vinte mil vizinhos. A causa de não quererem consentir algumas vêzes os ouvidores do Rio de Janeiro para que persistam na dita vila, pôsto que os deixem entrar nela em correição é que sendo amantes da justiça experimentavam que estes ouvidores, a alguns criminosos que nela se acolhem, os multam a dinheiro sem lhes darem o castigo, que por seus crimes merecem, com que os ouvidores publicam, que estes moradores lhes não consentem fazer ali estas vexações.*

*Em vários tempos, tôdas as vêzes que foram chamados para o serviço de Sua Alteza, o fizeram com muita prontidão, assim como as pessoas, como com o socorro de mantimentos, que se experimentou no sítio da Bahia e guerras de Pernambuco, em que tiveram diferentes encontros com o inimigo, cortando aquêles sertões e fazendo-lhe grande dano.*

*Desta vila saiu o Mestre de Campo António Rapôso, em descobrimento dos sertões empenhando-se de tal modo, que vindo a parar em Quito, daí pelo rio das Almazonas veio sair ao Maranhão, em cuja viagem passaram grandes trabalhos e gastaram mais de três anos.*

*Estes moradores são aquêles que, por várias vêzes vieram à Bahia a desbaratarem o gentio Tapuia que lhes destruiu o Recôncavo. Estes mesmos desbarata-*

*ram todo o gentio que assistia em parte do Sul para poderem os portugueses viverem seguramente em suas fazendas e casas, como fazem atualmente sem moléstia alguma.*

Dr. Sebastião Cardoso de Sampaio,

Ouvidor-Geral da Repartição do Sul. Plenária informação para S. A. o Príncipe Regente sobre a gente de São Paulo, distrito do governo do Rio de Janeiro, de seus serviços e progressos no descobrimento do sertão. Lisboa, 1674.

*Para este gênero de guerra do sertão nem a infantaria paga nem a da ordenança, se acham nunca ser capaz, de que é bem sabido exemplo a guerra que na capitania da Bahia fizeram os bárbaros que a oprimiam.*

*Por maiores que foram no decurso de quarenta anos os esforços de várias tropas da infantaria, e ordenanças que pretenderam opor-se à sua ferocidade, nunca se conseguiu efeito algum.*

*E sempre os moradores do seu Recôncavo padeceram sem remédio mais repetidos estragos em suas vilas e fazendas, até mandar o Governo-Geral vários paulistas, gente costumada a penetrar sertões e tolerar as fomes, sédes, e inclemências dos climas, e dos tempos, de que não tem uso algum os infantes nem os milicianos, a quem falta aquela disciplina e constância.*

*As patentes dos postos de infantaria pagas proíbe El-Rei meu Senhor, expressamente, darem-se a quem não tiver ao menos dez anos efetivos de serviço. E se as concedi aos Paulistas foi por aquêle incomparável serviço que fizeram a Sua Majestade em vir de São Paulo, à sua custa, tantas centenas de léguas por esses sertões, em muitas partes estéreis, sem água e sem nenhum gênero de caça, sustentando-se de raízes, para a empresa dos Palmares, tão inacessíveis aos pernambucanos.*

*E ao menor aceno de uma ordem deste governo deixavam a sua conveniência e voltavam as armas à guerra do Rio Grande, com cujos bárbaros pelejaram tantas vezes fazendo vitoriosas as de Sua Majestade e tempo que tão oprimidas estavam das hostilidades inimigas. E bastou o seu valor e fama para os bárbaros perderem a insolência e tomar a guerra outro semblante.*

Dom Frei Manuel da Ressurreição,

Arcebispo da Bahia e Governador-Geral do Brasil.

*A tradição heróica das entradas constitui o único aspecto original da nossa história.*

Euclides da Cunha.

*Numa epopéia capaz da tuba épica, iria surdir o mundo novo e a estirpe dos paulistas, filhos intratáveis do cruzamento entre o gênio europeu e a energia americana, de uma constituição à prova do medo e uma atividade inacessível ao cansaço.*

*Entregues à corrente do Tietê, de rio em rio, de serra em serra, de planura em planura, as suas expedições iam ter ao Cuiabá, ao Paraguai, arrebatando a Castela, para a casa de Bragança, a maior extensão da América do Sul, a região mais formosa de toda a terra habitável. Dianteiros da expansão portuguesa na América do Sul, fundaram, nos séculos XVII e XVIII, os primeiros estabelecimentos de Minas, de Goiás, de Mato Grosso, de Santa Catarina, do Rio Grande, obrigaram os espanhóis a evacuar toda a região a leste do Uruguai levando, por fim, essas destemidas excursões até ao norte do Paraguai e à cordilheira do Peru.*

*Não fora o valor e o arrôjo desses caçadores de homens, gente "mais ardida que os primeiros conquistadores" e a costa do Brasil ao sul do Paranaguá seria hoje espanhola, espanhóis veríamos os sertões de Mato Grosso e Goiás, outro povo ocuparia as nossas melhores zonas, respiraria os nossos ares mais benignos, cultivaria as nossas mais desejadas terras.*

Rui Barbosa.

*Em dois séculos, os paulistas dispersavam-se por quase todo o Brasil. Essa imensa área de dispersão é o campo em que se operam as diferenciações regionais do belo tipo vicentista com a descoberta do ouro e, conseqüentemente, com a povoação dos centros mineradores, dá-se a fixação dessa sociedade de nômades e aventureiros.*

*O ouro transforma o guerreiro sertanista em industrial pacífico. Depois, este industrial pacífico se faz agricultor sedentário. De modo que ao entrar o século XIX esta sociedade agitadíssima está perfeitamente estabelecida.*

Oliveira Vianna.

*O espírito aventureiro dos paulistas foi a primeira alma da nação brasileira e São Paulo, êsse foco de lendas e tradições maravilhosas, o coração do país. Dai partiu o movimento de ocupação dos sertões.*

Oliveira Martins

## DUAS PALAVRAS DE INTRODUÇÃO

*Em lapso superior a um quarto de século ocupei-me em reunir elementos para a redação da História Geral das Bandeiras Paulistas, cujo primeiro tomo veio a lume em 1924 e o undécimo e último em 1950.*

*Dispondo de muito vultoso material, impresso e manuscrito, divulgado e inédito, segui o famoso preceito de Lope de Vega “como compongo leyendo e lo que leyo escojiendo”.*

*Tanto pormenor valioso e curioso encontrei na documentação examinada que, apesar da larga seleção posta em prática, tomou a obra desenvolvimento muito acima das dimensões, que, ao encetá-la, suspeitava eu pudesse vir a ter.*

*Ao realizar a análise das peças escolhidas ocorreu-me ao espírito a possibilidade de algum dia levar a cabo uma condensação da História Geral no que encerra de essencial.*

*Apanhado que não fôsse, apenas, sucinto resumo e assumisse desenvolvimento condigno da importância do assunto. A esta suma, de largo tomo aliás, completaria uma síntese das características marcantes do movimento bandeirante.*

*Ia a meio a publicação da História Geral e já recebia eu interpeleções de pretendentes à posse integral de uma obra espaçadamente impressa, cujos primeiros tomos, de tiragens esgotadas, mercavam-se por elevados preços.*

*Insistentes, incitavam-me amigos a que oportunamente não me descurasse da condensação da obra.*

*Dentre estes generosos instigadores devo, em primeiro lugar, apontar o prezadíssimo amigo José Alves Dias, pertinaz em me renovar insinuação cordial, quase tão constante quanto a famosa delenda do primeiro Catão. A esta mesma ordem de idéias filiou-se outro amigo, o Sr. Olavo Dias da Silva.*

*De outros vinham-me freqüentes instigações. A uma devo especial referência, por partir do saudosíssimo amigo, cujo desaparecimento recente tanto veio diminuir o patrimônio da inteligência brasileira: Francisco José de Oliveira Viana.*

*Como lhe objetasse quanto era trabalhosa a tarefa que me inculcava, respondia-me incisivamente: “Mas ela se lhe impõe como verdadeiro imperativo. Precisa o público de uma obra de manuseio, valendo-se da outra como fonte de consulta”.*

*A aproximação da efeméride gloriosa de 1954 levou-me a considerar que, ao se comemorar a passagem do quarto centenário da fundação*

*da capital das Bandeiras, conveniente seria proporcionar ao público uma exposição, abreviada, dos feitos daqueles que*

*.. .. pelo Brasil, com forte braço  
Ganharam os sertões de imenso espaço  
Para o ânimo seu inda pequenos*

*como, em 1822, versejava Evaristo da Veiga, em altissonante tom.*

*E assim redigi as páginas destes dois volumes que encerram o que de essencial existe nos onze tomos da História Geral das Bandeiras Paulistas.*

*A esta condensação de tão largo texto, acompanha, em indispensável complemento, uma reedição do Ensaio de carta geral das Bandeiras Paulistas.*

*A iconografia das bandeiras apresenta-se praticamente inexistente. Até hoje não se revelou um único retrato de sertanista, um único documento retratador coetâneo de algum episódio do epos bandeirante. Tudo o que existe provém da composição pictória. Sobre as monções há, porém, a admirável contribuição de Hércules Florence, mas já dos anos do Brasil nação e não da era heróica das navegações cuiabanas.*

*Para ilustrar o meu tentame procurei reunir o que na obra dos artistas nacionais ou radicados no Brasil, pintores e escultores, existe de mais saliente e evocativo como tentativa da reconstituição de cenas sertanistas e interpretação dos tipos dos calções de couro.*

*Aos prezados amigos da Companhia Melhoramentos de São Paulo quero especialmente agradecer o interesse tomado na publicação desta História das Bandeiras Paulistas, numa dessas belas tiragens esmeradas que o nosso público há tão longos anos conhece e aprecia.*

*Inflexível diretriz, rigorosamente seguida, traçaram os fundadores de uma empresa que em vários decênios tanto tem feito, e vem fazendo, pela cultura nacional e a divulgação do livro brasileiro, impecavelmente honesto, três homens de larga visão e são propósitos: Otto e Alfredo Weiszflog, já do mundo desaparecidos, e Walther Weiszflog, mantenedor da tão elevada continuidade da tradição fraterna.*

*À Brasileira da Companhia Melhoramentos de São Paulo — em que ocorrem a História Geral de Varnhagen, anotada por Capistrano de Abreu e Garcia; a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador, comentada por Capistrano, a Cultura e opulência de Antonil, as Memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus, as obras de Pedro Taques e de Bartolomeu de Gusmão, as de Oliveira Lima e Rocha Pombo, etc. — a essa Brasileira incorpora-se agora a História das Bandeiras Paulistas. Como único mérito pode invocar a honestidade do longo esforço trabalhoso da sua confecção.*

*Assim lhe caiba merecer o favor público, correspondente aos desejos dos grandes, esclarecidos e patrióticos editôres que, lançando esta obra, resolveram incluí-la no rol das comemorações culturais com que pretendem associar-se aos festejos comemorativos da passagem do quarto centenário da fundação da cidade de que tomaram o nome.*

*Aos dignos dirigentes e especialistas da Seção Editorial da Companhia Melhoramentos de São Paulo, aos prezados amigos Srs. José Alves Dias, Günther Klusemann e Karl Strobel, especialmente, agradeço muito grato o empenho demonstrado em apresentar a presente tiragem com o esmero que lhe dedicaram.*

AFFONSO D'E. TAUNAY

*São Paulo, 31 de julho de 1951.*



# Í N D I C E

## PRIMEIRA PARTE

### *Ciclo da devassa das terras*

#### CAPÍTULO I

*A expansão bandeirante, capítulo original dos fastos brasileiros. Singularidade deste movimento no conjunto da História Universal. As entradas iniciais de devassa dos territórios brasileiros. ....* 13

#### CAPÍTULO II

*Os imperativos da colonização europeia na América. A escravização das raças menos armadas americanas. A resistência ao escravismo avassalador universal.* 19

#### CAPÍTULO III

*A linha tordesilhana e seus deslocamentos. Entradas quinhentistas. ....* 25

#### CAPÍTULO IV

*O século XVII, a grande era das bandeiras de São Paulo. As entradas de André de Leão e de Nicolau Barreto. Preamar bandeirante. Protestos espanhóis.* 31

#### CAPÍTULO V

*A questão servil e as bandeiras. Providências da Coroa. Atuação dos ouvidores. Atitudes dos jesuítas portugueses de São Paulo. A nova província jesuítica espanhola do Paraguai. Progresso desta fundação. ....* 37

#### CAPÍTULO VI

*D. Luis de Céspedes Xerí'a e sua estada em São Paulo. Sua permanência no Guairá. ....* 43

#### CAPÍTULO VII

*Destruição das grandes reduções jesuíticas do Guairá. Manuel Prêto e Antônio Rapôso Tavares. Protestos castelhanos e jesuíticos veementes. Expulsão dos espanhóis do território oriental do Paraguai. ....* 47

#### CAPÍTULO VIII

*A deposição de D. Luis de Céspedes e seu processo de residência. Providências régias de repressão às bandeiras. ....* 57

#### CAPÍTULO IX

*Prosecação da expansão bandeirante. Invasão do Itatim. ....* 61

## CAPÍTULO X

<i>Invasão do Tapé. As grandes bandeiras de Antônio Raposo Tavares, André Fernandes e Fernão Dias Pais. O breve de Urbano VIII. Expulsão dos jesuítas do Colégio de São Paulo. ....</i>	65
---	----

## CAPÍTULO XI

<i>Derrota da bandeira de Pascoal Leite Pais em Caasapaguaçu. Preparativos de uma grande expedição. A derrota de Mbororé. ....</i>	75
--	----

## CAPÍTULO XII

<i>A restauração da independência portuguesa. O episódio de Amador Bueno. O conflito com os jesuítas seu término. ....</i>	81
--	----

## CAPÍTULO XIII

<i>Ecos da vitória de Mbororé. Distúrbios do Paraguai. O bispo Cardenas. Seu conflito com os jesuítas e derrota. Invasão do Paraguai pelos paulistas. Bandeiras incursões diversas. ....</i>	87
--	----

## CAPÍTULO XIV

<i>Os paulistas na guerra holandesa. O périplo raposiano. Expedição de socorro à Bahia. Entradas quase não documentadas. Fernão Dias Pais. ....</i>	95
---	----

## CAPÍTULO XV

<i>Sertanistas notáveis do século XVII. Bandeiras perdidas na selva. Ausência de documentação. Os danos da guerra civil dos Pires e Camargos. ....</i>	103
--	-----

## CAPÍTULO XVI

<i>Bandeiras de menor relêvo. As jornadas de Manuel de Campos Bicudo e do primeiro Anhangüera. O assalto de Francisco Pedro Xavier ao norte do Paraguai. Apelos desesperados das autoridades espanholas ao Trono. ....</i>	109
--	-----

## CAPÍTULO XVII

<i>Decadência da Espanha sob os dois últimos Austrias. Pertinaz política de Portugal em seu avanço para o Prata. A comissão de Jorge Soares de Macedo em São Paulo. Apêlo à cooperação paulista. A fundação da Colônia do Sacramento. A reação espanhola. Expugnação da Colônia e sua restituição a Portugal. Recrudescência da atividade bandeirante. ....</i>	117
---	-----

## CAPÍTULO XVIII

<i>A legislação servil dos dois primeiros séculos e sua flutuação. Palanfrório hipócrita e não obedecido. Novas questões entre paulistanos e jesuítas. ....</i>	123
---	-----

## CAPÍTULO XIX

<i>Bandeiras contra os tapuias baianos. A expedição de Domingos Barbosa Calheiros e seu malôgro catastrófico. A campanha de Estêvão Ribeiro Baião Parente e Brás de Arzão. ....</i>	129
---	-----

## CAPÍTULO XX

<i>A conquista do Piauí e a incontestável primazia de Domingos Jorge Velho. Polêmica a tal respeito. O documento de Pereira da Costa. Identificação de Domingos Jorge Velho. ....</i>	133
---	-----

## CAPÍTULO XXI

*Os testamentos e inventários bandeirantes. Iniciativa notável de Washington Luis. Valiosíssimo acervo a ser explorado a fundo. Testamentos e inventários do sertão. ....* 137

## CAPÍTULO XXII

*Devassa do Oeste longínquo. Pascoal Moreira Cabral e o seu campo entrincheirado do Mboteteú. ....* 147

## CAPÍTULO XXIII

*Infrutíferas pesquisas de metais nobres e de esmeraldas nos séculos XVI e XVII. Série de tentativas falhas. ....* 153

## CAPÍTULO XXIV

*A grande jornada esmeraldina de Fernão Dias Pais. D. Rodrigo de Castel Blanco e suas expedições de prospecção. ....* 159

## CAPÍTULO XXV

*Alargamento da área das bandeiras. A conquista do Nordeste. ....* 167

## CAPÍTULO XXVI

*A longa duração da Guerra dos Bárbaros. Retirada de Matias Cardoso. A campanha de Morais Navarro. Processo movido a este cabo de tropa. ....* 181

## CAPÍTULO XXVII

*O povoamento do Piauí e do Maranhão. Francisco Dias de Siqueira e suas façanhas. Os primeiros povoados piauienses. ....* 187

## CAPÍTULO XXVIII

*A América, o Brasil e o tráfico africano. Os primeiros anos dos Palmares e as primeiras campanhas contra os quilombolas. Fernão Carrilho e os seus efêmeros triunfos. Recurso aos paulistas. O ajuste com Domingos Jorge Velho. Aniquilamento dos Palmares. ....* 189

## CAPÍTULO XXIX

*Exploração das terras meridionais. Povoamento do litoral do Paraná e de Santa Catarina e do planalto curitibano. Os Brito Peixoto e a sua fundação de Laguna. A frota de João de Magalhães. ....* 199

## CAPÍTULO XXX

*Abertura da estrada de São Paulo para as campanhas do Sul. Bartolomeu Pais de Abreu e Cristóvão Pereira de Abreu. ....* 205

## CAPÍTULO XXXI

*O povoamento do litoral e do planalto no século XVII. As vilas paulistas e as principais freguesias. ....* 207

## SEGUNDA PARTE

### *Ciclo do ouro*

#### CAPÍTULO I

*Opiniões sobre os paulistas correntes no século XVII. Ânãia pelo encontro de metais nobres. A gravíssima crise econômico-financeira do Brasil em fins da era seiscentista. Os motins da moeda em São Paulo. ....* 211

#### CAPÍTULO II

*A imprecisão cronológica que envolve os primeiros achados auríferos de Minas Gerais. ....* 215

#### CAPÍTULO III

*Artur de Sá e Meneses, notável administrador. Sua atuação nas Minas Gerais. ....* 221

#### CAPÍTULO IV

*Povoadores notáveis dos primeiros anos da mineração no território das Minas Gerais. Informes econômicos. ....* 223

#### CAPÍTULO V

*O povoamento dos Currais da Bahia. Afluxo de paulistas. Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira. ....* 229

#### CAPÍTULO VI

*Os grandes aquinhoados do ouro. O Padre Guilherme Pompéu e seus êmulos. O ambiente dos primeiros anos das Minas. ....* 235

#### CAPÍTULO VII

*Garcia Rodrigues Pais e o Caminho Novo. A variante de Bernardo Soares de Proença. ....* 239

#### CAPÍTULO VIII

*A obscura Guerra dos Emboabas. Cronistas e historiadores. Achêgas inéditas. ....* 243

#### CAPÍTULO IX

*Os sentimentos dos paulistas em relação aos seus concorrentes. Representação da Câmara de São Paulo a D. Pedro II. A palavra emboaba e seus significados. ....* 247

#### CAPÍTULO X

*Agressividade dos paulistas, segundo o cronista do Rio das Mortes. O estanco dos açougues e a reação paulista. Frei Francisco de Meneses e suas manobras de açambarcamento. Tensão de ânimos. ....* 251

#### CAPÍTULO XI

*Manuel Nunes Viana. Aventureiro de notável relêvo. Sua chegada ao território aurífero. Conflito com os irmãos Pedrosa de Barros. Preparativos de luta. ....* 257

## CAPÍTULO XII

*Ruptura de hostilidades. A atuação de Nunes Viana e de Frei Francisco de Meneses. Intervenção apaziguadora de Manuel de Borba Gato. Intimação a Nunes Viana. Denúncia do caudilho ao Governador do Rio de Janeiro. . . . .* 259

## CAPÍTULO XIII

*Situação agravada. Boatos sobre o projetado símile das Vésperas Sicilianas. Aclamação de Nunes Viana como Governador das Minas. Marcha sobre Ouro Preto. Relato de Bento do Amaral Coutinho ao Governador do Rio de Janeiro.* 263

## CAPÍTULO XIV

*Impressão causada no Rio de Janeiro pelas notícias das Minas. Junta convocada pelo Governador fluminense. Decide-se D. Fernando de Lencastre a ir ao território conflagrado. Depoimentos oficiais e particulares sobre a situação. Alvitres do Conselho Ultramarino. O combate de Cachoeira do Campo. . . . .* 267

## CAPÍTULO XV

*Aclamação de Nunes Viana como ditador das Minas. Reveses dos emboabas na região do Carmo. Os acontecimentos do Rio das Mortes. O caso do Capão da Traição. Prepara-se D. Fernando de Lencastre a visitar o território conflagrado. . . . .* 271

## CAPÍTULO XVI

*A jornada de Lencastre às Minas. Encontro com Nunes Viana. Grave desacato sofrido e regresso precipitado ao Rio de Janeiro. Antônio de Albuquerque assume o governo. Submissão de Nunes Viana. Carta régia criando a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. . . . .* 273

## CAPÍTULO XVII

*Pedidos de socorro dos emboabas do Rio das Mortes. A reação paulista de 1709. Desacato sofrido por Antônio de Albuquerque. Marcha da coluna paulista sobre o Rio das Mortes. Assédio do Fortim do Arraial do Pilar. Súbita retirada dos sitiantes. . . . .* 277

## CAPÍTULO XVIII

*Atos da coroa. Junta geral de 7 de março de 1710. Relatório de Albuquerque a D. João V. Tomada do Rio de Janeiro por Duguay Trouin. . . . .* 281

## CAPÍTULO XIX

*D. Brás Baltasar da Silveira, segundo Capitão-General da Capitania e São Paulo e Minas do Ouro. Criação de vilas no território aurífero. Despovoamento de São Paulo. A questão dos quintos reais. . . . .* 287

## CAPÍTULO XX

*D. Brás Baltasar da Silveira e sua indulgência excessiva. Receio de desordens. Reaparecimento de Manuel Nunes Viana no cenário político. Tumultos de Pitangui. . . . .* 293

## CAPÍTULO XXI

*O Conde de Assumar novo general da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. A Junta de março de 1718 sobre a cobrança dos quintos. Estabelecimentos de casas de fundição e de moeda. . . . .* 297

## CAPÍTULO XXII

*Anos obscuros da vida de Manuel Nunes Viana. Reaparecimento do caudilho. Extensão de sua grande influência no Alto São Francisco. Seu conflito com o Conde de Assumar. Luta áspera. Triunfo do Capitão-General. ....* 303

## CAPÍTULO XXIII

*Campanha policiadora do Conde de Assumar. Antônio de Oliveira Leitão, seus crimes e castigo. Erros de Pedro Taques e Vasconcelos. A monografia de Feu de Carvalho sobre o assunto. ....* 317

## CAPÍTULO XXIV

*Os continuos e violentos distúrbios de Pitangui. Os motins de agosto de 1718. A expedição punitiva do Ouvidor Bernardo de Gusmão. Derrota e fuga de Domingos do Prado. ....* 321

## CAPÍTULO XXV

*O motim vila-ricano de Filipe dos Santos e os velhos cronistas. O panegírico de Couto de Magalhães. Exageros e erroneas. Tentativas para o restabelecimento da verdade. O falso cunho patriótico brasileiro da rebelião. Os paulistas e o motim de 1720. ....* 327

## CAPÍTULO XXVI

*Mineradores de ouro no sertão baiano e no norte mineiro. Sebastião Pinheiro Raposo e outros sertanistas. ....* 331

## CAPÍTULO XXVII

*Repercussão das notícias da descoberta do ouro do Cuiabá no Brasil e em Portugal. Desmembramento da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Criação da Capitania das Minas Gerais. ....* 333

## CAPÍTULO XXVIII

*Os irmãos Dias do Prado e Brás Estêves Leme, personagens de destaque nos fastos do bandeirantismo e obscura biografia. ....* 335

## CAPÍTULO XXIX

*Produção do ouro no Brasil setecentista. Dados lacunosos relativos a um período. Hipótese de Calógeras. Documentos do Códice Costa Matoso. Lacuna preenchida. Projetos de siderurgia. ....* 339

## CAPÍTULO XXX

*Expansão paulista em terras fluminenses. Informes de Pedro Taques. O chamado roteiro dos sete capitães. Paulistas na região campista. Bandeirantes no Espírito Santo. ....* 349

*Índice onomástico ....* 357

**PRIMEIRA PARTE**

**CICLO DA DEVASSA DAS TERRAS**



## CAPÍTULO I

---

*A expansão bandeirante, capítulo original dos fastos brasileiros.  
Singularidade deste movimento no conjunto  
da História Universal.  
As entradas iniciais de devassa dos territórios brasileiros.*

Afirma Euclides da Cunha que a “tradição heróica das entradas constitui o único aspecto original da nossa história.”

Não é bem exato o conceito do autor ilustre dos *Sertões*. Esta originalidade tem o Brasil de a repartir com dois outros dos maiores impérios territoriais do Globo hodierno: a Rússia e os Estados Unidos.

No reinado de Ivã, o Terrível (1533-1584) com o famoso hetman Iermak encetaram os russos desde 1578 a fácil ocupação da Sibéria. Cêrca de sessenta anos mais tarde atingiam as praias do oceano Pacífico. Em 1689 o tratado de Nertschink estabelecia o Amur como fronteira sino-moscovita.

Em 1720 a imensa região siberiana com uma superfície correspondente a quatro quintos do continente sul-americano formava um único govêrno, em que se incluíam o Kamtchatka e as Kurilas.

Naquelas vastidões intêrminas, porém, nada se opôs sèriamente à conquista. Nelas viviam algumas escassas tribos perdidas na solidão das estepes. Já em 1875 passados três séculos da investida de Iermak contava tôda a Sibéria cinco milhões de almas apenas.

E geogrâficamente os obstáculos opostos a tal penetração foram certamente muitíssimo menores do que à brasileira. Se as planícies siberianas são atingidas pelos frios polares excessivos o interior brasileiro opôs aos devassadores a calidez da temperatura. E sua salubridade é muito menor do que a do setentrião asiático, calidez propícia aos flagelos da agressão parasitária entomológica, aracnológica e helmintológica a cada passo terrível e por vêzes insuportável. E isto sem contar o ataque invisível ao homem, nos desertos, nascido da transmissão dos microrganismos, geradores de pavorosas enfermidades.

A resistência dos primitivos siberianos à penetração moscovita foi certamente incomparavelmente menor do que a das nações indiáticas do Brasil bandeirante.

Nos Estados Unidos, como se sabe, o movimento entradista se processou muito mais tarde.

Em 1783 o seu território constituía a fímbria costeira da Nova Inglaterra. Até 1802 ainda não compreendia a área da República o ocidente do Mississípi. A exploração das Montanhas Rochosas só se processou em 1802, quando em 1750, o Brasil tinha a sua linha frontei-

riça definida pelo tratado de Madri e já se encerrara o nosso ciclo bandeirante. Dezenas de anos mais tarde encetar-se-ia o dos norte-americanos.

A expansão branca encontraria a resistência das nações indígenas belicosas, e belicosíssimas, de além Mississípi, mas teria, como instrumento de conquista, extraordinária superioridade de armamento, incomparavelmente mais eficiente do que a dos seus precursores do Brasil.

Aquilo que na área, em quilômetros quadrados várias vezes milhão, realizou o bandeirantismo paulista, coube a Augusto de Saint-Hilaire definir, em 1830, ao Mundo e em conceitos sintéticos, impressão nítida da admiração vizinha do assombro que dêle se apossara. "Depois que se conhecem os pormenores das jornadas intermináveis dos antigos paulistas, fica-se como estupefato e levado a crer que êstes homens pertenciam a uma raça de gigantes".

E êste sentimento admirativo êle o reforçaria quando meditando sôbre o que exigia a jornada das monções cuiabanas declarava que os europeus, habituados à navegação dos seus mesquinhos rios, não podiam, de todo, avaliar o que representava semelhante empresa.

E com efeito esta última fase do bandeirantismo, esta sim, não encontra similar em qualquer outro episódio de tal natureza, nos fatos de qualquer nação do Globo.

A prodigiosa navegação fluvial de Araraitaguaba a Cuiabá não tem o que se lhe compare em qualquer outra região do Universo. Ela sim representa a grande nota realmente original que Euclides da Cunha atribuiu a todo o movimento entradista.

Enceta-se com o século XVII a era do bandeirismo paulista num Brasil que então ia de Cananéia a Natal, com a mais escassa densidade demográfica. Era simplesmente pasmoso que naquele litoral de milhares de quilômetros de extensão, se houvessem firmado os núcleos de povoamento português a que balizavam São Vicente e Santos, Rio de Janeiro e Vitória, Salvador, Olinda e Paraíba.

A mais profunda penetração pelo interior brasileiro acusava uma centena de quilômetros, a partir do oceano, em Parnaíba, a seis léguas de São Paulo. E constituía fato virgem em todo o território da Colônia.

Naquele primeiro século que se escoara, quanto periclitara a posse portuguesa, ameaçada, e tão gravemente, pela solução de continuidade, criada pela agressão francesa na Guanabara!

Inicia-se a colonização em 1532 com Martim Afonso de Sousa em São Vicente e D. João III, o nosso rei Povoador realiza ingentes esforços para assegurar o triunfo do estabelecimento luso em sua enorme colônia deserta. Vira malograr-se sua tentativa da subdivisão do Brasil em capitânias. Assim criara o providencial Governo-Geral, coordenador, e enviara ao Brasil Manuel da Nóbrega e a sua admirável coorte de evangelizadores.

Prosperava Pernambuco ao Norte graças ao milagre dos lucros do açúcar e arrastava-se São Vicente ao Sul. Mas era tenaz o Rei Piedoso



D. João III.

*Óleo de J. Wasth Rodrigues — Galeria do Museu Paulista.*

e o triunfo acompanhou as demonstrações da sua pertinácia. Assegurou a política por êle encetada, a posse lusitana, mercê da valia de um punhado de grandes vassallos como Tomé de Sousa, Mem de Sá, a plêiade dos grandes inacinos quinhentistas, e a dos rudes povoadores e desbravadores no gênero de João Ramalho, Brás Cubas, Diogo Álvares, os Sás.

No extremo Sul do Brasil o grande obstáculo à penetração vinha da agrura do vencimento da Cordilheira Marítima. Mas no planalto que a esta coroava, desde muito João Ramalho e o pequenino núcleo dos seus companheiros afeiçoavam os autóctones ao contato com os invasores brancos.

Encetava-se a famosa cruz europeia reforçadora da capacidade mental do vermelho e da musculatura do branco. Criavam-se os

primeiros dêsses mateiros incomparáveis cujas proezas Saint-Hilaire comparou às dos titãs.

Se São Vicente se arrastava penosamente, se Santos, nascida em 1545 não passava de humílmo vilarejo, fundara a alta visão de Nóbrega São Paulo de Piratininga em 1554, na vizinhança da aldeia luso-americana de João Ramalho em Santo André da Borda do Campo, que a congênere jesuítica absorveria em 1560.

Em 1562 estivera São Paulo a pique de desaparecer ante o assalto das tribos confederadas do planalto. Mas resistira sob a égide da bravura de Ramalho e de Tibiriçá e se em 1590 estivera na iminência de segunda e grave agressão, esta não conseguira efetuar-se.

Para o fim do século XVI e na vila do campo apareceria o famoso Governador-Geral eldorado-maníaco que, encontrando um núcleo pujante de aventureiros, possuídos do desejo de conhecer os mistérios do continente e o aproveitamento de suas riquezas, quer em cabedal humano, quer em recursos minerais, os projetaria ao ignoto Sertão com extraordinário afínco.

Assim caberia a D. Francisco de Sousa a glória de ser o propulsor inicial do movimento entradista paulistano. Constituiu-se como que em patriarca do bandeirantismo. Quando a monarquia portuguesa soçobrou em 1580 em conseqüência da alucinada aventura de Alcácer Kibir a situação do Brasil ainda era sobremaneira mesquinha se a examinarmos de um modo absoluto. Mas já se apresentava importante se considerarmos o que ia pelas colônias espanholas, da vertente Atlântica e a completa selvageria dominante na América Setentrional de Cuba para o Norte.

A incorporação do Brasil aos domínios dos Austrias lhe traria terríveis acidentes, nos quais quase soçobriria a sua integridade como quando se deu a agressão batava em 1630 e a conseqüente implantação dos neerlandeses durante vinte e quatro anos.

Mas esta situação pouco alteraria o ritmo em que viveria o Sul brasileiro e sobretudo o do movimento sertanista encetado nos primeiros anos do século XVII. Tomaria êle progressão ascendente atingindo extraordinária pujança, quando, no entanto, ainda havia terras do Norte sob o domínio estrangeiro.

Um imperativo geográfico facilitaria esta expansão invulgar. Dava-se nas terras do planalto piratiningano o inverso daquilo que o orador paulista contemporâneo aplicou em formosa imagem a propósito das jornadas oceânicas lusas: a Portugal apertado pela Espanha alargava o Atlântico.

A São Paulo apertado pela Serra Marítima alargaria o Sertão onde os grandes caudais, nascidos a pequena distância do mar, indicavam a marcha para as terras ocidentais.

Humildes como só podiam sê-lo, com tamanha inópia de recursos, foram os primórdios da colonização em terras de S. Vicente.

No lagamar santista agruparam-se, desde a segunda década quinhentista, talvez, alguns brancos, portugueses e espanhóis, náufragos, aventureiros, desertores. Correspondiam-se com D. João III e o monarca de-

terminou que Martim Afonso de Sousa fôsse entre êles fundar a primeira povoação estabelecida no infindável litoral da terra descoberta por Cabral.

Daí a Carta Régia de 20 de novembro de 1530 expedida a Martim Afonso, a partida da esquadilha dêste a 3 de dezembro. E, afinal, a 22 de janeiro de 1532, o comêço da edificação oficial de São Vicente. A 7 de outubro de 1534 recebia o fundador a carta de doação de cem léguas de costa brasileira, doação a que, no entanto, trataria com o maior descaso.

Apesar do abandono do donatário, cresceu S. Vicente, fato singular, pois desenvolveu-se num território onde não se conheciam metais nobres nem se apresentava solo aproveitável para a indústria sacarífera, única remuneradora na América de seu tempo.

A persistência dêste progresso deveu-se a atuação de dois vassallos de incomparável valor: Brás Cubas, no litoral, João Ramalho, no planalto; muito mais a êste do que àquele como figura central da miscigenação euro-americana encetada por êle e seus poucos companheiros em Santo André.

Em 1549 apareceram os primeiros altos funcionários do Governo Central da Baía despachados por Tomé de Sousa e, fato muito mais relevante, a primeira missão jesuítica com Manuel da Nóbrega à testa.

Em 1553 recebeu Santo André o predicamento de vila. E a 25 de janeiro de 1554 fundavam os jesuítas, por ordem de Nóbrega, a vila de São Paulo do Campo de Piratininga.

Em fins do século XVI, os aborígenes, dizimados pela superioridade dos invasores, resignavam-se ao cativo, ou, afugentados, internavam-se no Sertão.

Na centúria quinhentista a área pròpriamente vicentina foi pouco explorada, muito embora por ela começasse a penetração da hinterlândia brasileira.

Do seu território partiram as entradas famosas dos protobandeirantes, a do obscuro Aleixo Garcia, em 1526, a que se seguiram a catástrofica jornada de Pêro Lôbo, em 1531, e a de Cabeza de Vaca, em 1541.

De 1562 data a primeira notícia oficial de uma bandeira a operar com elementos reunidos em território vicentino, a de Brás Cubas e Luís Martins, cujo itinerário ninguém sabe qual haja sido. Afirmou o fundador de Santos que a sua expedição percorreu trezentas léguas de hinterlândia em busca de ouro, metal de que só encontrara indícios na contigüidade de São Paulo, no Jaraguá.

Em outras zonas do Brasil as tentativas de devassa da terra e pesquisa de riquezas minerais haviam até então sido mais intensas.

Assim os nossos fastos referem as entradas de Luís Álvares Espinha, de Ilhéus para Oeste, de Francisco de Caldas, Gaspar Dias de Taide e Francisco Barbosa de Pernambuco para o sertão do São Francisco. Enceta-se já em 1538 o chamado ciclo das esmeraldas. Parte Filipe Guilhem de Pôrto Seguro para o sertão. Operam Miguel Henriques, em 1550, Francisco Bruza de Espiñosa em 1554 no vale do Jequitinhonha,



Martim Afonso de Sousa.

*Óleo de J. Wasth Rodrigues — Galeria do Museu Paulista.*

Vasco Rodrigues Caldas em 1561 no do Paraguaçu. Parte Martim Carvalho em 1567 ou 1568 para o atual Norte mineiro, efetua-se a grande jornada de Sebastião Fernandes Tourinho, em 1572 ou 1573, entre o Doce e o Jequitinhonha, em zona um pouco mais tarde explorada também por Antônio Dias Adórno.

Para o fim do século XVI citam-se as entradas de Sebastião Álvares e de João Coelho de Sousa, cujo irmão, o ilustre Gabriel Soares, em 1592, faleceria na selva, nas cabeceiras do Paraguaçu, como é sabido.

Outras entradas ocorreram como as de Belchior Dias Moréia, que Calógeras julga haver atingido a Chapada Diamantina, a de Diogo Martins Cão, talvez em 1596, no Espírito Santo, e a de D. Francisco de Sousa, em 1598, na mesma região.

## CAPÍTULO II

---

*Os imperativos da colonização europeia na América.  
A escravização das raças menos armadas americanas.  
A resistência ao escravismo avassalador universal.*

**E**ra, no século XVI, o imperativo máximo das nações européias em relação às suas conquistas e colônias americanas, o que se consubstancia na fórmula famosa do estadista argentino: *governar es poblar*.

Povoar para auferir renda fôsse como fôsse, sujeitando o braço dos homens das raças menos armadas às ásperas, às aspérrimas exigências dos brancos cúpidos, insaciáveis pela remuneração de suas penosas e arriscadas jornadas oceânicas e continentais, exigindo tamanho isolamento, desconforto e insegurança de vida.

A alucinação dos europeus emigrados para o Novo Mundo visava os metais nobres, mercadoria de que havia verdadeira fome na Europa da Renascença. Que valiam terras da América sem minas? exclamava um cronista do século XVI.

Haviam os portugueses, primeiros povoadores de Pernambuco, descoberto, de início, tão rendosa mina, talvez, quanto os jazigos argentíferos peruanos e mexicanos: a do açúcar, gênero que na Europa proporcionava imensa margem de lucros. Mas a indústria da cana exigia a presença de avultado operariado.

E êste só podia ser um, no clima reinante no Mundo quinhentista: o do braço servil dos indivíduos de pele escura, cobreada ou negra. Eram, porém, os primeiros, pouco afeiçoados ao regime de contenção, além de escassos. Davam péssimos escravos. Começaram os povoadores a voltar-se para aquêle imenso viveiro de escravos que era a África.

E, assim, vieram os africanos penar e morrer nas lavouras açucareiras do Brasil, "inferno de negros", como, em princípios do século XVIII, escreveria o bom e lúcido Antonil.

Mas enquanto não chegavam as levas africanas, os engenhos tiveram de servir-se do labor vermelho, tal qual ocorria na América espanhola. E para o recrutamento dêstes servos fácil recurso era a extensão ao Novo Mundo da multissecular instituição vigente do outro lado do Atlântico a da preia do escravo.

Assim a primeira fase dos fastos da devassa do solo brasileiro é a da caça ao índio, nascida de um determinismo econômico.

Em São Paulo o frio e a geada não permitiam o surto açucareiro, mas as expedições dali partidas pelas terras a dentro, obedientes a uma

consuetude racial, vinda dos contatos luso-africanos do século XV, desde os anos do Infante, dedicaram-se a faina da preia com vigor não igualado em qualquer outra região da colônia.

Há, aliás, ainda a considerar que a miscigenação planaltina, inculca nos mamalucos euro-americanos novas tendências reforçadoras de tal mentalidade pois é bem sabido que as razias escravistas se praticavam correntemente entre as tribos de que procediam, na própria Piratininga. Denunciam os primeiros jesuítas que a preação antecederia imemorialmente à chegada dos colonizadores: os tupis, segundo o Taumaturgo do Brasil, “muchas veces van a le guerra y aviendo andado mas de cien leguas si captivan tres o quatro se tornan con ellos”.

Tentar alguém à luz dos sentimentos modernos obscurecer o que foi o vulto do despovoamento das terras americanas pela crueldade da conquista dos ibéricos e anglo-saxônicos torna-se inútil e ridícula tentativa.

A crueldade dos espanhóis procurou um poeta hispano-americano, Quintana, explicá-la em versos sobremaneira repetidos:

*Su atroz codicia, su inclemente saña  
crimen fueron del tiempo y no de España.*

Nos Estados Unidos, segundo refere o ilustre Bancroft, viram-se as raças indígenas maltratadas como em nenhuma outra qualquer região americana haviam sido.

No Brasil, em menor escala que na América espanhola, mas de modo contudo impressionador, deu-se o extermínio dos autóctones pelas epidemias, os maus tratos e a dureza do cativo.

O tráfico africano êste por muito tempo até o século XIX, perdeu como o *péché mignon* dos mais cultos povos europeus, ingleses, franceses, holandeses, dinamarqueses.

Os principotes alemães do Reno destacaram-se pela venda de seus camponeses aos ingleses e holandeses que dêles faziam corpos mercenários e *chair à canon* de suas campanhas coloniais.

Lembremo-nos de que o regime servil da Rússia durou até o famoso ucasse de Alexandre II, em 1861.

Enfim, o regime do *homo homini lupus* floresce até hoje e durante a segunda conflagração mundial teve dias sobremodo “gloriosos” como talvez jamais os contou, com o extermínio de milhões de criaturas. E a escravização de homens civilizados prossegue nos nossos milésimos, como parece inútil recordar.

Grande coisa, pois, que no Brasil dos primeiros séculos haja existido êste ciclo da preia ao índio que Handelmann chama “uma das mais negras manchas da história brasileira e para a qual não há nenhuma desculpa”.

Estaria o erudito historiador insciente do regime de delícias da colonização venezuelana quinhentista dos Irmãos Welser e seu preposto

Alfingert e das proezas e desembarços de Frederico II de Hesse Darmstadt, Carlos Eugênio de Wurtemberg, e outros que tais, fornecedores de “soldados voluntários” no século XVIII?

Seria néscia infantilidade pretender ocultar que o bandeirantismo se incorpora ao panorama de violência que caracterizou o apossamento da América pelos europeus.

A única objeção que se lhe pode fazer é que este capítulo dos fatos do *homo homini lupus* — sempre atualizado e em nossos dias em que escalam — também se enquadra nos anais dos mais adiantados povos contemporâneos, quer pelo extermínio das raças ocupantes de territórios coloniais, quer pela transmigração oceânica de milhões de miseráveis africanos arrancados do seu berço para a dureza do trabalho nas plagas americanas.

*Crimen fue del tiempo no de España*, comentou o poeta, sem se recordar que tal crime continua a imperar no Universo, decorridos dois séculos dos sucessos ocorridos na selva no conflito entre o arco e o arcabuz a que epilogava o triunfo da gargalheira, aquém e além Atlântico.

Os recalques de consciência de quem tão completamente se afastava dos ditames do Cristianismo em relação ao amor ao próximo traduziram-se coletivamente pelo *mare-magnum* das leis compendiadas no arsenal jurídico das “leyes de Indias” e em legislação idêntica portuguesa. Verdadeiros monumentos de hipocrisia piedosa, ao nosso ver moderno, mas certamente muito menos graves ante a mentalidade reinante nos tempos de que se datam tais monstruosidades.

A elas caracterizaram-se expressões que inegavelmente recordam opressão e crueldade, como sejam *encomiendas* e *mitas*, *serviços forros*, *administrados*, peças do gentio da terra e do gentio de Guiné — guerra justa, trazimento ao grêmio da Igreja e quejandas.

Individualmente explode tal recalque nos cabeçalhos refertos de recomendações piedosas dos testadores moribundos a declarar que absolutamente não possuíam escravos e sim administrados livres conforme as leis de Sua Majestade.

Assim por sobre mais de três e meio primeiros séculos da vida da América paira inderrocável instituição, o sinistro espectro da escravidão, com todo o seu cortejo de injustiças, violências e crueldades a cada passo atroz.

Desde os primeiros anos realizou-se em terras de São Vicente o comércio da mercadoria humana.

De nada valeram as cartas régias de D. Sebastião, de 1570, a proibirem a escravização dos índios, legislação que os colonos bem sabiam ser decretada para constituir letra morta. A escapatória da “guerra justa” trazia a revogação automática das ordens reais.

De nada valeram as proibições do comércio entre brancos e índios e a da moradia daqueles nas aldeias indígenas.



João Ramalho e um dos seus filhos em Santo André da Borda do Campo.  
*Óleo de J. Wash Rodrigues — Galeria do Museu Paulista.*

Encetava-se a era das filas de índios carregadores de mercadorias entre o planalto e o litoral, cuja vida miserável valeria, um século mais tarde, tremenda objurgatória de Antônio Vieira.

No decurso do lóbrego episódio cobrir-se-ia de glória filantrópica e cristã a Companhia de Jesus, paladina incansável e sem desfalecimentos de uma campanha em que se opunha às paixões de uma população inteira, a das colônias americanas, desajudada quase sempre das demais organizações da própria Igreja e por vêzes combatida pelos próprios prelados.

Tal atitude não sofreu soluções de continuidade, desde a chegada dos primeiros inicianos a quem proporcionaria em S. Paulo numerosos conflitos entre os quais avultariam o de 1612 e a expulsão em 1640 com o longo exílio que se estendeu dêste milésimo a 1653.



### CAPÍTULO III

---

#### *A linha tordesilhana e seus deslocamentos. Entradas quinhentistas.*

Ninguém ignora os trâmites por que passou a fixação dos limites do Brasil, país que, segundo a espirituosa observação de Duarte Leite, apresenta a singularidade de ter tido fronteiras demarcadas antes de existir! o Atlântico e um meridiano. E com efeito se o meridiano da Bula *Inter coetera* de Alexandre VI deixara todo o continente americano aos espanhóis a famosa linha de Tordesilhas, de 7 de junho de 1494, já punha a seu oriente mais ou menos um terço da área brasileira atual, penetrando nas vizinhanças de Belém e deixando-a nas imediações de Cananéia.

Mas no século XVI quando não havia a menor noção ainda da existência do fenômeno da declinação magnética, que latitude de deslocamento assistia a êste meridiano célebre!

Harrisse com a sua grande autoridade examinou o que os mais abalizados geógrafos dentre 1495 e 1545 pensavam da localização de tal linha havendo uma diferença de 7 graus e 14 minutos entre as fixações extremas de Cantino, e de Ribeiro.

A legalização da linha Belém-Cananéia faria ao Brasil hodierno a ablação total do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Amazonas, dois terços do território de São Paulo, Goiás, nove décimos do do Pará, grande trato de Minas Gerais, em suma, uns cinco e meio ou seis milhões de quilômetros quadrados.

Em 1579 em vésperas da conquista castelhana Giovanni Battista Gesio lembrava a Filipe II que a máxima autoridade em geografia portuguesa, João de Barros, recuava a linha de Tordesilhas para o Cabo Frio, reduzindo o Brasil a um décimo do que hoje é. E Vespúcio ainda a impelia ao cabo de Santo Agostinho! Ficava do Brasil insignificante nesga!

“Todo lo más es de Castilla”, afirmava peremptório o abalizado geógrafo italiano, consultor do Áustria cobiçoso da vasta monarquia do seu decrépito tio, o cardeal rei.

Já nesta época achavam-se os portugueses implantados no litoral brasileiro, de Cananéia a Itamaracá, com 350 léguas de costa, 8 capitâneas, 19 povoações e 3 600 famílias de povoadores.

Entre os espanhóis criou-se a convicção de que a linha legítima fronteira era a de Belém-Cananéia quando os portugueses queriam a todo o transe deslocá-la para oeste de quase 10 graus até em face de Buenos Aires, pretendendo, portanto, a posse do território uruguaio, parte da mesopotâmia parano-uruguaia, quase todo o Paraguai, embora ainda assim abrindo mão de enorme área do Amazonas e do oeste mato-grossense.



Tibiriçá e um seu neto, filho de João Ramalho.  
*Óleo de J. Wash Rodrigues — Coleção do Museu Paulista.*

Mas na época, recordemo-lo, havia a mais completa insciência da geografia sul-americana. Em todo o caso em relação à posse do litoral pertinzmente queriam os portugueses que a sua fronteira fôsse ter à Colônia do Sacramento, como em 1680 levariam a cabo.

A idéia de que as terras de oeste pertenciam a Castela repudiaram-na os paulistas desde o século XVI, pretexto provável para a legitimação de suas incursões pelo sertão espanhol à busca de índios.

Desta pertinácia nasceu a incorporação ao patrimônio do Brasil dos seus três estados meridionais. Não fôra ela e a nossa fronteira sulina seria o Paranapanema, num maior Paraguai estendido até o Atlântico.

A primeira fundação de Buenos Aires com D. Pedro de Mendoza em 1535 resultou em fracasso, como se sabe. Mas a de Asunción de Paraguay por Ayolas e Irala em 1536 jamais sofreu colapso.

A expedição de Cabeza de Vaca provou a facilidade do trânsito da costa atlântica às margens do Paraguai.

Em 1550 já eram freqüentes as relações entre os vicentinos e os castelhanos de Asunción, apesar da proibição do trânsito decretada pelas duas coroas. Houve mesmo um princípio do despovoamento de São Vicente em favor do Paraguai, denunciou Manuel da Nóbrega ao seu Provincial.

Os espanhóis vieram para leste colonizando a região do Guairá, a oriente do Paraná onde surgiram Ontiveros (1554), Ciudad Real (1551) e Vila Rica (1577).

O Paraná e o Tietê devem ter sido o liame seguidamente utilizado para a aproximação dos dois núcleos, como parece da presença dos espanhóis no Avandava. Em 1612 dizia Ruy Diaz de Guzman a falar do Tietê: "El día de oy se comunican por este rio los portugueses de la costa con los castellanos de la Provincia del Guayrá".

A região do atual oeste paranaense era então basto viveiro de índios. Quais seriam os autóctones do planalto piratiningano da vertente paraniana e do vale do Paraíba?

O quadro etnográfico de São Paulo assim o desenhou Capistrano de Abreu: guaianases no interior das terras até o Espírito Santo com inserção de goitacases, de posição desconhecida, tupiniquins e tupinambás vindos posteriormente e ainda carijós ou guaranis. Pelo sertão comunicavam-se os tupiniquins com os homônimos de Ilhéus e Pôrto Seguro. Supõe o mestre que os representantes últimos do grupo venham a ser os puris desaparecidos do vale do Paraíba no decorrer do século XIX. A oeste nas terras afastadas de São Paulo dominavam os ubirajaras e bilreiros que Capistrano identifica como caiapós.

Em suma, os autóctones, entre os quais surgiu a colonização planaltina, eram índios de língua geral assaz numerosos embora seja imprevisível o seu número.

Como atrás dissemos, ocorreu em 1560 a grande entrada em busca de ouro chefiada por Brás Cubas e Luís Martins. Nada se sabe de seu percurso, todo o seu roteiro é misterioso e a coroa parece não ter ligado a menor importância a tal jornada.

Alguns anos mais tarde descobriu Heliodoro Eobanos, segundo parece, pequenas manchas auríferas em Iguape e Paranaguá. Atingiu o

planalto curitibano fazendo pequena e efêmera fundação às margens do Atuba, afluente do Iguaçu.

Em 1561 Joseph de Anchieta visitou o curso superior do Anhembi e em 1562 João Ramalho o do Paraíba.

Em 1585 ou 1586 Jerônimo Leitão à testa de grande bandeira atingiu Paranaguá. Parece que durante 6 anos êste capitão-mor assolou as aldeias do vale do Tietê que segundo os jesuítas espanhóis seriam 300 com 30 000 habitantes. Operou então enorme razia.

Já em 1576 Hernando de Montalvo, tesoureiro régio, denunciava a Filipe II as tropelias dos "portugueses de San Pablo" por seus "malos tratamientos y de sus tupies" na região do Viaza, em Santa Catarina de hoje, onde a sua presença causava pânico.

Corria a fama de que no litoral paulista havia copioso ouro. Daí as arremetidas de corsários ingleses, segundo nos conta Frei Vicente do Salvador, a propósito das de Fenton em 1583 e Cavendish em 1592.

O ouro apareceu, embora escassamente, na quase contigüidade de São Paulo, no Jaraguá e Vuturuna, onde, segundo Pedro Taques, entre 1590 e 1597 lavraram os dois Afonso Sardinha, pai e filho e seu sócio Clemente Álvares.

Os proventos desta mineração, os 80 000 cruzados de ouro em pó, mencionados no testamento do segundo Sardinha, achou-os Capistrano muito exagerados. Em todo o caso foi a notícia da existência dêste ouro que a São Paulo atraiu D. Francisco de Sousa.

De 1592 parece datar-se a entrada de Sebastião Marinho que um mapa anônimo castelhano localiza em território hoje goiano. Mas nada se sabe de certo sôbre tal jornada e seu comandante.

Para os fins do século XVI ocorreram expedições punitivas dos índios como em 1594 quando, segundo Pedro Taques, Jorge Correia fêz profícua sortida contra os indígenas assediadores de São Paulo. De 1595 a 1596 datam-se as campanhas de Manuel Sueiro e João Pereira de Sousa Botafogo, campanhas que para sempre desafogariam a vila paulista do temor de possível investida triunfante dos autóctones.

Era a bandeira de Botafogo vultosa mas os episódios de sua jornada muito confusos, tendo o seu cabo da tropa sido deposto e prêso, segundo parece, devido a uma desinteligência com Jorge Correia.

A tal propósito o escritor paranaense Ermelino de Leão, afirmou uns tantos fatos que nos parecem absolutamente fantasiosos como o da execução capital de Botafogo.

Desta grande bandeira destacou-se uma mesnada a que comandava Domingos Rodrigues Velho e cujo rumo parece incerto, cortando talvez terras de Goiás, no sertão de Paraupava ou do Tocantins.

Mas tôda esta toponímia primeva tão indeterminada é que nada de positivo se pode inferir de suas indicações.

Nos últimos anos quinhentistas, em 1598 sai de São Paulo Afonso Sardinha, o moço, "à testa de mais de cem índios cristãos" a busca de ouro e outros metais. Não se sabe que direção terá tomado.

Pouco antes ocorrera a jornada de João do Prado que, segundo Pedro Taques, chegou às margens do Rio Grande, o Paraná de hoje.





## CAPÍTULO IV

---

*O século XVII, a grande era das bandeiras de São Paulo.  
As entradas de André de Leão e de Nicolau Barreto.  
Preamar bandeirante.  
Protestos espanhóis.*

Com o século XVII começa a grande era das bandeiras paulistas. Com êle enceta o Brasil, que amanhecia, a sua penetração definitiva Brasil a dentro. O núcleo piratiningano, pião dêste movimento, já compreendia, além dos poucos reinóis, numerosos euro-americanos, uns e outros ávidos de aventuras selváticas. E os espanhóis trouxeram-lhe volumosa afusão a que representam os nomes seculares de Bueno, Camargo, Godói, Lara, Quadros e outros mais.

As contribuições italiana, francesa e inglêsa nêle seriam sobremodo restritas representadas por alguns patronímicos que rápidamente se lusitanizaram.

A influência nórdica se faria sentir através das Flandres documentadas pelos nomes de Taques, Lems, Betting, Wandenburg, lusitanizados em Campos, Leme, etc. O grande propulsor inicial do movimento entradista seria D. Francisco de Sousa, cuja memória gratamente se gravaria na memória das gerações paulistas.

Pertencia o Governador-Geral, senhor de Beringel, à grande raça dos eldorado-maníacos tão largamente representada em sua centúria pelos Cortez, Pizarro, Balboa, Valdivia, Orellana, Raleigh e tantos mais.

Já em 1601 despacha André de Leão à testa de grande bandeira a busca de jazigos argentíferos. Desta importantíssima jornada existe o relato de um de seus componentes, o holandês Glimmer.

É fora de dúvida que o seu itinerário encetou-se por largo percurso ao longo do Paraíba. Venceu a entrada a Serra da Mantiqueira e daí em diante a sua caminhada mostra-se tudo quanto há de mais vago. Analisada por Derby e Calógeras admite-se que haja atingido as nascentes do São Francisco, em busca de serra argentífera já então famosa em sua miragem, a de Sabarabuçu. Dela o seu cabo tinha notícia e não foi encontrada como de esperar.

Em abril de 1602 voltava Leão a São Paulo.

Em fins dêste mesmo milésimo partiu nova e grande expedição, a de Nicolau Barreto que, no pensar de Derby, chegou ao Rio das Velhas e ao sertão de Paracatu, opinião controvertida por Alfredo Ellis Júnior, com procedentes argumentos deslocadores de tal itinerário para a zona do atual *far west* paranaense no Pequiri. Em 1604 regressava Barreto a São Paulo.

As referências quase sempre sobremodo lacônicas da documentação paulista falam-nos de algumas entradas nas duas primeiras décadas do século XVII, como sejam as de Diogo de Quadros (1604) aos carijós, Manuel Prêto (1607) ao Guairá, Belchior Dias Carneiro ao sertão dos bilzeiros (1607) onde faleceria em 1608, tendo como sucessor Antônio Rapôso, o velho, Martin Rodrigues Tenório de Aguiar (1608) Anhembí abaixo, Clemente Alvares e Cristóvão de Aguiar, aos biobebas do oeste (1610).

Em 1611 dá-se a grande entrada de Pedro Vaz de Barros ao Guairá por instigação de D. Luís de Sousa. Contemporânea parece ser a de Diogo Fernandes aos Pés largos. De 1612 datam-se as de Sebastião Prêto ao Guairá, e Garcia Rodrigues Velho aos bilzeiros. O itinerário destas emprêsas é sempre o mais vago possível.

Em 1613 o Procurador da Câmara de São Paulo, Rafael de Oliveira, denunciou o Governador D. Luís de Sousa como grande fomentador de entradas visando incrementar a exportação de escravos da Capitania. Neste mesmo ano ocorreu a expedição de Diogo de Quadros para rumo ignoto, igualmente.

Por volta de 1615 era grande a saída de cativos das terras vicentinas, sobretudo dos carijós do sul do Brasil. Dêste ano data-se a grande bandeira de Lázaro da Costa em terras hoje de Santa Catarina ou no Sertão dos Patos, como então se dizia.

Entrada de grande realce foi a de Antônio Pedroso de Alvarenga, partida talvez em 1615 (?) e promovida por D. Luís de Sousa. Rumou para o Sertão do Paraupaba. Segundo Pedro Taques jornadeou Alvarenga por trezentas léguas.

Pequeno pormenor curioso da sua marcha e repassado de grandiosidade é a circunstância de haver o escrivão da bandeira escrito no dorso dos autos do inventário de Pêro de Araújo, soldado falecido na selva, uma série de estâncias dos *Lusíadas*. Em 1618 volvia Alvarenga a São Paulo.

Contemporânea foi a jornada de Antônio Castanho da Silva, além Paraná, até o Peru, onde faleceu, segundo Taques, em 1622 nas minas de Tataci, província de Chiquitos.

Em 1619 ocorreram as entradas de Manuel Prêto e certo Frei Tomé à procura das "pedras de Jecohaigebira"

Nesse tempo contínuas eram as expedições ao Sertão dos Patos.

Bandeiras sôbre bandeiras internavam-se na selva. Em 1623 o Procurador da Câmara Luís Furtado dizia "esta vila está despejada pelos moradores serem idos ao Sertão pela qual razão se não pode fazer o caminho do Mar".

Dêste ano é a jornada de Henrique da Cunha Gago que nela morreu numa expedição cujo cabo se ignora qual haja sido. Mais ou menos contemporânea é a de Sebastião Prêto o bravo defensor de Santos, em 1615, contra os holandeses de Joris van Spilberg. Morreu em campanha de uma frechada no sertão dos índios abeueus.

Em fins de 1623 preparavam-se para partir Fernando Dias Pais, tio do futuro Governador das Esmeraldas, assim como diversos outros

sertanistas como Paulo do Amaral, Francisco Ruiz da Guerra, Alonso Peres Calhamares, Jorge Rodrigues Diniz.

A tomada da Bahia em 1624 pelos holandeses parece ter amortecido o surto entradista revigorado com a Restauração no ano seguinte.

De 1627 há um tópico das *Actas* de São Paulo sobremaneira indicativo da mentalidade dos paulistas em matéria de relações com os vizinhos espanhóis do Paraguai avançados até o alto Ivaí. É uma denúncia de fatos em forma de protesto.

“Os ispanois de villa riqua e mais povoasoins vinhão dentro das teras da croa das teras de portugall e cada vez se vinhão apousando mais dellas descendo todo o gentio que está nesta coroa.”

Assim um embate de interesses se evidenciava nesta denúncia da expansão dos castelhanos do Paraguai pelas terras que hoje pertencem ao âmago do nosso estado do Paraná.

Irala, já em meados do século XVI, tomara a deliberação de fazer uma fundação à margem esquerda do Paraná “por escussar los grandes daños y asaltos que los Portugueses hacian por aquella parte”.

Enviara Nufrio de Chaves ao Guairá “para que redujesse los naturales de aquella tierra y remediase la desorden de los Portugueses del Brasil” invasores de terras do seu govêrno.

Por ordem dêsse famoso *poblador* do Paraguai e fundador de Asunción percorreu Nufrio a região do Paranapanema e Tibagi.

Em 1581 o custódio dos franciscanos de Tucumã, Fray Juan de Rivadeneyra recordava ao Rei a necessidade de se estabelecer presídio espanhol em São Francisco do Sul onde começavam as terras de Espanha.

Em fins do século XVII havia nos domínios castelhanos da vertente platina dez ou doze núcleos de população que não passavam de miseráveis aldeolas a começar por Buenos Aires de novo fundada em 1580 por Juan de Garay, após o fracasso completo da tentativa de D. Pedro de Mendoza em 1535.

As relações entre a costa vicentina e Asunción cada vez mais frequentes se mostravam.

Assim, em 1603 chegava a São Paulo uma missão de vila-riquinhos, por ordem de seu Governador D. Antônio de Añasco, solicitando “socorro como cristãos e vassalos de Sua Majestade” o soberano comum das duas coroas ibéricas. Socorro que a Câmara, pelo órgão de Pedro Vaz de Barros, recusou peremptoriamente por lhe parecer que se tratava de ardil. Apenas lhe concedeu escolta para o regresso.

Em 1603 nomeou Filipe III governador das províncias platinas a Hernandarias de Saavedra, cabo de guerra de grande valor, homem de real capacidade administrativa e já com grande fôlha de serviços.

Deveu-lhe a colonização espanhola a maior cópia de benefícios. Ao Rei aconselhou longa e vivamente consolidar e fortificar a situação da província do Guairá dando tôda a assistência aos jesuítas evangelizadores da considerável população guaraníca vivendo ao sul do Paranapanema.

Ao mesmo tempo queria que se fundasse uma cidade em Santa Catarina, na ilha e situada na melhor posição estratégica.

Assim se conteria a expansão paulista para o Sul, invasora de terras legítimas da coroa espanhola.

Lugar-tenente de Hernandarias no Paraguai era D. Antônio de Añasco a quem com tãda a instância recomendou fizesse cessar o intercâmbio paulista-guairenho e protegesse os jesuítas com tãdas as fôrças.

A Espanha, às voltas com as enormes dificuldades de sua política européia, dessangrada, desorganizada e empobrecida, não estava em condições de vir em auxílio dos seus tão longínquos vassallos do Prata e do Paraguai.

Em 1610 relatava a Filipe III o vice-rei do Peru, Marquês de Montes Claros que o Guairá contava apenas 130 colonos brancos, em Ciudad Real e Vila Rica del Spiritu Santo. Xerez no sul do Mato Grosso trinta e poucos apenas. Era preferível subordinar o Guairá a Asunción pois Buenos Aires dêle se achava a enorme distância.

Mas o empenho capital do Rei devia ser mandar anexar ao Paraguai "la vila de San Pablo del Brasil", assim se dominando tão perigoso vizinho. Emprêsa, aliás, muito difícil, pois os paulistas resistiriam "nada es tan dificultoso de emprender como quitar un terron de tierra a la Corona de Portugal e sea de aggregalo a la de Castilla" concluía cético o Vice-Rei.

Em princípios de 1610 haviam os jesuítas encetado a colonização do atual oeste e *far west* paranaenses do Guairá e do Tibagi e esta ia de vento em pôpa em singular estuo de vida. Já em setembro de 1611 o Padre Provincial Diogo de Tôrres relatava ao Governador do Rio da Prata, Diogo Negron quanto prosperavam duas reduções contando quatro mil aldeados.

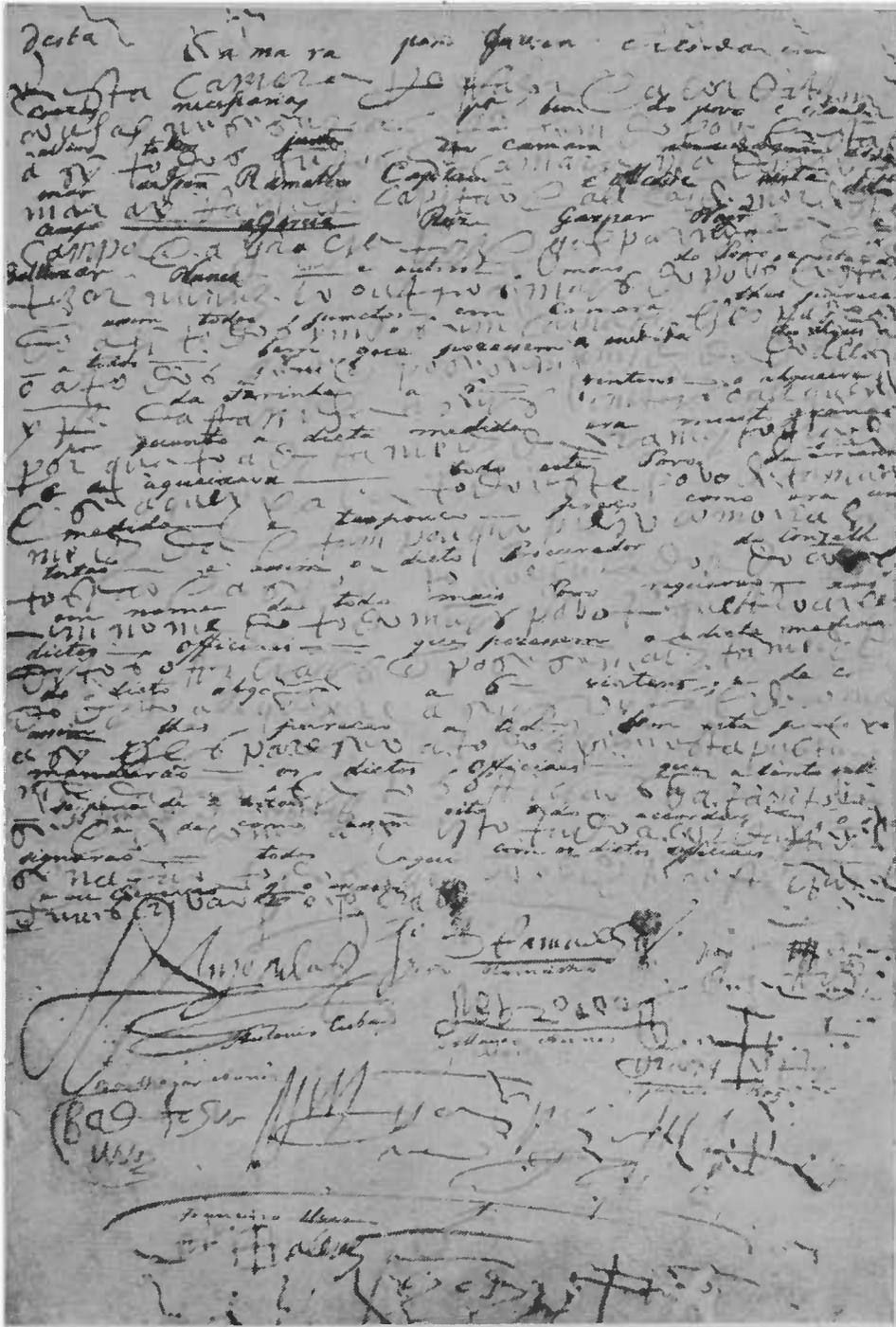
Ali se erguia o baluarte contra a expansão portuguêsa, muito embora os inacianos enfrentassem a maior animadversão dos colonos espanhóis da região a cuja mentalidade os interêsses escravistas contrariavam intransigentemente.

Continuavam as incursões paulistas. O próprio Añasco em 1611 de frontava-se com a bandeira de Pedro Vaz de Barros, de quem capturou mais de quinhentos índios recém-aprisionados.

No ano seguinte via-se a região talada por outras bandeiras que contavam com a cumplicidade de alguns caciques locais "gañados cohechados". Denunciava Negron ao Rei a Bartolomé de Torales, tenente de Ciudad Real, que simulara perseguir recentemente a bandeira de Sebastião Prêto operando na região. O cabildo da Ciudad Real prevenia ao Governador de Buenos Aires "los portugueses han llevado mas de tres mil almas a la vila de San Pablo em harto prejuizo desta ciudad".

Os salteadores principais da zona guairenha eram então os dois irmãos Manuel e Sebastião Prêto.

D. Diogo del Corral, fiscal do Conselho de Índios a 17 de janeiro de 1614 não só denunciava a Filipe III as violências dos colonos es-



Página de um livro de vereança de Santo André da Borda do Campo, onde se lê a assinatura de João Ramalho. Arquivo da Câmara Municipal de São Paulo.

panhóis que escravizavam os índios desrespeitando formalmente as leis de Sua Majestade como as razias “de los portugueses de la vila de San Pablo del Reyno del Brasil”.

O Conselho recomendou então que se reforçasse e quanto antes a colonização jesuítica.

A 25 de maio de 1616 era Hernandarias que de Asunción ao Rei noticiava novas e contínuas correrias paulistas.

Nomeava oficiais a quem recomendara defender a todo o transe os postos avançados do domínio espanhol em Ciudad Real, Vila Rica e Jerez. “Los portugueses de San Pablo cautivan millares de nuestros indios”, advertia. Já haviam aparecido além-Paraná. Convinha que sem perda de tempo mandasse Sua Majestade assolar aquela vila de “maloqueros” cujos audacíssimos caudilhos já estavam a devassar terras do Peru. Ninguém diria que tôda a América do Sul pertencia ao mesmo soberano, continuando a ser, como menos de quarenta anos antes, de dois países distintos.

O inerte Filipe III recebeu, ao mesmo tempo, do Procurador das Províncias do Rio da Prata e do Paraguai, Manuel de Frias, instante pedido de recursos bélicos, a fim de se conterem os paulistas.

Queria Frias que se instituísse a Inquisição em Buenos Aires para onde afluíam numerosos judeus portuguêses “muy inteligentes en todo genero de mercadorias y negros”. Havia-os muitos em São Vicente, São Paulo e Tucumã prestando-se, como tanto era de sua raça, a maior cooperação.

Poderiam pôr em perigo a posse espanhola como amigos fervorosos dos calvinistas de França e sobretudo dos súditos rebeldes de Sua Majestade em Holanda.

A seu turno queixavam-se os paulistas dos seus vizinhos do Sul.

Contra êles argüiam que “para as suas partes” corria refugiar-se muito gentio seu, procurando abrigar-se nas aldeias dos Padres da Companhia que lhes davam indébito asilo.

A 4 de setembro de 1627 o Provincial Nicolau Duran denunciava ao Padre Francisco Crêspo, Procurador-Geral da Companhia de Jesus em Madri, a presença de iminente perigo, avisado que fôra pelos jesuítas de São Paulo.

Estavam-se “aperceviendo se, en San Pablo, quatro compañías de soldados, con voz publica que ivan a despoblar las reducciones de los Padres de la Compañia” ao sul do Paranapanema.

“Meu Padre, pedia súplice o provincial paraguaio, vá falar a Sua Majestade, ao Senhor Conde de Olivares, aos senhores do Conselho de Portugal, que ponham paradeiro a isto. Esta gente não teme excomunhões, não obedece a cédulas reais, não faz caso da justiça de Deus nem da dos homens! Tenho por certo de que não se porá têrmo a estas tiranias e crueldades enquanto não se arrasar esta vila de São Paulo.”

## CAPÍTULO V

---

*A questão servil e as bandeiras.  
Providências da Coroa.  
Atuação dos ouvidores.  
Atitudes dos jesuítas portugueses de São Paulo.  
A nova província jesuítica espanhola do Paraguai.  
Progresso desta fundação.*

Na documentação paulistana a cada passo surgem alusões à questão servil, questão fundamental do crescimento do Brasil até o limiar de nossos dias.

Em 1601 queria a Câmara de São Paulo obter do Governador-Geral do Brasil licença para se arranjamem “índios de paz ou guerra pelo muito prejuízo que a terra recebia” havendo grande remessa de cativos para a Bahia.

“Esta terra se despoeva de peças! Fogem todos para o sertão!” reclamava o procurador de 1602. Em 1603 o juiz dos índios viu-se assistido por dois homens bons, eleitos pela Câmara, para se fazer o registro das peças, separando os escravos dos forros segundo o regimento de Sua Majestade.

Em carta interessantíssima da Câmara ao Donatário da Capitania, a 13 de janeiro de 1606, diziam os oficiais que a sua vila estava em vias de desaparecer por causa dos péssimos capitães e ouvidores, que nela serviam. No sertão viviam, sobretudo carijós, uns 200 000 índios. Era indispensável que sua mercê obtivesse a licença do monarca para o descimento dêste gentio o que poderia dar mais de cem mil cruzados de lucro além dos resultados espirituais. Já as cinco vilas da Capitania podiam armar 300 brancos e mais mil e quinhentos índios aliados.

Cada vez mais se intensificava o movimento de preia. Assim se multiplicam pelos anos afora as referências a episódios do tráfico vermelho, quase sempre lacônicas, lacunosas, truncadas, referindo cenas de violência e de desrespeito às leis dos monarcas sôbre a garantia de liberdade dos silvícolas.

Em princípios de abril de 1609 estava D. Francisco de Sousa prestes a regressar a São Paulo, constando que da Europa trazia elementos dos mais valiosos para a incrementação das pesquisas mineiras.

Encontraria o Brasil muito agitado.

Contrariando a política de seu antecessor Diogo Botelho (1602-1608) completamente infensa à corrente jesuítica, a proteger o escravismo dos colonos, vinha o novo Governador-Geral D. Diogo de Meneses

e Siqueira, conde de Ericeira (1608-1612) inaugurar regime completamente oposto. A 30 de julho de 1609 promulgava Filipe III a famosa lei declarando todos os gentios do Brasil livres conforme o direito e seu nascimento natural, assim os já batizados como os que ainda vivessem como gentio, os quais "todos seriam tratados e havidos por pessoas livres como eram".

Fôra a lei, inspirada pelos jesuítas ao monarca, além do que esperava Ericeira.

Enorme celeuma causou o decreto em todo o Brasil e os protestos tais que o Rei se viu obrigado a revogar o seu decreto a 10 de janeiro de 1611.

O empuxo para o Sertão avultava continuamente. A 11 de dezembro de 1611 a Câmara de São Paulo declarava-se impotente para refrear o movimento.

A nova carta régia permitia hipòcritamente os cativeiros feitos em guerras justificadas ou por motivos justos, limitando porém a dez anos o prazo da escravização dela decorrente!

Não tardou que em São Paulo explodisse a reação antijesuítica. A 12 de junho de 1612 houve concorridíssimo *meeting* congregando a população paulistana em pêso para protestar contra a insistência dos padres em querer estabelecer nas cercanias da vila grandes aldeias de índios a que regressem.

Com os contínuos descimentos crescia tanto a população servil que a Câmara de 1613 declarava muito recear a irrupção de uma revolta do gentio.

Resolveu Filipe III acabar com a secessão da colônia em dois govêrnos, ordenando que todo o Brasil obedecesse a Gaspar de Sousa.

Continuou vigente a proibição das entradas no Sertão e da comunicação com os castelhanos a ser letra morta. Vindo em 1614 a São Paulo devassar por "cousas do Sertão" o Ouvidor da Repartição do Sul Dr. Manuel Jácome Bravo, foi alvo de atentado contra a sua vida e tratou de fugir "de uma terra com fama de alevantada por causa dos homens que iam ao Sertão", como confessava em 1618 o Procurador do Conselho Pascoal Monteiro.

O Ouvidor sindicante seu sucessor, desembargador Antão de Mesquita de Oliveira mostrou-se em 1619 muito mais prudente: Incitou a Câmara de São Paulo a defender as prerrogativas régias não consentindo que as autoridades eclesiásticas se envolvessem em vendas de índios descidos do Sertão.

Em 1620 o Ouvidor-Geral Corregedor Dr. Amâncio Rebêlo Coelho suspicazmente deixou de falar em entradas ao fazer sua correição. Apenas proveu que nenhuma pessoa induzisse índios a que servissem a outros. Isto sob pesadas multas e ameaças de degrêdo para o Maranhão. E penas que jamais se cumpririam...

Em princípios de 1621 exigiram os jesuítas, da Câmara de São Paulo, um documento que sobremodo lhes honra a firmeza dos princípios.

Requeriu o Padre Reitor Francisco Pires uma certidão em juízo de “como os Padres da Companhia de Jesus estantes na vida de São Paulo e capitania de São Vicente jamais haviam vendido peças do gentio da terra, nem trocado nem escambado.”

Antes haviam sido sempre contra os moradores da vila e capitania, por cujo respeito tinham contra si todos os moradores da dita vila “pelo fato de se oporem à venda de tais peças por serem fôrras por leis de Sua Majestade e por serem estas ações cousas contra o serviço de Deus”.

Numerosos têrmos de diversas espécies documentam o desrespeito contínuo às ordens majestáticas repressoras das entradas escravistas. Tal a irreprimibilidade do movimento sertanista que a Câmara de São Paulo registrou em 1623 a existência de uma bandeira a que chefiava o próprio patrono oficial dos autóctones Fernão Dias, o próprio procurador dos índios. À testa de muita gente branca e vermelha pretendia internar-se à busca do “remédio do Sertão”, eufemismo caracterizador das expedições de preia.

Afixara-se então quartel contra êstes revéis estatuinto que êles deveriam pagar duzentos cruzados de multa — taxa para o tempo enorme, arrasadora! — como quebrantadores da lei de Sua Majestade. “Ficarão criminados e não poderão menistrar carguo na republica”, advertia o escrivão municipal.

Neste ínterim, porém, surgiram duas decisões do Governador-Geral Diogo de Mendonça Furtado provocadoras do maior alvoroço e animação entre os sertanizadores e idêntico desalento entre os jesuítas.

A primeira anulava tôdas as multas e penas cominadas a quem houvesse tomado terras e devesse serviços a índios.

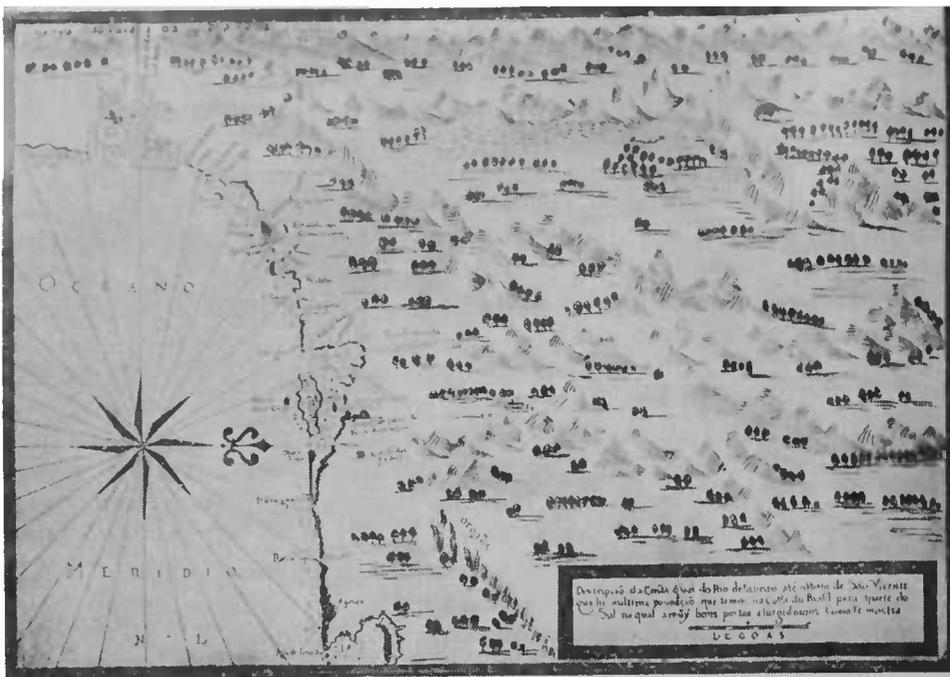
Pela segunda permitia o brevemente prisioneiro dos holandeses o descimento de índios sob a forma de administrados ficando a Câmara de São Paulo encarregada de fiscalizar o movimento das entradas. Quem porém vendesse índios como escravos seria passível de pena de morte! Caso do clássico *risum teneatis*.

Declarava o Governador-Geral haver muita falta de gentio na capitania de São Vicente pelas muitas mortes sendo os índios indispensáveis ao serviço de Sua Majestade no acrescentamento da terra e trabalho das minas.

Com estas provisões pretendia Diogo de Mendonça obter índios do Sul para repovoar as aldeias da Bahia com gente preste nas ocasiões que se oferecessem do real serviço.

A promulgação destas provisões acompanhou a maior sensação em São Paulo.

Numa assembléa popular de 13 de abril de 1624 o escrivão municipal apregoou, sob vivas aclamações, a anistia concedida por Furtado. Houve porém rigorosos protestos contra a exigência da quintagem dos índios descidos, percentagem que o Governador exigia para o serviço de Sua Majestade, sob a forma de remessa de gentio de São Vicente para o Norte.



A região paulista, segundo o atlas da Rezão do Estado do Brasil, por João Teixeira Albernaz (1612).

Resolveu a Câmara sobrestar a execução da segunda parte do decreto até que o Senhor Governador ficasse perfeitamente informado daquilo que “mais era serviço de Deus Nosso Senhor e de Sua Magestade.”

A tomada da cidade do Salvador pelos batavos a 10 de maio de 1624 veio anular as pretensões de Mendonça Furtado.

Trouxe êste fato grande desassossêgo em São Paulo receando-se algum assalto ao litoral por parte dos neerlandeses no gênero do de 1615 em São Vicente e Santos tão vigorosamente rebatido por Sebastião Prêto. E ao mesmo tempo algum levante geral dos índios “administrados”

Vários rebates levaram a Santos troços armados de paulistas. Mostrava-se o Capitão-Mor Álvaro Luís do Vale sobremaneira alarmado a pedir gente, armas e pólvora. E a Câmara em insolentíssima carta escreveu-lhe certa vez que mal tinha munição para os duzentos e cinquenta arcabuzes existentes em sua vila.

Restaurada a Bahia recomeçou o regime dos falsos protestos municipais contra os que armavam expedições ao Sertão, “visto estarmos em caso de guerra”

A guerra desmantelara a economia baiana e a Câmara da cidade do Salvador pedia ao Rei que lhe permitisse repovoar os engenhos do Recôncavo por meio dos índios do Sul.

Preparavam-se grandes acontecimentos. Usando sempre de dissimulação do acôrdo existente entre todos os habitantes de São Paulo no tocante à questão do “remédio do Sertão” a Câmara na sessão de 2 de outubro de 1627 resolveu levar ao conhecimento do Locotenente do Donatário grave circunstância. Avançavam os espanhóis de Vila Rica, cada vez mais, pelas áreas do domínio da Coroa de Portugal “descendo todo o gentio que estava nesta coroa para seus repartimentos e serviços de que resultava à capitania grande dano”.

A tal situação era preciso, e quanto antes, por côbro.

Resolveu a Câmara ao mesmo tempo levar tão graves fatos ao conhecimento do Governador-Geral do Brasil.

Os jesuítas portugueses do Colégio de São Paulo poucos eram e sua ação fraca foi desde os últimos anos quinhentistas, ineficiente para a repressão das entradas.

Se haviam forçado João Ramalho e os seus a incorporar-se ao núcleo piratiningano, dentro em pouco viram-se submersos pela afirmação da individualidade nova e vigorosa da sub-raça euro-americana oriunda do patriarca de Vouzela, seu velho adversário e os seus companheiros, primeiros povoadores do planalto.

Lutaram desesperadamente recorrendo ao seu prestígio europeu junto aos tronos católico e de São Pedro mas na longínqua e bárbara América Meridional cartas régias e excomunhões pouco se faziam obedecidas e acatadas.

A ação inacina de tenaz opositora ao apresamento dos índios não assumiu o vulto e a eficiência atingidos no Maranhão e no Grão-Pará.

O que não conseguiu fazer entre os portugueses de Piratininga realizou entre os espanhóis do Paraguai, do Guairá, da Mesopotâmia platina e mais tarde nos Povos das Missões onde a sua obra conseguiu a magnífica florescência setecentista, causa primeira e pretexto da perseguição pombalina.

Tiveram os jesuítas mais dificuldades em estabelecer-se na América Meridional espanhola do que na portuguesa.

Apareceram em Lima em 1572, vinte e três anos depois do seu desembarque na Bahia.

Para o fim do século fundaram a Província do Paraguai, cobrindo dilatadíssima área hoje brasileira, paraguaia, argentina e boliviana.

Em Asunción entraram em 1588. Na nova província brevemente cooperariam espanhóis, portugueses, irlandeses, italianos, flamengos, alemães.

A princípio muito poucos. Só em 1607 encetaram a grande obra da colonização que César Cantu declarou a página mais bela da sua história, constituindo um dos principais motivos para a supressão da Companhia.

Na Mesopotâmia argentina encetaram-se as fundações em 1609. Cresceram notavelmente sob a instigação do protomártir das missões guaraníticas, Roque Gonzalez de Santa Cruz, hoje beatificado.

Em 1628 quando com dois irmãos de roupeta os índios o trucidaram possuía a Companhia grande número de *pueblos* e muitos milhares de catecúmenos.

A catequese já cobria o Tape, coração do território atual do Rio Grande do Sul, até aquêlo momento inacessível aos espanhóis.

O grande surto colonizador inacino principiou em 1610 com a fundação, nesse ano, pelos padres Cataldino e Mazzeta, da grande aldeia de Loreto, na confluência do Pirapó e do Paranapanema. Pouco depois criava-se novo núcleo, o de Santo Inácio, à margem do Pirapó.

Formidável incremento tomou a obra sobretudo depois que à missão veio presidir o famoso evangelizador e filólogo Antônio Ruiz de Montoya, apóstolo do Guairá. Entre 1622 e 1628 surgiram onze novos *pueblos*. Cinqüenta mil índios se agruparam então em tórno dos filhos de Santo Inácio, cuja vida corria áspera e cheia de sacrifícios e privações.

Grandes inimigos contava a obra: a oposição ferrenha dos espanhóis da região, sobretudo dos encomenderos de milhares de índios e a ameaça das algaras dos paulistas.

Já em 1610 escrevia o Padre Diogo Gonzalez ao provincial Padre Diego de Tórres pedindo-lhe que alertasse o Geral da Companhia de Jesus sôbre o perigo das incursões dos paulistas.

Segundo Ruy Diaz de Guzman viviam então no Guairá trezentos mil índios entre o Tibaxiva e o Paraná. E Lozano, outro cronista de renome, afirma que só em Loreto e Santo Inácio Mirim chegaram a concentrar-se cinco mil famílias guaranis. Êstes números parecem, contudo, exagerados.

Iminente, porém, se delineava a irrupção do movimento que iria desfazer a grande obra da Companhia de Jesus em terras guairenses (1).

---

(1). A documentação relativa a êstes cinco primeiros capítulos encontra-se no tomo primeiro da **História Geral das Bandeiras Paulistas**.

## CAPÍTULO VI

---

### *D. Luís de Céspedes Xerí'a e sua estada em São Paulo. Sua permanência no Guairá.*

Em 1628, a 1.º de abril, o Ouvidor-Geral da Repartição do Sul, Dr. Luís Nogueira de Brito, procedia em São Paulo à sua longa cor-reição apontando interminável série de medidas a serem executadas. Mas sobre índios e entradas no sertão não tugiou nem mugiu. E a Câmara, a 17 de junho, apregoou novo quartel “com as penas da lei para que ninguém fôsse ao sertão”

A 8 de julho seguinte mostrava-se muito espantada ao declarar saber da próxima passagem, por sua vila, do novo Governador do Paraguai em direção às terras do seu govêrno. Era o caminho terrestre formalmente defeso. Onde ficavam, pois, as ordens terminantes de Sua Majestade sobre o trancamento de tal via?

Era êste alto personagem D. Luís de Céspedes Xerí'a, fidalgo militar que já servira no Chile. Nomeado Capitão-General do Paraguai em 1625, só em fins de maio conseguira chegar à Bahia e, em virtude da insegurança dos mares, ao Rio de Janeiro, em fevereiro de 1628. Lá arranajara rico casamento, desposando D. Vitória de Sá, sobrinha do Governador fluminense Martim de Sá.

Foi êste quem provávelmente o induziu a viagem por São Paulo e deu-lhe permissão para a longa jornada fluvial que devia perlustrar.

A 18 de julho de 1628 entrou em Santos onde exigiu do Ouvidor da Capitania, Amador Bueno, o futuro *Aclamado*, o apregoamento de edital proibindo terminantemente qualquer entrada de português em terras de sua jurisdição sob pena de 500 ducados de arrazadora multa.

Nos primeiros dias de julho apareceu em São Paulo onde, como escreveu a Filipe IV, foi alvo de excelente acolhimento. Contou, então, ingratamente, ao Rei, horrores dos paulistas, gente que praticava “las mayores crueldades, trayciones y vellaquerias” que nenhum vassalo da coroa católica faria e jamais fizera.

“Vienen al pueblo los dias de fiesta y eso armados con escopetas, rrodelas y pistolas, publicamente consientelo las justicias. Por que no já son mas que en la apariencia y son como las demas muertes, cuchilladas y otras insolencias matando-se y aguardando se en los camiños todos los dias sin que aya sido castigado hombre ninguno hasta el dia de oy ni tal se save”.

A 8 de julho precisou D. Luís exhibir à Câmara de São Paulo a ordem que trazia “para passar por êste caminho sendo proibido”.

A 16 deixava São Paulo rumo a um pôrto do baixo Tietê.

Ali mandou fazer grandes batelões, desceu o rio durante 16 dias, navegou no Paraná e Paranapanema até Loreto onde chegou a 8 de setembro. Afinal empossou-se do seu govêrno em Ciudad Real.

A 8 de novembro de 1628 mandava extenso relatório a Filipe IV, em que denunciava "las mayores lastimas del Guairá".

Castigasse Sua Majestade exemplarmente seus péssimos vassallos paulistas, traficantes de escravos que vendiam não só em todo o Estado do Brasil como até em Lisboa!

"Assi me lo dixerón ellos mismos", afirmava, acrescentando que com a maior arrogância lhe haviam anunciado a próxima partida de grande expedição de novecentos brancos e três mil tupis destinada a arrasar as reduções jesuíticas do Sul do Paranapanema.

A êste relatório acostou um "boron", mapa descritivo de sua jornada, que constitui a mais velha carta de penetração até hoje divulgada da hinterlândia brasileira. Tivemos o feliz ensejo de a publicar em 1920 e daí para cá anda muito reproduzida.

As atitudes de Céspedes tornaram-se muito suspeitas aos jesuítas, sobretudo. Acusaram-no formalmente de ter agido com refalsada hipocrisia. Mancomunara-se com os paulistas a quem incitara a atacar as reduções tendo em vista fins utilitários provenientes de largo quinhão dos escravos a serem tomados a fim de os encaminhar aos engenhos próprios e aos de seus parentes no Rio de Janeiro. Não antecipemos, porém.

A 23 de outubro visitou Céspedes Vila Rica proibindo expressamente, sob o gravame de crime de alta traição, podendo provocar até a pena de morte, a quem quer que fôsse, a venda a qualquer "indio, frayle o clerigo de arcabuz ni polvora ni salitre ni otro ynstrumento com que haga polvora", decisão que provocou entusiasmo entre os encomenderos vila-riquenhos.

Por tôda parte mostrou-se Céspedes dedicado aos interesses dos colonos espanhóis e adverso aos inacinos e à sua catequese.

Dirigindo-se aos índios a quem convocara procurou incutir-lhes a mais completa submissão aos seus encomenderos. Fizera o Procurador de Ciudad Real acerbas increpações aos jesuítas cujas reduções se haviam — afirmava — convertido em valhacouto de escravos tupis fugidos ao cativoiro dos paulistas, provocando-se assim o legítimo desfôrço dos senhores de tais escravos.

Despachou Céspedes contemporâneamente uma petição dêste Procurador permitindo que os encomenderos cativassem os seus canhemboras, decisão que causou a maior satisfação entre os colonos espanhóis.

Aos jesuítas proibiu, ao mesmo tempo, o transporte de índios de uma margem para outra do Paraná e a transferência de uma aldeia para outra sob o pretexto do trabalho em ervais ou minas.

Os colonos, *una voce*, acumularam denúncias contra os inacinos quer particular, quer corporativamente. O cabildo de Vila Rica a 8 de novembro de 1628 representou ao Rei exaltando o procedimento e o critério do novo Governador que Sua Majestade enviara ao Paraguai.



**Estátua de Manuel Prêto, de autoria de A. H. van Emelen no vestibulo monumental do Museu Paulista.**

O de Santiago de Xerez pouco depois se afinava pelo mesmo tom pedindo ao monarca que dilatasse o prazo governamental do seu alto e excelente representante imediato.

Enviou Céspedes um delegado especial, Filipe Romero, a inspecionar as grandes reduções de Loreto e Santo Inácio, convidando aos padres a expulsar todos os índios refugiados de procedência paulista.

Assim se impediria a infalível represália dos de São Paulo. Melhor até seria a aplicação de drástica medida: enforcar os fujões e aqueles, dentre os aldeados, que os acoutassem. Só assim ficariam as aldeias indenidas da inevitável agressão paulista. E Deus e El-Rei bem servidos.

Em princípios de 1629 escrevia Céspedes a Filipe IV contando-lhe que passara duas vêzes em Vila Rica, em grandes dares e tomares com os jesuítas. Já então atravessara o Paranapanema o exército paulista que marchava sôbre as reduções. Em princípios de fevereiro deixava Céspedes o Guairá rumo de Asunción, onde chegou a 10 de abril recebendo a mais festiva acolhida. Dalí despachou novos relatórios ao Rei cheios de invectivas e queixas dos jesuítas.

Para a capital paraguaia navegava sua espôsa D. Vitória de Sá, vinda do Rio de Janeiro numa viagem de pavorosos riscos e desconforto, pelos rios, e numa esquadilha a que comandava André Fernandes, o grande sertanista fundador de Parnaíba. Era a primeira dama brasileira de alta hierarquia que se abalançava a tal jornada, esta ilustre senhora da família dos Sás.

## CAPÍTULO VII

---

*Destruição das grandes reduções jesuíticas do Guairá.  
Manuel Prêto e Antônio Rapôso Tavares.  
Protestos castelhanos e jesuíticos veementes.  
Expulsão dos espanhóis do território oriental do Paraguai.*

Em 1629 ocorreu um dos mais notáveis episódios da história do bandeirantismo, a destruição das grandes reduções do Guairá pela coluna paulista, pequeno corpo de exército a que chefiavam dois homens férreos: o velho Manuel Prêto e o jovem Antônio Rapôso Tavares.

Durante longo lapso os cronistas e historiadores, de mais de dois e meio séculos, não souberam individualizar a personalidade do segundo dos dois grandes cabos de tropa pelo fato de que no século XVII nada menos de cinco Antônio Rapôsos viveram em terras de São Paulo com maior e menor destaque.

Assim as ações de uns viriam atribuídas a outros. Coube a Washington Luís, em 1905, separar as confusões destas biografias emaranhadas.

Antônio Rapôso Tavares, o magno bandeirante, quiçá o maior sertanista das bandeiras do Brasil, nasceu em Beja em 1598. Veio para São Paulo muito moço ainda, com seu pai, Fernão Vieira Tavares, Capitão-mor de São Vicente, em 1622. Casou-se em São Paulo em 1625, talvez, com Beatriz Bicudo, de quem teve três filhos.

Foi o lugar-tenente de Manuel Prêto e certamente a alma da expedição que talvez haja deixado São Paulo em agosto de 1628, rumo ao Sul. Desconhece-se o itinerário da bandeira. Mais provável é que haja seguido o caminho primitivo, a via indígena chamada Piabiú pelos índios e *caminho de São Tomé* pelos jesuítas, vereda que, em duzentas léguas, no rumo de sudoeste, ligava São Vicente e São Paulo à margem do Paraná, cortando o Paranapanema, o Tibagi, o Ivaí e o Pequiri.

Na mesma ocasião operava no vale da Ribeira outra bandeira, muito menos importante, a de Mateus Luís Grou, que Alfredo Ellis supõe ter sido conjugada à de Rapôso Tavares, o que é hipotético.

Em princípios de 1629 assaltaram os paulistas de Prêto e Tavares as primeiras reduções guairenhas.

Num relatório de dois jesuítas ilustres, os Padres Justo Mansilla van Surck e Simão Mazzeta, a *Relación de los agravios*, há vultosa pormenorização sobre tal agressão.

Contam os dois inacinos que as correrias paulistas na região já vinham do século XVI e que à expedição de 1628 a vila inteira de São Paulo se associara. "Fuera de los viejos que por su viejez no podian

yr apenas quedarian 25 hombres en San Pablo que pudiesen tomar armas” Dos seis edis da vila vinham os dois juizes, dois dos três vereadores e o procurador do Conselho! Eram 900 os brancos armados de escopetas, espadas, escudos, machadinhas e gibões, dispondo de muita munição.

Acompanhavam-nos 2 200 índios seus antigos cativos. E esta tropa se dividia em quatro companhias com capitães e oficiais próprios.

Fato pitoresco, “las bandieras que levavam no tenian las armas d’El Rey nuestro señor”.

O Generalíssimo, afirmavam os dois jesuítas, era Manuel Prêto, “autor de tôdas estas malocas”.

Antônio Rapôso Tavares comandava a primeira companhia da coluna.

A 8 de setembro atravessaram os bandeirantes o Tibagi. Sua vanguarda comandada por Antônio Pedroso (provavelmente de Alvarenga) não tardou em aprisionar índios da aldeia de Encarnación. O superior do pueblo, Padre Antônio Ruiz, pediu-lhe a soltura dos seus catecúmenos. Recusou-a o paulista, motivo pelo qual apresentaram-se em face da estacada de Pedroso os padres Cristóvão de Mendoza e José Domenech, à testa de 1 200 índios. Depois de uma escaramuça em que o Padre Mendoza fôra ferido, houvera ajuste com os invasores. Restituíra Manuel Prêto os aprisionados prometendo não atacar as reduções e só cativar índios bravios.

Durante quatro meses estiveram os paulistas ocupados em caçar tais índios que não pertenciam às aldeias dos loiolistas.

Mas a 30 de janeiro de 1629 ordenava Rapôso Tavares ataque à redução de Santo Antônio, onde Simão Álvares fizera grande número de prisioneiros; apesar dos protestos do Padre Pedro de Mola, superior da aldeia, “llevaron todo a sangre y fuego hiriendo, matando y robando sin perdonar à los que se acogian al sagrado de la Iglesia profanandola sacrilegamente”, escreve Jarque em seu raríssimo *Insignes misioneros*.

Por um triz não foi então o Padre Mola assassinado.

A 23 de março Antônio Bicudo de Mendonça ocupava a aldeia de São Miguel de Ibituruna que encontrou deserta. Isto lhe causou enorme cólera, que o levou a emitir “espumajos por la boca”.

Três dias antes outra coluna da tropa de Prêto, comandada por Manuel Mourato, apossara-se de Jesus Maria fazendo enorme cópia de cativos. Só homens válidos, mais de 1 500.

Duas outras colunas, as que comandavam Pedro Vaz de Barros e Brás Leme, estas foram contemporaneamente muito infelizes “volviedo sin gente y con mucha perdida y muerta de los suyos”.

A área hoje paranaense onde se haviam fundado as treze reduções era muito dilatada.

Preferiram os chefes bandeirantes voltar a São Paulo com a avultada presa feita. É provável que por volta de maio de 1629 estivessem em sua vila.



*Antônio Raposo Tavares.*  
*Estátua do peristilo do Museu Paulista, de autoria de Luis Brizzolará.*

Apenas chegado partira Manuel Prêto novamente em campanha, agora para Santa Catarina.

“Gran fomentador auctor y cabeza de todas estas entradas y malocas” proclamava que a sua grande aspiração era morrer no decurso de suas correrias. Assim partira com numerosíssimos brancos, mamalucos e tupis sob o pretexto de povoar a Ilha de Santa Catarina. Até levava capelão nesta nova entrada.

Em agôsto e setembro recolhiam a povoado os últimos destacamentos da grande bandeira de 1628.

Jamais se vira tão avultada prêsa.

A esta coluna de cativos haviam acompanhado, com a maior solitudine, os padres Mansilla e Mazzeta.

Em carta de 13 de dezembro de 1629 contava Mazzeta que os prisioneiros seriam uns oito ou nove mil e que a marcha de além-Parapanema, de Jesus Maria a São Paulo, durara 47 dias.

Durante esta caminhada morreram numerosíssimos prisioneiros, afirmam vários documentos jesuíticos. Chegam alguns a declarar que apenas uns 1 500 entraram em São Paulo, devendo haver aí grande exageração. Dizem vários depoimentos que os brancos eram menos cruéis do que os seus tupis. Foram Mansilla e Mazzeta acolhidos fraternamente por seus confrades do Colégio de São Paulo, cuja situação era, aliás, a mais precária, sujeitos de um momento para outro a serem expulsos da vila como quase se dera em 1612.

Relatando ao seu Provincial êstes acontecimentos sinistros diziam-lhe Mansilla e Mazzeta que nem os holandeses hereges apossadores da Bahia haviam sido tão brutais quanto os católicos vassallos de Sua Majestade em São Paulo!

Tão selváticos não se haviam mostrado para com os sacerdotes! Entre os invasores do Guairá abundavam hereges e judeus. Muitos tão ímpios se alardeavam que traziam nas solas dos sapatos imagens de Nosso Senhor, São João e Santo Inácio. Tinham os bandeirantes o apoio de toda a gente de São Paulo a começar pelo de suas autoridades, até mesmo das eclesiásticas. Eram todos cúmplices naquela faina de desobediência formal, de violação das leis de Sua Majestade.

Não havia gente mais desalmada do que aquela de São Paulo, pior do que os piratas rocheleses ou os corsários argelinos. Iam escravizar índios que viviam em terras da coroa de Espanha. Os próprios oficiais d’El-Rei recebiam o quinto das levas de escravos. Viam-se clérigos seculares e regulares servir de capelães das jornadas escravistas. Recebiam presentes de índios e compravam peças. Agora na nova bandeira de Manuel Prêto o capelão era um carmelita!

Já no século XVI haviam sido destruídas trezentas aldeias e exterminados duzentos mil índios. Às cabeceiras do Marañon e às do São Francisco haviam os terríveis mamalucos atingido.

Gastavam “su vida de latrocínios en vida tan infame y indigna de cristianos” Muitos passavam cinco, dez, dezoito anos na selva “haziendo vida de brutos sin acordarse de sus casas y de sus mujeres legítimas”.

Em 1628 o padre Luís Ernot denunciava como principais *maloqueiros* Antônio Rapôso Tavares, Frederico de Melo Coutinho e seu irmão Manuel, Manuel Pires, sogro de Rapôso, João Pires, Antônio Pedroso (de Alvarenga, provavelmente), Antônio Álvares, Álvaro Neto, Dom Francisco Rendon, êste último castelhano, aliás.

O Provincial do Brasil, Padre Antônio de Matos, resolveu levar os dois confrades ao Rio de Janeiro e de lá à Bahia, à presença do Governador-Geral Diogo Luís de Oliveira.

A 2 de outubro de 1629 escrevia Mansilla ao Geral da Companhia de Jesus. Terrível objurgatória traçou contra os moradores da vila “de San Pablo gente desalmada y alevantada que no haze caso ni de las leyes del Rey ni de Dios”.

“Toda su vida dellos desde que salen de la escuela hasta su vejez, no es sino yr y venir y traer y vender índios. Y en toda la vila no habrá mas de uno o dos que no vayan a captivar índios.”

Ouvindo a denúncia dos dois jesuítas do Guairá ordenou o Governador-Geral do Brasil que o escrivão da real fazenda no Rio de Janeiro partisse logo para a Capitania de São Vicente a sindicá-la de-núncia recebida, devassando de tôdas as pessoas participantes da entrada de 1628. Fôsem presos, e levados à Bahia e tivessem os bens confiscados. Se acaso fugissem poderia a revelia condená-los à morte, como alevantados rebeldes e réus de lesa-majestade.

Aos índios do Guairá mandasse imediatamente pôr em liberdade.

Mazzeta sentia-se desanimado, tanto mais quanto percebia que o próprio Diogo Luís de Oliveira não acreditava na eficiência das medidas por êle decretadas. “Nos dije que se holgaria de yr en persona a San Pablo para el remedio”, embora não soubesse se lá poderia fazer alguma coisa de prático.

A 27 de dezembro de 1629 deixavam os dois missionários a Bahia de volta ao Sul. E à partida pontuara incidente dos mais desanimadores: aparecera na cidade d’O Salvador Manuel de Melo, irmão de Fradique de Melo Coutinho. Ao próprio Governador-Geral fizera então presente de dois índios, escravos do Guairá! E quando Mazzeta fôra pedir a êste que mandasse prender o escravista, exaltara-se Diogo Luís a exclamar perante numerosos circunstantes que de todo não o faria.

No Espírito Santo, terra dos irmãos Melo, havia muitos escravos guairenhos por êles para lá recém-transportados. Em Vitória quis Mazzeta vê-los o que motivou cenas violentas.

Meses e meses ficaram os dois jesuítas no Rio de Janeiro. Mansilla escrevia aos seus superiores que o Governador-Geral estava mancomunado com os apresadores. Era preciso que do Paraguai fôsse um procurador, especial, expor ao próprio Rei o estado das coisas do Brasil.

Afinal em maio de 1630 partiram os dois confrades para São Paulo levando em sua companhia o escrivão da Real Fazenda no Rio de Janeiro, Francisco da Costa Barros.

A notícia da chegada dêste sindicante determinou grande indignação em São Paulo. Quando Barros e os dois padres surgiram na vila, violentas manifestações ocorreram. Foram os jesuítas proibidos de se

avistar com os seus confrades do Colégio e detidos em casa de um particular. Viu-se Barros ameaçado de morte diversos dias seguidos e espavorido partiu para o Rio de Janeiro com seu meirinho e escolta de galfarros.

Mansilla e Mazzeta pouco depois soltos permaneceram inútilmente em São Paulo entre os seus confrades.

Em julho de 1630 escrevia Mazzeta ao Procurador da Província de Portugal noticiando a partida de novas expedições de preia, uma das quais chefiada por um tal Francisco, tupi, escravo do vigário João Álvares! e homem de negócios de seu amo. *Talis sacerdos, talis populus!* exclamava. Ao mesmo tempo noticiava a morte de Manuel Prêto em combate. "Plaga no haya yr poblar el Infierno!" comentava.

Vendo que nada conseguiam, resolveram os dois missionários ir ao encontro de Montoya.

E assim fizeram, avistando-se com o ilustre superior em Loreto. Ali preparava o êxodo geral dos seus catecúmenos para alguma região longínqua do Sul, onde pudessem abrigar-se da investida paulista, que já ameaçava o baixo Paranapanema.

Assim se malograra o esforço dos corajosos missionários em sua missão junto à suprema autoridade do Brasil.

Os acontecimentos do Guairá causaram a mais profunda impressão entre os hispano-americanos, muito embora grande número de colonos rejubilasse com o choque sofrido pela Companhia de Jesus, a que detestavam por obedecerem à mesma mentalidade dos luso-brasileiros. Apegados à instituição servil, a sua preservação antepunham a quaisquer ditames de ordem nacional ou religiosa ou a quaisquer instigações de consciência. O Conde de Chinchon, vice-rei do Peru aconselhou ao Rei que, com a maior severidade, se vedasse qualquer comunicação entre Buenos Aires e o Brasil.

O Governador da diocese paraguaia, Mateus de Espiñosa, endereçou à Coroa violento memorial acusando D. Luís de Céspedes de ser o autor intelectual do assolamento do Guairá, como legítimo cúmplice e instigador dos paulistas.

Hernandarias de Saavedra também escreveu ao monarca pedindo as mais enérgicas providências. Iria em pessoa ao Guairá sindicando os fatos, não fôsse sua idade muito avançada e os azares da enfermidade de que padecia.

E terminando fêz fortíssima carga a Céspedes Xerí'a. D. Francisco de Céspedes, Governador de Buenos Aires, êste pediu a Filipe IV que arrasasse São Paulo obrigando os paulistas a se dispersar.

Mandou o monarca que opinasse o Conselho das Índias. A êste apresentou o Padre Francisco Crêspo, Procurador-Geral das Províncias Jesuíticas das Índias Ocidentais, extenso memorial de queixas reforçando a "delenda Carthago" do Governador de Buenos Aires. Prática só havia tal medida realmente. "El dicho lugar de San Pablo es poblado de los malhechores de todo el Brasil: muchos dellos son cristianos nuevos" desrespeitadores contumazes das duas majestades: a divina e a humana.

De um momento para outro aliar-se-iam aos holandeses invasores de Pernambuco e assaltariam o Peru fazendo estancar uma das maiores fontes de riqueza da coroa espanhola.

Enquanto tardonhamente se agitavam as autoridades castelhanas, continuavam as correrias paulistas no Guairá; em 1631 reaparecia Antônio Rapôso Tavares em campanha.

Teve Céspedes Xerí'a de mandar ao encontro dos invasores uma força comandada pelo Mestre de campo Riquelme de Guzman que resolveu estabelecer um posto fortificado junto à foz do Itupá na zona ameaçada. Mas foi este fortim abandonado por seu comandante, o capitão Benitez, ante a pressão de diversas bandeiras, entre as quais a de Cristóvão Diniz um dos fundadores de Itu.

A 25 de novembro de 1631 acampava Guzman perto do Salto das Sete Quedas preparando-se para socorrer Vila Rica del Spiritu Santo que os paulistas pretendiam destruir, empenhados como pareciam em enxotar todos os castelhanos além Paraná.

Certo de que a situação no Guairá era insustentável apressara Montoya o êxodo geral de seus índios de Loreto e Santo Inácio, únicas reduções que ainda subsistiam das treze recentemente florescentes.

E o fez embarcando os seus gentios, nada menos de doze milhares de guaranis, em setecentas jangadas e canoas.

As onze aldeias destruídas, contavam ao seu dizer, para cima de 33 000 habitantes.

Além dos perigos da navegação fluvial receavam os jesuítas que os espanhóis de Ciudad Real assaltassem os retirantes. E não o fizeram, aliás, por temerem o conflito armado com que os ameaçou o ilustre inacino peruano, em desespero de causa.

Terríveis calamidades trouxe aos fugitivos a transposição do Salto das Sete Quedas. Foi preciso abandonar as embarcações, fazendo-se a retirada a pé por 25 léguas até um ponto onde o rio novamente dava navegação franca e onde os pobres exilados embarcaram em canoas feitas às pressas e balsas de taquaruçu. Dêstes barcos frágeis muitos soçobraram. Muita gente pereceu na terrível marcha, extraviada na floresta, morta de moléstia ou às garras dos tigres.

Afinal chegou o socorro dos jesuítas do Sul, a quem vinha prestando o maior auxílio o mestre de campo português Cabral, morador de Corrientes.

Por mal de calamidades assaltou uma epidemia aquela turba desnutrida e tão provada, vitimando numerosíssimas pessoas. Afinal pôde Montoya localizar os escapos a tanta miséria às margens do Iabebiri, na Mesopotâmia parano-uruguaia.

Comentando êstes sucessos catastróficos, escreve com as habituais imparcialidade e retidão: "tantas calamidades teriam desanimado homens estimulados por motivos mais baixos que o zêlo religioso. Continuaram os jesuítas os seus esforços com o mesmo ardor".

Não tardou que os encomenderos espanhóis da região guairenha percebessem quando a arrancada paulista os ameaçava agora, mau grado



Ruínas da casa de Antônio Rapôso Tavares em Quitaúna.  
*Óleo de João Batista da Costa — Galeria do Museu Paulista.*

a simpatia de origem escravista com a qual haviam acompanhado a destruição da obra jesuítica.

Já em princípios de 1631 fazia a pressão paulista significar aos castelhanos que queria a evacuação de seu território a antiga conquista de Melgarejo.

Em meados daquele milésimo a situação de Ciudad Real e Vila Rica muito crítica era. Partiu o bispo do Paraguai D. Frei Cristóvão de Aresti para a região ameaçada e o cabildo de Asunción, em sessão de 20 de outubro de 1631, resolveu fazer seguir quanto antes, para a zona conflagrada, uma expedição de socorro, comandada pelo mestre de campo Francisco Spinola. Já nesta ocasião fôra D. Luís de Céspedes deposto do govêrno.

A 26 de agosto de 1632 aparecia o Prelado em Vila Rica após a mais penosa viagem, tendo a pior impressão da situação dos 4 500 espanhóis e índios seus encomendados a quem bloqueavam os paulistas. "Está la villa muy apretada y atrincheirada por tenerla cercada los portugueses de San Pablo", escrevia para Asunción. Reinava fome em Vila Rica pois das "chacaras y bastimentos" dos moradores estavam os paulistas senhores.

Por duas vêzes pareceu que os sitiados queriam precipitar os acontecimentos terminando o bloqueio por um assalto geral. Viu-se então

o Prelado apresentar-se nas primeiras filas dos sitiados “acaudillando a toda la gente e animandola” tanto aos espanhóis como aos índios. A seu lado formavam o seu secretário armado de escopeta e mais quatro clérigos “con sus alfanjes”.

Verificou o bispo a inutilidade da resistência e assim chefou o êxodo geral dos sitiados além-Paraná, retirada em que se portou heróica-mente. A 20 de outubro estavam os retirantes já à margem direita do Paraná fugindo “aos pérfidos salteadores que já haviam escravizado mais de cem mil (sic) súditos da coroa de Castela”.

Muita gente perecera naquela marcha de centenas de quilômetros.

Os fatos desta campanha ainda se acham muito mal documentados, ignorando-se os seus pormenores. Nem se conhece quem haja sido o chefe do exército paulista vitorioso. Supomos fôsse Rapôso Tavares.

Espavoridos com o que sucedera aos seus vizinhos longínquos de Vila Rica deram-se pressa os habitantes da Ciudad Real em abandonar a sua povoação.

Dentro em pouco não haveria um único branco mais sitiado na grande área limitada pelo Paranapanema, Tibagi, Paraná e Iguçu.

Dos espanhóis guairenhos diversos resolveram vir residir entre os paulistas como se sabe de alguns e entre êles o vigário de Vila Rica, Juan d’Ocampo y Medina, que acabou assassinado em Parnaíba, vila da qual era o vigário.



## CAPÍTULO VIII

### *A deposição de D. Luís de Céspedes e seu processo de residência.*

#### *Providências régias de repressão às bandeiras.*

Motivaram êstes fatos a deposição de D. Luís de Céspedes e a abertura de um processo de residência contra êle instaurado e processo do qual resultou a sua condenação a quatro mil pesos de multa e à inabilitação para qualquer cargo por seis anos. Penas impostas pela Real Audiência de Charcas, “castigo menor que suas atrozes maldades, perpetradas em prejuízo de inúmeras almas”, — comenta Lozano em sua *História de la Conquista* — “como traidor a seu Rei e a sua Pátria”

Os depoimentos das numerosas testemunhas arroladas fazem-lhe fúribundas acusações, sobretudo os dos jesuítas. Relembrou as suas relações de parentesco com os Sás do Rio de Janeiro, sua viagem ilegal a São Paulo, a descida dos rios para Guairá acompanhado de paulistas e, entre outros, de um pretense capelão, irmão “del mayor cossario y mas cruel y desalmado que nunca a entrado en el Serton”.

Durante os assaltos de 1629 às reduções não só nada fizera para defender os súditos de Sua Majestade Católica como destragara com a maior violência os jesuítas solicitantes de sua intervenção “que se retirassem los padres y que dejasen los diablos llevar a los índios”.

Perverso e larápio escravizara mais de sessenta índios livres do Paraguai despachando-os para o Rio de Janeiro.

Sua mulher viera ter a Asunción numa monção guiada por André Fernandes “famoso cossario, grande matador y desolador de yndios”

Pouco depois via-se no Paraguai o mais tarde tão famoso Salvador Correia de Sá e Benevides, primo de D. Vitória.

Gabava-se Céspedes de que conseguiria colocar em seus engenhos do Rio de Janeiro mais de dois mil escravos guaranis.

O Padre Mazzeta afirmou ter visto no Rio dezoito índios de Vila Rica. Declarara D. Vitória que não os deixaria voltar ao Guairá porque pertenciam a seu marido.

O padre Ernot sustentou que reinava entre Céspedes e os paulistas a maior amizade, nascida da comunhão de interesses.

Aliás êste modo de sentir era o da enorme maioria dos espanhóis do Paraguai. “Es gente que no trata sino de robar como los portugueses y entre elles ay muchos portugueses venidos de San Pablo”

Céspedes, aliás, explorava os ervais, onde fazia reinar a mais feroz inclemência para com os pobres índios. Os fugitivos daquele inferno

pareciam "retablos de la muerte" E a erva mate que ali se produzia era a pior possível.

Antes da chegada de Céspedes — fato da maior significação! — nunca haviam as bandeiras dos paulistas atacado os catecúmenos da Companhia.

O Padre Mansilla apresentou uma lista de cerca de oitenta bandeirantes seqüazes de Rapôso Tavares, qualificado como principal maloquero. Alegara êle diversas vèzes ter entendimentos os mais amistosos com o Capitão-General paraguaio.

Montoya acusou Rapôso de ser judeu. A Antônio Pedroso e D. Francisco Rendon de Quevedo, de haverem alegado estarem em campanha por ordem "del Rey que tenian en el Brasil". E isto o levava a êle Montoya nesta ocasião a chamá-los de traidores prorrompendo em altas vozes: "sean me todos testigos de que lo dicen êstes hombres que tienen Rey en el Brasil"

Afirmou ainda o autor da *Conquista Espiritual* ter ouvido dizer que os paulistas pretendiam trazer de Holanda D. Antônio, filho do Prior do Crato para o aclamarem seu soberano.

Não fôra a opposição dos paulistas e o próprio Céspedes se teria pôsto à testa da grande bandeira de 1628 em sua ânsia de arrebanhar escravos para os seus engenhos do Rio de Janeiro e os de seus parentes.

Mentira escandalosamente exagerando as fôrças dos invasores, quando contara que os paulistas brancos seriam oitocentos ou novecentos. No entanto não passavam de duzentos e cinqüenta.

Indivíduo sem entranhas protegia de modo mais escandaloso a um Filipe Romero, verdadeira fera humana, carrasco dos infelizes silvícolas e seu *fidus Achates*.

Violava a correspondência da Companhia de Jesus, vivia a apregoar que no Paraguai "era el Rey y el Papa".

Tão hipócrita que no momento da invasão de Rapôso Tavares passara as mais veementes atestações de aplauso aos jesuítas pela sua obra no Guairá.

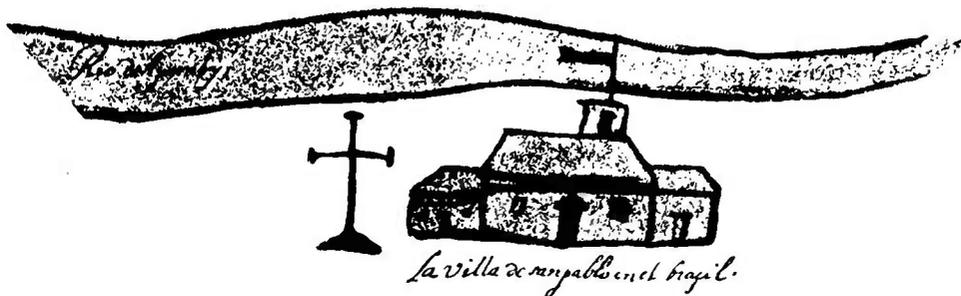
Temos como certa a cumplicidade de Céspedes na invasão do Guairá. Mas, com ela ou sem ela, o assalto ocorreria. Assim o demonstram os gritos de alarma anteriores à chegada do Capitão-General do Paraguai a São Paulo. E se depreende das diversas denúncias do Padre Nicolau Duran, provincial do Paraguai, a Filipe IV, chegadas ao Conselho de Índias em princípios de 1628.

A 22 de setembro deste ano expedia-se a Real Cédula ordenando ao Governador de Buenos Aires que castigasse com rigor os maloqueros invasores das reduções.

Não conseguimos ler os autos originaes do processo de Céspedes.

Em 1635 estava exilado em Buenos Aires onde depôs em inquérito aberto a pedido do Padre Tomás de Urueña jesuíta que pedia armas e munições para a defesa dos catecúmenos.

Começou dizendo que as correrias dos paulistas abrangiam jornadas de 200, 300 e até 500 léguas de raio. Talvez já tivessem até chegado ao grande rio Marañon (Amazonas).



*La villa de San Pablo en el Brasil.*

O mais antigo documento iconográfico paulistano até hoje divulgado.  
(Archivo General de Indias em Sevilha).

Destas algaras traziam “todos quantos yndios hallan de que se sirven y tienen sus grangerias acarreado con ellos sus harinas y comidas al puerto de Santos y asi con este ordinario trabajo en que se sirven dellos como de caballos se muerem ynfinitos y unos y otros los venden como a esclavos”.

Nesta ocasião fêz Céspedes um retrospecto de sua defesa perante a Real Audiência de Charcas.

Se passara por São Paulo fôra porque para tanto tivera especial permissão do seu soberano. Ali vira organizar-se o exército de novecentos portugueses e três mil índios frecheiros.

Fizera o possível para impedir a marcha desta tropa recorrendo ao Capitão-mor e ao Ouvidor de São Vicente.

Do Avanhandava despachara uma canoa ligeira para prevenir aos padres das Reduções da aproximação dos paulistas. Em Ciudad Real armara 135 espanhóis e 500 índios para defender os jesuítas e suas aldeias. Fôra então informado pelos colonos que os padres dispunham de mais de cem índios arcabuzeiros, fabricavam pólvora e tinham fartura de armas de fogo.

Ora era isto muito grave. Armavam os índios podendo de um momento para o outro dar-se a chacina dos brancos do distrito de Guairá. “Desarmaban se los españoles y armavan se los yndios”

Diante da situação inaudita que se preparava, proibira expressamente sob pena de morte que qualquer “vecino feudatario ni otro alguno español” desse ou vendesse uma única arma de fogo e munições a qualquer padre ou qualquer dos seus doutrinados.

Os jesuítas agiam com a maior imprudência armando os selvagens que seriam capazes a cada momento de exterminar a seus amos, os encomendeiros e a eles próprios, missionários.

Fôra ter a Vila Rica para observar os movimentos dos paulistas.

O padre Espinosa, depois de lhe contar que recebera a carta do Avanhandava pedira-lhe instantemente que partisse. Sua presença provocaria a insurreição geral dos índios. Estava êste jesuíta à testa de mil e quinhentos dos seus neófitos à espera dos invasores.

Houvera pelega e pouco depois o Padre Domenech lhe participara que os paulistas, batidos, fugiam “como ladrones bellacos” deixando muita bagagem e enfermos. O padre Montoya perseguia a retaguarda dos bandeirantes em pânico.

O encontro ocorrerá a trinta léguas das reduções e os padres capitaneavam as suas chusmas munidos de armas de fogo e cluiços.

O próprio Montoya o tranqüilizara “Ya no ay portugueses!” Assim partira para Asunción. Ali chegado, soubera da agressão dos paulistas “irritados de los dichos padres por los males recibidos”.

Cinco ou seis mil haviam sido os cativos do Guairá. Jamais ouvira que os de São Paulo queimassem igrejas e maltratassem sacerdotes. Se assim fôsse, como teriam consentido que Mansilla e Mazzeta acompanhassem o comboio de seus prisioneiros?

Os jesuítas, êstes sim agressores, viviam a arrebanhar os índios de quem os encomendeiros eram legítimos senhores.

A sua famosa retirada do Paranapanema pelos rios abaixo custara a vida a mais de trinta e três mil pessoas (sic!) fora as muitíssimas extra-  
viadas devoradas pelas onças.

Dêste despovoamento inventado por Montoya proviera a perda total do Guairá para a coroa da Espanha, tendo os castelhanos de Vila Rica e Ciudad Real emigrado em péso além-Paraná em jornada penosíssima balizada por inúmeras mortes.

Nenhuma palavra ousou o mentiroso consagrar às operações de guerra que haviam levado o bispo Aresti a socorrer Vila Rica.

Voltou Céspedes ao Paraguai, onde continuou a combater os iná-  
cinos rijamente. Mas em determinado momento fêz solene e público  
ato de retratação de quanto obrara e dissera contra a Companhia de  
Jesus. Em 1657 era alcaide de Asunción e algum tempo depois fale-  
ceu no Rio de Janeiro, segundo informa Capistrano de Abreu. Sua  
viúva, não tendo filhos, legou os seus muito grandes bens aos bene-  
ditinos do Rio de Janeiro e foi sepultada em 1667 no centro da nave  
do grande abacial fluminense, onde seu túmulo se encontra até hoje.

Para nós é fora de dúvida que Céspedes agiu com extraordinária  
duplicidade. Saiu do Rio de Janeiro com a idéia fixa de se associar  
a alguma grande expedição de preia dos índios das reduções. Menta-  
lidade ferrenha de escravista antevia largos lucros com a aquisição  
gratuita da larga escravatura para as propriedades de sua mulher e  
de seus parentes.

Martim de Sá, seu tio afim, era muito afeiçoado às campanhas do  
apresamento e tratava ferreamente os seus cativos, segundo informa  
Anthony Knivet. Salvador Correia, o ilustre restaurador de Angola  
soube sempre aproveitar-se das ensanchas da aquisição de escravos.  
Em 1648 voltaria da África com centenas de negros. A sua presença  
em Asunción parece indicar quanto os seus pontos de vista eram os  
do marido de sua prima a valente passageira da monção de André  
Fernandes.

O Conde de Chinchon, em 1632, além de tudo, delatava ao Rei  
que Céspedes tão amigo era dos portuguezes, que a diversos dera boas  
*encomiendas* no Paraguai!

## CAPÍTULO IX

---

### *Prosecação da expansão bandeirante. Invasão do Itatim.*

**R**eforçando conceitos recentes dizia o Vice-Rei do Peru a Filipe IV em 1632 que os paulistas sustentavam a pés juntos ser legitimamente seu o território guairenho. As suas bandeiras costumavam ser bianuais, pelo menos. Ora com poucos homens, ora até com mais de quatrocentos componentes.

Duzentas léguas de terras paraguaias haviam por elas sido completamente despovoadas. Precisava tal situação ser examinada por uma junta de ministros das coroas de Espanha e Portugal. Fôsem resgatada a Capitania de São Vicente e colocados em São Paulo governadores régios à frente de boa guarnição de tropa européia.

O número de índios escravizados pelos paulistas já excederia, ao seu saber, de duzentos mil. Só o assalto de 1629 teria custado a liberdade a mais de cinqüenta mil!

Horível mortandade acompanhara o êxodo dos guairenses Paraná abaixo. E agora já se receava a invasão de Corrientes e da zona das reduções do Sul.

De nada valia a expedição de cédulas reais. Delas os de São Paulo se riam. “Ni los oydores ni los inquisidores an podido castigar nadie. Y aviendo anohecido no an amañecido de puro miedo”.

Fôsse a capital do Paraguai transferida de Asunción para Vila Rica ali se sediando um capitão-general dispondo de fartos recursos militares.

Sabedores dêste obstáculo não mais se atreveriam os paulistas a assolar o Guairá.

A infiltração portuguesa em Buenos Aires, Tucumã, Paraguai e até no Peru mostrava-se cada vez mais intensa. Eram os portugueses os agentes de enorme contrabando no Prata. Faziam fingidas arribadas em Buenos Aires onde despejavam negros e mercadorias, prejudicando imenso o comércio de Sevilha. Muita prata descia do Peru à cidade portenha, daí ao Brasil e à Holanda, graças aos cristãos novos brasileiros, amigos e sócios dos hereges rebeldes a Sua Majestade implantados em Pernambuco.

Antevia o Conde de Chinchon até o perigo de um assalto batavo a Buenos Aires. Fôsse também colocada forte guarda nas Sete Quedas. E nas missões do Uruguai instituídos postos avançados igualmente bem guarnecidos.

Pouco depois reiteraria o Vice-Rei ao seu monarca os motivos de sua inquietação crescente. Parecia-lhe irreprimível o avanço dos paulistas para Oeste e para o Sul.

Tornava-se indispensável nomear-se para o Paraguai governador absolutamente infenso a portugueses e ao mesmo tempo compelir os paulistas logo e logo a libertar os seus recentes apresados do Guairá.

Existisse a mais severa proibição do trânsito de gente portuguesa às colônias espanholas e fôssem expulsos de São Paulo todos os holandeses (sic) ali moradores.

Nada mais condenável do que estender-se o real padroado às reduções do Uruguai, pondo-as à mercê de escravistas.

Na mesma ocasião o Padre Trujillo, Provincial do Paraguai, significava a Filipe IV que a obra nefasta de D. Luís de Céspedes poderia trazer para a Coroa da Espanha a perda completa do Paraguai, até a do território de Além-Paraná a que ficara reduzido com a perda do Guairá de onde onze mil neófitos da Capitania haviam abalado para o Sul.

Se os paulistas se estabelecessem sobre o rio Paraná *finis Paraquariae!* Estariam abertas as estradas de acesso ao coração da América Meridional por judeus encapotados "hombres muy danosos al bien espiritual y temporal y seguridad destes Reynos".

A navegação do Tietê praticavam-na continuamente as bandeiras visando atingir o Peru. Tomado o Paraguai estavam Charcas e Potosi à mercê dos paulistas e Buenos Aires correria o maior risco. Então *finis Americae!*

Os paulistas, convinha lembrá-lo, tinham soberano clandestino próprio, cujos brasões e insígnias já haviam sido vistos estampados em seus estandartes.

O sucessor de Céspedes, Martim de Ledesma Valderrama, ainda em 1632 denunciava ao Rei a suma inquietação do Paraguai ante a investida "de los de San Pablo"

Fato curioso: o tom de tôda esta documentação revela a circunstância de que ninguém considerava os paulistas como gente que fôsse súdita do monarca espanhol. Tôdas estas denúncias apresentam êstes acontecimentos como se em 1580 não houvesse ocorrido a integração de Portugal na monarquia dos Áustrias. Persistia como que a impressão nítida de que as relações das duas coroas eram pura e simplesmente as antigas dos tempos pós-aljubarrotanos.

Vitoriosas no Guairá continuavam as bandeiras na faina do combate ao domínio jesuítico espanhol. Voltaram-se para o Sul de Mato Grosso, para o Itatim, como no tempo se dizia, onde existia o núcleo assaz importante de Santiago de Jerez.

Fundado em 1580 por Melgarejo convertera-se em centro de populoso distrito civilizado. Em 1625 contava mais de quatro mil índios aldeados e cento e cinquenta colonos espanhóis. Possuía vultosa gadaria além de fartas lavouras.

É muito escassa a documentação castelhana relativa à destruição de Jerez e a portuguesa praticamente nula.

A expugnação da cidade mato-grossense deve ter ocorrido em fins de 1632 ou princípios de 1633. É o que se deduz de um memorial, a Filipe IV, do Padre Ferrufino, Procurador-Geral da Companhia de Jesus.

Relatava que os paulistas haviam destruído “con impiedad y crueldad nunca oida una de las mas numerosas y floridas provincias”. Mais de dez mil almas haviam sido chacinadas, escravizadas e dispersas, havendo os de São Paulo conquistado “mas de docientas leguas de la corona de Castilla como se fuera de algun rey extraño o enemigo”.

As reduções do Itatim San José, Angeles, San Pedro e San Pablo achavam-se praticamente aniquiladas.

Curioso é que numerosos espanhóis confraternizassem com os invasores emigrando para São Paulo, segundo relata Pedro Taques, como já, aliás, sucedera em Vila Rica.

Os documentos sevilhanos acusam Rapôso Tavares de promotor da campanha do Itatim para êle reclamando especial castigo. Por aquela época, porém, as alusões dos papéis portugueses indicam que êle se achava em São Paulo, onde irrompera grave pendência entre a Câmara Municipal e os jesuítas. Vinha se acentuando o dissídio desde a chegada dos prisioneiros do Guairá, sendo os inacinos paulistanos solidários com os seus confrades espanhóis, como só podia acontecer.

De ano para ano, desde 1629, agravara-se tal pendência a que exacerbava a presença de Mansilla e Mazzeta e do escrivão Costa Barros.

Em 1633 saiu Antônio Rapôso Tavares, em pelouros, juiz ordinário de São Paulo. Dispunha de extraordinário prestígio graças às recentes campanhas vitoriosas.

Possuíam os inacinos a poucos quilômetros da vila a grande aldeia de Barueri que os colonos constantemente acoimavam de lugar de homizio para os seus “serviços forros”.

A 25 de julho o Procurador do Conselho requereu que a Câmara se apossasse das aldeias da Companhia onde os Padres, a cada passo, violavam as leis de Sua Majestade. Pouco depois ocorria um *meeting* de homens bons e republicanos a que concorreram sessenta e quatro dos mais conspícuos paulistanos e assim tomou Rapôso Tavares posse da igreja e colégio anexo barueriense.

Recorreram os jesuítas ao Governador-Geral do Brasil, Diogo Luís de Oliveira. Expediu êle provisão repreendendo severamente a Câmara “por proceder com excesso temerário”.

Recorreu Rapôso, então Ouvidor da Capitania, aos meios judiciários.

Em 1634 foram êle e os oficiais da Câmara de 1633 excomungados sem que contudo se dessem por vencidos.

Havia porém sérios receios de insurreição entre os índios e em 1634 viu-se Rapôso destituído da Ouvidoria, apesar dos protestos endereçados ao Governo-Geral. Voltaram os inacinos a administrar a sua grande aldeia.

Pugnaz como sabia ser, partiu Rapôso para o Rio de Janeiro e lá conseguiu do Ouvidor-Geral da Repartição do Sul manutenção da

posse do cargo. Em 1636 viu a sua autoridade novamente reconhecida pela Câmara.

Mas já aí pouco se lhe dava ser Ouvidor da Capitania de São Vicente. Preparava-se para novas e grandes campanhas de preia, agora no Sul do Brasil.

O território atualmente sul-rio-grandense já desde o século XVI fôra percorrido por expedições vicentinas, anônimas.

Seu grande evangelizador inicial fôra o Venerável Roque Gonzalez de Santa Cruz, o protomártir rio-grandense.

A colonização do território a leste do rio Uruguai encetou-a em 1626. A 15 de novembro de 1628 pereceu às mãos dos índios que também trucidaram seu companheiro, o padre Alfonso Rodriguez. Tal crime ordenara-o o cacique Nheçum, feroz inimigo dos jesuítas, cujo sustentáculo era o tuxaua Nienguiru.

Procurou Nheçum destruir a redução de São Nicolau fundada por Gonzalez mas não o conseguiu.

Vindo de Corrientes em socorro dos inacinos o mestre de campo Manuel Cabral incorporou o seu contingente de espanhóis às fôrças de Nienguiru. Foi Nheçum completamente derrotado em Castro e fugiu acabando, em 1644, às mãos dos paulistas.

Enorme impulso tomou a obra de evangelização no Rio Grande do Sul de 1629 a 1635, sobretudo depois dos acontecimentos do Guairá. Fundaram-se numerosas reduções nos vales de Ijuí, Ibicuí, Jacuí, Taquari e na Serra Geral. Congregaram os inacinos dezenas de milhares de neocatequizados.

Ia o Tape no maior progresso quando sôbre a região se desencadeou nova arrancada das bandeiras.

## CAPÍTULO X

---

*Invasão do Tape.*  
*As grandes bandeiras de Antônio Rapôso Tavares,*  
*André Fernandes e Fernão Dias Pais.*  
*O breve de Urbano VIII.*  
*Expulsão dos jesuítas do Colégio de São Paulo.*

Em 1635 deixou o litoral paulista, rumo ao Sul, avultada bandeira marítima constante de uns duzentos homens cujos chefes devem ter sido Fernão de Camargo, o *Tigre*, e Luís Dias Leme. Entende Alfredo Ellis que operou no Rio Grande do Sul na zona da Lagoa dos Patos, mas Aurélio Pôrto, em sua investigação rigorosa dos documentos da coleção De Angelis, repele *in totum* esta interpretação, achando que a zona das operações foi Laguna.

Ante as perspectivas sombrias da invasão próxima resolveram os jesuítas defender-se a todo o transe. Ao Tape despacharam um de seus mais ilustres superiores o padre Francisco Dias Tanho.

Segundo Ellis, ainda em 1635 a grande bandeira de Camargo e Leme esteve acampada junto à aldeia do cacique Aracambi em pleno Rio Grande do Sul. Pensam Aurélio Pôrto e Olinto Sanmartin ser inconteste que acaso então houve pequena penetração bandeirante no território rio-grandense. Esta só se fez por algum destacamento reduzido trucidado pelos caaguaras em junho de 1636. Esta questão da penetração da flotilha de Camargo na Lagoa dos Patos é muito obscura e a documentação a seu respeito omissa e nebulosa. Sob o ponto de vista geográfico, *Patos* era então indiscutivelmente a região lagunense.

A primeira grande entrada paulista realmente realizada em território sul-rio-grandense ocorreu em fins de 1636 com Antônio Rapôso Tavares à testa. Certos da vinda dos paulistas, haviam dois jesuítas, antigos militares, os Irmãos Bernal e Cardenas, cercado de paliçada a grande aldeia de Jesus Maria e feito os seus índios executar exercícios bélicos.

Partindo de São Paulo com 150 brancos e 1 500 tupis tomou Rapôso Tavares em janeiro de 1636 a antiga vereda das migrações primitivas, via que até 1773 seria a única a existir como estrada para o Extremo Sul do Brasil.

Dos companheiros de Rapôso conhecem-se os nomes de apenas 37. Fez a bandeira em diversas regiões numerosíssimos cativos, que concentrou num campo à margem do Taquari. Contavam os paulistas,



Fernão Dias Pais.  
*Estátua do peristilo do Museu Paulista, por Luis Brizzolava.*

naquela região, com o apoio de um preposto, o índio Parapopi, legítimo *pombeiro* no gênero dos de Angola.

A 2 de dezembro Rapôso atacou Jesus Maria, encontrando forte resistência. Mas a aldeia capitulou, perecendo no assalto diversos paulistas e muitos tupis. Feridos haviam sido o Padre Mola e o irmão Bernal.

Narram os relatos inacinos que os vencedores agiram com grande crueldade para com os vencidos e aprisionados.

Pouco depois apossava-se Rapôso das reduções de São Cristóvão e São Joaquim. Ao seu encontro marchava um corpo de 1 600 homens, alguns espanhóis e os mais índios, travando-se combate com consideráveis baixas de ambos os lados.

Em fins de janeiro de 1637 apareceram no teatro de guerra o Provincial Diego Alfaro e o Padre Superior Diego de Boroa.

Mas já Rapôso conseguira enorme número de prisioneiros. Caminhou para a sua paliçada do Taquari receoso da revolta dos cativos lá concentrados. Ali passou quatro meses e voltou a São Paulo.

Boroa à testa de 1 500 homens percorreu, ao seu encalço, a região. Em setembro de 1638 estava Rapôso em São Paulo indubitavelmente. Pensa Aurélio Pôrto que a sua campanha no Rio Grande do Sul haja durado um ano.

Documentos do Archivo General de Indias levam-nos a supor que o infatigável afuroador da selva haja, em milésimo de difícil identificação, talvez em 1639, atravessado o Paraná e o Paraguai, tendo aparecido a oitenta léguas de Santa Cruz de la Sierra.

A segunda grande bandeira invasora do Rio Grande do Sul foi a de outro e formidável cabo de tropa André Fernandes. Em meados de 1637 estava à margem do Taquari e contava mais de 300 homens.

Partiu tal expedição tendo como chefe Francisco Bueno, irmão de Amador Bueno, o *Aclamado*, mas havendo êle falecido tomou-lhe o comando André Fernandes, que, como lugar-tenente, tinha seu irmão Baltasar, o futuro fundador de Sorocaba.

A 23 de dezembro de 1637 capturou o chefe bandeirante a aldeia magnífica de Santa Teresa com mais de quatro mil habitantes.

Depois de a ocupar mandou André Fernandes assolar a região do Ijuí onde realizou enorme preia encaminhada para os seus campos de concentração.

Parece que duas colunas hispano-jesuíticas organizadas pelo Padre Alfaro, uma de 1 500 homens, outra de 1 300, bateram-se com os paulistas. A primeira venceu os mamalucos após desesperada resistência; e a segunda dispersou-se, tomada de pânico.

Em fevereiro de 1638 estavam os paulistas entrincheirados em Caasapamini onde o mestre de campo Ynsaurralde, o Padre Alfaro e o notário apostólico Hornos os intimaram a restituir à liberdade os seus cativos e a deixar o território do Bispado de Buenos Aires, sob pena de excomunhão *vitanda*.

Riram-se os bandeirantes da intimação, rasgando o papel que continha a excomunhão. Levantaram acampamento e reuniram-se ao grosso da bandeira, seguindo para o Norte.

Deve André Fernandes ter chegado a São Paulo passado janeiro de 1639.

À terceira grande bandeira invasora do Rio Grande do Sul comandou alguém cujo nome viria a assumir a maior notoriedade na história do bandeirantismo: Fernão Dias Pais.

Entende A. Ellis que a sua expedição haja partido de São Paulo antes de janeiro de 1638. O Padre Boroa em sua "Exposición a El-Rey" datada de fins deste milésimo relatou que o centro das suas operações foi Caasapaguaçu, havendo Fernão Dias destruído as duas reduções de Caaro e Caaguá.

Simão Pereira de Sá, na *História da Nova Colônia do Sacramento*, refere que o futuro Governador das Esmeraldas sertaneou em território hoje uruguaio.

É possível haja sido quem em 1638 conquistou as últimas reduções de Ibicuí, levando para o norte elevado número de prisioneiros. Julga A. Pôrto que Fernão Dias comandaria uns cem brancos.

Em 1640 estava de volta a São Paulo e em 1641 corria com seus índios, em defesa de Santos ameaçado pelos holandeses de grande esquadra invasora, com quem bravamente pelejou. Na década de 1641-1650 deve ter realizado novas entradas. Em 1651 viu-se eleito Juiz ordinário de sua vila.

Em 1638 e em 1641 ocorreram graves reveses experimentados pelas bandeiras meridionais e com estas derrotas as incursões ao Rio Grande do Sul tornaram-se muito menos consideráveis.

De 1648 parece ser a expedição dos irmãos Domingos e Antônio Cordeiro. Em 1656 a de Francisco Cordeiro, Manuel Prêto, o Moço, e Pascoal de Ribeira. Estes sertanistas foram totalmente desbaratados por D. Matias Jeramini, corregedor de Japeju.

Outras e pequenas expedições percorreram o Rio Grande do Sul ao mesmo tempo mas nada de particular se sabe a seu respeito.

Em 1669 certo Ventura Dias relatou aos padres de Japeju que em São Paulo se preparava formidável expedição destinada a agredir-lhes as reduções cujo chefe supremo seria Fernão Dias Pais. Traria em sua companhia vários dos mais notáveis sertanistas, como Pedro Vaz de Barros, José Ortiz de Camargo e seu irmão Francisco, Garcia Rodrigues Velho, etc. Pretendia a expedição ir a Laguna e dali marchar sobre o vale do Jacuí. Mas tudo não passou de espantalho e atoarda.

Avolumavam-se continuamente as queixas das autoridades hispano-americanas endereçadas ao Trono. A queda de Xerez e a invasão do Tape causaram esta recrudescência. O Presidente da Audiência de Charcas, D. Juan de Lizarázu, a 1 de março de 1635 apontava a Filipe IV a benemerência dos jesuítas defensores estrênuos dos direitos espanhóis. De 1610 a 1634 haviam fundado vinte e seis reduções aldeando 40 327 almas, não entrando neste cômputo os mortos nas reduções do Guairá pelos "portugueses del Rio de Sant Pablo" (sic).

Devia Sua Majestade e quanto antes, amparar aquela cristandade tão ameaçada e recompensar tão zelosos vassallos.

A 10 de agosto de 1637 endereçou Lizarázu novo e premente apêlo ao monarca a relatar-lhe as recentes agressões dos paulistas “jente ympia e cruel” que segundo o governador do Paraguai informava, acabava de destruir três novas reduções “matando y cautibando millares de yndios”. Referia-se o informante aos acontecimentos do Tape.

“Vayan abriendo paso y camino al Peru”, advertiu, rompendo o caminho das minas a holandeses e marranos “que todo es uno”. Era preciso, de vez, arrasar aquela perversa gente, aquela corja de judeus.

Na mesma ocasião ao Rei reforçava o Capitão-General do Prata, D. Pedro de Ávila os desalentadores conceitos de Lizarázu.

Estivera no Rio de Janeiro onde vira mercadejarem-se índios do Guairá. Isto o levava a protestar, por escrito, ao Governador Martim de Sá contra semelhantes horrores. Na cidade fluminense ouvira que só de 1628 a 1630 haviam os paulistas preado sessenta mil índios.

Em 1638 o novo Capitão do Prata D. Mendo de la Cueva y Benevides mandou um corpo de tropas a Corrientes para deter uma avançada paulista. Nesta ocasião o Padre Ledesma fêz abrir inquérito em que depuseram o mestre de campo Ynsauralde e seus dez oficiais. Um destes depoentes afirmou calcular os índios apresados pelas bandeiras em 600 000!

O padre Alarcon, vigário de Corrientes, informou contemporaneamente que a arrancada paulista levava numerosos espanhóis a refugiar-se em Asuncion.

Em 1637 haviam troços de paulistas acampado perto da própria Corrientes. Declarou o sargento Miguel Ortiz que ao seu ver facilmente poderiam êstes inimigos ocupar a cidade de San Juan de Vera de las Siete Corrientes.

Mas a máquina administrativa da Espanha dos Áustrias movia-se com prodigiosa morosidade. Havia muito mais do que cuidar em Madri naqueles anos difficilimos da conflagração européia do que em coisas da remotíssima América do Sul.

Em 1638 encetou o Conselho de Índias o estudo da questão paraguaia donde resultou o relatório “sobre las molestias qui reciben los índios del Paraguay de los Portugueses del Brasil” apanhado dos acontecimentos da década expirante pois a primeira denúncia, a do Padre Crêspo fôra presente ao Conselho em 1628!

Pediram os conselheiros que El-Rei ordenasse quanto antes formação de junta reunindo todo o Ministério presente e o Conde Duque de Olivares.

Era a situação a mais grave. Estavam as bandeiras na iminência de cortar as comunicações entre o Peru e o Prata.

Determinou Olivares que a Junta requerida se compusesse de três portuguezes e três espanhóis. A 30 de julho de 1638 surgiram as nomeações dos membros de tal comissão. Dela faziam parte dois luminares da Espanha, o grande jurisconsulto Solorzano Pereira e o bispo de Puebla Palafox. Os portuguezes eram muito mais apagados.

A 29 de março de 1639 enviava a Junta a Filipe IV o seu parecer. Tremendo requisitório contra os paulistas denunciava-lhes os principais malefícios: a destruição de três cidades espanholas, o preamento de 300 000 índios que viviam em terras castelhanas, dos quais só 20 000 haviam chegado ao litoral brasileiro! Até em Lisboa haviam aparecido cativos guairenhos como se fossem negros de Guiné ou mouros da Berberia. E isto se tinha levado a cabo com indefesos e miseráveis índios a cuja liberdade garantiam numerosas cédulas reais!

Quem tais horrores praticava não podia ser gente católica embora com as bandeiras marchassem capelães, sim, mas clérigos transviados.

Profanavam os mamalucos igrejas, destruíam as sagradas imagens, matavam missionários e maltratavam outros. Como explicar tais fatos?

Só pela infiltração nestes bandos ferozes, de muitos holandeses, franceses calvinistas e gente nórdica luterana. E sobretudo de muito numerosos judeus.

O pior era que as principais autoridades do Brasil com êles se acumpliciavam para tão nefandos crimes.

Pedi a Junta ao Rei que expedisse terminantes ordens ao Governador-Geral do Brasil e ao do Rio de Janeiro para que em conjugação com o Santo Ofício prendesse uma série de indiciados como componentes de bandeiras assim como uns tantos espanhóis traidores que por amor ao escravismo haviam passado a viver entre os paulistas a quem serviam de guias para a invasão do território de sua pátria.

Fôsse aplicada e com o maior rigor a lei de 1611 garantidora da liberdade dos índios; postos em liberdade todos os cativos procedentes de territórios da Coroa da Espanha e criado fôro da Inquisição para o julgamento dos criminosos, no Rio de Janeiro, com jurisdição especial não só ali como sobretudo em São Paulo, São Vicente e Espírito Santo.

Penas duríssimas se cominassem aos apresadores, receptadores e transportadores de índios, incluindo-se aí os armadores de navios.

E especialmente se applicasse a pena de morte a qualquer português que ousasse atravessar a linha de demarcação das duas coroas.

Aventou o parecer a necessidade da criação de um bispado no Rio de Janeiro.

Assaz longa lista de criminosos de lesa-majestade se publicou então, seculares e eclesiásticos, dentre êsses infelizes clérigos que justificavam a *corruptio optimi pessima*.

Neste rol destacam-se poucos nomes famosos. Encabeçam-no Antônio Raposo Tavares e Fradique de Melo Coutinho.

Todos êstes denunciados deveriam ser detidos e remetidos aos cárceres espanhóis.

A Real Cédula de 16 de setembro de 1639 acompanham quase servilmente os termos do relatório do bispo de Puebla de los Angeles. Apenas não foram aceitas as sugestões de criação da diocese fluminense e a instalação de um tribunal inquisitorial no Rio de Janeiro.

Ao Vice-Rei do Peru recomendava castigasse “com férrea mão” os paulistas que prendesse em terras de seu govêrno. Quanto à restituição

dos índios à sua naturalidade foi ela encarecida embora se tornasse preciso tratar dêste assunto com suma prudência. Assim se excluíssem de tal medida os indígenas que acaso se houvessem casado com outros do Brasil e os já idosos.

Ordenou Filipe IV que o decreto se apregoasse em Lisboa, e em tôdas as cidades de Portugal, Açôres, Madeira e Cabo Verde onde constava existirem índios cativados pelos bandeirantes. Na América espanhola devia ser proclamada no Paraguai, Prata, Tucumã e Charcas. Os governadores das três primeiras regiões deviam pôr todo o empenho em movimentar fôrças a fim de “debelar y castigar rigorosa y ejemplarmente portugueses y olandeses que hiziesen tales entradas por seren enemigos declarados de la religion y de esta corona”, mas tudo com a maior economia para “la real hacienda”

Nesta cédula foi Antônio Rapôso Tavares apontado à execração dos súditos fiéis da monarquia como o *maloquero* máximo. Havia a Província jesuítica paraguaia enviado à Europa dois dos seus mais notáveis membros para pessoalmente se entenderem com o Rei e o Sumo Pontífice.

Partiram Montoya para Madri e Dias Tanho para Roma. Saíram de Córdoba em 1637 para Buenos Aires e foram forçados a permanecer seis meses no Rio de Janeiro “cidade comparável a Túnis de Berbéria como mercado de escravos” escreveu o autor ilustre da *Conquista Espiritual*.

E, realmente, na cidade fluminense, desde muito, viviam os prelados a lutar tremendamente contra os traficantes. Ali se situava o grande mercado meridional do escravismo vermelho. Em Madri advogou Montoya uma concessão que para a subsistência das missões de sua Companhia correspondia a um caso de vida ou de morte: a permissão do porte das armas de fogo para os seus neófitos.

Prometeu que a Companhia se responsabilizaria pela guarda das escopetas que só serviriam para a defesa dos seus *pueblos*. Arcaria ela ainda com tôda a despesa de aquisição de armamento e munições.

Pedi entre outras coisas que Filipe IV obtivesse da Santa Sé a confirmação das bulas antigas de Paulo III e Clemente VIII asseguradoras da liberdade dos índios. Tivesse o Governador do Rio de Janeiro jurisdição sôbre tôdas as vilas do Sul; houvesse bispo no Rio para vigiar as manobras dos maus clérigos; não se enviassem degredados ao Brasil; fôsem os índios cativados postos em Buenos Aires onde a Companhia se encarregaria de os fazer voltar às suas terras. Enviasse Sua Majestade, sobretudo, governador de tôda a confiança ao Sul do Brasil com forte séqüito armado porque “en aquellas vilas parece que no reconocen a S. M. por señor y reciben com mosquetes y cuerdas encendidas las cédulas reales y no las obedecen ni ejecutan”

Naquele momento estava absolutamente franco o caminho de São Paulo ao Potosi ao maior, ao mais opulento centro de jazigos de metais nobres que Sua Majestade Católica possuía na América.

A presença do Papa Urbano VIII conduziu Múcio Vitelleschi, Geral da Companhia de Jesus, o padre Tanho e o Pontífice promulgou o

breve de 22 de abril de 1639, confirmando o de Paulo III em 1537 que excomungava os apresadores, mercadores e exploradores de índios.

Nos primeiros meses de 1640 voltou Tanho ao Brasil mau grado a oposição que à sua partida fez Miguel de Vasconcelos, ministro da Duquesa de Mântua, Vice-Rainha de Portugal e sob os protestos dos escravistas.

Apresentou no Rio de Janeiro o documento papal ao Prelado Albernaz que o fez publicar. Provocou isto enorme celeuma. Verdadeiro motim ameaçador de morte aos jesuítas que precisaram refugiar-se no Convento dos Carmelitas.

Aí e a 22 de junho comprometeram-se a não executar o breve e os fluminenses a não acoitar índios fugidos.

Em Santos, como de esperar, muito mais grave foi a revolta oriunda da atitude do bravo Dias Tanho sendo lançado ao chão o vigário que apregoava o mando pontifício e ameaçado de morte.

Mas em São Paulo é que tais explosões culminariam. Já desde muito se esperava a decisão de Urbano VIII. A 25 de junho realizou-se em São Vicente uma reunião do Procurador do Conselho local e dos Procuradores de São Paulo, Santos, Parnaíba, Moji das Cruzes, Iguape, Cananéia, São Sebastião e Itanhaém.

Redigiram veementíssimo protesto contra a atuação dos jesuítas. Só havia um recurso para a paz dos povos: a expulsão dos inacinos da Capitania. Caluniavam as autoridades, os magistrados, eram sediciosos arautos da existência do Rei D. Sebastião. E a tal propósito lembravam a apostasia e a deserção para o inimigo do Padre Manuel de Moraes, em Pernambuco, a quem aliás chamaram Francisco.

A ata desta assembléia foi remetida à Câmara de São Paulo que a 2 de julho tratou da questão para ela e seu povo capital.

Cento e trinta homens dos de maior prol da vila assistiram a esta vereança, entre eles figurando vários sertanistas do maior prestígio como Fernão Dias Pais, Domingos Jorge Velho, Pedro Vaz de Barros, etc.

Lida a ata do Convênio dos Procuradores, sob estrondosas aclamações, partiram todos os presentes em direção ao Colégio onde o Padre Nicolau Botelho, reitor, foi intimado a, dentro de seis dias, retirar-se, com toda a sua comunidade, para o Rio de Janeiro. De tudo se daria conta a Sua Majestade.

Durante alguns dias houve ansiosa expectativa dos intimantes pois os jesuítas pareciam não querer obedecer ao ultimato.

Afinal, a 12, passaram eles procuração ao Vigário de São Paulo, Padre Manuel Nunes, antigo inacino, para que administrasse o patrimônio de seu Colégio e protegesse os escravos e índios forros da Companhia.

A 13 partiam os jesuítas paulistanos para Santos onde generosamente os acolheu poderoso e fiel amigo Manuel Afonso Gaia.

De Santos fizeram os expulsos uma proposta de *modus vivendi* cujos termos a documentação paulistana não consigna, proposta “pera seguransa do gentio e dos moradores destas capitánias que os tem em seu poder do seu serviso”

Fato curioso que Jaboatão narra é que os franciscanos de São Paulo, e sobretudo o seu guardião, muito contribuíram para excitar os ânimos dos paulistas contra os da Companhia.

Quanto às providências decorrentes da real cédula de 1639 escusado é dizer que êste rescrito jamais passou de letra morta.

E realmente que poderia o govêrno espanhol fazer para a repressão dos paulistas, naquelas imensas solidões da América Meridional quando na Europa, então na última fase da Guerra dos Trinta Anos, tudo corria de mal a pior para as armas de Castela, quando os franceses invadiam a Catalunha e em Flandres os exércitos de Filipe IV se viam bătidos assim como os imperiais, de seu aliado Fernando III, e Bernardo de Saxe Weimar derrotava Galas. No mar o mesmo ocorria. Os holandeses com o ilustre Tromp à testa venciam a frota espanhola de D. Antônio de Oquendo, o nosso vencedor, nos Abrolhos de Adriano Jansen Pater.



## CAPÍTULO XI

---

*Derrota da bandeira de Pascoal Leite Pais em Caasapaguaçu.  
Preparativos de uma grande expedição.  
A derrota de Mbororé.*

**E**m 1638 vultosas bandeiras paulistas percorriam o Rio Grande do Sul e o Padre Alfaro, superior da missão do Tape, pedia instantes socorros ao novo Governador do Paraguai D. Pedro de Lugo y Navarra.

Autores antigos como Charlevoix e Lozano afirmam, o primeiro que Lugo se bateu com os paulistas e o segundo que não. Teschauer, pensa como Lozano.

Assim quem aos paulistas infligiu grave derrota teriam sido o Padre Alfaro e o morubixaba Nheenguiru num combate em que pececeu o inacino.

Seriam os paulistas uns trezentos brancos e dois mil tupis, contam os documentos de Sevilha.

Os relatos jesuíticos atacam furibundamente a Lugo por pretender enfeitar-se com os louros da falsa vitória de Caasapaguaçu, quando o vencedor real do prélio fôra o Irmão Antônio Bernal. Não passava o governador paraguaio de covarde e mentiroso fanfarrão. Lugo escrevendo ao Rei contou-lhe que tomara parte no combate com a sua gente cooperando eficazmente com a dos padres. Mandou fazer uma justificação de seus atos em Asunción obtendo depoimentos em favor de sua conduta.

Nesta ocasião afirmou que sua intervenção salvara a vida dos paulistas quando pediam capitulação, pois queriam os índios exterminá-los. Acusou os inacianos de terem grande arsenal clandestino em Concepción, tendo visto os seus índios fartamente munidos de armas de fogo.

Afirmaram os jesuítas positivamente que contrariamente ao que afirmava pusera-se D. Pedro prudentemente afastado a meia légua do local do combate.

Rendera-se a bandeira vendo seu chefe gravemente ferido por um escopetaço desfechado pelo Irmão Domingos de Tórres.

Dezessete paulistas haviam então sido presos e levados à presença do governador paraguaio que os tratara benèvolamente, limitando-se a encaminhá-los para Asunción. Ali haviam tido a cidade por menagem vivendo com a maior liberdade!

Nem sequer fôra castigado o matador do Padre Alfaro, embora sobejamente conhecido.

A documentação jesuítica deixa patente que o cabo da tropa vencido em Caasapaguaçu era Pascoal Leite Pais, o irmão de Fernão Dias Pais, sertanista desastrado, e de fim obscuro, que não possuía a fibra do seu formidável irmão.

O regresso de D. Pedro de Lugo à sede do seu govêrno provocou enérgica representação do cabildo de Asunción ao Rei contra os jesuítas.

Voltavam os oficiais do Capitão-General absolutamente espavoridos com o que haviam visto nas reduções: vultosa indiada, copiosamente provida de armas de fogo e basta munição, perfeitamente industriada no manejo das espingardas bem disciplinada e exercitada em manobras militares.

Era preciso que Sua Majestade obrigasse os padres a recolher êste armamento aos arsenais régios. Senão *Finis Paraquariae!* Haveria um levante geral dos índios e a chacina completa dos seus dominadores brancos.

Para o caso da repressão das correrias dos paulistas existia excelente providência. A concentração de todos os índios nas cercanias de Buenos Aires!

Dois anos após a derrota completa de Caasapaguaçu preparavam-se os paulistas para desferir mortal golpe no poderio jesuítico no Sul do continente.

Pouco depois da expulsão dos conventuais do Colégio de São Paulo ultimaram-se os preparativos para a entrada em campanha da maior expedição jamais organizada para uma entrada no Sertão. Compunha-se de uns 40 brancos e 2 500 a 3 000 tupis. Parece fora de dúvida que o comandante supremo dêste como que corpo de exército, enorme para o Brasil de seu tempo, foi Jerônimo Pedroso de Barros, irmão posgênito dos grandes sertanistas Luís Pedroso de Barros e Sebastião Pais de Barros e de outros de menor relêvo, todos contudo homens de grandes posses e senhores de vultosos rebanhos servis.

Descendo de São Paulo para o Sul, encaminhou-se a grande bandeira de Jerônimo Pedroso para o curso do Alto Uruguai, dirigindo-se depois para as populosas reduções vizinhas das margens do grande caudal.

Fizeram os jesuítas soar brados de alarma em todos os seus pueblros aquém e além Uruguai.

Armaram quatro mil índios dando o seu comando ao morubixaba Inácio Abiaru. Contavam com trezentos escopeteiros. O resto se compunha de arqueiros e fundibulários.

Os Irmãos leigos da Companhia fabricaram uma como que rústica artilharia, valendo-se de grandes taquaruçus forrados de couro e capazes de disparar tiros de metralha.

Êstes canhões improvisados foram instalados sôbre embarcações rasas algo à moda das chatas paraguaias de 1865.

Conhecedores da aproximação da tropa de Jerônimo Pedroso foram os jesuítas com dois mil homens comandados pelo Padre Altamirano, às vizinhanças de Salto Grande do Uruguai, onde encontraram muitos índios da região, que fugiam espavoridos ante o avanço dos paulistas.

O Padre Cláudio Ruyer assumiu então a chefia das operações. Ficou Altamirano com a vanguarda em Acaraguá indo êle Ruyer estabelecer o grosso de sua gente à foz do rio Mbororé no Uruguai, a um dia de marcha, a jusante. Ali pretendia travar decisiva batalha com os invasores. Altamirano, que rondava o rio com uma esquadilha de canoas, encontrou a guarda avançada paulista e recuou para Acaraguá.

Travou-se então o primeiro encontro. Duzentos e cinqüenta homens tripulando trinta canoas enfrentaram cem canoas paulistas. Comandava esta flotilha Abiaru e o tiroteio durou duas horas.

No meio da refrega apareceu Altamirano a alentar os seus neófitos. Retiraram-se os paulistas e os guaranis vendo que o inimigo recebera esforços retrocederam sôbre a sua base de Mbororé.

Chegando ao acampamento o Padre Romero que superintendia as operações de guerra tomou as últimas disposições para o combate. Pôs no rio setenta canoas tripuladas por arcabuzeiros sob as ordens de Abiaru. Em terra ficara o grosso de sua tropa a quem comandava o irmão Domingos de Tórres, antigo e experimentado militar.

As duas da tarde de 11 de março de 1641 surgiu a esquadra fluvial inimiga e Abiaru foi ocupar o pôsto de comando numa "balsa fuerte y bien acomodada con sus parapetos" onde havia um pequeno canhão.

Ao encontro dos guaranis lentamente avançou a esquadra paulista. Encetou o combate o disparo de canhão da balsa, ocasionando certa desordem na flotilha agressora. Dispunham os paulistas diz o Padre Ruyer de cento e trinta canoas, com trezentos brancos e seiscentos tupis além das guarnições dos remadores. Opunham-se-lhes as setenta canoas guarnecidas por trezentos combatentes bem armados.

O canhãoçõ matara muitos brancos e índios das três canoas ponteiros que haviam ficado muito avariadas.

Travou-se então áspero combate entre as duas esquadilhas mostrando-se os guaranis muito destros no manejo das escopetas, tanto que sua destreza recordava "los soldados de las batallas de Flandres"

Desembarcando à testa de uma coluna procurou Jerônimo Pedroso atacar o inimigo pela retaguarda mas encontrando viva reação teve de retirar-se com graves perdas.

Às fôrças jesuíticas abrigava uma estacada à beira rio mas o grosso de sua tropa ocupava posições de emboscada.

Assaltaram os paulistas tal estacada de onde os repeliu vivíssima fuzilaria, "las valas parecian granizo". Recuaram pois para as suas canoas.

Afinal esmoreceram os assaltantes e retiraram-se.

Entrincheiraram-se numa estacada tendo sofrido numerosas baixas de brancos e tupis mortos, além de inúmeros outros feridos. Haviã perdido quatorze canoas, uma bandeira, armas e munições.

Mantiveram-se nas vizinhanças de Mbororé e tentaram parlamentar mas os vencedores recusaram ouvi-los construindo paliçada em face da sua.

Três sortidas fizeram, sempre vantajosamente rebatidas pois os iná-cinos contavam ali nada menos de três mil índios.

Uma esquadilha bloqueadora veio ao mesmo tempo cortar-lhes o acesso ao Uruguai.

Começaram a fugir do acampamento paulista magotes de seus tupis e muitos índios dos que haviam apresado.

Vinham ao mesmo tempo chegando aos inacinos novos e grandes reforços partidos das reduções do Paraná.

Sentindo a retirada pelo rio cortada puseram-se os paulistas a destruir as suas duzentas e cinqüenta canoas, mas viram-se aí atacados pela esquadilha inimiga, travando-se novo e vivo combate.

Por intermédio de prisioneiros souberam os inacinos que no campo adverso existiam numerosos feridos, dos quais muitos mortalmente. E sobretudo nêle reinava a maior desordem, desarmonia e desalento.

Começou a retirada da coluna bandeirante sob viva pressão dos vencedores.

Acabou em debandada em que pereceu muita gente para “maior regalo de los tigres e jaguares”.

Uma parte da bandeira mantinha-se à margem do Acaraguá mas não tardou também em fugir ante a aproximação de uma coluna guarani.

As últimas notícias que da grande bandeira haviam chegado ao Padre Ruyer eram que bandos inteiros de estropiados volviam humildes à sua vila natal se é que ali conseguiriam chegar, tal o estado em que se encontravam.

Diversos outros depoimentos valiosos existem dêstes sucessos além do de Ruyer.

Assim o do Irmão Mendez. Relata que os jesuítas dispunham de quinhentos arcabuzes. O do Padre Tanho refere que o disparo do canhão causara espantosa surpresa seguida de verdadeiro pânico entre os paulistas. O Padre Provincial Zurbano escrevendo em 1642 ao General da Companhia afirmava que a grande bandeira de Jerônimo Pedroso perdera cento e vinte brancos mortos e inúmeros tupis.

Tal a sua derrota que os seus diversos destacamentos andavam esparramados a distâncias enormes. Havia um deles ido parar nos Itatins!

Certo Domingos de Aguirre, espanhol, cujo depoimento de 1644 se encontra no arquivo sevilhano, afirmava que, achando-se em São Paulo, ouvira muitos pormenores sôbre a campanha de 1641. Lamentosos ecos do fracasso de Mbororé “pesada refriega, cosa lamentable y desdichada”.

Mas reinava entre os paulistas tremenda ânsia de desforra e os padres da Companhia que se acautelassem!

E realmente não tardariam em reaparecer em armas e ameaçar, em muitos pontos, o domínio espanhol no coração da América do Sul, infatigáveis na realização de uma conquista que ao Brasil traria a posse de enormes territórios.

Verdadeiro entusiasmo provocou a vitória de Mbororé entre os hispano-americanos.

O Governador do Paraguai, D. Gregório de Hinestrosa escrevia a 6 de setembro de 1641 à Audiência de Charcas que os paulistas tão cedo não voltariam à carga. Duríssima lhes fôra a lição. A vitória

trouxera as mais importantes conseqüências para a segurança do Paraguai, Buenos Aires e Peru,

Pouco depois sabia-se da restauração portugüesa de 1.º de dezembro de 1640 e Montoya aproveitou a ocasião para pedir a Filipe IV que deixasse prover de armas de fogo os catecúmenos da Companhia. Solicitou quinhentos mosquetes, mas só conseguiu cento e cinqüenta. É que os colonos americanos receavam muito mais que as algaras paulistas a possibilidade de um levante geral dos índios de suas encomiendas.

Grato aos defensores dos territórios de sua coroa recém-mutilada por "el tirano de Braganza", resolveu Filipe IV, por cédula de 7 de abril de 1643, que durante dez anos não se cobrassem tributos dos índios do Prata e do Paraguai nem fôsem eles encomendados em testemunho do reconhecimento pelo que ocorrera.

Batidas as bandeiras catastroficamente em Caasapaguaçu e Mbororé deixariam o território rio-grandense onde já haviam realizado empresas pontuadas por incomparável audácia e largo êxito (1).

---

(1) A documentação comprobatória do texto dos capítulos VI ao XI encontra-se no segundo tomo de **História Geral das Bandeiras Paulistas**.



## CAPÍTULO XII

---

*A restauração da independência portuguesa.  
O episódio de Amador Bueno.  
O conflito com os jesuítas e seu término.*

A 1.º de dezembro de 1640 recuperou Portugal a liberdade. A notícia do levante vitorioso chegou à Bahia a 15 de fevereiro de 1641 dando-se a adesão do Vice-Rei Marquês de Montalvão à causa da Independência.

A 20 de março ocorria a do govêrno e povo do Rio de Janeiro. E logo depois em Santos, talvez a 20, manifestação idêntica se realizaria.

A 1.º de abril de 1641 ocorreu em São Paulo um dos episódios mais célebres de nossos fastos, o do movimento tendente a construir no planalto um estado independente cujo monarca seria um dos maiores potentados paulistas do seu tempo, Amador Bueno da Ribeira.

Êste caso de *Aclamado* formalmente asseverado por Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus a invocarem a existência de documentação por êles compulsada foi rudemente pôsto em dúvida, em fins do século XIX, por dois comentadores apressados e alheios a pesquisa arquivar por êle exigida: Cândido Mendes de Almeida e Moreira de Azevedo.

Tivemos em 1915 a feliz ensancha de descobrir no nosso Arquivo Nacional a documentação alegada pelo beneditino fazendo ruir por terra a impugnação dos dois contraditores afoitos.

Aos que se interessarem pelos pormenores desta questão recomendamos o que sôbre ela traçamos em nossa *História Seiscentista da Vila de São Paulo*.

Temos como as mais legítimas as afirmações do Frei Gaspar relativas a esta primeira demonstração de nacionalismo irrupta em terra americana como tão justa e expressivamente escreveu o eminente publicista uruguaio Enrique Rodriguez Fabregat.

A 3 de abril de 1641 era D. João IV em São Paulo solenemente aclamado rei dos paulistas pelo Capitão-Mor da Capitania, João Luís Mafra, o vereador mais velho da vila, grande número de homens de prol entre os quais os dois expoentes máximos do bandeirantismo de todos os tempos, Antônio Rapôso Tavares e Fernão Dias Pais.

Pouco depois era eleita para ir a Lisboa a embaixada que ao novo Rei devia atestar o testemunho da vassalagem dos paulistas.



Aclamação de Amador Bueno.

*Óleo de Oscar Pereira da Silva — Pinacoteca do Estado de São Paulo.*

Com a Restauração tomaria a questão bandeirante novo aspecto. Não havia mais limites a respeitar, de todo, na área das incursões sertanistas continentais.

A pendência com os jesuítas continuava a agitar os paulistanos.

A 18 de maio de 1641 a Câmara de São Vicente convidou a de São Paulo a de novo aceitarem em sua vila os inacinos. Mas uma assembleia popular recusou tal acôrdo por constar que os Padres se recusavam a assinar as condições apresentadas para se assegurar a pacificação.

Tentou Salvador Correia de Sá e Benevides, em setembro seguinte, segunda conciliação mas os paulistanos sabedores de sua amizade pelos jesuítas deram mostras de que o receberiam hostilmente, motivo pelo qual se retirou de Santos para o Rio de Janeiro protestando contra este procedimento.

Em 1640 ocorreu em São Paulo, no pátio da Sé, grande conflito entre dois bandos armados de que resultou a morte de Pedro Taques por Fernando de Camargo cognominado o *Tigre*. Marcaria este incidente o início da longa série de atos violentos, criminosos, da maior gravidade, perturbadores da expansão bandeirante.

Pelo alvará de 3 de outubro de 1643 deu D. João IV ganho de causa aos inacinos, ordenando que fóssem restituídos ao seu Colégio de São Paulo.

Em 1644 aparecia na vila como vigário, o clérigo fluminense Domingos Gomes Albernaz. Trazia a missão de repor os jesuítas em sua casa. Mas foi expulso pelo povo amotinado que também deportou o seu superior o prelado fluminense Antônio de Marins Loureiro. Este, em maio de 1646, excomungou todos quantos haviam tomado parte na expulsão dos jesuítas. Retrucaram os excomungados atrevidíssimos. Resolveram, Câmara e povo, trancar o Caminho do Mar alegando que Albernaz e o Prelado interceptavam as cartas por êles endereçadas ao Trono apresentando os motivos de suas queixas contra os inacinos.

A 7 de outubro de 1647 expedia D. João IV um alvará anistiando a quantos no Rio de Janeiro, São Paulo e outras vilas haviam perseguido os jesuítas. Este perdão só vigoraria, contudo, depois que os padres estivessem de posse de seu colégio paulistano.

O grande corifeu do regresso dos inacinos era o Vigário Albernaz. Com a maior coragem e pertinácia fizera frente aos poderes municipais e à opinião dos seus paroquianos. Chegaram a tal ponto as coisas que êstes o expulsaram novamente, parece que de 1650 a 1652.

Em fins de 1652 vieram em seu auxílio dois dos maiores potentados da vila, Fernão Dias Pais e João Pires.

Conseguiram a pacificação dos espíritos e a 22 de março de 1653 os principais chefes de facção opinaram a que em tudo se desse cumprimento às sentenças de Sua Majestade, ao que como Rei e Senhor determinasse.

Como vassalos obedeceriam em tudo ao que o monarca ordenasse.

Partiu Fernão Dias Pais para o Rio de Janeiro e a 12 de maio ratificou-se solenemente o tratado de paz, presente o Ouvidor-Geral Dr. João Velho de Azevedo.

Assinou-se mediante aceitação de umas tantas cláusulas, declarando a Câmara que os Rev. Padres da Companhia faziam falta "assim para o serviço de Deus como pela conservação dos moradores da Capitania".

Desistiriam os jesuítas de quaisquer queixas, ações e apelações que andassem em juízo sôbre a sua pendência.

Renunciariam a qualquer pretensão e indenização por perdas e danos relativos a sua expulsão, assistindo-lhes, porém, o direito de reclamar a posse do que lhe houvesse sido usurpado por alguns moradores ou qualquer prejuízo causado por seus próprios procuradores.

Comprometer-se-iam por si e seus sucessores a não recolher em suas aldeias e conventos e fazendas índios fugidos aos moradores seus legítimos senhores. Renunciariam à publicação do breve de Urbano VIII.

Em compensação poderiam aceitar os "serviços forros" dos moradores para o consêrto e reforma de seu Colégio sem que, porém, tal ajuda fôsse compulsória. Dar-se-lhes-ia auxílio se acaso quisessem transferir o Colégio para outro local.

Assim aceitavam os Padres estas cláusulas severas que consagravam o completo triunfo dos adversários.

A 14 de maio de 1653 fêz-se a solene ratificação do ajuste em São Vicente, presentes os procuradores das Câmaras de São Paulo e Parnaíba e o Vigário Albernaz, o Padre Provincial do Brasil, o famoso Simão de Vasconcelos e os reitores dos Colégios de São Paulo e Santos e a Câmara de São Vicente.

A 2 de junho seguinte participava a Câmara de São Paulo a D. João IV que assinara o ajuste da paz com os seus adversários de tantos anos, pedindo a ratificação régia. Idêntica comunicação fêz ao Governador-Geral do Brasil. Respondeu o monarca a 11 de dezembro, ainda de 1653, mostrando-se grato à notícia. E cinco anos mais tarde recebia de Roma a edilidade paulistana uma carta de agradecimentos assinada por Jerônimo Uchrt (sic) que o escrivão municipal imaginou em sua ignorância ser o nome do "Padre-Geral da Companhia de Jesus" Era êste o alemão Goswin Wickel (1652-1664). Estropeará-o completamente, como aliás fêz também Pedro Taques, que transformou o Uchrt em Richet.

Talvez haja Jerônimo Richet sido o nome batismal de algum secretário do Padre-Geral, a quem, aliás, não se refere Serafim Leite em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil* (VI, 301).

Enquanto êstes fatos se passavam, as Câmaras de São Paulo multiplicavam os seus alvarás e editais hipócritas e continuamente desrespeitados, proibindo as entradas no Sertão.

A realidade estava com o procurador de 1640, Miguel Garcia Carrasco que protestava contra as intenções do Ouvidor-Geral da Repartição do Sul cuja vinda à vila se anunciava para abrir devassa contra os descedores de gentio. "Até o presente está em uso e costume ir-se ao Sertão pois os moradores não podem viver sem o Sertão", proclamava Carrasco desabusadamente. "Até agora nunca os ouvidores-gerais tais devassas tiraram"

Entretanto, curiosíssima incoerência, pouco depois êste mesmo Carrasco apregoava quartel contra os que quisessem ir ao Sertão! No ano seguinte declarava êle que mais de setenta moradores se aviavam para partir desrespeitando as leis de Sua Majestade.

Assim requeria as mais severas providências contra êstes súditos delituosos.

Com a ausência dos jesuítas multiplicaram-se as farças dos quartéis proibitivos. Os ouvidores-gerais achavam mais prudente e mais leal não tratar de tal assunto em suas correições gerais. Ou se o faziam determinavam providências anódinas. Vários dêstes magistrados eram detestáveis indivíduos, aliás, cúpidos e velhacos.

Em 1647 preparava Antônio Nunes Pinto uma entrada ao sertão sob o pretexto de pesquisa da prata. Ocorreu uma assembléia popular para impedir tal expedição que se sabia ser exclusivamente de preia. Alegaram os protestantes como pretexto o fato de que "êste povo todo está abalado para sair em sua companhia!"

Ausentes os inacinos recrudesceram as violências contra os índios aldeados.

Em 1647 denunciava a Câmara que alguns moradores tiravam os índios fora de suas aldeias, forçosa e violentamente, e os levavam para o sertão! Multiplicaram-se os casos como êste. E o mais interessante é que autoridades das mais gradas do Estado se associavam aos entradistas no afã de obter o serviço dos índios aldeados.

Tal o caso de João Maciel Baião e Álvaro Rodrigues do Prado. Êste exhibiu à municipalidade ordens explícitas do Provedor da Fazenda Real e Provedor das Minas, Pedro de Sousa Pereira, para que lhe entregassem os índios de que precisava para um serviço de Sua Majestade, na descoberta de minas, o que era perfeita mentira.

Teve aliás a Câmara sérias desavenças com Sousa Pereira que longa e pertinazmente pretendeu transportar grandes levas de índios paulistanos para a sua mineração de ouro em Paranaguá.



### CAPÍTULO XIII

---

*Ecoss da vitória de Mbororé. Distúrbios do Paraguai.  
O bispo Cardenas. Seu conflito com os jesuítas e derrota.  
Invasão do Paraguai pelos paulistas.  
Bandeiras e incursões diversas.*

Aproveitando o estrondoso triunfo de Mbororé, expulsaram os jesuítas aos paulistas de dois postos fortificados no Tabate, sôbre o rio dêste nome, afluente da esquerda do Uruguai, hoje chamado Camandaí, e no Apiterebi, outro tributário do grande rio, mais tarde crismado em Pepiri, nome do máximo relêvo em nossa questão de limites com a Argentina.

“Obligaron a los mamalucos a poner se en fuga dejando cuanto tenían de provisiones, viveres y cautivos, y se huyeran tan ocupados del miedo que jamas adelante se atrevieron á infestar la provincia del Uruguai”, escreve Lozano.

Entretanto, êste próprio cronista conta que em 1652 quatro corpos de paulistas atacaram novamente as reduções da mesopotâmia correntina e entrerriana.

Pela real cédula de 26 de maio de 1640 advertiu Filipe IV ao Vice-Rei do Peru, marquês de Mansera, ser muito conveniente deixar às mãos dos índios fiéis armamento de fogo, visto como havia grande escassez de soldados brancos e só assim se conteriam os despropósitos dos portugueses de São Paulo. Muito convinha também que entre êstes guaranis fronteiros vivessem irmãos da Companhia de Jesus antigos militares.

Tal decreto alarmou muito os colonos do Paraguai que dos índios só queriam o *servicio personal* e temiam vê-los armados e em condições de se rebelarem.

Cinco anos após a vitória de Mbororé, mandava o monarca que o Governador do Paraguai agradecesse aos índios das reduções jesuíticas o que haviam obrado em defesa de sua coroa, sustando a investida dos súditos do “tirano de Bragança”, apelido que então se dava ao rei português recém-restaurado.

Em 1647 expedia-se nova cédula real louvando os guaranis que “havian defendido su tierra echando se los portugueses asta ponerlos en huida ignominiosamente por dos veces”.

Ainda em terceira cédula queria o quarto Austria que o seu vice-rei do Peru protegesse de modo especial aquêles humildes vassallos “por lo bien que han servido defendiendo se de los rebeldes de Portugal, balientisimamente de doce años a esta parte”

No Paraguai, porém, ocorriam acontecimentos sobremodo graves. En-cetava-se a longa e furibunda luta do velho bispo D. Fray Bernardin

de Cardenas com os jesuítas. Peruano e franciscano gozava da maior reputação como pacificador dos índios do Vice-Reino e como orador sacro eloqüente, mas demagógico, adorado pelas turbas.

Os seus primeiros atos em Asuncion deram nítida impressão de que estava com as faculdades mentais abaladas. Fêz umas tantas inovações em matéria religiosa que provocaram enérgicos protestos dos jesuítas. Daí o ódio que criou à Companhia de Jesus.

Intentou expulsar os jesuítas e como o Governador Hinestrosa a isto se opusesse, acaudilhou-se à testa de vultosos partidários. Foi, no entanto, vencido por Hinestrosa que o prendeu e deportou para Corrientes onde esteve exilado durante quatro anos a desferir excomunhões sôbre excomunhões.

Substituído Hinestrosa em 1648 por D. Diogo de Escobar Osório aproveitou-se Cardenas da acefalia do govêrno para voltar a Asunción.

Pouco duraria Osório falecido em princípios de 1649 e o bispo fêz-se aclamar Capitão-General. Pouco depois expulsou os jesuítas do Paraguai, mandando saquear e incendiar seu colégio de Asunción.

Não tardou que ordenasse a abertura de inquérito pelo Alcaide Fuenleal destinado a provar que os paulistas jamais haviam atacado as reduções e pelo contrário tinham sido agredidos pelos jesuítas. A invasão do Itatim em 1648 não passava de deslavada invencionice do Padre Mansilla a fim de obter mais armas de fogo para as dezenas de milhares de seus índios, à testa dos quais pretendia estabelecer o famoso império paraguaio da Companhia de Jesus. Este processo constituiu uma série de patranhas e inépcias incríveis. Alegaram os depoentes que o plano dos padres era isolar os brancos dos indígenas, por todos os meios, impedindo a descoberta das ricas minas da região de cuja exploração pretendiam ter a exclusividade.

Aos índios governavam com a maior tirania e já nove vezes haviam-se eles revoltado em movimentos cuja repressão custara o derramamento de muito bom sangue espanhol.

A trinta léguas de Asunción governavam uma praça forte inexpugnável, defendida por fossos e baluartes e por cinco mil homens. Sôbre o rio Paraguai dispunham de outro forte com mil homens de guarnição.

O vice-rei do Peru, Conde de Salvatierra, não ligou importância aos disparates do insensato bispo, atendendo, pelo contrário, ao pedido de Montoya, a fim de que se armassem os seus neófitos, que de alguns anos àquela parte, tinham tido "reñidos encuentros con los rebeldes portugueses que con pertinacia hasta oy intentan la conquista de aquellas tierras (as do Sul) para hazer pie en este Peru de las cuales han obtenido insignes victorias matando mucho numero deles y hueyentando los de nuestros confines"

Para se defender comprara a Companhia seiscentos arcabuzes e seus índios viviam "em vigilante exercício de las armas"

Depois de procurar provar que D. Pedro de Lugo assistira a uma agressão do Padre Alfaro a pequeno bando de paulistas que percorria o sertão pacificamente, entendeu o bispo Cardenas provar a existência de um caudilho guarani, certo D. Nicolau Nheen Guiru que gover-



**Bandeirantes.**

*Painel de Henrique Bernardelli — Galeria do Museu Nacional de Belas-Artes*

nava as hostes dos índios jesuíticos, mais como soberano do que como general das tropas da Companhia, quatro mil "yudios con muchas armas de fuego y otras de su uso".

Chegava ao desafôro de usar cetro e coroa sôbre o seu "sombbrero de muchas plumas". Tal a sua insolência que ao governador do Paraguai, Valderrama, declarava recebê-lo em suas terras em nome do Papa. Tão atrevido êste índio que a Valderrama timbrara a tratar por capitão. Nem sequer apeara do cavalo para saudar o governador espanhol!

Negando o perigo paulista afirmava o requisitório antijesuítico que nas reduções não havia mais de meia dúzia de missionários espanhóis e êstes mesmo catalães rebeldes ao jugo castelhano.

Alemães, flamengos, franceses, italianos, inglêses, formavam a poderosa coorte dos padres missionários. Até portugueses! vassallos do rebelde D. João IV, o tirano de Bragança. Todos êstes inacinos eram sobremodo belicosos. Saíam a cavalo, armados de ponto em branco capitaneando as mesnadas de seus índios. Muitos dêstes eram fugitivos de reduções de outras ordens religiosas a quem os jesuítas subornavam para aumentar o seu rebanho.

Tão imperialistas eram que para fazer frente às autoridades régias não trepidavam em manter terços de índios ferozes como o que se sediava em Itá, cujo comandante era um índio dos seus mais dedicados asseclas, certo sargento-mor D. Cristoval Taguaçu.

Assoalhavam os jesuítas agora que o domínio espanhol se achava gravemente ameaçado por grande bandeira comandada por Antônio Rapôso Tavares que consigo arrastava artilharia visando conquistar o Peru! Tudo isto não passava de refalsada mentira. Se acaso fôsse verdade os mil homens brancos mobilizáveis do Paraguai estavam em condições de afrontar tôdas as fôrças do Brasil. Entretanto continuassem os índios armados e não haveria mais segurança alguma para o Paraguai, Peru e Tucumã!

Referem vários documentos espanhóis desta época, mas muito imprecisamente, um embate de paulistas e castelhanos, do qual para aquêles resultou grave derrota. Ter-se-ia dado em 1647. O Vice-Rei Conde de Salvatierra relatou a Filipe IV a 21 de junho de 1649 grande e nova vitória dos jesuítas que haviam surpreendido os paulistas a prear índios.

"Juntando buenas tropas siguieron al alcance de los enemigos quitando les la presa (300 cautivos) y matando a muchos los ahueyentaron de todo"

Quer-nos parecer que esta bandeira aniquilada haja sido a que comandava Jerônimo Bueno, genro de Manuel Prêto "que no sertão do rio Paraguai, segundo Pedro Taques, pereceu às mãos dos bárbaros com tôda a sua gente em 1644". É possível que tenha havido engano de milésimo por parte do linhagista.

Atendendo a uma petição de Montoya mandou o vice-rei peruano em junho de 1649, que diversas aldeias jesuíticas fôssem consideradas de real padroado em atenção a sua lealdade à coroa espanhola, defendendo-se dos paulistas e batendo-os.

Novo e grande triunfo alcançaria pouco depois a Companhia, a 19 de outubro seguinte. Ordenou a Real Audiência de Charcas a Cardenas que deixasse o Paraguai imediatamente. Não se resignou o energúmeno prelado à destituição e à testa de muita gente armada esperou o mestre de campo D. Sebastião de Leon, que seguido de tropa fôra mandado expulsá-lo. Houve sério combate em que Leon ficou gravemente ferido, refugiando-se Cardenas na Catedral onde o prenderam. Expulso do Paraguai foi exilado para La Paz onde ainda viveu longos anos movendo contínua e acirrada guerra aos inacinos.

Haviam êstes sido imediatamente reintegrados na posse do seu patrimônio.

Em 1651 desaparecera um dos principais asseclas do Bispo, o alcaide Fuenleal, que, assaltado pelos remorsos, fêz pública confissão *in extremis*. Declarou que tudo quanto se depusera contra os jesuítas fôra a mais descabelada mentira: o caso da ocultação das minas de ouro, da inexistência de missionários espanhóis e do perigo paulista. Era, aliás, a maior das inépcias contestar a êste.

Em 1648 reaparecia ao norte de Asuncion, consubstanciado na presença da grande bandeira comandada por Antônio Rapôso Tavares que então encetava o seu famoso périplo trienal pelas terras do Continente, a mais extraordinária jornada terrestre até então realizada em qualquer região do Globo.

De Caaguaçu, no Itatim, escrevia Justo Mansilla, padre superior da missão, a 3 de novembro de 1648 e ao Governador Osório, que os paulistas haviam assaltado a redução de Mboymboy dois dias antes, aprisionando o seu pároco, o Padre Cristóvão de Arenas.

A 7 noticiava o tenente de Vila Rica que os inimigos eram numerosos, achando-se poderosamente armados para vingar o recente revés dos seus patrícios. Conseguira uns 600 índios de quatro aldeias para enfrentar aos invasores e o padre Alonso Arias pusera-se em campanha tendo libertado o seu confrade. Batera-se com os paulistas e perdera a vida na refrega. Dispunha de poucas armas de fogo e os adversários de cento e oitenta. "Hallamo nos obligados a retirar nos porque de flecharias se rien fiados en los escupiles (couraças ou gibões de armas) que traen, a quienes la flecha no passa".

Reinava enorme desânimo na região e os índios assaltados fugiam em pânico para o Sul. Viesse e quanto antes socorro de Asuncion. Avançavam agora os paulistas sôbre Caaguaçu. A 14 de novembro o Padre Barnabé de Bonilha informava de Pirai ao Governador Osório: a atacante de Mboymboy fôra a vanguarda de fôrças avultadas a que comandava Rapôso Tavares operando de acôrdo com outra coluna menor cujo chefe era André Fernandes "uno de los mayores autores de robos, ynsolencias y cautiverias de estos desalmados y infernales portugueses de San Pablo".

D. João IV a Rapôso fizera "maestre de campo para conquistar estas tierras y hacer paso para el Peru".

Dos tupis paulistas muitos haviam perecido em combate. Entre os invasores vinham três traidores, três espanhóis residentes em São Paulo e gente muito conhecedora daquelas paragens.

Ao seu prisioneiro, o Padre Arenas, haviam os bandeirantes tratado com a maior deferência. E isto numa ocasião em que o Bispo Cardenas tanto maltratava os da Companhia, recordava o Padre Bonilha com anágor. O mais grave da situação é que havia espanhóis da região muito inclinados a confraternizar com os sertanistas como sucedia à população de Talavera, gente muito queixosa das extorsões do fisco real.

“Hombres y mujeres estan aguardando para se yr con ellos”.

Era indispensável que o próprio Capitão-General Governador se trasladasse àquele tão flagelado distrito.

O comandante de Vila Rica, Rojas Aranda via a situação perdida. Só existia um recurso: o êxodo dos índios para as cercanias de sua praça onde poderia abrigar-se a gente de Maracaju, Terecane e Talavera.

Reuniu D. Diogo de Escobar Osório junta de guerra em Asunción a 15 de novembro, ante aquela situação de *Annibal ad portas!*

Resolveu-se a expedição imediata de uma coluna de socorro sob o comando do Mestre de campo Francisco de Arce com sessenta espanhóis e os índios que fôsse possível ajuntar.

Levava instruções para evitar quanto possível combater, e além disto uma carta na qual o Governador paraguaio apelava para os sentimentos cristãos do chefe português pedindo-lhe que evacuasse as terras paraguaias inexplicavelmente invadidas. Se o cabo da tropa tinha agravos de particulares paraguaios que o declarasse. Dava-lhe a palavra que tudo envidaria para oferecer-lhe satisfação de tais queixas.

Mas se a invasão decorria de outros intentos que não pudesse declarar êle governador poria “por obra la defensa” daquilo que tinha a seu cargo.

Depois de expedir tão frouxa carta reuniu Osório outra junta de guerra.

Anunciou que a fôrça dos paulistas era muito considerável “gran pujansa de negros, índios e mulatos”.

Sabia-se que outra e grande bandeira marchava sôbre as províncias do Paraná e Uruguai.

Havia êxodo geral do índios do atual sul mato-grossense em direção aos povoados espanhóis.

Enorme a debandada em Caaguaçu, Atira, Ipané, Guarambaré. Os paulistas se haviam em 1647 apoderado da redução de Taven. Lá estavam entrincheirados e constava que tinham tomado posse da terra para a Coroa do seu rebelde soberano.

O único remédio era acolher fugitivos no Paraguai central, sendo todos os índios empadroados em reduções, medida muito simpática àqueles encomenderos que todos eram os conselheiros do governador. Belo viveiro de índios iam ter à sua disposição.

Cautelosamente marchou o socorro partido de Asuncion. Quando chegou à região invadida já não mais encontrou um só paulista.

Em 1652 informava o Padre Manuel Berthod ao novo governador do Paraguai D. Andrés Garavito y Leon o que ia pelas missões do

Itatim. Arrasadas em 1633 pelos paulistas, haviam-se refeito um pouco, existindo em 1635 cinco novos pueblos.

Em 1635 tinham os paulistas reaparecido o que motivara nova dispersão dos neófitos. Muitos haviam fugido para Caaguaçu a quarenta léguas ao norte de Asunción.

Os índios daquela região péssimos eram, ladrões inveterados. Os da margem do Paraguai Chiriguanas, assassinos dos dois mártires da fé católica, o Padre Romero e o Irmão Mateus Hernandez, por instigação de um feiticeiro.

Mil famílias houvera aldeadas naquela zona. E agora só se contariam cento e cinqüenta!

Em 1652 o padre Pastor pediu a Leon que visitasse as missões dos Itatins a fim de lhes dar forma e modo para a paz e para a guerra “probocados cada año de los portugueses del Brasil que con mano armada vienen en busca suya para llebarlos cautibos. Pocos os escapos à tirania de dichos portugueses”

Em 1652, também, informava o Padre Tanho ao mesmo governador Leon que na quaresma os paulistas haviam em grandes bandos procurado destruir as reduções da mesopotâmia do Paraná e as do Uruguai.

Quatro colunas pareciam querer rumar para Buenos Aires. Corria o boato de que estas operações se desenrolavam em conjunto com uma expedição naval que no Brasil se aprestava. Mas haviam sido os de São Paulo batidos completamente.

Garavito y Leon levando êste caso a Filipe IV qualificou os jesuítas de “escudo y muralla para poner freno a las invaciones de los mamalucos de San Pablo ralee da gente que ni antes de la rebellion de 1640 ni depues tube temor de Dios ni obediencia al rei nuestro señor”.

Aos vencedores comandavam os padres Diego de Salazar e Silvério Pastor.

A 24 de maio de 1651 informava o Padre Miguel Gomes, estava-se à espera da anunciada aparição de paulistas em Mbororé. Cinco tupis aprisionados contavam aguardar a chegada de Rapôso Tavares para se encetar o assalto às reduções.

Assim êle, Gomes, mobilizara todos os índios, levando como cacique o cacique Inácio Abiaru, chefe de grande capacidade. Ao cabo de alguns dias surpreendera os paulistas num capão.

Haviam a princípio combatido e depois fugido desabaladamente. Grande a prêsa que se lhes fizera, centenas de índios já cativados, armas, munições e uma bandeira de Santo Antônio.

Dois tupis “muy ladinos” então aprisionados haviam relatado que o escopo da marcha das quatro colunas era Buenos Aires. Criam os paulistas que lhes seria fácil tomar a cidade portenha tanto mais quanto a sua expedição marítima dispunha de poderosa artilharia.

O Padre Altamirano, êste confirmou tais notícias e boatos.

Pormenorizando, contou que a sua gente se portara “con o maior brio”.

Aos invasores “los dieron tan fuertes rociadas asi de arcabuz como de piedras que, con hondas (fundas) tiran diestramente y es arma terrible”.

Apesar de socorridos por outra bandeira de brancos comandando grande número de gualachos “que son grandes guerreros”, tinham os paulistas sido completamente batidos, fugindo infamemente.

Perseguidos tenazmente haviam abandonado a bagagem para se aliçararem. Enorme a prêsã dos vencedores, sobretudo quanto a mantimentos.

Confessou um dos prisioneiros que os de São Paulo estavam certos da captura de Buenos Aires, desejando “acabar con todos los españoles y quedar señores de la tierra tôda”

O depoimento do padre Questa, que foi o interrogante dos tupis paulistas, trouxe interessantes pormenores.

O comando em chefe da grande bandeira era exercido por Domingos Barbosa Calheiros. Constava ela de sete colunas cujos cabos mais notáveis eram Brás de Arzão, Francisco Ribeiro e Clemente Álvares.

Pretendia Calheiros, realmente, atacar Buenos Aires, emprêsã que em São Paulo muito se encarecia.

À vista das notícias que chegavam da América, recomendou Filipe IV o maior cuidado aos seus delegados do Prata, mandando especialmente a Buenos Aires o Dr. Francisco Marin, a fim de superintender tal vigilância.

Com a capitulação dos holandeses de Pernambuco, em 1654, ordenou o rei fôssem reforçadas tôdas as medidas de precaução. Em 1657 o governador Baygorri, do Paraguai, avisava que os paulistas continuavam a talar as terras ao oeste do rio Paraná.

Os jesuítas continuavam, porém, a sua incansável faina da catequese. Haviam processado e obtido a condenação de diversos indivíduos propaladores da calúnia de que êles exploravam minas de ouro clandestinamente. Arrolava-se entre êles seu velho inimigo D. Luís de Céspedes Xeri’a que terminara confessando haver calvamente mentido.

Em junho de 1657 o Capitão-General João Blasques de Valverde visitara treze pueblos da Companhia da província do Uruguai onde viviam 23 383 índios com 4 746 homens mobilizáveis e dispondo de 441 mosquetes.

Passando aos do Paraná estivera em mais oito onde havia 12 854 índios com 2 770 homens válidos e 251 arcabuzes.

Tôdas estas aldeias foram declaradas pertencentes ao real padroado da Coroa de Espanha.

Anos decorreram sem que voltassem os paulistas à carga e o rei incitado pelas contínuas reclamações dos colonos publicou cédulas mandando que os inacinos recolhessem aos arsenais régios a maior parte das armas de fogo distribuídas aos seus neófitos. Ficassem apenas com as cento e cinqüenta que lhes fornecera o Vice-Rei Marquês de Mansera.

Entretanto, em 1663, mandava Filipe IV ao Conde de Sant Esteban vice-rei do Peru, que fornecesse do arsenal de Buenos Aires ao capitão-general recém-nomeado para o Paraguai, Juan Diaz de Andino, trezentos mosquetes de duas bôcas para que pudesse defender-se “de los enemigos levantados de San Pablo y de los indios levantados”.

## CAPÍTULO XIV

---

*Os paulistas na guerra holandesa.  
O périplo raposiano.  
Expedição de socorro à Bahia.  
Entradas quase não documentadas.  
Fernão Dias Pais.*

Apesar da grande distância que separava os paulistas das terras do Nordeste ocupadas pelos batavos, a solidariedade lusitana os fêz participantes das campanhas em favor da expulsão do invasor nórdico.

A tal respeito consulte-se a excelente monografia de Leite Cordeiro sobre êste capítulo de nossos fastos militares.

A princípio e durante anos estiveram os paulistas alheios às operações da campanha nordestina, mas, com a chegada do Conde da Tôrre e sua grande esquadra à Bahia, mandou êste Governador-Geral recrutar gente em todo o Brasil, e no Prata, para o planejado ataque a Pernambuco. Requisitou trezentos soldados brancos da Capitania de São Vicente “por terem mais uso e experiência das entradas do sertão”, contingente que Salvador Correia de Sá e Benevides entregou ao comando de D. Francisco Rendon de Quevedo.

Provocou esta ordem de D. Fernando de Mascarenhas, a explosão de curioso movimento de protesto em São Paulo, de feitio sebastianista, contra a recruta que se intentava fazer e realizou-se.

Não se sabe quantos homens partiram, distribuídos por seis companhias de infantes, cujos capitães, no dizer de Pedro Taques, eram os irmãos Valentim de Barros e Luís Pedroso de Barros, Antônio Rapôso Tavares e seu irmão Diogo da Costa Tavares, Manuel Fernandes de Abreu e João Pais Florião. Estas companhias foram na Bahia incorporadas ao têrço do mestre de campo Luís Barbalho Bezerra.

D. Francisco Rendon não seguiu para o norte, sendo substituído por Antônio Rapôso, segundo afirma Pedro Taques.

Nas quatro batalhas de janeiro de 1640 e como tanto se sabe, foi completamente desbaratada a esquadra do Conde da Tôrre. Dispersa, uma de suas divisões arribou ao pôrto de Touros perto do Cabo de São Roque onde desembarcou Barbalho Bezerra, com uns mil e trezentos infantes e com êles dois dos maiores vultos das nossas lutas com os neerlandeses, Antônio Filipe Camarão e Henrique Dias. Entre êstes mil e trezentos desembarcados estavam as companhias paulistas.

Desta famosa retirada do Cabo de São Roque às margens do São Francisco, apenas se conhece documentação fragmentária e escassa.

Também não se sabe se todo o contingente paulista desembarcou em Touros havendo indícios positivos de que pelo menos diversos de seus componentes foram ter a Carthagená de las Índias, como evidencia a patente de Bartolomeu Bueno descoberta por L. Cordeiro.

Perseguiram os batavos, tenazmente, os retirantes, com quem mantiveram longo contato de que resultaram sangrentíssimos combates, hoje bem documentados pelos papéis holandeses. Afinal conseguiu Barbalho pôr a sua coluna a salvo, transpondo o São Francisco a montante de Penedo. O que está faltando à história dêste tão notável feito de nossas armas são os documentos portugueses.

A muitos hoje desaparecidos viu Pedro Taques, que longamente tratou dêste caso. Ao seu dizer prestaram os paulistas ótimos serviços aos companheiros de jornada pelo conhecimento adquirido como exímios mateiros que eram, descobridores de raízes alimentícias silvestres, os "paus de digestão" ou *guaribás* como lhes chamavam.

Tal recurso foi de inestimável proveito à coluna semifaminta que pervagava nas matas, quase sem viveres e impedida de caçar para não revelar a presença ao inimigo muito mais poderoso do que ela.

Celebrando êste grande episódio de nosso passado militar fizemos o mestre pintor Henrique Bernardelli executar belo painel para a galeria do Museu Paulista. É muito possível que a exumação de papéis dos arquivos de Portugal e do Brasil lancem nova e grande luz sobre os episódios desta justamente tão celebrada Retirada do Cabo de São Roque.

Documentos por J. P. Leite Cordeiro recebidos dias antes de esta publicação entrar para o prelo, provenientes do Arquivo Colonial de Lisboa, onde os encontrou a erudita D. Luísa da Fonseca, demonstram cabalmente a presença de Rapôso Tavares nas marchas e combates da coluna de Barbalho, confirmando-se as veementes suspeitas do jovem e brilhante autor de "*Os Paulistas na Guerra Holandesa*"

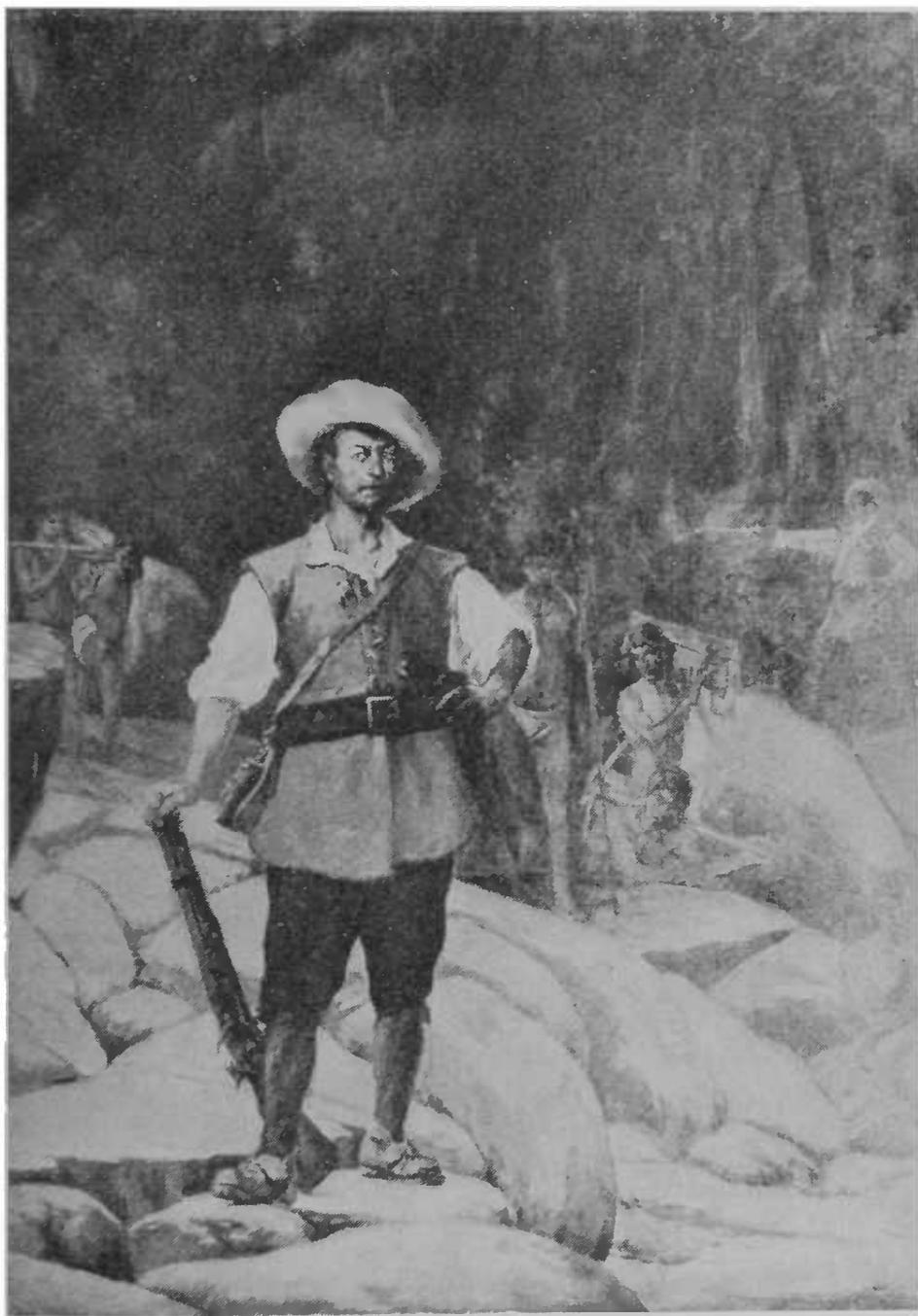
É muito confusa a cronologia das efemérides da Retirada ignorando-se as datas de várias refregas que a coluna travou. A 9 de maio de 1640 já atravessara o São Francisco consoante a informação de Maurício de Nassau. Perdera metade do efetivo em combate e de fome. E neste número dezesseis oficiais.

Reapareceu Antônio Rapôso Tavares em São Paulo a 3 de abril de 1641 assinando o auto da aclamação de D. João IV.

Em 1648, ou talvez já em 1647, ia êle encetar a mais prodigiosa jornada de devassa de terras ignotas em qualquer tempo e qualquer Continente jamais ocorrida; aquilo que intitulamos o périplo raposiano.

Na decadência em que Portugal descambara nenhum dos seu coetâneos pode disputar-lhe a palma de mais legítimo representante, em seu tempo, dos Bartolomeu Dias e dos Vasco da Gama, dos Afonso de Albuquerque e dos D. João de Castro.

Caiu, inexplicavelmente, no olvido a memória do homeriada, esquecido de Portugal e do Brasil. Coube a Washington Luís dar relêvo às ações prodigiosas dêste incomparável jornadeador de imensas áreas da selva americana.



Bandeirantes na selva.  
*Óleo de Henrique Bernardelli — Galeria do Museu Paulista.*

Nem sequer até então se individuara o nome integral d'este sertanista *nec pluribus impar*. A par de tal insciência vicejavam lendas obscuras de exagerada grandiloquência sôbre as façanhas do destruidor do Guairá, como a que veiculou Machado de Oliveira atribuindo-lhe a repetição de um gesto famoso de conquistador árabe o do emir Muza no litoral marroquino do Atlântico. Assim o fêz mergulhar a espada em águas do oceano Pacífico a "avassalar terra e mar pelo seu rei". Entretanto o próprio autor do *Quadro Histórico* parece ter ignorado que o seu Antônio Rapôso se chamava Antônio Rapôso Tavares.

Não é fácil a fixação dos pontos por onde passou Antônio Rapôso no seu périplo trienal, senão quadrienal.

Em 1648 estêve positivamente no Norte do Paraguai e Sul do Mato Grosso como vimos.

Em 1654 transmitia Antônio Vieira ao Padre Provincial do Brasil uma série de informações sôbre a jornada raposiana. Durara três anos e meses e os bandeirantes haviam navegado, em onze meses, mais de três mil léguas de rios, número exageradíssimo. À entrada que se encetara em 1649 governava como cabo o mestre de campo Antônio Rapôso Tavares, cujo lugar-tenente fôra um capitão Antônio Pereira. Chegara a expedição a Gurupá vinda das terras da Espanha.

Outro documento seiscentista é a informação do ouvidor Manuel Barreto de Sampaio ao Conselho Ultramarino em 1674.

"Desta vila (São Paulo) saiu o Mestre de Campo Antônio Rapôso no descobrimento dos sertões empenhando-se de tal modo que vindo a parar em Quito d'ái pelo rio dos Almanzonas, veyo sair ao Maranhão em cuja viagem passaram grandes trabalhos e gastaram mais de três anos"

Bernardo Pereira de Berredo cujos *Anais do Maranhão* se imprimiram em 1749, narra que em princípios de 1651 chegaram a Gurupá 59 homens da capitania de São Paulo com algum gentio, tudo governado pelo mestre de campo Antônio Rapôso. Esta tropa desencaminhada e perdida nos sertões de São Paulo e não atinando com o rumo para se recolher à sua Capitania, vagara por alguns meses por diferentes alturas, até chegar ao Reino do Peru onde se vira acometida por muitos índios e castelhanos assistidos de missionários da província de Quito.

Destroçara, porém, os inimigos, atingindo o rio Amazonas que descera em balsas chegando então a Gurupá.

Escrito anterior ao de Berredo é a *América abreviada* do Padre João de Sousa Ferreira, pois data de 1693. Refere-se à expedição raposiana a contar que uma tropa de homens de São Paulo subira o Rio da Prata até as suas fontes, perdera-se em pântanos dias inteiros com a roupa na cabeça e água pela barba. Batera-se com os castelhanos do Peru, descera o Madeira em jangadas e depois o Amazonas até o Peru, após haver jornadeado três anos pelos sertões.

Afirma Ferreira que conversara com um frade e um secular componentes da bandeira, déles havendo recebido muitas indicações geográficas a respeito dos sertões por êles percorridos.



Retirada do cabo de São Roque.  
*Óleo de Henrique Bernardelli — Galeria do Museu Paulista.*

Ao escrever em 1904 desconhecia Washington Luís a documentação sevilhana que tivemos o ensejo de analisar em 1927. Assim desconhecia os encontros da entrada com os jesuítas no Itatim.

Repudia as versões de que Rapôso haja estado no litoral do Pacífico e em terras da Nova Granada. Assim também pensamos.

É muito difícil estabelecer alguma conjectura sólida sobre o itinerário de Rapôso; o que parece mais plausível é que do Itatim haja o homeriada remontado pelo Pantanal às cabeceiras do Paraguai, passando ao Guaporé. Descendo este rio, o Mamoré e o Madeira, remontou o Amazonas e o Solimões até penetrar em terras de Quito. Desceu depois o Rio Mar tendo talvez explorado algum de seus grandes afluentes como o Negro.

Como resultado positivo nada resultou de tão espantosa façanha. Mas o seu efeito moral foi imenso. Cada vez mais audazes precipitaram-se as bandeiras para o âmago do Continente. Daí talvez a criação da lenda da imersão da espada do cabo da tropa em ondas do oceano Pacífico.

Como voltou Antônio Rapôso do Peru a São Paulo é que se não sabe. Tão desfigurado chegou à sua casa, conta-se, que nem parentes nem amigos o reconheceram, diz Azevedo Marques. Na biografia traçada por este grande erudito há graves erros aliás como a da falsa atribuição dos progenitores, a do milésimo da morte do bandeirante e a confusão de Gurupá com Guaporé.

Quando e como morreu o realizador do prodigioso périplo sertanista? Ninguém o sabe. Pelo inventário do filho em 1658, em Cabo Verde, tem-se a notícia de que já não vivia. Assim do mundo desapareceu antes dos sessenta anos.

Animado com os triunfos que os restauradores iam obtendo na luta com os neerlandeses, escrevia o Governador-Geral do Brasil Antônio Teles da Silva à Câmara de São Paulo, a 23 de outubro de 1646, que planejava uma expedição destinada a apossar-se da foz do Prata pois previa que dentro em breve haveria paz entre Portugal e Holanda. Contava para tal fim com o apoio dos paulistas.

Um mês mais tarde totalmente outro era-lhe o tom.

Haviam os batavos feito formidável diversão sobre as águas do golfo de Todos os Santos, onde navegava uma frota de trinta naus inimigas.

Pouco depois Segismundo von Schkoppe infligia às armas portuguesas o grave revés de Itaparica.

Assim previa a possibilidade de novo e fortíssimo assalto à capital brasileira e instante pedia à Câmara paulistana a remessa de um socorro: duzentos soldados brancos e dois mil índios que desceriam o São Francisco.

A 11 de março de 1647 reiterava Teles o angustiado pedido. Já agora solicitava o envio de maior número possível de arcos e grande quantidade de mantimentos.

Conta Pedro Taques que este socorro partiu em julho de 1647 sob o comando de Antônio Pereira de Azevedo, não sabendo porém se desceu pelo São Francisco ou tomou outro rumo.



Chegada a Gurupá de Antônio Rapôso Tavares  
*Quadro de Teodoro Braga na Pinacoteca do Estado de São Paulo.*

Um documento de 1648 alegado por Ellis aponta a existência de um homônimo de Azevedo numa entrada do baixo Tietê. Carvalho Franco assinalou bandeirante de igual nome em Mato Grosso e no mesmo ano. Possivelmente o mesmo de Ellis. Encontrou Cordeiro mais um de nome idêntico como combatente da guerra holandesa que não pode ser o de Taques.

Afirma o linhagista que Antônio Azevedo recebeu uma comenda da Ordem de Cristo em virtude dos assinalados serviços de guerra então prestados.

Admite Leite Cordeiro a possibilidade que o indigitado comandante do socorro solicitado por Teles da Silva haja estado na Bahia, de cujas águas se retiraram os holandeses em janeiro de 1648.

Nas primeiras décadas seiscentistas numerosas bandeiras ocorreram que de seus feitos deixaram a mais tênue senão vaga existência.

Sabe-se por intermédio de Pedro Taques que Amador Bueno, o Aclamado, foi o autor de numerosas entradas, de onde lhe proveio “a dominação de muitos centos de índios administrados que de gentio bárbaro de sertão se converteu a santa fé católica pela indústria, valor e fôrça das armas empregadas ou conquista em seu reinos e alojamentos”.

Seu genro Antônio Prêto, filho de Manuel Prêto, é citado pelo linhagista como grande preador de índios. O mesmo se diz de Antônio Bueno, filho do Aclamado e de Francisco Bueno seu tio.

Jerônimo Bueno, também irmão de Amador foi dos notáveis entradistas do seu tempo e pereceu às mãos dos Bakans, gentios do sertão do rio Paraguai.

Respigando na documentação paulista encontrou A. Ellis diversas expedições de pouca projeção, por inópia de provas, como a de Vicente Bicudo, em 1641, a operar em zona não identificada, a de Jerô-

nimo da Veiga em 1643, Francisco Dias, Sebastião Fernandes Camacho e João Mendes Geraldo em 1645.

Em 1647 era Antônio Nunes Pinto contrariado em suas pretensões de ir ao Sertão pela Câmara de São Paulo. Em 1648 partiu a vultosa mesnada a que comandava Antônio Domingues; em 1649 a de Francisco de Paiva. No ano seguinte morria Antônio Bicudo, sertanista notável, que contava muitas sortidas.

Em suma numerosas expedições devem ter penetrado pela selva a dentro sem deixar o menor vestígio de suas passadas.

Dizia o Padre Mansilla, em 1629, "En toda la villa de San Pablo no habrá mas de uno ó dos que no vayan a cautivar yndios y enbien sus hijos ó otros de su casa".

Não era só o sertão o alvo das entradas. Em 1647 vemos o Padre Pedro de Lara Morais explorar largamente as terras litorâneas da região de Angra dos Reis que pretendia povoar.

Falecido Antônio Rapôso Tavares entre 1653 e 1658 passou Fernão Dias Pais a ser a figura máxima incontestada do bandeirantismo.

Pertencente aos mais velhos clãs povoadores e nascido em São Paulo em 1608 desde muito moço vemo-lo lançado ao Sertão.

Em 1638, voltando do Tape, como já contamos, vemo-lo assinalado em terras hoje paranaenses. Em 1639 era capitão de ordenanças da vila paulistana.

Em 1640 acudiu à testa de cem arcos e muitos escravos seus em defesa de Santos e São Vicente atacadas por considerável frota holandesa, repelindo a invasão após rudes refregas.

Durante os motins de 1640 foi dos que mais exigiram a expulsão dos jesuítas.

Mais tarde se afeiçoaria aos inacinos promovendo, com João Pires, o seu regresso ao Colégio de São Paulo em 1653.

Durante os longos anos das tropelias sanguinolentas das lutas entre as facções dos Pires e Camargos figurou como um dos principais chefes do primeiro destes partidos (1).

---

(1) As referências documentais aos capítulos XII, XIII e XIV encontram-se no tomo terceiro da **História das Bandeiras Paulistas**.

## CAPÍTULO XV

---

*Sertanistas notáveis do século XVII.*

*Bandeiras perdidas na selva.*

*Ausência de documentação.*

*Os danos da guerra civil dos Pires e Camargos.*

Muitos foram os grandes sertanistas do século XVII, a centúria máxima das três em que os fastos brasileiros encerram os feitos dos homens de ferro recuadores da linha tordesilhana. Dêles fazemos rápida resenha.

Os filhos do capitão-mor Governador da Capitania de São Vicente, Pedro Vaz de Barros, foram valorosos cabos de tropa e homens do Sertão.

Valentim de Barros, o primogênito, serviu na frota do Conde da Torre e com especial relêvo na retirada do Cabo de São Roque; Pedro Vaz de Barros ou Vaz Guaçu e Fernão Pais de Barros vieram a ser dos mais opulentos vassallos que os reis bragantinos contaram no Brasil. Sempre prontos a concorrer generosamente para as ocasiões do real serviço, tiveram enormes escravaturas índias, aldeias obtidas à moda que Pedro Taques atribui a Amador Bueno.

O quarto componente da irmandade, Antônio Pedroso de Barros, figura entre os maiores preadores, chegando a possuir centenas de administrados.

Morreu em 1652 não se sabendo se assassinado pelos seus índios ou por seu cunhado Alberto Pires que o suspeitava de adulterar com a sua espôsa, Leonor de Camargo Cabral, a quem também matou o oteliano marido segundo narra Pedro Taques com a maior pormenorização.

Dêste duplo assassinio resultaria uma série de incriveis violências a começar pela morte em represália de Alberto Pires. E o pretexto para reacendimento das lutas sanguinosas entre Pires e Camargos.

Mas tudo isto é muito confuso. Ocorreram os assassinatos de Leonor de Camargo e Alberto Pires e a revolta dos índios de Antônio Pedroso. É o que parece positivo. E também o assassinio de Antônio Pedroso que pouco antes de perecer "botara três armações" ao Sertão.

Jerônimo Pedroso de Barros, o quinto irmão, êste foi o vencido de Mbororé mas devia ter fé de ofício sertanista notável para ser pôsto à testa de expedição tão considerável quanto a derrotada de 1641.

Os dois vultos mais notáveis da irmandade foram Luís Pedroso de Barros e Sebastião Pais de Barros.

Depois de servir com distinção na guerra com os holandeses, voltou Luís a São Paulo casado com a baiana Leonor de Siqueira e entregou-se de corpo e alma às expedições do Sertão. Em 1656 achava-se internado na selva dizendo Pedro Taques que faleceu em 1662 "no sertão do reino do Peru chamado dos Serranos"

A Sebastião Pais de Barros teremos de oportunamente nos referir com os pormenores exigidos pelos seus feitos.

De João Pedroso de Morais, cognominado o *Terror dos Índios*, irmão do famoso jesuíta apóstata Manuel de Morais, desertor da causa portuguesa em favor dos holandeses e homem de talento, pouco se sabe, a não ser que o seu cognome lhe veio "da audácia na exploração do sertão e conquista dos índios bravios".

O filho mais velho, João Pedroso, foi obscuro, mas o segundo, Francisco Pedroso Xavier, tem notável destaque nos fastos bandeirantes.

De Jerônimo da Veiga se narram diversas armações que lhe valeram grande escravatura com a qual povoou largas fazendas de cultura.

De meados do século XVII parecem datar-se as façanhas de Manuel Correia acêrca das quais existe a maior indeterminação de data e de teatro de ação. Isto com grande latitude de prazo e espaço, havendo quem diga que pervagou pelas terras hoje goianas.

Outro sertanista de deficientíssima história é Francisco Ribeiro de Morais, falecido em 1665. O mesmo se dá com seus companheiros Francisco Lopes Buenavides, Jerônimo Bueno alcunhado o *Pé de pau*, sobrinho de Amador Bueno, João Martins Heredia, Antônio Ribeiro Roxo, entre outros. A bandeira de Buenavides e Ribeiro de Morais parece ter percorrido terras goianas.

Por volta de 1670 desapareceram do mundo dois notáveis sertanistas: Bento Pires Ribeiro e Luís Castanho de Almeida. Bento Pires, cunhado de Fernão Dias Pais, bandeirante de prol, segundo Pedro Taques, faleceu no Sertão em 1669 onde fizera várias entradas. A seu filho Francisco Pires Ribeiro atribui o linhagista célebre estratagema aterrizador dos índios, o da ameaça de incêndio dos rios ao fazer a inflamação de álcool numa gamela.

Luís Castanho de Almeida, filho de outro bandeirante ilustre, Antônio Castanho da Silva, falecido em 1622 nas minas peruanas de Tataci, pereceu em combate com os índios goianos da região de Anicuns em 1671 e em trágicas circunstâncias.

Haviam os seus carijós, desesperados com a vida de fome e canseira a que os obrigava, resolvido assassiná-lo e aos quatro filhos que o acompanhavam.

Tentando roubar-lhes as armas de fogo foram pressentidos e nesta ocasião a Castanho feriram mortalmente. Pouco depois expirava.

Entrincheiraram-se os moços durante os vinte dias em que os seus assaltantes os tentaram vencer. E neste íterim realizaram, com os despojos paternos, o que no tempo chamavam os sertanistas o embalsamamento do Sertão. Enterrado o cadáver a pouca profundidade, armava-



se-lhe sôbre a cova uma fogueira que ficava dias e dias a arder, sempre alimentada.

Ao cabo de conveniente lapso eram exumados os ossos e então lavados, amortalhados e guardados numa caixa ou saco.

Deixando o local onde haviam perdido o pai, tiveram os quatro moços de furtar-se a tenaz perseguição dos seus rebelados servos. Numa refrega quase perdeu um dêles a vida.

Afinal, tendo por acaso encontrado a bandeira do capitão-mor Antônio Soares Pais, tomaram a ofensiva conseguindo tirar completa vingança da morte do pai. A 15 de setembro de 1672 sepultavam-lhe os ossos na igreja matriz de Parnaíba. Nove anos mais tarde assim faria Garcia Rodrigues Pais na abacial beneditina de São Paulo com os de seu grande progenitor Fernão Dias Pais.

Deixou Castanho dois filhos celebrados nos fastos bandeirantes: Luís Castanho de Almeida e Antônio Castanho da Silva.

De Antônio Soares Pais e suas ações restam-nos as poucas linhas que Pedro Taques lhes consagrou. Sabe-se que morreu no Sertão em 1675.

Quantas dezenas, se não centenas de bandeiras como a de Soares Pais houve, das quais não resta o mínimo vestígio na documentação?

Na década de 1650 a 1660 ao movimento entradista prejudicou imenso a fúria sanguinosa da luta dos Pires e Camargos, verdadeira guerra civil, que custou a vida a muitos dos ainda escassos povoadores de São Paulo.

Muito mal esclarecida se acha ainda esta longa pugna da qual nos resta minguada e fragmentária documentação.

Nela tomou Fernão Dias Pais notável parte. Foi um dos principais, se não o principal chefe do partido dos Pires, tendo os Camargos como líderes, três sertanistas de relêvo mas de muito menor prol do que êle: os irmãos Fernão e José Ortiz de Camargo e Domingos Barbosa Calheiros.

Pintou o Ouvidor-Geral Pedro de Mustre Portugal, em 1660, incisivo quadro do que ocorrera na vila piratiningana onde encontrara “os moradores desavindos e quebrados na paz e amizade em que antigamente se conservavam”. Daí haviam resultado “bandos, motins e alterações com tanto excesso que por vêzes tinha chegado a rompimento com mortes, insultos e latrocínios, assim entre os mesmos moradores, como no gentio, que cada qual dos ditos bandos se tinha agregado”.

Chegara a Vila, em 1659, ao mais miserável estado. A maioria dos seus habitantes a havia desamparado, “metendo-se no sertão e matos fazendo novas povoações e domicílios, vivendo sem socego, muy diminutos em seus cabedades e lavouras com que o comércio e rendas de Sua Majestade se perdiam e originaram-se grandes desserviços a Deus e ao dito Senhor, o respeito e temor da justiça totalmente se perdiam”.

Procurara o Governador-Geral do Brasil, Conde de Atouguia, reconciliar tão acirrados adversários estabelecendo um *modus vivendi* entre as duas facções, mas o acôrdo por êle tentado fracassara. A princípio parecia feita a pacificação. Francisco Barreto de Meneses, sucessor de Atouguia, felicitava a Câmara de São Paulo, a 4 de janeiro de 1656 pelas previsões auspiciosas de cessação da guerra civil mas esta não só recommençou como recrudescceu com a maior violência havendo em 1659 atingido ao auge.

Em fins de setembro de 1657 lamentava Barreto de Meneses que em vez de se aplicarem os paulistas ao serviço de Sua Majestade tivessem “suas armas tão ocupadas em recíproca ofensa”.

Afinal, em 1660, a 25 de janeiro, voltou a paz aos arraiais piratiniganos, comprometendo-se Fernão Dias Pais e José Ortiz de Camargo “por si, seus parentes amigos e aliados, presentes e ausentes” a viver como leais vassallos de Sua Majestade. Aceitavam serem “desnaturalizados do Reino, tidos e havidos e reconhecidos por rebeldes e inobedientes aos mandados de Sua Majestade e preceitos de justiça” se se envolvessem daquela data em diante em danos, motins, mortes e mais sucessos que ocorressem “oferecendo as suas pessoas e fazendas para as penas que Sua Majestade fôsse servido nelas executar”.

Declaravam os dois homens de ferro numa afirmação de orgulho que se se reconciliavam “faziam-no espontâneamente sem serem compelidos nem obrigados a outra coisa” atendendo simplesmente ao apêlo do delegado do seu Rei que “em nome de Sua Majestade lhes prestava o agradecimento, prêmio devido a tão leais vassallos e de o dito senhor rei se haver em tudo por mui bem servido”.

Cessaram com efeito os sanguinolentos sucessos que tanto prejudicava o desenvolvimento da ação bandeirante.

Preparou-se Fernão Dias Pais a voltar a velha atividade sertanista. Em 1650 reconstruira à sua custa o Mosteiro de São Bento, igreja e convento, e dotara o novo cenóbio de generosa esmola ânua e de larga doação territorial em Tijucuçu, mais tarde São Bernardo e São Caetano.

Em troca dêste grande benefício comprometeram-se os beneditinos em lhe assegurar e aos seus, perpétuo jazigo no solo da capela-mor de sua nova abacial sepultura onde, em fins de dezembro de 1681, encontrariam descanso os seus despojos mortais trazidos das margens do Rio das Velhas pela piedade filial de Garcia Rodrigues Pais, como acima lembramos.

A quem interessar conhecer as peripécias da guerra civil dos Pires e Camargos, conflito de aspectos originaes em nossos fastos, recomendamos o que escrevemos em nossa *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, compendiando documentação, em parte inédita mas ainda assim muito fragmentária.

Em 1661, afirma Pedro Taques, realizou Fernão Dias Pais grande jornada ao Sul do Paranapanema, à serra da Apucarana.

Dizem, aliás, vários documentos que o grande bandeirante destacou a vida dos autóctones da nação Guianã e o cerimonial dos seus reis, índios entre os quais angariara o grande bandeirante o mais extraordinário prestígio. Convenceu-os de que o deviam seguir a São Paulo convertendo-se ao catolicismo (“sem estrondo de armas e tiranias de mortes conseguira a ventura desta redução”), deixando os guianãs gostosos os “sertões pátria do seu gentilismo”.

A cinco mil daqueles gentios e ao seu rei Tombu localizou Fernão Dias Pais às margens do Tietê, abaixo de Parnaíba, em terras férteis pelas sementeiras de milho, feijão e trigo.

Dizem, aliás, vários documentos que o grande bandeirante destacava-se sobremaneira pelo domínio que sabia exercer sobre os índios, empregando um *suaviter in modo* bem diverso dos processos geralmente utilizados em relação aos homens da Selva.

## CAPÍTULO XVI

---

*Bandeiras de menor relêvo.*

*As jornadas de Manuel de Campos Bicudo  
e do primeiro Anhangüera.*

*O assalto de Francisco Pedroso Xavier ao norte do Paraguai.  
Apelos desesperados das autoridades espanholas ao Trono.*

Entre 1650 e 1670 ocorreram bandeiras de pequeno relêvo assinadas por Pedro Taques e Azevedo Marques. E igualmente por Alfredo Ellis Júnior, a respigar na documentação das *Actas* e do *Registro Geral* da Câmara de São Paulo e na série dos *Inventários e Testamentos*.

Assim as de Lázaro da Costa (1650), de Matias Martins de Mendonça em 1663, a de Jorge Rodrigues de Niza em 1665, de Pedro Dias Leite, irmão de Fernão Dias Pais pouco antes de 1658, e em região ignota, de onde trouxe mais de trezentas peças. Em 1659 estava no sertão uma bandeira sob o comando de Salvador Bicudo de Mendonça, cunhado de Rapôso Tavares. Assim também em 1662 Manuel Roiz de Arzão e outro sertanista que pouco depois tanto se notabilizaria Estêvão Ribeiro Baião Parente.

Mais ou menos nesta época assinalam-se José Ortiz de Camargo, Paulo da Fonseca. Em 1665 vemos o Padre Mateus Nunes de Siqueira trazendo da vertente setentrional da Mantiqueira copiosas centenas de índios guarulhos ou guaromimis que localizou em Atibaia.

Este clérigo tinha tal reputação como sertanista que em 1677 seria convidado pelo Governador-Geral do Brasil a operar contra os anaiós, ferozes silvícolas ribeirinhos do São Francisco.

De 1665 é uma expedição em que figurava Lourenço de Siqueira, pai de Bartolomeu Bueno de Siqueira, de tão celebrado nome nos primórdios do grande ciclo do ouro.

A tôdas estas expedições documentam quase sempre as mais lacônicas referências.

Nada mais expressivo do que certos tópicos de atas de vereança como por exemplo, a de 20 de fevereiro de 1666, onde se fala da notificação feita a "alguns capitães que vão para o sertão" ou a de 29 de novembro do mesmo ano, em que o escrivão municipal nos conta que "a maior parte dos moradores desta vila estava no Sertão"

Referem-se os termos municipais a êste e àquele sertanista. André Lopes em 1667, Cornélio Rodrigues de Arzão, irmão de Manuel, em



Combate de índios e bandeirantes.  
*Composição de J. B. Debret.*

1668. Salvador Cardoso e Pedro Simões, neste mesmo ano se ofereciam para ir em socorro de uma bandeira extraviada ou quiçá perdida.

Ainda em 1668 partiu a grande expedição de Lourenço Castanho Taques instigado pelas constantes sugestões de Salvador Correia reforçadas pelo prestígio de uma carta de real punho do Senhor D. Afonso VI. Recomendava o soberano ao cabo da tropa que fizesse larga jornada pelos sertões ínvios dos Cataguases, em território hoje de Minas Gerais, realizando intensa pesquisa do ouro.

Era Lourenço Castanho um dos homens de maior prol em sua república paulistana e, segundo Taques, fôra o grande promotor da reconciliação dos paulistas com o glorioso restaurador de Angola e seu governador.

Não se sabe qual haja sido o itinerário de Lourenço, que parece ter jornadeado durante dois anos, regressando sem trazer notícia de qualquer descoberta aurífera. Sôbre a data desta bandeira realizou Ellis grande pesquisa apontando um êrro de Pedro Taques quanto ao milésimo do falecimento de Lourenço 1677, quando êle ocorreu em 1671. Pensamos que o principal autor de tal confusão deve ter sido o copista dos originais de *Nobiliarchia* cujo paradeiro se ignora, ou algum "gato" de imprensa.

Em 1676 estava embrenhado, não se sabe onde, Lourenço Castanho, o moço.

Falam-nos as Atas de outras e obscuras bandeiras, como as de Manuel Roiz Gomes (1659), Francisco Martins Bonilha (1666), Manuel de Lemos (1670), Cornélio de Arzão (1671), Inácio Moreira (1676), Baltasar da Costa da Veiga, Lucas de Camargo, Salvador de Pontes e Inocêncio Prêto (1681).

De quantas destas expedições internadas no *Mato Grosso de Jundiá* e outras selvas jamais se ouviu uma única notícia?

Quanto ao caso dêstes ignotos mateiros tombados na obra do desbravamento do Brasil se aplica uma paráfrase daquilo que as vozes do grandiloquo estro hugoano evocam no admirável *Oceano nox*:

*Combien de marins, combien de capitaines  
Qui sont partis joyeux pour leurs courses lointaines  
Dans ce sombre horizon se sont évanouis?*

As expedições a que acabamos de lembrar foram em geral de pequeno porte. Nas últimas décadas do século XVII outras houve que de seus feitos deixaram muito mais avultada documentação.

São as de Manuel de Campos Bicudo e seu filho Antônio Pires de Campos, o *Pay Pirá*, a de Manuel Dias da Silva, o *Bixira* e a de Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro *Anhangüera*.

O primeiro, segundo Pedro Taques, fêz vinte e quatro campanhas contra os gentios dentre Paraná-Paraguai.

A última de suas expedições parece ter-se realizado em 1673. Acompanhava-o o filho Antônio Pires de Campos, o mais tarde celebrizado *Pay Pirá* como lhe chamavam os índios.

De Manuel Dias da Silva o linhagista diz que “também penetrou a província do Paraguai até a cidade de Santa Fé e se recolheu rico e abundante de prata”. Faleceu em 1677 e em São Paulo. Julga Calógeras que a sua grande entrada deve ter ocorrido em 1672 ou 1673.

O primeiro Anhangüera, o “Diabo Velho”, notabilizou-se pelas enormes jornadas realizadas em terras hoje mato-grossenses e goianas. Em data, que para alguns parece ter sido 1682 estava entre os gentios Goiás em cujo território descobriu indícios de ouro. Nesta jornada levava um filho de doze anos seu homônimo, que seria o segundo Anhangüera, o glorioso descobridor dos jazigos auríferos goianos em 1725.

Há, aliás, acêrca do milésimo acima citado e da idade do segundo Anhangüera séria controversia que em seu lugar exporemos.

Conta-se que as duas bandeiras, a do Anhangüera e a do *Pay Pirá* encontraram-se no Sertão.

Outros Bartolomeus Buenos sertanistas contemporâneos do primeiro Anhangüera existiram em São Paulo alcunhados o *pé de pau* e o *cacunda*. Do primeiro conta Pedro Taques que “fêz muitas entradas ao sertão, conquistou muitos gentios e foi opulento”

Outra e grande entrada ocorrida no último quartel do século XVII foi a de Francisco Pedroso Xavier, o filho do *Terror dos Índios*.

Às correrias de Antônio Rapôso Tavares e outros cabos de tropa escapara um núcleo de aldeamentos no norte do atual Paraguai, grupo que prosperara em torno da pequena Vila Rica del Spiritu Santo.

Em fins de 1675, ou princípios de 1676, resolveu Pedroso Xavier arrasá-lo. Atravessava o Paraguai maus momentos, muito inquietado pelas correrias de guaicurus e paiaguás que assolavam as margens do rio Paraguai e chegavam em suas razias às vizinhanças de Asunción. Vivia além de tudo perturbado por dissensões entre o Governador D. Filipe Rexe Gorbalan e o cabildo de Asuncion.

Fôra Gorbalan destituído do govêrno e deportado para o Prata, cuja audiência o suspendera por inepto.

Sûbitamente explodira a gravíssima notícia da invasão paulista.

A 14 de fevereiro de 1676 haviam os bandeirantes investido com San Pedro de Terecañe; a 15 ocupavam San Francisco de Ibirá, Paraiara e Candelária.

Nenhuma resistência encontraram por parte da guarnição militar dêstes pueblós, a quem comandava o mestre de campo general Ruy Diaz Melgarejo e seu imediato Juan Mendez de Leyvá, também mestre de campo. Ambos se entregaram a Pedroso Xavier.

Afinal a 17 entrava Xavier triunfante em Vila Rica de onde fêz seguir seu lugar-tenente Gaspar de Godói Colaço, à testa de forte coluna para se apossar de Ipané e Guarambaré a 30 léguas apenas de Asuncion.

O único espanhol não tomado de pânico era o Padre Zárate, vigário de São Pedro. Fizera despachar um próprio levando notícias ao cabildo de Asunción.

Este sem perda de tempo organizara uma expedição de socorro, forte coluna de quatrocentos brancos e seiscentos e cinqüenta índios, posta sob o comando do ex-governador do Paraguai, mestre de campo Juan Diez de Andino, muito embora deixando desguarnecida a capital paraguaia.

A 26 de fevereiro em Pirairi recebeu Andino o refôrço de uma coluna de índios do sul a que comandava o alcaide de Asunción, Alonso Montiel. Dispunha de bom armamento, farta munição e três pequenas bôcas de fogo.

Seguiu Andino para o Norte encontrando no caminho um franciscano e o tesoureiro real de Vila Rica, portadores de uma mensagem de Pedroso Xavier.

Prometia evacuar a zona conquistada a trôco da liberdade de comércio dos paulistas com o Paraguai. Exigia o abandono de Vila Rica que deveria ser reedificada a vinte léguas do local onde estava. E contentava-se com a metade dos índios que apresara.

Alegava que as terras por êle assaltadas pertenciam a Portugal e à Capitania de São Vicente por doação de Filipe II a seu tio (sic!!) D. Sebastião. Tôda aquela região era, portanto, portuguesa, desde Montevidéu até a cruz do cêrro de Pantaleon, padrão português derubado graças à má fé castelhana e escondido na cathedral de Asunción.

Vieram prisioneiros afirmar a Andino que Xavier dispunha de seiscentos soldados brancos e mais de mil índios. Quanto ao aspecto dos in-

vasores: eram todos “rapazes novos e fortes, armados de escopetas e alfanges, infatigáveis caminheiros, dextros no manejo das armas”.

Já em meados de 1675 representava o cabildo de Asunción a Carlos II quanto estava o Paraguai “en notable detrimento y riesgo manifesto de perder se” Tudo lhe faltava: gente espanhola, cavalos, gado, pólvora, balas, armas de fogo, espadas.

Vencido o Paraguai, não encontrariam os paulistas obstáculo algum para se apossarem do Tucumã e do Prata. Precisava Sua Majestade enviar-lhe pelo menos quinhentos soldados de linha, alguns canhões, mil e duzentas escopetas e carabinas, quinhentas pistolas, mil espadas, etc., para conter os paulistas e os índios.

Marchando sôbre Guarambaré soube Andino da retirada dos paulistas. A 12 de março entrava em Vila Rica onde encontrou a população espavorida. Corria o boato que se a coluna espanhola fôsse batida, Pedroso Xavier faria degolar todos os espanhóis do distrito.

Soube por um trânsfuga que o inimigo marchava para o Amambaí onde numa flotilha de canoas faria embarcar os numerosos prisioneiros rumo de São Paulo.

Resolveu o chefe espanhol acosar os invasores e assim ocorreram diversos combates de “refriega recia”. Num dêles quase perdeu a vida tendo o seu cavalo morto por um balázio.

A 20 de março houve sério entrevero com paulistas sòlidamente entrincheirados.

Espantou-se Andino de que os índios paraguaios recém-capturados em vez de se revoltarem contra os seus algozes, por êles combatiam!

Esgotando-se a munição que levara, viu-se obrigado a sustar as operações e assim os paulistas puderam com tôda a segurança embarcar os seus cativos no Amambaí e retirar-se para São Paulo.

Falando dos adversários escrevia Andino a Carlos II que eram “tan astutos y exercitados como por officio en el cautiverio y malocas de indios y cristianos, sustentando se tres y quatro años por desiertos, de caça y de maiz y legumbres que prebenian teniendo tanto conocimiento de toda esta tierra que no ay parte que no tengan corrido con terribles daños desta provincia”.

Despovoadores eméritos da América espanhola, de suas correrias resultara o aumento de São Paulo em “caudales, armas y jente”

Segundo o trânsfuga D. Juan Mongelos, havia em sua capitania quatro mil e seiscentos brancos e vinte mil e duzentos tupis capazes de pegar em armas.

Pedroso Xavier trouxera apenas cento e oito brancos e quinhentos tupis.

Conseguiu Gorbalan a reintegração por ordem da Audiência do Prata e em cartas sucessivas ao Rei desabafou hipócritas mágoas. Se os paulistas quisessem, ter-se-iam apoderado de Asunción guardada pela gente a mais pusilânime que só sabia ser brava para fazer desordens, desfeiteando suas legítimas autoridades. Acusou Andino de ter agido muito frouxamente, pois Pedroso Xavier apenas contava oitenta brancos e duzentos tupis.



Tomada de posse da Amazônia, por Pedro Teixeira.  
*Quadro de Fernandes Machado — Galeria do Museu Paulista.*

Enorme alarme trouxeram aos jesuítas do Baixo Paraná as notícias de Vila Rica.

O Padre Techo, superior das missões, em ofício do Capitão-General do Rio da Prata, D. Andrès de Robles, pediu com urgência oitocentas escopetas para defender a sua cristandade de cinqüenta mil almas. Queria colocar postos avançados de índios até setenta léguas ao norte das reduções. E prevenia que os portuguezes intentavam ocupar Maldonado em face de Buenos Aires.

Novas e instantes solicitações endereçaram outras autoridades aos delegados régios.

Assim D. Diego Ibañez de Faria, Corregedor da Real Audiência da Guatemala apontou a Robles e ao Marquês de Malagon, Vice-Rei do Peru "la desgracia daquela miserable provincia del Paraguai"

Rexe Gorbalan continuou a agredir Andino que com mil e duzentos homens não pudera desbaratar duzentos e sessenta paulistas! Logo na primeira refrega tivera cinqüenta baixas. O homem de valor da coluna espanhola era D. Francisco de Avalos. E isto em contraste flagrante com os seus companheiros de armas.

Robles escrevendo à Rainha Regente informava que o Paraguai dispunha de força suficiente para repelir os paulistas. Seu mal era ter tão desordeira e anarquizada gente. Buenos Aires é que não podia socorrê-lo de forma alguma, pois os seus arsenais andavam absolutamente vazios. Viessem de Espanha, e com tôda a pressa, recursos vultosos. "Pólvora! Balas y cuerdas! Armas!" e quanto antes! reclamava.

Esperava-se, a cada momento, a aparição dos paulistas em Montevidéu.

Multiplicaram-se os apelos de socorro perante o trono, endereçados por Gorbalan, o novo bispo do Paraguai, D. Frei Faustino de las Casas, e pelo marquês de Malagon. Êste mais inteligentemente recomendava ao Govêrno de Madri fizesse pressão ameaçadora sôbre a Côrte de Lisboa, a fim de coibir as façanhas dos mamalucos do Brasil, cujas correrias atingiam mais de oitocentas léguas.

Fêz Gorbalan, a Carlos II, violenta carga aos encomenderos do Paraguai que, ao seu dizer, tiranizavam atrozmente os índios seus encomendados e os matavam de trabalho. A invasão paulista acabava de arruinar o único centro ervateiro importante paraguaio.

Apesar dos temores dos espanhóis em 1677 não reapareceram os paulistas, sempre esperados pelos jesuítas do Paraná. Certo capitão Gonzalez noticiara a Madri que Pedroso Xavier perdera cem homens nos combates com Andino, ficando sua bandeira muito desfalcada.

A Junta de Guerra em Madri, a 28 de julho de 1678, recomendou ao Rei a remessa imediata de abundantes armas e munições destinadas a Buenos Aires e Paraguai. E ao mesmo tempo pedia-lhe que fizesse o embaixador em Lisboa agir com a maior energia junto ao Príncipe Regente D. Pedro. Opinaram os conselheiros que se entregassem ao Padre Techo as oitocentas armas de fogo que solicitava. E ainda aprovaram que o monarca por carta autógrafa agradecesse a Andino o zêlo pelo qual operara em defesa de sua real coroa.

Mandou Carlos II que aos jesuítas se restituísse todo o armamento dêles arrecadado em 1668 e que se providenciasse a remessa de armas, por parte dos arsenais de Sevilha, inclusive artilharia.

O abade Maserati, embaixador espanhol em Lisboa, preveniu ao seu real amo que seria a maior das injustiças responsabilizar a côrte de Portugal pelos malefícios dos paulistas. A Lisboa haviam chegado os mais vagos boatos sôbre os sucessos da bandeira de Pedroso Xavier. O Príncipe Regente e seus ministros não podiam reprimir os excessos daqueles indivíduos "sin freno del respecto y del temor del castigo de gobierno".

O general João da Silva de Sousa, governador do Rio de Janeiro de 1670 a 1678 contara ao diplomata que os moradores de São Paulo "gente sublevada e foragida" não ligavam a menor importância à autoridade do Govêrno-Geral do Brasil, e viviam com "grande desenfrenameinto falta de amor y respecto à la Justicia" Desfeiteavam os seus ouvidores corregedores, a quem enxotavam com o maior desprante.

Era considerabilíssimo o número de índios que tinham em suas fazendas, sendo comum que os dotes de suas filhas fôsem cem peças.

Pediú Maserati que o Govêrno-Geral do Brasil se transferisse da Bahia a São Paulo.

Exigiu a Junta de Guerra fôsem os índios de Vila Rica restituídos à liberdade e o Príncipe Regente prometeu satisfazer esta exigência, ordenando ao Governador do Rio de Janeiro, D. Manuel Lôbo, que compellesse os paulistas a tal restituição.

Prevenia Maserati que em Lisboa nada constava da tal expedição ao Prata de novecentos paulistas e quatro mil tupis.

A 17 de agôsto de 1679 o Conselho de Índias aprovou uma indicação para que Sua Majestade enviasse verdadeiro ultimato ao govêrno de Portugal a fim de que coibisse terminantemente os excessos dos paulistas.

Vinham chegando à Espanha novos e graves depoimentos sôbre a situação das reduções.

O Provincial Padre Tomás Dombide opunha-se terminantemente ao projeto dos governadores de Buenos Aires D. Andrès de Robles e D. José de Garro, que queriam transportar seiscentos índios das reduções para os colocar nos arredores da sua cidade. Como! exclamava o Provincial, desguarnecer-se tão importante fronteira! E a tal proposta enunciava conceitos da maior relevância num documento de alto valor psicológico.

"Siendo el Paraguay y Uruguay las dos provincias mas cercanas al Brasil consideran las los brasileños pertencientes à la corona de Portugal so color de que estan debajo de su demaracion".

## CAPÍTULO XVII

---

*Decadência da Espanha sob os dois últimos Áustrias.*  
*Pertinaz política de Portugal em seu avanço para o Prata.*  
*A comissão de Jorge Soares de Macedo em São Paulo.*  
*Apêlo à cooperação paulista.*  
*A fundação da Colônia do Sacramento.*  
*A reação espanhola.*  
*Expugnação da Colônia e sua restituição a Portugal.*  
*Recrudescência da atividade bandeirante.*

Ninguém ignora quanto os reinados dos dois últimos Áustrias espanhóis marcaram o extraordinário declínio da enorme monarquia de Carlos V e Filipe II. Com Carlos II sobretudo passou a Espanha a deslizar no mais íngreme resvaladouro de sua decadência.

Naquele tempo em que os povos cegamente seguiam o destino de seus Príncipes e das dinastias, chegara a grande monarquia ibérica a um estado de inquietação extraordinária. Era o pobre Carlos II o último varão da sua dinastia. Sucedia à Espanha o que a Portugal ocorrera em 1383 com a morte de D. Fernando, o Formoso e em 1580 com a do Cardeal Rei. Passaria a Coroa a um parente estrangeiro do rei espanhol. E qual seria éste? um alemão, francês, italiano? Profunda depressão lavrava na alma castelhana. Retemperado pela recuperação da sua independência, ia Portugal à sorrelfa tentar aproveitar o ensejo de impor à sua vizinha o reconhecimento da sua pretensão secular: a de dar ao Brasil como extrema fronteira meridional o estuário do Prata.

Robles, o Governador portenho, vivia na contínua preocupação do dia de amanhã.

De Espanha lhe recomendavam instantemente a maior vigilância. Falava-se que a França e a Inglaterra intentavam apossar-se de ambas as margens do Prata. Vieram logo depois novas e procedentes denúncias. Pretendia Portugal a ocupação da margem setentrional do estuário.

O próprio Governador escrevia aos seus subordinados saber, oficial e extra-oficialmente, que os portugueses se preparavam para ocupar "la isla de Maldonado y tierra firme della para poblar se el de Montevideo"

Naquela atmosfera de apreensão e sobressalto tóda a enorme mole da monarquia espanhola que se sentia deliquescer, vivia a gente platina sobremaneira inquieta graças às apreensões vindas do Brasil.

Redobrava de vigilância D. Andrès de Robles em seu Govêrno de Buenos Aires, vendo ameaças em todos os movimentos dos vizinhos setentrionais.

Daí os receios causados por exemplo, pela aparição de um navio do Rio de Janeiro, conduzindo vinte e três ordenandos portuguezes que pretendiam receber o presbiterato das mãos do bispo portenho. Não passariam de espiões, explicava abundantemente a Carlos II e assim enxotara aquela gente hipócrita e refalsada digna de quem a despachara ao Prata, o governador fluminense.

Remetera-lhe êste pelo comandante da tal chaveco uma carta em que do modo mais veemente confidenciava um plano de assalto dos paulistas às terras de Espanha. Assim queria prevenir ao seu colega de Buenos Aires de que, em São Paulo, apetrechava-se um exército de novecentos brancos e quatro mil e quinhentos índios. Tratasse de se precaver daquela "gente toda lebantada sin sugesion alguna" que da autoridade dos delegados régios não fazia o menor caso. Mas D. Andrès de Robles entendia que a esperto, esperto e meio, e assim recambiara os tais ordenandos às suas terras guanabarinhas, certo de que não passavam de espiões e agentes secretos da política portugueza.

A marcha da colonização lusa para o Sul lenta fôra até então.

Em 1680 as últimas de suas atalhas costeiras eram São Francisco do Sul e Destêrro na Ilha de Santa Catarina.

Por outro lado os espanhóis definitivamente assentados à direita do Rio da Prata desde 1580 jamais haviam até então procurado estabelecer-se à margem a êles fronteira.

Entenderam o Príncipe Regente e seus Conselheiros a ocasião a mais propícia para levar a posse portugueza até o ponto do litoral que se defrontava com Buenos Aires.

Lentamente amadureceu tal projeto que ao nosso ver começou a apresentar-se fixamente ao futuro D. Pedro II desde 1675.

Para tão considerável operação tornava-se absolutamente indispensável a mais vigorosa cooperação dos paulistas. Daí a sondagem levada a efeito pelo emissário régio, o Tenente-General Jorge Soares de Macedo que, a 30 de novembro de 1678, achava-se em São Paulo a organizar a sua expedição ao Sul, cuja diretriz se mantinha no maior sigilo.

Angariou Macedo para a sua emprêsa dois dos mais ilustres bandeirantes do seu tempo, Brás de Arzão e Francisco Dias Velho, e mais alguns de menor projeção.

Requisitou dos vassallos ricos contribuições consideráveis de víveres e dinheiro, fazendo a Câmara de São Paulo endividar-se em quantia para a época muito avultada. E ainda recrutou em massa os índios das aldeias das cercanias de São Paulo.

A 29 de agosto de 1677 nomeou o Príncipe Regente a D. Manuel Lôbo Governador do Rio de Janeiro, futura base das operações platinas. Tomou êste militar, detentor de bela fé de ofício, posse do cargo a 9 de maio de 1679.



Francisco Dias Velho.  
*Estátua no vestibulo monumental do Museu Paulista, de autoria de A. Rollo.*

Em janeiro seguinte estava Macedo com a sua expedição organizada. Levava como Capitão-Mor Brás de Arzão. Recebera vultosos elementos da Camâra de São Paulo, e dos particulares, em dinheiro, índios, víveres, pano e armas.

“Para o acompanhar, escreve Taques, foram nomeados os paulistas que do sertão tinham a melhor prática e disciplina militar contra os índios bravos”.

Partiu de Santos, em 1679, levando sua gente em sete grandes sumacas, mas à sua flotilha muito maltrataram as tempestades. Perdeu um dos barcos, três outros foram arribar à ilha de Santa Catarina e três precisaram regressar a Santos, seguindo a tropa por terra para a grande ilha catarinense.

É hoje fora de dúvida que os temporais impediram que a Macedo coubesse a primazia da fundação da projetada Colônia do Santíssimo Sacramento.

Chegado ao Rio com largos recursos bélicos, foi D. Manuel Lôbo ter a São Paulo, onde angariou a cooperação de diversos paulistas de prol e, afinal, em janeiro de 1680, pôde lançar as bases do posto avançado lusitano na costa meridional, a tão desejada atalaia que seu real amo queria erguer.

Mas não era possível que operação de tamanha importância passasse inteiramente ignota aos espanhóis. Escrevia Robles reiteradamente a Carlos II sôbre os intentos dos portugueses do Brasil em “poblar a Maldonado o Montevideo”.

E o monarca recebia em tal sentido numerosos avisos do Paraguai e do Prata. Já em fins de 1679 os jesuítas punham os seus índios de prontidão e o Padre Provincial Altamirano avisava ao governo portenho “Se ha echo general conjuracion em todo el Brasil para este emprego”.

Havia já tropa a marchar. A 6 de novembro participava o Provincial que pelo menos três grandes bandeiras de paulistas estavam em águas do Alto Paraná.

Em Madri, no entanto, reinava uma atmosfera de otimismo. O embaixador Abade Maserati informava que D. Manuel Lôbo tinha como principal missão refrear os paulistas, gente que vivia “con gran dissolution en todo como barbaros”.

Apesar de tudo, a 31 de dezembro de 1679 escreveu Carlos II aos governadores do Prata e do Paraguai que estivessem atentos às passadas de D. Manuel Lôbo.

Governava o Prata D. José de Garro, homem enérgico e resolutivo que resolveu, por si, reagir imediatamente ao que entendia ser uma invasão portuguesa em “tierras que pertenecen al Rey Nuestro Señor” Já em fevereiro de 1680 pedia a Altamirano que lhe mandasse três mil índios de suas reduções. E ao mesmo tempo reclamou socorros de Corrientes, Santa Fé e Tucumã.

Não dissimulou a sua hostilidade recusando qualquer contato “con los de en frente” mau grado as suas demonstrações de cordialidade.

Sentia-se D. Manuel Lôbo fraco e requisitou os reforços de Soares de Macedo, detidos na Ilha de Santa Catarina. Partiu o Tenente-General e naufragou em frente ao cabo de Santa Maria, caindo prisioneiro de dois jesuítas que à testa de oitocentos índios acampavam em face da ilha das Flores. Com êle ficaram presos Brás de Arzão e diversos outros paulistas.

Aos hispano-americanos causara a maior indignação a fundação da Colônia do Sacramento e tôdas as suas fôrças se conjugaram para que fôsse aniquilado o presídio português.

A 11 de maio de 1680 o Arcebispo Vice-Rei do Peru assinalava ao Rei os recentes triunfos das armas espanholas sôbre as bandeiras paulistas. Haviam estas sido rechaçadas do Paraguai com sérias perdas.

Na Europa travou-se séria discussão entre as duas diplomacias ibéricas. O Príncipe Regente declarou formalmente ao Abade Maserati que a Colônia não seria abandonada. Convicto se achava de que se erguia em terra legitimamente portuguesa. A 24 de agosto de 1680 mandou Carlos II a Garro que tudo envidasse para expulsar os portugueses.

Já nesta ocasião o governador portenho se pusera em campanha à testa de grandes tropas. Atacados a 7 de agosto de 1680 defenderam-se os portugueses com a maior bravura mas sucumbiram ante a desproporção numérica. Teve D. Manuel Lôbo de capitular partindo preso para Buenos Aires com cento e cinquenta homens de sua guarnição. Perdera cento e vinte e cinco dos seus em combate.

Imenso foi o júbilo de tôda a América espanhola. Choveram as cartas de entusiasmo ao sólio do quinto e último Austria. De Buenos Aires fêz D. Manuel Lôbo ao Príncipe Regente enorme carga aos jesuítas. A êles se devera exclusivamente a queda da Colônia. Ali faleceria êle a 7 de janeiro de 1683.

Já nesta época, porém, a Espanha, provavelmente cedendo à pressão estrangeira, reconheceu o direito de Portugal à margem direita do Prata, pelo convênio de 7 de maio de 1681. Assim se restituiu a Colônia à coroa lusa.

Em compensação o Príncipe Regente comprometera-se a agir com a máxima violência na repressão dos moradores de São Paulo: "y los castigará severamente y prohibirá que en adelante se ejecuten hostilidades".

Terrível e contínuo pomo de discórdia entre as duas coroas continuaria a ser a Colônia do Sacramento no decurso do século XVIII e entre o Brasil e os espanhóis do Prata na centúria seguinte, como ninguém ignora.

A tentativa malograda de 1680 como que provocou a recrudescência de atividade das bandeiras paulistas, como denuncia a documentação sevilhana.

Em 1680 era Francisco Pedroso Xavier denunciado como atuando em operações de guerra, em que perdeu a vida.

Gorbalan em janeiro de 1681 relatava que "algumas compañías de los mamalucos de San Pablo estaban para salir al certon a bengar la

morte de Francisco Pedroso Javier. Sabia-se que estavam furiosos com a perda da Colônia.

Assim tomara providências para livrar a Asunción de provável assalto "de los mamalucos de San Pablo del Brasil del Certón". Pouco depois passava Gorbalan o govêrno do Paraguai ao valente Juan Diez de Andino.

Más notícias corriam: haviam de pouco os paulistas instalado um campo entrincheirado à margem do Mboteteú, a que governava Pascoal Moreira Cabral, o futuro descobridor das minas de Cuiabá. Neste rio mantinha uma esquadilha de oitenta canoas. Seu lugar-tenente era André de Zuñega.

Mandou Andino abrir inquérito sôbre as condições em que recebera o Paraguai das mãos de seu antecessor. Arruinadíssimo se encontrava e quase inerte ante a audácia dos paulistas.

Subiu êste inquérito às mãos do Arcebispo Vice-Rei do Peru acompanhado de um memorial do Padre Nuñez, Procurador-Geral da Companhia de Jesus junto à Audiência de La Plata, memorial em que afirmava passarem de trezentos mil os índios arrebatados pelos paulistas ao Guairá, Tibagiba, Taiaoba e Jerez. Isto sem contar os do Tape, Sierra e Piñares que dependiam do govêrno de Buenos Aires.

Mandou o Vice-Rei que lhe dessem oito mil pesos para se armar "à vista de los rezelos que los mamalucos de San Pablo repetiesen los daños".

A Real Audiência de La Plata esta acenava a Carlos II "con el riesgo que se hallan las Reduciones de ser ynvadidas por los de San Pablo llenos de odio por el desalojamiento que se les hizo de las yslas de San Gabriel".

## CAPÍTULO XVIII

---

*A legislação servil dos dois primeiros séculos e sua flutuação.  
Palanfrório hipócrita e não obedecido.  
Novas questões entre paulistanos e jesuítas.*

A legislação servil principal portuguesa decorre das leis promulgadas por D. Sebastião (1570), Filipe II (1587, 1596), Filipe III (1605 e 1611).

Nos últimos anos da dominação espanhola foi tergiversante. O alvará de 15 de março de 1624 revogou tôdas as mercês das administrações das aldeias de índios. Provocou grandes protestos e afinal a resolução de 8 de julho de 1625 permitiu de novo a administração dos índios forros como meio de compor dúvidas e oposições.

Já vimos o que a promulgação do breve de Urbano VIII causou como repulsa por parte dos escravistas.

D. João IV, ante o dismantelo do seu recém-restaurado reino, atendeu mais aos reclamos dos colonos do Brasil do que aos dos jesuítas pelos alvarás de 1647 e 1649. Instigado por Antônio Vieira voltou atrás, contudo, com a carta régia de 21 de outubro de 1652. Mas a provisão de 17 de outubro de 1657 documentou novo triunfo dos colonos. Vitória, aliás, efêmera, pois Vieira recuperou o perdido com a provisão de 9 de abril de 1655 e o Regimento de 14 de abril de 1655.

Em São Paulo, depois do acôrdo de 1653, a questão servil manteve-se no mesmo pé pelo resto do século. Os têrmos das *Actas da Câmara* relatam numerosos incidentes pelos quais se vê que a legislação régia era letra morta no planalto. Viviam os índios das aldeias sujeitos às violências das autoridades coniventes com os particulares. Os capítulos de correição dos Ouvidores-Gerais Corregedores viviam a cada passo desobedecidos. E tem-se a impressão de que nada mais eram, em geral, do que o lançamento de recomendações hipócritas destinadas a cobrir possíveis responsabilidades por parte de quem os redigia. Nada mais significativo do que o sucedido ao Ouvidor Dr. Pedro de Unhão Castelo Branco em 1675. Lançou longo aranzel em defesa dos índios nas páginas do *Registro Geral da Câmara de São Paulo* e o seu interminável têrmo corretivo teve a sanção de um simples *non* de quem podia, queria e mandava.

É o que explicam as duas linhas ultralacônicas que o escrivão municipal após ao final do seu falatório. “Não se dá cumprimento aos capítulos por ordem que veio do Governador-Geral”.

Com a maioria de D. Afonso VI muito diminuiu o prestígio de Antônio Vieira, que precisou afastar-se da Côrte. Não tardou que

surgisse a provisão de 12 de setembro de 1633 que representava verdadeiro triunfo dos colonos sobre os jesuítas.

Destronado o filho degenerado de D. João IV, tomou o Príncipe Regente, futuro Pedro II, algumas decisões sobre a escravização vermelha com a lei de 1.º de abril de 1680, que em São Paulo provocou violentos protestos.

No Extremo Norte faziam os inácinos frente aos colonos com maior pertinácia do que no Sul, sobretudo em São Paulo, onde se sentiam muito mais inseguros.

Afinal a tão mal inspirada se não a doida revolta dos Beckman veio causar sérios embaraços aos escravistas. Promulgou-se o regimento chamado das Missões que mandava entregar o governo espiritual das aldeias, assim como o temporal e político aos missionários.

Circunstância que faria decrescer a operações do tráfico vermelho seria o avolumamento do africano. Durante o século XVII pouco considerável no Sul do Brasil, verificou-se insignificante em terras de São Paulo.

Segundo Anchieta haveria em 1583 quatorze mil africanos em todo o Brasil, dos quais apenas mil no Rio de Janeiro. Não seriam provavelmente trezentos na capitania de São Vicente. Ao Príncipe Regente, em 1675, chegaram denúncias sobre o péssimo tratamento ministrado em São Paulo aos índios aldeados de Barueri, Pinheiros, São Miguel, Guarulhos. Ordenou que a tal respeito se abrisse inquérito severo.

A 22 de junho de 1677 enorme alvoroço abalou a vila de São Paulo. Acabava a sua Câmara de saber que o Governador fluminense Matias da Cunha ia forrando todo o gentio do Brasil que chegava à sua cidade. "Com o qual nos corre risco o nosso gentio" avisou o convocador da assembleia popular então havida, Brás de Arzão.

Resolveu-se endereçar as mais enérgicas representações ao Donatário Marquês de Cascais, ao imprudente governador e à Câmara do Rio de Janeiro.

Certos de que por trás de Matias da Cunha estavam os jesuítas, foram os oficiais paulistanos interpelar, dois dias mais tarde, o Padre Reitor de São Paulo, Francisco de Moraes, a preveni-lo e aos seus confrades, que se "contrariassem o povo, ficariam expostos ao que este quisesse sem mais poderem alegar de sua justiça".

Não hesitariam os paulistanos em "botá-los fora". Intimidados declararam os inácinos "que não sabiam de coisa alguma sobre a presente matéria e quanto em si podiam, prometiam de em nenhum tempo falar nem tratarem de dito gentio".

Um termo de 24 de junho de 1677 dá a entender que os brancos da vila receavam muito que as notícias circulantes provocassem o levante geral dos índios.

A 20 de setembro seguinte respondia Matias da Cunha afirmando que a informação era absolutamente falsa.

Continuou o movimento entradista sobremodo ativo, desvanecida a dúvida sobre a conduta do governador fluminense. Os predores nenhum caso fizeram das ordens das mais altas autoridades que lhes

proibiam tirar os índios das aldeias para o seu serviço, fôsem êstes contrariadores os Ouvidores-Gerais em suas correições, as altas patentes militares, em nome do serviço real ou os próprios delegados régios.

Em fins do século XVII era a mais dura a condição dos autóctones aldeados em tôrno de São Paulo. Jorge Soares de Macedo os recrutou em massa para a sua coluna destinada à Colônia do Sacramento, daí resultando enorme mortandade de homens. Voltaram aos seus lares poucos dos quinhentos que o Tenente-General arrastara.

A notícia de promulgação da lei de 1680 trouxe nova e violenta explosão. A 28 de março de 1682 numerosa turba tentou invadir o recinto da Câmara a exigir-lhe que não desse cumprimento à decisão régia.

“Caso mui atrás; por misericórdia de Deus não socederão muitas mortes não só matarem aos-officiaes da Camera como matarem-se os do povo huns aos outros”, consignou o escrivão municipal redator da ata.

A 3 de julho nova e furibunda cena. Ao povo perguntou o Procurador do Conselho, Brás de Arzão, que pretendia fazer, amotinado como estava.

E os cidadãos declararam querer saber se realmente existia Breve recente de Sua Santidade e alvará do Príncipe Regente que exigissem “do povo os seus escravos que com tanto custo de suas vidas e bens tinham sido adquiridos no sertão desta República”.

Os camaristas declararam aceitar a representação popular, desde que os líderes do povo a assinassem, o que logo se fêz enchendo-se o papel de uma série de nomes os mais ilustres dentre os paulistanos.

Pior a ocorrência de 10 de janeiro de 1683 em que magotes de populares invadiram a Casa do Conselho e tocaram o sino a rebate, bradando: Viva o Povo! Morra o mau govêrno! A cada momento tiros se disparavam pretendendo os arruaceiros matar “quem fosse contra a sua opinião, avendo os seus descendentes por filhos dos inimigos da pátria”

Depois de uma série de atos desatinados por parte dos amotinados, conseguiu o juiz ordinário Miguel de Camargo que se reduzissem a têrmo as pretensões dos tão enfurecidos reclamantes.

Quizeram êstes que os tabeliães consignassem em público documento não consentirem êles na vinda a São Paulo de ouvidores e corregedores por ser isto atentatório dos privilégios dos Donatários da Capitania. E solenemente prometeram exterminar os camaristas e “tôdas as mais pessoas que contra sua opposição fôsem”

Elegeu-se, então, Capitão do Povo um dos homens mais violentos de seu tempo, Bartolomeu Fernandes de Faria, a quem ficou incumbido o trancamento do Caminho do Mar.

Intimou a assembléia popular aos vereadores que convocassem todos os capitães da milícia da vila com todos os seus homens a fim de “assistirem nela somanas para assim se verem livres dos traidores da pátria”.

Presenciadores destas cenas pensaram os jesuítas em fechar o seu Colégio retirando-se de São Paulo.

Mas a Câmara pediu-lhes instantemente que tal não fizessem, apontando como mediador o bispo do Rio de Janeiro, D. José de Barros Alarcão.

Continuava a situação muito tensa. O governador fluminense Duarte Teixeira Chaves proibia terminantemente aos seus jurisdicionados, e sob graves penas, comprarem gentio da terra aos moradores de São Paulo. E D. Pedro II recomendava-lhe que reprimisse, com a máxima severidade, as incursões dos preadores do Sul entre os índios fluminenses.

A 8 de março de 1685 estêve iminente novo pronunciamento antijesuítico. Em Câmara se contou que o povo queria repetir as cenas de 1640 e assim recorreu o Poder Municipal ao Provincial Alexandre de Gusmão.

O final do têrmo de vereauça desta data revela tão extraordinário quanto imprevisto desfecho.

Quiçá assustados com os fatos do Maranhão ou da revolta dos Beckman, esmoreceu a resistência dos inacinos. Ou, ainda, argutos como eram, entenderam de boa política condescender, esperando melhores dias em que fizessem atuar o valimento junto ao Rei.

Declarou o escrivão municipal: "O Rev. Padre Provincial com o zêlo de Religioso da Companhia e com coração compassivo" prometeu que o procurador em vésperas de se eleger para Roma se encarregaria de solicitar e alcançar a concessão de que se permitissem as idas ao Sertão por serem elas a raiz de que "brotavam os escrúpulos aos moradores desta vila, com o pretexto de trazer os gentios ao grêmio da Igreja e alimentá-los com o leite da fé"

Causou tão inesperada decisão enorme alvorôto.

Tão satisfeita ficou a Câmara que fêz reunir logo o *bom dêste povo* para prevenir a todos, e a cada qual, a muito boa resolução, merecendo o Padre Provincial mil agradecimentos pelo seu bom zêlo e liberal ânimo.

Tão jubilosa a Câmara que se apressou em comunicar o ocorrido ao Marquês das Minas, Governador-Geral do Brasil.

Afirmou-lhe que o nome de Alexandre de Gusmão seria eternamente abençoado em São Paulo "como o do grande D. Francisco de Sousa, cujo patrocínio fôra particular a esta terra" e cuja memória vivida sempre se mantinha entre os paulistas.

No mesmo dia, e no mesmo sentido, escreveu a Câmara ao Padre De Noyelle, Geral da Companhia de Jesus.

Tenazmente prosseguiram os jesuítas, porém em seu trabalho junto a D. Pedro II, no sentido de obterem uma lei capaz de assegurar aos aldeados e aos silvícolas maior cópia de garantias.

A 30 de dezembro de 1687 ocorreu acontecimento digno de nota.

Combinaram os oficiais da Câmara, os homens bons da República e o Ouvidor-Geral, Dr. Tomé de Almeida e Oliveira, que a administração das aldeias seria feita diretamente pelo Senado. Nomearia êste um visitador que uma vez por ano iria inspecionar as quatro grandes aldeias de Guarulhos, São Miguel, Pinheiros e Barueri.

Em 1691 encetou-se nova fase da questão servil brasileira. Estatuiu D. Pedro II que em caso algum poderiam os índios ser conservados em cativoiro.

À Câmara de São Paulo exibiu o Provincial Alexandre de Gusmão nova ordem régia. O trabalho dos índios teria de ser remunerado, pois

eram êles forros. Os moradores nunca os venderiam, nem dariam em pagamento de dívidas. Também se comprometeriam a não os levar ao Sertão em armações de preia e dariam tôda a assistência aos missionários que encontrassem.

A 12 de julho de 1693 assinou Antônio Vieira o seu famoso parecer sôbre a condição dos índios de São Paulo.

Não passavam êstes de míseros condenados à mais dura escravidão, mal nutridos, andrajosos, obrigados a sôbre-humano trabalho. O que ocorria no Brasil era exatamente o que na América espanhola existia: o regime das encomendas, o da hipocrisia pura e simples.

Ao seu ver merecia São Paulo o castigo que o Rei da França applicara a La Rochelle, arrasá-la.

Propôs o extraordinário pregador meios para alívio racional dos míseros servos vermelhos e meios impraticáveis ante o espirito do tempo.

Tão arraigada a mentalidade escravista entre os colonos de tôda a América, que no próprio clero ocorriam vozes dissidentes e veementes, contrariadoras dos esforços dos jesuítas. Assim, por exemplo, os carmelitas paulistanos, em 1648, 1650, 1662, 1685, segundo documentos publicados por Azevedo Marques, se associavam por públicos instrumentos a descedores de índios.

Em fins do século XVII figurava o Padre Mateus Nunes de Siqueira como um dos mais notáveis sertanistas, como o havia sido o antigo vigário de São Paulo, Padre João Álvares. Em 1665 trouxera da vertente setentrional da Mantiqueira, para as suas terras de Atibaia, centenas de índios.

A Azevedo Marques também se deve a divulgação de um papel pelo qual se deduz que o próprio Colégio de São Paulo não era de inflexível conduta em relação aos serviços dos autóctones, pois em 1672 alugara "índios de fora" à falta dos seus, freqüentemente distraídos de suas obrigações por maus vizinhos, prejudicando entre outras "as levas das drogas de suas fazendas".

Não havia para aquêles homens de intensa fé, como os velhos colonos da América, maior bandeira de misericórdia para as suas violências contra os pagãos selváticos do que a escusa singelamente enunciada por Pedro Taques quando, por exemplo, nos conta que Amador Bueno convertera centos e centos de índios "de gentio bárbaro a nossa Santa fé pela indústria, valor e fôrça das armas, arrebatando-os aos seus longínquos reinos e alojamentos".

Era esta mentalidade que levava em 1694 dois franciscanos missionários a incitar os paulistas aos descimentos, pois fôsse como fôsse, só assim aquêles pagãos das selvas salvariam as almas, por se incorporarem ao grêmio da Igreja.

Dizia Vieira bem saber quanto em São Paulo havia religiosos exemplares, servindo-se, no entanto, de índios como escravos. Tratavam-nos paternal mas abusivamente. Fôsse-lhes tal escândalo tolhido como aos seculares.

Compartilhando as idéias de Bartolomeu de Las Casas, na contínua obsessão de salvaguardar a liberdade dos índios entendia Vieira que o Brasil devia pejar-se de escravos africanos "aberração aparente de

um espírito reto, distinguindo entre o direito do americano e o do africano” comenta J. Lúcio d’Azevedo.

Talvez por se lembrar “que o negro fôra escravo em todos os tempos. Já o era entre os seus e também em Portugal” enquanto aos americanos a Companhia de Jesus “adotara, dera o sangue de seus mártires e o entusiasmo de seus mais dedicados apóstolos”.

Recebendo as últimas cartas régias resolveu a Câmara de São Paulo, de acôrdo com o Provincial Alexandre de Gusmão apresentar um rol de dúvidas a esclarecer para a “eixata observancia” das prescrições da Coroa.

Daí nasceu o “papel das dúvidas dos moradores de São Paulo”, datado de 27 de janeiro de 1694, documento do maior valor para o estudo do escravismo no Brasil. Assinaram-no cinco dos seis oficiais da Câmara paulistana e o Padre Provincial.

Letra morta, iria ficar tudo isto, submerso pela imposição de contingências utilitárias inesperadas e veementíssimas, irrompendo súbitamente.

Ja transformar-se por completo o facies do velho Brasil. De desacreditada terra sem minas, passaria à altitude de verdadeiro Eldorado.

Começavam a aparecer as primeiras notícias positivas de prodigiosas ocorrências auríferas, do achado do extraordinário pactolo sertanejo dos Cataguases.

Que melhor pretexto haveria para a mobilização e a recruta geral dos índios?

Já em 1696 o procurador Domingos de Almeida clamava em Câmara que as aldeias “se iam despovoando com as levas dos homens para as minas dos Cataguás”. É o que se confirma no tópico de Antonil quando o ilustre jesuíta nos fala dos “muitos índios de quem os paulistas se serviam”

Pouco depois a São Paulo chegava um dos mais notáveis delegados que a Coroa jamais enviara ao Brasil: Artur de Sá e Meneses. Preocupou-o muito a questão servil.

A 22 de maio de 1698 expunha a D. Pedro II, em pungente relatório, o que observara nas aldeias de São Paulo. Viviam “em sumo desamparo e ruína” Só em Barueri faltavam trezentos índios! Os mais dos índios “viviam em fôro de escravos”. Assim dera novo regimento às aldeias, nomeando em Procurador-Geral das Índias “homem dos principais da terra e respeitado dela com boa consciência”. Isidro Tinoco de Sá.

Mas os índios das aldeias de São Paulo eram, em mil e setecentos, apenas mil duzentos e vinte e quatro. Um têrço seria de homens válidos. Insignificante contingente para a aspérrima laboração das minas. Assim não tardaria que se encetasse o longo período em que a África forneceria o braço vigoroso e a mentalidade submissa de seus filhos para os trabalhos duríssimos dessa mineração que revolvía montanhas.

“Duas raças igualmente infelizes, escreve J. Lúcio d’Azevedo, viram-se condenadas a trabalhar sob o látigo de terceira cobiçosa e cruel” alucinada pela ânsia do metal de aluvião dos córregos e rios mineiros.

Que valeria a hipócrita ordem régia de 1698 mandando alforriar imediatamente os índios tirados das aldeias reais, acaso existentes nos serviços de mineração?

## CAPÍTULO XIX

---

*Bandeiras contra os tapuias baianos.  
A expedição de Domingos Barbosa Calheiros  
e seu malôgro catastrófico.  
A campanha de Estêvão Ribeiro Baião Parente e Brás de Arzão.*

Na Bahia a capitulação do gentio ante o poderio branco decorreu trabalhosa. Os tapuias do Paraguaçu, como os tamoios no Rio de Janeiro e os caetés em Pernambuco, tenaz resistência ofereceram aos conquistadores. E os aimorés nas capitânicas do Pôrto Seguro e Ilhéus por longo prazo entravaram o desenvolvimento da colonização.

Durante largo período mantiveram-se os portugueses na estreita orla espessa de poucas léguas, litorânea do Recôncavo.

Em 1627 tão precária era a situação de insegurança, que o Governador-Geral Diogo Luís de Oliveira convocou grande Junta de Guerra para a examinar.

Andava o gentio da terra alevantado no limite da cidade d'O Salvador "com muita quantidade de gentio da Guiné que se lhe tinha acoadunado"

Contínuos os assaltos aos engenhos, sobretudo nos distritos de Jaguaripe e do baixo Paraguaçu, tornando-se cada vez mais crítica a posição dos moradores.

Resolveu a Junta declarar guerra justa a êstes belicosos fronteiros mas muito pouco práticos foram os resultados de tal decisão. Viveram os civilizados dos distritos ameaçados longos anos em pé de guerra e contínuo alarma.

A invasão holandesa em Pernambuco sobremaneira agravou tal estado de coisas. Expulsos os batavos em 1654 puderam os Governadores-Gerais pensar em renovar a luta com os silvícolas.

A Francisco Barreto de Meneses ocorreu a idéia de chamar paulistas para o indispensável combate aos índios. Neste sentido escreveu ao capitão-mor de São Vicente, Manuel de Sousa da Silva, quando corriam os anos da guerra civil dos Pires e Camargos. "Em vez das armas dos moradores de São Paulo andarem tão ocupadas em recíproca ofensa de uns e outros" seria "serviço a Sua Majestade convertê-las contra os inimigos da Bahia em benefício público da capitania e utilidade particular daqueles que viessem à prêsã do gentio que cativassem".

Pediú Barreto em 1657 ao capitão-mor que acertasse uma expedição punitiva com a Câmara de São Paulo, cujo estado maior se comporia de um cabo de tropa, dois capitães, vinte oficiais, soldados brancos e no mínimo duzentos índios das aldeias de Sua Majestade.

Não houvesse o mínimo escrúpulo quanto à realização desta campanha. Assim pensavam e haviam decidido o Bispo do Brasil e os teólogos da Bahia.

A matéria é de importância, concluía o Governador-Geral, e a maior glória caberia à capitania de São Vicente por serem os moradores de São Paulo os que viessem livrar os da Bahia.”

As despesas da expedição correriam por conta da real fazenda e os proventos de captura dos índios caberiam aos apesadores.

E vantagem enorme haveria ainda para São Paulo cuja república ficaria com a conveniência de se divertirem na campanha projetada da Bahia as armas daqueles que a traziam inquieta.

A 21 de dezembro de 1657 renovava Barreto o pedido ao capitão-mor vicentino, agora Jerônimo Pantoja Leitão. Mas os paulistas continuaram por algum tempo a se digladiar.

Finalmente em princípio de 1658 organizou-se a expedição cujo comando foi entregue a dois dos principais chefes da facção dos Camargos, Domingos Barbosa Calheiros e Fernando de Camargo.

Reuniram-se uns quinhentos homens que chegaram à Bahia de Todos os Santos a 14 de outubro de 1658.

Era Calheiros, então, homem de seus 60 anos de idade. Em 1651 destacara-se no audacioso reide que ameaçara Corrientes e alarmara Buenos Aires.

Resolvera o Governador-Geral que a base das operações seria a Cachoeira onde o cabo bandeirante receberia o refôrço de uma coluna baiana comandada pelo sargento-mor Pedro Gomes.

Nenhum pormenor se conhece da campanha de Calheiros que acabou catastróficamente. Divulgou Accioly uma ata do conselho do estado convocado pelo Governador-Geral Alexandre de Sousa Freire a 5 de março de 1669 em que ocorre o seguinte tópico: “Havendo ido àquela jornada mais de duzentos homens brancos, foram muito raros os que chegaram a esta praça (cidade d’O Salvador)”

A 2 de novembro de 1660 estava Calheiros de novo em São Paulo onde faleceu em 1677.

Fernando de Camargo foi também dos raros escapos à derrota de sua expedição.

Com o completo fracasso da tal campanha recrudesciu como de esperar a agressão dos tapuias. Suas correrias atingiram o litoral principalmente em Maragogipe e Cairu, neste distrito sobretudo para onde haviam corrido inúmeros refugiados.

Resolveu Sousa Freire recorrer aos paulistas para deter a onda agressiva cada vez mais grave, de cujos assaltos falam os cronistas como Rocha Pita e Jaboatão em tão trágico tom.

A 15 de novembro de 1669 não só escreveu à Câmara de São Paulo como a diversos paulistas de prol.

A 26 de maio de 1670 respondeu a Câmara a tal apêlo. Houve uma reunião de homens bons para tratar “em particular da viagem recomendada do senhor Governador deste Estado para que os moradores desta capitania fossem a extinguir e afugentar os índios muito bárba-

ros que infestão a cidade e reconcavo e moradores da baía”, escreveu o escrivão municipal André de Barros em seu aranzel lusitaniforme.

Como chefes da expedição ficou assentado partiriam Estêvão Ribeiro Baião Parente, cabo maior, e Brás Rodrigues de Arzão, seu locotenente.

Apelou a Câmara para a generosidade dos grandes vassallos da coroa e obteve fartas contribuições por parte de diversos potentados como Pedro Vaz de Barros, Fernão Dias Pais, Fernão Pais de Barros, em dinheiro, gêneros e índios de serviço.

Estrondosos foram os resultados da sua campanha, tirando os brancos completa desforra dos reveses de Calheiros e Camargo.

Sôbre as expedições bandeirantes aos sertões baianos muito pouco pormenores foram até hoje divulgados. A seu respeito escreveu Pedro Taques, minudentemente, como declarou. Mas esta monografia desapareceu como tanta e tanta coisa mais do seu acervo precioso.

Segundo êle “o exército dos paulistas embarcou em Santos em junho de 1671, conseguindo completo triunfo em 1672 e continuou a campanha até 1674”

Acusou Pedro Taques a Rocha Pita e a Jaboatão de haverem historiado a luta com os guereus do vale do Paraguaçu sem a lição dos documentos. Daí os “erros crassos” do primeiro que nem sequer sabia haver ocorrido a expedição de Calheiros, chegando a afirmar que João Amaro Maciel Parente, filho de Baião, fôra o chefe da grande bandeira!

Terrível morticínio se fêz entre os índios, voltando os bandeirantes à cidade do Salvador com enorme cópia de prisioneiros. Tão numerosos que os da melhor feição não conseguiam encontrar quem por êles pagasse mais de vinte cruzados (oito mil réis), havendo grande número dêstes infelizes sido vendido pela metade dêste preço.

Para consolidar a vitória resolveu João Amaro permanecer no vale do Paraguaçu onde obteve grandes concessões territoriais. Nesta área fundou a vila de Santo Antônio, hoje cidade de João Amaro.

Baião e Arzão voltaram a São Paulo. O primeiro depois de sua grande vitória pouco viveria, mas Arzão como já vimos, representou importante papel nos fastos da Colônia do Sacramento.



## CAPÍTULO XX

---

*A conquista do Piauí e a incontestável primazia  
de Domingos Jorge Velho.  
Polêmica a tal respeito.  
O documento de Pereira da Costa.  
Identificação de Domingos Jorge Velho.*

Na década de 1660 a 1670 coloca-se o início da colonização de nova e grande área brasileira cujo desbravamento primevo se deveu ao bandeirantismo paulista. As terras do Piauí como todos sabem se encontram no vale do caudaloso Rio Grande dos Tapuias de Gabriel Soares (1587) chamado Pará por Diogo de Campos Moreno (1614), Povoação por Bento Maciel Parente (1626) Punaré por Frei Vicente do Salvador e Paraguaçu, por Antônio Vieira, antes de ser definitivamente batizado Parnaíba pelo bandeirante filho da pequena e gloriosa vila de Sant'Ana de Parnaíba ribeirinha do Tietê: Domingos Jorge Velho.

Foram as terras piauienses cruzadas várias vêzes no século XVII por diversos exploradores, portugueses como Pêro Coelho, em 1603, Martim Soares Moreno em 1613, Frei Cristóvão Severim em 1626, André Vidal de Negreiros em 1656. E ainda por holandeses como se diz de Elias Herckmann, em 1641.

Os jesuítas já em 1607 haviam tentado evangelizar os índios piauienses. "Em 1662 — afirma Pereira da Costa, valendo-se da notável descoberta documental por êle realizada — começaram as incursões sertas do Piauí pelo ousado bandeirista Domingos Jorge Velho, de São Paulo".

Dêste milésimo data a colonização do território piauiense.

Acêrca da prioridade de tal apossamento civilizado definitivo largamente se tem discutido pois tal primazia é contestada a Domingos Jorge Velho pelos que a atribuem ao português Domingos Afonso Mafrense cognominado *Sertão*.

Acurada e magistralmente estudou Anísio de Brito esta questão.

Um dos corifeus de Sertão foi Pereira de Alencastre cujos argumentos são da maior fraqueza. Rebateu-os Anísio de Brito com suma vantagem. A seu ver o documento insofismável, até hoje divulgado, é o que Pereira da Costa descobriu: a carta de Sesmaria do Govêrno de Pernambuco concedida a D. Jerônima Cardim Fróis, viúva de Domingos Jorge. Nêle se declara que o mestre de campo, em 1687, e à testa de sua gente, partira para combater os quilombolas dos Palmares, deixando as suas

fazendas e lavouras situadas à margem dos rios Poti e Parnaíba, onde havia vivido cerca de vinte e quatro ou vinte e cinco anos.

Assim as incursões de Domingos Jorge datariam de 1662 ou 1663 quando os mais velhos papéis existentes sobre Mafrense colocam os seus feitos em 1671 e 1674.

Provou Anísio de Brito, com a maior lucidez, o êrro de Alencastre que apaixonadamente se deixou levar a conclusões representando verdadeiros dislates em confusão de nomes e datas.

Chegou o autor baiano autor da *Memória* sobre a história do Piauí a afirmar que Domingos Jorge Velho jamais pisou terras piauienses. A Anísio de Brito reforça outro historiador piauiense da maior autoridade, Abdias Neves.

O grande esteio dos adversários de Domingos Jorge Velho é um tópico do testamento de Domingos Afonso, datado de 2 de maio de 1711. Nêle declara Sertão que era senhor e possuidor de metade das terras que no Piauí obtivera, conjuntamente com o coronel Francisco Dias de Ávila e seus irmãos, as quais terras êle *Sertão* descobrira e povoara "com grande risco e considerável despesa".

"Que concluir da leitura destas linhas?" indaga Anísio de Brito, com inatacável lógica. "Que Mafrense era senhor da metade das terras que pedira no Piauí, as quais terras descobrira, isto é, as terras em que se achavam situadas as suas fazendas, por êle povoadas, etc. Impossível chegar-se a outra conclusão tão claras e precisas suas palavras".

Atribui o autorizado autor piauiense a ascensão dos créditos de Sertão ao fato de que Domingos Jorge Velho, com as suas campanhas no Nordeste, e sobretudo em Palmares "abandonou os haveres adquiridos na terra que descobrira"

Tal não se deu com o seu contendor póstumo cujas enormes fazendas legou aos jesuítas vindo elas em 1760 a incorporar-se ao patrimônio da Coroa em virtude do confisco pombalino. Brilhantes comentadores têm querido destruir a primazia insofismável de Domingos Jorge Velho, produzindo excelentes libelos de advogados mas não de historiadores atentos ao axioma indiscutível do: onde não há documento não há história.

O de Pereira da Costa é inatacável. Seu achado data de milésimo muito posterior ao do início da polêmica; foi encontrado inesperadamente. As suas afirmações são categóricas e esperam ser contestadas por outras de maior ancianidade.

Assim até hoje estamos em perfeita comunhão de vistas com o historiador pernambucano e os dois grandes eruditos dos fastos do seu estado natal a quem nos reportamos.

Descobertas realizadas por Basílio de Magalhães provam que o ilustre sertanista baiano Francisco Dias de Ávila (II) o opulento senhor da Casa da Torre (1645-1695) valeu-se de Domingos Jorge Velho para expurgar de índios bravios as pastagens de além São Francisco.

"Isto entre 1662 e 1663 como acertadamente concluiu F. A. Pereira da Costa", declara o douto autor da *Expansão Geográfica do Brasil*.

Como diversos Domingos Jorge Velho hajam existido no século XVII em São Paulo, andaram e por largo tempo os autores enganados acêrca

da identificação do primeiro desbravador do Piauí, inclusive os paulistas da maior autoridade.

Assim Southey induziu Azevedo Marques em erro. Havendo desaparecido o título Jorge Velhos de Pedro Taques tratou Silva Leme de o recompor e o fez com a argúcia e probidade habituais. E assim verificou que o Domingos Jorge apontado por Azevedo Marques, como expugnador de Palmares, não podia ser alvo de tal atribuição. Caberia esta a um de seus diversos netos sobrinhos e primos, seus homônimos.

Ocorreu a dúvida de que dois Domingos Jorge Velho tenham existido contemporaneamente: o descobridor do Piauí e o expurgador de Palmares. Mas a tal hipótese invalidam os termos da sesmaria concedida a D. Jerônima Cardim Fróis.

Graças aos documentos de cartórios alagoanos da região palmarense de que nos mandou cópia a obsequiosidade de um colaborador espontaneamente gracioso, o Dr. Venceslau de Almeida, Juiz de Direito de Viçosa, elegante escritor e grande sabedor das coisas de Alagoas, pudemos identificar a personalidade dêsse dos maiores bandeirantes. É êle o Domingos Jorge Velho que Silva Leme cita como filho de Francisco Jorge Velho e Francisca Gonçalves e sobrinho daquele que se julgava ser o expugnador de Palmares.

Pensa Wenceslau de Almeida que o conquistador do Piauí haja falecido em Atalaia de Alagoas entre 1700 e 1703.

Sôbre a rota seguida por Domingos Jorge para atingir o vale do Parnaíba só pode haver conjeturas. Parece fora de dúvida que deixando a margem do São Francisco, que navegara, vindo provavelmente de Pirapora, obliquou para noroeste vencendo a serra dos Dois Irmãos para atingir o vale do Canindé, cujas águas são tributárias do Parnaíba.

Com tôda a propriedade observa Basílio de Magalhães: "Há um lugarejo cujo nome parece recordar o ponto em que o ousado bandeirante primeiro estacionou, ao penetrar em terras do Piauí: a antiga freguesia de Paulista, sita perto da serra dos Dois Irmãos e das nascentes do Canindé na estrada que vai ter ao São Francisco".

É esta, aliás, a diretriz da atual Estrada de Ferro do Piauí que da margem esquerda do São Francisco em território baiano penetra no Piauí, devendo cortar o estado até Teresina (1).

---

(1) As referências documentais relativas aos capítulos de XV a XX encontram-se no quarto tomo e nos sete primeiros capítulos do tomo quinto da **História Geral das Bandeiras Paulistas**.



## CAPÍTULO XXI

---

*Os testamentos e inventários bandeirantes.  
Iniciativa notável de Washington Luís.  
Valiosíssimo acervo a ser explorado a fundo.  
Testamentos e inventários do sertão.*

Até princípios do século XX viveu nos arquivos paulistas grande e preciosa documentação absolutamente inerte e desprezada dos pesquisadores.

Queremos aludir à volumosa massa de papéis dos velhos inventários e testamentos dos nossos três primeiros séculos que dos cartórios tabelionais paulistanos se recolheram ao Arquivo estadual.

Coube a Washington Luís a glória de os haver revelado em 1902. Orville Derby, em 1904, de alguns destes inventários se serviu ao estudar o itinerário da grande bandeira quinhentista de Nicolau Barreto.

Ao tomar conhecimento de tais comentários declarou Capistrano de Abreu com a sua enorme autoridade que alguns destes papéis valiam, às vêzes, mais do que rumas de documentos oficiais.

É muito considerável a massa de tal acervo. Dela fêz Washington Luís imprimir umas quinze mil páginas resultantes da decifração do excelente paleógrafo Manuel Alves de Sousa, e copiar umas duas centenas de autos.

Nos últimos vinte anos foram impressas mais umas mil e quinhentas páginas. E imenso há ainda a publicar dessa preciosa mina cuja exploração apenas atingiu uma camada muito superficial.

Os chamados inventários do sertão permitiram a revelação não só da ocorrência de numerosas expedições como o levantamento das nominatas dos componentes de certo número de bandeiras. E ainda a avaliação do que eram os recursos dos sertanistas na Selva.

Até agora se realizaram dois valiosos estudos sobre esta documentação. Foi o primeiro o de Alfredo Ellis Júnior em seu *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, orientado para a pesquisa dos rumos das bandeiras, a indagação das expedições e de seus componentes. Desta análise acurada resultou a divulgação de largo contingente de novidades para os fastos do sertanismo. Anos mais tarde publicou Alcântara Machado a *Vida e morte do bandeirante*, análise das circunstâncias que rodearam a existência dos paulistas, durante duzentos anos, apresentando uma série de aspectos brilhantemente expostos.



Mais anos menos anos surgirão, certamente, novos exploradores de tão opulenta e tentadora mina cujas camadas profundas e virgens continuam detentoras de novidades do maior prol.

De quanto podem fornecer elementos novos e valiosos temos a comprovação no contingente fornecido às magníficas pesquisas de Américo de Moura para a sua notável monografia sôbre os primeiros povoadores do planalto.

O que interessa ao nosso escopo é o exame dos inventários do sertão de que estão publicados uns poucos de centos.

Datam-se geralmente de lugares sobremodo imprecisos, de impossível localização moderna, como sejam “neste sertão e rio de Paracatu”; “n’este sertão de Ibiaguira dos “Bakans”; “neste sertão dos Patos”, “de Parau-pava”; “dos Arachans”; dos “Serranos” ou do “rio Taquary”; etc. Uma vez ou outra aparecem referências a um arraial como o dos “Batataes” e a alguma “tranqueira”

Motivaram a êstes testamentos e inventários a “doença que dera Deus” aos testadores quando não iam morrer de uma frechada recebida do gentio ou picada de cobra. Às vêzes muito malferidos ou muito enfermos recorriam os testantes aos préstimos de um companheiro “por lhes tomar a mão a doença”, e assim por diante.

Encetam-se os testamentos pelas mesmas fórmulas piedosas correntes no mundo lusitano contemporâneo ou antes, no mundo católico universal.

Recomendam os expirantes a alma a “Jesus Cristo e a Nossa Senhora”, aos santos da principal devoção, tomam o maior cuidado em recomendar que por êles se rezem missas e mais missas; fazem pequenos legados pios a irmandades, etc.

Derramam-se em demonstrações de fé, certamente não insinceras. Ocorrem então aí freqüentemente os brados da consciência *in extremis*, confessam os moribundos as faltas, sobretudo as provenientes do desregramento de costumes. Declaram reconhecer, muito embora a sua situação de casados, tais e tais criaturas, havidas em cunhãs e outras mulheres. Recomendam êstes filhos à caridade de seus ascendentes, filhos legítimos, irmãos e até a das próprias espôsas. Uma vez ou outra, lembram-se de libertar as concubinas mães dos seus bastardos.

Referindo-se às peças de sua propriedade prisionciras de suas bandeiras, ou existentes em sua casa de São Paulo, usam dos subterfúgios correntes no seu meio pelos quais se sofismavam as ordens régias referentes à liberdade dos índios.

Aludem aos serviços da sua obrigação, forros por assim mandarem as leis de Sua Majestade, quer os de suas fazendas em São Paulo, quer os da entrada a que pertencem.

E, no entanto, em flagrante incoerência, ordenam que tais e tais dêstes serviços do gentio da terra sejam alforriados. São, aliás, muito raros os casos de libertação de cativos.

Falecido o bandeirante, em plena selva, fazia o escrivão da bandeira o seu inventário arrolando-lhe a bagagem, roupa, chapéus, calçado, armas, rêdes, panelas, todo o equipamento do morto, enfim.

Fiudo êste inventariamento, procedia-se ao leilão do espólio, concorrendo aos lances os companheiros do ausente, "lances a pagar em dinheiro em paz e em salvo", de regresso da bandeira ao povoado.

As peças cativas, estas eram "depositadas" em mãos do testamenteiro, a fim de que as levasse a povoado e as entregasse a "quem em direito pertencessem e que corressem risco do que direito fosse"

Por serem fôrras não iam a leilão e no entanto pertenciam a alguém. Curiosa dubieza de fórmulas hipócritas.

Fazia-se, porém, a repartição das peças descidas, avaliando-se-as por tais e tais preços.

Referências abundantes existem de que se trocavam objetos por escravos apresados. Assim certo testador nos conta que daria uma roupeta de vinte e seis cruzados a ser paga com a entrega de uma rapariga do sertão de quinze a dezoito anos.

Se acaso tal combinação não pudesse realizar-se, seria o credor pago em valores que o devedor possuísse em povoado.

Forçados a uma vida de marchas e contramarchas pelos mais ásperos caminhos e a vencer os mais rudes obstáculos, era natural que os sertanistas só transportassem consigo a mais sumária bagagem. Entretanto, há inventários do sertão revelando que vários dêles levavam considerável e até valiosa farpela, de roupetas e calções dos melhores panos. Meias, camisas, ceroulas, mantéus poucos se arrolam na *impedimenta* daquela gente andeja. Escassos também os panos de uso como toalhas, guardanapos, lençóis. Os cobertores mostram-se mais freqüentes como também as rêdes de dormir.

A sapataria do bandeirante utilizava couros de animais domésticos e silvestres, de bois e carneiros como de veados e antas. Era mais que provável que calçados só andassem os brancos, acostumados os seus índios a marchar sôbre as plantas dos pés enrijecidas e espessadas como se fôsem verdadeiros couros.

Como invólucros da bagagem sertanista falam-nos os inventários de cêstos encourados e baús de boi.

A chapelaria bandeirante menciona carapuças, gualteiras, chapeirões, chapéus roçados e outros que tais. Supomos que a cobertura da cabeça era continuamente praticada pelo estado maior da armação o que lhe dava certo prestígio ante a mesnada dos tupis.

Do aparelhamento bélico das bandeiras, aliás sumário, destinado a contrapor-se a outro ainda muito mais rudimentar, escusado é lembrá-lo, os inventários da selva nos dão idéia ao arrolar espingardas de diversos tipos, escopetas, mosquetes, arcabuzes, bacamartes, pistolas, terçados, catanas, espadas, facões, foices, machados, arremessões ou dardos de ferro e os famosos gibões de armas, também chamados armas de algodão, ou ainda casacos estofados para o sertão, adaptação paulista do *escupil* dos espanhóis, broquéis, rodela de couro de anta. Polvarinhos, pólvora, chumbo e morrão, arrolam-se, como era de esperar, nas peças jurídicas a que nos referimos.

O instrumental cirúrgico requerido por expedições que se destinavam a inevitáveis ações de guerra era o mais rudimentar. Conduziam as ban-

deiras umas poucas lancetas e navalhas como poucas drogas boticárias da extravagante farmacopéia coetânea, pelo menos no que se menciona nos inventários até hoje divulgados.

O vasilhame comportava pratos de estanho, tachos, cuias, cabaças. Os pratos metálicos serviam para duplo fim: para as refeições e a prospecção das areias dos rios e ribeiros suspeitos de darem pinta aurífera.

Como são sobremodo variáveis os recursos alimentícios oferecidos pela mata e os rios, onde a caça e a pesca apresentam alternativas de abundância e de escassez por vêzes absoluta transportavam as armações como viático a indispensável farinha de guerra, comprimida mais ou menos grosseiramente sob a forma de pães a que protegiam fôlhas.

Contavam os sertanistas aliás, e muito, com o recurso dos *guaribás* ou paus de digestão, raízes e tubérculos comestíveis de determinadas plantas que a experiência dos índios e a própria lhes apontava como aproveitáveis. Várias vêzes êstes *guaribás* lhes foram de extraordinário valimento como nos conta Pedro Taques a propósito das agruras passadas pela coluna de Luís Barbalho Bezerra na retirada do Cabo de São Roque em 1640.

Para as expedições mais dilatadas valiam-se as bandeiras do estabelecimento de verdadeiras bases de operação. Derrubavam a mata para plantarem milharais, feijoadas e mandiocais.

A êstes centros voltavam a fim de se reabastecer. Foi o que Fernão Dias Pais fez em suas grandes roças do Sumidouro, peão de suas marchas e contramarchas, pelos "serros pretendidos" das esmeraldas.

Ao se encetar o ciclo do ouro, a bagagem das bandeiras acresceu-se de uns tantos elementos requisitados pelos exames sumários da prospecção rude que era a única ao seu alcance.

Assim vemos figurar na lista dos aviamentos do Sertão vários termos referentes a produtos químicos designados pela nomenclatura alquímica como as caparrosas verde e azul, o verdete e o fígado de enxôfre, de nomes obsoletos e outros que se mantêm, como o alvaiade e a pedrame. Assim nos indicam os papéis comerciais do creso de Parnaíba, Padre Guilherme Pompéu de Almeida, banqueiro e fornecedor dos bandeirantes.

Ninguém poderá esperar que na bagagem de uma expedição de preia ou de prospecção se pudesse arrolar algum índice de relêvo cultural.

Já é extraordinário que documentos existam de feitio jurídico como êstes preciosos inventários do sertão que até nós chegaram.

Do que até agora se publicou obteve-se o conhecimento da existência de um ou outro livro, quase sempre sem atribuição de autor ou então sob tal designação mas sem a particularização do título como o que se deu com um volume então famoso de Frei Heitor Pinto.

Há, entretanto, o caso curiosíssimo da transcrição de quatro estrofes de *Os Lusíadas* no dorso das páginas de um dêstes inventários, estrofes do episódio culminante dos epos. Inscreveu-as um escrivão de bandeira certamente por natural associação de idéias.

A das agruras das jornadas pela Selva contraposta às das occânicas, a epopéia do Ocidente em confronto com a do Oriente, ambas a exigir

dos vassallos os mesmos sacrificios e os mesmos padecimentos. A epistolografia bandeirante seria naturalmente a mais escassa, prejudicada pela dificuldade das remessas postais. Até agora só se divulgou um destes documentos, uma carta datada do arraial dos Batatais onde o missivista se achava guardando com mais dois homens a base de operações de um capitão não mencionado, pólvora e mantimentos sobretudo. Daí vira partir, novamente embrenhados no Sertão, um irinão, um cunhado e um tio.

A obsessão do Sertão dominou, por dois séculos, a mentalidade dos paulistas. Daí a freqüência pela qual a palavra e seus derivados surgem nas páginas da documentação dos primeiros séculos.

No sertão imergem os de São Paulo procurando "o seu remédio" a fim de "abastecerem as suas casas" e darem "nobreza a seus filhos". Assim também para servirem aos Senhores Reis descobrindo para a sua coroa minas de ouro e prata, ferro e aço, estanho e calaim.

As armações terrestres e fluviais partiam para todos os rumos como as esquadras do Reino para as diversas rotas oceânicas.

Na companhia dos pais marchavam os moços e os meninos como por exemplo se deu com o segundo Anhangüera e Antônio Pires de Campos.

Desde pequenos partem os meninos para a carreira do deserto "buscando a vida" e o "modo de lucrar a propriedade mais proveitosa nesta terra", por cuja causa "morriam os pais para a adquirir para os filhos".

Em 1628 dizia o Padre Mansilha "en toda la vila de San Pablo no habrá mas de uno o dós que no vayan a captivar yndios e embien sus hijos ó otros de su casa. Toda su vida dellos desde que salen de la escuela, hasta su vejez, no es sino yr, venir y trazer y vender indios".

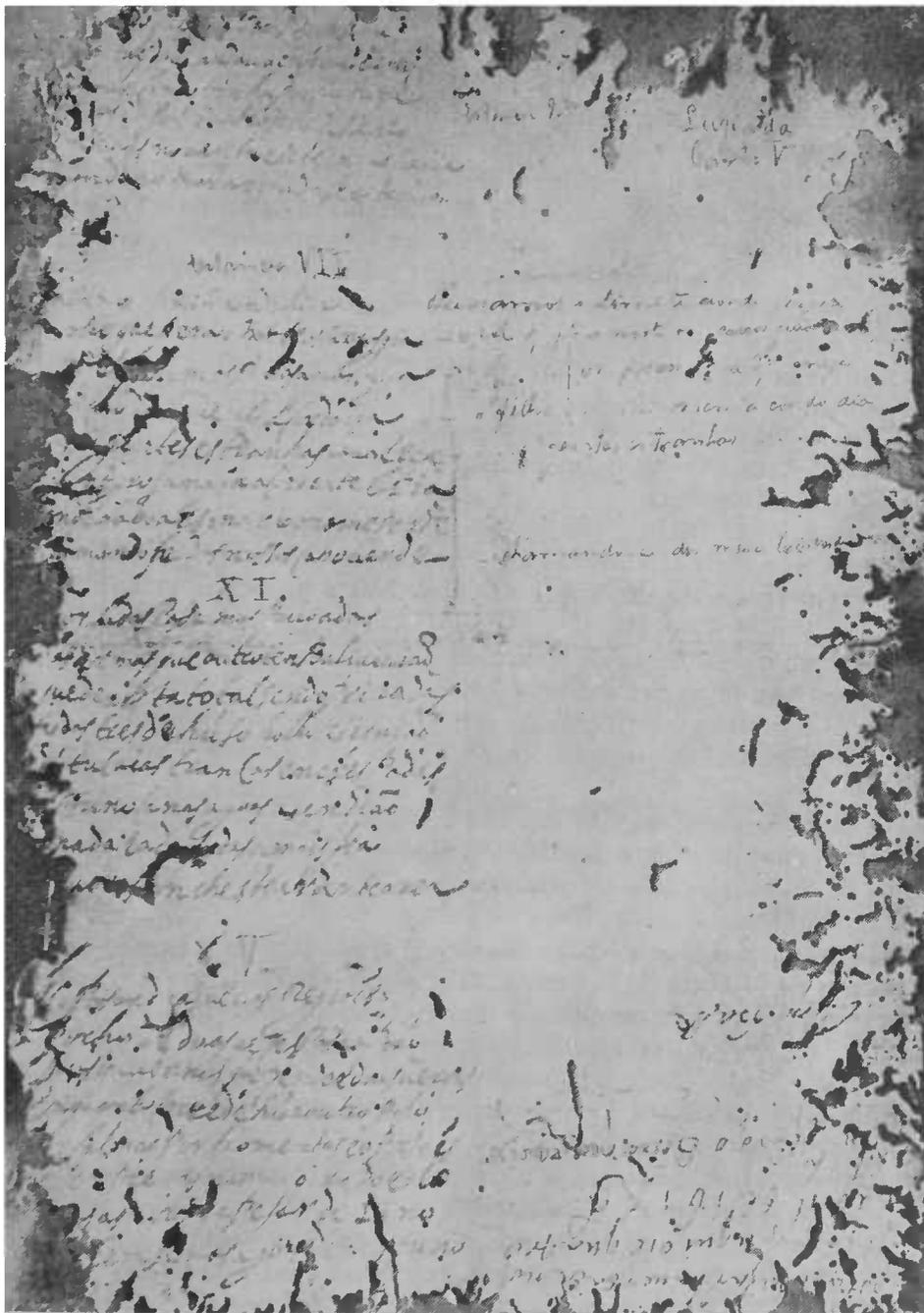
Esta impulsão coletiva das armações haveria de se prolongar nas grandes jornadas do ouro e longinquamente no magno *rush* do café.

Ao mundo ocidental dominava a mentalidade escravista que tão robustamente persistiria até o século XIX.

De que valiam a tamanha distância as leis dos senhores reis protegendo hipòcritamente a liberdade dos índios quando os próprios delegados régios declaravam que os serviços "eram bens inestimáveis"? fóssem eles forros ou de obrigação, gente fôrra, almas, administrados, todos os classificados enfim nas diversas categorias sob os quais se ocultava a verdade de sua condição?

Com as peças do gentio da Guiné não era preciso lançar mão destas escapatórias hipòcritas. Nada mais expressivo do que a recomendação pela qual Francisco Nunes de Siqueira, o *Pai da Pátria*, alegou a um juiz que a cobrança de uma peça do gentio da terra precisava ser efetuada "sumàriamente sem estrépito, nem figura de juízo nem delonga" à vista da vigência da lei filipina de 1611. E era êle verdadeira águia forense da sua vila. Latinista, "inclinava-se à lição dos livros forenses e ordenações do Reino em que alcançara bom aplauso entre os doutos do seu tempo"

Soltos dos colares das correntes com que haviam marchado na mata às vêzes por centenas de quilômetros, era natural que os mais enérgicos destes escravizados procurassem voltar às suas brenhas.



Página de um inventário do sertão, onde foram transcritas estrofes do Canto V de Os Lusíadas (1616).

Aos esconderijos onde se alapardavam iam aprisioná-los os tupis dos bandeirantes “gente flechera, muy feroz y bestial”, no conceito dos jesuítas.

Dêstes negros de terra eram escolhidos capatazes chefes das armações, quando se tornavam “cursados” no Sertão.

Aos prisioneiros o novo modo de vida, a sedentarização, contrariava o nomadismo essencial que era o seu. Sujeitava-os à obrigação fixa e dura do trabalho contínuo, magoava-lhes o sentimento da altivez costumeira, da vida igualitária e patriarcal que não estabelecia dependências, como as que regiam as relações dos servos com os senhores ásperos, cruéis no gênero dos brancos seiscentistas colonos da América.

Sobretudo elucidativo dêste estado d'alma dos fujões vem a ser os depoimentos dos três índios — “huidos de los portugueses, por el tratamiento de crueldad y rigor que tenian” homens apesados “en su tierra tiernos de edad” — depoimentos que figuram num processo de 1687 arquivado em Sevilha.

Circunstância frisante é a da disciplina que os inventários do sertão denunciavam existir nas bandeiras. Aliás a que quase sempre reinou nos núcleos portugueses do Brasil colonial. Nêles universal se mostrava o acatamento da autoridade.

Ao passo que os fastos da conquista da América espanhola estão cheios de narrativas de terríveis dissensões, bárbaros crimes e atrozes vinganças entre os conquistadores, os da América portuguesa não registram sucessos de tal natureza. Nos inventários do Sertão se documenta êste feitio de índole.

O cabo da tropa não só é o chefe militar de sua mesnada, como o representante da ordem jurídica do Reino, funciona como um dos justiças de Sua Majestade. Os atos por êle rubricados “para bem da justiça do capitão” têm absoluta fôrça de lei.

Morto um dos seus soldados o cabo da tropa manda proceder ao arrolamento da fazenda do defunto e falecido *ex officio* quando não defere um requerimento de parente do morto. Nomeia escrivão *ad hoc* “deputado para isso”. E as fórmulas cheias de simplismo mas essenciais se alinham. Convocam-se testemunhas à frente do rancho do capitão. Juram elas aos Santos Evangelhos e, à falta do livro divino, sôbre alguma cruz, *agnus Dei* ou relíquia.

Juramentam-se avaliadores e procurador da família do morto. E ali se procede à abertura do testamento.

Verifica-se depois o leilão por correr perigo a fazenda do inventariado por se achar a bandeira em “terras de contrários”, daí podendo decorrer perda para os órfãos “à falta de quem por êles olhe” Assim de um sentimento de solicitude social decorre o processo.

Realiza-se o apreçamento do espólio perante todos os componentes da entrada em lugar público. Os lanços procedem daquilo que “parece bem” aos licitantes. Os arrematantes fixam prazos para a liquidação das arrematações, meses e até anos “primeiros” de seu regresso e passado “em paz e a salvo para os herdeiros” oferecem fiadores. O que

não se arremata é entregue a um curador de resíduos “para tal mister enlegido” obrigado a prestar contas às justiças de Sua Majestade.

Mas dada a precariedade e a incerteza da vida sertaneja declara o curador que a responsabilidade assumida será por conta e risco da viúva e herdeiros. Se algum acontecimento grave o afetar “em nenhum tempo, sucedendo alguma coisa” contas lhes serão pedidas.

Nada mais razoável e o capitão aceita o requerimento em tais termos. Nos inventários surgem, às vêzes, róis de gente capturada recentemente e ainda por batizar, cujos nomes, sobremodo bárbaros se inscrevem ao lado da gente fôrra velha “já de nomes lusitanos e negros cristãos”.

As escravas estas provocavam os anátemas dos missionários contra tais homens que “dormiam com suas negras e outras ainda pagãs”

Das correrias pelo Sertão conseguiram diversos grandes cabos de tropa formar rebanhos cativos vultosos. Fala-se que já em 1625 possuía Manuel Prêto perto de mil serviços no Ó.

Em meados do século destacam-se Pedro Vaz de Barros com mil e duzentas cabeças, seu irmão Fernão Pais de Barros com muita gente também. E Fernão Dias Pais que antes de sua grandiosa e insensata jornada esmeraldina contaria milhares de servos, talvez, Guilherme Pompéu de Almeida e Lourenço Castanho Taques, Salvador Jorge Velho em Parnaíba, Antônio Pires de Campos, em Itaici, etc.

Mas diversos dos maiores sertanistas angariaram escravaturas relativamente modestas como André Fernandes (70), Antônio Rapôso Tavares (120).

Aos servos vermelhos aliás dizimavam as moléstias dos civilizados sobretudo a varíola e o sarampo (1).

---

(1) Vide as referências documentais relativas a este capítulo no tomo quinto da **História Geral das Bandeiras Paulistas**.



*Devassa do Oeste longínquo.  
Pascoal Moreira Cabral  
e o seu campo entrincheirado do Mboteteú.*

**P**ara os fins do século XVII eram vulgares aos paulistas os roteiros da região meridional do Mato Grosso atual. Nesses enormes tratos de terra se haviam traçado os rumos das jornadas de Antônio Castanho da Silva, Antônio Rapôso Tavares, André Fernandes, Luís Pedroso de Barros, Manuel de Campos Bicudo, Antônio Pires de Campos, Jerônimo Bueno, Francisco Pedroso Xavier e quantos mais cabos de tropa?

A expedição de Francisco Pedroso seguir-se-ia outra de extraordinárias conseqüências para o alargamento do território brasileiro. Tivemos a boa sorte de a desvendar mercê de documentos do "Archivo General de Indias", em Sevilha.

Ao sertão da Vacaria que assim se chamava então o atual sul mato-grossense percorreram no último quartel do século XVII diversas bandeiras.

Uma das mais importantes foi em 1682 a de Brás Mendes Pais. Tinha êste Brás por cunhado um homem cujo nome se imortalizaria: Pascoal Moreira Cabral Leme, o futuro descobridor de Cuiabá.

A esta expedição se prende uma das raras e das mais célebres anedotas dos fastos bandeirantes, conservada por Pedro Taques.

Encontrando-se a bandeira de Brás Mendes com uma coluna espanhola comandada por um mestre de campo, fêz o chefe castelhano ver ao português que êle estava percorrendo terras de Espanha. E assim quis que êle e seus comandados assinassem declaração reconhecendo os direitos da coroa católica sôbre aquêle território.

Intimidado, prontificou-se o cabo de tropa paulista a fazê-lo e ia subcrever o têrmo redigido pelo espanhol quando com a maior veemência verberou tal procedimento um dos soldados de sua bandeira, Pedro Leme da Silva.

Não o acompanharia, pois aquela região pertencia legitimamente à coroa de Portugal. Era êste Pedro Leme aleijado e tinha a alcunha de *Torto*.

Ouvindo-lhes as vozes iradas voltaram atrás de sua decisão o capitão-mor e seus oficiais.

Furioso com o que sucedia exclamara o mestre de campo em tom de sarcasmo: *Miren el tuerto!* — ao que o injuriado lhe retrucara *Torto e coxo!* — E partiu sem ousar recorrer às armas para obrigar os paulistas a uma retirada.

Estas incursões paulistas pela Vacaria causavam muita apreensão aos espanhóis do Paraguai que já se contentavam em ter como limite setentrional o rio Mboteteú hoje chamado Miranda.

Em 1683 o Padre Altamirano chamava a atenção de Carlos II para a situação em que ficava o Paraguai com a permanente presença dos paulistas às margens do grande rio. Ali estava a base de futuras correrias em terras do Peru. Se dominassem o curso do caudal fácil lhes seria comunicar com os seus patrícios da colônia do Sacramento.

Em 1681 uma maloca paulista entrara em terras do Alto Peru não muito longe de Santa Cruz de la Sierra onde havia apresado muitos índios. Viera porém a reação e os bandeirantes tinham sido exterminados não se declarando quem seria o chefe da entrada.

Apesar dêste triunfo, grave continuava a situação, desde que os paulistas dominassem um pôrto de onde suas flotilhas desceriam com tôda a facilidade a atacar Asuncion.

“Tendran los bastimentos necesarios prevenidos los socorros de gente, caballos y mulas, para ensonorear se de las dos provincias (Paraguai e Prata) como tenia orden secreta D. Manuel Lobo y aun hasta Potosi que por agua se puede llegar hasta cuatro leguas por el rio Pilcomayo.”

Não se conformavam os hispano-americanos com a presença dos portugueses na Colônia, reiteravam-no a cada passo ao monarca e seus ministros. Esta posição fortificada da região sul mato-grossense não se sabe quando foi estabelecida pelos paulistas. Talvez haja decorrido de uma decisão de Francisco Pedroso Xavier após a sua grande algara de 1676. É possível que nela haja comandado o mais tarde ilustre Gaspar de Godói Colaço, lugar-tenente de Francisco Pedroso.

Em 1682 procurara o valente Juan Diaz de Andino saber quantos seriam aquêles portugueses implantados nas vizinhanças das ruínas de Santiago de Jerez e soubera que os cabos paulistas eram Pascoal Moreira e André de Zuñega “que tenian ochenta canoas en el rio de Botetey que entra à este del Paraguay”

Dois eram os Pascoal Moreira Cabral, pai e filho. A êste assinalava um Leme que o Pai não assinava.

Nascera o filho em 1655, teria, portanto, 27 anos de idade quando se achava à margem do Mboteteú.

Não cremos que o comandante do campo paulista fôsse seu Pai que, em 1682, estava ocupado numa grande emprêsa siderúrgica no Araçoiaba.

Quanto a André de Zuñega y Leon, seu lugar-tenente, era êle filho do guairenho Gabriel Ponce de Leon, neto de Baltasar Fernandes, o fundador de Sorocaba e primo próximo de Pascoal.

Seu valor não parece, contudo, ter sido notável.

Choviam em Madri as queixas e pedidos de socorro contra a possível e provável agressão dos paulistas ao Paraguai e Peru.

Em março de 1686 o mestre de campo Antônio de Vera Mujica que bravamente combatera em 1680 com os portugueses da Colônia, expunha à Sua Majestade “el miserable estado del Paraguay”.

No forte da nova cidade de Jerez já tinham os paulistas oitenta canoas e estavam a fabricar muitas mais “claro indicio para mayor faccion”.

Desesperado lembrava o fiel vassalo: O padrão legítimo demarcador dos limites das duas coroas estava perto de São Vicente e no entanto para o sul e para oeste existiam agora baluartes portugueses: à foz do Prata e à margem esquerda do Paraguai!

Voltou a carga o Padre Altamirano e pediu instantemente o fornecimento de quinhentos mosquetes para cavalaria e infantaria destinados aos seus índios. Só assim se defenderiam as reduções do norte do Paraguai dos maloqueros de Xerez.

Em 1687 o novo governador paraguaio D. Francisco de Monforte reforçava este pedido. Os paulistas continuavam no Mbotetê e era indispensável à segurança do Paraguai colocar-se presidio guarnecido por duzentos e cinquenta homens no local onde fôra Santiago de Jerez.

De Buenos Aires esperava seiscentos cavalos tirados dentre aqueles com os quais os Padres da Companhia haviam contribuído para expulsar da Colônia os inimigos de Sua Majestade.

Um memorial de autoria do Padre Francisco Burgés evangelizador das missões dos Chiquitos em terras hoje bolivianas, papel que se supõe ser de 1705 e pertence ao arquivo servilhano parece esclarecer o caso.

Em 1691 havia surgido naquelas paragens grande bandeira paulista parecendo encaminhar-se para Santa Cruz de la Sierra. Daí havia partido um contingente espanhol de cento e trinta homens ao seu encontro. Reforçado por quinhentos índios chiquitos ótimos frecheiros, surpreenderam os paulistas, que eram cento e cinquenta.

Completo fôra o seu desbarato. Aquele morticínio apenas seis haviam escapado com vida, três feridos, e aliás presos e três fugidos.

A entrada comandavam Antônio Ferraz de Araújo e Manuel de Frias Taveira. Um dos três prisioneiros fôra Gabriel Antunes Maciel. Ora Manuel de Frias era o pai de André e Antônio Ferraz irmão de Jerônimo em 1710 juiz em Sorocaba.

Diz o Padre Burgés que esta bandeira tão terrivelmente destruída se conjugava a uma segunda que se retirava para o Brasil com mil e quinhentos índios peñoquis aprisionados. A ela se haviam recolhido os três escapes ao desastre.

Supomos que a tal coluna comandasse Manuel de Campos Bicudo. Segundo Pedro Taques, teve sanguinolento encontro com os jesuítas, de missão não especificada, havendo morto o padre superior da redução que lhe dera tremendo golpe no nariz com uma estribeira quando discutiam. Travara-se combate do qual resultara a prisão de um sobrinho de Bicudo, Gabriel Antunes de Campos. Como Taques relata que tais fatos ocorreram em 1653 e Bicudo haja nascido em 1643 verifica-se aí grave alteração do milésimo do texto da *Nobiliarchia*, provavelmente causado por erro de copista ou de impressão. Assim até agora à narrativa deste episódio envolvem sérias obscuridades.

Ocorre no memorial do Padre Burgés a inserção de interessantíssimo roteiro da bandeira em marcha para as terras hoje bolivianas.

Descendo o Tietê e o Paraná e subindo o Imuncini chegavam à base do Mboteteú, no "puerto de Itatines" e em 39 dias haviam atingido a redução de São Francisco Xavier de los Piñocas "donde fueron derrotados y muertos"

O roteiro de tal jornada traçara-o o próprio Gabriel Antunes.

Incansável prosseguia Altamirano em seu *clama ne cesses* junto à Coroa.

Já desde muito se notava que os mamalucos, cada vez mais audazes, internavam-se, mais e mais, em território peruano. Afirmavam com a maior arrogância que as minas de Potosi estavam em terras de Portugal. Se cativassem os índios do Pilcomaio pôr-se-iam em contato com os espanhóis do Potosi. E aí, sim, haveria enorme evasão de ouro e prata embarcados no rio Paraguai que dava a mais franca navegação. Seria transbordado na Colônia do Sacramento para as naus oceânicas a zarpar para Lisboa.

Em 1688, achando-se em Madri, endereçou Altamirano o mais veemente apêlo ao Rei a que enviasse os urgentes reforços reclamados por D. Francisco de Monforte.

Mandava êste em 1687 que certo oficial, Salvador Marecos partisse com algumas dezenas de brancos, além dos índios, e *de visu* examinasse o que havia no sul mato-grossense em matéria de invasão "de maloqueiros de San Pablo."

Percorreu os campos onde existira Xerez encontrou vestígios de ocupação, casas de palha e taipa, e lavouras abandonadas. Resolveu tudo incendiar notando surprêso que os fogos como que haviam provocado o aparecimento de outros no alto de morros não distantes, fogueiras que lhe pareceram ser de paulistas.

Tal estado de coisas refletira-se sôbre a produção ervateira, queixava-se o Arcebispo de La Plata a Carlos II. Havia falta geral de mate.

A aproximação dos paulistas infundia aos moradores de Santa Cruz de la Sierra verdadeiro pânico.

O cabildo local, a 22 de maio de 1692, apelava para o Governador do Paraguai solicitando reforços para conjurar "la fatalidad que amenaza no solo a esta ciudad sino a mucha parte del Reyno (do Peru) com grave menoscavo de la monarquia y total turbacion de su quietud y seguridad".

Constava que os paulistas "en su danado yntento" vinham com poderosa expedição arrastando guaicurus, paiaaguás e muitas outras nações mais. Não fôsse socorrido, ir-se-ia o Peru à garra.

Contava-se que os ferozes mamalucos pretendiam "llevar à las mugeres y a los españoles en colleras" (acorrentados).

Foi o alarme grande e o govêrno paraguaio lançou pregão para que os seus índios estivessem "listos para oponer-se à los portugueses".

Não se realizou, porém, a ameaça que tanto assustara os de Santa Cruz de la Sierra.

Pensou-se em Asunción em reconquistar o Mboteteú mas nada se fêz. Em 1696 reapareceram os paulistas no distrito de Santa Cruz mas

recuaram vencidos pelo governador D. José Robledo de Tórres que os jesuítas haviam chamado em socorro de seu pueblo de los Piñocas.

Não se sabe quem seria o cabo de tal bandeira.

É provável que conhecedor da existência de sólida posição da gente de Pascoal Moreira Cabral no Mboteteú haja Artur de Sá e Meneses o ilustre e clarividente capitão-general governador do Rio de Janeiro resolvido mandar operar na Vacaria.

A região exploraram o obscuro Amaro Fernandes Gauto a quem Sá, em 1697, conferiu a patente de capitão-mor “do lugar da Vacaria e seu distrito” e o notável bandeirante Gaspar de Godói Colaço “tenente-general da jornada da Vacaria” em 1698.

Acabava Colaço, aliás, de prestar notável serviço a Artur de Sá, e à Coroa, matando, em fins de 1697, numa rixa, em São Paulo, o régulo Pedro de Camargo que tão afrontosamente desafiara a autoridade do delegado régio. Tais os seus despropósitos que Artur de Sá apontara a D. Pedro II o ato de Colaço como serviço de vassalo benemérito.

Não se sabe se houve duas expedições à Vacaria e se Gauto, espanhol do Paraguai, refugiado em Itu, por “crime de primeira cabeça” em Asunción, não seria mero subordinado de Godói Colaço.

Dêste cabo de tropa disse o Morgado de Mateus que brilhantemente desempenhou a comissão recebida, nas campanhas da Vacaria, Cordilheira de Maracaju e margens do Iguatemi.

Do reduto bandeirante sólidamente enraizado no sul mato-grossense tenaz e continuamente partiram as irradiações, conquistadoras que dentro de menos de um quarto de século gratificaria a coroa de Portugal com o segundo eldorado brasileiro immortalizando a Pascoal Moreira.

No memorial do Padre Burgés há ainda a menção de uma bandeira sobremodo obscura a que teria comandado certo João Borralho de Almada.

Contou Gabriel Antunes a Burgés que os Piñoquins haviam dado “sobre Juan Borralho de Almada que venia por cabo de los mamalucos del Brasil y le mataron muchos de los suyos”.

Já nesta época se ativara muito a navegação dos rios do sistema do Tietê.

Assim se preludiava a era daquelas navegações espantosas das monções cuiabanas às quais “os europeus acostumados às dos seus mesquinhos rios contemplavam com espanto”, no dizer eloquente de Augusto de Saint-Hilaire (1).

---

(1) Encontra-se as referências documentais desta capital nos sete primeiros capítulos do tomo sexto da *História Geral das Bandeiras Paulistas*.



## CAPÍTULO XXIII

---

*Infrutíferas pesquisas de metais nobres e de esmeraldas  
nos séculos XVI e XVII.  
Série de tentativas falhas.*

Aos europeus dos séculos XVI e XVII deslumbrava a existência dos enormes jazigos americanos de metais nobres.

*Peru e Potosi* andavam na bôca de todos os aventureiros do Velho Mundo e na América espanhola. Do Brasil nada surgira neste sentido apesar das esperanças alimentadas de que viria a ser “fértil” como os domínios dos reis católicos.

Lá vinham as miragens de Sabarabuçu e de Itaberaba similares às do Eldorado e de Manoa inflamar as mentes de governantes e governados mau grado os insucessos das primeiras pesquisas.

Terras da América sem minas! Para que serviam? Boatos e mais boatos corriam tenazes mas nada se concretizava. Nem as notícias da prata de Belchior Dias Moréia e do Muribeca nem as esmeraldas do Rio Doce e Jequitinhonha.

Escoara-se o século XVI e o único ponto do território brasileiro onde havia positivamente ouro era o Jaraguá, nas imediações de São Paulo, onde Afonso Sardinha lavrava pertinazmente mas em faisqueiras muito pobres.

A primeira organização razoável para a prospecção metódica e inteligente das riquezas minerais brasileiras deveu-se a D. Francisco de Sousa. Foi quem, ao mesmo tempo, organizou o aparelhamento administrativo paulista. Chegando às terras de São Paulo em 1599 imenso se afeiçoaria ao meio piratiningano.

Explorou os pequenos jazigos da vizinhança, pôs em relêvo os depósitos ferríferos de Ibirapuera e Araçoiaba, projetou as primeiras grandes bandeiras paulistas ao Sertão, organizou um departamento mineiro com profissionais.

Deixando o Governo-Geral em 1602 continuou em São Paulo, por algum tempo, sempre ocupado com os seus planos e projetos. Voltou à Europa e foi ter a Madri a confabular com Filipe III e seus ministros. Em 1609 voltou cheio de esperanças e promessas, como Governador da Repartição do Sul.

Mas nada de prático pôde realizar, falecendo em São Paulo a 10 de junho de 1611 cercado da geral veneração dos seus jurisdicionados.

Em 1685 escrevia a Câmara Municipal paulistana ao Governador-Geral Marquês das Minas: “ainda vive a memória do Senhor D. Francisco de Sousa cujo patrocínio foi particular a esta terra”.

Durante mais de oitenta anos nada de importante ocorreria em matéria de descobertas mineiras.

Tudo quanto se afirmava das riquezas minerais do Brasil era meramente conjectural.

A realidade se cifrou no encontro de pequenas bôlsas auríferas, geralmente muito pobres, como as de Iguape, Cananéia, Paranaguá, Curitiba, São Francisco do Sul.

Os Sás fluminenses procuraram incentivar os trabalhos da descoberta mas de seu esforço pouco resultou.

De nada valeu o estabelecimento, em São Paulo, e em 1645, da primeira casa da moeda que no Brasil funcionou.

Teve vida efêmera e tão apagada que só nos dias de hoje se firmou a convicção de que realmente existiu, mercê da dúvida levantada por Capistrano de Abreu em 1917 o que conseguimos, graças a acurada busca, documentar de modo iniludível como abona o parecer de autoridade da ordem de Severino Sombra.

Durou a Casa da Moeda de São Paulo uns oito anos, talvez. Positivo é, contudo, que funcionou como casa de fundição, cobrança dos quintos reais e cunhagem de moeda.

Deveu-se a sua fundação em 1645 a Salvador Correia de Sá e Benevides.

Deram os jazigos de Paranaguá boas esperanças que se não realizaram e provocaram grandes questões entre a Câmara de São Paulo e o ávido Provedor da Fazenda Real no Rio de Janeiro, Pedro de Sousa Pereira.

Em meados do século XVII as bandeiras de procura de metais, que se destacam em território paulista, são as de Antônio Nunes Pinto e Álvaro Rodrigues do Prado, cujos resultados práticos foram nulos.

As notícias confusas das expedições quinhentistas em busca de esmeraldas fizeram com que novas bandeiras se pusessem a campo no século seguinte.

Recomeçam com Marcos de Azeredo Coutinho, talvez já desde 1613, no Espírito Santo. Parece que durante anos jornadaou mas até hoje seu fim é misterioso correndo a versão de que veio a morrer num calabouço da cidade d'O Salvador. Fala-se de outro sertanista que pereceu às mãos do gentio.

Renovaram os jesuítas a tentativa de Marcos de Azeredo em 1643, e os filhos do infeliz explorador, Domingos e Antônio de Azeredo Coutinho em 1646. Mas com idênticos resultados.

Em 1655 era Álvaro Rodrigues do Prado, sertanista de São Paulo de grande fé de ofício de quem se diz que penetrara terras do Peru, o chefe de uma bandeira esmeraldina, empresa de ignotos resultados.

Uma ata da Câmara paulistana de 1665 também nos revela a partida, para o Sertão, de um Matias de Mendonça "por ser serviso de Sua Magestade para efeito do descobrimento das esmeraldas".

Nada se apurou até agora sobre esta jornada.

Se o ouro aparecera no Jaraguá e nas faisqueiras litorâneas não se conseguira até fins do século XVII descobrir a menor ocorrência de jazigo argenteo.

Voltando ao Brasil em 1659, trazia Salvador Correia de Sá e Benevides grandes planos, no exercício do cargo de administrador geral das minas da Repartição do Sul.

Pôs-se em campanha, pessoalmente, segundo parece, à procura das pedras verdes. Sabe-se da existência da grande bandeira de seu filho João Correia de Sá internada no sertão espirito-santense em 1660. Desta expedição também não se auferiu resultado algum.

Em 1664 nomeou Afonso VI governador das minas de São Paulo a Agostinho Barbalho Bezerra a quem muito recomendou o prosseguimento das pesquisas minerais.

Escreveu o Rei então a cinco dos mais notáveis paulistas, pedindo-lhes a mais calorosa cooperação com o novo administrador. Dirigiu-se a Fernão Dias Pais, Lourenço Castanho Taques, Fernão de Camargo, Guilherme Pompéu de Almeida e Fernão Pais de Barros.

Ao mesmo tempo ordenou ao Vice-Rei Governador do Brasil que auxiliasse a Barbalho com tôdas as fôrças. Mostrou-se o advertido, Conde de Óbidos, céptico acêrca do que conseguiria realizar o novo chefe da campanha que acoimou de vulgar explorador ou mero visionário.

Partiu Bezerra na senda dos seus predecessores em 1666, tendo recebido dos paulistas vultosos fornecimentos de víveres, armas, panos.

Malogrou-se por completo a nova tentativa e na emprêsa faleceu Barbalho. E com êle pereceu "muita parte do corpo de seu trôço", escreve Pedro Taques.

Em 1667 foi Afonso VI privado da Coroa. Assumiu a regência da monarquia o futuro D. Pedro II que resolveu incentivar de todos os modos as pesquisas minerais.

Nomeou seu delegado imediato no Brasil o Visconde de Barbacena de cuja atividade e capacidade fazia o maior conceito.

Incitou o Príncipe Regente aos paulistas a que mais do que nunca fornecessem tropas para com elas penetrarem os Sertões por diversos rumos para o descobrimento de minas de ouro, prata e esmeraldas.

Dirigiu-se a Fernão Dias Pais, Francisco Dias Velho, Lourenço Castanho Taques, grandes vultos do sertanismo e a outros de menor projeção como o Padre Mateus Nunes de Siqueira, Cornélio e Manuel Rodrigues de Arzão e outros ainda de nomes hoje inteiramente apagados.

Escrevera Barbalho a Sebastião Pais de Barros que partisse em expedição de procura de esmeraldas e êste ilustre *calção de couro* empreendeu notabilíssima jornada ao vale do Tocantins onde em abril de 1674 o Príncipe lhe perguntava se era exato que descobrira "minas de ouro e outros minerais e drogas do sertão".

Parece que em companhia de Sebastião se encontrava outro sertanista prestigioso, Pascoal Pais de Araújo, e ainda seu filho Antônio Pedroso.

Pereceram Sebastião Pais de Barros e seu filho às mãos dos gentios.

Do Pará despachou o governador Pedro César de Meneses uma expedição ao seu encontro e sob o comando do Padre Antônio Rapôso, antigo vigário de São Vicente. Pôde o clérigo verificar a veracidade daquilo que corria sôbre o morticínio sofrido pela tropa de Sebastião Pais.

Voltou ao Pará sem haver encontrado o menor vestígio de minas.

Procurou o Visconde de Barbacena pôr todo o empenho na faina que lhe cometera o Rei. Incentivaram-se as expedições prospetoras como as de Francisco de Camargo e Manuel Pais de Linhares em 1672. Do que daí resultou nada se sabe.

De 1675 data-se a marcha da leva de Manuel Pereira Sardinha, nos Sertões da Ribeira e de Paranaguá, tão imprecisa quanto as anteriores.

Contemporâneamente, o opulento donatário de Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, pretendeu prosseguir na obra encetada por Marcos de Azeredo Coutinho mas não levou avante tal intento aliás desaprovado pelo Governo-Geral e a Coroa.

Em data ainda imprecisa, mas em tórno de 1671, surgiu na Côte de Lisboa labioso espanhol, insinuante e persistente. Intitulava-se êste D. Rodrigo de Castel Blanco "grande mineiro", a saber, grande técnico em matéria de mineração. Conseguiu convencer o Príncipe de que com efeito o era. Não tardou que se visse nomeado fidalgo da casa real.

De seus antecedentes nada até agora se desvendou. Gabava-se de ter adquirido os alardeados conhecimentos nas minas peruanas de Potosi.

Nomeou-o D. Pedro Administrador-Geral das Minas do Brasil, a 2 de junho de 1673. Partiu com instruções especiais para verificar o que haveria de verdade sôbre a riqueza da serra da Itabaiana, na capitania da Bahia. Corriam sôbre ela notícias muito auspiciosas de que encerrava grandes jazigos argentíferos.

No seu Regimento se consagraram largos poderes para a requisição de índios das aldeias reais e de vultosas somas das Provedorias.

Em princípios de 1674 apareceu o castelhano na Bahia. Em julho do mesmo milésimo começou a sua prospecção redundante em completa decepção. Adoeceu Castel Blanco gravemente e perdeu um irmão nesta campanha.

Entrementes, faleceu Barbacena a 26 de novembro de 1675, sendo substituído no govêrno por interina Junta Trina.

Sôbre o que valia D. Rodrigo como técnico os depoimentos dos contemporâneos pouco favoráveis são.

É bem possível que êstes conceitos hajam sido influenciados por duas circunstâncias: o fato do censurado ser castelhano e, mais do que isto, nada haver conseguido de aproveitável em suas diversas e inúteis passadas, aliás muito dispendiosas.

Antônio Pais de Sande, Governador do Rio de Janeiro dizia, em 1693, a D. Pedro II que o espanhol a quem bem conhecera, era perfeito incompetente, além de inepto.

O Ouvidor-Geral do Rio de Janeiro, Dr. Antônio Cardoso de Sampaio, em informação ao Conselho Ultramarino em 1692 mais benévolo se mostrou. Era possível que Castel Blanco valesse muito menos como escrutador ou "brúxula" de minas do que pretendia ser. Incontestável era porém que algo conhecia da profissão. Vira-o analisar o suposto minério de prata da Itabaiana limpa e honestamente, achando-se presentes o Visconde de Barbacena e alguns ourives baianos "de boa inteligência".

Concluía afirmando que tal minério não era argentífero. Ouvira-o “filosofar” com pessoas inteligentes a quem explicara porque não existia prata no Brasil quando, à mesma latitude, no Peru, ocorriam os jazigos enormes do Potosi.

Provinha a causa da diferença de climas e terrenos. Sendo o do Brasil muito mais frio (sic) impedia e baldava as influências do Sol cuja atividade não podia vencer a resistência da frialdade (sic).

E depois desta explicação, de tamanho pêso científico, corroborava tal acêrto com o que se notava nas árvores. Não deitavam raízes para o centro espalhando-as pela superfície por motivo da frialdade da terra, que lhes impedia penetrarem mais abaixo (sic!).

Pedro Taques êste maltratou muito a memória do Administrador-Geral das Minas. Inquinou-o de charlatanice e improbidade. Não passava de legítimo “patarata”

Nos tempos modernos dois autores da maior autoridade, Derby e Calógeras tomaram a defesa do infeliz castelhano.

Nada prova, escreve Derby, que mereça o desprêzo como perito em mineração da prata por não descobrir minas dêste metal onde não existiam. Rebatara as afirmações de pretensos e ignaros descobridores, provando quanto não era simples pretensioso.

Recorda Calógeras que as afirmativas formais de D. Rodrigo não foram derruídas até os dias de hoje. Além disto os fatos provam sobejamente o empenho em bem servir a comissão que lhe fôra confiada.

Seja como fôr, o fracasso de Itabaiana não impressionou mal a D. Pedro II que recomendou ao seu castelhano passasse às minas do Paranaguá a verificar se realmente na região havia ou não prata.

Nesta ocasião apresentou Salvador Correia assaz longo relatório do que sabia em matéria de propeccção de minas.

Queixou-se da desatenção pela qual o Conselho de Portugal, sob Filipe III, e sobretudo o marquês de Alenquer, tratara seu avô, o primeiro Salvador Correia, quando êste propugnava a intensificação das pesquisas de metais. Fôra visitar o Potosi, viajando por terra e pelos rios “tomando tôdas as notícias dos minerais e fábricas dêles”. Assim se achava habilitado a declarar que em Paranaguá a existência de prata era um mito.

Partiu D. Rodrigo para o Sul munido de ordens terminantes do Príncipe Regente a fim de que tôdas as autoridades lhe prestassem tôda a assistência. Poderia depois da estada em Paranaguá, empreender a jornada de Sabarabuçu.

O fim de sua viagem tinha por principal fito de vez avaliar-se o que havia de exato como aproveitável em tais minas ou colher-se o desengano de sua existência.

O Governador-Geral Roque da Costa Barreto ordenou ao mesmo tempo ao Capitão-mor da Capitania de São Vicente “assista-o com tudo o que tocar à sua jurisdição para se conseguir o fim das ordens de Sua Alteza” (1).

---

(1) No tomo quinto da *História Geral das Bandeiras Paulistas* encontram-se as referências documentais a êste capítulo.



## CAPÍTULO XXIV

---

*A grande jornada esmeraldina de Fernão Dias Pais.  
D. Rodrigo de Castel Blanco e suas expedições de prospecção.*

Em 1660 o maior vulto do sertanismo era indubitavelmente Fernão Dias Pais que finda a jornada à Apucarana desfrutava os resultados da sua campanha na tranqüilidade da vida de opulento *landlord*, senhor de muitas centenas de serviços forros, quiçá mais de um milhar, em suas terras do Capão, em Pinheiros, bairro de São Paulo.

Em 1664 recebera uma carta do real punho do Sr. D. Afonso VI pedindo-lhe que tudo envidasse em favor do bom êxito da empresa de Agostinho Barbalho Bezerra. E nesta ocasião procedera como o mais solícito e generoso vassalo.

Em 1671 depois do fracasso da expedição de Barbalho, dirigiu-se o Visconde de Barbacena ao grande cabo de tropa, apelando para o seu patriotismo, a fim de que partisse à descoberta dos cerros de esmeraldas e das jazidas de prata de Sabarabuçu.

Contava Fernão Dias Pais, então, 63 anos de idade e aceitou a incumbência cuja retribuição por parte da Coroa seria aleatória, ocorrendo em caso de êxito. Como subsídio por parte dos cofres régios a contribuição prometida pelo Governador-Geral mostrava-se a mais parca.

Largas somas despendeu o grande bandeirante para o apetrechamento da sua mesnada. Auxiliou-o a Câmara de São Paulo quanto pôde, dentro de seus pequenos recursos monetários.

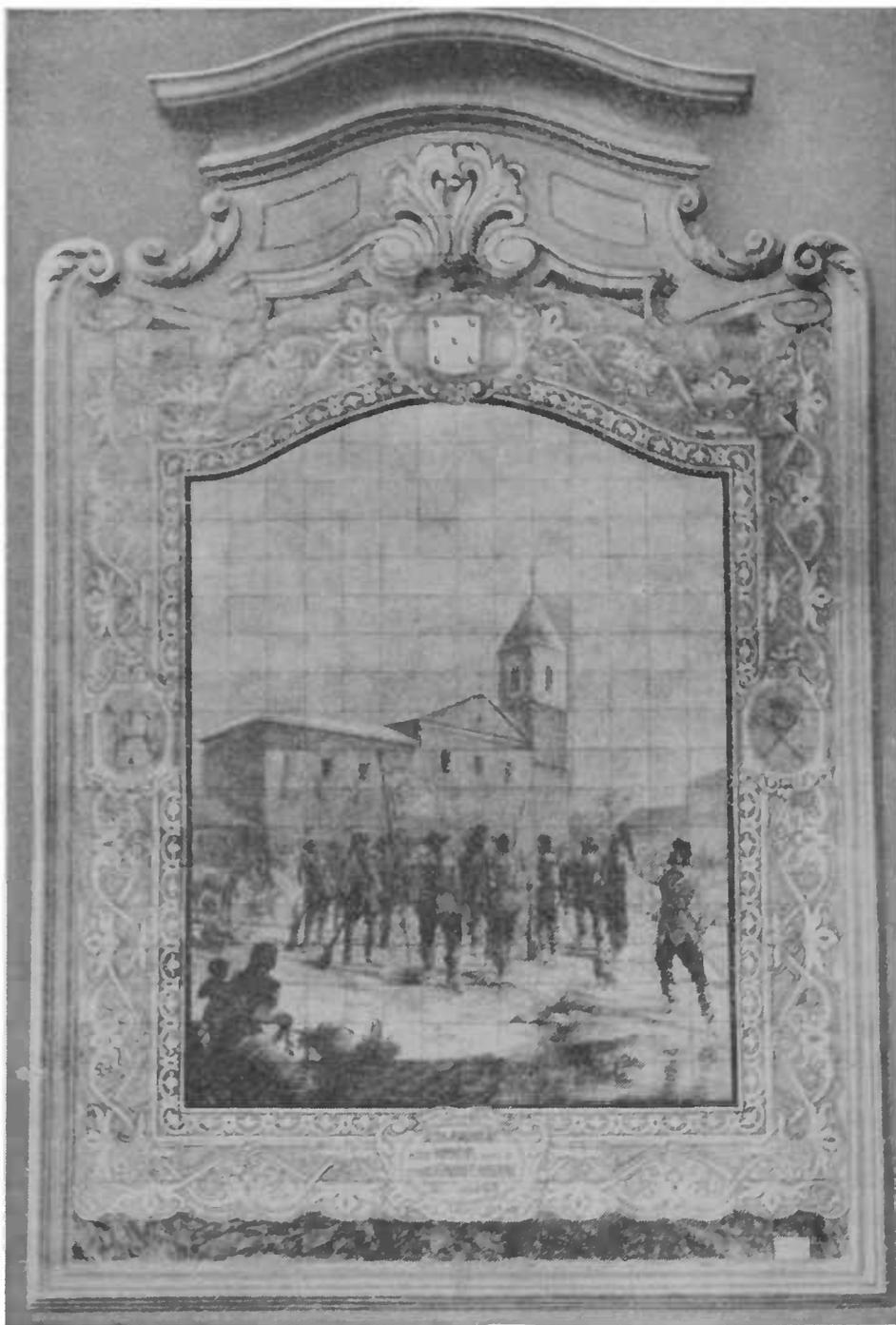
Mais de seis mil cruzados de seu patrimônio gastou Fernão Dias Pais, soma para a época enorme.

Vendeu todo o seu gado, o ouro e a prata de sua casa.

Parecia obcecado pela empresa. Sua jovem esposa, Maria Garcia Rodrigues Betim, então gravemente enferma, pedia-lhe lancinantemente que não partisse e ele lhe reiterava: "ainda que a deixasse a Santa União logo havia de partir".

A 21 de julho de 1674 arrancou de São Paulo. Levava quarenta homens brancos, além de seu filho primogênito, Garcia Rodrigues Pais, e o mais brilhante estado maior onde figuravam sertanistas do maior prol, como Manuel de Borba Gato, seu genro, Matias Cardoso de Almeida, Antônio Gonçalves Figueira, Francisco Pires Ribeiro. Quanto ao número de índios não se sabe qual haja sido. Certamente muito considerável.

Sobre o itinerário da grande bandeira não há documentação precisa. Entre as diversas hipóteses a tal respeito formuladas, destacam-se as de Derby, Calógeras e B. de Magalhães.



Partida da bandeira de Fernão Dias Pais.  
*Painel de Antônio Luís Gagni no Ginsio Fernão Dias Pais em São Paulo.*

Mas pouco há que não seja conjectural em tais interpretações de dados escassos e indefinidos. O que subsiste vem a ser a situação de uns tantos pontos onde o bandeirante acampou como São Pedro de Paraopeba e o Sumidouro. Nem se sabe por onde marchou a bandeira ao partir de São Paulo, se o fez pelo norte paulista em direção à garganta do Embaú ou se por Atibaia. É de se notar, porém, que a Câmara de Taubaté numa atestação de 1681 logo após a morte do home-ríada não haja mencionado a sua passagem pela sua vila de São Francisco das Chagas.

Oito anos peregrinou Fernão Dias Pais pelo território mineiro em marchas e contra marchas, pelos vales do São Francisco, do Pardo e do Jequitinhonha.

Perdeu muitos componentes brancos da bandeira, parentes e amigos, e grande quantidade de seus índios, quer em combates com o gentio, quer das moléstias do Sertão.

Viu-se exausto de recursos materiais mas o ânimo jamais se lhe exinaniu.

Fêz com que sua mulher vendesse as jóias próprias e as das filhas a fim de poder adquirir armas, munições e outros recursos.

Mostrou-se inflexível na pertinácia do intento como se o inspirassem os exemplos de Colombo e de Fernão de Magalhães.

Nada o abateu. Viu diversos dos seus principais companheiros desertarem, como Matias Cardoso, e os capelães da bandeira, descobriu uma conspiração urdida por um seu filho bastardo para o matar e não hesitou em executar o conspirador.

Reduzido à companhia do filho, do genro e mais alguns fiéis, continuou no incessante e penosíssimo jornadas até se lhe depararem, nos cerros de Itacambira, abundantes pedras verdes, que tomou como esmeraldas, quando eram turmalinas.

Em 1678 recebera uma missiva do Príncipe noticiando-lhe a comissão dada a Castel Blanco. Pedia o Regente que prestasse tôda a assistência ao Administrador-Geral.

Mas os anos passaram sem que o espanhol aparecesse.

Atingido pelo impudismo que lhe roubara muita gente, faleceu Fernão Dias Pais em lugar incerto, depois de 27 de março e antes de 26 de junho de 1681.

É de crer que tenha morrido perto da barranca do Rio das Velhas.

A seus despojos fêz o piedoso filho "embalsamar" à moda bandeirante, conforme já referimos tratando de Antônio Castanho e de seus filhos. Afirma-o Pedro Taques, aliás seu sobrinho bisneto, formalmente, em três tópicos da *Nobiliarchia* e da *Informação Sôbre as Minas*. E os documentos se acumulam confirmando a asserção do linhagista.

Naufragaram os seus despojos numa canoa que remontava o Rio das Velhas mas Garcia Rodrigues conseguiu salvá-los das águas.

Em piedosa romaria os conduziu a São Paulo onde se inumaram na capela-mor da igreja abacial de São Bento, talvez por novembro ou dezembro de 1681.

A 30 d'êste último mês já fôra sepultado ali, consoante os documentos beneditinos.

Enorme impressão causou Fernão Dias Pais aos contemporâneos. Seus feitos tiveram logo a consagração de um epos do qual só se conhecem as quatro estâncias transcritas por Cláudio Manuel da Costa em sua *Vila Rica*. Tal poema passa por ser da lavra de um Diogo Garção (ou Grasson) Tinoco que não se sabe quem haja sido. Fala Pedro Taques de outro poeta, celebrador igualmente das glórias do Governador das Esmeraldas, um Domingos Cardoso Coutinho, acêrca do qual pensa Américo de Moura haja assinado o poema com o pseudônimo de Diogo Tinoco.

Deixara Fernão Dias Pais a família arruinada e seu irmão, o Padre João Leite da Silva, promoveu uma atestação de seus serviços a fim de a apresentar a D. Pedro II a quem se pedia a remuneração dos esforços de tão extraordinário vassalo, em benefício de sua espôsa e filhos. Êste inquérito processou-se em São Paulo e nêle depuseram as Câmaras de São Paulo, Parnaíba, Taubaté, São Vicente, Santos, o abade de São Bento, o Reitor do Colégio de São Paulo, autoridades eclesiásticas, civis, militares, pessoas de alta posição. Nêle ocorrem numerosos pormenores preciosos para a biografia do homeriada.

Se da sua jornada heróica nada de útil resultara, imediatamente, do seu périplo angustioso de oito anos decorreriam conseqüências da maior valia.

Em abril de 1678, provàvelmente, chegou D. Rodrigo de Castel Blanco ao Rio de Janeiro. Vinha em companhia de seu cunhado, o Tenente-General Jorge Soares de Macedo, do mineiro João Álvares Coutinho e outros auxiliares, além de uma escolta de 50 soldados.

No Rio recebeu dinheiro, armas, munições e abundante ferramenta. Só em novembro seguinte, porém, partiu para o Sul. Visitou os lugares do litoral paulista onde havia faisqueiras, Iguape e Cananéia e foi ter a Paranaguá saindo de Santos em fevereiro de 1679 com cento e vinte e três índios de comboio.

Em Paranaguá todos os seus exames foram negativos. Passou a Curitiba onde também nada encontrou, além das pequeninas bôlsas auríferas já conhecidas.

No planalto curitibano pouco se demorou. Desiludido resolveu partir para São Paulo a intentar a jornada aos sertões de Sabarabuçu a fim de se reunir a Fernão Dias Pais.

Em meados de junho de 1680 entrou em São Paulo onde a 2 de julho presidiu uma assembléia a que compareceram os camaristas e muitos sertanistas, vários dos quais eminentes como Matias Cardoso, Brás de Arzão, Jerônimo de Camargo.

Foi o escopo de tal reunião "assentar com acêrto o mais útil e conveniente para a função (sic) de Sabarabuçu"

Muito desconfiavam os paulistas dos atos do Administrador-Geral e com muita má vontade a Câmara e os particulares atenderam às suas requisições de índios e mantimentos. Enquanto isto inspecionava êle as faisqueiras do Jaraguá e da Vuturuna.



**Maria G. Rodrigues Betim, mulher de Fernão Dias Pais, entrega suas jóias e as de suas filhas a fim de angariar recursos para a jornada de seu marido.**  
*Painel de Antônio Luís Gagni no Ginásio Estadual Fernão Dias Pais, em São Paulo.*

Debalde reclamava contra as delongas da entrega dos índios e dos mantimentos em veementes representações à Câmara. Alegava esta que da sua primeira leva de índios paulistanos, apenas haviam regressado nove dos trezentos partidos para Paranaguá!

Sabotador da expedição mostrava-se o seu próprio técnico João Alvares Coutinho! Afinal pôde D. Rodrigo encetar a jornada em fins de março ou princípios de abril de 1681.

Por Atibaia penetrou no atual sul mineiro. Mas à sua coluna abandonaram logo muitos desertores.

Assim só nos primeiros dias de junho o desastrado Administrador-Geral chegou a São Pedro do Paraopeba, antigo arraial de Fernão Dias Pais.

A 26 de junho e nos “matos de Paraibipeva”, como escreve Pedro Taques, recebeu a mais inesperada e trágica notícia, a da morte de Fernão Dias Pais, comunicada por Garcia Rodrigues a lhe fazer público manifesto das decobertas paternas.

Nesta ocasião o filho do grande bandeirante entregou-lhe pequeno saco encerrando pedras verdes destinadas ao Príncipe Regente.

Remeteu o castelhano logo tal saquinho à Câmara de São Paulo pedindo-lhe que o enviasse a S. Alteza. Ao mesmo tempo requisitou mais índios pois muitos dos de seu comboio haviam fugido.

Motivou a chegada desta carta veemente protesto do Padre João Leite da Silva, endereçado à Câmara, em nome de sua cunhada e sobrinhas, mulher e filhos de Fernão Dias Pais.

Constava-lhe que D. Rodrigo intentava apossar-se das minas de esmeraldas descobertas pelo recém-falecido Governador.

Com a maior displicência atendeu a Câmara à solicitação de novos índios, fingindo mandar prender aos desertores.

Inesperadamente surgiu Garcia Rodrigues em São Paulo, talvez em meados de novembro. Vinha muito demorado explicando que estivera enfêrmo e assim como os seus índios, todos gravemente afetados pelas “carneiradas” vitimadoras de seu glorioso Pai, cujos despojos trazia para os sepultar em seu jazigo de São Bento.

A 11 de dezembro de 1681 exibiu à Câmara quarenta e sete pedras verdes grandes e pequenas, num total de pouco mais de uma libra (477 g) e ainda outras, agulhas finas, pedras miúdas e imperfeitas pesando cêrca de cinco vêzes mais.

Pretendia tudo levar ao Príncipe Regente.

Manteve-se D. Rodrigo no arraial de Sumidouro, que Garcia Rodrigues lhe entregara e onde havia fartas roças, plantadas por ordem de Fernão Dias Pais. Soube do protesto do Padre João Leite e, a 5 de janeiro de 1682, observava à Câmara: “O padre está muito enganado em fazer-me protesto de que eu tenho pela obrigação de fazer pela razão do meu pôsto”.

Declarou-se desanimado e sequioso de deixar a comissão. Já pedira ao Príncipe substituto. “Não posso com os embaraços desta terra!”, exclamava numa explosão sincera.



**Chegada dos restos mortais de Fernão Dias Pais ao seu jazigo de S. Bento em S. Paulo.**  
*Óleo de Joaquim da Rocha Ferreira.*

Continuou no Sumidouro contudo, naturalmente à espera do desejado substituto.

Grande impressão deve ter causado em São Paulo a divulgação da notícia, a 21 de outubro de 1682, de que fôra assassinado.

A 2 de novembro comunicava a Câmara o lutuoso fato ao Príncipe, contando-lhe que não tinha pormenores sôbre o delito nem sabia quem fôra o assassino.

Em novembro seguinte contava o governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, ao Príncipe, que o crime ocorrera a 28 de agosto. Fôra Castel Blanco vítima de uma tocaia numa estrada. Não se sabia ainda quem seriam os seus matadores.

Explicando o atentado, narra Pedro Taques que perecera por ter sido atirado de uma cata abaixo por Manuel de Borba Gato com quem altercara, sobrevivendo-lhe a morte desta queda.

Exprobrara o genro de Fernão Dias Pais a inação e inércia do Administrador que se mantinha no Sumidouro, a divertir-se em caçadas, quando a sua expedição já tanto dinheiro consumira da real fazenda.

Outra versão corre do crime: Vendo seu amo altercar com D. Rodrigo dois pajens de Borba Gato o haviam prostrado a tiros. Tal o relato de Bento Fernandes Furtado de Mendonça.

Não se sabe o que ocorreu após a morte de Castel Blanco. Conta Bento Fernandes que o seu séquito sofreu hostilidades por parte dos moradores do Sumidouro. Outra versão consigna que a escolta do espanhol pretendeu vingar a morte do seu chefe. Tudo isto até agora está muito nebuloso. O que se sabe de positivo é que Manuel de Borba homiziou-se por longos anos no Sertão receoso certamente de alguma punição grave por haver assassinado tão alto delegado régio.

Sôbre o assassinio do castelhano escreveu Diogo de Vasconcelos uma série de pormenores não abonados pela documentação.

Poupou a morte ao pobre Administrador-Geral o grande dissabor de tomar conhecimento da decisão régia de 23 de dezembro de 1682 pela qual D. Pedro II mandava que se recolhesse ao Reino "por se ter gastado considerável fazenda na averiguação das minas e sem nenhum proveito" (1).

---

(1) Encontram-se as referências documentais a este capítulo no tomo sexta da **História Geral das Bandeiras Paulistas**.

## CAPÍTULO XXV

---

### *Alargamento da área das bandeiras. A conquista do Nordeste.*

No último têrço do século XVII tomou a área das operações das bandeiras o mais notável vulto, quer para oeste, quer para o sul e o norte.

Haviam as colunas de Estêvão Ribeiro Baião Parente, Brás Rodrigues de Arzão e João Amaro Maciel Parente esmagado os tapuias da Bahia e Domingos Jorge Velho implantara-se no Piauí.

Havia, porém, um bloco de terras habitado por indomáveis e vultosas tribos: o Nordeste brasileiro. Furiosamente resistiram elas ao avanço da conquista branca.

Aos paulistas envolvia, em todo o Brasil e em tôda a monarquia, a reputação de que ninguém os igualava como mateiros, desbravadores de terras e dominadores do gentio.

De suas caminhadas, já em 1643, dizia Montoya a Filipe IV: "Andan a pie y descalzos como por las calles de Madrid. Y caminan por tierras y valles sin ningun estorbo, trescientas y quatrocientas leguas con regalo"

Na conquista do Nordeste haveriam os grandes cabos da tropa de São Paulo de assumir o mais notável destaque. Real relêvo igualmente conquistaria o grande sertanista e latifundiário baiano o segundo Francisco Dias de Ávila, homem de ferro como os seus êmulos do Sul, bravo como qualquer dos vultos da era merovíngia tão bem evocados nas páginas célebres de Agostinho Thierry, e integrado na fase cruel da devassa do sertão.

Da região a leste do São Francisco haviam os tapuias sido varridos por Baião, Arzão e João Amaro. Mais tarde acabara destroçando-os o valente e capaz Domingos Rodrigues de Carvalho, o bravo sargentomor do têrço a que comandava Ávila.

O interior das terras nordestinas ocupavam-no muitas tribos designadas sob a denominação genérica de Cariris. Dominavam larga área distribuída pelos territórios atuais da Bahia, Pernambuco, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Iam do Paraguaçu, na Bahia, ao Itapicuru, no Maranhão, no pensar de Capistrano.

De todos êstes tapuias distribuídos por numerosas tribos, os mais célebres parecem ter sido os janduins que os cronistas apontam como terríveis e ferozes adversários dos conquistadores.

Já em 1662 expedira a rainha D. Luísa, regente em nome de D. Afonso VI, uma carta régia sôbre a guerra que se deveria fazer aos

“bárbaros janduius” do sertão da capitania de Paraíba, à vista das informações recebidas do Capitão-Mor paraibano Matias de Albuquerque Maranhão.

Dos tapuias nordestinos dizia esta autoridade, valorosos como eram, facilímo seria que se convertessem em novos araucanos como os das índias de Castela.

Convinha recordar quanto andavam exasperados pela lembrança das extraordinárias violências sobre eles exercidas por João Fernandes Vieira durante o seu govêrno na Paraíba (1655-1657).

Ninguém ignora quanto custou aos primeiros portugueses do Brasil a conquista da Paraíba em fins do século XVI.

Oitenta anos após a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves começaram, no dizer de Irineu Joffily, os primeiros contatos com os Cariris localizados a 50 léguas a oeste da capital paraibana.

Na posse da hinterlândia da Paraíba destacaram-se diversos cabos de tropa da família dos Oliveira Ledo dos quais o mais notável parece ter sido Teodósio de Oliveira Ledo.

Pensamos com Basílio de Magalhães que a conquista do Nordeste não se deveu à ânsia do ouro ou da preia dos índios e sim ao alargamento da zona de criação. Realizou-se em geral da hinterlândia para a costa e suas figuras primaciais foram Francisco Dias d’Ávila, Domingos Afonso Sertão e Domingos Jorge Velho.

No rol destes conquistadores devem figurar mais alguns nomes de muito considerável relêvo como os de Matias Cardoso de Almeida e Manuel Álvares de Moraes Navarro.

De Domingos Jorge Velho disse Studart “na vida animadíssima, cheia de lances trágicos do bandeirante, ao sertanista dominam a cupidez, a tenacidade, o estoicismo, a sagacidade, o descaso da morte e estas qualidades caracterizam Domingos Jorge”.

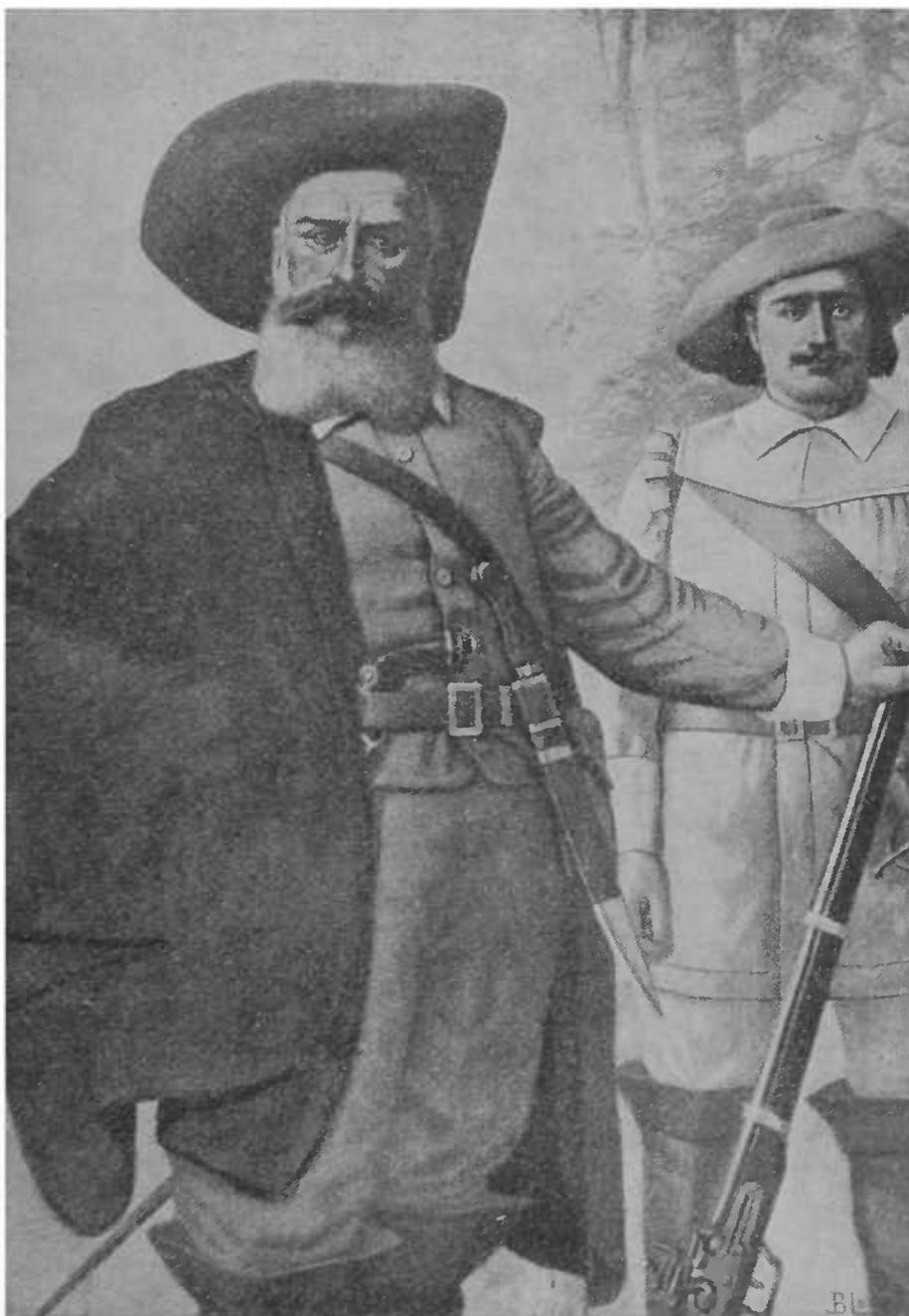
Acrescenta ainda o eminente historiador cearense: “Na história da conquista mais merecem os que correram mil perigos e às aventuras se entregaram do que os possuidores de 250 léguas de testada na margem pernambucana do São Francisco”.

Em 1677 a Junta Trina sucessora do Visconde de Barbacena reclamava novos socorros paulistas ante a investida dos Anaiós, terríveis bárbaros, que, aliás, já haviam destroçado bandeiras de São Paulo a cujos componentes tinham exterminado.

Pôs-se em campanha novamente o bravo Domingos Rodrigues de Carvalho e acudiram paulistas ao apêlo do Govêrno-Geral.

Surgiram Domingos e Bernardo de Freitas Azevedo, bandeirantes obscuros, talvez pai e filho ou irmãos. E com eles Antônio Coutinho ainda mais obscuro. Domingos que recebera a patente de Capitão-Mor foi completamente batido pelas nações bárbaras com as quais pelejara e refugiou-se no litoral onde veio a morrer.

Também nada se sabe do que haja feito certo Francisco de Chaves Leme que surgiu na Bahia com uma tropa de brancos e índios de São Paulo.



Domingos Jorge Velho.  
*Óleo de Benedito Calixto — Galeria do Museu Paulista.*

No dizer de Borges de Barros em *Bandeirantes e sertanistas baianos*, a chamada confederação dos Cariris, tapuias premidos pela expansão portuguesa, e entre os quais existiam muitos negros aquilombados, compreendia tribos localizadas sobretudo no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba. Muito menos em Pernambuco, Alagoas e Bahia.

Perto de vinte anos durariam as campanhas de sua repressão, a longa, porfiada e cruelíssima *Guerra dos Bárbaros*, cujas principais ações parecem ter ocorrido nos vales do Açu e do Jaguaribe. Guerra índia a mais séria talvez ocorrida no Brasil.

Dentre 1682 e 1684 denuncia a documentação graves movimentos entre os tapuias do Rio Grande do Norte e do Ceará.

Em 1683 tomou tal ofensiva alarmantes proporções. Quatro anos mais tarde obrigaria a uma campanha em regra na qual o Governo-Geral empenharia grandes forças.

Da Bahia e a 17 de junho de 1687 recomendava Matias da Cunha, Governador-Geral, ao Capitão-General de Pernambuco que socorresse o Rio Grande do Norte com todo o poderio bélico de que dispusesse. Os índios revoltados já haviam assassinado muito numerosos colonos, morto dezenas de milhares de bois e coberto o território de ruínas, ameaçando a própria capital.

Tão assustados estavam os colonos que a Câmara de Natal despachara à Bahia uma missão especial de seus oficiais pedindo a instante remessa de socorros. Já numerosas famílias da hinterlândia procuravam abandonar as suas fazendas, ante a extensão da guerra. O principal foco da sublevação era o vale do Piranhas.

Preparava-se uma coluna de setecentos homens para repelir os índios mas as dificuldades de dinheiro, a penúria dos arsenais régios e os entraves de uma administração ronceira reduziram e diminuíram muito a eficiência desta expedição comandada pelo capitão-mor Manuel de Abreu Soares. Devia operar em conjunção com a tropa do coronel Antônio de Albuquerque Câmara.

Este oficial, depois de encontrar vultosas ruínas decorrentes da invasão, derrotou os rebeldes e recolheu-se à casa forte que construira no Açu. Mas não tardaria que a sua situação ali se tornasse insustentável. Fôra seu arraial sitiado pelos tapuias, sofrendo diversos assaltos repelidos a muito custo.

À vista do ocorrido, resolveu Matias da Cunha apelar para dois sertanistas de São Paulo cobertos do maior prestígio: Matias Cardoso de Almeida e Domingos Jorge Velho.

O recente êxito das campanhas de Baião e Arzão davam-lhe esperanças de que os dois bandeirantes reduzissem à impotência os tapuias.

Neste sentido comunicou-se Matias da Cunha com a Câmara de São Paulo e declarou-lhe que ao seu ver "só o grande valor e experiência dos paulistas poderiam ali conseguir o mesmo fim que com tanta glória haviam alcançado das nações que tiranizavam a Bahia".

Assim pedia-lhe com a maior instância que fizesse serviço a Sua Majestade esforçando-se em favor da recruta do tão desejado socorro.

Enquanto isto reforçava o solícito governador as guarnições de Natal e Fortaleza, pois no Ceará também se receava o levante dos indígenas e os costumeiros ataques de flibusteiros no litoral.

Ao Coronel Albuquerque Câmara não tardaria Matias da Cunha em dar a notícia alvissareira de que brevemente receberia a cooperação de um paulista Governador das armas à testa de uma bandeira de trezentos homens. Assim também ordenou que Domingos Jorge Velho e seu lugar-tenente André Pinto deixassem de marchar sobre os quilombos dos Palmares, rumando para o Açu com seiscentos homens dispostos em duas colunas.

Em princípios de junho de 1688, jubiloso anunciava Matias que os paulistas haviam chegado ao rio das Piranhas. Sabia-se da grande vitória de Domingos Jorge e de um revés das armas reais, havendo certo capitão Antônio Pinto sido desbaratado pelos índios. Pouco depois, de outro fracasso do próprio Antônio de Albuquerque.

Ia Abreu Soares, aliás octogenário, entrar de novo em campanha com duzentos infantes brancos e quinhentos índios. Devia socorrer Domingos Jorge cuja situação era arriscada. Assim o “merecia tanto o seu valor como se devia ao seu perigo”.

Sofreu Abreu Soares revés assaz considerável, o que lhe valeu por parte do Governador-Geral reparos pouco generosos para com o velho e bravo cabo de guerra. “Mais esperava do antigo valor dos pernambucanos”. Cria que a emulação dos paulistas os faria daí por diante mais vitoriosos do que eles.

Outras e más notícias vinham chegando. Também fôra Albuquerque Câmara batido e o revés de Abreu Soares anunciava-se terrível. Seus seiscentos soldados brancos estavam reduzidos a duzentos!

Prevenia Domingos Jorge Velho que os tapuias dispunham de muitas armas de fogo. Sabia-se que marujos estrangeiros entravam pelo rio Açu a dentro. Com eles comerciavam. Eram-lhes os fornecedores de espingardas e munições.

A vista do ocorrido, resolveu Matias da Cunha passar a Domingos Jorge a patente de “Governador da gente da conquista dos Bárbaros do Ryo Grande” em consideração “a seu grande valor, experiência do gentio, prudência militar e mais qualidades nêle concorrentes além da modéstia com que, sem falar de sua pessoa, procurava a honra dos seus oficiais”

Fôra a sua vitória estrondosa, queimara as principais aldeias jan- duins, degolara tôda a nação nelas existente e durante quatro dias e quatro noites pelejara sempre em fogo vivo, pois os contrários traziam muitas armas desta qualidade além dos sem-números (sic) arcos e setas. Se não conseguira triunfo maior devera-se isto ao fato de que se lhe esgotara a munição.

Inesperadamente abateu-se sobre o Brasil o terrível flagelo da *bicha*, surto de febre amarela que causou verdadeira hecatombe sobretudo entre a população branca. A 24 de outubro de 1688 sucumbia Matias da Cunha vítima da epidemia.

Assumi o Governo-Geral do Brasil o enérgico arcebispo da Bahia, D. Frei Manuel da Ressurreição, que *in totum* seguiu a política do antecessor.

Recorreu à Câmara de São Paulo pedindo-lhe que fizesse seguir pelo Sertão do São Francisco outro socorro. Também se esperava uma coluna cearense, comandada por um sargento-mor de muito valor com quatrocentos tapuias fiéis e bravos.

Estava Domingos Jorge Velho imobilizado no Açu por falta de munições.

A Abreu Soares também exprobrou o Prelado sua derrota, devido à indisciplina, vaidade, inépcia e desídia!

A sua soldadesca, vivendo inteiramente sem sujeição, causava enorme dano aos colonos, cujas reses matava por mera e inútil crueldade.

Tratasse de introduzir a ordem em sua tropa e averiguar como é que os bárbaros dispunham de tanta pólvora já que não a fabricavam!

Depositava o Prelado a maior confiança no êxito das operações dos paulistas. A Câmara de São Paulo escrevia a 16 de junho de 1690 que as gentes pernambucanas enviadas a combater os Bárbaros muito tinham naquela campanha perdido o grande renome outrora conquistado em sua pugna com os holandeses. Aos paulistas coubera a glória de terminar a luta com os índios baianos, velha de quarenta anos. Tudo prenunciava que novos louros lhes estavam reservados no Nordeste.

Esta nova empresa, além de tudo, merecera a sanção régia. Não precisariam os paulistas, mais uma vez, desobedecer às leis de Sua Majestade “para procurar e obter o seu remédio” como useiros e vezeiros eram.

E depois de obterem o triunfo sobre os tapuias que mina opulentíssima lhes estava reservada com a expugnação dos Palmares!

Talvez umas três dezenas de milhares de negros da Guiné a serem reescravizados!

Assim pedia a indicação de um grande sertanista para se pôr à frente da campanha a quem se concederia a patente de Mestre de campo Governador, com absoluta autonomia de comando.

A Câmara, o Vigário Albernaz, o Capitão-Mor da capitania de São Vicente, unânimes indicaram Matias Cardoso a quem o Arcebispo escreveu imediatamente fazendo-lhe o convite neste sentido.

Já estabelecido à margem do São Francisco, no Norte Mineiro atual, outrora chamado Currais da Bahia, fôra Matias a São Paulo buscar elementos para a sua povoação recente.

Em carta fêz-lhe o Arcebispo os maiores elogios. Pediu-lhe que se pusesse em marcha, imediatamente. Mandara reforçar os efetivos de Domingos Jorge Velho e de Antônio de Albuquerque mas era tão superior o poderio dos Bárbaros que sem o concurso paulista não poderia ser vencido.

Havia nesta ocasião movimentos hostis de aimorés na Capitania de Ilhéus e o paulista André Furtado ofereceu-se ao Arcebispo para a livrar destes agressores, mediante a paga de cinco mil cruzados. Foi



recusada a proposta, declarando D. Frei Manuel que os Ilhéus vendidos não corresponderiam a tão excessiva quantia.

Aos dois chefes do Rio Grande do Norte escreveu o Prelado recomendando-lhes que lhes impedissem os seus soldados de oprimir os moradores, mantendo a mais rigorosa disciplina.

Com o maior cuidado apurassem o caso do aprovisionamento de armas de fogo e munições aos índios. Estava inclinado a crer que os fornecedores destes elementos fôsem maus portugueses que deveriam ser castigados exemplarmente.

Seriam as tropas reais brevemente reforçadas por contingentes das margens do São Francisco, de índios fiéis, a quem comandaria Francisco Dias de Ávila.

Partiu Matias Cardoso de São Paulo com vultosa tropa “em marcha por mais de 500 léguas de Sertão”. Mas como julgasse seu trôço ainda insuficiente, encarregou João Amaro Maciel Parente de organizar segunda leva destinada a lhe seguir os passos no menor prazo possível.

Sertanistas notáveis o acompanhavam, como Antônio Gonçalves Figueira, que mais tarde tanto se destacaria, seu irmão Manuel Cardoso e João Pires de Brito.

Em fevereiro de 1689 escrevia o Arcebispo ao capitão-mor de Penedo, Pedro Aranha Pacheco que envidasse todos os esforços no sentido de angariar em seu distrito mantimentos para as fôrças em campanha. O socorro organizado pelo Coronel André Pinto Correia não se movia! A esperança era que os paulistas chegassem logo. Do Rio de Janeiro preveniam que já uma coluna se pusera em marcha.

E como certos indivíduos promettessem também tomar armas contra os tapuias, mediante a concessão de patentes, como as outorgadas aos paulistas, àsperamente os desenganou D. Frei Manuel a dizer “Se as concedi aos paulistas foi por aquêles incomparável serviço que fizeram a Sua Majestade em vir à sua custa, tantas centenas de léguas por êsses sertões, em muitas partes estéreis, sem água e sem nenhum gênero de caça, sustentando-se de raízes para a emprêsa dos Palmares, tão invençíveis aos pernambucanos”.

Ao menor aceno de uma ordem do Gôverno-Geral haviam deixado a sua conveniência e “voltaram as armas à guerra do Rio Grande com cujos bárbaros pelejaram tantas vêzes, fazendo vitoriosas as armas de Sua Majestade a tempos que tão oprimidas estavam das hostilidades inimigas. E bastara o seu valor e fama para os Bárbaros perderem a insolência e tomar a guerra outro semblante”

Acaso êstes candidatos a patentes de Sua Majestade “aquêles sujeitos” “tão mimosos” pretenderiam confronto com os sertanistas do Sul? Que dizer por exemplo do contrato de um André Pinto Correia, aliás coronel comandante de um contingente, tão incapaz do pôsto e a quem saberia castigar como merecia sê-lo?

Muito mal iam as coisas no Rio Grande do Norte onde a Câmara de Natal movia forte oposição ao capitão-mor Agostinho César de Andrade e a Domingos Jorge Velho.

Verberou o Arcebispo o procedimento dos camaristas cujo fito único, em tão áspera conjuntura, era apossarem-se de índios entregues à guarda de religiosos pelo cabo de tropa paulista. Assim os intimou a repor nas aldeias, e quanto antes, as peças indèbitamente delas subtraídas. E isto sob pena de grave castigo.

Ao capitão-mor ironizava o Prelado a propósito de suas anunciadas vantagens militares, a seu ver insignificantes.

Pouco depois à Bahia chegava a mais auspiciosa notícia, a de grande vitória de Domingos Jorge. Matara centenas de tapuias, motivo pelo qual o Arcebispo lhe apresentou parabéns.

Muito se queixava o bandeirante do atraso da Fazenda Real em pagar os soldos da sua gente. Explicou-lhe o Prelado quanto era extrema a penúria dos cofres reais. Tivesse paciência que tudo precisa e lisamente se liquidaria.

Chegara Matias Cardoso e D. Frei Manuel retirou os comandos a todos os chefes em campanha no Nordeste para lhos atribuir. Exceção apenas fêz quanto a Domingos Jorge. Tôda a tropa, de linha, miliciana e a dos pretos (Henriques) teve ordem de se recolher aos respectivos presídios.

Numa espécie de manifesto, um “alvará de reformação”, explicou o Arcebispo os motivos de tal resolução. Declarou que por completo fracassara o primitivo plano de campanha. Não bastava manter guarnições em pontos fortificados. Tornara-se indispensável levar a guerra às aldeias índias. Deveriam elas ser arrasadas e queimadas. Só assim se conseguiria a submissão dos tapuias. Havia portanto um único caminho a seguir: entregar aos paulistas as operações.

A Câmara Coutinho, governador de Pernambuco, escrevia D. Frei Manuel: “Para êste gênero de guerra nem a infantaria paga (tropa de linha) nem a de ordenança se achou nunca capaz”.

Provara-o cabalmente a luta contra os indígenas baianos. O único recurso viável era o apêlo aos paulistas, “gente acostumada a penetrar sertões e tolerar as fomes, sêdes e inclemências dos climas e dos tempos, de que não têm uso algum os infantes, nem os milicianos a que falta aquela disciplina e constância”.

A 8 de outubro de 1690 era D. Frei Manuel da Ressurreição substituído no Govêrno-Geral do Brasil por Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho. O novo governador, homem sobremaneira inteligente, tratou de promover a maior harmonia entre os dois grandes chefes paulistas. Procurou deslocar a área das operações de Matias Cardoso para o Ceará no vale do Jaguaribe, o que conseguiu.

Do Jaguaribe representou-lhe Matias Cardoso, a 13 de julho de 1692 que a sua tropa se encontrava em penosa situação. Precisava de refôrço de soldados índios e pretos e de munição, além de pano pois a sua gente vivia seminua.

Continuava a Fazenda Real a praticar a impontualidade absoluta a que se acostumara. Nada lhe fornecia. Reinava a discórdia no seu acampamento. Revoltado contra tal estado de coisas resolvera João

Amaro abandonar a coluna. Acompanhavam-no bastantes bandeirantes. E, no entanto, calculava o Tenente-General em dois anos o prazo mínimo para a conclusão da campanha.

Arrastando-se as operações como se prolongavam, nem num decênio estariam concluídas. Imenso trabalho lhe dava para impedir que os seus sertanistas saíssem da forma. Sentia a sua capacidade persuasiva esgotada e ante tal situação muito se inclinava a abandonar a luta recolhendo-se às suas fazendas dos Currais da Bahia.

Assustado, exortou-o Câmara Coutinho a que tal não fizesse. Não deixasse de considerar que todo o Brasil atravessava tremenda crise financeira pela carência do meio circulante e a baixa do açúcar. Felizmente ocorrera a submissão de um grande chefe o tuxaua ou principal dos Jaguaribaras, graças à intervenção de um João Pais Florião, que entre os janduins vivia, tendo como mulher uma filha de Nhongugê, cunhado de Canindé, o mais prestigioso morubixaba inimigo, a quem chamavam rei dos Janduins.

Até hoje não foi identificado êste Florião, ignorando-se se seria baiano ou paulista. Assinou então um ajuste de paz, pelo qual os índios se submetiam, interessantíssimo documento, único no seu gênero, no Brasil: um tratado de pazes entre duas majestades: a do Sr. D. Pedro II, rei de Portugal e a de Canindé, rei dos Janduins.

As tribos que não se resignaram a depor as armas continuou Matias Cardoso a combater e desbaratar.

A 22 de maio de 1694 sucedeu D. João de Lencastre a Câmara Coutinho no Governo-Geral do Brasil.

Apressou-se em dar a Matias Cardoso arras de estima e confiança em seus serviços.

Assim no Rio Grande do Norte colocou como capitão-mor a Agostinho César de Andrade, seu grande partidário e publicou os mais rasgados elogios ao valor dos paulistas e à capacidade do seu grande mestre de campo, a quem secundava Manuel Álvares de Moraes Navarro.

Aconselhou-o a que acima de tudo intentasse a pacificação geral dos índios.

Curiosíssima carta de Moraes Navarro a D. João de Lencastre, datada de 26 de julho de 1694 apresenta-se cheia dos conselhos de sua experiência daquela guerra e daquelas paragens nordestinas. E ao mesmo tempo acha-se referta de curiosos pormenores.

Informava que os fortins projetados nas Piranhas, Açu e Jaguaribe só poderiam receber provisões das afastadas bases, dada a esterilidade das terras circunvizinhas.

Em cada qual era necessário haver pelo menos cento e cinqüenta homens de guarnição.

Adversários temíveis eram os índios nordestinos, unindo a extraordinária bravura singular astúcia. Mostravam-se irredutíveis. Para tão difícil comissão como a de os reduzir o mais indicado cabo de tropa vinha a ser Matias Cardoso.

Lembrou-lhe os serviços como lugar-tenente de Fernão Dias Pais a quem acompanhara à testa de cento e vinte escravos seus; travando numerosos combates com o gentio e, certa vez, verdadeira batalha da qual fôra o triunfador.

A D. Rodrigo de Castel Branco dera a mais eficiente assistência “com particular desvêlo em tôdas obrigações”. Tal a sua reputação que Antônio de Sousa Meneses, o Governador-Geral do Brasil de 1682 a 1684 lhe outorgara faculdades para administrar tôdas as aldeias que reduzisse desde Pôrto Seguro até o rio S. Francisco.

Trouxera Matias Cardoso, de S. Paulo dois lugares-tenentes de alta capacidade, um, já muito afamado pelos serviços de guerra, João Amaro Maciel Parente e outro que ia dentro em breve adquirir notável fama, Manuel Álvares de Moraes Navarro.

Passara-lhes o Arcebispo as patentes de capitão-mor e sargento-mor “para a conquista dos Bárbaros do Rio Grande”, assim como a de Coronel de tôda a gente de armas, comandada por Domingos Jorge Velho, a Antônio Cubas, seu irmão, que de S. Paulo viera reforçar-lhe a tropa à testa de cem homens brancos.

Declarara o Tenente-General serem absolutamente insuficientes, para a emprêsa a que pretendiam abalançar-se as fôrças reunidas a fim de se expugnar o grande quilombo dos Palmares. “Quer em poder de brancos quer no de índios” Ofereceu-se ao Arcebispo para levar a cabo a extinção da Tróia Negra mas fôra-lhe a proposta repelida pelo Prelado em têrmos categóricos e tom irritado. O Govêrno-Geral do Brasil, assegurou-lhe, manteria o seu ajuste com Domingos Jorge.

“Seria coisa mui injusta que, havendo êle vindo por terra com tanto trabalho e tendo depois o de assistência àquelas fronteiras, se lhe tirasse agora com menos crédito seu a ocasião para a qual viera buscá-lo e a utilidade que o trouxera das suas terras longinquas de Piauí ao litoral pernambucano.”

Concitou o Arcebispo a Matias Cardoso que ao seu êmulo se unisse a bem do serviço de Sua Majestade, soberano de ambos.

Eram ambos paulistas, tinham patentes equivalentes. Tudo os levava a uma cooperação a mais proveitosa.

Logo que liquidassem o poderio dos bárbaros conjugariam fôrças para a destruição de Palmares. Assim a um e outro inspirasse Deus para o maior bem e alívio das capitanias oprimidas pelas violências e hostilidades dos tapuias seus assoladores.

A 10 de novembro de 1690 alcançava Domingos Jorge Velho a grande vitória na qual saliente parte tomara um de seus melhores lugares-tenentes Cristóvão de Mendonça. E contemporaneamente sofreu Matias Cardoso grave revés. A sua coluna, num efetivo de quinhentos homens, foi por duas vêzes atacada e batida. Numa destas refregas correu o risco de total desbarato por esgotamento das munições. Precisarara apressadamente retirar-se para o Ceará Grande.

Apesar de tão mal provido de recursos, tivera de acudir, a marche-marche, em socorro de Natal, gravemente ameaçada de cair em poder

dos tapuias que acabavam de destroçar a coluna de Antônio de Albuquerque, aliás ferido em combate.

A Domingos Jorge Velho, aquartelado em Açú, pediam Albuquerque e o capitão-mor paraibano, Constantino de Oliveira Ledo, instantes socorros. Péssima era a sua situação, declaravam-lhe.

Ao Governo-Geral expendeu Morais Navarro, contemporaneamente, que ao seu ver só havia um recurso: a guerra a todo o transe aos tapuias "tiranos alevantados" até o seu extermínio que devia abranger aos traidores pregoeiros da impossível pacificação dos índios. Se eles acaso conseguissem o que viviam a assoalhar comprometia-se êle, Navarro, a entregar o pescoço ao cutelo de um algoz.

Tornara-se péssima pois a situação militar dos brancos. Viviam os intrigantes e malévolos a espalhar que a retirada de Matias Cardoso para o Ceará se devera ao temor que cobrara dos tapuias quando a isto o forçava a absoluta penúria de recursos após cinco anos de privações sofridas por êle e sua gente, a quem nada se pagara de soldos.

Ardilosos se mostravam os índios. Em certa ocasião grande magote seu na iminência de ser envolvido por Domingos Jorge procurara abrigo na aldeia de Guararaí administrada pelos jesuítas. Cercara-a o mestre de campo e os padres tiveram de entregar os refugiados. Forçara o Governo-Geral porém ao caudilho a restituição da prêsa ante as reclamações dos jesuítas a invocarem o direito de asilo.

Pois bem, relatava Morais Navarro ao Governo-Geral, a paga que aos inacianos haviam dado os seus homiziados fôra uma série de assassinatos, tropelias e atrocidades de tôda espécie, praticadas em detrimento de seus catecúmenos.

Depois de incendiarem Guararaí haviam marchado sôbre o Ceará-Mirim, tais malefícios obrando que os jesuítas espavoridos haviam implorado socorro a Matias Cardoso, lancinantemente.

Acudira êste a tôda pressa a tempo de impedir maiores males. Desbaratara os ingratos tapuias matando-lhes seiscentos homens. Ao mesmo tempo haviam êles sofrido de Cristóvão de Mendonça o castigo não menor.

Como poderiam os brancos ter contemplação com semelhante inimigo? indagava o cabo paulista.

Eram temíveis e ao mesmo tempo astuciosos e sagazes, perfeitos velhacos. Numerosos como fôlhas de árvores, saudosos de seus amigos holandeses, a quem tanto haviam servido contra os portuguezes. Sua única inferioridade provinha da deficiência do armamento de fogo.

Só havia um meio de debelar semelhante e poderoso inimigo, afirmava Morais Navarro, peremptório. Teria o Governo-Geral de manter em campanha uma coluna paulista, de pelo menos quatrocentos paulistas, perfeitamente armados e profusamente municidados, a quem comandasse um cabo prático da guerra dos sertões.

Também era indispensável que à testa do gentio fiel ribeiriinho do rio de S. Francisco, do Ceará Grande, Paraíba — Rio Grande fôsse

pôsto um chefe valoroso e capaz, em condições de mobilizar a sua gente com a maior rapidez.

Tomadas tais providências estaria o Nordeste em condições de se defender.

Depois de alegar que fizera uma jornada de 220 léguas para acertar medidas com o Govêrno-Geral, declarava Morais Navarro que até aquele dia, 26 de julho de 1694, a Real Fazenda não lhe dera um centil daquilo que lhe prometera mas, que tal impontualidade não o fazia esmorecer no serviço de Sua Majestade.

Divulgara-se entrementes que Matias Cardoso sofrera grave revés no Ceará, sendo batida uma coluna sua, composta de cento e oitenta homens. Na refrega morrera-lhe um filho e êle próprio recebera ferimentos.



## CAPÍTULO XXVI

---

*A longa duração da Guerra dos Bárbaros.*

*Retirada de Matias Cardoso.*

*A campanha de Morais Navarro.*

*Processo movido a este cabo de tropa.*

**D**urante os anos da campanha entre paulistas e tapuias foi a mais dura a situação dos colonos do Rio Grande do Norte provocando grande êxodo dos moradores.

Havia insegurança, não só por parte do gentio como por motivo de tropelias das tropas que o continham, representava a Câmara de Natal a D. Pedro II. Mandou este ao Governador-Geral que responsabilizasse Matias Cardoso pelas violências de sua gente. E este, indignado com a repreensão do soberano, que o deixava à míngua de recursos, resolveu retirar-se para suas terras dos Currais da Bahia.

Os destacamentos vindos de Pernambuco reduziram-se pela deserção e momento houve em que até a Fortaleza dos Três Reis Magos, baluarte de Natal, quase ficou sem guarnição.

Não existe, por assim dizer, concatenação alguma, cronológica, dos papéis referentes à luta com os bárbaros. Alguns pormenores preciosos mas indeterminados encontram-se numa petição de recompensa de serviços, apresentada a D. Pedro II por Morais Navarro a 15 de Dezembro de 1696.

Refere êle que o centro das operações do seu mestre de campo, Matias Cardoso, encontrava-se a 220 léguas da cidade do Salvador. De uma feita viera a Bahia buscar reforços e recursos voltando com 200 homens entre brancos e índios. Pusera-se a campo então à testa de mais de 400 homens e caminhará 237 léguas até o teatro da luta. A sua vanguarda comandava êle, Navarro, e constava de um corpo de cavalarios.

A primeira refrega com os tapuias durara onze dias de fogo vivo, acabando pela derrota dos índios. Durante a marcha padecera a coluna muitas fomes e sêdes. Em outra ocasião depois de quinze dias de caminhada conseguira surpreender grandes alojamentos inimigos fazendo ali muitos prisioneiros. Na volta vira-se atacado por grande trôço de adversários, repellido depois de vivíssimo combate que durara da madrugada às 3 da tarde.

Segundo entrevero tivera pouco depois. Sabedor de que os tapuias vinham em grande multidão resolvera Matias anteciper-se atacando-os. Depois de combate de várias horas, tomados os índios de pânico ha-

viam fugido deixando muitos prisioneiros. Ele próprio Navarro tivera uma coxa ferida por seta.

Em certo momento ficara o arraial de Matias Cardoso em péssima situação cheio de enfermos; resolvera então o mestre de campo mudar de base estabelecendo-se a trinta léguas do Ceará Grande (Fortaleza).

Amotinavam-se os soldados reclamando a paga atrasadíssima devida pela real fazenda. Estavam seminus e não desertavam todos porque os chefes lhes asseguravam breve pagamento e novas roupas.

Mandara então Matias que ele, Navarro, conduzisse três mil bois do sertão cearense a Pernambuco onde havia enorme falta de carne. E ele se desempenhara de tal comissão. Três encontros renhidos sustentara com os bárbaros que pretendiam tresmalhar aquêlo gado. Num dêles tivera o cavalo morto e precisara travar combate singular com um índio. Ao regressar havia chegado a Matias a notícia do perigo iminente que ameaçava Natal. Marchava sobre a cidade verdadeiro exército tapuia.

Dividira a sua gente em duas colunas; a segunda, a que comandava, ele, Navarro, batera grande trôço inimigo no Ceará-Mirim. Depois desta vitória marchara sobre o Açú onde havia grossa emboscada de índios. Após cinco dias de caminhada, diurna e noturna, com padecimento de fome e sede, surpreendera os bárbaros, a muitos matando e a muitos mais aprisionando. Tal o seu triunfo que os vencidos haviam pedido paz por Matias concedida. Dois mil e quinhentos ainda eram os jandúns em armas.

Neste momento chegara o instante socorro solicitado por Domingos Jorge. Mandara-o Matias a desafogar o mestre de campo e ele rompera por cento e trinta léguas em direção a Palmares, com duas companhias. Encontrara a Domingos Jorge entrincheirado tendo apenas consigo cinco homens brancos pois o resto debandara. Logo depois repelia assalto dos palmarenses ignorantes da chegada do refôrço. Nesta investida haviam os quilombolas sofrido "grandes estragos".

Continuando o relato afirmou Navarro que assegurara aos comboios de abastecimento virem sem estôrvo do São Francisco ao Arraial de Domingos Jorge graças aos seus encontros vitoriosos com os palmarenses alguns dêles vivíssimos. No primeiro cêrco dado pelo mestre de campo ao grande quilombo tomara importante pôsto. Levantado o assédio permanecera seis meses a governar o arraial e isto lhe valera travar duras refregas com os quilombolas. Mas como adoecesse gravemente precisara ausentar-se.

Gabou-se de que sem ele não se teria mantido o arraial. Restabelecido, fôra à Bahia e, convencido de que as guerras do Nordeste não se podiam fazer sem paulistas oferecera-se para ir a São Paulo levantar um têrço. Neste momento soubera que o Govêrno-Geral mandara dissolver a tropa de Matias Cardoso e isto sem que se pagassem os soldados a ela devidos!

Mas afinal o governador D. João de Lencastre lhe dera o comando do futuro "Têrço de Lencastre" que se comporia de 100 brancos e 400 índios, todos de São Paulo.

Representando a D. Pedro II solicitou Navarro uma comenda de Cristo do lote de duzentos mil reis. Obteve os mais elogiosos pareceres do Conselho Ultramarino que em todo caso reduziu a tença a 150\$000 anuais. Na mesma ocasião pediu João Amaro igualmente recompensa de serviços como lugar-tenente do pai e como um dos principais auxiliares de Matias Cardoso. Muito despendera da fortuna própria para fardar a infantaria que organizara. Navegara duzentas léguas no São Francisco e fôra ter ao arraial de Matias a quem assistira longamente em campos entrincheirados e durante duas expedições.

Teve Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho agitado período de govêrno precisando ocupar-se de duas campanhas muito sérias a dos Tapuias e a dos Palmares. Tudo isso numa fase de extraordinários apertos financeiros e quando o Rei ainda queria que o Brasil socorresse, e com o maior empenho, a Colônia do Sacramento.

Em 1694 triunfava Domingos Jorge, por completo, dos Palmarenses mas já no ano seguinte agravou-se a situação do Nordeste, singularmente. A 19 de outubro de 1697 oficiava o novo Governador-Geral D. João de Lencastre à Câmara de São Paulo e as das demais vilas paulistas sôbre o levantamento do têço de Morais Navarro que devia ter o seu nome. Lembrou às Municipalidades que o “sossêgo da Bahia se devia, ùnicamente, ao valor dos sujeitos de São Paulo”. Fazia de Navarro como bravura e capacidade o mais alto conceito.

“Só o valor e a muita experiência da guerra dos sertões com que os paulistas se acham podem destruir e conquistar os bárbaros cujo sossêgo depende das armas dos paulistas sempre vitoriosas dos bárbaros do Brasil”, afirmou o fidalgo, patrono do futuro regimento. Apesar da crise financeira conseguiu o Governador-Geral recursos para prover às despesas da expedição que saída de Santos chegou a Bahia em agôsto de 1698.

Era desde 1695 capitão-mor do Rio Grande do Norte o famoso Bernardo Vieira de Melo que em 1710 tanto se notabilizaria por sua atitude nacionalista. Em fins de 1698 surgiram em terras rio-grandenses Morais Navarro e seu têço. Contra êle representaram logo a Câmara de Natal e o Capitão-Mor alegando violências suas e de sua tropa contra os inermes índios do Apodi já pacificados e a quem escravizavam.

Depositava Lencastre a maior confiança no êxito da campanha que Navarro ia encetar à testa de “gente muito luzida e tôda capacíssima de pelejar em qualquer ocasião”. Assim terminantemente ordenara aos governadores de Pernambuco, Paraíba e Ceará que lhe dessem todo o auxílio. Seu lugar-tenente João Pires de Brito, sertanista de grande prestígio, era “sujeito de tôda suposição cujo valor e experiência inspirava tôda a confiança”

A Navarro fôsse concedida a faculdade de recrutar os índios aldeados. Deveria a Provedoria régia de Pernambuco fornecer-lhe dez mil cruzados, além de todo o armamento e munição de que precisasse. Deveria formar um campo entrincheirado no Açú como base de futuras operações destinadas a, de vez, arrasar os janduíns. Fêz Bernardo

Vieira ver ao Governador-Geral que a existência de tal campo iria inquietar extraordinariamente os índios já pacificados provocando possivelmente o levante geral das tribos. Mas Lencastre fê-lo calar-se a lhe dizer “bem sabe V. Mercê que êstes brutos não guardam paz senão enquanto lhes convém”.

A 4 de agôsto de 1699 obteve Navarro, à testa de 130 brancos e mais de 200 índios, estrondosa vitória. Para alcançar tal triunfo empregara artil de guerra referto de perfidia. A Lencastre explicou: “como êsses bárbaros não fazem dano, senão debaixo de traição mandei dizer-lhes que os ia buscar debaixo de tôda anizade e juntamente pedir-lhes socorro para dar nas outras nações, por ser limitado o meu poder”.

Na aldeia do Cacique Jenipapoaçu aonde a sua gente fôra recebida sem desconfiança súbitamente agredira o tuxaua e sua tribo. Assassinado o morubixaba sofrera a sua gente morticínio. Mas de 250 paiaçus perderam então a vida sendo nesta ocasião escravizados mais 235. A volta à base do Açú exigira contudo muitos sacrifícios da tropa vencedora.

Comentando o relatório do bandeirante escreve Studart, revelador de tal documento: “a linguagem desta carta iniciada por expressões piedosas revela um homem senhor das situações difíceis, feroz mas consciente de seus atos, não fugindo às responsabilidades, certo da necessidade e justiça da empresa por êle preparada e realizada, embora à custa do mais terrível morticínio. Segundo os seus dizeres, sua situação era rivalizar em astúcia com Jenipapoaçu, opondo estratégia a estratégia, traição a traição, matava para não ser morto”

A terrível vida da Selva criava especial mentalidade a êsses homens obedientes à suprema lei, a cada momento imperativa, do *salus vitae*.

Entende Studart que o dissídio entre Bernardo Vieira e Navarro representava, além do ciúme, o interesse pecuniário. O soldado em campanha era um competidor e mais um concorrente importuno na partilha do índio.

Enorme impressão causou a terrível chacina. Agitaram-se os meios eclesiásticos; verberaram os missionários, do modo mais veemente, a conduta de Navarro apontando-o ao bispo de Pernambuco, como merecedor do mais grave castigo. Êste depois de condenar o procedimento do cabo de tropa do modo mais severo, intimou-o a conceder a liberdade a quantos índios houvesse aprisionado, sob pena de excomunhão maior.

Assustado, delegou Navarro poderes a um dos seus oficiais, Bento de Siqueira para que o defendesse perante o prelado. Abriu-se inquérito em que depuseram diversos missionários, oficiais régios e personagens qualificados a quem Navarro convocara. Declararam todos que o mestre de campo apenas fizera o que as circunstâncias da guerra lhe impunham. “Todo o tapuia não tinha outro estratégia mais que executar suas tiranias e traições de paz.”

Jenipapoçu contava atrair o chefe branco a uma cilada em que o exterminaria, e aos seus, "se o mestre de campo se não antecipara em dar nêle"

Continuou o bispo D. Frei Francisco de Lima a pendência e Navarro invocou em sua defesa o depoimento de missionário jesuíta Padre João Guinzel, alemão. Afirmou êste achar-se convencido da justiça da dura necessidade que levava o chefe paulista a proceder como fizera. O sargento-mor Pedro Lelou, o belga capitão-mor do Ceará, êste fêz tremenda carga a Bernardo Vieira indivíduo a seu ver despeitado, invejoso de Navarro a ponto de fornecer aos tapuias, clandestinamente, armas de fogo! Pelo mesmo tom afinaram-se outros oficiais. Um dêles, Barbosa Leal, avançou que ao Bispo instigava Bernardo Vieira inconformado de não ter obtido a chefia das operações e a quem enfurecia o fato do mestre de campo paulista não dar importância alguma aos seus alvítres aliás ineptíssimos. Já de todos os modos atrapalhara a atuação de Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso com enorme prejuízo dos vassalos de sua Majestade.

Na questão interveio o Governador-Geral do Brasil que, a 7 de janeiro de 1700, oficiava a D. Pedro II exaltando os serviços de Navarro e reprovando as manobras de Bernardo Vieira.

Nesta ocasião escreveu Lencastre ao chefe paulista aplaudindo calorosamente "pelo bem com que obrara e o zêlo pelo qual servia a Sua Majestade sendo tudo isso levado à real presença."

Rudemente atacado, como fôra, entendeu Navarro dirigir-se diretamente ao soberano. Queixou-se das manobras dos adversários. Desobedientes das ordens régias tinham conseguido que a provedoria de Pernambuco não lhe fornecesse os recursos ordenados por Sua Majestade. A luta contra os tapuias ainda longe estava de terminar e êle prometia prosseguir-la com ardor igual ao já demonstrado.

Inesperada decisão veio de Lisboa. Impressionado com as denúncias sobretudo com a do Bispo, mandou o monarca encarcerar ao cabo de tropa. Foi êle prêso, conduzido ao Recife, onde esteve retido uns dois anos. Em agôsto de 1702 já se achava de novo à testa do seu têrço voltando ao Açú. Em 1705 pediu para volver a sua vila natal de onde se ausentara desde 1690. Foi ter às recém-descobertas Minas Gerais, então no apogeu do *rush* aurífero. Deteve-se algum tempo no Sêrro do Frio e voltou ao Açú de onde ainda saiu em campanha contra os Tapuias do Ceará. Envelhecendo, retirou-se para as vizinhanças do Recife, onde viveu em seu engenho de Paratiba, por sua causa chamado Engenho do Paulista e onde e em avançada idade faleceu, depois de 1745.

Enquanto Navarro se fixava em Pernambuco permanecia um dos seus mais ilustres êmulos João Amaro Maciel Parente em terras da Bahia, no Paraguaçu, onde tanto se batera com os guerens e onde viveu como fronteiro, contra os tapuias, durante muitos anos tendo como base a Vila que lhe conservou o nome.

Operou nas matas de Ilhéus, nos vales do Rio Pardo, Jequitinhonha e São Francisco.

Quando ocorreram os grandes achados auríferos dos primeiros anos do século XVIII que tamanhos deslocamentos de populações provocaram, incumbiu-o em 1705 o Governador-Geral Luís César de Meneses de impedir a emigração da gente da Bahia para as terras do ouro, pelas vias do Sertão.

No desempenho desta comissão mereceu elogios mas, ao cabo de algum tempo, contaminado pela febre da *sacra fames* deixou as paragens ribeirinhas do Paraguaçu, trocando-as pelas dos jazigos das Minas Gerais. Assim em 1721 falecia em sua fazenda próxima do arraial de Guarapiranga, no distrito do Ribeirão do Carmo (1).

---

(1) As referências documentais a estes capítulos XXV e XXVI encontram-se no tomo sexto da **História Geral das Bandeiras Paulistas**, nos últimos capítulos e nos primeiros do tomo sétimo da mesma obra.

## CAPÍTULO XXVII

---

*O povoamento do Piauí e do Maranhão.  
Francisco Dias de Siqueira e suas façanhas.  
Os primeiros povoados piauienses.*

Sobremodo obscuros são os primeiros anos dos fastos civilizados do grande vale paraibano.

Afazendado na confluência do Paraníba e do Poti, deixou Domingos Jorge Velho as terras piauienses pelas do Nordeste para ir combater os tapuias e quilombolas. Na região hoje piauiense e maranhense outra grande figura bandeirante surgiu, a de Francisco Dias de Siqueira, o *Surdo* ou *Apuçá*, um dos mais duros personagens do ciclo da preia.

A grande área maranhense que Filipe II criara como estado à parte do Brasil permaneceu, até quase fins do século XVII, alheia à colonização a não ser quanto à fimbria litorânea ocupada por franceses e holandeses e a éstes invasores reconquistadas.

Diversos sertanistas percorreram a hinterlândia maranhense onde a vultosa e valorosa nação dos tremembés era como que “a vedeta avançada dos cariris”, no dizer de Capistrano.

Entre éles citam-se Vidal Parente, filho do feroz Bento Maciel, Inácio Coelho da Silva, João Coelho do Vale.

As correrias dos tapuias quase atingiam então a Ilha de São Luís. Devastavam os vales do Mearim e Itapicuru. Assim do Maranhão recebeu a coroa instantes pedidos de socorro. Em 1699 pensava D. Pedro II em incumbir Domingos Jorge ou Morais Navarro de uma campanha contra êste gentio.

Poderiam ser assistidos por chefes capazes como Matias Cardoso e Antônio de Albuquerque Câmara. No ano anterior comunicara o Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho ao Rei que se malograra por completo a empreza intentada por certo paulista, que se prontificara a extinguir todo o gentio infestador da campanha. Nada fizera porém por não ter conseguido levantar tropa estando os sertanistas ocupados na guerra dos bárbaros do Nordeste. Não se sabe quem seria êste paulista.

Acaso o temível Apuçá que desde 1677 se distinguia pelejando em vastas áreas atualmente goianas, piauienses e maranhenses. Descera de São Paulo em companhia de outro sertanista de relêvo, seu sobrinho João Rapôso Bocarro. O Governador-Geral Câmara Coutinho incumbira-os da pesquisa de minas de ouro, prata, pedras, e pérolas existentes nas serras e lagoas de que havia notícia, “pelos sertões do interior

do Rio Grande, Ceara e confins da guerra que se oferecia com algumas nações bárbaras”

Em vez de cuidarem de prospecção, entregaram-se tio e sobrinho a mais desabalada preia de índios. E com tal violência que Albuquerque pediu a D. Pedro II a repressão de tais processos. Contou que o *Apuçá* e outros paulistas jornadeavam pelo sertão maranhense, nos distritos vizinhos do Pará, assim como nas vizinhanças da Ibiapaba onde inquietavam os índios das missões jesuíticas.

Fêz Coutinho acérrimas acusações aos sertanistas a quem chamou ladrões dos sertões, vassallos rebeldes, tanto em sua vila natal como no Sertão, não fazendo a menor conta das ordens do Governador-Geral do Brasil.

Documentos recentemente aduzidos por Ernesto Ennes em seu magnífico estudo sobre Palmares trazem-nos novidades sobre o *Apuçá*. A tal respeito existe o precioso relato do licenciado Miguel de Carvalho, cura de Cabrobó no Alto São Francisco, documento capital para o estudo da história piauiense na fase do primeiro povoamento.

Em 1697 segundo o Padre Carvalho contavam-se 20 fazendas sobre o Canindé, 7 sobre o Itaim, 36 sobre o Poti e seus tributários, 20 sobre o Piauí, 7 sobre o Gurguéia, 9 sobre o Longá. Mas fazendas em que viviam, na mais áspera vida, e na maior solidão, três ou quando muito quatro civilizados em cada uma.

Naquela enorme região o único núcleo de importância vinha a ser um arraial a quinhentas (sic) léguas da foz do Rio São Francisco, na recém-fundada capela da nova “Freguesia de Nossa Senhora da Vitória do Brejo da Mocha do Sertão do Piauí”, matriz de 24 palmos de comprimento sobre 12 de largo, muros de taipas, teto de folhas de pindoba primeiro edifício da futura Vila da Mocha mais tarde Oeiras.

Nas vizinhanças estava o arraial do *Apuçá* “nos olhos d’água a que vulgarmente chamam Brejo em os quais está situado o capitão-mor dos paulistas Francisco Dias de Siqueira com o arraial de tapuias com os quais faz entrada ao gentio bravo e lhe detém o encontro para que não ofendam a povoação. Tem algumas plantas de farinhas, arroz, milhos, feijões e frutas, como são bananas, batatas e tudo se dá com grande abundância, mostrando a fertilidade da terra e a incúria dos moradores que por sua preguiça não têm frutas de que vivam” escrevia o Padre Carvalho.

Mostrava-se o arraial um modelo de organização bem entendida assumindo o *Apuçá* naquelas brenhas ares dos condes das marcas medievais, como fronteiro da Civilização. Não se sabe quando e onde faleceu. Parece que muito opulento mudou-se para a Cidade d’O Salvador onde veio a morrer em fins do século XVII (1).

---

(1) Vide *História Geral das Bandeiras Paulistas*, tomo VII, capítulos XXXV e XXXVI.

## CAPÍTULO XXVIII

---

*A América, o Brasil e o tráfico africano.*

*Os primeiros anos dos Palmares  
e as primeiras campanhas contra os quilombolas.*

*Fernão Carrilho e os seus efêmeros triunfos.*

*Recurso aos paulistas.*

*O ajuste com Domingos Jorge Velho.*

*Aniquilamento dos Palmares.*

Afirmou céptico grazilador, destituído de qualquer admiração pelo gênero a que pertence, reconhecer no Homem uma única superioridade, o fato de constituir a única espécie em que os indivíduos parasitam outros de sua própria espécie.

O *Homo homini lupus* é ao seu ver o único traço apreciável de relêvo capaz de frisar uma diferença nítida, inconfundível entre a Humanidade e as demais formas zoológicas.

Encontra-se a mais estrondosa demonstração dêste feito na existência da instituição servil cujo estabelecimento surge das profundezas dos séculos. E persiste até os nossos dias cerceada em seus cânones milenários, modificada por múltiplos aspectos mas não extinta. A exploração do homem pelo homem durará enquanto o gênero *sapiens* subsistir, esquecido da pregação do Deus humanizado.

Desde os primeiros dias americanos procuraram os brancos afeiçoar os autóctones do recém-descoberto continente àquela feição dominadora das mais velhas civilizações mediterrâneas, criadora do escravismo branco fenício e greco-romano e ao qual tanto repugnava o espírito israelita.

Nos albores da Renascença voltava-se a atenção européia para a África, imenso celeiro de cativos. A Portugal sentinela avançada da Europa sôbre o Atlântico, pioneiro da derrama européia por sôbre os oceanos e continentes, caberia, como natural era, grande destaque no tráfico afro-americano.

Desde que se lançara ao mar três artigos principais procurara com afinco encaminhar para o Reino: ouro, escravos e marfim. Mostrou-se o extraordinário Infante de Sagres forte animador de tal comércio. Parece que desde 1443 se estabeleceu a corrente escravista encaminhada para Lagos e Lisboa.

Criou-se a Companhia de Lagos e espauhóis, flamengos, italianos seguiram a esteira dos tumbeiros lusitanos.

Em princípio do século XVI considerável massa africana povoava Lisboa, Évora, Sevilha.

Com o perpassar dos anos e o alargamento das descobertas americanas, surgiu a imperiosidade da obtenção de braços para que tanta terra virgem se amanhasse.

No Brasil não tardaram os primeiros povoadores a verificar que os "negros do gentio da terra" eram escravos muito inferiores aos "negros do gentio de Guiné"

Por atavismo decorrente de condições multisseculares do seu continente resignavam-se os africanos incomparavelmente mais à contenção do branco do que os americanos habituados à vida patriarcal de seu regime fundamentalmente igualitário.

A corrente traficante africana impôs-se com verdadeira fatalidade à incipiente colonização brasileira.

"De que outro método seria possível aos colonizadores do Brasil lançarem mão a fim de se suprirem as necessidades do trabalho? indaga o alto espírito de Oliveira Martins na mais lúcida pergunta. E a réplica cisatlântica a tal indagação consubstancia-se no aforismo retumbante lançado há menos de um século por um estadista do Império: "o Brasil é o café e o café é o negro"

"Sem negros não há Pernambuco!" exclamava Antônio Vieira no século XVII.

Já em 1514 parece que entrelopos portugueses despejavam africanos no litoral brasileiro. Viviam as Antilhas a receber fartos contingentes servis e Herrera proclamava: "es mas util el trabajo de un negro que de cuatro índios"

Se de um modo simbólico quisermos evocar por meio de atributos iconográficos as principais causas que levaram os brancos a despejar sobre a América os milhões e milhões de africanos transportados pelo tráfico, bastar-nos-á enfeixar hastes de cana-de-açúcar e ramos de algodoeiro, galhos de cafeeiro e caules de fumo.

Estas quatro culturas, sobretudo, valeram aos míseros africanos tal massa de males que a lembrança da sua implantação no solo americano trará sempre ao pensador compassivo a impossibilidade da separação de sua existência da do martírio impôsto pelos brancos à raça menos desenvolvida e portanto menos armada do que a dos exploradores de seu labor forçado e cruel.

Das quatro a mais nefasta pela ancianidade e o vulto da extensão foi a cana, escusado parece lembrá-lo.

Em meados do século XVIII, afirmava um dos nossos cronistas que de todos os ramos da indústria brasileira "era a que especialmente pertencia o trabalho escravo"

Parece que a certo Jorge Lopes Bixorda coube, em 1538, a triste prioridade da abertura do tráfico entre os dois continentes do Atlântico sul.

De Pernambuco onde o açúcar imenso rendia instantes reclamos partiram exigindo o transporte africano.

Em fins do século XVI viveriam no Brasil dezesseis mil negros, para menos de sessenta mil brancos, dos quais dez mil em Pernambuco, três

na Bahia, mil no Rio de Janeiro. Não se sabe quantos seriam os de São Vicente, Espírito Santo e mais capitanias.

Não cabe na estreiteza dêste nosso *abstract* ventilar o caso relativo à procedência dos principais povos africanos introduzidos no Brasil. Lembraremos, de modo geral, que os escravos importados podem dividir-se em duas grandes massas: os superequatoriais do grupo dao-meano e sudanês, encaminhados à Bahia e os bantus infra-equatoriais, mais freqüentes em Pernambuco e no Rio de Janeiro.

No século XVII, e sob os Áustrias, intensificou-se o tráfico. Pensamos que de 1538 a 1601 as entradas anuais hajam alcançado uma média de três mil cativos e que de 1601 a 1701 tal número possa ter dobrado.

Franceses, ingleses e sobretudo holandeses muito procuraram no primeiro quartel da centúria seiscentista valer-se da excelente prêsa que representavam os navios negreiros.

Tentaram os batavos firmar-se no grande centro do tráfico que era São Paulo de Loanda, sem o conseguirem, contudo.

Apesar da ocupação da Bahia, de 1624 a 1625, crescia a produção açucareira. Em 1628 havia no Brasil 235 engenhos produzindo anualmente umas 700 000 arrôbas.

Em 1637 os governantes do Brasil neerlandês expendiam a opinião de que as lavouras canavieiras de Pernambuco exigiam anualmente quatro mil negros novos.

De 1636 a 1645 desembarcaram 23 163 africanos, segundo Waetjen pouco mais de metade da cifra desejada.

Expulsos os batavos, restaurou-se e estendeu-se a cultura açucareira. Em princípios do século XVIII existiam, segundo Antonil, 246 engenhos em Pernambuco, 146 na Bahia, 136 no Rio de Janeiro produzindo 1 295 700 arrôbas.

Devia a capitania pernambucana contar metade dos escravos africanos do Brasil.

Desde os princípios do século XVII assinala a documentação a freqüência das evasões dos forçados ao eito e às fornalhas dos engenhos, que tornavam o Brasil “o inferno dos negros” qualificado por Antonil.

Já no segundo quartel da centúria verifica-se no Nordeste a existência de mocambos maiores e menores. A invasão neerlandesa provocou o crescimento dêstes quilombos cuja existência começou a preocupar seriamente os invasores.

Em 1643 referia-se Nieuhoff aos quilombos de “Palmeiras”, (sic) com quatorze mil escravos fugidos às lavouras pernambucanas. Calculara a população servil dos engenhos de Pernambuco em quarenta mil almas.

Contra os palmarenses foram enviadas diversas expedições militares que segundo Barlaeus conseguiram extinguir os grandes quilombos pela carnificina nelas levada a efeito e a dispersão dos canhemboras que escaparam às armas dos brancos.

Pensa Nina Rodrigues na notável *A Troia negra* que por volta de 1650 os palmarenses se reagruparam, ficando em poucos anos numerosos, poderosos e ameaçadores.

E realmente a existência dos grandes quilombos da Serra da Barroca no atual território alagoano, passou durante quarenta anos a causar as maiores apreensões às altas autoridades e aos povos do Estado do Brasil.

Em 1671 escrevia o Governador-Geral Visconde de Barbacena ao governador de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, a propósito de que este lhe anunciara próxima campanha de repressão dos quilombolas. E relatava-lhe o êxito completo da expedição de Estêvão Ribeiro Baião Parente contra os tapuias baianos comentando: “os pernambucanos não são menos robustos que os paulistas e espero que neste emprêgo não desmereçam o conceito que V. S. tem de sua fama”.

Em 1674, D. Pedro de Almeida, substituto de Coutinho, consultou o Governador-Geral acêrca da conveniência de se entregar a emprêsa primitiva a paulistas, à vista do fracasso das tentativas anteriores.

Respondia-lhe Barbacena achando o caso pouco viável. Já haviam os paulistas de Baião voltado a S. Paulo “gente bastantemente voluntariosa”.

Difícil seria que aceitassem regressar ao Norte.

Além disto sua especialidade era outra: a guerra ao gentio. Nunca haviam combatido negros aguerridos e bem fortificados tendo já resistido vantajosamente a capitães de renome chefes de consideráveis fôrças.

Morreu Barbacena em 1675 sem haver presenciado qualquer vantagem séria sôbre os canhemboras.

Numerosas expedições, maiores e menores, com êles escaramuçaram. Entre 1668 e 1680 vinte entradas nada conseguiram de prático.

Em julho de 1676 confiou D. Pedro de Almeida o comando de forte coluna a Fernão Carrilho, bravo oficial, com grande prática da guerra contra os quilombolas da Bahia e de Sergipe.

Obteve grande êxito em campanhas ocorridas em 1677 e 1678.

Como conseqüência dêste triunfo presenciou o Recife, a 13 de junho de 1680, estrondosa cerimônia: a festa de submissão dos reis pretos de Palmares ao governador de Pernambuco.

Respiraram afinal os povos! Já os moradores davam os caminhos por seguros e as fazendas por aumentadas. Mas a assinalada vitória de Carrilho foi efêmera.

Ao Govêrno-Geral comunicou o novo governador pernambucano, Aires de Sousa Castro, que os quilombolas novamente se reagrupavam, numerosos, sob a direção de diversos chefes, entre os quais um “capitão zumbi”, sobrinho do Ganazona, o soba que prestara solene vassalagem ao Rei de Portugal.

Voltou Carrilho ao teatro da guerra mas desentendendo-se com o novo governador D. João de Sousa viu-se destituído do comando.

A 13 de maio de 1685 assumia João da Cunha Souto Maior o govêrno de Pernambuco e prevenia a D. Pedro II quanto os palmareses estavam fortes e agressivos. Assaltavam fazendas, matando brancos e raptando brancas. Tornava-se a situação sobremodo grave podendo

arrastar a insurreição geral da escravatura pernambucana. Intenso era o clamor dos povos cada vez mais apreensivos ante tal estado de coisas.

Em 1686 chamou Souto Maior novamente a Carrilho que não conseguiu grandes êxitos mas sempre obteve algum desfôgo.

A 11 de março de 1687, desanimado com as perspectivas que se lhe antolhavam escrevia Souto Maior ao Rei, dizendo-lhe que se resolvesse a entregar a paulistas a obra do arrasamento definitivo de Palmares.

“Tenho por sem dúvidas e segundo o parecer de todos, afirmar que só por êste meio poderão os moradores de Pernambuco livrarem-se do pejo que esta má vizinhança lhes causa”

A 3 de março de 1687 assinaram-se em Olinda as condições e capítulos pelos quais o governador Souto Maior concedia ao Coronel Domingos Jorge Velho poderes para conquistar, destruir e extinguir os negros levantados dos Palmares. Contrato constante de dezesseis cláusulas.

Forneceria a Real Fazenda armas de fogo, chumbo e pólvora e mais petrechos bélicos, farinha, feijão e milho, e ainda mil cruzados de fazendas. Prometia o Rei quatro hábitos das três ordens a Domingos Jorge Velho e seus oficiais, legalizando por meio de sesmarias as terras de sua ocupação no Piauí, no Poti e no Parnaíba. Concedia ao cabo da tropa e seus oficiais perdão geral dos crimes e delitos que houvessem cometido, salvo quanto aos de primeira cabeça. E se a vitória compensasse os esforços da campanha que se ia encetar outorgaria Sua Majestade largas superfícies das terras agora ocupadas pelos canhembras.

Comprometer-se-ia Domingos Jorge a arrasar todos os quilombos palmaresenses. Consentia em que dos prisioneiros, os antigos escravos fugidos ao cativo fôsem resgatados pelos seus legítimos senhores mediante a paga de oito mil réis por cabeça.

Do quinto dos aprisionados devido à “Real Fazenda”, permitiria Sua Majestade que uma quinta parte fôsse doada a êle coronel a fim de que a repartisse como bem entendesse. Os demais quatro quintos dos cativos pertenceriam legitimamente aos paulistas que se comprometiam a não os vender em Pernambuco e sim no Rio de Janeiro e Buenos Aires.

Devia ser imediato o início da campanha mas assim não sucedeu, por diversos motivos principalmente por causa da ocorrência dos dois temíveis surtos epidêmicos, variólico e amarílico, sobretudo este último temível calamidade assolador de todo o Norte do Brasil.

Desvanecida a tremenda epidemia da *bicha* preferiu o Govêrno-Geral adiar as operações contra os quilombolas empregando Domingos Jorge nas da Guerra dos Bárbaros.

Durante um quinqüênio outras foram as passadas militares do sertanista, pioneiro do desbravamento do Piauí.

A 3 de dezembro de 1691 renovou o Marquês de Montebelo, governador de Pernambuco, o ajuste do seu predecessor.

Em setembro de 1692 prevenia a D. Pedro II que Domingos Jorge partira para S. Paulo a recrutar gente para a sua nova empresa. Começava bem havendo já o sertanista alcançado vantagens em escaramuças preliminares da "cruel guerra encetada.

As fases principais da campanha assim as resumimos:

Partiu Domingos Jorge de suas terras do Piauí, onde já o haviam procurado os emissários de Souto Maior. Era o mais importante de todos os paulistas sitiados na região piauiense. Dispunha de cinco ou seis vezes mais gente do que os demais povoadores juntos.

Formou uma coluna de duzentos espingardeiros, mil arqueiros, e um estado maior de oitenta e quadro bandeirantes que "cabeavam" a soldadesca.

Pôs-se em marcha tal tropa ficando sobremaneira maltratada na jornada pelos sertões, faminta, sequiosa, desamparada de recursos como jamais se vira coisa igual.

De miséria e moléstia perdeu 195 homens e contou duzentas deserções.

De repente foi a marcha interrompida pelo recebimento de uma ordem do Governo-Geral, mandando que o cabo maior mudasse de rumo a fim de ir combater os Janduins. Obedeceu travando então terríveis refregas com estes tapuias. Só num combate, à margem do Lago Apodi contou a sua gente 43 mortos e 70 feridos.

Entrincheirado no Apodi ali recebeu nova ordem mandando agora que marchasse sobre Palmares. Isto o levou a nova jornada de cento e sessenta léguas através da mais sáfara região.

Chegados aos Palmares tiveram os paulistas de pelejar com inimigos numerosos e valorosos cujas traças e estratagemas desconheciam. E em terrenos muito fragosos e de ignota topografia.

Assim mesmo conseguiram ocupar uns poucos postos avançados dos quilombolas.

Mas a coluna achava-se "muito destroçada de fomes e marchas" e assim determinou Domingos Jorge que se retirasse para o litoral "a refazer-se na praia de Paratagi".

Ali se viu a braços com terrível penúria de víveres e completamente baldo de recursos oficiais e particulares, pois os moradores da região se mostravam sobremodo malevolentes em relação aos seus aliados naturais.

Resolveu Domingos Jorge renovar a investida dispondo então de 45 brancos e 600 índios. Procurou forçar a estacada que defendia o grande quilombo, numa extensão de 2 470 braças craveiras (8 151 m.) estacada a que completavam "redutos, redentes, fossos, guaritas e tronzeiras".

Aos aproches fortificavam fojos guarnecidos de estrepes.

Verificou o chefe bandeirante que com a tropa de que dispunha insensato seria o assalto a tal praça.

Assim de 10 de novembro a fins de dezembro de 1693 contentou-se em bloquear o quilombo à espera dos reforços que lhe devia remeter o governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro.

Chegaram-lhe vultosos, tropa de linha, auxiliares, voluntários.

Em fins de janeiro de 1694, comandando três mil homens resolveu o mestre de campo dar um assalto geral. Começou construindo outra estacada envolvendo a primeira, de onde desfechou a 23 de janeiro, a primeira grande investida cujos resultados lhe não foram muito favoráveis defendendo-se os palmarenses com singular bravura.

A 29 ordenou nova avançada geral e Bernardo Vieira de Melo, comandante de considerável corpo pernambucano, conseguiu atingir a cêrca palmarense tendo porém de bater em retirada.

Defendiam-se os sitiados herôicamente mas a superioridade das armas dos brancos era extraordinária.

Ao Zumbi, já quase sem pólvora, o desalento inspirou o abandono do quilombo. Procuraria internar-se com a sua gente válida no longínquo sertão operando uma sortida em massa.

Foi o que fêz na madrugada de 6 de fevereiro de 1694 perdendo então muitos dos seus mortos e aprisionados.

Caíra a cidadela negra.

A 18 de fevereiro, delirante, escrevia Caetano de Melo Castro a D. Pedro II comunicando-lhe “a feliz vitória não avaliada por menos que a expulsão dos holandeses”

Fôsse Domingos Jorge Velho batido e infalível seria o levante de tôda a população escrava do Brasil. Na expugnação do grande quilombo, quinhentos haviam sido os canheboras mortos e 519 os aprisionados.

Seguindo em perseguição aos fugitivos já Bernardo Vieira de Melo a muitos aprisionara.

Criou-se a lenda de que o Zumbi, ante a catástrofe de sua gente, suicidou-se, atirando-se de alto penhasco, sendo neste gesto desesperado seguido por muitos dos seus. Parece que a Rocha Pita se deve a criação desta atoarda repetida por autores setecentistas e mais tarde por escritores do tomo de Southey, Nina Rodrigues e Oliveira Martins. Usando de prudência não a encampou Varnhagen.

Documentos encontrados por Studart e Ernesto Ennes anulam totalmente tal história. Foi o Zumbi, traído por um dos seus, morto a 20 de novembro de 1695, por uma tropa comandada por André Furtado de Mendonça, um dos capitães de Domingos Jorge. Sua cabeça remetida ao governador de Pernambuco, estêve exposta ao público em Olinda.

Vencida a árdua campanha pediu Domingos Jorge Velho a recompensa a que êle e os seus tinham direito.

Viu-se de início contrariado, e do modo mais vigoroso, por Caetano de Melo Castro. Não distribuiu as sesmarias prometidas e

quando muito opinou para que o Rei concedesse ao mestre do campo um hábito de Cristo com uma tença de cinquenta mil réis anuais. Aos seus oficiais bastaria uma carta régia de agradecimentos! Seu grande argumento era que o bandeirante se comprometera formalmente a destruir os quilombos, só com os seus paulistas, quando no entanto precisara do grande reforço pernambucano. Seriam os paulistas uns setecentos homens mas dos quais apenas trezentos em estado de combater. E o contingente de Pernambuco elevava-se ao triplo do efetivo de S. Paulo.

Esta questão das sesmarias largo debate ocasionou entre os vencedores de Palmares e o Conselho Ultramarino, influenciado por Melo e Castro. Tomou Domingos Jorge advogado em Lisboa e largo memorial endereçou a D. Pedro II.

Principiou queixando-se de que êle e os seus haviam sido cavilosamente lesados na distribuição dos escravos prisioneiros. Dos 519 tomados só haviam 374 chegado ao Recife. Fôra o resto furtado em caminho. Vendidos em pública hasta, rendera a praça mais de quatro contos de réis e no entanto o governador só lhe entregara menos de um conto, alegando que o resto se applicaria a cobrir despesas da Fazenda Real!

E no entanto, durante o bloqueio de 1693, êle e sua gente não haviam recebido viveres de espécie alguma. Tiveram de alimentar-se de raízes de coroatá. Não cessara aliás a campanha com a queda do grande quilombo.

A perseguir os quilombolas fugitivos tivera de lançar os seus Tabajaras, Oruazes e Cupinharós exímios rastejadores.

Acompadrara-se Melo Castro com o desembargador Cristóvão de Burgos Contreiras, antigo membro da Junta Triuna que ao Brasil governara de 1675 a 1678. Homem de appetites insaciáveis, em 1683 obtivera enormes concessões territoriais em diversas capitánias inclusive uma de 1 306 quilómetros quadrados na zona palmarense.

A área prometida a Domingos Jorge e aos seus correspondia a nada menos de 46 173 quilómetros quadrados quando todo o atual Estado de Alagoas conta 28 571. Naquela época nenhum valor tinha a terra deserta mas na zona palmarense havia embate de títulos. A 24 de janeiro de 1698 mandou o Rei distribuir quatrocentas léguas quadradas ou 17 424 quilómetros quadrados ao mestre de campo e seus auxiliares.

Caberiam 1 568 ao cabo de tropa "que na assistência da campanha tanto se assinalara e merecera devendo-se à sua disposição e valor o vencimento da guerra e destruição dos inimigos cujas hostilidades tão formidáveis se tinham feito aos povos da capitania de Pernambuco"

A êle e a Cristóvão de Mendonça concedeu o monarca a faculdade de criarem vilas.

Fundou o mestre de campo o arraial de Nossa Senhora das Brotas, na margem do Paraíba e a 42 km do Atlântico, em terras ubérrimas, canavieiras e algodoceiras.

Continuavam as suas pendências com o governador pernambucano e o Bispo de Olinda. Este em 1697, dêle fêz graves acusações a D. Pedro II a expender: Este homem é dos maiores selvagens com quem tenho topado. Quando se avistou comigo trouxe consigo língua porque nem falar sabe.

Homem do jaez daqueles espanhóis terríveis cujo lema se compendia nos famosos versos

*A la espada y al compás  
Mas y mas y mas y mas!*

Localizou Domingos Jorge Velho em suas terras alagoanas numerosos daqueles seus soldados trazidos do Piauí: cupinharós, oruazes, tabajaras, etc., a dedo escolhidos dentre aquêles “gentio o mais valoroso guerreiro”.

E êstes índios causavam muito sobressalto aos habitantes de Alagoas. A demarcação das sesmarias também provocou muitos incidentes graves.

Uns dez anos sobreviveu Domingos Jorge Velho ao seu grande triunfo de 1694. Em 1704 era falecido, declarou sua viúva quando numa petição alegou que a primeira entrada do marido no Piauí fôra em 1662.

Dos paulistas, seus oficiais, nas campanhas do Nordeste e em Palmares poucos são conhecidos. Entre os de maior destaque citam-se Antônio Cubas e Simão Jorge Velho, morto em combate, seu filho Alexandre Jorge da Cruz, havido de uma tapuia; Gabriel de Góis que trágicamente morreria no Capão da Traição, na guerra dos Emboabas, Antônio Fernandes de Abreu, Miguel de Godói de Vasconcelos, Bartolomeu e Domingos Luís do Prado, João Freire Farto, Simão Jorge Velho, o moço.

Perfila-se Domingos Jorge entre as personalidades mais eminentes do bandeirantismo. Está o seu nome indestrutivelmente inscrito nos fatos da enorme zona delimitada pelo Parnaíba, o S. Francisco e o Atlântico.

Foi inegavelmente dos maiores índices da energia e pugnacidade de sua grei euro-americana. Em terra operou “como os antepassados o haviam feito na proa das naus, no alto das enxárcias, no cimo das vêrgas através dos mistérios tenebrosos do oceano”: na frase de Ernesto Ennes.

Acaso seria a jornada de Palmares mais cruel do que umas tantas das navegações dos tumbeiros de tantas nações ocidentais abastecedoras de braços das colônias americanas?

Imensa impressão deixou na mentalidade colonial esta guerra dos Palmares. Por mais de um século perdurou veemente, refletiu-se na obra dos nossos cronistas e dos autores estrangeiros que trataram do

Brasil. É o que documenta a extensão das páginas em que se narram os acontecimentos da rebelião negra e da sua repressão.

Evidencia-se aí uma como que solidariedade européia quanto ao que dizia respeito ao regime servil de suas colônias e de seu próprio continente onde em tão largas áreas reinava a servidão, grosseiro disfarce da escravidão com a agravante de que oprimia homens da mesma raça.

Onde não há negros não há colônias! trombeteava em uníssono aforisma universalmente aceito em Lisboa e em Madri, em Londres e em Paris, em Amsterdam e Copenhague.

Nada mais espontâneo e elucidativo do que as palavras pelas quais Caetano de Melo e Castro explicava o entusiasmo e o desafogo que ao Brasil havia trazido o triunfo de Domingos Jorge Velho "feliz vitória que não se avaliava por menor que a expulsão dos holandeses" (1).

---

(1) Vide referências documentais nos últimos capítulos do tomo sétimo da **História Geral das Bandeiras Paulistas** e na **Primeira Parte** do tomo oitavo da mesmo obra.

## CAPÍTULO XXIX

---

*Exploração das terras meridionais.  
Povoamento do litoral do Paraná e de Santa Catarina  
e do planalto curitibano.  
Os Brito Peixoto e a sua fundação de Laguna.  
A frota de João de Magalhães.*

Lentamente se processou o povoamento do litoral brasileiro de Cananéia para o sul. Consta que, entre 1570 e 1584, fêz-se a descoberta de minguadas faisqueiras auríferas, nas vizinhanças do local onde se situa Paranaguá.

Por volta de 1640 começa a aparecer em terras paranaenses um vulto de notável eficiência civilizadora, Gabriel de Lara. Parece que em 1646 mandou erguer peloirinho em Paranaguá, em 1648 criada vila. A exploração de pequenos veios auríferos do litoral e do planalto atraíram povoadores. Em 1668 sabe-se que Lara oficializou a existência do pequenino arraial de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, célula inicial de Curitiba, cuja ereção em vila se deu em 1693.

Entre os povoadores primevos do planalto curitibano cita-se com destaque Mateus Martins Leme, cujo patriarcado de quase meio século nos campos de Curitiba foi indiscutível e indisputável.

Processou-se o povoamento paranaense muito tardonhamente. Seus principais núcleos contaram longamente populações escassíssimas. Assim sua contribuição à obra do bandeirantismo veio a ser muito reduzida.

No século XVII apresenta uma figura valiosa como Salvador Jorge Velho, cujo filho, Domingos Jorge da Silva, teve também relêvo. No século XVIII ocorreram algumas expedições exploradoras do oeste paranaense.

Citam-se as do curitibano Zacarias Dias Cortes, nos campos de Palmas, em busca dos cerros supostos auríferos da Ibituruna, Fidel Franco Boloto, Gabriel Alves de Araújo, Francisco Xavier Pissarro, capitão-mor de Curitiba, Francisco de Sousa de Faria e Manuel Rodrigues da Mota, exploradores da região entre o Iguaçu e o Rio Grande do Sul; Ângelo Pedroso e Manuel Ângelo Figueira de Aguiar, filho do ilustre Antônio Gonçalves Figueira, na região do Tibagi, Estêvão Ribeiro Baião, Domingos Lopes Cascais, Francisco da Silveira Peixoto; na mesma zona, Francisco Nunes Pereira, Bruno da Costa Figueira, no Iguaçu, cujo curso acompanhou até a foz, Francisco Martins Lustosa nos campos de Guarapuava. Depois de 1765 o Morgado de Mateus



**Francisco de Brito Peixoto.**

*Estátua de autoria de A. H. van Emelen, no vestibulo monumental do Museu Paulista.*

promoveu diversas expedições ao Tibagi que passava por muito aurífero e diamantífero e ao oeste paranaense devassou o notável sertanista Afonso Botelho de Sampaio e Sousa.

Ao sul de Paranaguá lentamente progrediu o povoamento efetivo da costa.

Já vimos quando os espanhóis consideravam aquêlê litoral dentro da demarcação da sua coroa, como parte do sertão dos Patos que se estendia até o Prata.

Fôra bastante povoado e nêlê haviam largamente operado as bandeiras de preia.

Em 1629 recebeu Manuel Prêto permissão do Conde de Monsanto para governar a Ilha de S. Catarina, mercê da qual se não pôde valer por ter morrido em combate, pouco depois. Em 1642 certo Antônio Fernandes obteve sesmarias por pretender colonizar a ilha de São Francisco. Nela, em 1658, fundou o paulista Manuel Lourenço de Andrade a vila de Nossa Senhora da Graça de São Francisco Xavier, à margem da magnífica baía de Batitonga. Com êle emigrara bom grupo de paulistas e entre êles Luís Rodrigues Cavalinho, homem de largas posses. Assim nasceria S. Francisco do Sul que por diversos anos seria a mais avançada guarda da expansão brasileira para as terras do meridião.

Em 1645 morria um dos mais encarniçados predadores de índios de seu tempo, no litoral catarinense, Francisco Dias, a cujo filho, Francisco Dias Velho, caberia a primeira tentativa colonizadora da Ilha de Santa Catarina. A propósito das grandes razias entre os carijós catarinenses comenta Lucas Boiteux: “o sangue dos supêrstités dessa sub-raça magnífica transfundiu-se, como um triste consolo, nas veias desses audazes desbravadores do sertão e ampliadores do território pátrio: os bandeirantes”.

Em 1657 Salvador Correia de Sá e Benevides, a quem era a região familiar, pediu ao Rei a doação de cem léguas da costa, abaixo de São Francisco alegando pretender colonizá-las.

Duzentas léguas achavam-se despovoadas informava o Conselho Ultramarino “por os moradores de S. Vicente lhes haverem ido tirar o gentio que as povoava”. Não logrou Salvador Correia o deferimento da sua pretensão. Supõe Boiteux que foi quem incitou Dias Velho a tentar a sua empresa quando, em 1662, saiu de São Paulo, a fundar a vila de Nossa Senhora do Destêrro da Ilha de Santa Catarina.

Era homem valoroso e sertanista de grande prática. Partiu para o Sul com a mulher, diversos filhos e quinhentos índios de seu serviço.

Prosperou a empresa que em 1678 tomou notável importância como base para a fundação da Colônia do Sacramento. No ano seguinte dêle dizia o governador paraguaio Gorbalan a D. José de Garro “hombrico com ochenta índios de su casa” como um dos principais invasores de um território de direito espanhol.

De 1679 data uma bandeira partida de S. Francisco, que, sob o comando de João Rodrigues de Arzão, parece ter chegado às margens do Prata através de enorme território despovoado.

Dez anos mais tarde arrazava-se a fundação de Dias Velho. Conta Pedro Taques que o povoador havendo se apossado de um patacho inglês, pirata, arribado às suas praias, aprisionou-lhe o comandante certo Frins e a tripulação.

Dois anos após tal prisão, surgiram outros estrangeiros com grande superioridade de forças e assaltaram o arraial desterreense. Trucidaram Dias Velho e muitos dos seus capturando as mulheres brancas que depois soltaram devido a intervenção de missionários.

Até agora não se conseguiu saber quem eram tais piratas, nem o nome do comandante de sua esquadilha, embora Pedro Taques lhes chame belgas (holandeses).

Depois de tal catástrofe era natural que a colonização da ilha e da costa catarinense sofresse grave retardamento. Em 1711 o sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar apenas encontrou na Ilha uns vinte moradores agrupados em torno de uma ermida. Em Garopaba minerava Miguel Dias de Arção em pobríssimas faisqueiras.

Maior era S. Francisco do Sul, onde o capitão-mor Domingos Francisques, alcunhado o *Cabecinha*, cometera inúmeros crimes.

Em fevereiro de 1715 homiziou-se para sempre no Sertão fugindo à ordem de extermínio que Gonçalves de Aguiar ia cumprir a seu respeito.

O projeto de fundação da Colônia do Sacramento foi a causa do despontar de mais um núcleo da Costa meridional que durante anos viria a ser a base da marcha do Brasil para o extremo sul: a vila de Santo Antônio dos Anjos da Alaguna, nome que imediatamente evoca patronímicos dêle inseparáveis: os de dois dos mais assinalados bandeirantes e povoadores, pai e filho, Domingos e Francisco de Brito Peixoto.

Do primeiro pouco se sabe. Era vicentino, neto dos mais velhos povoadores quinhentistas. Homem de considerável fortuna e ânimo forte pediu-lhe D. Pedro II que tomasse a si a fundação da nova vila que tanto se integrava no plano de "povoar a costa para assegurar as fronteiras"

Até hoje está imprecisa a data da fundação da Laguna. Parece que em 1674, ou em 1676, partiu Domingos de Brito do pôrto de Santos, em grande embarcação, que construía, transportando colonos e elementos para realizar a fundação desejada pelo Príncipe Regente. Naufragara, porém, e só em 1688, ao que parece, renovou a empresa, havendo quem contudo suponha que o seu naufrágio date de 1682.

Positivo parece que nesta segunda tentativa partiu Domingos de Brito por via terrestre acompanhado de seus filhos Francisco de Brito Peixoto e Sebastião de Brito Guerra, dez brancos e cinquenta escravos. Ao mesmo tempo fizera zarpar de Santos uma embarcação carregada de mantimentos e ferramentas.

Entrou o navio no pôrto da Laguna muito antes de sua chegada, pois Domingos gastou quatro meses num percurso realizado lentamente para o estudo detido das paragens onde se daria a nova fundação. Ignora-se a data do falecimento do sertanista.

Em 1696 já existiam uns rudimentos de vila na Laguna. De 1709 existe uma representação de Francisco de Brito à Câmara de São Vicente narrando as enormes dificuldades do povoamento inicial: as ásperas lutas com o gentio que lhe matara muitos companheiros de jornada e sobretudo muitos escravos. Três navios perdera seu pai, tragados pelas ondas.

Tais os contratemplos e obstáculos que, desanimado, recolhera-se êle, Francisco de Brito, a Santos. Em 1715, D. Francisco de Távora, governador do Rio de Janeiro, fê-lo voltar à Laguna, onde já viviam cinquenta casais brancos com bastantes escravos e consideráveis rebanhos bovinos.

Em 1713, com o tratado de Utrecht, retornava a Colônia do Sacramento ao domínio português e Távora empenhou-se sobremaneira a que se abrisse o caminho da Laguna ao Rio Grande de São Pedro e às campanhas hoje sul-riograndenses e uruguaias.

Regressou Francisco de Brito à vila paterna mais que provàvelmente em virtude de instigações régias.

Prosperou a Laguna produzindo cereais, peixe sêco, carnes salgadas, farinha, cordoalha de imbê exportados para o Rio de Janeiro. Vários dos seus moradores começavam a abrir estâncias muito ao sul, no vale do Jacuí, desde 1716, ao que parece.

Francisco de Brito que exercia severa vigilância contra os contrabandistas que visitavam a costa catarinense teve grandes desaguisados com o capitão-mor do Destêrro, Manuel Manso de Avelar, cujas relações com entrelopos, sobretudo franceses, contrariava, conseguindo mantá-lo prêso à fortaleza de Santos.

Em 1721 foi, por parte do Capitão-General de São Paulo, Rodrigo César de Meneses alvo de singular demonstração de aprêço, ao nomeá-lo capitão-mor das terras da Laguna, Ilha de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro.

Recorda-lhe a patente os relevantes serviços “com o descobrimento de novas terras inabitadas, conquistando gentios, extinguindo feras, facilitando caminhos para o Rio Grande de São Pedro, mandando à sua custa explorar a campanha, impedindo aos estrangeiros fazerem negócio pela costa.

Tudo isto com grande denôdo e dispêndio da sua fazenda nas dilatadas jornadas por sertões levando muitos escravos, mantimentos e materiais”.

Recomendou-lhe Rodrigo César tôda a prudência nas relações com os espanhóis.

Respondendo, dizia Francisco de Brito que tôda a conveniência havia em cultivar a amizade dos minuanos, inimigos dos tapes, de quem os jesuítas castelhanos se valiam para arrebanhar enormes pontas de gado alçado a que tangiam para as campanhas uruguaias.

Em 1732 alegava o ilustre fronteiro a D. João V não lhe consentirem os anos e os achaques satisfazer a vontade régia relativa ao estabelecimento de uma estrada da Laguna às campanhas da Colônia do

Sacramento. Mas mandara gente de sua família fazê-lo, abrindo esta comunicação com a Colônia e Montevidén.

Duas expedições despachara. A primeira haviam os tapes aprisionado. Mas a segunda, muito mais vultosa, percorrera a Vacaria do Mar arrebanhando grande gadaria. Advertira os jesuítas que não consentiria na existência de novas missões em terras de Portugal.

A fundação de Montevidén por D. Bruno Maurício de Zabala, em 1724, sobremodo alarmara a Córte portuguesa pois a nova povoação surgira entre a Colônia e o Atlântico, constituindo um enclave em terras lusitanas. Tornava-se indispensável ocupar, e bem fortificar, a barra da Lagoa dos Patos. Atribuiu D. João V esta comissão ao seu fronteiro da Laguna. Preparou-se êle para corresponder ao apêlo régio, mas teve contra si a população inteira da sua vila. Se a desamparasse, os moradores o poriam a ferros se necessário fôsse, declararam unânimes.

Assim, ante esta demonstração de amizade, em seu lugar seguiu seu genro João de Magalhães à testa de vultosa bandeira.

Partiu a chamada "Frota de João de Magalhães" em fins de outubro de 1725, custeada pelo capitão-mor. Exigira da sua pequenina povoação sacrifício muito superior às suas fôrças. Devia Magalhães cultivar a amizade dos minuans e na barra do Rio Grande formar uma povoação. Teve o maior êxito a sua comissão. Atraídos pelas ricas terras do pastoreio começaram os lagunenses a emigrar para o Sul. De 1725 data-se ao que parece Santo Antônio da Patrulha. Mas o grande êxodo começou em 1733.

A 31 de outubro de 1735 expirava Francisco de Brito Peixoto a cujos últimos anos amarguraram as intrigas e calúnias de pretendentes a sesmarias e larápios de terras.

Recordando o extraordinário papel dos Brito Peixoto e seus bandeirantes inscrevemos no escudo de Laguna, de nossa composição, o mote: Ao Sul conduzi o Brasil: *Ad meridiem Brasiliam duxi*.

A provisão régia de 11 de agôsto de 1738 desincorporou os territórios de S. Catarina e do Continente de São Pedro do Sul da jurisdição dos capitães gerais de S. Paulo, passando-os a dos do Rio de Janeiro.

Era a conseqüência de uma fundação da maior relevância confiada por Gomes Freire de Andrada ao Brigadeiro José da Silva Pais. A 19 de fevereiro de 1737 entrou êste prestante oficial no canal do Rio Grande de S. Pedro, vindo da Colônia do Sacramento à testa de uma expedição. Construiu sem perda de tempo na margem meridional do desaguadouro da Lagoa dos Patos o forte de Jesus Maria José.

Assim se criava mais uma grande circunscrição do território brasileiro.

## CAPÍTULO XXX

---

### *Abertura da estrada de São Paulo para as campanhas do Sul. Bartolomeu Pais de Abreu e Cristóvão Pereira de Abreu.*

A fundação de José da Silva Pais daria azo a que a Capitania de S. Paulo se visse muito envolta nas questões do Extremo Sul como grande aprovisionadora de homens e elementos bélicos de tódta a natureza para a manutenção da posse num território que os espanhóis tanto disputavam a Portugal.

Aos paulistas interessava muito que das campinas meridionais lhes viessem boiadas e muladas para o abastecimento próprio e dos territórios auríferos.

Eram os rebanhos sulinos sobremodo consideráveis mas as estradas a vencerem péssimas ou antes inexistentes.

Foi o que a Rodrigo César fêz ver, com todo o empenho, o inteligentíssimo Bartolomeu Pais a lhe propôr abrir uma via de comunicação entre a região sulina e S. Paulo para o trânsito de pontas e manadas. Ofereceu-se para a estabelecer sem ônus algum para a Fazenda Real mas viu-se repellido pelo Capitão-General influenciado pelos "diabólicos enredos" do ladravaz Sebastião Fernandes do Rêgo.

Do lado do sul, contemporâneamente, um sertanista dos maiores méritos pretendeu intentar a mesma obra. Era o português Cristóvão Pereira de Abreu, cujo nome tanto se notabilizou em nossos fastos setecentistas.

Homen da mais larga visão e atividade, antigo contratador dos tabacos do Rio de Janeiro, apareceu, por volta de 1720, na Colônia de Sacramento que notavelmente prosperava, sobretudo como empório exportador de courama.

Dentro em breve e com grande cópia de escravos, índios e carros de boi percorria a campanha da Colônia trazendo ao mar grandes carregamentos de couros e sebo.

Prosperou consideravelmente e percebeu que, apesar da enorme distância, negócio de grandes lucros seria a condução de bois e cavalos a São Paulo e sobretudo às Minas Gerais, então florescentíssimas. Ia ao encontro de uma sugestão da Câmara de São Paulo que em 1725 instantemente pedia a D. João V a abertura de uma estrada para as campanhas do Sul pelo interior das terras. Uns anos mais tarde incumbia o Capitão-General Caldeira Pimentel ao sargento-mor Francisco de Sousa de Faria de abrir "caminho de terra do Rio Grande de São Pedro da Costa do Mar aos Campos Gerais de Vila de Curitiba pelas

grandes utilidades que interessavam a real fazenda pelos quintos dos gados e cavalgadas”

A esta empresa, confienciava Faria ao sátrapa, teuzmente se opunham não só os moradores do litoral Laguna, S. Catarina, Parauaguá e Santos como os curitibanos. Uns por motivo de recearem a concorrência, outros por desejarem o isolacionismo, protetor de seus crimes e arbitrariedades.

A 11 de fevereiro de 1728 principiou Faria a atacar a obra em Araranguá, no lugar chamado *Conventos*, do qual a estrada conservaria o nome.

Vencendo mil dificuldades consideráveis, subiu ao planalto catarinense onde, segundo declarou, viviam mais de duzentas mil vacas, atingiu as cabeceiras do Uruguai, rumou para o Norte chegando a Curitiba, em 1730, passados mais de dois anos.

Não tardou que Cristóvão Pereira se resolvesse a arriscar-se a tão longa e dura jornada conduzindo nada menos de oitocentas cavalgadas dos campos da Colônia. Rumou por Melo, Jaguarão, Arroio Grande, Rio Grande, transpôs o canal da barra e foi ter a Araranguá, onde invernou os seus animais.

Inspecionando a estrada de Faria, desviou-a para terrenos muito melhores, fêz estivas nos alagadiços, construiu mais de trezentas pontes e pontilhões, pôs canoas e balsas nos rios maiores e em treze meses chegou a Curitiba à frente de cento e trinta homens tangendo perto de três mil eqüinos e quinhentas vacas. Em 1733 aparecia em São Paulo seguindo para as Minas Gerais a negociar as suas alimárias pois se achava crivado de dívidas.

Nos anais do Sul continuou Cristóvão Pereira a brilhar. A 28 de novembro de 1735 agredia D. Miguel de Salcedo, governador do Prata, a Colônia do Sacramento, encontrando a intemorata resistência do heróico Antônio Pedro de Vasconcelos. Pedia êste instantemente a Gomes Freire que lhe mandasse Cristóvão Pereira “a quem ninguém igualava em agilidade, préstimo e conhecimento do país e do gentio”.

Partiu Cristóvão para o Sul à testa de um regimento de curitibanos e outros paulistas, ocupou a base do Rio Grande em novembro de 1736 batendo-se com os tapes partidários dos espanhóis. Não conseguiram êsses, como se sabe, expugnar a Colônia socorrida por todo o Brasil, graças ao zêlo e à capacidade de Gomes Freire de Andrada.

A vitória naval de 22 de maio de 1737, nas águas de Martim Garcia, muito melhorou a situação dos portugueses. Já então se assinara a 16 de março, em Paris, o armistício entre as duas coroas ibéricas que poria têrmo àquela singularíssima guerra não declarada e circunscrita a um único ponto das infindáveis fronteiras das duas monarquias.

E Gomes Freire, a tal propósito, escrevia a Cristóvão Pereira exprimindo-lhe a grande satisfação de haver pôsto na real presença os bons serviços que a Sua Majestade prestara e prestava tão dedicado e eficiente vassalo.

## CAPÍTULO XXXI

---

### *O povoamento do litoral e do planalto no século XVII. As vilas paulistas e as principais freguesias.*

Ao findar o século XVII escalavam-se do Rio de Janeiro para o Sul na região paulista as seguintes vilas litorâneas: Angra dos Santos Reis da Ilha Grande, Parati, Ubatuba, São Sebastião, Santos, São Vicente, Itanhaem, Iguape, Cananéia, Paranaguá, São Francisco do Sul, pois Laguna só seria municipalidade em 1720 e Destêrro em 1726.

Angra parece ter começado em 1556 sendo vila em 1608. Em seu distrito e em meados do século XVII havia numerosos paulistas afazendados, sobretudo da família dos Rendons, descendentes de Amador Bueno, o *Aclamado*. Parati parece datar de 1646 e foi vila em 1667 e no fim da era seiscentista adquiriria grande importância com o trânsito do ouro das Minas Gerais para o litoral. Exaltação da Santa Cruz de Ubatuba nascida nas cercanias de 1600 foi vila em 1637.

De S. Sebastião há sesmarias de 1580. Em 1636 passou a vila. De sua gente procederam vários dos mais destacados nomes de sertanistas como os três filhos de Estêvão Rapôso Bocarro.

Santos, vila em 1545, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, cresceu bastante; em fins da centúria já era relativamente considerável. Repeliu em 1615 e 1641 dois fortes assaltos holandeses. Foi o berço de audazes bandeirantes como os Gonçalves Figueira e os Gaias. São Vicente decaíra muito, embora capital de sua capitania e foi a pátria dos Brito Peixoto e de Luís Dias Leme. Nossa Senhora da Conceição de Itanhaem data como vila de 1561. Nossa Senhora das Neves de Iguape, de 1665 talvez, São João Batista de Cananéia de 1600, e Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá de 1653.

No planalto existiam no Vale do Paraíba, Jacareí, Taubaté, Guaratinguetá e no do Tietê, Moji das Cruzes, Parnaíba, Itu, Sorocaba, Jundiá, no do Iguaçú, Curitiba.

São Francisco das Chagas de Taubaté, fundada em 1636 por Jaques Félix, que se supõe santista, e vila em 1645, tornar-se-ia núcleo bandeirante da maior importância. Sua atuação veio a ser sobremaneira notável com a abertura do ciclo do ouro. Seriam os taubateanos os pioneiros de tal fase. Jacareí, (Nossa Senhora da Conceição do Rio Paraíba) fundação de Antônio Afonso, foi vila em 1653, e Santo Antônio de Guaratinguetá, fundada por Domingos Leme, em 1657.

Sant'Ana de Moji das Três Cruzes, criação de Brás Cardoso (1600) recebeu o predicamento vilarejo em 1611 e Nossa Senhora do Destêrro do Campo Alegre de Jundiá fundação de Rafael de Oliveira

(1615), em 1655. Sant'Ana de Parnaíba, vila de 1625, fundada talvez em 1580, foi o berço, ao que parece, dos três irmãos Fernandes: André, Domingos, Baltasar. Cresceu notavelmente com os acontecimentos da guerra civil dos Pires e Camargos e serviu de berço a muitos dos mais notáveis "calções de couro" como Domingos Jorge Velho, os dois Anhan-güeras, Fernando Dias Falcão, e quantos mais. A divisa que lhe compusemos *Patriam feci magnam* é a mais justificada.

Nossa Senhora da Candelaria do Outu Guaçu ou, depois, Itu, fundada em 1610 (?) por Domingos Fernandes e seu genro Cristóvão Diniz passou a vila em 1653. Foi, como Parnaíba, São Paulo e Santo André já o haviam sido, um pôsto avançado extremo do Brasil civilizado em sua marcha para o centro do continente, a quarta das primeiras bôcas do sertão abertas à fímbria da selva, no interior das terras.

E assim permaneceu durante decênios. Situado em solo mais fértil do que o de Parnaíba, e mais amanhável, e sob clima mais quente, seria centro canavieiro importante. Serviu de berço a notáveis sertanistas como os dois Paí Pirá os Pires de Campos. No brasão que lhe compusemos a peça principal é o gibão de armas, dos calções de couro e a divisa *Amplior et liberior per me Brasilia*.

Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, fundada por Baltasar Fernandes e seus genros data de 1654 e foi vila em 1661.

Tornou-se notável centro sertanista para a exploração das terras de além Paraná e em seu brasão nada mais justificada é do que a presença de uma panóplia bandeirante.

Algumas freguesias existiam com destaque bem diverso do da pequenês, a que os anos as reduziriam como, por exemplo, sucedeu a Nossa Senhora da Penha de Araçariguama, paróquia de 1653, ilustrada pela presença do Padre Dr. Guilherme Pompeu de Almeida, e Juqueri freguesia de princípios do século XVII, São Roque, arraial de grandes latifundiários como Pedro Vaz de Barros e seu irmão Fernão Pais de Barros e só em 1768 paróquia, São João Batista de Atibaia, onde se afazendara o padre sertanista Mateus Nunes de Siqueira, viu-se freguesia em 1690 (?). Muito afastada dos demais centros paulistas, isolada em seu sertão, vivia a restrita Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba a menos de dezoito léguas do mar.

Ao se encetar o século XVIII ainda existiam pequeninos centros de povoação nas aldeias índias e indiáticas em tórno de São Paulo, como Santo Amaro, Pinheiros, Barueri, Guarulhos, São Miguel, Carapicuíba, M Bói, Itapeperica, Itaquaquecetuba, ou mais afastados como Nossa Senhora da Escada, S. José do Paraíba.

Os pontos extremos do avanço do povoamento irradiado de São Paulo parecem ter sido, no litoral, Laguna, na hinterlândia, Curitiba, Sorocaba, Itu, Jundiá, Atibaia, Guaratinguetá.

Núcleo algum existia ainda a cento e oitenta quilômetros contados perpendicularmente à costa (1).

(1) Sobre este capítulo vide a terceira e a quarta parte da tomo oitavo da **História Geral das Bandeiras Paulistas**.

SEGUNDA PARTE

CICLO DO OURO



## CAPÍTULO I

---

*Opiniões sôbre os paulistas correntes no século XVII.*

*Ânsia pelo encontro de metais nobres.*

*A gravíssima crise econômico-financeira do Brasil  
em fins da era seiscentista.*

*Os motins da moeda em São Paulo.*

Da cruzada euro-americana aos paulistas provieram características definidas e marcantes, que lhes valeram por parte de portugueses e estrangeiros larga curiosidade observadora, documentada por uma série de testemunhos de diversas procedências assaz numerosos para o tempo e o enorme afastamento do *habitat* daqueles a quem se reportavam.

Verídicos uns, exagerados, falsos e até grotescamente fantasiosos outros.

Contra a gente de Piratininga espalharam-se pelo mundo ocidental as vozes indignadas de espanhóis e jesuítas, com assaz larga repercussão não só ibérica como até européia.

Os vice-reis, os capitães-generais e outras autoridades, as audiências e os cabildos castelhanos, os provinciais, procuradores e simples membros da Companhia de Jesus tropejaram longamente contra aquela "gente desalmada y alevantada que no hace caso ni de la ley e ni de Dios ni tienen que ver ni con las justicias mayores del estado, huyendo-se á los bosques".

Essa mesma que marchava trezentas e quatrocentas léguas a pé e descalça pelas mais ásperas brenhas como "pudieran por las calles de Madrid" homens que "juzgados já por muertos" havia anos a "manos de los yndios" volviam aos seus lares.

As correrias contra as ordens de Sua Majestade, às reduções, o episódio de Amador Bueno, as violências contra os ouvidores, corregedores e vigários, a expulsão dos jesuítas em 1640, a atitude da embaixada enviada a D. João IV, tudo isto concorria para que, já por meados do século XVII, larga aura de independência se criasse em tórno do núcleo paulistano.

A esta fama de insubmissão enxertou-se a da belicosidade causada pela guerra civil dos Pires e Camargos e das contendas com o vigário Albernaz, e sobretudo pela reputação, cada vez maior, da capacidade combativa das bandeiras, na faina do desbravamento e da submissão do gentio.

Aquêle povo com a menor causa costuma amotinar-se e desobedecer dizia, em 1653, a D. João IV, o Provedor da Real Fazenda do Rio de Janeiro, Pedro de Sousa Pereira.

Maserati, embaixador espanhol em Lisboa a Carlos II explicava:

“Êstes portuguezes de San Pablo viven sin freno del respeto y temor del castigo de los gobernadores del Brasil.” E em 1687 o Dr. Francisco Jarque em seus *Insignes misioneros* apodava aos “mamalucos del Brasil” de “gente belicosa, atrevida e sin ley tiendo solo de cristianos el bautismo”.

Em 1663 afirmava o Governador-Geral Francisco Barreto de Meneses que a vila piratiningana era “uma Rochela”; injuriosíssimo epíteto naqueles tempos de suma fé católica.

Pelo Reino e o Brasil circulou, em fins do século, certa anedota pitoresca, veiculadora de conceito emitido a D. Pedro II pelo Secretário de Estado Mendo de Foyos Pereira. Ao Rei enunciando a resenha das vilas brasileiras omitira os nomes de S. Paulo e de suas vizinhas.

Surprêso, indagara o monarca acêrca de tal omissão, ao que lhe respondera o ministro: “Por quê, Real Senhor? porque aquelas vilas não são de Vossa Majestade!”

Dêstes fatos decorreu a atoarda que da península ibérica se espalhou pela Europa fazendo da Vila de São Paulo a capital de um estado republicano e por assim dizer independente, tratado com deferência pelos Reis de Portugal receosos de que tão belicosos e altanados súditos rompessem os laços da solidariedade lusitana confiantes na inexpugnabilidade do seu planalto, abroquelado pela Serra do Mar.

Daí os falatórios extravagantes que os bons e ingênuos capuchinhos italianos, missionários do Congo, Frei Miguel Ângelo de Gatina e Frei Dionisio de Carli ouviram em 1666 no Recife sôbre os paulistas e os que em 1699 no Rio de Janeiro também sôbre êles recolheu o engenheiro naval francês Froger, e ainda as patranhas publicadas na Holanda pelo mistificador, ignoto autor das *Viagens de Francisco Coreal*.

Havia, porém, vozes em contrário, como de esperar. Assim, em 1674, Francisco Barreto de Sampaio, Secretário do Conselho Ultramarino, afirmava que os paulistas, pacificados pelo Conde de Atouguia viviam agora conforme as leis do Reino e muito obedientes às ordens de Sua Alteza o Príncipe Regente.

Seriam uns vinte mil em suas sete vilas de serra acima, aliás já nove. A tal propósito enumerou e com os maiores gabos os serviços sertanistas, e de guerra contra os estrangeiros, dêstes vassallos e ainda os economicos como fornecedores de farinhas, carnes, algodão e legumes, às capitánias do Brasil. E mais: como fundadores de vilas, e povoações, sem ajuda alguma da fazenda dos Senhores Reis.

Corriam as últimas décadas do século XVII e já considerável era a área devassada do Brasil sem que, contudo, se tivesse revelado qualquer existência de jazigo metálico importante. Das campanhas de D. Rodrigo de Castel Blanco e de Fernão Dias Pais, só haviam resultado desilusões.

O ouro do Brasil saía aos pequenos pingos das faisqueiras paulistas. Em sete anos de 1672 a 1679 haviam os reais quintos rendido a insignificância de 629 oitavas (cêrca de duas mil e duzentas gramas).

D. Pedro II e os seus conselheiros refletiriam em uníssonos: para que serviam terras de América sem minas?

A 25 de março de 1693 apresentava Antônio Pais de Sande, governador do Rio de Janeiro, interessantíssimo relatório sôbre o problema das descobertas mineiras.

Declarou que ao seu ver era D. Rodrigo perfeito inepto. Pretender descobrir jazidas por intermédio de oficiais de tropa arregimentada e funcionários constituía a maior ilusão. Expedições sertanistas escusado seria no Brasil entregá-las a quem quer que fôsse a não ser a paulistas.

Depois dêsse exórdio passou Sande a descrever o que caracterizava a vila piratiningana, seu feitio e recursos. Eram os paulistas homens sobremodo suscetíveis. Imenso receavam perder a liberdade em que viviam, o govêrno quase livre da sua República.

Com muito tato devia Sua Majestade tratar tão altanados súditos. Convinha acenar-lhes com mercês consideráveis e honrarias e a perspectiva da aliança de suas filhas a moços de casas fidalgas do Reino, honrados, embora pobres.

E não mandasse o Rei tropa de linha guarnecer São Paulo, pois tal medida seria desastrosa. Indispensável se tornava que para as operações das pesquisas viessem especialistas, pois o Brasil dêles não dispunha.

A propósito do relatório de Sande pediu o Conselho Ultramarino a opinião do Desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio, antigo ouvidor-geral da Repartição do Sul, no Rio de Janeiro.

Mostrou-se o magistrado céptico a propósito de ocorrências de metais nobres na colônia. Até então só se descobrira ouro de lavagem (e aliás muito pouco) e nenhum de beta. Convinha lembrar que se o ouro surgisse em abundância ter-se-ia preliminarmente de angariar braços para a sua lavragem, problema de difícil solução no semideserto Brasil onde além de tudo era grande a ociosidade, balda a que os gabados paulistas não escapavam.

Ninguém ignora quanto em fins da Idade Média, o meio circulante, todo êle metálico, corria escasso para o giro comercial. As jazidas mexicanas e peruanas trouxeram enorme cópia de numerário às praças da Renascença, provocando extraordinário desenvolvimento de transações comerciais numa época ainda do mais rudimentar aparelhamento bancário.

Veio a prata em enormes golfões mas o ouro em muito menores proporções. No Brasil seiscentista o grande esteio comercial era o açúcar que freqüentemente cobria mais de 4/5 das exportações.

Em fins do século XVII passou a Colônia pela sua primeira grande crise econômico-financeira. Coincidiram a crônica deficiência do numerário e a grande baixa do açúcar. Tornou-se a situação a mais aflitiva e a ela agravou a inépcia das medidas tomadas pela Coroa, inspiradas por idéias vigentes em longínquos séculos medievais como as que

celebrizaram os reis moedeiros falsos, elevadores do valor arbitrário da moeda.

Culminou tal inépcia com a promulgação da lei de agosto de 1688 que levantou unânimes e veementíssimos protestos das autoridades e dos povos do Brasil, a partir do Arcebispo Governador-Geral do Estado. Intensa a grita popular e a mais violenta a reação dos paulistas, última grande demonstração coletiva do seu espírito de independência na era colonial. Ocorreram então os repetidos motins da moeda que pormenorizadamente descrevemos em nossa *História seiscentista da vila de S. Paulo*. Motins irruptos como protesto contra as medidas régias mandando, entre 1688 e 1693, majorar de 20, 40, 50, 66 e até 100 por cento o valor das diversas peças do moedário corrente.

Esta explosão de bom senso econômico coletivo ocorria no entanto em região pouco povoada ainda, de produção farta, que se abastecia perfeitamente a si própria, submetida a padrões os mais singelos de vida, com um comércio exterior reduzidíssimo.

Tais manifestações concorreram notavelmente para o acréscimo do renome de insubmissão que aos paulistas acompanhava reforçando o conceito por Mendo de Foyos expellido a D. Pedro II.

Afinal ante as reclamações instantes e repetidas do inteligente governador-geral Câmara Coutinho, resolveu a Coroa mudar de diretriz financeira, criando a 8 de março de 1694 grande casa da moeda na Bahia onde se cunharia moeda provincial brasileira.

Mas súbitamente como se o Brasil fôsse um palco de mágica, modificar-se-ia, e com incrível rapidez, este ambiente de penúria, graças a verdadeira torrente de ouro que, em poucos anos, a coragem e a pertinácia das bandeiras lançaria sobre o Globo com extraordinária repercussão na economia universal.

## CAPÍTULO II

---

### *A imprecisão cronológica que envolve os primeiros achados auríferos de Minas Gerais.*

Não se pôde, até hoje, apurar a quem cabe atribuir-se a primazia do achado dos riquíssimos jazigos auríferos do Espinhaço e os das Minas Gerais do Sertão dos Cataguás ocorrência de indeterminada data, aliás.

Segundo Pedro Taques, em abril de 1695, lavrava Garcia Rodrigues Pais faisqueiras de ouro aluvial no sertão de Sabarabuçu. Descobriu Orville Derby uma carta de certo Bento Correia, datada de 29 de julho de 1694, e do Rio de Janeiro relativa à chegada, a esta cidade, do Padre João de Faria Fialho e diversos parentes seus, noticiando a existência de minas que haviam descoberto. Mas não é coisa líquida que tais *placers*, aliás minguados, fôssem os do Espinhaço.

A 16 de junho de 1696 escreveu o governador fluminense Sebastião de Castro Caldas a D. Pedro II falando-lhe da descoberta de ouro no sertão de Taubaté, a duzentas léguas das minas de Paranaguá, achados devidos a Bartolomeu Bueno de Siqueira e a Carlos Pedroso da Silveira. A primeiro de março de 1697, novamente escreveria relatando o encontro de dezoito ou vinte ribeiros de pinta muito rica e do melhor ouro.

Documento anônimo das primeiras décadas setecentistas, inserto no Códice Costa Matoso afirma que, em 1697 ou 1698, se tornou público, universalmente, que os paulistas haviam descoberto muito ouro no sertão que êles chamavam dos Cataguases.

Coube-nos a magnífica ensanchar de, em 1945, trazer a público a íntegra do documento número um da bibliografia histórica de Minas Gerais, as famosas *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais*, depoimento da autoria de Bento Fernandes Furtado de Mendonça (1690-1765), um dos primeiros colonizadores do território aurífero para onde, na primeira infância, o trouxera seu pai Salvador Fernandes, homem dos de maior destaque entre os primeiros povoadores da região mineira.

De tal relato só se conhecia probo resumo embora muito truncado devido a Silva Pontes.

Paralelamente a estas *Notícias* ocorre outro depoimento valioso, prestado ao Padre Diogo Soares pelo mestre de campo José Rebêlo Perdigão, secretário do Capitão-General Artur de Sá e Meneses: *Sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais do Ouro*. Mas o relato de

Bento Fernandes leva pela importância dos informes notável vantagem sobre o de Perdigão.

Afirma o filho de Salvador Fernandes, categórico, que o primeiro ouro das Gerais foi em 1693 encontrado por Antônio Roiz de Arzão.

Achava-se este sertanista à testa de uma bandeira de cinquenta e tantos homens e descobrira em lugar ignoto as oitavas de ouro que levou a Vitória. Do Espírito Santo passara ao Rio de Janeiro voltando a Taubaté. Pensam alguns autores que tal ouro procedesse da zona de Caeté.

A seu turno narra Perdigão que Duarte Lopes, antigo e obscuro soldado da bandeira de Fernão Dias Pais, prospectando por acaso num ribeirão afluente do Guarapiranga, tanto ouro encontrou que com êle pôde fabricar várias peças. Em virtude da divulgação de tal notícia partira, em 1694, uma bandeira à busca do novo pactolo. Tinha como cabos Manuel de Camargo, seu cunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira, Miguel de Almeida e João Lopes de Camargo.

Afirma Antonil, por sua vez, com a grande autoridade que lhe assiste, haver sido certo mulato, conhecedor das minas de Paranaguá e Curitiba o descobridor do primeiro ouro. Relata Bento Fernandes que o prático da prospeção dos ribeiros era o próprio Arzão.

Aparece aí, em situação até hoje não destrinchada um dos mais famosos personagens envoltos nos fastos dos primeiros descobrimentos: Carlos Pedroso da Silveira. Não se apurou se acompanhava a Bartolomeu Bueno de Siqueira ou se sua atuação se limitou a segui-lo na viagem ao Rio de Janeiro quando apresentaram a Castro Caldas as primeiras amostras do descobrimento como escreveu Pedro Taques. Certo é que de Caldas obtiveram patentes: Pedroso de Guarda-Mor e Bueno de escrivão das novas minas. Convém notar que Perdigão não faz uma única referência tanto a um como a outro.

Afiança Bento Fernandes que o achado de Bueno data de 1697 procedendo o metal das imediações de Itaberaba. Ali voltara o sertanista em 1698 a um local onde a sua bandeira mantinha índios preados naquelas brenhas.

De regresso a Taubaté, de onde partira mostrara doze oitavas de ouro a Pedroso e este espertamente se apressara a levá-las ao governador fluminense.

É provável porém, que Bento Fernandes haja escrito o milésimo errado, 1697 em vez de 1694, visto como formalmente declara que o ouro fôra manifestado a Caldas em 1698 quando, no entanto, este deixou o govêrno em julho de 1697. Já por 1698 descia abundante ouro das Gerais. O Padre Pompéu em seu livro de negócios denuncia a entrada de agosto a janeiro de 1698 de quase duas arrôbas em Parnaíba. Muita gente corria ao território do novo Eldorado.

Conta Bento Fernandes que o primeiro a manifestar e repartir um descoberto foi Miguel Garcia, companheiro de Bartolomeu Bueno.

Enormes proporções tomou o *rush* aos jazigos, onde ocorreram cenas inenarráveis de violência como era de esperar e acentuada rivalidade entre taubateanos e paulistanos.

Realizaram-se então riquíssimos achados como os do Ouro Preto por Manuel Garcia Velho, Antônio Dias e o Padre João de Faria Fialho.

Francisco Bueno da Silva encontrou o jazigo de Ouro Bueno “de grandiosa pinta”. Vindos do Rio de Janeiro, surgiram muitos fluminenses e reinóis e desceu muita gente da Bahia e Pernambuco.

A muitos dêstes imigrantes coube o mais miserável destino pela imprevidência da viagem desprovida de recursos em tão áspero e longo itinerário. Inúmeros pereceram de fome e moléstia sem contar aquêles a quem vitimaram os crimes.

“Morreu muita gente, naquele tempo, de doenças e necessidades e outros que matavam para os roubar, na volta, que levaram ouro e ainda os camaradas que iam juntos fazer o seu negócio ou da retirada com algum ouro matavam uns aos outros pela ambição de ficarem com êle como sucedeu em muitos casos”, escreve com rude e confusa linguagem um cronista do tempo, testemunha ocular de tais acontecimentos.

Começaram a aparecer os primeiros aventureiros vindos do Norte “do sertão da Bahia, abrindo picada e trazendo algum gado para as Minas e o grande preço por que vendiam a cabeça que era a meia libra de ouro (230 g!) naqueles princípios os animava”.

E realmente era o boi vendido por 64 oitavas ou 96 mil réis quando na Bahia fôra comprado por quatro mil réis.

A êste depoimento formal da época contraria a asseveração fantasiosa, recente, de quem pretende haver existido fazendas de criação de gente do norte no território aurífero quando nêle foram encontrados os primeiros ouros. A tal corrente rebatem por completo as palavras formais do Conde de Assumar em 1718 quando afirmou que todo o vale do Rio das Velhas, das nascentes deste caudal à sua foz era sertão povoado de gentio a quem submeteram os paulistas.

A êste primeiro *rush* acompanhou pavorosa fome. Em breve prazo ficou o território aurífero inteiramente despojado de quaisquer recursos alimentícios, vegetais e animais. Chegou o alqueire de milho a ser vendido por 40 oitavas, e o feijão a 80 (60\$ e 120\$) quando valiam em S. Paulo 640 e 960 réis!

“Indivíduos tão alucinados havia que vindos de distância de 30 e 40 dias de jornada partiam sem provimento algum.

Assim, pelo caminho muitos acabaram de irremediável inanição. E houve quem matasse o companheiro para lhe tomar uma pipoca de milho”.

Iam se revelando novos e ricos jazigos como os do Ribeirão do Carmo, Catas Altas, Camargos, Brumado, Guarapiranga, Furquim, Antônio Pereira, etc.

Entre os mais destacados descobridores e mineradores dos primeiros anos citam-se o alcaide-mor José de Camargo Pimentel, Tomás Lopes de Camargo, Bento Rodrigues, Salvador de Faria e Albernaz, Francisco Bueno de Camargo, Domingos da Silva Bueno, João Lopes de Lima e seu irmão o Padre Manuel, alcunhado o *Budá*, Antônio Pereira, Dionísio da Costa, Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, etc.

Outras zonas grandemente rendosas não tardariam a ser exploradas. Duas sobretudo se avantajaram: a do Rio das Mortes, descoberta pelo taubateano Tomé Portes d'El Rei e a do Sabará, cujo revelador foi o ilustre Manuel de Borba Gato.

Falando do avanço dos aventureiros — inumerável povo de várias partes do Brasil e em maior quantidade filhos de Portugal, “os mais pobres dêles só com suas pessoas com o seu limitado trem às costas” — afirma Bento Fernandes que esta chusma famélica encontrava boa acolhida dos paulistas “dando cama e mesa a uns, a outros mantimentos e a todos lavras nas suas próprias”

A princípio eram os serviços da mineração feitos pelos “muitos índios de que se serviam os paulistas”, no dizer de Antonil.

Mas êstes pouco valiam como trabalhadores. Começaram a aparecer os africanos comprados por excessivos preços. O abastecimento dos arraiais causava a mais penosa labuta aos transportadores de gêneros e materiais “as mesmas cervis humanas porque as bêstas não tinham passagem franca como ao depois”.

Narra Bento Fernandes o assassinio de Castel Blanco, o longo homizio de Borba Gato, o encontro dêste, em 1699 e em São Paulo, com Artur de Sá e Meneses de quem solicitara o perdão régio a trôco do “manifesto de minas de ouro de tal grandeza que serviriam de grande aumento à Coroa para rendimento dos quintos reais e aumento dos povos”.

Anistiado cumprira a proinessa pois dentro em breve e do local por êle assinalado saíam arrôbas e mais arrôbas de ouro.

Tal a fúria da raspagem dos depósitos aluviais que dentro em breve prazo baixaria notavelmente o rendimento dos “jornais de oitavas” dos bateadores. Em 1707 começou, segundo Bento Fernandes, a ser experimentado o desmonte hidráulico das terras minerais.

Sôbre os primeiros anos das Minas Gerais existe o mais precioso e pormenorizado panorama o de Andreoni-Antonil — *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* — redigido entre 1709 e 1710, ao nosso ver.

Anos houvera, afirma o jesuíta, que das minas haviam saído mais de cem arrôbas (uns 1 500 kg) além daquilo que se sonegara aos quintos reais. Apesar de tudo não deixara Sua Majestade de ter grande lucro comprando barato a oitava e acomodando-a por muito mais.

Descreveu Antonil com os esclarecimentos geográficos compatíveis do tempo os três itinerários principais que de S. Paulo, Rio de Janeiro e da Cidade d'O Salvador davam acesso às minas.

De S. Paulo ao Ouro Prêto havia dois meses de marcha pelo Vale do Paraíba, a garganta do Embaú, os vales do Rio Grande e do Rio das Mortes e o do Rio das Velhas.

Do Rio de Janeiro o prazo de uma boa viagem era de trinta dias muito mais curto mas em território muito mais montanhoso. Como topografia, o caminho da Bahia era muito mais suave mas de muito mais longo percurso.

Informes excelentes também nos ministra Antonil sôbre os processos primitivos da mineração, segundo o que lhe explicara um companheiro de viagem de Artur de Sá e Meneses às Minas Gerais, em 1700.

Assim nos menciona os sinais reveladores da presença do ouro, os processos da abertura e as dimensões das catas, os métodos do desmonte das terras e do desvio das águas do leito dos rios, os indícios, avisadores de que os trabalhos deviam ser suspensos, com o encontro da esteril piçarra, etc.

A fim de se estabelecer alguma ordem ou exploração dos ribeiros assentou-se que a repartição das datas seria: inteiras de trinta braças (66 m) em quadra (4 356 m<sup>2</sup>) as duas dos descobridores, a do Rei a do Guarda-Mor, de escolha preferencial sendo as restantes distribuídas aos mineiros por meio de sorte, proporcionalmente ao número de escravos de cada qual, numa média de quatro braças quadradas por escravo.

Para alguém ser admitido a tal sorteio precisava pagar uma oitava ao repartidor e outra ao seu escrivão. A data real devia logo ser aleiloadada.

Nada mais aleatório do que os proventos da mineração.

Cita Antonil o caso de um indivíduo que vendeu a sua data por mil oitavas (3 550 g) havendo num ápice dela obtido o comprador 14 336. Mas o doloroso inverso também a cada passo ocorria em verdadeiro jôgo de azar.

Mandou D. Pedro II ao Brasil os técnicos de mineração que os povos reclamavam; quatro especialistas, cujo chefe era um Antônio Borges. Pensa Calógeras que prestaram serviços. Em 1711, segundo consta, apareceu a funcionar a primeira das rudes máquinas chamadas *rosários*, enormes almanjarras, espécies de dragas de sucção cujos motores eram os braços dos escravos.

Mas a maior porcentagem de metal obtido proveio do trabalho da batéia e do carumbé, do almocafre e da pá em operações que converteram o Brasil das minas em um superinferno de negros, perto do qual o dos engenhos e fornalhas de açúcar, por Antonil apontado, não passava de indulgente purgatório.



### CAPÍTULO III

---

*Artur de Sá e Meneses, notável administrador.  
Sua atuação nas Minas Gerais.*

Dentre os delegados régios despachados aos mais altos cargos do Estado do Brasil, figura Artur de Sá e Meneses com singular destaque. Capitão-General de Maranhão de 1687 a 1690 recebeu em 1697 igual comissão no Rio de Janeiro onde se empossou a 2 de abril.

Pensou logo em visitar S. Paulo, mas teve de diferir a viagem por saber que a vila se achava conflagrada. Nela dominava como verdadeiro régulo, Pedro de Camargo, aliado a outro caudilho poderoso e violentíssimo, Bartolomeu Fernandes de Faria.

Insurgiram-se contra os poderes municipais a propósito da lei da “baixa da moeda”. Faziam-lhes frente homens valorosos como Gaspar de Godói Colaço, Domingos da Silva, Isidro Tinoco de Sá e outros.

Aos amotinados acenou Artur de Sá com a alternativa: anistia ou repressão pelas armas. Soberbo, respondeu-lhe Camargo que melhor seria “ficasse no Rio de Janeiro com a sua infantaria. Era escusado pretender vir a S. Paulo, pois os paulistas sabiam muito bem governar-se”.

Tal o seu descomedimento que Sá ao Rei escrevendo dizia: “proferiu coisas que por indignidade não as faço presentes a Vossa Majestade”.

Não se intimidou o Capitão-General e a 24 de outubro de 1697 partiu via Parati-Guaratinguetá. Estava a viajar quando ocorreu completa transformação no âmbito político paulistano. Assassinou Godói Colaço a Camargo, em plena praça pública, em frente à Casa do Conselho, e este crime teve os mais benéficos resultados no dizer de Sá porquanto estavam os súditos de S. Paulo na iminência de se dar batalha”.

Conseguiu o delegado régio pacificar os ânimos e recompensou a Colaço com a patente de Tenente-General afastando-o numa entrada ao sertão da Vacaria.

Desenvolveu larga e inteligente atividade, visitando Santos, S. Vicente, Itanhaém, Sorocaba e Itu.

A 29 de abril de 1698, de volta ao Rio de Janeiro, escrevia a Dom Pedro II mandando-lhe alvissareiras notícias.

As “minas de Taubaté” situadas a cem léguas desta vila anunciavam-se “fertilíssimas” de ouro esplêndido, do mais subido quilate.

Seu antecessor Castro Caldas mostrara-se inoperante em face de tão notáveis sucessos. Por tôda parte êle, Sá, instigara os vassallos a “dar todo o calor à laboração das minas.”

A fim de introduzir alguma ordem num território onde campeava a anarquia, nomeara “Guarda-Mor Geral das Minas dos Cataguases”; Garcia Rodrigues Velho, dando-lhe auxiliares. Não era exato que os paulistas se recusassem a quintar o ouro em pó. Os quintos reais em pouco tempo haviam quadruplicado. Infelizmente ao distrito mineiro assolava terrível fome, nascida da imprudência dos mineradores. As poucas roças plantadas não bastavam ao sustento do número de aventureiros ocorrido ao novo pactolo.

A 20 de maio seguinte, informava o sátrapa que os trabalhos da mineração estavam em colapso, graças a fome que levava os mineiros ao extremo de recorrer aos mais imundos animais: cobras, sapos, lagartixas, içãs e até a “bichos mui alvos criados em paus podres”, cuja ingestão às vészes era fatal aos famintos.

Tornava-se indispensável abrir um caminho do Rio de Janeiro às terras do ouro. Amador Bueno da Veiga oferecera-se a fazer tal obra mas desistira do intento a que aceitara Garcia Rodrigues Pais.

A 8 de outubro de 1699, voltou Artur de Sá a S. Paulo onde permaneceu até 8 de março seguinte, tomando muitas medidas acertadas em numerosos setores administrativos e fazendo muitas concessões.

A 3 de março de 1700 expediu o *Regimento* que se haveria de guardar nas “Minas dos Cataguases e em outras quaisquer dos distritos destas capitâneas do ouro de lavagem”, regimento de 29 artigos relativos a assuntos de ordem administrativa, jurídica, política, financeira.

A 23 de agosto de 1700 partiu para a região das lavras via Taubaté. Ali se deteria longamente pois só reapareceu no Rio de Janeiro a 1.º de julho de 1701.

Segunda visita faria às terras auríferas, pois, deixando a sua capital a 20 de setembro de 1701, só a ela voltaria a 12 de julho de 1702, entregando então o govêrno a D. Álvaro da Silveira Albuquerque.

Destas jornadas auferiu enormes proventos segundo depoimentos contemporâneos.

Dos mineradores recebera dádivas e propinas entre 30 e 40 arrôbas de ouro! (entre 435 e 580 kg).

Mandou D. Pedro II promulgar o regimento de Superintendente, Guarda-Mor e mais oficiais das Minas de ouro absolutamente influenciado pelo de Artur de Sá que, certamente, para a Europa se retirou arqui-satisfeito com o resultado das ásperas jornadas a que se abalançara.

## CAPÍTULO IV

---

*Povoadores notáveis dos primeiros anos da mineração  
no território das Minas Gerais.  
Informes econômicos.*

Dentre os povoadores primeiros das Minas Gerais avultam sobretudo os dois cunhados Manuel de Borba Gato e Garcia Rodrigues Pais.

Do primeiro declarou Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho que a êle se deviam as descobertas do Rio das Velhas, de Sabará e do Caeté, pondo-lhe em relêvo os indescritíveis serviços na repartição das datas. Grande elemento de pacificação naquelas eras turbulentas teria a mais larga e benéfica atuação não só durante a guerra dos Emboabas como para a repressão ao contrabando do gado e das mercadorias e sobretudo para a do descaminho dos quintos reais.

Quanto a Garcia Rodrigues Pais houve-se o filho ilustre de Fernão Dias Pais à altura da reputação paterna na qualidade de Guarda-Mor Geral e construtor da via primordial do Caminho Novo do qual teremos de tratar largamente.

Entre outros povoadores e mineradores saídos de São Paulo na primeira fase cita Pedro Taques, com destaque Domingos da Silva Bueno, Domingos Dias da Silva, José de Góis e Morais, Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhangüera, e seu genro João Leite da Silva Ortiz, Diogo Bueno da Fonseca, Amador Bueno da Veiga, Rodrigo Bicudo Chassim, Dionísio da Costa, Antônio Bicudo Leme, Tomás Lopes de Camargo, José de Camargo Pimentel, João Lopes de Lima, Diogo de Lara e Morais, Bartolomeu Bueno do Prado, Antônio de Oliveira Leitão, Domingos Rodrigues do Prado, Sulpício Pedroso Xavier, Francisco Rodrigues Penteado e seu irmão Manuel Correia Penteado, Antônio Pompéu Taques, Pedro Frazão de Brito, José e Gaspar Soares Ferreira, os irmãos Jerônimo e Valentim Pedroso de Barros, Tomé Portes d'El-Rei, Manuel Lopes de Medeiros, Fernão Bicudo de Andrade, João Antunes Maciel, Francisco Bueno Luís da Fonseca, Lucas de Freitas Azevedo, Leonardo Nardes Frazão e Sousa, Gabriel Ponce de Leon, Baltasar Velho de Godói, Pedro de Morais Rapôso, Bento do Amaral da Silva, etc.

Numerosos nomes podem ser a êstes adicionados, contudo, da nominata que em cinco capítulos da *História Geral* procuramos estabelecer, embora certamente muito lacunosa ainda haja ficado.

O número de paulistas passados ao território mineiro representa a mais elevada cifra se considerarmos a fraquíssima densidade demo-

gráfica da região imigratória. Documentam tal asserção as obras dos dois beneméritos linhagistas Pedro Taques e Silva Leme.

Enormes moles de papel revolveram êsses dois insignes genealogistas.

Silva Leme com exaustivo esforço verificou asseverações do seu antecessor. Discutiu, aprovou e recusou-lhe as conclusões apresentando ao mesmo tempo quadros novos dos fastos da disseminação dos povoadores primevos. Estirando os fios genealógicos procedentes dos patriarcas vicentinos procurou tramar a rêde colossal que abrange o Brasil povoado pelos paulistas. Caiba-nos aqui reiterar a expressão do reconhecimento que nos prende à memória dêste amigo ilustre cujo labor extraordinário, arguto e probo, permitiu prender nossa filiação materna aos velhos troncos vicentinos. Assim se pode desvanecer o autor desta sùmula da *História Geral das Bandeiras Paulistas* de ser o décimo terceiro neto de João Ramalho.

Que moralidade poderia existir naqueles arraiais tumultuários cheios de homens de tôda espécie, se os próprios delegados régios davam o exemplo de intensa se não insaciável cupidez ajuntando "o grande cabedal de larga cópia de arrôbas" como se afirma do ilustre Artur de Sá e Meneses?

Pouco se terá escrito tão exato quanto as considerações expendidas por Antonil no seu capítulo: dos danos que tem causado ao Brasil a cobiça, depois do descobrimento do ouro nas minas.

Atraía a fama destas a homens de tôda casta e de tôdas as partes, gente de cabedais e aventureiros sem vintém, em número enorme. Os primeiros arrogantes e prepotentes acompanhados por espingardeiros, violentos, vingativos, jogadores, devassos, os demais em geral vadios e ladrões inveterados, traidores e assassinos.

Até 1710 nas minas a justiça humana não tivera ainda tribunal nem o respeito de que em outras partes gozava, graças à presença de Ministros assistidos de numeroso e seguro séqüito policial.

Os bispos e os prelados das ordens viviam amargurados a ouvirem narrar o que no território mineiro praticavam clérigos seculares e regulares.

E não era pequeno o número de apóstatas, egressos e giróvagos. Muitos não passavam de impostores chegando a desfaçatez de arvorar insígnias episcopais como certo e misterioso arcebispo de Samos.

Multiplicavam-se as ordens régias visando o extermínio dêste nefasto bando. Em 1709 exigiu-se de qualquer eclesiástico querendo embarcar para o Brasil, formal licença régia. Aos comandantes de navios que transportassem clérigos, passageiros clandestinos foram cominadas arrasadoras multas.

O êxodo para as minas desorganizara o trabalho rural prejudicando imenso a lavoura e a indústria canavieiras. E de ano para ano aumentava o descaminho dos quintos reais.

Perderia Antonil o seu tempo com o expender tão retas e exatas considerações. Não chegariam a público pois, por expressa ordem real e logo após a sua impressão, como tanto se sabe, seria destruída quase tôda a edição da sua preciosíssima *Cultura*.

Dez anos mais tarde o Conde de Assumar em seu *Discurso histórico-político* reforçaria o negrume do quadro do insigne jesuíta. Pitorescamente explicava que à população das minas “contaminava a influência das emanações do ouro entranhado no solo. De tais fluidos provinha a inquietação e a rebelião dos homens a cujos pés infeccionavam as fezes do fulvo metal do clássico chavão. Emitia o chão vapores e fumos corruptores do ar. Pelos poros, narinas e bôca penetrava o seu bafo ténue e sutil, entranhava-se nos ossos a cuja medula exinania (sic!). Aí residia a explicação de sentimentos daquela população de indivíduos brutos e facinorosos, homens cheios de tôda a espécie de maldade, luxúria, cobiça, inveja e dolo. Daí a causa de tantos homicídios, contendas, malícias, murmurações, de sujeitos execrandos, ignominiosos, indisciplinados, destituídos de qualquer amor à ordem, amizade, e compaixão”.

Naquela corja surgia o profuso número dos grandes e poderosos mestres de campo, brigadeiros e coronéis, criados do pé para a mão, dentre a turba de miseráveis imigrantes aparecidos com o sacco da ínfima bagagem às costas, na qual se encontravam clérigos péssimos e militares desertores, escapos aos aljubes e aos calabouços.

Em suma, concluía o autor do ilegal justicamento do pseudo proto-mártir da nossa independência nacional Filipe dos Santos, as minas constituíam uma república onde o atrevimento imperava armado e o Direito vivia quase sempre inerme.

Peca por excessiva esta iracundíssima objurgatória contra uma população inteira, ditada pelas acres reminiscências do capitão-general a propósito dos fatos de 1720.

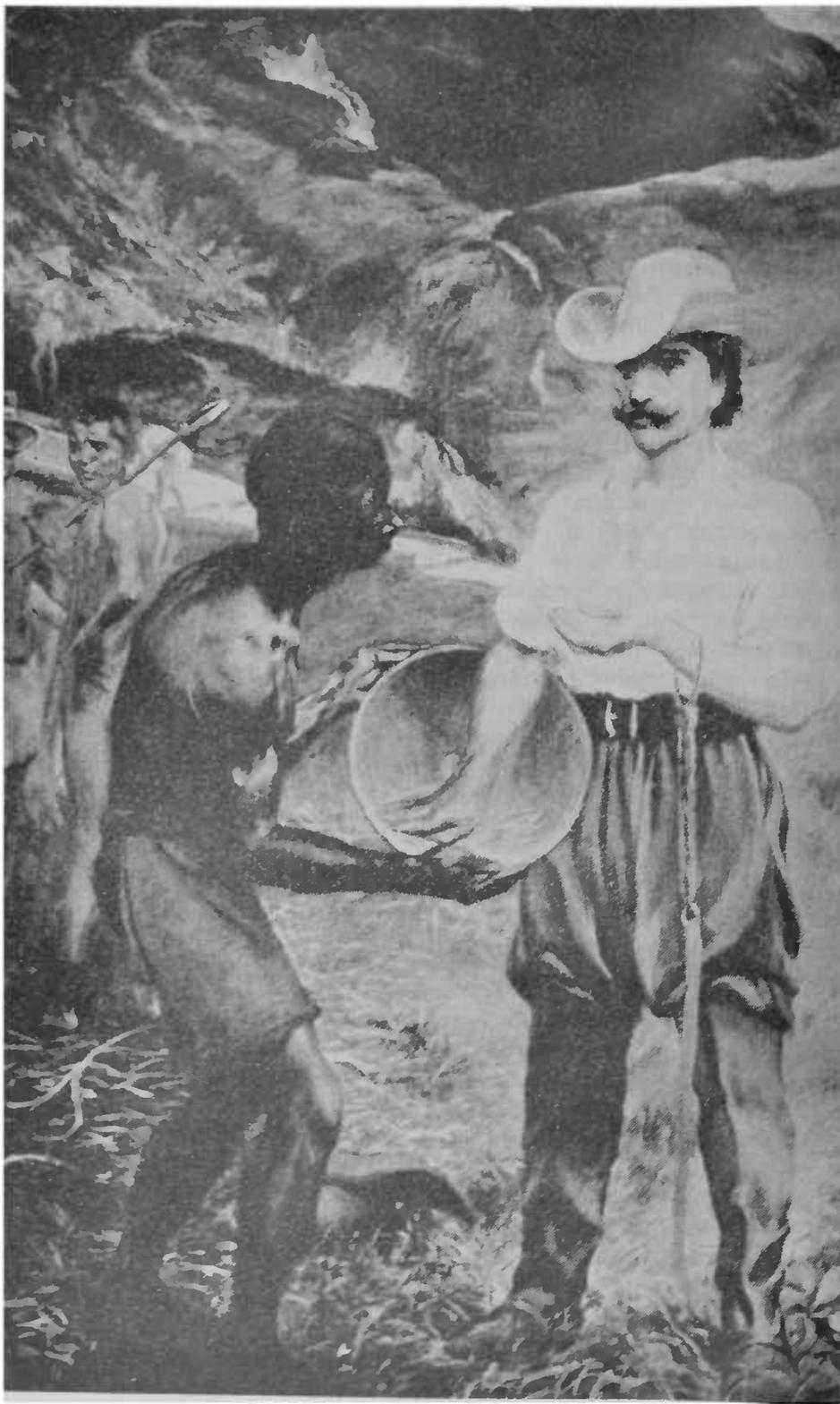
As considerações de Antonil subordinadas ao título “Da abundância dos mantimentos de todo usual que hoje há nas minas e do pouco caso que se faz dos preços extraordinariamente altos” dão-nos excelente quadro de costumes.

A estas observações acompanha tabela inapreciavelmente valiosa, o ról dos preços vigentes em 1703, no distrito aurífero.

Respigando aqui e acolá ficamos sabendo que o equivalente da aquisição era em ouro:

Por uma rês vulgar .....	280 g	ou	80 oit.
Por um boi regular .....	350 "		100 "
Por um alqueire de farinha de mandioca .....	140		40
Por um escravo forte e valente .....	1050		300
Por um escravo bom oficial .....	1750		500
Por um escravo moleque .....	470		120
Por uma escrava mulata, prendada .....	2100		600
Por uma escrava preta, cozinheira .....	1225		350
Por um cavalo sendeiro .....	350		100
Por um cavalo bom andador .....	918		256

A cento e vinte léguas do território aurífero, em São Paulo, os preços destas diversas utilidades eram extraordinariamente mais bai-



Ciclo do ouro.

*Painel de Rodolfo Amoedo — Galeria do Museu Paulista.*

xos. Valia um boi de corte dois mil réis e nas minas cento e vinte, um cavalo 10\$000 ali 120\$000, uma libra de açúcar 120 réis e lá 1 200.

Uma arrôba de carne fresca custava 40 vêzes menos.

Acaso existissem as fantasmáticas boiadas das fazendas de criação do território aurífero, anteriores à entrada dos mineradores, e acaso se poderia conceber semelhante de desencontro de preços? Na costa os escravos valiam entre  $1/6$   $1/3$  do que chegavam a alcançar nas minas.

Discorrendo sôbre o custo da vida na zona do ouro observa Antonil quanto havia êle contribuído para provocar grave crise econômica no Brasil:

“Êstes preços tão altos e tão correntes nas minas foram a causa de subirem tanto os preços de tôdas as coisas como se experimenta nos portos, cidades e vilas do Brasil e ficarem desforneados muitos engenhos de açúcar das peças necessárias e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos por se levarem quase todos aonde vendidos haviam de dar maior lucro.”

Era o ouro mais barato em São Paulo e Santos do que no Rio de Janeiro e Bahia, como de esperar. Valia a arrôba 5:734\$000 na cidade do Salvador, 5:324\$000 no Rio e em São Paulo em 1699 segundo os apontamentos do padre Guilherme Pompéu 4:915\$200, ouro em pó quintado.

Duas circunstâncias se conjugavam para dar enorme realce ao valor do ouro do novo pacto brasileiro. O preço do metal regulava um oitenta avos do que é hoje (julho de 1951) ao passo que o coeficiente de sua capacidade aquisitiva guarda quiçá uma relação de um para quinhentos.

Os primeiros chegados, ou os grandes afortunados do acaso dos achados, obtiveram alguns dêles, extraordinários proventos.

Fala-nos Antonil que Baltasar de Godói ajuntou 20 arrôbas. Francisco do Amaral mais de 50, Manuel de Borba Gato e Manuel Nunes Viana um pouco menos, Amador Bueno da Veiga 8, os Irmãos Penteados 7, Garcia Rodrigues Pais e João Lopes de Lima 5, José de Góis de Moraes bastante cabedal.

Espertos negociantes como certo Tomás Ferreira abarcador de grandes boiadas dos campos da Bahia para os jazigos e comprador de roças de milho, senhor de muitos escravos, bateadores, também ajuntaram enorme cabedal.

Havia porém desagradáveis imprevistos como sucedeu a êste mesmo Ferreira que amealhara mais de 40 arrôbas em ser e a cobrar. Houve um devedor que lhe deu por desgostos umas poucas balas de chumbo. “Isto é o que sucede não poucas vêzes nas minas” observa o bom Antonil.

Vivia a região infestada de chatins vendedores de comestíveis, aguardentes e garapas, artigos que deixavam grande lucro pelo fato de que a trôco de comida e álcool compravam muito metal escondido pelos negros e índios escravos.

Havia enorme solicitação de braços para a laboração dos jazigos. Eram os índios poucos além de maus trabalhadores; assim as autoridades reclamavam, em altos brados, negros de Guiné.

A Junta de Cacheu e Índias apenas concedera a São Paulo 200 africanos, anualmente, o que para nada dava. Daí a recrudescência do tráfico clandestino. O valor dos escravos era tal, junto às catas, que não tardou o ouro brasileiro a surgir, abundante, em Angola, aplicado a compra de futuros mártires da mineração.

Ante o clamor dos povos resolveu Dom João V, por alvará de 24 de março de 1709, franquear as entradas de africanos. As autoridades de diversas capitâneas espavoridas com o êxodo de suas escravaturas reclamavam contra tal estado de coisas e o rei em 1711 proibiu expressamente a venda para o Rio de Janeiro de escravos empregados em engenhos e mais fábricas.

Em 1712, na zona do Ribeirão do Carmo havia onze mil escravos trabalhando na mineração. Em 1718 seriam 34 094.

As contínuas requisições dos índios das aldeias reais haviam causado o despovoamento destes núcleos aliás pouco consideráveis.

Trouxe a descoberta do ouro a recrudescência das violências contra os infelizes descendentes dos autóctones, a cada passo requisitados a título de acudir ao real serviço.

Frouxamente os defendia um ou outro administrador como Izidro Tinoco de Sá, em princípios do século XVIII, na qualidade de administrador das aldeias do Real Padroado.

## CAPÍTULO V

---

*O povoamento dos Currais da Bahia.  
Afluxo de paulistas.  
Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira.*

Nos primeiros anos setecentistas enorme foi o desequilíbrio econômico da região paulista como reflexo das descobertas auríferas.

Clamores e mais clamores dos povos ecoam nas páginas da documentação municipal paulistana. Quando procurador do Conselho, em 1704, tentou Bartolomeu Pais de Abreu remediar a tal estado de coisas atendendo ao “bramo dos povos” revoltado com a ascensão contínua, e considerável, do custo da vida. Despudoradamente agiam açambarcadores e agiotas e notava-se grande evasão do meio circulante, encaminhado para o Rio de Janeiro.

Proibiu a Câmara a exportação de gêneros alimentícios à vista de que em 1700 a 1705 triplicara a farinha, de preço, e o milho quadruplicara, tudo se devendo ao êxodo dos trabalhadores para a região mineira. A base de alimentação das populações dos arraiais mineiros vinha a ser a carne de vaca e o rebanho paulista era então muito reduzido.

Pretende Antonil que em 1700 o do Rio de Janeiro seria de 60 000 cabeças, concentradas, sobretudo, nos campos dos Goitacases. Incomparavelmente mais numeroso o rebanho nordestino: 800 mil bois em Pernambuco; mais de 500 000 na Bahia. Sobre o paulista não conhecemos estimativa alguma, mas devia ser muito menos considerável. Em torno de 1700 não chegava o creso de Parnaíba, padre Guilherme Pompéu, o homem mais rico da capitania, a contar mil reses em seus diversos currais. No entanto era incomparavelmente mais opulento do que qualquer outro seu contemporâneo e negociava a remessa de pontas para as minas.

Ainda em 1718 seria o rebanho de S. Paulo pequeno à vista das informações prestadas ao conde de Assumar, quando pretendia trazer boiadas paulistas ao Espinhaço. Os bois da Bahia e Pernambuco negociavam-se em seus currais entre 5\$000 e 8\$000 e valiam nas minas entre 80\$000 e 120\$000. Assim era o negócio magnífico para os marchantes, como foi para o desastrado Tomás Ferreira.

Em enorme zona chamada dos Currais da Bahia em território então baiano e pernambucano e hoje mineiro e baiano, afazendaram-se, no último quartel do século XVIII, se não talvez antes, numerosos paulistas, entre os quais diversos dos mais destacados nos fastos do bandeirantismo. Fundaram enormes fazendas de criação no Vale do São



Ciclo dos criadores de gado.

*Painel da autoria de João Batista da Costa — Galeria do Museu Paulista.*

Francisco da foz do Rio das Velhas para o Norte, e nos de seus afluentes como o Verde, o Urucuia, o Carinhanha, o Paracatu.

Os dois mais célebres destes criadores, donos de incontáveis léguas quadradas, foram Matias Cardoso de Almeida e Antônio Gonçalves Figueira, grandes sertanistas, cheios de serviços de guerra como já vimos. A muitos de seus parentes e amigos arrastaram para perto de si, tornaram-se fundadores de novos e grandes currais como naquele tempo se dizia. Em torno de Antônio Gonçalves Figueira fixaram-se seu pai, irmãos e cunhados. Tiveram colossais propriedades sobretudo no Rio Verde Grande.

Matias Cardoso sitiou-se à margem do São Francisco e fundou o grande arraial de Morrinhos, centro de copiosas e rendosas fazendas de gados, vacuns e cavalaes com os quais assegurou abundante patrimônio a seu filho Januário Cardoso.

Em Morrinhos grande igreja edificou, ainda hoje existente e notável para o tempo, padrão monumental de povoado. No dizer de Pedro Taques, tão grande era que merecia o caráter de vila. No vale do Urucuia afazendou-se Estêvão Rapôso Bocarro como um dos maiores potentados dos Currais da Bahia. A diversos outros desses latifundiários cita Pedro Taques.

A sùmula desses fatos enquadra-se nas palavras de J. J. da Rocha quando, em 1780, escrevia em sua descrição da Capitania de Minas Gerais: "Foram os paulistas os primeiros que se entranharam pelo Rio de São Francisco, povoaram e encheram de gado as suas margens, de que hoje se sustenta o grande corpo das minas".

A esquerda do caudal de Paulo Afonso, no sertão do Carinhanha, possuía Manuel Nunes Viana, o famoso caudilho emboaba, o enorme latifúndio da Tabua.

Pela tão citada carta de Pedro Taques de Almeida a D. João de Lencastre, divulgada por Derby, sabe-se que, em 1700, era o São Francisco chamado pelos paulistas o Rio dos Currais.

Estudando o caso dos caminhos do atual norte mineiro e sua ligação com a zona do ouro, lançou Salomão de Vasconcelos esta afirmativa peremptória: "Quando o homem do almocafre, saindo do Sul, vadiando os rios, grimando as serras e afundando nos vales, atingiu as ribeiras do Rio das Velhas e do Paraopeba, em busca do ouro, já encontrou aí estabelecido, a estender-lhe a mão de boas-vindas, o sertanejo do Norte cercado de suas manadas".

Acaso assim fôsse, teriam ocorrido as terríveis fomes que por duas vezes, de tal modo flagelaram os primeiros mineradores, a ponto de lhes matar muita gente, dispersar-lhe muita outra e forçar a cessação completa dos trabalhos da mineração?

Preliminarmente quem foram esses pioneiros sertanejos do Norte, donos de tais manadas? Como se chamavam esses criadores? De onde procediam? Não das terras setentrionais e sim das de São Paulo. O próprio lançador de tão singular tese só cita nomes de paulistas, exceção feita do de Manuel Nunes Viana, aliás assinalado na região aurífera bem depois de 1700.

Por sua vez avança Basílio de Magalhães uma conclusão que nos parece perfeitamente exata quando observa que “no setor meridional extremo da zona da pecuária dos currais da Bahia a ocupação definitiva do território foi em sua maior parte simples prolação do movimento do bandeirismo paulista”.

Analisemos porém a afirmativa realmente desconcertante de Vasconcelos. Onde mineravam os famintos de 1698 e 1700? No Carmo, no Ouro Preto, no Sabará à margem do Rio das Velhas.

Entretanto que distância os separaria das bases de abastecimento da carne que o erudito autor mineiro declara já então existirem? menos de cinquenta quilômetros em linha reta. Se tão perto existiam manadas, nas vizinhanças da atual cidade de Sabará, delas não se socorreriam os acossados pela tremenda fome quando ainda por cima aos donos das boiadas se propiciava maravilhosa ocasião para venderem os seus animais por aquelas enormes cópias de oitavas de que nos fala Antonil?

Invoca o erudito autor mineiro em defesa da sua tese o trancamento dos caminhos do Norte pela ineptíssima carta-régia de 1701. Mas esta posterior ao período das grandes fomes, deve ter se divulgado nas Minas Gerais depois de tal milésimo.

Como maior de espadas, recorre Vasconcelos a um trecho de Capistrano sôbre a dilatação da zona pecuária francisquense quando em seus tão admirados *Capítulos de História Colonial* declara que as últimas fazendas de gados de um e outro lado do São Francisco estavam à altura da barra do Rio das Velhas, de acôrdo com o documento anônimo revelado por êste mestre de ímpar probidade.

Causa-nos suma estranheza que, fazendo esta invocação documental, haja o nosso contraditado esquecido de mencionar a categórica afirmação de Capistrano, a saber: “o documento é pouco posterior a 1705”. Infeliz descuido de capital importância para o julgamento do debate em aprêço.

Assim, depois de 1705, quando pelo menos havia oito anos que os paulistas mineravam no alto Rio das Velhas os criadores, seus mais próximos vizinhos, viviam à foz dêste rio, a centenas de quilômetros das lavras auríferas. Já passado mais de um lustro da segunda e última grande fome, portanto, já depois de 1705 ainda estavam as últimas fazendas de criar à altura da foz do Rio das Velhas a trezentos quilômetros, em linha reta, de Sabará. Era pois de muito longe que os homens do gado estendiam a fraterna mão aos do almocafre.

Ainda em defesa de sua tese invoca o erudito autor de *Bandeirismo* novo trecho de Capistrano: “Antes da descoberta do ouro já muitas famílias paulistas (por que não também baianas?) se achavam estabelecidas em suas fazendas de gado nas vizinhanças do Rio das Velhas”

A adição dêste parêntese nos deixa singularmente perplexos. Parece provir dos *Capítulos* do mestre cearense quando escreveu: “Ainda antes dos descobrimentos das minas sabemos que nas ribeiras do Rio das Velhas e das do São Francisco, havia mais de cem famílias paulistas entregues a criação de gado.”

O parêntese “por que não também baianas?” não encontramos citado de tópico algum dos *Capítulos* nem o conseguimos localizar na obra do grande historiador.

Urbino Viana em *Sertanistas Baianos* diversas vezes cita o trecho em aprêço mas sem o esquisito parêntese. E no entanto compartilha da opinião do autor de *Bandeirismo*.

Em contraposição a esta afirmativa recordemos as expressões peremptórias de J. J. da Rocha, em 1780: “Foram os paulistas os primeiros que se entranharam pelo Rio de São Francisco, povoaram e encheram de gado as suas margens,” etc.

Reforcemos, porém, esta argumentação com as categóricas palavras de autoridade muito mais antiga do que a de Rocha a do Capitão-General Conde de Assumar.

A 15 de outubro de 1718, e em solene bando às populações do vale do Rio das Velhas afirmava que os paulistas haviam “devastado todo êsse país e até a barra do Rio das Velhas, à sua custa só para fazer serviço a Sua Majestade e novos descobrimentos”.

Haverá contestação mais cabal às afirmativas do Dr. Vasconcelos?

Onde, por ocasião das grandes fomes de 1698 e 1700, andavam êstes criadores do Norte, localizados no Distrito aurífero com as suas manadas à espera dos futuros mineradores a lhe darem fraterno amplexo?

Por que não socorreram então a êstes irmãos tão efusivamente recebidos? Pela razão simplíssima de que no Vale do Rio das Velhas não devia ainda existir um único dêses criadores e, portanto, nenhum boi e sim apenas muitos e muitos bravios índios.

Assim o amplexo fraterno dos criadores aos mineradores só pode ter sido praticado por êmulos do rei persa, alcunhado o *Longimano*, cujos membros superiores tivessem uma extensão de 300 quilômetros.

Acaso existissem manadas na contigüidade dos primeiros arraiais, teria o tão minucioso Bento Fernandes deixado de se referir a elas quando largamente fala dos períodos de fome? Quando narra os terríveis momentos da carência total de alimentos que levava a população dos ribeiros auríferos a devorar os mais asquerosos animais, como a D. Pedro II e em maio de 1698 relatava o General Artur de Sá?

Como é que os diversos depoentes cujos testemunhos se encontram no Códice Costa Matoso e nos descrevem as agruras do esfomeamento, a ponto de levar os mineiros a recorrer às larvas repugnantes dos chamados “bichos de taquara,” cuja ingestão era freqüentemente muito tóxica, como é que em nenhum dêses depoimentos se encontra uma única alusão às fantasmagóricas manadas de Vasconcelos e Urbino Viana?

E haverá argumento mais concludente, mais formal do que o do anônimo autor da *Relação do Princípio Descoberto Destas Minas Gerais*, documento inserto no Códice Costa Matoso?

Vejamos o que textualmente nos informa:

“Com notícia de haver ouro nestas Minas e povoação de gente, vieram do Sertão da Bahia, abrindo picada e trazendo algum gado para elas, e o grande preço por que vendiam a cabeça, que era a meia libra de ouro, naqueles princípios os animara à esterilidade do caminho, no qual morreu muita gente, naquele tempo, de doenças e necessidade; e outros que mataram para os roubar, na volta que levavam ouro e onde os camaradas que iam juntos fazer o seu negócio, ou de retirada com algum ouro; matavam uns a outros pela ambição de ficarem com êle, como sucederam muitos casos dêstes; e pelo tempo em diante se foram franqueando mais os caminhos com a muita gente que para elas veio de tôda a América; Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo e também do sertão que é muito extenso e tem muita gente e fizeram arraiais onde acharam melhores conveniências.”

## CAPÍTULO VI

---

*Os grandes aquinhoados do ouro. O Padre Guilherme Pompéu e seus êmulos. O ambiente dos primeiros anos das Minas.*

O mais notável dos beneficiados do ouro foi certamente alguém que às minas não foi ter, enriquecendo como fornecedor e banqueiro dos bandeirantes: o padre Dr. Guilherme Pompéu de Almeida (1656-1713) cujo fausto deslumbrou o Brasil de seu tempo e aos delegados régios a ponto de Artur de Sá propô-lo para primeiro ocupante plausível do sólio episcopal a ser criado em São Paulo.

Viveu como fazendeiro magnata, em suas casas e fazendas de Parnaíba, Araçariguama e Itu, fazendo celebrar estrondosas festas religiosas, hospedando centenas de convidados extasiados com a visão de sua prataria, de suas alfaias religiosas e seculares.

Despachava às minas grandes comboios de gado e mercadorias, vendidos com enormes lucros. Recebia ouro de numerosos parentes e amigos, de quem era o comissário, pois mantinha correspondentes nas grandes praças do Brasil e do Reino. Não era de todo nenhum agiota e sim apenas notável comerciante e suas contas decorriam do modo mais liso.

Legou a grande fortuna ao Colégio de São Paulo aí se incluindo considerável livraria.

Seu primo irmão José de Góis e Moraes tão feliz foi, em sua estada nas Gerais, que se abalçou a adquirir do Marquês de Cascais a Capitania de São Vicente o que motivou a atuação da Coroa comprando tais direitos para si em 1709.

Entre outros mineradores felizes citam-se Fernando Dias Falcão que mais tarde muito se distinguira nos primeiros anos de Cuiabá; Antônio Rodrigues de Medeiros, o *tripui*, minerador do Ouro Preto, onde um topônimo recorda o seu apelido; Antônio do Prado da Cunha antigo oficial de Fernão Dias Pais; Domingos Rodrigues do Prado, homem temível, cujos nomes evocam os grandes motins de Pitangui e os primeiros milésimos goianos; os Irmãos Penteado, Manuel Correia e Francisco Rodrigues, que cheios de ouro voltaram a viver fidalgamente em sua terra natal; Dionísio da Costa, dono de “grandiosa lavra” que lhe permitiu volver ao litoral paulista para, em Santos, viver faustosamente; Miguel Gonçalves Figueira, tão rico quanto dadivoso; Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, que se supõe haja sido o fundador do Ribeirão do Carmo, hoje Mariana, etc.

Entre os mais salientes descobridores citam-se ainda Antônio Dias de Oliveira, o Padre João de Faria Fialho, Manuel Afonso Gaia, Pe-

dro Vaz de Barros, Tomás e João Lopes de Camargo, Domingos Velho Cabral, Boaventura Furtado de Moraes, Francisco da Silva Bueno, na zona de Ouro Preto; José de Camargo Pimentel, em Bom-Sucesso; Domingos Borges, descobridor do riquíssimo *placer* de Catas Altas, José Rodrigues Betim e Antônio Pompeu Taques, em Betim, os Irmãos Raposo, em Rapôso, o segundo *Anhangüera* e seu genro Ortiz, no Rio das Velhas, Mateus Leme, etc., etc. No Sul mineiro, o melhor veio parece ter sido o de Aiuruoca, embora de ouro de baixo quilate.

Depois das opulências das Minas Gerais do Ouro Preto, do Ribeirão do Carmo e do Sabará fazem figura os *placers* do Rio das Mortes, cujo primeiro grande povoador foi Tomé Portes D'El-Rei que nos arredores da atual S. João D'El-Rei, plantou grandes roças com as quais abastecia os emigrantes em trânsito por aquêlo ponto obrigatório em "caminho antiquíssimo que sempre seguiram as bandeiras dos sertanistas para o sertão dos Cataguases" Com Tomé Portes emigraram seus filhos e genros. Alguns anos mais tarde acabaria assassinado pelos próprios escravos.

Na zona do Rio das Mortes numerosos paulistas vieram minerar mas em geral povoadores de menor destaque do que os das Gerais, do Carmo e do Sabará. Entre os de maior prol citaremos Pedro de Moraes Raposo e João Antunes Maciel.

O território aurífero no decorrer dos primeiros anos tornou-se verdadeiro lugar de despejo de uma infinidade de valdevinos, traficantes, velhacos e ladrões de toda espécie entre os quais como de esperar avultavam os homicidas. Numerosíssimos soldados e marinheiros para êle emigraram e o mesmo se deu com maus e péssimos clérigos.

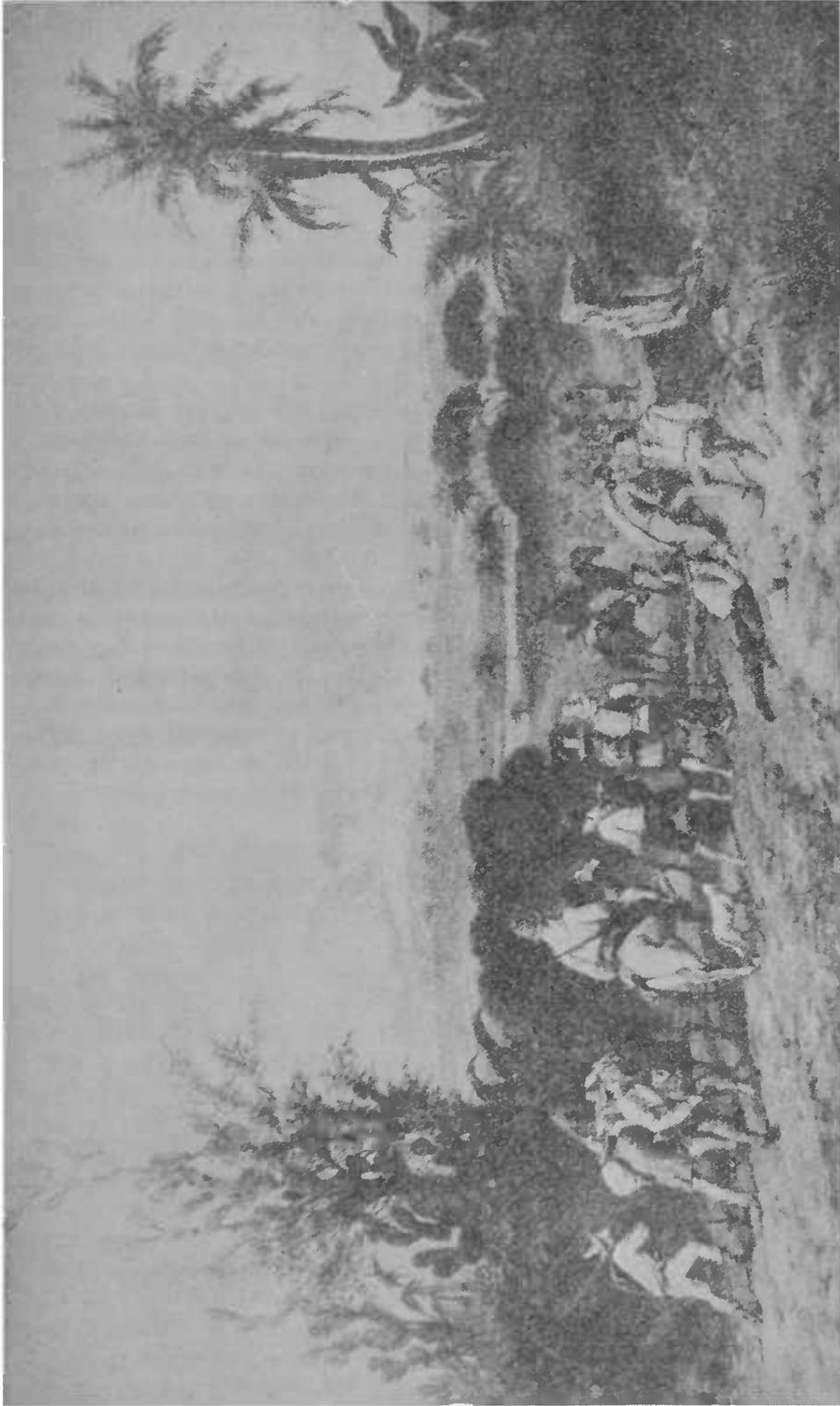
O govêrno civil e militar e as autoridades episcopais viviam a representar aos reis a propósito de tão nefasta situação sem que suas reclamações surtisses efeito. Achavam-se os arraiais cheios de gente de S. Paulo, do Brasil, do Reino e de outros países europeus, além de conterem grande escravatura. Viviam "sem figura alguma de juízo para a administração da justiça no cível e crime" escreve um contemporâneo.

Foi então que D. Pedro II resolveu despachar, para aquela região anarquizada, "um ministro de letras, com amplíssima jurisdição, em matéria de minerar, e do cível e crime, de sua real fazenda e seus quintos e fazenda de defuntos e ausentes"

Deveria formar regimento para a Repartição das terras minerais. Ao mesmo tempo criou o monarca, a 19 de abril de 1702, o cargo de guarda-mor geral das minas, do qual foi provido Garcia Rodrigues Pais.

O primeiro superintendente, e autoridade judicial permanente do distrito, foi o Desembargador José Vaz Pinto, nomeado ao mesmo tempo que Garcia. Mas a delimitação das funções ficou indecisa. Daí surgiram contendas com o governador e o ouvidor geral do Rio de Janeiro.

Era Vaz Pinto, no dizer de Antonil, personagem imoral, pretendendo enriquecer rapidamente, como aliás o conseguiu e parece que brilhantemente. Ao cabo de dois anos retirou-se do território de sua jurisdicatura, com largo cabedal, a alegar que Valentim Pedroso de Bar-



*Aventureiros encaminhando-se para as Minas Gerais.  
Composição inspirada por Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro.*

ros pretendia assassiná-lo. Assim passou a superintendência a Manuel de Borba Gato, para o Sabará, e a Baltasar de Godói Moreira, para as Minas Gerais.

Dentre os péssimos clérigos a quem aludimos tornou-se um famoso: Frei Francisco de Meneses, trinitário, personagem até hoje de assaz obscura biografia que bem merecia ser esclarecida. Dizem autores antigos que pertencia à melhor fidalguia portugueza “à ilustríssima casa de Águas Belas”

Apóstata, ou, pelo menos, egresso da sua Ordem, segundo parece, conta Bento Fernandes, que apareceu nas Minas trazendo como comparsa certo Frei Conrado. Tinha a mentalidade do açambarcador voraz e começou a operar sôbre o fumo empregando na especulação nada menos de três arrôbas de ouro, pois esperava vender o tabaco pelo dôbro do preço então corrente.

Apesar de fortemente amparado, fracassara tal negócio devido à resistência dos paulistas. Assim se voltou para outro mais rendoso: o monopólio do corte da carne de vaca dos arraiais. Mas, pela segunda vez, se viu contrariado pela inflexível oposição dos paulistas, apoiados por alguns reinóis influentes. De tais malogros se conta que veio a criar mortal ódio aos de São Paulo.

Reinava no território aurífero nos primeiros anos incrível balburdia em matéria de jurisdição eclesiástica, favorecedora da anarquia espiritual ali reinante. Não se sabia a que diocese pertencia o distrito, se à do Rio de Janeiro, se à da Bahia. Viviam os dois prelados, em dúvidas, colidindo os mandatos de um e outro em relação a curas e visitantes. Não sabiam os povos a que pastôres pertenciam, em “freguesias móveis de um lugar para outro como os filhos de Israel no deserto,” ao sabor das vantagens e desvantagens das prospecção dos ribeiros.

## CAPÍTULO VII

---

*Garcia Rodrigues Pais e o Caminho Novo.  
A variante de Bernardo Soares de Proença.*

Uma das grandes causas de desordem na região mineira provinha da falta de estradas que a ligassem aos centros civilizados e ao litoral. O caminho para São Paulo era o mais antigo de todos, o dos descobridores dos jazigos do Espinhaço. Mas na época dos descobrimentos não existia ainda via alguma terrestre entre São Paulo e o Rio de Janeiro. Em Guaratinguetá infletia a estrada para a costa em direção a Parati. Fazia-se a travessia marítima dêste pôrto a Guaratiba onde se reenctava a jornada terrestre.

Os primeiros ouros quintados das Minas vieram a Taubaté, à oficina real, para seguirem via Parati ao Rio de Janeiro. Era porém arriscada a travessia marítima devido a presença de numerosos corsários e pexelingres nas águas do gôlfo angrense.

Foi então que Garcia Rodrigues prestou o mais benemérito serviço oferecendo-se a executar emprêsa da mais larga monta. Em 1694, êste filho ilustre de Fernão Dias Pais residia em S. Paulo onde era Juiz Ordinário. Alegaria mais tarde a D. Pedro II que os primeiros achados do ouro lhe eram devidos mas esta prioridade está longe de ser indiscutível.

Foi a 19 de novembro de 1697 nomeado administrador das Minas de ouro de lavagem e de esmeraldas. Parecia empolgado pela idéia de que opulentos jazigos de pedras verdes seriam fatalmente descobertos.

A carta de Artur de Sá ao Rei, a 28 de maio de 1698, dá a entender que naquela época não havia ainda grande confiança no rendimento das explorações auríferas. Não se sabia avaliar a importância exata dos achados nos leitos dos ribeiros do atual centro mineiro.

Era capital o estabelecimento de estrada que ligasse as lavras ao Rio de Janeiro e Amador Bueno da Veiga ofereceu-se para realizar a abertura de tal via. Mas Artur de Sá julgou excessivos os favores por êle pretendidos e negou-lhe o beneplácito à pretensão. Foi então que Garcia Rodrigues se ofereceu para levar a cabo a tão desejada obra. Com o novo trajeto ficaria o Rio de Janeiro a 15 dias de marcha das Minas quando até então estava a 50. Em 1698, pois, Garcia deitou ombros à empreitada com alguns homens brancos e mais de 40 escravos. Obteve provisão de Artur de Sá concedendo-lhe, por dois anos, o uso exclusivo da via que ia abrir.

Nesta ocasião minerava com grande proveito. Como retribuição pediu que os fluminenses, acaso aquinhoados com sesmarias contestantes

da estrada, lhe dessem dez mil cruzados de subsídio. Rogou Artur de Sá aos homens nobres e mercadores que contribuíssem com tal quantia dada a importância da obra que tanto faria prosperar a sua cidade. Nada conseguiu. Assim a título de compensação obteve o bandeirante um privilégio: ninguém pelo Caminho Novo transitaria sem a sua permissão a não ser que viajasse absolutamente escoteiro não levando gêneros de espécie alguma, escravos ou índios, excetuando-se o caso de carregadores de patrona.

O ponto inicial da estrada era a Borda do Campo perto da atual Barbacena então Arraial dos Carijós. Em 1700 informava o Capitão-Mor Pedro Taques ao Governador-Geral do Brasil que a picada de Garcia atingira a Ressaca onde começavam os Campos Gerais. Exigira enorme dispêndio e forçara o empreiteiro a recorrer à bolsa do seu cunhado Domingos da Fonseca Leme. Obtivera escravos dêste, que quisera a Sua Majestade fazer grande serviço.

Gabava-se de que a sua picada se prestava perfeitamente ao trânsito de gado e cavalgadas e que a viagem da costa aos centros auríferos se fazia em 14 dias.

A provisão régia de abril de 1702 declarou que Garcia era mui zeloso do real serviço tendo por êste motivo perdido grandes conveniências por não querer faltar ao que lhe fôra encomendado. Daí decorreu a sua nomeação para guarda-mor geral, cargo da maior relevância. Mesquinha a remuneração destas funções, 800\$000 anuais, mas a vantagem da reserva das catas privativas da guardamoria, na repartição dos ribeiros, recém-descobertos às vêzes vinha a ser rendosíssima.

O aperfeiçoamento do picadão primitivo exigiu do guarda-mor muito largos dispêndios. Amador Bueno da Veiga, em 1704, alegou que o caminho era "incapaz de cavalgadas e gados obrigando a uma viagem de três meses por matas estéreis de mantimentos silvestres." Propunha-se a fazer coisa muito melhor. Assim também um Félix de Gusmão, mas o governador fluminense proibiu-lhes qualquer obra dêse sentido.

Transferira Garcia a residência de S. Paulo para perto da atual Penha nos subúrbios do Rio de Janeiro. Finalizando a estrada obteve duas sesmarias sôbre os rios Paraíba e Paraibuna, estabelecendo sôbre o primeiro balsas e canoas para a passagem de viajantes e cargas o que seria rendoso.

Foi a Portugal em 1708 esperando alguma recompensa digna do serviço prestado à Coroa. Uma história confusa escrita por seu neto, o Cônego Roque Pais Leme, dá a entender que em Lisboa se viu vítima de tentativa de chantagem por parte de algum ministro ou cortesão de grande influência. Repeliu o chantagista o que lhe valeu a animadversão do poderoso assaltante, de modo que da viagem nada resultou no sentido de obter vantagens e honrarias. Mais tarde teve grande ingerência em muitos acontecimentos graves sucedidos nas Minas Gerais sobretudo em Pitangui onde possuía a rica lavra do Batatal. Cercado de extraordinário prestígio exerceu a guardamoria geral até o falecimento, em 1738.

Em 1711 proporcionaria o caminho novo a marcha rápida de Antônio de Albuquerque e seu corpo de exército das Minas ao Rio de Janeiro atacado por Duguay Trouin. Realizou-se em 17 dias prazo para o tempo notavelmente curto.

Mas tal qual a rasgara Garcia Rodrigues dentre em pouco a estrada não satisfez as exigências do tráfego. Bernardo Soares de Proença, em data imprecisa, abriu-lhe uma variante e fê-la à sua custa encurtando-a em trajeto mais suave. Teve Garcia Rodrigues graves pendências com os governadores fluminenses motivadas pela concessão de sesmarias ao longo da sua estrada e ainda a propósito da transposição do Paraíba. Vahia Monteiro, o famigerado *Onça*, chegou em 1727 a estabelecer balsas oficiais sôbre o grande rio, vendo porém fracassada a sua tentativa de guerrear ao bandeirante.

Acabou por solicitar da Coroa informações sôbre se o filho de Fernão Dias Pais tinha ou não posse das passagens em virtude de mercê de Sua Majestade. Mais tarde pedir-lhe-ia que continuasse a prestar serviços a El-Rei e serviços da maior relevância, sobretudo em relação à guarda dos quintos em trânsito para o Rio de Janeiro.

Enquanto Garcia Rodrigues se mantinha em suas terras da Paraíba, seu ilustre cunhado, Manuel de Borba Gato, permanecia no Sabará, onde conseguiria recolher, do leito dos ribeiros, cêrca de 50 arrôbas de ouro perto de 700 quilos. Lutou pertinazmente com os contrabandistas, poderosa organização a que chefiava um homem de espantosa audácia, notável inteligência, prodigiosa cupidez e completa ausência de escrúpulos qual Manuel Nunes Viana (1).

---

(1) Vide as referências documentais dêstes sete capítulos na primeira e segunda partes do tomo nono da *História Geral das Bandeiras Paulistas*.



## CAPÍTULO VIII

---

*A obscura Guerra dos Emboabas.  
Cronistas e historiadores.  
Achêgas inéditas.*

**B**elicosos como eram os antigos paulistas acostumados a atitudes de extraordinária independência em relação às principais autoridades do Brasil, era tudo quanto havia de mais lógico que no território auferido por eles descoberto e lavrado, antes de quaisquer outros, surtisse violentas explosões entre eles e os que em sua esteira haviam ocorrido.

Surgiam conflitos já nos últimos milésimos seiscentistas, domésticos, entre os taubateanos a quem cabia a *magna pars* dos achados e os paulistas do vale do Tietê.

Tomaria tal dissensão novo feitio dentro em curto prazo, unidos todos os filhos da capitania de S. Vicente contra os intrusos nos jazigos do sertão dos Cataguás.

Daí proviria o grande embate que em nossos fastos se designa sob a denominação de Guerra dos Emboabas.

Não representam os sucessos de tal pugna explosão tipicamente nacionalista brasileira visto como os paulistas tanto aborreciam os reinóis como os demais filhos do Brasil também emigrados para as Minas à cata do ouro.

Por ocasião do rompimento armado fluminenses e nortistas “frausteiros” fizeram causa comum com os portugueses emboabas.

Não se conformavam os paulistas com a idéia de que uns e outros fossem os aproveitadores da exploração dos jazigos por eles tão penosamente descobertos. Mas os brasileiros, os *frausteiros*, eram menos numerosos e sobretudo menos poderosos do que os reinóis. Se a direção da campanha coube a Manuel Nunes Viana, homem de extraordinários recursos e faculdades de chefe, convém recordar que o caudilho tinha como mentor um frade português e lugar-tenente o fluminense Bento do Amaral Coutinho, tão cruel quanto bravo.

Assim, parece que a reação dos paulistas foi sobretudo natural corolário do regime de liberdade e independência mais que secular a que se haviam habituado. E acima de tudo, intensíssimo movimento de repulsa ao que consideravam o maior dos esbulhos. Dêste sentimento se tornara porta-voz a Câmara de São Paulo representando ao Rei, desde os primeiros anos, contra tal apropriação, ao seu ver, a mais clamorosa.

Até hoje, acha-se a Guerra dos Emboabas mal esclarecida, embora sobre ela já existam alguns estudos, mais e menos valiosos. E boa mo-



- Manuel de Borba Gato.  
*Estátua no vestibulo monumental do Museu Paulista, de autoria de A. Rollo.*

nografia assaz extensa, cheia de novidades de vulto, da autoria do Prof. José Soares de Melo, e òtimamente documentada.

Pena, e grande pena, se haja perdido o relato de Pedro Taques a respeito da reacção nacionalista de 1708.

O primeiro narrador dos episódios desta pugna, narrador impresso, em 1730 entende-se, foi Rocha Pita.

Com razão faz, Soares de Melo, notar que a êste relato inspirou uma série de depoimentos orais e refertos de parcialidade, os dos portuguezes e baianos que o autor conheceu na Bahia, aliados contra os paulistas. Apenas ouviu uma das partes.

Acoima-o de injustiça pendendo para os forasteiros e recorda que só se valeu de fontes orais desconhecendo, por completo, a documentação paulista.

Southey, como de esperar abeberou-se quase que exclusivamente em Rocha Pita.

Acêrca da nebulosidade dos relatos da Guerra dos Emboabas, escrevia o Barão do Rio Branco, em 1888:

“Fatos pouco estudados e muito mal digeridos pelos escritores até hoje aceitos como depositários da tradição”.

Diogo de Vasconcelos em 1904, lembrava que se tratava de episódio escassamente esclarecido em Portugal e apenas conhecido no Brasil.

Varnhagen (IV, 123) apenas reservou uma dúzia de linhas a esta guerra civil “estalada no meio de terras sem fim, entre homens sem mêdo das penas e sem motivos de obediência a uma autoridade inexistente naqueles páramos perdidos no centro do Brasil”

Em 1914 recordava Basílio de Magalhães quanto era ainda obscuro o que existia sôbre a Guerra dos Emboabas graças à pobreza da documentação divulgada até então.

Mais uns elementos valiosos e inéditos podemos aumentar ao trabalho dos nossos predecessores na ventilação dêste tão interessante capítulo relativo ao primeiro grande movimento nativista ocorrido em nossa pátria, muito embora sem características essencialmente nacionalistas, visto como não se tratava de tentativa para a constituição de um povo independente.

Obtivemo-los do riquíssimo manancial representado pelo códice Costa Matoso, um dos mais preciosos cimélios dentre os tantos que Félix Pacheco soube descobrir para a sua opulentíssima Brasiliana.



## CAPÍTULO IX

---

*Os sentimentos dos paulistas em relação aos seus concorrentes.  
Representação da Câmara de S. Paulo a D. Pedro II.  
A palavra emboaba e seus significados.*

Com a habitual expressividade de termos e o brilho habitual do estilo, explica Oliveira Martins os sentimentos dos paulistas em relação aos comparticipes dos resultados magníficos dos seus achados auríferos.

“Descobertas pelo gênio dos paulistas eram as minas por êles consideradas propriedade própria.

Os vínculos que até então tinham ligado esta parte austral do Brasil ao governo colonial mais nominais eram do que efetivos. E frequentemente tinham os Governadores sido forçados a reconhecer a independência de fato de uma liberdade quase natural, anárquica de certo.

A educação recebida nas bandeiras de caça dos índios, agora convertidas em bandeiras de caçada de minas, não era de certo feita a propósito para dulcificar o temperamento agreste dessas populações acostumadas à vida errante do Sertão, nem para levar a reconhecer a legitimidade de um governo, até agora ausente, e só manifesto agora, que, no leito dos rios e na quebrada das serras, elas tinham encontrado o cascalho aurífero e diamantino.”

A afirmação dêste modo de sentir consubstancia-se na petição que a Câmara de São Paulo endereçou a Dom Pedro II a 7 de abril de 1700.

“Senhor, reza a petição do modo mais expressivo, temos notícia que os moradores da Cidade do Rio de Janeiro pedem ou querem pedir datas das terras das Minas dos Cataguás e seu distrito, assim campos como matos lavrados, sem serem conquistadores nem descobridores das ditas minas, porque é notório a V. Majestade que os moradores da vila de São Paulo e das vilas anexas foram os conquistadores e descobridores das ditas minas, à custa de suas vidas e gasto da sua fazenda sem dispêndio da fazenda real.

Por êste título pedimos a V. Majestade seja servido mandar passar uma ordem para que as ditas terras, assim campos como matos, sejam dadas aos paulistas por cartas de data passadas por pessoa a quem V. Majestade fôr servido ordenar, o que fazemos por requerimento dos principais e bons do povo desta vila de São Paulo que nos requereram em Câmara e nela nos representaram todo o referido”.

A 10 de novembro de 1700 despachava Dom Pedro II. Remetendo a representação da Câmara paulistana às mãos de Artur de Sá e Menezes, pediu-lhe que sôbre ela opinasse.

Entrementes não concedesse êle, Governador, data alguma de terras de sesmaria, limitando-se a fazê-lo em relação às auríferas distribuídas na forma do regimento de terras minerais de acôrdo com o que êle próprio elaborara.

Sá e Meneses e os governadores fluminenses, seus sucessores, modificando porém o regimento de 3 de março de 1700, outorgaram concessões que sobremodo irritaram os paulistas. Os reinóis eram mais numerosos, endinheirados e importantes moradores do Rio de Janeiro.

Viviam à ilharga dos delegados régios e aproveitavam-se desta circunstância para alcançarem doações vultosas e valiosas no território mineiro. Em princípios do século protestaria Garcia Rodrigues Pais contra tais concessões, abusivas e injustificadas, à margem da estrada que com tanto custo abrira.

A representação da Câmara paulista em 1700 baseava-se, aliás, num ato régio. Podia invocar o ato da Coroa de 18 de março de 1694, remunerando, com o fôro de fidalgo e o hábito de uma das três ordens militares a todo aquêle que descobrisse minas ricas de ouro e prata no Brasil, além da propriedade das minas, das quais os descobridores só pagariam o quinto devido à Real Fazenda.

Era a pretensão dos paulistas natural, obediente a um pedido de reconhecimento da prioridade de invenção. Mas a sua prática mostrava-se difficilima, ao monarca e seus delegados. Como coibir a imigração, às terras auríferas, de enorme turba desaçaimada pela avidez do ouro, e em regiões enormes de Sertão bruto?

Observa Basílio de Magalhães que as duas terríveis crises de fome colheram os imprevidentes paulistas em cheio e fê-los desamparar os territórios por êles explorados. Ao vltarem encontraram as lavras invadidas por portugueses, fluminenses, baianos e pernambucanos, gente mais precavida, generalização que nos parece excessiva e muito contestável.

Rechaçaram os paulistas “com o artigo do Regimento que fazia caducar as minas despovoadas. E mais crentes na fôrça da pólvora que da lógica”, escreveu Diogo de Vasconcelos com o maior acerto.

Decorreram os anos e, dia a dia, acirrou-se o rancor dos paulistas contra os invasores da região de suas descobertas.

Sôbre a palavra *emboaba* e sua origem, procedeu Soares de Melo a longo, erudito e exaustivo estudo lançando mão de grande documentação.

Já em 1708 Manuel Nunes Viana a escrevia, numa carta a Borba Gato, e Bento do Amaral Coutinho, em 1709, o fazia ao dirigir-se a D. Fernando de Lencastre e a falar-lhe em *Amboabas* aliás.

Afirma Rocha Pita que, para os paulistas do seu tempo, eram *emboabas* não só os reinóis como os brasileiros, não seus conterrâneos.

A primeira explicação impressa do termo, parece ter sido da autoria de Santa Rita Durão, em 1781, no *Caramuru* onde, no Canto II, est. 35, aparece *Imboaba*. Em nota elucidada o épico agostiniano que “a palavra designava o estrangeiro entre os indígenas”.

Afirma Soares de Melo que a questão está liquidada com a concordância das opiniões dos pontífices máximos de nossa tupinologia. Assim, segundo grandes especialistas da altitude de Batista Caetano de Almeida Nogueira, Candido Mendes de Almeida e Teodoro Sampaio, *emboaba* significa estrangeiro e inimigo.

Na *História do Distrito do Rio das Mortes* de autoria do sargentom José Álvares de Oliveira, afirma-se que emboaba era o nome que “por abjeção dava a altivez dos paulistas à submissão dos forasteiros”.

Mas infelizmente não nos informa o que significava esta alcunha pejorativa.

Nos diversos autores impressos e manuscritos ocorrem referências às atitudes malévolas de paulistas e reinóis uns para com os outros. Bento Fernandes, paulista de Taubaté, mostra-se assaz imparcial ao tratar deste assunto. Falando da luta civil, chama-lhe “o pernicioso levantamento dos ingratos filhos da Europa contra os famosos descobridores de haveres para remédio de tantos desvalidos”.

O anônimo das *Notícias dos Primeiros Anos das Minas Gerais* declara que “sempre os paulistas, como mais poderosos, dominavam tudo e faziam insultos tratando com grande desprezo aos reinóis”.

Afirma Diogo de Vasconcelos que os paulistas odiavam muito mais aos baianos do que aos reinóis, “visto serem êstes a nação dominante e fácilmente se assimilarem”; assertiva de que duvidamos.

E argumento psicológico que nos parece convincente, é o fato de que aos baianos não atribuíram alcunha ao passo que o fizeram aos ultramarinos, a quem cabia o mais importante papel no conjunto dos grupos que combatiam.

“Os reinóis, após 1705, começaram a avultar muito quando já diminuía consideravelmente a extração do ouro de lavagem.

Gozavam da vantagem de ser amparados pelos compatriotas opulentos das praças marítimas que lhes forneciam a crédito instrumentos e escravos africanos.”

Conceitos êstes perfeitamente exatos.

“Em tais condições, e em breve tempo as terras mais ricas, as regiões mais férteis ficaram pertencendo aos reinóis, e algumas outras também aos baianos que dispunham de iguais elementos”.

Entretanto, Antonil em 1710 ao mencionar os mineradores de maior vulto arrola oito paulistas, dois reinóis, um fluminense e um baiano. Se Manuel Nunes Viana quase já conseguira cinquenta arrôbas de ouro, Manuel de Borba Gato com êle andava de par.

“Entretanto, muitos se não todos os paulistas, chegaram, assim, à rápida decadência e passaram a procurar novos ribeiros, largando os arraiais e os lavrados que haviam descoberto, ou refugiando-se na lavoura das roças. Tendo malbaratado as imensas riquezas de suas catas, viam contudo e com pesar crescente, se não com mal contido despeito, o seu prestígio, com o domínio do país, passar ao poder de seus competidores”, generalização a que entendemos opôr restrição. Numerosos paulistas continuaram opulentos mineradores, ao terminar o movimento dos emboabas, como por exemplo, João Leite da Silva Ortiz e o

segundo Anhangüera em Curral d'El-Rei, Domingos Rodrigues do Prado e Garcia Rodrigues Pais em Pitangui, Manuel de Borba Gato em Sabará e tantos e tantos mais.

Quanto a malbaratarem os proventos auríferos, também não há que aceitar *in totum* a asseveração do douto autor mineiro. Muitos voltaram a S. Paulo, sobremodos ricos, como os irmãos Penteado, José de Góis e Morais, Fernando Dias Falcão, Dionísio da Costa, etc. E certamente não seriam êles os únicos malbaratadores dos fáceis lucros do ouro que semelhante vêzo é comum a todos os que se entregam à terrível indústria das minas alucinadoras dos homens em todos os tempos, ao frenesi do jôgo e da aventura, e ao hábito arraigado da imprevidência.

Assim reputamos absolutamente falsas as palavras de Vasconcelos quando afirma: "Tendo-se desorganizado as grandes casas de São Paulo, os antigos magnatas ficaram nivelados com a plebe sôlta nas Minas".

## CAPÍTULO X

---

*Agressividade dos paulistas, segundo o cronista do Rio das Mortes.*

*O estanco dos açougues e a reação paulista.*

*Frei Francisco de Meneses e suas manobras de açambarcamento. Tensão de ânimos.*

Quem acerbamente acusa os paulistas de atropelarem os reinóis e os forasteiros, com violências, e desmedida arrogância, é o autor da *História do Distrito do Rio das Mortes*.

Ao se fazer em 1704 a repartição das terras minerais, primeira ocorrida no Rio das Mortes, diz êste escritor, aliás, português, a ela concorreram muitos paulistas e taubateanos, “também tidos por paulistas, e prezando-se muito dêste nome”.

“Apoderaram-se de todo o descoberto, como costumavam em tôdas as minas, que em tôdas punham e dispunham, despôticamente, pelo ditante de assim o quererem e mandarem”

Era de justiça aliás recordar que tais jazidas haviam sido descobertas por paulistas, exclusivamente, Tomé Portes d’El-Rei e seus genros.

A tal propósito seja-nos permitida uma digressão acêrca de assunto assaz debatido e ainda pouco esclarecido. Referimo-nos a indigitada rivalidade entre paulistas e taubateanos, por vêzes, segundo certos depoimentos, extremada a ponto de provocar sanguinosos embates.

Ou, em outros têrmos, competições entre os filhos do Oeste paulista e o do chamado Norte de S. Paulo.

Coube muito mais aos paulistas do vale do Paraíba do que aos do vale do Tietê a glória das primeiras descobertas do ouro em Minas Gerais. Em primeiro lugar a prioridade nos achados e depois a importância do vulto dos encontros, sobretudo nos primeiros anos.

Daí a fama da rivalidade e da malevolência de uns para com outros, que encontraram eco nas páginas dos cronistas e historiadores.

Já em princípios do século XIX, escrevia Southey que às dissensões entre paulistas e taubateanos se devera grande alargamento da área das descobertas auríferas.

O anônimo autor da *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais* — obra datada de 1781 e geralmente e por muitos motivos atribuída a José Joaquim da Rocha — refere-se cabalmente a esta rivalidade.

Declara Basílio de Magalhães, não conhecer documentos que apóiem tal asserção, nascida de vagas tradições.

Há umas tantas fontes antigas a nos inculcarem que as relações entre os paulistas do Paraíba e os do Tietê não foram das mais cordiais nos primeiros anos.

Ao falar Bento Fernandes das descobertas do Padre João de Faria Fialho, “capelão das tropas taubateanas”, conta que tanto esta descoberta como as mais de riquíssimas pintas se repartiram pelos taubateanos quase excluindo aos paulistas que, poucos, por amizade entraram nas repartições: que entre êstes e aquêles havia uma quase adversão simpática, (sic) procedida de serem os de S. Paulo de vila maior e composta de homens ricos e de elevados pundonores e aquêles de vila mais pequena e menos poderosos”

Assim, os paulistanos, orgulhosos de sua vila de três mil vizinhos, faziam pouco caso dos êmulos filhos de um aglomerado quiçá três vêzes menor.

Mas os taubateanos, continua Bento Fernandes, dotados de alentados e superabundantes brios timbravam em não se utilizarem dos descobrimentos dos paulistas a que não concorriam, verdade é que os seus rivais “fizeram o mesmo com não menos capricho e empenho”.

Assim, se não se chegou a haver violências de parte a parte, estabeleceu-se pelo menos attitude mútua reservada e pouco cordial e distante.

Em suma, o que parece ter havido entre paulistas e taubateanos foi um acôrdo tácito de respeito mútuo das áreas de mineração agregando-se os filhos do vale do Paraíba e os do vale do Tietê de preferência a se misturarem embora fôssem todos aparentados quando não parentes próximos.

A guerra dos emboabas muito deve ter feito desvanecer esta rivalidade.

Voltemos, porém, ao depoimento do sargento-mor Álvares de Oliveira.

Segundo êste cronista, obtiveram os paulistas muitas vantagens, ficando “dominantes, muito à sua satisfação”.

Construíram casas e ao mesmo tempo arsenais onde “ostentavam grandes cabides de armas”. Arvoraram-se em outros tantos “Átilas de emboabas”. Rixas sanguinosas ocorreram, cometendo-se freqüentemente assassinios, pois os paulistas “faziam tanto aprêço da vida de um emboaba quanto da de um cão”.

Viviam os emboabas em perpétuo desassossêgo, armados de paciência. Conformando-se com o tempo, iam aturando aquêles viver angustioso “presos das suas conveniências”

Estavam os emboabas do Rio das Mortes sobremodo sobressaltados. E êsse receio cresceu muito quando, para o seu distrito, viram chegar contínuas tropas de paulistas, retirantes do Rio das Velhas.

Achavam-se muito ressabiados e percebendo “o vigilante cuidado e a constância firme dos emboabas” por várias vêzes ofereceram-lhes “amigável correspondência” *in limine* recusada.

Assim, como que em tácito armistício se mantiveram as duas parcialidades até fins de 1708.

O que sucedia no arraial de Nossa Senhora do Pilar, futura vila de S. João d'El-Rei, era certamente o mesmo que se passava em todo o território aurífero.

Refere-se o Padre Manuel da Fonseca a atos de prepotência dos paulistas que levaram os emboabas ao desespero.

Interessante é, contudo, considerar que o jesuíta inculca a prioridade da agressão aos renóis.

Atribui porém, a maior responsabilidade das violências aos paulistas, como mais poderosos pontentados, graças aos grandes séqüitos de índios e escravos.

Verdade é que a maioria das tropelias cabia aos seus mamalucos familiares, sem que, muitas vêzes chegassem ao conhecimento dos amos notícias de tais ações.

Fato curioso é o que revela o jesuíta. Os potentados paulistas, do alto de sua soberania, tratavam aos forasteiros por vós, "tratamento em S. Paulo reservado aos escravos", singular circunstância contrária ao gênio da língua portugüesa que reserva a segunda pessoa do plural às apóstrofes a Deus.

Se assim sucedia no princípio do século XVIII, cabe-nos observar que, com o decorrer dos anos, cessaria, em S. Paulo, o emprêgo do *vós* e *vosso* de corresponder a qualquer intenção pejorativa. Pelo contrário!

Enviaram os reinóis do Rio das Mortes uma comissão de procuradores ao Rio de Janeiro a fim de pedirem a D. Fernando de Lencastre, garantias de vida e ordem.

Mas o Governador fluminense não dispunha de fôrças para tanto. Corriam os anos da Guerra da Sucessão de Espanha e o Rio de Janeiro sentia-se ameaçado pelas frotas francesas.

Entende Vasconcelos que em rápida competição puderam os reinóis auferir maior prestígio do que os paulistas, o que nos parece sobremodo discutível.

Naquele vasto território, súbitamente povoado, ainda não existia sociedade organizada.

Havia nos distritos auríferos para cima de trinta mil almas.

Avolumara-se o enxurro de aventureiros; nêles avultavam os portugüeses natos, em sua maioria pobríssimos, os "*novatos vindos nas frotas*"; desamparados, conduzindo às costas quanto possuíam.

Uma nuvem de mascates invadira as Minas, gente que os paulistas desprezavam como a mais vil ralé.

A Frei Francisco de Meneses, que então começou a aparecer, acusa J. J. da Rocha, formalmente, de ter sido o fautor da guerra civil que não tardaria em irromper. "Foi o que soprou o lume desta discórdia", afirma categórico Diogo Ribeiro de Vasconcelos.

Apareceu o trinitário giróvago em Sabará no ano de 1707. Não ousa o P. Fonseca entrar nos pormenores do viver escuso dêste rebelde a quem alucinava o desvário do enriquecimento rapidíssimo.

Associou-se o trinitário a Francisco do Amaral, horrível personagem a quem em 1706 Garcia Rodrigues Pais denunciara ao Governador fluminense como “insigne matador e caçador de homens”

Enriquecera, enormemente. Além da exploração de vários ribeiros alcançara “da negociação com roças, negros e mantimentos, juntar mais de cinqüenta arrôbas de ouro”, depõe Antonil.

Ao se renovar o prazo do seu contrato, para o estanco dos açougues levantou-se verdadeira onda de clamores e revolta popular, contra as novas condições contratuais.

Sobretudo por parte dos paulistas, a quem encabeçavam o segundo Anhangüera e seu primo Bartolomeu Bueno Feio. Representaram, do modo mais enérgico, ao governador fluminense e êste prudentemente adiou a resolução do caso.

Homem sobretudo pugnaz, não desanimou o trinitário que bem sabia o que eram os lucros daquele monopólio magnífico. Rendia o negócio mil por cento fàcilmente, apesar das eventuais perdas de bois, no imenso trajeto pelas pontas percorrido.

Contava Frei Francisco com o apoio de grandes criadores e marchantes entre outros sobretudo o mais tarde tão famoso Manuel Nunes Viana que além dos grandes rebanhos próprios dos latifúndios da Tabua e do Jequitaiá, governava no sertão baiano, como procurador, as imensas fazendas de D. Isabel de Brito.

Insistiu o trino em obter o tão cobiçado monopólio no Rio de Janeiro, para onde partiu. E os paulistas, por sua vez, depois de se cotizarem, e obterem grande soma, incumbiram dois representantes, então eleitos, de lhes defenderem os direitos.

Tão desesperados se achavam com a possibilidade da concessão do monopólio a Fr. Francisco, que haviam combinado com os seus procuradores irem a Lisboa expor ao próprio Rei “o bramo dos povos” oprimidos.

Surtiu efeito a representação da gente do Rio das Velhas. Negou-se D. Fernando de Lencastre a aceitar a proposta do egresso e ordenou a Manuel de Borba Gato que reprimissem qualquer tentativa de exploração dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Exasperou-se Frei Francisco, e voltou às Minas jurando vingar-se dos odiados paulistas.

A esta altura tornou-se iminente a explosão do conflito desde muito latente entre os de S. Paulo e os forasteiros.

A tensão de relações entre paulistas e emboabas reflete-se nas “Atas da Câmara de S. Paulo” já em fins de 1707. No termo de 2 de dezembro dêste milésimo há curiosa referência a tal estado de coisas.

É então que no cenário aurífero começa a aparecer e com o mais singular destaque a famosa figura de Manuel Nunes Viana.





## CAPÍTULO XI

---

*Manuel Nunes Viana.  
Aventureiro de notável relêvo.  
Sua chegada ao território aurífero.  
Conflito com os irmãos Pedroso de Barros.  
Preparativos de luta.*

“Não há vida tão romanesca da história brasileira como a dêsse português ambicioso, “mascate”, bandeirante e mineiro. Cresco e caudilho, um pouco soldado e um pouco estadista, que na aurora do século 1700 organizou a invasão “emboaba” das montanhas do Ouro, escreve Pedro Calmon.

Era um plebeu de Viana que pobre chegara à Bahia com um surrão murcho às costas e a escopeta do sertão. Inteligente e insinuante, granjeou de pronto confiança, algum crédito, a responsabilidade de um carregamento para ser vendido pelos caminhos centrais, por onde os pastôres tangiam o seu gado, cruzando os campos solitários. Foi parar ao rio de São Francisco”.

“Criava-se naquele país bárbaro uma civilização pastoril e guerreira, e os arraiais fortificados, na Barra do Rio Grande, em Santa Rita, depois Carinhonha, na Manga, rio acima, concentravam as famílias bandeirantes dispersas e ricas”.

“As sesmarias de D. Isabel de Brito, viúva do coronel Antônio da Silva Pimentel, estendiam-se pela margem direita do São Francisco cento e cinquenta léguas.

Manuel Nunes Viana realizou o seu grande negócio, propondo à proprietária, administrar-lhe como procurador a imensa donataria. D. Isabel aceitou. Da noite para o dia o vizinho de Viana se tornou em regente do sertão”.

Quando terá surgido no Alto S. Francisco? É coisa que segundo nos parece ainda se não conseguiu apurar.

Pelas referências vagas do Conde de Assumar, talvez pelos últimos anos do século XVII.

Tôda a razão cabe a Calmon ao observar que a sua procuradoria seria um insucesso se os “descobertos” não chamassem para os Cataguás uma onda de aventureiros, na maioria imigrantes de Portugal, que teriam de disputar as grupiarias aos paulistas e resistir à sua tremenda rivalidade.

Entre 1698 e 1705 o rio S. Francisco encheu-se de barcos, conduzindo às minas as multidões do reino e do nordeste armadas e maltra-

pillas. Manuel Nunes Viana comandou a entrada dos "calçados" indistintamente reinóis e baianos. Ocupou sólidamente o distrito aurífero. Chegou a possuir 50 arrôbas de ouro. Graças à disciplina imposta aos portugueses, ao espírito organizador e à sua política, os paulistas cederam aos forasteiros as principais jazidas de minas que tinham achado e começado a explorar.

A generalização do douto autor mostra-se a nosso ver excessiva mas parece-nos fora de dúvida que no ambiente das Minas não encontrou Nunes Viana uma única personalidade, quer entre paulistas, quer entre portugueses e brasileiros que dispusesse de recursos intelectuais, e predicados de mando, capaz de o enfrentar.

Foi o grande coordenador da reação emboaba.

Grande senhor de boiadas e escravos não era crível que um homem da sua inteligência se alheasse ao movimento aurífero. Daí o seu estabelecimento no distrito de Caeté, nas abas da Serra da Piedade.

Para lá levou um primo e amigo, verdadeiro *fidus achates*, Manuel Rodrigues Soares, e fê-lo seu sócio nas lavras de Catas Altas.

Dentro em breve perceberam os paulistas quão terrível adversário contavam.

Mas Nunes Viana preferia a paz. Ambiciosíssimo de riqueza, o que pretendia, acima de tudo, era o sossêgo para continuar a exploração rendosa das catas e lavras, do comércio das boiadas, do contrabando dos gêneros, do descaminho do ouro principalmente.

Assim se mostrou acomodado e pacificador de ânimos procurando entendimentos com os principais paulistas da região.

É de crer, portanto, que o verdadeiro instigador principal da luta que se ia abrir haja sido realmente o egresso trinitário, enfurecido contra os paulistas. Os primeiros conflitos de Caeté começaram em outubro de 1708.

Um dos mais atrevidos paulistas era Valentim Pedroso de Barros: "terrível pela violência" Tal lhe era o destempêro que um dia chegara a armar-se para atentar contra a vida do Desembargador Superintendente, José Vaz Pinto, a quem ameaçara matar se pretendesse tirar devassa de certa morte. Espavorido fugira, Vaz Pinto, para o Rio de Janeiro.

Em Caeté também vivia um irmão de Valentim, Jerônimo Pedroso.

Irritava-o sobremaneira presenciar o crescente poderio de Manuel Nunes Viana, vindo do sertão, da sua fazenda da Tabua.

Ocorreu então o conflito no adro da igreja de Caeté relatado por R. Pita entre o caudilho reinol e os irmãos Barros.

## CAPÍTULO XII

---

### *Ruptura de hostilidades.*

*A atuação de Nunes Viana e de Frei Francisco de Meneses.*

*Intervenção apaziguadora de Manuel de Borba Gato.*

*Intimação a Nunes Viana.*

*Denúncia do caudilho ao Governador do Rio de Janeiro.*

Depõe o Anônimo IX, do Códice Costa Matoso que reinava então enorme alarma entre os reinóis das Minas Gerais. Chegaram os que assistiam nas do Ribeirão do Carmo a fazer estacada andando sempre com "rondas e vigilância"

Entrementes se tinham retirado os do Ouro Preto para a Cachoeira do Campo "onde fizeram seu reduto ou fortaleza, não dando pequena perda esta mudança".

Informa o relato do Anônimo III, que os reinóis no arraial da Cachoeira presentes cinco ou seis mil homens em armas fizeram conselho os mais poderosos elegendo seis delegados para que escolhessem Governador sendo então eleito Manuel Nunes Viana que aceitou o cargo. Despediu logo ordens para se prenderem alguns paulistas que tinham armas de fogo, desarmados todos os demais. Foram duas companhias a deter um que morava no morro de Vila Rica o mais poderoso de sua gente Domingos da Silva Monteiro. E foram também prender outro poderoso que morava em Vila Rica Bartolomeu Bueno Feio. Eram os dois muito insolentes e com a sua prisão ficaram todos os mais tímidos e retiraram-se para S. Paulo. Monteiro e Bueno foram exilados para Sabará resolvendo voltar à sua vila natal.

Conta o anônimo V que quem presidiu ao desarmamento dos paulistas foi o próprio Frei Francisco de Meneses.

Ficaram os reinóis convictos, porém, de que maquinavam o morticínio geral de sua gente, afirma o anônimo VII, para "ficarem senhores das Minas, que era seu intento". Mas saíra-lhes este frustrado, porquanto Viana agregara a si muita gente e com ela se defendera belamente.

Foi então que ocorreu o êxodo geral dos paulistas para as suas vilas e terras natais.

Outro relato anônimo do Códice Costa Matoso, narra que sabedor destas notícias graves interviu Manuel de Borba Gato, à testa de mais de duzentos homens armados e, acampando no campo do Caeté.

Queixou-se Bento do Amaral Coutinho, violentamente, da intervenção de Borba Gato.

A vista do que ia sucedendo resolveu êste, na qualidade da mais alta autoridade local, e representante régio no distrito do Rio das Velhas, intimar a Manuel Nunes Viana a despejar o Caeté dentro do mais curto prazo. E neste sentido mandou afixar editais à porta da capela do arraial.

Êste aviso provocou por parte do chefe emboaba o protesto que encaminhou ao seu intimidador.

A 13 de outubro de 1708, em aranzel por vêzes confusíssimo escreveu Manuel Nunes ao "seu senhor Tenente-General Manuel de Borba Gato" assaz longa carta. Julgava-se inocente das irrogações contidas nos editais. Eram os emboabas vassalos fiéis e a sua estada em Minas a mais legítima tanto quanto a dos paulistas pois uns e outros eram súditos do mesmo soberano. A acusação de que promovia motins, sôbre ser a mais injusta vinha a ser falsa. Estava sendo vítima da parcialidade e malevolência do chefe paulista.

Cada vez mais altanado dizia: "Conceda-me V. Mercê licença de lhe dizer que amotinadores só se acham nos patrícios de V. Mce. que fazem honra e respeito em amotinarem povos e ajustar gentes para abalroadas que dessas sabe V. Mce. mui bem e não ignora sucedem nestas Minas todos os dias e nem por isso mandou despejar nenhum"

Assim não obedeceria à intimação. E se Borba continuasse em sua teima iria à presença de Sua Majestade. Se acaso morresse na contenda não faltaria quem levasse a documentação de seu protesto ao Soberano. Então se veria quem merecia castigo.

Não obedeceria, portanto, pois não lhe acatava a autoridade e contava-lhe que êle próprio, em pessoa, fôra arrancar o edital no lugar onde se afixara.

Respondendo a Nunes Viana mostrou-se Borba Gato indignado com a audácia do seu advertido. E intimou-o novamente a despejar das Minas ameaçando-o de lhe confiscar todos os bens, como amotinador e cabeça de levantamentos contra as ordens de Sua Majestade.

Transcreve Soares de Melo uma carta de Borba, pèssimamente redigida, endereçada a ignoto destinatário. Nela há pormenores interessantes e alguns valiosos. Reiterou a antiga opinião sôbre os processo de Viana em lesar o fisco real.

Outra coisa não fazia do que, à margem do São Francisco, esperar os comboios que lhe expedia "a grossa sociedade" de que era comparte na cidade d'Ô Salvador.

Quando recebia tais comboios com êles marchava para o território das lavras, sempre acompanhado de grandes escoltas de homens armados e por estrada proibida e para que não fôssem apreendidos pelo seu inimigo, a Fazenda de Sua Majestade. Liquidados os negócios a que serviam de base as mercadorias contrabandeadas convocava todos os descaminhadores dos reais quintos para em determinado dia e à testa de todos êstes malversadores pôr-se de novo a caminho do Norte.

Era como que o general daquele coio de ladrões defraudadores do fisco real.

Das Minas do Rio das Velhas e a 29 de novembro de 1708, escrevia Manuel de Borba Gato a D. Fernando de Lescastre.

Espírito profético o levava, havia tempo, a dizer-lhe que para a paz das Minas e a boa arrecadação da Fazenda de S. Majestade e a dos defuntos — tornava-se necessário que na região houvesse guarnição de infantaria.

Mas agora, diante dos acontecimentos ocorridos entendia não se necessitar menos que de um exército!

Os trafegantes da estrada proibida da Bahia cada vez mais desaforados, viviam em perpétua revolta e afronta até armada às ordens de S. Majestade.

E quem era Manuel Nunes? o sócio, o comenditário, “de grossa sociedade da Bahia”, organizador e chefe de verdadeira *societas sceleris*, o grande encaminhador dos que voltavam à Bahia sem pagar quintos. A estes malversadores entregava as suas mercadorias!

Tais ladrões o rodeavam e o tinham por seu general. Formidável embusteiro, confessara haver introduzido em 1707 em território mineiro 47 bois apenas e, em 1708, quarenta e seis! Isto quando as suas pontas contrabandeadas eram enormes.

Tratando de compor o aventureiro e os irmãos Pedroso de Barros, fôra a casa do primeiro, encontrando-a cheia de partidários. E julgava tê-lo conseguido quando soubera que sequazes de Viana haviam varejado muitas casas exigindo, sob pena de morte, que os homens os acompanhassem a Caeté. A senha era a guerra aos paulistas!

Agiam os agentes de Viana, aconselhados por frades e clérigos, asoalhando que os paulistas se preparavam para terrível revide. Contavam que se preparavam para liquidar os haveres, fôsse por que preço fôsse, para emigrar em massa mas depois de trucidarem os adversários.

Não deixara Viana em Caeté senão reinóis e baianos. Presidira ao conselho dos seus, sentenciando-se a morte alguns paulistas de destaque. Seriam intimados os demais a despejar a terra e “o que repugnassem” eliminado.

Queixava-se Borba Gato amargamente da atitude ingrátíssima dos baianos: Qual dentre eles, por mais poderoso que fôsse teria sido capaz de entrar nas Minas, sem o amparo dos paulistas?

Tinham estes a justa paga de conculcarem as ordens régias relativas à proibição da passagem para as Minas, quando proclamavam que “os baienses não eram só seus amparados senão só seus filhos”.

No depoimento do anônimo de *Dou Parte do que Vi*, confirma-se a asserção apaziguadora de Borba Gato.

Nesta ocasião, praticou Manuel Nunes “muitos absurdos e inconveniências” que desgostaram os conselheiros e os povos do Sabará a ponto de se fazerem conselhos “para o prender e remetê-lo a El-Rei ou matá-lo”

Afinal foi achado de melhor alvitre dar-se aviso ao Governador do Rio de Janeiro do que ia acontecendo, despachando-se-lhe próprios. Mas sabedor do caso mandou Viana prender estes mensageiros no Titiáia pela “gente do Ouro (Prêto) Ribeirão (do Carmo) e Sabará”.



*Situação agravada.*

*Boatos sobre o projetado símile das Vésperas Sicilianas.*

*Aclamação de Nunes Viana como Governador das Minas.*

*Marcha sobre Ouro Preto.*

*Relato de Bento do Amaral Coutinho ao Governador do Rio de Janeiro.*

Correu insistentemente entre os emboabas, afirma o Padre Fonseca que fôra o dia 15 de janeiro de 1709 escolhido pelos paulistas para as suas premeditadas Vésperas Sicilianas.

Não se pouparia a vida a nenhum forasteiro, português e brasileiro não paulista.

Deu-se então a deflagração do conflito.

Concentraram-se os forasteiros em Caeté. Daí decorreu a eleição de Viana para Governador das Minas, em dia ignorado de dezembro de 1708.

Afirma Diogo Ribeiro de Vasconcelos que para esta aclamação contribuiu, do modo mais preponderante, Frei Francisco de Meneses.

Revelação grave é a de J. J. da Rocha em sua *Descrição*. Conta que o desarmamento dos paulistas se deveu a sua boa fé.

Combinaram Manuel Nunes, o trinitário e outros maioraes que para se evitarem as desordens que havia entre as duas nações (sic) dos filhos de Portugal e de São Paulo assentaram aquêles que se recolhessem tôdas as armas a um armazém.

“Nesta determinação ignorantemente convieram os paulistas que fielmente entregaram as armas. Logo que os reinóis delas se viram senhores, fizeram a aclamação do novo governador Viana e continuaram na expulsão dos paulistas, na qual houve grandes desordens e numerosas mortes de parte a parte”

Era o ardil tão grosseiro que muito duvidamos haja acontecido o que nos relata o autor citado, tanto mais quanto sabemos quanto viviam os paulistas escarmentados, desde muito, com a atitude dos contrários.

É singular que diversos autores não mencionem a Bento do Amaral Coutinho entre os líderes rebeldes.

Aceitou Viana o pôsto, com juramento de bem governar e defender os reinóis do rigor dos paulistas, conta-nos o anônimo da *Relação*. Elegeu para todos os arraiais superintendentes e proveu postos. E desta forma ficou temido dos paulistas.

Outro anônimo o de "Dou parte" conta que o caudilho fizera sua repugnância mas aceitara o posto. Mais queria ser. Aludiria o informante ao que se dizia: pretender aclamar-se rei das Minas?

Ao ditador vieram adesões sobre adesões, enviadas das Minas Gerais, Sabará e Rio das Mortes, as quais saudando-o pelo apelido de governador lhe pediram socorro porque naquelas partes se achava com muita força o partido dos paulistas.

Mas apesar da incrível audácia, estava Manuel Nunes sobressaltado.

Aclamar-se governador das Minas era coisa incidente nos terríveis artigos do Código Filipino consignatários das penas que diziam respeito ao crime de lesa-majestade. E isto não era coisa com que se brincasse, apesar das garantias do Sertão.

Partiu o trino para o Rio de Janeiro a ver qual seria a reação ali experimentada das insólitas notícias das Minas.

Ainda bem presente, ao espírito do usurpador e seus asseclas devia estar a lembrança da cena passada em S. Luís do Maranhão, na praça do Armazém, a 2 de fevereiro de 1685 com Manuel Beckman e Jorge de Sampaio sumariamente enforcados por Gomes Freire de Andrada, como revide ao efêmero período de sua governança revolucionária.

Neste entretimentos, achou Bento do Amaral Coutinho de toda a conveniência explicar ao Governador, Lencastre, os estranhos sucessos em que se achava tão largamente comprometido.

Assim, a 16 de janeiro de 1709, longa carta escreveu, relatando-lhe as "novidades" das Minas. Desejaria ser-lhe anunciador da paz mas via-se forçado a sê-lo de guerra. Noticiou que a 20 de dezembro de 1708 todos os moradores das Minas Gerais haviam tomado armas contra os naturais da Vila de São Paulo e as de Serra-acima.

Haviam as hostilidades começado poucos dias antes de 20, nos Arraiais de Caeté e Sabará por causa de uma "avançada" de Valentim Pedroso de Barros sobre Manuel Nunes Viana.

Fizera-se seguida de um "tumulto de seiscentas armas".

Agride Coutinho violentamente a Manuel de Borba. Em vez de ser um apaziguador mostrava-se o incitador do incêndio.

Reagiram os forasteiros: emboabas e baianos e acudiram em defesa de Viana, com duas mil armas, despejando violentamente os agressores. Intimidaram-se os paulistas, acabrunhados pelo número.

Forçaram depois os de São Paulo a entregar as armas e assentaram-se capitulações expostas a êle, Governador fluminense e a Sua Majestade.

Despejados da região do Rio das Velhas, Jerônimo Pedroso e os seus, dirigiram-se para a zona das Gerais, cometendo barbaridades pelo caminho.

Corria a notícia de que haviam jurado "passar a ferro frio todos os Emboabas" "estilo entre eles mais antigo na conquista do gentio"

Pouco depois se dissera que contariam umas quatrocentas armas preparando-se para de noite saquear e destruir os arraiais de Ouro Preto e Antônio Dias "matando tudo o que pudessem matar".

Levantara-se o povo dos dois arraiais.

Acudira Nunes Viana, com poderosas fôrças, acolhido com a maior alegria pelos ouropretanos.

A tal propósito diz Bento do Amaral Coutinho horrores dos paulistas e moradores de Serra-acima, “despojados e roubados nas estradas e arraiais, deixando a vidas miseravelmente às mãos dos escravos. Sempre espancados e esbofeteados”, por êles viviam os vassallos de Sua Majestade.

Nada mais faziam os forasteiros do que aspirar à liberdade que Deus, El-Rei e as leis lhes garantiam como a homens brancos e livres da escravidão a que a violência de tais tiranos os reduzia.

Por isto se fizera a aclamação que se tornara imperiosa de Manuel Nunes Viana como Governador-Geral de tôdas as Minas e a dêle Coutinho (indignamente) de Sargento-Mor de Batalha.

Sabia-se que numerosos paulistas se achavam congregados principalmente no Rio das Mortes, tendo como cabeça Valentim Pedroso e seus irmãos “cujos crimes e mortes eram inúmeros e outro paulista Fernando Pais de Barros, o incendiário cujo ofício consistia em matar e apossar-se da fazenda alheia”

Afirmou o missivista que os paulistas refaziam as fôrças para, brevemente, invadir as Minas Gerais e as do Rio das Velhas.

Anunciava Bento do Amaral que êle e sua gente lhes iriam ao encontro forçando-os a se renderem a boa composição. Dos delitos e ofensas passadas lhes mandaria Sua Majestade tomar conta por seus ministros.

Terminada a longa e por vêzes sumamente confusa missiva, apelava Coutinho para o fidalgo “nosso legítimo Governador e Superintendente Geral de Tôdas as Minas”

O “excesso dêste povo” era justo por que só visava a liberdade.

Pusesse os olhos de sua clemência em tão aflitos vassallos. Assim os conservasse como estavam, após o levantamento, com os postos, cabos e ministros até a Real Ordem de Sua Majestade.

O lugar que lhe haviam conferido êle o depunha — aos pés de S. Ex.<sup>a</sup>, pois lhe reconhecia a ilegitimidade não se podendo dar ao Povo o que só era reservado aos Reis e aos seus Conselhos.

Em todo o caso, enquanto o governador não ordenasse o contrário, estava êle pronto a defender os povos das Minas à custa de sua vida e fazenda, se preciso fôsse.

Pouca impressão deve ter causado ao governador fluminense o aranzel de Bento do Amaral. Sabia de sobra quem era o torvo personagem de quem dois anos antes denunciara ao Rei os crimes nos têrmos mais veementes.



## CAPÍTULO XIV

---

*Impressão causada no Rio de Janeiro pelas notícias das Minas.*

*Junta convocada pelo Governador fluminense.*

*Decide-se D. Fernando de Lencastre a ir ao território conflagrado.*

*Depoimentos oficiais e particulares sôbre a situação.*

*Alvitres do Conselho Ultramarino.*

*O combate de Cachoeira do Campo.*

Grande impressão causaram, no Rio de Janeiro, as notícias dos conflitos entre paulistas e reinóis.

Alarmou-se D. Fernando de Lencastre, altas patentes militares e funcionários da maior graduação, magistrados e homens de prol da república sebastianense.

E aí lhes apresentou o motivo da reunião, “dando conta do estado das Minas onde se achavam como em guerra viva paulistas e não paulistas”.

Com esta “inquietação e tumulto” cessara e estava paralisado “todo o negócio das Minas”.

Mas havia Sua Majestade ordenado que, de modo algum, fôsse às Minas o governador do Rio de Janeiro sem ordem especial de sua régia mão.

Unânimes entenderam os conselheiros que aquêle caso era absolutamente excepcional sendo conveniente uma jornada do Governador para com sua presença e respeito poder atalhar tanta “ruína e motins”

Antes de partir, assaz longo relatório da situação fêz ao Rei, D. Fernando de Lencastre.

Reinava o terror na região e estavam os trabalhos da mineração suspensos, recebendo os povos enorme perda e a Fazenda Real notável prejuízo na diminuição dos quintos.

Mostrava-se inevitável o revide dos paulistas. Falava-se que estavam em armas dez mil homens a fim de invadirem o território mineiro.

Falando dos paulistas, dizia D. Fernando, num rasgo de justiça, que achava essencial conservá-los nas minas por serem seus êsses descobrimentos.

Só êles eram capazes de os prosseguirem e aumentarem, pois nos forasteiros não se achava o “préstimo de talarem os sertões para novas descobertas. E sem estas acabariam as minas”.

Dias mais tarde escrevia D. Fernando ao Rei, novamente, remetendo-lhe a carta de Bento do Amaral Coutinho. Sobremaneira irritado se

mostrava com o atrevimento do régulo que fazia tumultos e sedições, sob a capa de liberdade e legislador, por conta própria!

O fato de Nunes Viana não se haver ainda correspondido com êle parecia-lhe seguro indício de que lhe negaria obediência e até lhe embargaria o passo!

Reforçado pelos baianos e dominado pela ambição e julgando-se muito superior em fôrças sentia-se muito acima do Delegado régio que pensava ter de recorrer aos paulistas.

Se acaso o monarca entendesse que os de S. Paulo eram mais úteis do que os forasteiros e êstes devessem ser expulsos, era indispensável que no território das Minas houvesse “governador com conveniente fôrça militar e ministro de letras para que os vassallos vivessem protegidos pela justiça.

No Rio reinava pavorosa crise. Viviam os capitalistas locais espavoridos com a sorte provável de seus créditos concedidos a mineradores e negociantes nas Minas.

Ao Conselho Ultramarino chegaram as cartas oficiais e particulares relativas ao levantamento das Minas Gerais. Na sessão de 3 de agosto de 1709 eram êstes papéis despachados a D. João V.

Supunha o Conselho que D. Fernando de Lencastre já houvesse partido e visto a sua missão de paz coroada pelo êxito. Fôra contudo imprudente saindo da sede do seu govêrno a mais importante praça que Sua Majestade possuía em seus domínios, e cidade tão apetecida das nações da Europa, sobretudo em momento em que os franceses tanto navegavam por sua vizinhança.

Conviria que o novo governador já despachado para o Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, fizesse partir para as Minas o Mestre de Campo, Gregório de Castro Morais, sujeito de tôda a capacidade, a quem se recomendaria obrasse com tôda a prudência valendo-se dos bons officios dos paulistas do maior nome e autoridade. Se D. Fernando não tivesse meios de se fazer acompanhar por fôrça sufficiente devia pedir tropa ao Governador-Geral do Brasil, da guarnição da Bahia.

Não conviria arriscar o prestígio de um delegado régio.

Nove dias mais tarde, nova consulta foi às mãos do Rei, a quem haviam chegado as cartas do Governador fluminense.

Partisse Antônio de Albuquerque para as Minas se acaso o antecessor não houvesse acalmado os ânimos e levasse uma anistia geral da qual estariam excetuados Nunes Viana e Bento do Amaral, usurpadores da jurisdição real, como promulgadores de bandos envolvendo — inaudita coisa! — sentenças de morte!

Reservou o Conselho Ultramarino resposta especial para o caso de anistia geral a ser concedida salvo quanto aos cabecilhas.

Sugestivas vêm a ser certas palavras do depoimento anônimo de *Dou Parte do que Vi e Sei* (Cód. Costa Matoso, V) ao contar que Nunes Viana “já eleito para governador do povo destas Minas fêz sua repugnância”

mas sempre aceitou o posto. Mais queria ser, acrescenta o nosso informante, mas o Frade (Fr. Francisco de Meneses) tinha muita gente por si e maquinava tudo o que queria”

Resolveu Viana, expulsar da região de Sabará todos os paulistas, ali numerosos.

Descreve Vasconcelos as operações de guerra, marchando Viana ao encontro dos paulistas que, embora fôsem alguns milhares, valorosos e intrépidos, nada entendiam da arte da estratégia e da tática.

Sobremodo romanceadas são estas páginas do douto autor mineiro, relativas ao ataque e incêndio do arraial paulista e a fuga, a nado de sua guarnição. Qual a sua base documental?

Mas não tardou que o dissídio lavrasse nas hostes do ditador.



## CAPÍTULO XV

---

*Aclamação de Nunes Viana como ditador das Minas.*

*Reveses dos emboabas na região do Carmo.*

*Os acontecimentos do Rio das Mortes.*

*O caso do Caçã da Traição.*

*Prepara-se D. Fernando de Lencastre a visitar o território conflagrado.*

Foi então que os frades giróvagos, num golpe de astúcia, resolveram nimbar o grande chefe rebelde da auréola dos ungidos do Senhor! Celebrou Frei Francisco de Meneses solene missa cantada e os demais frades, chamando Manuel Nunes à beira do altar o ungiram e sagraram.

Jurou o recém-sagrado governar e reger conforme as leis do Reino, respeitar o direito de cada um, assim como entregar o poder aos Ministros que Sua Majestade mandasse a governar as Minas.

Concluído êste juramento, os oficiais convidaram todo o povo a prestar juramento de fidelidade ao novo Governador das Minas, o que se fêz com tôda a solenidade.

Depois de descrever a "batalha da Cachoeira" e a "sagração do Ditador", narra Diogo de Vasconcelos que Nunes Viana marchou sôbre Ouro Preto. A sua coluna corria, porém, o risco da fome, pois os paulistas dominando o sertão do Rio das Velhas, onde havia, em armas, um homem do poder de Manuel de Borba Gato, estavam em condições de interceptar o abastecimento do gado aos inimigos.

Propôs Viana ainda à gente do Carmo que lhe reconhecesse a autoridade, no que se viu *in totum* repellido. Assim mandou duas companhias atacar os arraiais do Carmo e do Guarapiranga. Mas contra elas marchou o valoroso capitão-mor Pedro Frazão de Brito. Destroçou os partidários de Viana que fugiram com grandes perdas.

Para o distrito do Rio das Mortes haviam ocorrido muitos paulistas fugidos do Sabará, do Ouro Preto e do Rio das Velhas.

Como se lhes avolumasse muito o número, os reinóis, assustados de alguma violência, pediram urgente socorro a Nunes Viana e êste mandou duzentos homens sob as ordens de Bento do Amaral Coutinho "homem grave e valoroso porém com algum tanto de cruel"

Entrou esta tropa no arraial, mais tarde S. João d'El-Rei, em dezembro de 1708.

Pretende Vasconcelos, abeberado ao Padre Fonseca, que Bento do Amaral comandava mil homens, o que completamente contradiz o depoimento local de Álvares de Oliveira.

Conta este que os paulistas, dividiram-se em mangas, buscando apressadamente as emboscadas dos matos. Sabendo Bento do Amaral que uma destas mangas se achava num capão, tropa a quem comandava Gabriel de Góis, atravessou o rio com o seu trôço cercando o capão.

Cheios de cólera, "apertaram o cêrco e tomaram o capão. Puseram então os paulistas armas em terra e pediram quartel. Sendo levados à presença do comandante, foram mortos a sangue frio. Tirano massacre, ímpia execução!"

Romanceia Diogo de Vasconcelos o episódio do Capão da Traição. Assim fala em numerosas baixas dos reinóis.

O Padre Fonseca não menciona um único nome. Apenas se limita a contar que os paulistas enviaram aos seus perseguidores "hum bolatim com bandeira branca pedindo bom quartel e prometendo entregar as armas".

Quando terá ocorrido este morticínio? É o que, até agora, não se conseguiu apurar.

Quer nos parecer que em fins de 1708 ou nos primeiros dias de janeiro de 1709.

Não nos parece de todo possível que o número das vítimas do Capão da Traição haja atingido à enorme cifra de trezentos. Pensamos que talvez não tenha chegado a cinqüenta, o que já é imenso. Nenhum dos velhos tratadistas alude a tal número.

Várias razões a isto nos induzem. Se os paulistas cercados e mortos fôsssem trezentos, os seus sitiadores deveriam ser, pelo menos, mais de mil homens. Ora, Álvares de Oliveira, testemunha presencial, afirma que a tropa comandada por Bento do Amaral andava por duzentos homens.

Devem ter sido os degolados humildes bastardos, carijós e tapanhunos, escravos e administrados do chefe da pequena manga apanhada.

Em refôrço de nossa argumentação lembremos que um só nome de destaque aparece entre as vítimas, o de Gabriel de Góis.

Duvidosa se mostrava a situação de Nunes Viana. No Caeté já tinha contra si homens de grande poderio como o baiano Aguilar que sabia achar-se me entendimentos com D. Fernando de Lencastre. A zona de Ribeirão do Carmo não lhe prestava obediência. No Rio das Velhas contava com outro poderoso adversário, Manuel de Borba Gato.

Não tardou em ter ciência de que o governador fluminense vinha com grande séqüito além de quatro companhias de tropa de linha.

## CAPÍTULO XVI

*A jornada de Lencastre às Minas.*

*Encontro com Nunes Viana.*

*Grave desacato sofrido e regresso precipitado ao Rio de Janeiro.*

*Antônio de Albuquerque assume o govêrno.*

*Submissão de Nunes Viana.*

*Carta régia criando a Capitania de S. Paulo e Minas do Ouro.*

Chegou D. Fernando de Lencastre ao arraial, futuro São João d'El-Rei, em abril de 1709, ali encontrando entrincheiramento levantado no centro da povoação, como núcleo de resistência ante a provável agressão paulista.

Fôra o fortim construído por iniciativa do capitão José Matol.

Convocou o Governador, paulistas e emboabas mas não conseguiu harmonizá-los.

Passadas algumas semanas, partiu para as Minas Gerais. E como corresse a notícia de que lá seria repellido, muitos vassalos se ofereceram para lhe reforçar a escolta, o que recusou.

Ao mesmo tempo, muito numerosos paulistas partiram para São Paulo, "mal contentes do Governador, porque "não castigara severamente a baixa plebe dos emboabas "para satisfação de seu respeito perdido"

Se os paulistas estavam descontentes com D. Fernando, não menos desfavoráveis lhe eram os reinóis. Acusavam-no de parcial.

Assim mandaram avisar os seus patrícios, que o Governador trazia, em sua bagagem, grande quantidade de correntes e algemas, disposto como se achava a castigá-los do modo mais severo.

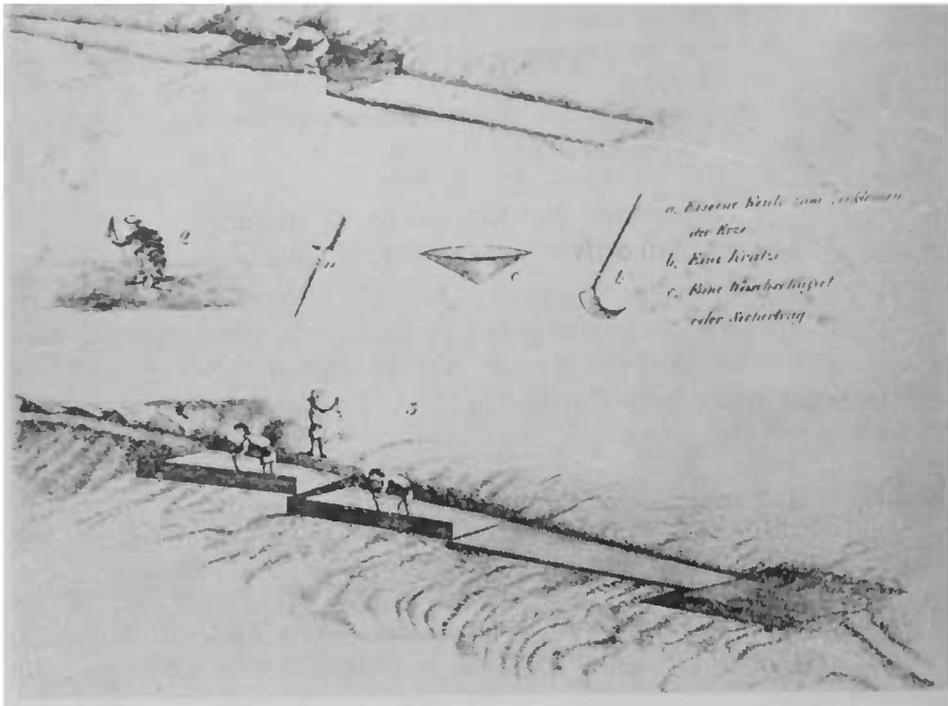
A testa de verdadeiro corpo de exército, veio Viana esperá-lo em Congonhas, a quatro léguas de Ouro Prêto. Chegando à vista da casa onde se achava, formou sua gente, em ordem de batalha pondo a infantaria no centro e a cavalaria nos lados", pois aprontara grande tropa de homens de cavalo, recrutado à fôrça no distrito de Ouro-Prêto.

Diz um depoente contemporâneo que o Governador sofreu então tremenda assuada.

Sobremaneira humilhado e assustado voltou D. Fernando de Lencastre à sua cidade capital extraordinariamente acabrunhado a pensar em desfôrço.

A chegada de seu recém-escolhido substituto Antônio de Albuquerque obstará porém tal desígnio.

Tomou o novo Governador posse a 11 de junho imediato.



A "canoa" da mineração aurífera primitiva.  
*Desenho do Barão de Eschwege.*

Era homem de reais méritos, e trazia larga fôlha de serviço no Estado do Pará e Maranhão.

Vinha, em sua pasta, um documento régio graças ao qual esperava pacificar as Minas. Recomendara-lhe D. João V usasse, como melhor lhe parecesse, para tal fim, dos meios rigorosos ou brandos sendo porém preferíveis os segundos.

Partiu Frei Francisco de Meneses para o Reino a negociar a anistia. Pretendia alcançar o perdão para o caso do levante e da proclamação de Nunes Viana como governador, assim como da chacina do Capão da Traição.

A 27 de novembro de 1709 alcançava o que pretendia.

Chegado ao Rio de Janeiro, resolveu Antônio de Albuquerque seguir para o território conflagrado.

Assim partiu com pequena escolta apenas.

Viajou incógnito, e arranchou-se no Arraial Velho, onde se avistou com Sebastião de Aguiar.

Vivia o regulo das Minas muito assustado com o que fizera.

Partiu ao encontro de Albuquerque com quem se avistou em Caeté. Intimou-o o sátrapa a se recolher as suas terras da Tabua e viu-se imediatamente obedecido.

Podia aliás alegar que nascera sob o mais benigno dos signos.

Incorrera no mais grave dos crimes de primeira cabeça, o da usurpação da autoridade real, desfeiteara do modo mais desabusado um delegado régio, e no entanto a única pena que se lhe impunha era a do exílio em suas próprias terras! Com que diferença tratara o Trono os revoltosos maranhenses de 1684 e os das Minas de 1708!

Partiu Albuquerque para as Minas Gerais e entrou no arraial do Ouro Preto a que levantou por Vila Rica. Seguiu, depois, para o Ribeirão do Carmo igualmente ereto em vila.

Na futura Mariana teve as primeiras notícias do revide intentado dos paulistas sôbre o Rio das Mortes.

Procedendo com habilidade, ratificou algumas nomeações e atos de Nunes Viana.

Concedeu geral indulto do qual ficaram excluídos Nunes Viana e Bento do Amaral.

Surgiu a 3 de novembro de 1709, o decreto criando a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, autonômica, totalmente desligada do govêrno fluminense. E dela foi provido Antônio de Albuquerque, subordinado apenas ao Governador-Geral do Brasil.

Alcançando o grande triunfo da submissão de Manuel Nunes Viana pôde Antônio de Albuquerque tomar as providências mais urgentes para a organização da tão anarquizada Capitania.

Demitiu guardas-mores e procurou restituir a posse das lavras aos primeiros donos, geralmente paulistas.

Nomeou diversos superintendentes gerais, homens de grande prestígio como Manuel de Borba Gato, Sebastião de Aguiar e Pedro de Moraes Rapôso.

Sancionou porém nomeações da autoria do chefe rebelde quando dos confirmados teve boa notícia.



## CAPÍTULO XVII

*Pedidos de socorro dos emboabas do Rio das Mortes.*

*A reação paulista de 1709.*

*Desacato sofrido por Antônio de Albuquerque.*

*Marcha da coluna paulista sobre o Rio das Mortes.*

*Assédio do Fortim do Arraial do Pilar.*

*Súbita retirada dos sitiantes.*

Chegavam a Antônio de Albuquerque pedidos de socorro, por parte dos moradores do Rio das Mortes, cada vez mais alarmados com as notícias de São Paulo. Assim resolveu ir, em pessoa, ao arraial ameaçado.

Lá apareceu nos primeiros dias de outubro de 1709 com pequena escolta.

Reuniu os principais emboabas e tranqüilizou-os afirmando que os paulistas não os atacariam.

Mandara a São Paulo o Padre Almeida, jesuíta, aliás paulista, para os dissuadir do projeto belicoso que envolvia verdadeiro crime contra El-Rei.

Logo depois soube entretanto que em Guaratinguetá havia grande concentração de paulistas em armas.

Assim resolveu partir, imediatamente, em direção a esta vila.

Falava-se que os paulistas dispunham de oito a dez mil homens, governados por um Amador Bueno.

Os primeiros ecos dos acontecimentos sanguinolentos de Minas Gerais refletem-se nas Atas da Câmara de São Paulo a 15 de fevereiro de 1709. Lançou a edilidade paulistana alto brado de solidariedade, solemne e orgulhosa atestação dos direitos de sua gente sobre aquêle território "nossa conquista".

Mas nada conta êste documento do morticínio do Capão da Traição. É que, provavelmente, dêle ainda não chegara a notícia a São Paulo, ou talvez haja êle sido posterior a 15 de fevereiro.

A êste primeiro ímpeto não correspondeu fato prático algum.

Afinal, a 1 de abril, realizou-se a grande assembléia popular da reação da qual decorreu o "Termo de requerimento que fez o povo elegendo Amador Bueno da Veyga para cabo mayor e defensor da pátria"

É dos mais notáveis documentos da história de São Paulo.

Assinaram-no os edis e 117 cidadãos do prol o subscreveram. O eleito Cabo-Maior, foi o primeiro cujo nome surgiu logo após os dos oficiais.

Pelo nascimento e a fortuna era dos mais notáveis cidadãos paulistanos.

À sua assinatura seguiram-se as de muitos homens notáveis do bandeirantismo.

Curiosas declarações restritivas surgem, no documento, de dois personagens da mais alta importância, na república paulistana. Pedro Taques de Almeida e Manuel Bueno da Fonseca.

Quatro meses decorreram, porém, antes de se porem os paulistas em marcha.

A 24 de agosto chamou a Câmara à sua presença o Cabo-Maior e fêz-lhe observações graves. Não esquecesse de que acima de tudo eram os paulistas leais vassallos de Sua Majestade.

Nas Minas existia o senhor Governador e Capitão-General da repartição do Sul. Cumprisse, e guardasse suas ordens e mandasse-as cumprir e guardar inteiramente como ao seu General.

Como vimos, consignou Rocha Pita a versão de que os cabos do exército paulista maltrataram, e não pouco, a Antônio de Albuquerque em Guaratinguetá quando os quis dissuadir de continuar a marcha sobre o Rio das Mortes.

Contra esta afirmativa insurgiu-se, veementemente, Pedro Taques. E no entanto, já em 1752, o Padre Fonseca a corroborava.

Diversos relatos incorporados ao Códice Costa Matoso revelam porém que razão assiste a Pita.

Não insistiu Albuquerque que tomou o rumo do Rio de Janeiro, via Parati.

E daí, mandou próprio aos emboabas do Rio das Mortes dizendo se fortificassem do melhor modo.

Recolheram-se todos os forasteiros ao seu entrincheiramento.

Fêz-se a resenha dos combatentes. Somou cerca de 260 brancos e 500 negros.

Dez dias decorreram em ansiosa expectativa.

Afinal, a 14 de novembro de 1709, apareceu o exército paulista, cujo efetivo foi avaliado em dois mil homens. Já haviam os emboabas despachado próprios aos seus compatriotas das Gerais pedindo socorro pois estavam em enorme inferioridade de forças. Afirmavam acharem-se decididos a resistir até a morte. Distribuíram-se os defensores em seis contingentes nos diversos setores do seu fortim.

Avançaram os paulistas de cuja tropa se destacou um porta-bandeira empunhando um estandarte encarnado, "que trazia a figura de São Paulo".

Marchavam sob o comando imediato de seu cabo-maior em coluna bem formada, coroando os morros fronteiros.

Despacharam os atacantes como parlamentar a um clérigo cunhado de Ambrósio Caldeira Brant o comandante em chefe dos sitiados.

Acudindo a falar-lhe, fêz-lhe saber que "suposto o motivo daquele armamento fôra o castigo do caso do Capão, queriam os chefes paulistas uma conferência com ele porque daí poderia resultar concordata a todos conveniente"

Em súbita e verdadeira escaramuça acabou porém a entrevista.

Certos de que os adversários estavam intimidados foram os de S. Paulo apertando o cêrco debaixo de viva fuzilaria não contestada porque as armas dos forasteiros eram de curto alcance.

Mas quando êstes os viram ao alcance de bala, deram-lhe grande surriada.

Durou o tiroteio até a noite.

Fizera Amador Bueno guarnecer as casas mais próximas do forte e esta posição incomodava muito os sitiados.

Convertido o cêrco em bloqueio, mandaram os paulistas por três vêzes dois clérigos intimar a entrega das armas.

“Se o fizerem ficaria o passado em perpétuo esquecimento”

Aludiram ao número de mortos e feridos dos sitiados, e à certeza das numerosas baixas que ainda iriam ter.

Saiu Alvares de Oliveira ao encontro dos clérigos, com poderes para com êles tratar recusando o desarmamento dos seus.

Em relação ao número de baixas ficassem os sitiados seguros de que não era tão grande como supunham. Enfim, todos os sitiados se achavam “firmes na resolução de morrerem ou ficarem bem”

A posição dos paulistas dominantes do fortim estava-se tornando muito penosa aos sitiados.

Certa noite, intentaram uma surtida operação malograda como uma segunda pouco depois.

Desferiram os paulistas numerosas flechas acesas, de onde se originou grande incêndio de difícil extinção.

Destacou-se Luís Pedroso de Barros, comandante de vanguarda paulista, pela bravura e o mesmo se deu com outros.

Segundo o Padre Fonseca reinava a desunião no campo paulista notando-se grande rivalidade entre Amador Bueno da Veiga e Luís Pedroso.

Mandou êste pedir munições a Amador que acampava a certa distância com o grosso da coluna e os seus mensageiros voltaram a relatar-lhe que o haviam encontrado com o ânimo de levantar o cêrco.

Não tardou que a diversos contagiasse o desalento e Luís Pedroso “sentindo o desânimo” lhes fêz uma prática dizendo que “estando a vitória em mãos dos paulistas seria cobardia deixar o inimigo já quase prostrado, quase rendido”.

Em todo o caso se os seus comandados quisessem acompanhar a Amador Bueno “pondo nódoa à sua fama” êle não desampararia o pôsto.

Afirma o Padre Fonseca uma série de coisas sôbre as quais silencia Alvares de Oliveira.

Assim conta que Pedroso deu novo e tão furioso ataque ao fortim, que os sitiados pensaram em render-se.

Houve até tréguas para a discussão das condições de capitulação.

Ofereceram os sitiados rendição incondicional pedindo garantias de vida, apenas. Mas a lembrança da mortandade do Capão persistia entre os assaltantes e assim não se assinou o ajuste proposto.

Pediram então, os quase expugnados, salvo conduto para a retirada das mulheres e crianças da praça, mas isto lhes foi negado.

Passaram-se dois dias angustiosíssimos para os sitiados que afinal reduzidos ao último desespero “determinaram morrer antes pelejando no campo como valentes do que perder as vidas como cobardes no recinto do Forte”.

Fizeram nova e desesperada sortida mas esta lhes foi a mais desfavorável. Assim resolveram sair todos em roldão acontecesse o que acontecesse.

Prepararam-se para a noite tódia e deixaram o forte na madrugada de um sábado.

Mas qual não lhes foi a surpresa ao encontrarem desertas as posições dos paulistas que, naquela mesma noite, haviam fugido “ou discordes entre si ou temerosos da notícia da aproximação de uma coluna de mil e trezentos homens partidos de Ouro Preto em socorro dos sitiados”

Dá Álvares de Oliveira largas à exaltação da vitória e à speramente caustica os adversários. “Com a maior arrogância haviam vindo ameaçando céus e terras para a destruição total dos emboabas” E no entanto “desenganados, após quatro dias e outras tantas noites de fogo contínuo haviam desfeito o bloqueio”

As baixas dos reinóis, entre mortos e feridos, subiram a perto de oitenta.

Dois ou três dias mais tarde chegava a coluna ouro-pretana. Trazia duas bôcas de fogo e pôs-se a picar a retaguarda paulista sem nada conseguir porque encontrou as pontes cortadas e as canoas de passagem dos rios desfeitas.

Pretende o Padre Fonseca a que os paulistas pensaram em organizar novo corpo de exército mas que Antônio de Albuquerque os desarmou, apontando-lhes as apertadas ordens d’El-Rei para que fôsem habitar pacificamente as Minas, impondo graves penas aos violadores da paz.

Pela segunda vez via o novo Capitão-General o mais completo êxito coroar-lhe a atuação bem inspirada.

Assim, segundo os mais velhos depoimentos sôbre o cerco de São João d’El-Rei, parece fora de dúvida que o fracasso do revide paulista se deveu, sobretudo, à discórdia dos chefes do exército sitiante: a rivalidade entre Amador Bueno da Veiga e Luís Pedroso de Barros.

Os acontecimentos da última fase da *Guerra dos Emboabas* passaram-se em novembro e dezembro de 1709.

Recolheu Azevedo Marques a tradição de que agiu o Cabo-Maior como de combinação com Albuquerque, procurando aplacar os ânimos dos seus comandados e mantendo-se inerte quando seu valente lugar-tenente quase alcançara a vitória. Desta atitude viera “a incorrer no desgosto dos seus naturais”.

Afirma Pedro Taques que morreu a 21 de dezembro de 1719.

## CAPÍTULO XVIII

---

### *Atos da Coroa.*

*Junta geral de 7 de março de 1710.*

*Relatório de Albuquerque a D. João V.*

*Tomada do Rio de Janeiro por Duguay Trouin.*

A 29 de janeiro de 1710 vemos o Conselho Ultramarino tratar da Guerra dos Emboabas. Examinou cartas de Gregório de Castro Moraes noticiando ao Rei que tudo se encaminhava para bem.

Achou o Conselho que à vista de tão alvissareiras novas devia Sua Majestade mandar fazer seguir para as Minas todos os Ministros que para elas nomeara a fim de que ali administrassem justiça.

Rapidamente se apaziguaram os paulistas. Tanto assim que, já a 18 de janeiro de 1710, e em Santos empossava-se Albuquerque do governo da sua nova capitania.

Com muito jeito procurou o hábil e prudente governador atrair a boa vontade dos jurisdicionados de suspeitosa fidelidade.

Nada mais político do que a carta que, a 26 de fevereiro de 1710, e do Rio de Janeiro, escreveu à Câmara de São Paulo, enchendo-a de promessas de elevada tolerância.

Era-lhe o desempenho do cargo penoso e êle se sentia muito grato à confiança régia correspondendo a esta tão honrosa eleição. O seu grande escopo visava a utilidade dos vassallos.

Sua Majestade, amante como era dos seus súditos, dêles esperava não só emenda, como arrependimento de tantas desordens, em troca do indulto geral.

Mais atencioso e delicado não podia ser o delegado régio em relação aos ariscos vassallos do planalto tão gravemente magoados pelos recentes fatos da guerra civil.

A 12 de junho de 1710 era Albuquerque empossado solenemente, em São Paulo. Tomara a Câmara local providências especiais para a sua recepção, e os paulistas o receberam com extraordinárias demonstrações de júbilo e deferência.

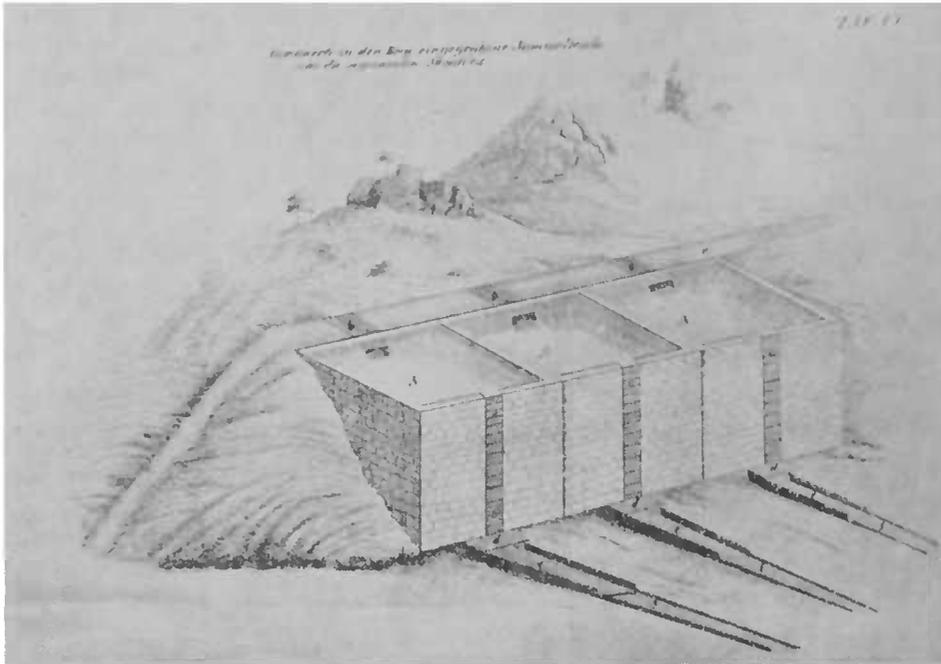
Não tardou que Antônio de Albuquerque convocasse junta geral de satisfação aos vassallos paulistanos.

E dêste "meeting" soleníssimo se fez não menos solene auto.

Realizou-se a 7 de julho de 1710.

Aos membros da assembléia leu Antônio de Albuquerque a carta régia de 3 de novembro anterior.

Ouvido pelos assistentes "com tôda atenção, e obediência de verdadeiros vassallos", convieram êles uniformemente que, à vista de Sua Ma-



“Mundéus” de mineração aurífera primitiva, segundo desenho do Barão de Eschwege.

jestade que Deus guardasse dignar-se de querer dar nova forma de govêrno, com administração de justiça a esta sua Conquista “para reparo da attenuação della ocasionada com as inquietações das minas, e sua alteração, não podiam duvidar em obedecer ao dito Senhor em continuarem com o mesmo Commercio, e continuação ás minas, e sua assistencia, mas na certeza de que se conservariam as que nellas assistiam, com justiça, e sem vexação alguma ocasionada pelos forasteiros” Resalva altiva, portanto.

Solicitou a Junta a elevação da sua vila a Cidade e quando possível se lhe desse Bispo próprio.

Prometeu Antônio de Albuquerque usar de tôda a influência e prestígio para obter do monarca o que a assembléia pleiteava.

Assentou que os quintos do ouro se cobrassem por bateias; que nas cargas, escravos e gado entrados nas Minas, se pusesse uma contribuição justa; que se criasse a tropa paga, necessário ao bem comum e observância das leis e se limitasse o uso excessivo das armas.

Persistia porém certa anarquia nos distritos mineiros.

Estas notícias desanimaram por algum tempo a Albuquerque até que tomando as medidas que lhe pareceram acertadas “sossegou os povos, pacificou-os, deu forma ao govêrno e fêz observar as leis do soberano”, como escreve Teixeira Coelho.

Também o Rei o prestigiava por meio de atos sucessivos. A 12 de novembro de 1710 aplaudia vivamente o seu procedimento expulsando

Frei F. de Meneses e recomendando-lhe que se acaso o trinitário ou-  
sasse voltar o remetesse prêso para o Rio de Janeiro.

A 11 de julho, de 1711 surgiu nova carta régia. Passava São Paulo  
a se condecorar com o título de cidade! Mas quanto à sua elevação a  
diocese El-Rei contemporizava!

Querendo o Rei, com todo o empenho, pacificar os paulistas, escrevia  
a propósito das queixas que a Câmara de S. Paulo lhe fizera alegan-  
do-lhe que os paulistas haviam sido expulsos do solo da sua legítima  
conquista e pedindo a anulação das concessões feitas aos invasores.  
Incumbiu D. João V a seu Delegado que, com a máxima atenção e  
cuidado, dirimisse estas questões tendo em vista o fito essencial de se  
evitarem novos tumultos.

A 8 de agosto de 1710 anunciou Albuquerque, aos jurisdicionados  
de S. Paulo, que precisava forçosamente "passar ás Minas Geraes do  
Ouro em diligencias do serviço de Sua Majestade"

A 10 de novembro de 1710 reuniu Albuquerque em junta no Ri-  
beirão do Carmo, grande número de pessoas gradas.

Expôs as ordens régias que trazia sôbre o caso dos quintos do ouro  
e da criação das vilas. Instaurava-se o regime municipal no território  
mineiro. Realizou nova junta a 1.º de dezembro em Vila Rica.

Aprovaram as duas juntas o ajuste de S. Paulo. Pagar-se-ia de cada  
bateia de oito a dez oitavas de ouro anualmente até que se estabele-  
cessem as casas de fundição. Várias medidas, sempre muito acertadas,  
tomou o Capitão-General acêrca das novas explorações e pesquisas  
metálicas.

Decretou severíssimas penas aos que acaso descobrissem ribeiros e  
jazigos auríferos e os não manifestassem.

Pouco depois, a 2 de fevereiro, incumbiu Borba Gato de pesquisar  
ouro nas serras de Sete Lagoas e no dia seguinte a Garcia Rodrigues  
Pais, investiu de excepcionais poderes para prosseguir na pesquisa de  
esmeraldas.

Tomou a Coroa providências diversas para que à nova circunscrição  
prestigiasse uma série de fundações, prestando ao novo govêrno a valia  
de seu significado civilizador.

A Albuquerque escrevia D. João V significando quanto o enchia de  
júbilo saber que se restabelecera a ordem. E que já começavam os pau-  
listas a se ajuntar aos forasteiros, e minerar nas terras, em que anti-  
gamente trabalhavam. Assim, agradecia-lhe o modo, zêlo, e prudência  
com que êle Carvalho se portara.

E realmente prestara Antônio de Albuquerque relevantíssimos ser-  
viços ao seu monarca e aos povos do Brasil.

Estavam as Minas pacificadas! Conservadas aquelas conquistas.

Já sem diferenças entre forasteiros e paulistas. Alguns dêstes, eram  
temidos e haviam causado o levante, mas agora não deixavam de andar  
corridos e humildes, mas o Capitão-General os ia animando, dando-lhes  
alguma ocupação, fazendo outro tanto com forasteiros de modo a  
evitar invejas.

Renascia a confiança, começavam a entrar muitos moradores novos, com as respectivas famílias. E muitos dos antigos partiam a trazer de volta a sua gente emigrada.

Assim como todos queriam sesmarias, muito trabalho tivera em acomodá-los, para que fôsem atendidos razoavelmente, sem que se ferissem direitos adquiridos.

Precioso auxiliar e conselheiro, estava-lhe sendo Manuel de Borba Gato. "Um dos mais fiéis vassallos que Sua Majestade tem entre os paulistas, ao qual vinha tratando com tôda a estimação".

Homens de ambição, gente que na Europa só tinha o que ganhava da enxada e entre os quais muitos exerciam até ofícios vis "não queriam os forasteiros sujeitar-se às leis. Pretendiam lavrar freqüentemente em terra alheia e eram refinados velhacos e caloteiros. Por tal motivo andava o comércio embaraçado".

Achavam-se os paulistas embrenhados pelas matas e sem escravos que êstes, aproveitando-se da guerra civil, lhes haviam fugido, ou sido tomados.

Mas em todo o caso cria que a lavragem melhoraria assim como o giro comercial. Os paulistas gastavam muito e pagavam melhor, estimando menos o ouro do que qualquer apetite.

Dizia Albuquerque ainda esperar em Deus que de sua atuação resultassem a sua Real Coroa "os interêsses de um grande império pelos inexplicáveis recursos que prometiam não só a maior parte dos montes como a imensidade dos Ribeiros lavrados com tanto lucro" Mas para tais resultados era preciso a assistência de homem muito ciente na arte de minerar o ouro o que ainda por ali não aparecera.

Iam-se topando à flor da terra pedaços de ouro em pepitas mas as catas eram péssimas e perigosamente abertas.

Mas já se haviam obtido cêrca de trinta arrôbas de ouro dos quintos reais.

Certamente cria Antônio de Albuquerque poder continuar a sua bela obra administrativa, quando súbitamente veio a saber do mais grave successo.

Estava o Rio de Janeiro sendo expugnado pela grande esquadra de Duguay Trouin.

Não perdeu tempo; despachou mensageiros por todos os cantos do seu enorme govêrno. E conseguiu maravilhoso resultado. Em tão escassa população alcançou pôr em armas quase seis mil homens "da melhor e mais luzida gente, assim forasteiros como paulistas".

A 15 de outubro chegou às vizinhanças do Rio de Janeiro sabendo então que o governador Castro Morais evacuara a cidade. Pediu-lhe êste que a reconquistasse e assim mandou buscar em Minas mais gente, mantimentos e gado.

Examinou o que havia de elementos de combate verificando a existência de muita pólvora nos paióis reais mas de apenas quatro cunhetes de balas! oficiava a D. João V, a 26 de novembro.

Como combater nestas condições tropa tão numerosa, aguerrida, e fartamente municada quanto a da expedição francesa?

Assim teve de manter-se inerte ante a consumação dos fatos.

Apontou Albuquerque ao soberano a dedicação e o zêlo de seu corpo de exército “atropelando mil dificuldades e excessivos trabalhos por serras e caminhos tão fragosos”, numa jornada de quase cem léguas.

Provocara a invasão francesa grande e veemente movimento de solidariedade lusitana. Paulistas, reinóis e os demais brasileiros, céleres marcharam lado a lado contra o assaltante de sua grande cidade do sul. Ali gloriosamente perecera o temível facínora autor do morticínio do Capão da Traição, batendo-se herôicamente. E portara-se com extraordinária coragem outro personagem tristemente célebre da história das Minas, Frei Francisco de Meneses.

Dentre os paulistas mais solícitos em aceder ao apêlo de Albuquerque citam-se Antônio de Morais Godói, um dos que maiores contingentes trouxeram ao exército de socorro, do Rio das Mortes.

Rodrigo Bicudo Chassim, do Carmo, Domingos da Silva Bueno, de Vila Rica, D. Francisco Rendon, Domingos Dias da Silva, Antônio Leme, do Sabará, Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, talvez então o mais opulento vassalo das Minas. De sua Fazenda do Registro forneceu o gado necessário à jornada e marchou com duzentos homens.

Voltando às Minas, governou-as Albuquerque pacificamente. A 31 de agosto de 1713, passou o govêrno a D. Brás Baltasar da Silveira (1).

---

(1) Vide as referências documentais relativas a êste capítulo de VIII a XVIII na terceira parte do tomo nono da **História Geral das Bandeiras Paulistas**.



## CAPÍTULO XIX

---

*D. Brás Baltasar da Silveira, segundo Capitão-General da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.*

*Criação de vilas no território aurífero.*

*Despovoamento de São Paulo.*

*A questão dos quintos reais.*

Preocupados com o governo do imenso território aurífero, povoado por núcleos de gente rude, se não freqüentemente feroz, domiciliados a enorme distância de sua capital, bem pouco puderam intervir os primeiros capitães-generais de S. Paulo no governo da parte mais civilizada do colossal território da sua jurisdição.

A Câmara de S. Paulo por diversas vezes solicitara do Rei a assistência continuada, se não contínua, do Capitão-General em sua capital sem conseguir ser atendida.

A 31 de agosto de 1713 e perante ela tomou D. Brás Baltasar da Silveira posse do governo de sua imensa capitania o Senado da Câmara de S. Paulo.

A 13 de setembro escrevia a D. João V dando impressões do que vira em S. Paulo. Encontrara a cidade em extrema pobreza por terem os seus principais moradores tido enormes prejuízos nas Minas com a guerra recente e as despesas avultadas para o socorro a Santos ameaçado por Duclerc.

Em princípios de outubro partiu para o território mineiro.

Tudo encontrou em sossêgo. Ia logo (assunto capital!) tratar da arrematação dos quintos, com prudência, e de acôrdo com os povos, escrevia a D. João V.

Sua atuação nas Minas documentou-se logo por uma série de bons atos.

Ao Arraial do Rio das Mortes elevou-o a vila com o nome de São João d'El-Rei, a 8 de dezembro de 1713.

E pouco depois o arraial de Caeté sob a denominação de Vila Nova da Rainha. E no mesmo dia o do Sêrro do Frio sob o nome de Vila do Príncipe (29 de janeiro de 1714) topônimos cortesãos que com o tempo haveriam de desaparecer, salvo quanto a S. João d'El-Rei, tão pitoresco e interessante.

A 6 de fevereiro de 1715 criou mais uma vila, a turbulenta povoação de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui e três comarcas: as de Vila Rica, do Rio das Velhas, com sede em Sabará e a do Rio das Mortes, com sede em São João d'El-Rei.

Nenhuma impressão parece haver causado aos homens bons da governança, da terra, de S. Paulo, a elevação de sua vila à alta categoria de cidade, numa época em que muito poucas eram as aglomerações brasileiras condecoradas com tão altissonante atributo, umas seis ou sete apenas.

Achava-se a nova urbe paulistana em decadência muito acentuada, de ano para ano, com o formidável êxodo dos seus habitantes para o território aurífero.

Querendo, cada vez mais, mostrar a boa vontade, aos cidadãos de S. Paulo, e apaziguá-los, expediu D. Brás a carta de 18 de setembro de 1713 em que ao monarca solicitava lhes outorgasse a concessão da nobreza e o privilégio de cavaleiros aos que ocupassem os cargos da vereança. E o Rei expediu a ordem de 17 de janeiro de 1715 concedendo os privilégios pedidos.

Sobremodo funesta para os índios do Sul do Brasil fôra a descoberta das jazidas auríferas. Partiam para os territórios mineiros os bandeirantes acompanhados daquelas teorias de “muitos índios de que se faziam os paulistas servir”, como nos relata Amorim. Aos centos morriam os míseros autóctones e maior teria sido tal mortalidade se o ouro descoberto não fôra aluvial.

Continuaram as altas autoridades do Estado com a prática hipócrita de fingir proceder à observação daquelas leis inúmeras e pormenorizadas, em suas disposições pseudo-resguardadoras do gentio do Brasil.

Queixava-se D. Brás, a D. João V, dos inacinos porque não queriam que seus índios trabalhassem nos serviços reais, muito embora reconhecesse que em virtude de repetidas ordens régias os índios não eram cativos.

A descoberta dos jazigos auríferos provocou imediatas providências do governo da Colônia para que se estabelecessem casas de quintos, de fundição e da moeda.

Antes do grande ciclo das Minas Gerais a produção do ouro brasileiro mostrara-se sobremodo exígua. Mas ainda assim zelavam as autoridades vigilantes pela percepção dos quintos régios.

As descobertas de fins do século XVII trouxeram imensa multiplicação da legislação sôbre tal assunto.

Em janeiro de 1695 fundou-se em Taubaté a casa de fundição em que Carlos Pedroso da Silveira serviu como provedor dos reais quintos.

D. Pedro II, por carta régia de 18 de janeiro de 1701 ordenou ao Governador fluminense que fundasse uma Casa de fundição e quintagem no Rio de Janeiro.

Em janeiro de 1703 estabelecia-se ela definitivamente.

Devido aos corsários vigilantes no gôlfo de Angra tornara-se inseguro o trânsito do ouro entre Parati e Guaratiba.

Escrevendo ao monarca, a 29 de janeiro de 1704, contava-lhe D. Alvaro da Silveira que na baía de Sepetiba “aparecera o Pirata”. Assim êle próprio, para salvar o dinheiro régio e o dos particulares, consentira que os barcos ali estacionados fôssem ter à Pedra, visto como

havia muita gente descida das Minas” à espera de embarque e na vila reinava a fome.

A 14 de junho de 1703 mandava D. Alvaro auspiciosa notícia ao soberano.

Haviam entrado na Casa da Moeda do Rio, naquele ano, 68 arrôbas, dez libras e frações, havendo sido amoedados 48 arrôbas e 31 libras e fração, no valor de 802 932 cruzados, ou fôssem Rs: 321.172\$800.

E não chegara ainda o ouro de Taubaté e das Minas. Deste não havia notícia.

Chegando Antônio de Albuquerque a governar a Capitania de S. Paulo e Minas do Ouro trazia instruções régias para o levantamento das Casas de fundição e o rigoroso expurgo dos frades giróvagos que flagelavam o território mineiro.

Um dos primeiros alvedrios sugeridos na Junta de 7 de junho de 1710 em S. Paulo versou sôbre a proibição do trânsito pelos numerosos caminhos que às Minas iam ter, abertos pela invasão dos forasteiros, gente de má nota: e tendo em vista principalmente a evasão clandestina do ouro.

Cogitou-se também, entre outras coisas, da organização da milícia paga, para guarnição da capitania; guarda do governador e dos ministros da Justiça, para que esta se administrasse com respeito e obediência.

Assim também se cuidou de criar os meios para a fazenda real custear as despesas que acarretavam algumas das disposições alvitradas.

Quais seriam?

A arrecadação dos quintos das minas e dos lavradores por avença, conforme as bateias que tivessem;

idem, quanto às cargas que entrassem nas minas para negócio;

idem, por capitação, nos pretos escravos e no gado que pudesse entrar dos Currais da Bahia.

Foram todos êsses alvitres firmados e aceitos.

Em Minas a primeira junta realizou-se a 10 de novembro de 1710.

Tratou Antônio de Albuquerque, da administração da justiça e quanto a se quintar o ouro na — Casa da Fundição — resolveu “suspender por ora êste particular, até que melhor informado e das experiências que se deveriam fazer, se resolvesse o que mais conveniente fôsse”.

Resolveu a Junta angariar recursos provisórios para ajudar as grandes despesas que a fazenda real teria, com ordenados, soldos e mais gastos. Assentou que se cobrasse:

- a) por bateia, de oito a dez oitavas;
- b) por carga e entrada nas minas; de fazenda sêca, quatro oitavas, e molhada, duas;
- c) por escravo negro, quatro vinténs, e mulato, seis oitavas;
- d) por cabeça de gado vacum, uma oitava.

Do *placet* real dependia a adoção definitiva dessas medidas provisórias.

“Os quintos, por essência justos, não vexavam tanto os mineiros como a cobrança que dêles se fazia. O extravio do ouro, pelos vexames desta, converteu-se em abuso geral e de maneira que a todos pareceu quase lícito. Daí os constantes conflitos”, escreve Diogo de Vasconcelos.

A 3 de abril de 1710, oficiando ao Rei, avaliava Antônio de Albuquerque o descaminho do ouro em três vêzes o que arrecadava a Fazenda Real.

Os quintos legalmente percebidos de 1700 a 1713 renderam 56 655 oitavas e o que produzira o ouro confiscado 46 975. Quase outro tanto!

Em 1713 piorara muito a situação. Cobraram-se 2 781 oitavas dos quintos legais e foram confiscados 7 106!

Na junta de D. Brás, a de 7 de janeiro de 1714, propôs o sátrapa com a aceitação geral, darem os povos trinta arrôbas de ouro como pagamento dos quintos, levantando-se os registros dos caminhos. Poderiam todos levar seu ouro livre como se fôra quintado.

A proposta, só vigoraria para 1714, ficando então ajustado que:

A comarca do Rio das Mortes, pagaria cinco arrôbas e dez libras; a de Vila Rica, doze arrôbas; a do Rio das Velhas, doze arrôbas e vinte e duas libras.

Esperava-se a ratificação da Coroa a tal ajuste mas a resposta régia demorou muito.

Negou D. João V a anuência. Voltar-se-ia ao regime das bateias! Fundamentava o Rei a sua negativa com argumentos jurídicos.

A cobrança por bateia era mais equitativa. Cada qual pagaria conforme o número de bateadores que empregasse.

A 13 de março de 1714 tornou D. Brás pública a decisão da Coroa.

Aos povos repugnava imenso o pagamento por bateia. Assim foi a decisão majestática sobremodo mal acolhida.

Propuseram, os convocados a nova junta, quase unânimemente, solução mista: pagamento de 25 arrôbas e mais os direitos sôbre entradas que Sua Majestade faria arbitrar como quisesse.

Viu-se o Governador em sérios apuros. Tinha que cumprir a ordem régia e ao mesmo tempo lutar com a repugnância invencível dos povos.

Serviu-se do mais infeliz expediente, o da má fé. Escreveu às diversas Câmaras desistindo da cobrança das bateias. E valeu-se da dificuldade das comunicações para jogar com umas para poder persuadir às outras. Assim, julgando-se isoladas em face da vontade régia acederam às ordens do trono. Mas isto provocaria a mais séria reação.

Ao procurador da Vila Real, violento impugnador em junta do novo ajuste, ordenou D. Brás que se retirasse do povoado e esta medida pôs os sabarenses em armas. Resolveu o Capitão-General ir a Sabará. Apareceram-lhe dois procuradores dos caeteenses a propor acomodação “pedindo-lhe que dali não saísse antes de fazê-la”.

Soube pelo ouvidor que os sabarenses vinham ao seu encontro para o seqüestrarem. Logo depois aparecia o magistrado e, quase com êle,

a turba a soltar gritos sediciosos e a afirmar que não pagaria os quintos por bateia, de forma alguma.

Viu-se D. Brás coagido a ceder, declarando aceitar que a contribuição sabarense fôsse a das três arrôbas que lhe cabia pagar.

Voltando à sede do seu govêrno, informou a D. João V que se acaso se mantivesse a cobrança por bateias haveria geral sublevação dos mineiros.

E o monarca assustado com a possibilidade da paralização dos trabalhos da mineração, rapidamente ratificou o ajuste de 1714.

Deu-se o sátrapa pressa em notificar aos povos tal decisão.

Fôra prorrogada até 20 de março de 1716.

A prorrogação determinou porém que a cobrança, em lugar de ser por comarcas, passaria a ser feita pelas vilas.

Pitangui contribuiria com três arrôbas de ouro;

S. João d'El-Rei com quatro arrôbas;

Vila Real e Vila Nova da Rainha com quatro arrôbas e quinhentas oitavas respectivamente.

Ribeirão do Carmo, com a mesma quantia.

A entrada dos escravos, esta seria livre e para o pagamento do gado, se levantariam registros, cobrando-se uma oitava de ouro por cabeça de gado.

Reuniu-se nova junta a 22 de junho de 1716, reunião em que ficou assentado poderem as Câmaras taxar as fazendas sêcas, molhados e gados, segundo o que já se estabelecera, elevando-se o impôsto sôbre os escravos novos a quatro oitavas.

Foi o ajuste renovado em 1717 tal qual.

As novas taxas se adicionaram aos quintos, prevendo-se qualquer insuficiência de arrecadação. Caso fôsse esta deficitária, correria finta especial a derrama, palavra que mais tarde se tornou tão extraordinariamente apavorante e odiosa. Tal tributo seria pago conforme o vulto da escravatura dos mineiros.

Chama Vasconcelos a atenção para odiosidade de que se revestia a derrama; já as taxas adicionais de imposição representavam abusiva exigência. E com efeito, com a dureza da legislação reinol, poderia ela assumir o rigor das penhoras e execuções que lembrasse as extorsões do fisco romano, salvo quanto à escravização dos executados.



## CAPÍTULO XX

---

*D. Brás Baltasar da Silveira e sua indulgência excessiva.  
Receio de desordens.  
Reaparecimento de Manuel Nunes Viana no cenário político.  
Tumultos de Pitangui.*

Procurou D. Brás da Silveira melhorar a situação geral das Minas, sobretudo quanto ao aparelhamento da justiça. E ao mesmo tempo animar as explorações de novas jazidas minerais.

Não se desvanecera a preocupação pelas esmeraldas. Em 1711 Antônio de Albuquerque solicitava de Garcia Rodrigues Pais que prosseguisse na faina paterna. Este porém declinara da proposta, alegando ser idoso demais para tal intento. D. Brás, segundo Vasconcelos, passou a comissão a Brás Estêves Leme e a um sobrinho dêste, Estêvão Rapôso Barbosa.

Entende o autor da *História Antiga* que no período de D. Brás foram na região da Serra do Frio encontrados os primeiros diamantes do Brasil por Francisco Machado da Silva, que talvez fôsse o paulista mencionado por Silva Leme.

Da sua pesquisa incumbiu o Capitão-General a Lucas de Freitas Azevedo, valoroso sertanista, filho de Santos e o primeiro povoador, com Gaspar e Antônio Soares Ferreira, do Sêro do Frio, em 1701, onde mineraram.

Foram os precursores, sem êxito, de Bernardo da Fonseca Lôbo que, segundo Varnhagen e Garcia, em petição a D. João V alegou haver de 1723 a 1724 encontrado em uma lavra aurífera sua, os primeiros diamantes do Brasil.

Foi D. Brás governador muito sedentário. Pouco saiu da sua capital interina, a vila do Carmo.

O govêrno de tão áspera e desabrida gente se tornava inçado de dificuldades.

Uma das grandes proveio da situação de Pitangui, reduto de paulistas emigrados dos distritos assolados pela Guerra dos Emboabas.

Lá se encontravam alguns dos mais notórios bandeirantes das Minas como Jerônimo e Valentim Pedroso de Barros, Manoel Dias da Silva, Domingos Rodrigues do Prado, Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhangüera, Sulpício Pedroso Xavier e muitos outros.

Haviam descoberto jazigos auríferos, vários dos quais muito ricos, como o do Batatal e feito saber aos reinóis e forasteiros que lhes não permitiam a presença por lá, ameaçando-os das maiores violências.

A criação da nova vila, obtida do Capitão-General, fôra um meio pelo qual êstes irredutíveis mineradores fugiam à jurisdição municipal de Sabará, onde havia notável preponderância de reinóis.

Em fins de 1716 recebeu D. Brás más notícias da turbulenta Comarca do Rio das Velhas.

Comunicou-lhe o Mestre de Campo Sebastião Pereira de Aguilar o reaparecimento na cena política de temível personagem, o antigo ditador das Minas!

Tanto Manuel Nunes Viana como o seu primo, sócio e alter ego Manuel Rodrigues Soares preparavam a sublevação geral da Comarca!

Pouco depois nova denúncia, agora do Ouvidor, contra maus clérigos giróvagos, receosos da expulsão do território mineiro como se achavam ameaçados.

A cada passo se via a autoridade civil peada para a repressão dos maus padres em vista de a contrariar a eclesiástica, em face da dualidade de foros então existente.

Isentos da jurisdição civil, nem aos Bispos respeitavam. E os frades egressos e apostatas não os reconheciam como seus prelados.

“Eram negociantes, mineradores, senhores de engenho e de escravos, mas sobretudo desabusados fautores, e sem peias, dos contrabandos e extravios do ouro.”

Já desde Artur de Sá e Meneses viviam as autoridades a representar aos Reis sôbre a conveniência de se enxotarem os giróvagos.

Em junho de 1711 ordenava D. João V a Albuquerque: “Antes os lanceis fora todos por fôrça ou violência se por outro modo não quiserem sair”

O interessante é que executando as ordens régias em relação a tão maus clérigos, escrevia D. Brás a D. João V, a 15 de abril de 1715, que êles faziam falta para a desobriga dos povos.

Reflexo da intensa fé do tempo era tal observação. Entendia o Capitão-General melhor haver um mau pastor espiritual de rebanho do que nenhum. A questão primordial era existir quem pudesse administrar os sacramentos.

Em *Ocorrências de Pitangui* (1713-1721), Feu de Carvalho o erudito (e probó, como ninguém lhe levou a palma) historiador, estudou, à luz de numerosos documentos inéditos do Arquivo Público Mineiro, os fastos do arraial, ereto em vila de Nossa Senhora da Piedade.

Respondendo ao Anhangüera que lhe relatara a ocorrência de graves conflitos participou-lhe D. Brás haver escolhido para compor tais diferenças ao engenheiro militar sargento-mor Pedro Gomes Chaves.

Ao sátrapa cientificou então Bartolomeu Bueno de que, em Pitangui, se tinham feito novos descobrimentos. Prometiam “grandes interesses”, não como o primeiro de “que poucos haviam aproveitado, resultando ficar a maior parte dos moradores na expectativa e diligenciando novos haveres, mas sem ter onde lavrassem”

Agora pretendiam entrar a lavar com os novos descobridores. Mas êstes, armados, procuravam impedi-los de tal, dando em resultado algumas desordens.

Não foi feliz Pedro Chaves, que descontentou os bravios mineradores.

Recomendou-lhe D. Brás a maior prudência no sentido de harmonizar os moradores. Muita cautela na escolha dos novos guarda-mores e escrivães. De tudo desse parte a Garcia Rodrigues Pais.

E tornasse os povos cientes de que a contribuição de Pitangui seria de apenas uma arrôba anual das trinta dos reais quintos.

Representaram os moradores de Pitangui, a D. Brás, as razões que militavam para não se inovar a repartição, feita por Pedro Gomes, das terras minerais; à vista disso, resolveu aprovar tal repartição.

Já nesta época figuravam nos agitados meios pitanguienses alguns dos homens mais violentos dos fastos bandeirantes: Domingos Rodrigues do Prado, genro do Anhangüera, Jerônimo e Valentim Pedroso de Barros, célebres pelas recentes façanhas da Guerra dos Emboabas e outros.

Em agôsto de 1714 foi Jerônimo Pedroso feito Coronel do Têrço local.

Tratou D. Brás aos pitanguienses com a máxima cautela.

Assim impediu a devassa a que o Desembargador Sindicante queria proceder no distrito, a fim de castigar uns tantos criminosos, réus de graves delitos.

Vivamente aconselhou o Governador àqueles vassallos belicosos procurassem fazer novos descobrimentos.

A 18 de junho de 1714, escreveu a Bartolomeu Bueno da Silva, Francisco Jorge da Silva, Domingos Rodrigues do Prado e Jerônimo Pedroso, encarregando-os da cobrança da arrôba de ouro que tocava a Pitangui pagar pelos quintos.

Já êsses povos haviam concorrido com uma arrôba. E a arrematação da data d'El-Rei e a das passagens do Paraopeba haviam rendido mais de meia arrôba, 2 500 oitavas.

Fazia D. Brás Baltasar o máximo empenho em remeter as trinta arrôbas de ouro dos quintos para Lisboa pela frota de 1715. E estimulava os moradores a que se executassem com a maior rapidez.

Continuou Pitangui a ser um foco de contínuas violências e de impontualidade fiscal.

De nada lhes valiam os exemplos dos outros vassallos das Minas fiéis tributários do fisco de seu soberano.

A câmara de 1717, já devia cinco arrôbas de ouro, três do ano de 1716 e duas do que corria!

Era então capitão-mor de Pitangui o taubateano Domingos Rodrigues do Prado, genro do Anhangüera e um dos mais duros bandeirantes, naquela época de homens de ferro.

Dêle diz o anônimo autor do *Descobrimento das Gerais* "homem travêso e ousado a cruéis mortes".

Sôbre os seus primeiros passos nas Minas Gerais há curiosos informes de Manuel J. P. da Silva Pontes.

Chefiando uma bandeira partida de Sabará em 1709 e em companhia de José e Bernardo de Campos Bicudo descobrira o jazigo pitanguicnse.

Dois anos depois do descobrimento de Pitangui, a fama da grande cópia de ouro, e da facilidade com que se extraía na superfície do monte, atraía de S. Paulo, e das novas povoações emigração numerosa.

Assinalou-se Rodrigues do Prado pela crueldade.

Afirma-se não haver dúvida de que o assassinio do ilustre bandeirante Carlos Pedroso da Silveira se tenha devido à sua instigação, efetuando-o um seu irmão, como escreveu o Conde de Assumar ao Rei.

Escreve Carvalho Franco a propósito de Domingos: "Na história do devassamento dos sertões brasileiros", o perfil sanguinário dessa personagem destaca-se no entanto, com fulgor intenso.

## CAPÍTULO XXI

---

*O Conde de Assumar novo general da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.*

*A Junta de março de 1718 sôbre a cobrança dos quintos. Estabelecimento de casas de fundição e de moeda.*

A 3 de março de 1717 nomeou D. João V novo Capitão-General de S. Paulo e Minas do Ouro, D. Pedro de Almeida Portugal, mais conhecido sob o título de Conde de Assumar. Mais tarde Marquês de Castelo Novo e afinal de Alorna também regeria a Índia.

Em sua carta patente fêz-lhe o Rei grandes gabos à carreira de valente militar.

Deixando o govêrno despediu-se D. Brás B. da Silveira do Senado da Câmara da cidade capital de sua Capitania em têrmos efusivos.

Disse-lhe que em todo o seu govêrno, experimentara sempre, em todos os officiais da Câmara de São Paulo, grande zêlo do serviço de Sua Majestade. Por estas razões e os grandes serviços, que os nobres de São Paulo haviam feito a Sua Majestade; à custa das suas vidas e fazenda, descobrindo as minas, sem mais interêsse do que o de leais e honrados vassallos, querendo acrescentar o domínio e os interêsses d'El-Rei, se faziam dignos e mercedores de que o dito senhor os honrasse e premiasse como os seus relevantes serviços mereciam.

Ao Conde de Assumar e a 14 de setembro de 1717 deu a Câmara de S. Paulo posse.

No período governamental de D. Brás, aliás como no de Albuquerque, os novos encontros auríferos foram de pouca monta.

Demorou-se D. Pedro de Almeida em S. Paulo, até fins de setembro de 1717.

Encarregou a Amador Bueno da Veiga da diligência de pesquisar novas jazidas de ouro, tomou providências policiaes, regulamentando o porte de armas proibidas, ordenou que se recolhessem às aldeias reais os índios delas subtraídos, estatuiu regras sôbre a concessão de terras devolutas, concedeu patentes militares, passou cartas de sesmaria, etc.

A primeiro de dezembro de 1718 entrou em Vila Rica:

Sua grande preocupação, desde os primeiros dias foi instaurar um regime de obediência e de ordem na turbulenta Capitania a fim de que se incrementasse a produção aurífera.

Guerra de morte pretendia mover ao contrabando do ouro, já antes de empossado. Mostrara-se sobremodo impressionado com o que soubera do descaminho dos reais quintos e do papel salientíssimo que em tal

fraude cabia a Manuel Nunes Viana. Daí a expressão dos conceitos violentos que sôbre o antigo ditador das Minas expediu ao Rei.

A 8 de janeiro de 1719 escrevia-lhe declarando-lhe que havia o maior antagonismo entre a sua mentalidade e a dos seus governados, "gente que por caminho nenhum se podia governar acostumada como estava ao desprestígio dos seus governantes por perceber a fraqueza e a impossibilidade do Delegado Régio em lhe fazer sentir a autoridade"

Verberava a escassez dos recursos de que dispunha. Rendiam as Minas seiscentos mil cruzados anuais ao erário régio e entretanto lhe eram negados os noventa mil indispensáveis para manter o sossêgo público e o império da Lei.

"Este govêrno, clamava D. Pedro, não é governado por Vossa Majestade nem pelos governadores, como executores das reais ordens e sim pela Divina Providência, a cujo poder nada se limita"

Como era penoso governar uma população acostumada a reger-se pelas leis da injustiça, da rebeldia e do interêssel encarando com a maior repugnância a presença de governadores retos, íntegros, desinteressados! e um território onde havia muitos ministros esquecidos de suas obrigações, indivíduos desprezados e desprezíveis que só pensavam em retirar-se o mais rapidamente possível da região onde tão remissos ao dever se mostravam, para usufruir em suas terras natais os proventos advindos da imoralidade.

Uma das primeiras campanhas de Assumar foi a da expulsão dos maus clérigos.

Contra êles lavrou denúncias aos seus diocesanos, como simoníacos vendillhões dos sacramentos, tão atrevidos, muitos dêles, que do alto do púlpito aconselhavam aos povos o não pagamento dos reais quintos.

Ameaçados por Assumar e excomungados pelo Bispo do Rio de Janeiro, reagiram muitos dêste egressos redobrando na campanha de rebeldia e desmoralização, do govêrno, e acenar aos povos com a perspectiva da próxima fundação de casas de fundição e da moeda.

Não dispunha Assumar de fôrça militar organizada para se fazer obedecer. Via-se na dependência dos potentados locais todos êles mineradores e receosos da avidez do fisco.

Assim sentia cada vez mais forte a impugnação ao pagamento das trinta arrôbas do quinto, ajustado por D. Brás.

Procedeu com prudência, lançando mão de medidas contemporizadoras.

Convocou a junta de 3 de março de 1718 na Vila do Carmo e a esta assembléia insinuou que à vista do aumento da população era justo excedesse à contribuição do exercício anterior.

Fizeram-lhe os convocados contra-proposta: fôssem recenseados os escravos mineradores para se saber quanto seria justo cobrar de capitação por trabalhador.

Repeliu Assumar tal alvitre e a Junta acabou decidindo que a contribuição fôsse menor, 25 arrôbas. Em compensação caberia à Fazenda

Real a arrecadação do impôsto municipal das entradas de negros, gados e cargas.

A diminuição da quota de trinta para vinte e cinco arrôbas não satisfizera os povos que a julgavam excessiva.

Explica Feu de Carvalho as causas dêste dissabor:

Ninguém se mostrava contrário às casas de fundição.

O que se temia era o modo de se quintar.

Em Minas, geralmente, não havia pessoa, por mais abastada fôsse, que não devesse grande quantia, porque todos geralmente eram mineradores. Quanto maior o crédito, maior a dívida.

Era costume adquirir-se tudo a crédito, com o prazo de um a dois anos. Assim todos compravam fiados muitos negros e êstes constituíam, em espécie, o cabedal dos mineradores.

Esperavam extrair da terra, a maior cópia de ouro possível, e na mor parte das vêzes seus cálculos falhavam.

Erigindo-se as Casas de Fundição e Moeda, teriam que pagar o quinto de todo o ouro, como sempre haviam feito; mas para os que estavam devendo graves quantias, muito pesavam os compromissos e devido a êste estado de coisas criara-se verdadeiro horror às Casas de Fundição.

Outra causa de apêrto provinha do fato de que o ouro se tornara muito dificultoso de obtenção, pela grande despesa exigida pela extração.

O dos veios d'água já se considerava extinto, o que se estava tirando provinha de minas rasgadas nos morros. A fim de se talharem estas lavras, era precisa a abertura de regos d'água para o desmonte da terra.

Vinha esta água muitas vêzes de léguas de distância, através de terrenos acidentados o que exigia grande capital.

Se depois de tanta despesa, tivessem os mineradores de pagar o quinto do ouro nas Casas de Fundição e Moeda, certamente ficariam perdidos.

Concorriam outras circunstâncias; os negros que andavam nas catas minerando, furtavam os senhores, apesar de tôda a vigilância.

A terceira e mais forte razão, era que todo o capital dos homens de Minas estava empregado em escravos. Quando queriam retirar-se para suas terras, era de costume vendê-los todos.

Esperavam um ou dois anos pelo pagamento, porque tudo se fazia a crédito.

Depois saíam das Minas, indo para o litoral do Brasil ou para Portugal, mas de todo o ouro procedente das vendas realizadas teriam que pagar quintos.

Ora, todo êsse capital apurado, procedia dos negros vendidos e dêles os senhores já haviam pago os quintos em todo o decurso dos anos em que os possuíam, na proporção dos lançamentos das comarcas anualmente feitos.

Reiteradamente esforçou-se D. Pedro de Almeida e Portugal por convencer ao Rei de que seria impossível manter a ordem no território de seu Governo sem o apoio de tropa de linha, ou tropa paga, como no tempo se dizia, um têrço de cavalaria de dragões. E afinal obteve o que queria, anunciando-se que brevemente viria aquartelar-se no território aurífero assaz forte contingente do exército real.

Tal novidade muito alvoroçou os povos que nela viam sobretudo um refôrço do aparato da contenção fiscal.

No início do segundo milésimo do govêrno de Assumar, a 11 de fevereiro de 1719, surgiu uma disposição da Coroa declarando nulo e irrito o ajuste celebrado entre os povos e D. Brás Baltasar da Silveira e prorrogado pelo seu sucessor.

Mandava estabelecer uma ou mais casas em que se houvesse de fundir e reduzir a barras todo o ouro extraído das lavras, proibindo terminantemente a saída de qualquer metal, em pó ou barreteado quando não trouxesse o cunho das casas reais de fundição.

Dentro do território mineiro, contudo, admitia-se que circulasse o ouro em pó, o vulgarmente chamado de palhêta, à razão de dez tostões por oitava, quando em barra corria a quatorze tostões conforme o quilate.

Conhecida estas decisões régias convocou Assumar imediata reunião dos Procuradores das Câmaras, deliberando-se a 15 de junho de 1719 que seriam instaladas fundições em Vila Rica, Sabará, S. João d'El-Rei e Sêrro do Frio. Deviam os seus trabalhos começar a 23 de julho de 1720.

Em 1719, depois da chegada da tropa de dragões que a suas instâncias viera para Minas e fiado na fôrça, continuou D. Pedro a governar com mais firmeza e confiança.

A 18 de julho fêz publicar bando, advertindo que quem se atrevesse a sair do território mineiro com ouro em pó, ou em barras, não fundido nas casas reais, incorreria além da pena de apreensão de todo o ouro seu, ou alheio, na de confisco de todos os bens. E seria ainda degredado por dez anos para a Índia.

Graves penas se cominavam também aos falsificadores eventuais dos cunhos régios.

Nova carta régia, a de 19 de março de 1720 terminantemente proibiu a circulação do ouro em pó, devendo ser instalada no território aurífero uma Casa da Moeda para fabricar peças de 24, 20, 12 e 10 mil réis, moedas, meias moedas, com um M por letra monetária.

Apesar de tudo foi Assumar adiando a aplicação da drástica lei, valendo-se do pretexto de que as casas de fundição estavam por se concluir graças às delongas de seu instalador o Provedor da Casa da Moeda da Bahia.

A nova lei de cobrança dos quintos revestiam indubitavelmente características legais. Era mais equidosa e só afetaria o ouro apresentado às Casa de Fundição.

Abolia uma série de expedientes arbitrários e vexatórios até então praticados e a complexidade de taxas reinantes, não ficando a cobrança sujeita a extravios.

Passou inexplicavelmente esta lei salutar a ser verdadeiro espantamento dos povos, observa D. Vasconcelos, que atribui a resistência a ela oposta à atuação dos maus fados e dos mineradores potentados da região.

O principal argumento, por eles invocados residia na falta de confiança na probidade do pessoal das oficinas régias, no que certamente havia bem sólida base.

Bem pouco ainda o Desembargador Superintendente das Minas nomeado especialmente por Sua Majestade, se retirara para o Rio de Janeiro carregado de ouro. Que esperar da fidelidade de meros funcionários de categoria medíocre e subalterna?

Mas o que mais enfurecia aos descontentes vinha a ser o rude golpe desferido por Assumar sobre o contrabando.

Assim tremenda propaganda se desenvolveu contra a nova lei em todo o território das Gerais e não tardaria que desse o mais violento fruto: a rebelião de 28 de junho de 1720.

Enquanto não começassem a funcionar as casas de fundição decidira a Junta de 3 de março de 1718 que a quota dêste milésimo fôsse de 25 arrôbas e principiou-se a fazer o arrolamento dos escravos, em obediência a outra decisão da mesma origem.

O mais velho documento censitário até hoje publicado a tal propósito parece-nos ser o que Salomão de Vasconcelos encontrou no arquivo episcopal marianense. Havia em 1712 onze mil cativos na região do Ribeirão do Carmo, Sumidouro, Antônio Pereira, Inficionado e outros arraiais. Mas êste cômputo provavelmente abrangia também Vila Rica.

Divulgou Diogo de Vasconcelos precioso documento relativo ao cômputo da população servil mineira, papel encontrado da mesma procedência. Aponta a existência de 27 909 escravos em 1716 e 35 099 em 1718.

Em 1719, afirma Vasconcelos, a população escrava excedia de muito a livre. Relata uma tentativa de insurreição por parte da massa africana e crioula e tentativa abortada por causa da desavença entre minas e angolas, ao que parece.

Foi porém o sobressalto grande e trouxe notáveis dissabores ao Capitão-General pelo fato de provocar, ainda por cima, atritos entre autoridades.

Relata Vasconcelos pormenorizadamente os incidentes desta malograda insurreição, a que se prende a lenda poética de Xico Rei, monarca africano, reduzido a cativo e transportado às minas.

Em 1728 de acôrdo com segundo documento descoberto por Salomão de Vasconcelos, a população servil atingia 52 273 indivíduos.

Informa papel anônimo incorporado ao preciosíssimo Códice Costa Matoso que tivemos a ensanha feliz de encontrar e divulgar existirem em 1735:

Em Ribeirão do Carmo .. .. .	26 892	escravos
Vila Rica .. .. .	20 853	"
" Sabará .. .. .	24 284	
" Rio das Mortes .. .. .	13 713	"
Sérro Frio .. .. .	6 977	"
	<hr/>	
TOTAL .. .. .	92 719	

Assim a população servil das Minas quase triplicara em 17 anos, de 1718 a 1735, o que mostra a notável progressão dos trabalhos da mineração, muito embora já menos consideráveis os proventos retirados de tão árdua emprêsa devoradora de milhares e milhares de vidas de míseros pretos.

## CAPÍTULO XXII

---

*Anos obscuros da vida de Manuel Nunes Viana.*  
*Reaparecimento do caudilho.*  
*Extensão de sua grande influência no Alto São Francisco.*  
*Seu conflito com o Conde de Assumar.*  
*Luta áspera.*  
*Triunfo do Capitão-General.*

Depois da intimação de Antônio de Albuquerque a que se recolhesse às suas fazendas do Sertão, passou Manuel Nunes Viana alguns anos tranqüilo, ao que parece.

Vemo-lo reaparecer, assim como o primo Manuel Rodrigues Soares na documentação oficial ao tempo do Marquês de Angeja, como Governador-Geral do Brasil em 1715, poucos milésimos, pois, após o "Ultimatum" de Albuquerque.

Louvou-lhe o marquês o zêlo na repulsa dos insultos que o gentio bárbaro vinha fazendo no rio São Francisco.

Em sua imensa fazenda da Tabua, reencetara uma vida de intensíssimo movimento, interferindo em todo o comércio de gado do sertão a superintender o que o primo e *fidus Achates*, obrava por sua inspiração no distrito aurífero.

Além das lavras de Vila Nova da Rainha pretendia agora obter maiores lucros em outra zona, a de Catas Altas, onde a presença de Soares inquietava os mineradores, receosos da expoliação de suas lavras por parte de tão poderosos vizinhos, como os dois insaciáveis primos e sócios.

Mas dentro em breve entraria em declínio esta nova fase de poderio com a tomada de posse do Conde de Assumar, terrível adversário de suas tranquibérnias.

O maior potentado do imenso território de sua jurisdição era, sem dúvida alguma, Manuel Nunes Viana, em situação de grande superioridade sôbre qualquer dos seus êmulos.

Dispunha de enormes recursos de fortuna, de prestígio o mais considerável decorrente do passado truculento, de influentíssimas relações na cidade do Salvador. Governava, discricionariamente, colossal área da região mineira e baiana do vale do S. Francisco, como procurador de D. Isabel Guedes de Brito e proprietário de vastíssimas fazendas de criar.

E a isto se ajunte o seu maior trunfo: ser o grande chefe dos contrabandistas de ouro, dos descaminhadores dos régios quintos.

A fim de o dominar eucetou Assumar pertinaz e inflexível manobra política.

Provavelmente no íntimo verberaria a fraqueza de Antônio de Albuquerque que em vez de mandar enforcar aquêle réu de lesa-majestade, o deixara viver e prosperar em pseudo exílio.

Eram ainda muitos indecisos os limites entre a jurisdição baiana e a paulista. Os Governadores-Gerais pretendiam levar as fronteiras de seu govêrno próprio à confluência do Rio das Velhas com o São Francisco. Entendeu Assumar recuá-las, incorporando à sua Capitania os Currais da Bahia a zona onde Viana imperava.

Em Caeté se achava a cabeça de ponte da grande estrada do contrabando do ouro.

Proibiu aos ribeirinhos do Guaicuí pagamento de foros ao ex-ditador e procurador de D. Isabel de Brito cujas infindáveis terras se estendiam ao vale desse grande tributário do São Francisco, situado em sua Capitania.

Alegando exorbitância de jurisdição extraterritorial enfrentou o ex-ditador o novo Capitão-General de S. Paulo e Minas do Ouro.

Assim, publicou bandos e editais proibindo o pagamento de dízimos aos agentes do Govêrno da Vila do Carmo. E de foros que não a êle.

Audaz como sempre não duvidou em sair dos seus domínios para visitar a zona do ouro a propósito de grande litígio com diversos mineradores limítrofes de suas lavras.

Declarou Assumar não poder consentir que Viana continuasse a reger despoticamente a região de Sabará para o Norte até a Barra do Rio das Velhas, terras da sua jurisdição incontestes.

Para fazer-lhe frente imaginara criar nova vila nos Papagaios, fechando-lhe assim tôdas as portas aos desmandos. O temor que o caudilho causava a alguns provinha do fato de que ainda não encontrara autoridade que lhe "quebrasse a castanha" Mas ficasse convicto de que êle Conde o domaria, declarava ao Ouvidor de Sabará ordenando-lhe que fizesse o projeto da fundação.

Querendo, porém, emprestar todo o cunho legal ao seu procedimento apregou o Conde bando dirigido aos povos do Rio das Velhas, lembrando-lhes que a questão dos limites entre os governos de S. Paulo e da Bahia já fôra resolvida entre o Marquês de Angeja e D. Brás Balthazar da Silveira. Nesta ocasião se fixara a linha até onde vinham as terras de D. Ana Maria (sic) Guedes de Brito. Demonstrou que os paulistas haviam sido os desbravadores daquela zona das Minas à barra do Rio das Velhas, sem auxílio algum daquela senhora ou de seus antecessores.

Ao mesmo tempo mandou intimar a Manuel Nunes a que viesse à Vila do Carmo, à sua presença. Obedeceu o caudilho e apresentou-se. Não há pormenores sôbre o que foi o encontro entre o grande fidalgo, arrebatado, autoritário e cheio do orgulho de sua jerarquia e da qualidade de representante imediato do soberano e o astuto e inteligentíssimo contendor inflexível e pertinaz. Certo é que assinou Viana uma

espécie de termo de bom viver. Comprometeu-se, sob juramento, a reconhecer a autoridade do Capitão-General sôbre os Currais, a não perturbar o abastecimento das minas, a não interferir nas questões do pagamento de foros até que Sua Majestade dirimisse a pendência.

E retirou-se provávelmente a rir-se do valor do termo de tal compromisso. Muito mais coisas se prontificaria a prometer. O importante era conservar a liberdade.

Aparentemente triunfara o Governador.

Continuou Manuel Nunes sorrateira e cavilosamente a campanha. Por meio dos seus asseclas propalou que Assumar pretendia invadir largo território da Capitania da Bahia, anexando-o ao seu govêrno, tendo em mira escorchar os povos.

E nesta nova fase de operações encontrou excelente auxiliar e instrumento no padre Antônio Curvelo de Ávila, o fundador da cidade de Curvelo.

À puridade confessava Assumar ao Governador-Geral que por ocasião da entrevista do Carmo estivera a pique de prender ao régulo e enviá-lo a Lisboa. Não o fizera porém porque não dispo de tropa para fazer valer a sua autoridade receava a reação dos partidários do faccioso, numerosos “entre a canalha dêste govêrno”

Continuavam a circular os boatos tendenciosos incutidos por Nunes e Soares sôbre um suposto impôsto adicional de dez por cento aos quintos que o Conde iria lançar.

Era impossível governar as Minas sem tropa de linha, amargamente plangia Assumar, a solicitar mais uma vez, a providência do Govêrno-Geral contra os desmandos do adversário atrevido.

Nesta ocasião historiou ao Conde de Vimieiro, as tropelias praticadas pelo régulo no tempo da Guerra dos Emboabas e as inúmeras arbitrariedades que depois disto levava a cabo.

Rompendo hostilidades atacou pouco depois diretamente a Manuel Soares em suas lavras de Catas Altas por meio de uma demonstração de fôrça levada a efeito pelo Tenente-General Manuel da Costa Fragoso.

Prosseguindo nas medidas repressivas, determinou ao Ouvidor que partisse logo para a Barra do Rio das Velhas onde sindicaria das acusações feitas a Viana, acoimado de usurpar terras. Deveria restituí-las aos verdadeiros donos.

No “país do Rio das Velhas” visitasse o magistrado “a paragem das Jabuticabas e Papagaios” Deveria ali levantar uma vila a se chamar Nossa Senhora do Bom Sucesso, em local de bom clima, abundância de águas, lenhas e boa situação comercial.

Não se descuidasse de averiguar do procedimento do padre Antônio Curvelo indivíduo perturbador da paz pública e desobediente ao Govêrno. Se acaso não exhibisse provisão de Sua Majestade fôsse despejado do distrito.

Tremenda objurgatória escreveu então ao Conde de Vimieiro contra Viana e Soares. Do primeiro narrou pavorosas coisas e incríveis despropósitos como o de mandar assassinar vários desafetos. Avisara-o

aliás que uma vez por tôdas pusesse côbro a tais façanhas que se não contra êle usaria como merecia.

Tal a sua insolência que publicara bandos proibindo a exportação do peixe do S. Francisco para as Minas Gerais!

Corria ainda boato muito mais grave. Preparava-se para perturbar completamente o comércio do gado abastecedor dos arraiais de mineração "matéria que envolvia tantos prejuízos e tantas conseqüências nestes povos, pouco sofridos, que será causa de se levantarem se houver fome por êste respeito", comentava o Capitão-General, muito alarmado.

Terminando afirmava Assumar a sua convicção de que todo o vale do Rio das Velhas estava compreendido no território da capitania a que governava por ter sido tôdo êle desbravado e desinfestado do gentio pelos paulistas, à sua própria custa e só para fazerem serviço a Sua Majestade.

Querendo experimentar o contendor mandou Assumar ao arraial da Barra do Rio das Velhas o coronel Martinho Afonso de Melo afixar editais em nome do govêrno de S. Paulo e Minas. Convocara êste concorrentes à arrematação do contrato das passagens e dos dízimos daquele distrito setentrional.

Instigado pelos agentes de Manuel Nunes, insurgiram-se os moradores.

Foram arrancados os editais e postos em pedaços. E por um triz deixou Melo de ser linchado. Teve de fugir às pressas e esconder-se, havendo-lhe os amotinados reduzido a cinzas a casa de residência.

Cada vez mais audaz lançou o vigário Curvelo um bando proibindo aos paroquianos, sob pena de excomunhão, obedecerem a quaisquer ordens do Govêrno da Vila do Carmo, a quem proibia pagarem-se-lhe dízimos.

Enquanto isto o grande chefe emboaba e seu estado maior onde figuravam numerosos frades perseguidos por Assumar, propalavam sonora e insistentemente que, se se realizasse a tentativa do Governador, seriam todos os impostos e contribuições notavelmente aumentados. Ao auge levou tal atoarda a exacerbação contra o Conde.

Partiu Viana para o Norte a alvoroçar as populações.

Chegando à sua fazenda do Jequitaiá, tomou tôdas as providências necessárias à reação que encabeçara. Avisado o Padre Curvelo, procedeu do mesmo modo, pondo-se a percorrer as capelas de sua jurisdição, com idêntico fim.

Veio Martim Afonso de Melo relatar pessoalmente o que sofrera e a cólera exasperou o Governador.

Baixou ordens ao Brigadeiro João Lôbo de Macedo e ao Capitão Matias Barbosa para que lhe trouxessem Manuel Soares, morto ou vivo. E ao ouvidor que lhe seqüestrasse os bens. Pouco depois chegou-lhe carta do magistrado com o relatório do que houvera.

Ao se aproximar da sede paroquial do Padre Curvelo vira marchar ao seu encontro numeroso trôço de sediciosos. Fôra intimado a voltar e a desistir da pretensão de erigir, por ordem do governador de S. Paulo, vila em território baiano.

Assim, voltara à sede de sua Ouvidoria, em Sabará.

Respondendo-lhe recomendou Assumar que mantivesse a implantação do marco divisório das Minas e da Bahia no Rodeadouro e procurasse com todo o empenho prender Soares. Se êste subisse para o Sertão e se juntasse a Manuel Nunes ficaria o Govêrno das Minas sitiado pela fome. Sabia que Viana mandara de Jequitai um magote de sua gente a reforçar os amotinados.

Em nova carta ao magistrado mostrou-se Assumar ainda mais impressionado. Esperava levante muito sério, a qualquer momento, pois cada vez mais se avolumava a atoarda relativa ao suposto novo tributo adicional sôbre todos os gêneros. Talvez fôsse oportuno convocar-se junta para uma revisão da finta dos quintos. Boa medida seria poder-se conseguir que Soares viesse ao Carmo. Se o plano não surtisse efeito, êle, Capitão-General, empregaria a fôrça.

Tão impressionado se achava com a situação que naquele mesmo dia escreveu instante carta ao Ouvidor-Geral de S. Paulo, Dr. Rafael Pires Pardiniho, consultando-o.

Indagou se não seria possível fazer tanger da região paulista para a aurífera nada menos de vinte mil bois já que era de esperar se estancasse a corrente de abastecimento do Norte.

Tão côncio estava D. Pedro de Almeida do poderio de Viana que a 15 de dezembro de 1718 entendeu escrever-lhe o que à sua prosápia de grande fidalgo deve ter repugnado imenso.

A 3 de janeiro de 1719, ao Rei remeteu D. Pedro de Almeida novo e tremendo libelo contra Nunes Viana. Longamente descreveu o tôrvo passado de tão péssimo súdito cuja audácia o levava até a usurpar prerrogativas soberanas.

Regia, ao seu talante, todo o Alto S. Francisco, os sertões da Bahia e de Pernambuco e fazia sentir a prepotência até a barra do Rio das Velhas dentro da jurisdição do govêrno de São Paulo e Minas!

Viviam os vassalos de Sua Majestade em pânico, graças às traições, mortes e destruições de fazendas, por êle ordenadas.

Muito falador e jactancioso, a referir sempre as proezas, fazia crer que tinha o corpo fechado às balas e que os seus negros eram mandingueiros, sendo êle capaz de adivinhar tudo o que se passava na intimidade das casas de cada qual.

E isto causava a maior impressão àquela população simplória e rude, destituída de inteligência, a quem inculcava tais patranhas.

Era preciso, por fôrça, deportar aquêle péssimo sujeito. A sua permanência no Sertão representava o perigo contínuo de um levante nas Minas pela cessação da entrada das boiadas do Norte. Sabia-se que já fizera dispersar grandes rebanhos encaminhados aos arraiais da mineração.

Tão astuto quanto sagaz, sabia impressionar os ânimos, praticando às vêzes generosas ações. Assim dizia o Capitão-General que se impedira alguns assassinios no Sertão em muitos outros casos fôra o mandante e o cúmplice de homicídios.

Insigne ladrão de terras, roubara a sua famosa fazenda da Tabua de pessoas que agora viviam a esmolar.

Com mil mortes (se tantas vidas tivesse) não pagaria os assassinios, violências, latrocínios, sublevações, tumultos e insolências praticados com o mais absoluto destemor de Deus e de Sua Majestade.

Para o prender não tinha o govêrno de S. Paulo e Minas recursos. Certa vez o da Bahia tentara fazê-lo e Viana quase exterminara a tropa que viera detê-lo.

Descaradamente mentia. Espalhava *urbi et orbe* que êle Assumar ia majorar a contribuição dos quintos de mais dez por cento. Gaba-va-se de que breve seria êle, quem governaria as Minas.

Felizmente já começara a opinião pública a duvidar da balela relativa aos quintos. Em todo o caso subsistia o gravíssimo perigo da cessação do trânsito das boiadas.

Finalizando, declarou Assumar ao monarca, que com tôda a insistência lhe pedia desse sucessor.

Vivia em estado de perpétuo constrangimento e humilhação entre gentes que por caminho algum podia governar.

Não tardou porém que o decurso de algumas semanas viessem trazer a D. Pedro de Almeida e Portugal a certeza de que estava com a partida ganha.

A 20 de fevereiro de 1719 escrevia ao Vice-Rei contando-lhe que com a fuga de Soares para os Currais da Bahia caíra o país em profunda paz. Já se iam amortecendo os boatos relativos ao aumento de impostos. Pequeno resultado alcançara a campanha de pasquins aterrorizando os povos com a perspectiva do sítio das Minas pela detenção das boiadas.

Em todo caso ainda eram muito de se temerem as cavilações costumeiras de tão perversos sujeitos. Sabia-se que Viana fugira carregando entre seis e sete arrôbas de ouro (entre 88 kg 128 g e 102 kg 816l) Temia-se que dispendo dêstes recursos avultados comprasse todo o gado encaminhado ao abastecimento das Minas e o concentrasse na enorme fazenda da Tabua "pondo as Minas em sítio de carnes"

Em todo o caso estava êle, Conde, providenciando para obter suprimento do Sul e comunicava que lhe chegara do Rio ordem para abrir devassa contra Viana, Soares e seus sequazes.

Ao Conde de Vimieiro queixava-se Viana reiteradamente, do que afirmara ser prepotência de Assumar. Aconselhou-o o Governador-Geral a que não alvoroçasse os povos obedecesse ao General das Minas Gerais e não perturbasse, de forma alguma, a marcha das boiadas.

Querendo conciliar o dissídio, ao mesmo tempo pediu Vimieiro ao seu colega de São Paulo a desistência da criação da nova vila.

A Viana reduzir pela fôrça era de todo impraticável.

"Nem a Bahia tem fôrças para fazer destacamentos capazes de poderem ir buscar a contenda de um régulo com muitos negros, com muitos mulatos, com muitos achegados em sertões incógnitos e desconhecidos"

Chamara Viana a uma conferência e esperava que vencesse a indústria o que talvez não poderia conseguir a violência. A este homem, ainda que revoltoso, poderoso e prestigioso como era, contava êle Vimieiro "metê-lo em razão".

Fiel à sua promessa expediu Vimieiro, dez dias mais tarde, uma carta aos moradores do Rio das Velhas mandando que acatassem o que o Conde ordenasse. A grande capacidade dêste encareceu, qualificando-o de "cavalheiro tão ilustre e tão prudente". Esperassem como fiéis vassallos a decisão d'El-Rei sobre o litígio territorial.

A Nunes Viana, na mesma data reiterou o Governador-Geral o convite de vir à sua presença, estranhando a demora de sua apresentação.

De forma alguma desassossegasse os povos. Era muito possível que o Conde Governador das Minas tivesse ordens régias para a criação da nova vila.

Desvanecido o temor da insurreição africana que levava Assumar a preocupar-se menos com Viana e Soares, vemo-lo responder ao Conde de Vimieiro que lhe pedira indulgência para com os dois primos: Embora continuasse a recear que aquêles homens lhe criariam ainda mil dificuldades esperaria a época da vinda do gado a ver o que êles fariam.

A 31 de maio de 1719 comunicava D. Sancho de Faro a Assumar que Manuel Rodrigues Soares estava "mui humano e mui temeroso". Falava na pessoa do Governador das Minas com aquela veneração, devida à obrigação de súdito e ao conhecimento de quem era o seu adversário.

Escrevera-lhe inteiramente acovardado. Ia mandar-lhe aviso aconselhando-o a que fôsse aos pés dêle Conde de Assumar.

Também chegara carta de Manuel Nunes Viana mostrando ignorar que houvesse sido convocado à Bahia onde segundo os seus procuradores não tardaria em aparecer.

Mostrava-se em tudo muito sujeito ao Govêrno-Geral, e êle, D. Sancho, estava convicto de que o meteria em razão.

Se Manuel Nunes Viana não aparecera ainda era porque enfermara.

Não faltava quem na Bahia o avisasse que não viesse, pois o Governador pretendia castigá-lo, mas êle escrevera ao seu procurador que não acreditava em tais avisos. Preparava-se para a viagem e êle D. Sancho de Faro tinha a certeza de que o reduziria e ao primo àquele mesmo estado de obediência em que Assumar mantinha os seus demais vassallos.

De ótimos efeitos fôra a ordem de prisão expedida contra Soares.

Andava este tão assustado que com certeza mudaria de vida. E assim também faria Nunes Viana. Convinha amercear-se de ambos.

Desabafou-se a cólera de Assumar em outras cartas a D. João V, tocando na mesma tecla.

Recordou que Viana, verdadeiro poço de crimes, procedera como ninguém até então ousara fazê-lo no Brasil.

A fraqueza de Albuquerque que não exterminara tão péssimo súdito deixando-o ir para o Sertão se devia aquêles estado de coisas.

Estava o facínora convicto de que até fizera grande favor a Sua Majestade ao devolver ao seu delegado o govêrno que usurpara ao seu próprio Rei e Senhor! Poderia ter-se proclamado monarca independente!

Convinha pois que em ação conjunta o Govêrno-Geral do Brasil e o de S. Paulo e Minas reduzissem à impotência tão desaforado régulo, expulsando-o do baluarte de sua rebelião e fazendo-o desaparecer.

À vista de tão instante apêlo resolveu D. João V que Manuel Nunes fôsse punido. Ordenou Assumar ao mesmo tempo que o prendessem e a Manuel Soares.

Quando soube de que contra êle se expedira ordem de prisão deu-se Soares pressa em refugiar-se no território dominado pelo primo e sócio. Quanto a Viana partiu para a Bahia onde esperava infalível boa acolhida.

Exultante escrevia Assumar a Bartolomeu de Sousa Mexia que o território das Minas estava limpo dos tão detestados inimigos.

Mas Nunes Viana não era homem cujo poder fâcilmente se derribasse.

Ordenara o Rei entrementes fôsem bem averiguadas as denúncias dos crimes atribuídos a êle e ao primo. E o Conde determinou que o Ouvidor Mosqueira apurasse a veracidade da imputação feita a Manuel Nunes de que a fazenda da Tabua êle a adquirira por processos delituosos, como aliás era voz geral.

E também da de outro boato pelas Minas generalizado de que ali recolhiam indivíduos enfermos de quem se fazia o herdeiro.

E ainda a veracidade dos numerosos assassínios que lhe eram imputados, inclusive o de uma filha.

Neste ínterim movimentava Nunes Viana todos os recursos de seu prestígio na Capital brasileira e muita coisa conseguia.

Estava iminente porém a chegada ao território aurífero da tropa de linha por cuja permanência tanto se batia o Conde-General certo de que a presença daquela fôrça de tamanho prestígio entre os turbulentos administrados seria da maior eficiência para o respeito de sua autoridade. E não se enganava.

O incansável Nunes Viana não desarmara. Batido pelo poderoso adversário apelava agora para os recursos judiciários. Assim fêz chegar às mãos do ouvidor do Rio das Velhas os traslados das sesmarias de D. Isabel Guedes de Brito pelos quais queria demonstrar a posse legítima da latifundiária, de quem continuava procurador, sôbre as terras do vale do Guaicuí até as nascentes dêste, o que a estendia ao coração do próprio distrito aurífero.

Afinal, vindo a ordem régia esperada, baixou Assumar o ato de 26 de abril de 1721, demarcando os limites da comarca do Rio das Velhas com a capitania da Bahia.

Caía definitivamente o território que lhe disputava Manuel Nunes tão ardorosamente, sob a jurisdição do govêrno de S. Paulo.

Estava definitivamente vencido nas Minas o antigo régulo da Guerra dos Emboabas. Assim, desafrontara o Capitão-General o prestígio dos delegados imediatos de Sua Majestade que doze anos antes tão vili-

pendiado deixara ficar o seu frouxo colega do Rio de Janeiro, o desfeitoado e aterrorizado D. Fernando de Lencastre.

Embora batido e obrigado a deixar o território do Rio das Velhas não se deu Manuel Viana por vencido.

De longe, continuou por intermédio de agentes e sócios a criar muitas dificuldades ao Conde de Assumar.

De volta a Portugal contra êle imprimiu êste a objurgatória violentíssima: do *Discurso histórico e político sôbre a sublevação que nas Minas houve no curso de 1720* libelo que se não é da sua lavra foi por êle inspirado indubitavelmente.

Expôs quanto o caudilho era o grande promotor das tentativas de anarquização do território mineiro.

“Com escândalo da religião, horror da natureza cometera inumeráveis atentados, repetidos insultos, infinitas crueldades”.

Todos estes crimes lhe iam dilatando a facinorosa fama graças aos sofrimentos de órfãos, viúvas e mercadores provindos dos incêndios, assaltos e mortes cujos cenários eram as estradas do rio de São Francisco.

As vítimas de tal celerado faziam subir as vozes das queixas aos tribunais mas como clamassem em deserto eram forçados a apelar para Deus cobrando em lágrimas sem remédio a satisfação que as justiças de Sua Majestade não lhes davam.

Verdadeiro regime de terror instituíra o régulo pelo temor de sua inapelável crueldade. Se nêle a ferocidade era inumana a perfídia se lhe apresentava mais do que púnica.

Nenhum temor de Deus o continha, nenhum escrúpulo de consciência, dominado por implacável fereza e apetência de dominar.

Ria-se da justiça régia, desprezava as coisas lícitas pela natureza ou permissão das leis. Só lhe agradavam discórdias, iras, traições e perversidades.

Concluindo o terrível perfil, expendia Assumar: “Não saiu do Inferno maior peste, nem Deus deu aos sertões do Brasil maior castigo”.

Em suma não era aquêle homem vicioso e sim a encarnação do próprio Vício.

Difícil seria encontrar-se indivíduo mais hipócrita, impostor e charlatanesco.

Na região a que dominava, selvática, habitada por populações absolutamente ignaras, valia-se desta circunstância para fazer crer que vivia em contato com os livros quando a sua biblioteca de consulta não ia além do *Portugal Restaurado*, das *Guerras Civis* de Granada e da *Mística Ciudad de Dios*.

Das páginas destes ripanços tirava vocábulos dos mais estranhos e menos usados com que deslumbrava os vaqueiros de sua roda.

Como uma das três fúrias infernais, tendo em mãos a vida e a morte, fizera-se temidíssimo não só no território mineiro como até na capital brasileira!

Fato curioso denunciou Assumar a dessemelhança de temperamentos existentes entre Nunes Viana e o parente, sócio e verdadeiro “alter

ego Manuel Rodrigues Soares "seu companheiro infalível e sombra inseparável"

Sujeito de humilde procedência "sem Deus nem consciência, espírito cheio de labirintos, astúcia e dissimulação" grande em aparência e pequeno em efeitos, leão na prosperidade e mouo na adversidade, era a vida dêste homem, a prática perpétua do crime. A desmedida cupidéz unia incrível avareza.

A fortuna que constituíra representava perene escândalo e verdadeira injúria à Providência.

O próprio original de Soares vinha a ser Manuel Nunes Viana. Amigos inseparáveis de trinta anos, perfeitos sócios eram não só nos cabedais como nos assassinios e insolências.

Havia, porém, uma coisa que os diferenciava por completo. Tanto tinha Soares de taciturno e discreto quanto Viana de falador e jactancioso. Encobria com demonstrações de brandura as iras da vingança "cuidadosamente premeditada e preparada"

Dai vinha que muitos o temiam muito mais que a Viana afirmando que tinha muito piores entranhas do que o terrível primo e sócio

Êste com a insuportável facúndia fizera com que lhe atribuíssem muitos atentados devidos exclusivamente ao tórvo Soares.

Enfim expendia o Conde-General, "um a falar e outro a calar, não há quem com êles se entenda".

A demonstração de fôrça dada pelo conde com a repressão dos motins de Vila Rica e a execução de Filipe dos Santos deve ter acalmado as veleidades de Viana e Soares, de jogarem as peras com tão bravio amo.

Deixando o govêrno da capitania de S. Paulo em 1721 voltou Assumar à Côrte sobremaneira prestigiado. Dentro em breve, já marquês de Alorna, seria Vice-Rei da Índia.

Imagine-se o que não terá dito a D. João V do atrevido vassalo que tentara pôr em cheque a sua autoridade de Capitão-General, Governador da Capitania de S. Paulo e Minas de Ouro, o insolente vilão que entendera enfrentar um membro de uma das mais altas e ilustres casas do Reino!

Fôsse por que motivo fôsse, certo é que depois de 1721 viu-se o caudilho às voltas com a autoridade do Vice-Rei do Brasil, Conde de Sabugosa.

Em nome do Rei expediu êste ordem de prisão contra o antigo ditador das Minas, incumbindo a Pedro Leolino Mariz de o trazer à cidade de Salvador. Êste célebre sertanista desincumbiu-se cabalmente da perigosa missão.

Chegando à Capital do Brasil, encontrou Nunes Viana assaz desfavorável ambiente.

Mas conhecendo a Bahia em pêsso, ali contando prestigiosos associados, consulentes e correspondentes, realizando desde longos anos largas transações comerciais, de contrabando e de receptação de ouro não quintado com personalidades de destaque sentiu-se num ambiente de segurança.

Desbragado de palavras, é de crer que deblaterasse com a maior violência contra o Conde de Assumar.

Acusava-o a cada momento de perseguidor dos reinóis. Inteiramente entregue aos paulistas tudo fazia em malefício dos inimigos destes. Desta agressão chegou notícia ao Conde que tal ato arda registrou no *Discurso Histórico-Político*.

Sabedor da expedição da ordem régia a que se recolhesse prêso a Portugal e astuto como era, resolveu adiantar-se, apresentando-se em Lisboa mas perfeitamente apadrinhado.

Achou Vasco César que devia permitir-lhe justificar-se ante a Côrte.

Assim conseguiu a 11 de julho de 1725 permissão régia para a travessia atlântica.

Esperto e precavido como sempre fôra, já preparara as vias de perdão que antevia inevitável.

Arranjara o mais sólido protetor o homem que no consenso geral dos historiadores do reinado de D. João V inspirava verdadeiro temor à mais alta figura de tôda a Monarquia, ao próprio Rei.

E êste era nada menos do que o famoso infante D. Francisco, irmão do Monarca.

Dêste Príncipe contam as histórias do tempo horríveis coisas

Um de seus maiores prazeres consistia em postar-se à margem do Tejo, à espera da passagem de embarcações, divertindo-se em atirar sôbre os marujos o que cínicamente chamava "ir aos patos".

Era crença geral que se lhe fôsse possível praticaria com o irmão o mesmo que o pai de ambos fizera com o irmão Afonso VI.

Rasgava a mais destacada e atrevida côrte à rainha D. Maria Ana, de Áustria, sua cunhada, procurando indispor-la com o marido.

E a soberana dêle tanto se arreceava que tenazmente se opusera a que o marido se ausentasse do Reino numa projetada e sempre adiada romaria ao santuário italiano de Nossa Senhora de Loreto. Inteligente e, para o tempo, assaz instruído, faustoso, sumamente cúvido, precisando de muito dinheiro compreensível era prestasse ouvidos à hipótese de receber boa propina do régulo dos Currais da Bahia em troca da obtenção do perdão régio arrancado ao frouxo monarca, a quem tanto intimidava.

Foi ao infante que Manuel Nunes Viana recorreu. E não se enganava sôbre a eficácia de tal proteção. Não tardou que o horrível D. Francisco de Portugal arrancasse de D. João V não só a graça pretendida como até a concessão de elevadas mercês.

É o que explica a "Relação de princípio descoberto destas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas memoráveis que sucederam de seu princípio" (Código Costa Matoso, III).

"O Viana retirou-se para os Currais da Bahia onde tinha as suas roças e de lá passou ao Reino onde o Infante D. Francisco o introduziu a El-Rei. E por concessão dêle e dispêndio grande de mil cruzados foi perdoado dos delitos por que fôra capitulado nestas Minas. E de mais se lhe fêz mercê do hábito de Cristo e da propriedade em sua

vida do Officio de Escrivão da Ouvidoria de Sabará e mais outras mercês”

A 7 de abril de 1727 expediu a Chancelaria de D. João V a carta de padrão relativa aos serviços de Manuel Nunes Viana. Depois de uma série de elogios aos seus serviços de campanha contra os índios declarava a patente que exercera magnífica atuação policial repressiva de facinoras e salteadores de estradas.

Até aí nada havia a reparar. O extraordinário é o que se segue nas efusões da declaração régia galardoadora do recém-agraciado, que havia menos de vinte anos fôra réu de lesa-majestade!

Levantara-se o fiel vassalo contra os paulistas, vendo-se obrigado a aceitar o govêrno das Minas. Pelo castigo das armas reduzira os de S. Paulo à obediência das leis de Sua Majestade e de suas reais ordens (sic!).

Em tal campanha não só despendera grandes cabedais da sua fazenda como em combate recebera três balas.

Do incidente com D. Fernando de Lencastre e da desfeita que se atrevera a fazer a êste delegado imediato do Rei nem palavra aparece no pitoresco documento.

Longe disto, passava o Monarca solene atestação de que, graças ao valor e respeito que conciliara entre os povos das Minas alcançara “o beneficio da paz e a introdução dos Ministros para a administração da justiça” (sic, sic!).

Esquecido de que menos de vinte anos antes êle próprio monarca o excluira e a Bento Amaral Coutinho, formalmente, da anistia geral concedida aos sublevados de 1708, dizia o mesmo D. João V, rei de tão curta memória, umas tantas coisas inteiramente diversas da realidade dos fatos.

Procedera como exemplar vassalo, pois ao saber da chegada ao Rio de Janeiro, de Antônio de Albuquerque, provido no govêrno das Minas, mandara avisá-lo do estado delas, pedindo-lhe instantemente que não demorasse em assumir o govêrno.

Assim a intimação que de Albuquerque recebera, a que saísse incontinentemente do território aurífero, agora se transformava em coisa diametralmente oposta!

Fôra quem ao Governador “pedira licença para se retirar ao Rio de São Francisco, onde tinha a sua casa”

E o tivera de o fazer em segredo, “como oculto” pois o povo não queria consentir que êle largasse as Minas, em consideração das boas disposições que nêle haviam testemunhado, tanto no govêrno civil como no das Armas (sic!).

Nada mais natural, portanto, do que dever a generosidade soberana manifestar-se em recompensar os serviços de tão prestante súdito!

Cem mil réis de tença anual efetiva, hábito de Cristo e mais quarenta mil réis para o filho que designasse e outro hábito também de Cristo para êste, foi o que a munificência régia arbitrou.

E ainda para o excelente vassalo chefe do contrabando denunciado por Borba Gato, o Conde de Assumar e tantos mais, coube a alcaidaria-

mor de Maragogipe e a propriedade da escrivanãa da ouvidoria do Rio das Velhas.

Como veremos, mais belo resultado da interferência do caçador de patos humanos não teria sido possível alcançar-se. Mas sabe Deus quanto não terá sido necessário que Manuel Nunes haja despejado em milhares e milhares de cruzados nas algibeiras do Infante para obter tão gorda recompensa de sua influência apavorante sobre o real irmão.

Seja como fôr, safara-se o caudilho magnificamente da perigosa entaladela em que se vira.

Em 1728 voltou o ex-ditador à Bahia de onde pediu ao Rei lhe fôsse permitido tomar posse da sua escrivanãa de Sabará por procurador.

Alegou ser muito corpulento e achar-se fatigado.

Assim não passa de pura balela de fantasiosos a versão de que haja estado encarcerado em Portugal, ali sofrendo punições.

Escreve Pedro Calmon:

“Depois de 1725 a biografia do antigo “mascate” sertanejo é um mistério. Prevalencia a opinião de que, conciliado com os poderes do reino, lá obscuramente acabara. Entretanto, faleceu Manuel Nunes Viana na Bahia em 1738.”

Na mais completa obscuridade acabou um dos maiores aventureiros que jamais operaram no Brasil, de maior porte do que seu contemporâneo e émulo muito menos feliz aliás do que êle: Sebastião Fernandes do Rêgo cujo campo de tranqüibérnias fôra a Capitania de São Paulo, já desmembrada das Minas.

Chama Urbino Viana a atenção para singulares obscuridades da vida do famoso caudilho.

“Por que sua residência à esquerda do São Francisco, quando sua Constituinte (D. Isabel de Brito) era proprietária na margem oposta? Esse emboaba morador na Tabua é, ou não, o assassino da própria filha, consoante a tradição?...”

E subsiste outra ainda: a da lagoa de seu latifúndio da Tabua onde foram achadas dezenas de esqueletos de suas vítimas.



## CAPÍTULO XXIII

---

*Campanha policiadora do Conde de Assumar.  
Antônio de Oliveira Leitão, seus crimes e castigo.  
Erros de Pedro Taques e Vasconcelos.  
A monografia de Feu de Carvalho sobre o assunto.*

No afã de fazer reinar a ordem e a disciplina no território a que regia teve o Conde de Assumar de reduzir a obediência um dos sertanistas mais celebrados pela violência das paixões e a turbulência: Antônio de Oliveira Leitão que de Pedro Taques mereceu assaz extensa biografia, fantasiosa, no final, julgamos que devido ao falseamento da verdade por informadores inescrupulosos e longínquos.

Pertence êle a galeria a que se prende uma série de seus contemporâneos, réus de incríveis atentados como João e Lourenço Leme, Bartolomeu Fernandes de Faria, Domingos e Eusébio Rodrigues do Prado, Sebastião Pinheiro Raposo e outros.

Homem hercúleo, afeito à vida bandeirante, emigrara para as Minas nos primeiros anos da descoberta naquele período de pavorosa anarquia ali reinante, legítimo território onde a força por completo suprimia a todo e qualquer direito.

Foi neste terrível ambiente que se habituou a dar expansão aos sentimentos da extremada violência que gradualmente o arrastaram à prática dos maiores delitos.

Condenado à morte como filicida, pela Relação da Bahia e degolado em alto cadafalso, narrou Pedro Taques o crime que o levou ao patíbulo em versão que muito tem sido repetida. Retificou-a Feu de Carvalho num de seus excelentes estudos refertos de probidade documental.

O caso que o levou ao patíbulo narra-o Pedro Taques como fruto da explosão de sentimentos do ciúme paterno, e legítimo feito do pun-donor muçulmano, seqüestrador de mulheres.

Segundo o linhagista, matou Antônio Leitão uma filha donzela, desvairado pela cólera e os sentimentos ancestrais ferozes relativos ao conceito da honra familiar em matéria de recato feminino.

Prêso e levado à capital brasileira, a Relação do Estado condenara o filicida à morte na força, mas havendo êle invocado a qualidade de pessoa nobre, fôra a 16 de junho de 1721 decapitado em alto cadafalso na cidade do Salvador.

Notável impressão causou esta tôrva história. Ao público tem a narrativa de Taques sido inúmeras vêzes repetida.

Romanceou-a Diogo de Vasconcelos exageradamente, floreando sobremaneira o relato do genealogista, a que, por conta própria, fêz grandes enxertos.

Chega Vasconcelos a fixar a data do crime: vésperas de Natal, 24 de dezembro de 1720.

Às duas versões de Taques e Vasconcelos examinou Teófilo Feu de Carvalho com o cuidado e a probidade que sempre lhe caracterizaram os trabalhos, demonstrando de modo cabal quanto à narrativa do linhagista, tão largamente ampliada pelo historiador mineiro, se acha completamente divorciada da lição dos documentos.

Recorrendo ao Arquivo Público Mineiro encontrou o autor do *Emenário* nada menos de doze documentos, até então jamais aproveitados, sobre o processo de Leitão, um dos quais de 1718 e os demais de 1719 e instauradores da verdade deturpadíssima.

Em 1718 era Leitão juiz ordinário em S. João d'El-Rei. Chamou-o o Conde de Assumar ao Ribeirão do Carmo, incumbindo-o de compor desordens no turbulento Pitangui.

Desempenhara a comissão "com zêlo e satisfação" e fora nomeado coronel da ordenança e regente da vila de São José d'El-Rei.

Mas já nessa ocasião andava Assumar muito desconfiado da sua probidade.

Em fins de 1718 chegavam às mãos do sátrapa, as mais graves denúncias do seu procedimento.

Ordenou ao ouvidor Gouveia que logo destituisse do cargo o desonesto exator, acusado ao mesmo tempo, das maiores malversações e violências. E o remetesse prêso à Vila do Carmo.

Ao receber a notícia da destituição ficou Leitão furioso, escrevendo em termos atrevidos ao Conde.

Cada vez mais se avolumavam as denúncias dos despropósitos obra-dos no Caminho Novo pelo insolente vassalo.

Ao ouvidor Gouveia escrevia o Capitão-General: "êste homem me faz perder a paciência pelo seu desafôro"

A 28 de janeiro ordenou, que imediatamente o mandasse carregar de ferros.

Estava informado de que o malfeitor continuava em suas terras da Lagoa Dourada, sabendo-se que se preparava a retirar-se para as terras que possuía na Comarca de S. Paulo, já estando os seus escravos prontos para tal viagem.

Em meados de fevereiro de 1719 recebeu Assumar estarrecedora notícia: assassinata Leitão à filha e ao genro.

Mandou cogá-lo como a verdadeira fera e exultou vendo-o chegar algemado à vila do Carmo a 16 de julho de 1719.

Escrevendo a Aires de Saldanha, governador do Rio de Janeiro, comunicava-lhe D. Pedro de Almeida, que além dos roubos à Fazenda Real e a particulares era Leitão réu "nas mortes de seu genro e sua filha" e ainda das de várias outras pessoas.

Não era contudo prudente manter o capturado em Minas, assim o despachara para o Rio de Janeiro.

Receava que seus parentes e amigos tentassem arrebatá-lo à justiça no Caminho Novo.

Assim recomendou ao sargento-mor comandante de sua escolta que não trepidasse em lançar mão de todos os meios autorizados por lei aos oficiais das justiças de Sua Majestade.

Apoiado em irrefragáveis provas, destruiu Feu de Carvalho a lenda do assassinio da filha donzela de Antônio de Oliveira Leitão pelo terrível pai, lenda veiculada por Pedro Taques e tão amplificada por Diogo de Vasconcelos.

Fato ocorrido a enorme distância de S. Paulo, mais de quarenta anos antes de que o linhagista o averbasse, tudo faz crer que o seu narrador haja de boa-fé inscrito na *Nobiliarquia* a informação fantástica de algum dos correspondentes que tinha no território mineiro. Naquela época de tão difíceis comunicações, uma carta gastava três a quatro meses para ir de S. Paulo a Ouro Preto.

Confusão e baralhamento dos fatos foi o que se deu com a narrativa do crime de Leitão.

A data da execução de Antônio de Oliveira Leitão, segundo Pedro Taques, foi a 16 de junho de 1721, de acôrdo com o que leu em Inventário do Cartório de Órfãos de S. Paulo. Um ano, portanto, após a sua captura.



## CAPÍTULO XXIV

---

*Os contínuos e violentos distúrbios de Pitangui.*

*Os motins de agosto de 1718.*

*A expedição punitiva do Ouvidor Bernardo de Gusmão.*

*Derrota e fuga de Domingos do Prado.*

Inteirado D. Pedro de Almeida da notável insubmissão dos moradores de Pitangui e autoritário como era resolveu reduzir à obediência aquêles vassallos turbulentos.

Ao Capitão-Mor, Domingos Rodrigues do Prado, recomendou se interessasse pela cobrança dos quintos.

Alegou Prado a presente má situação econômica dos moradores de sua vila.

Desanimados, inclinavam-se a abandonar a vila pela segunda vez e parecendo agora que definitivamente.

Para evitar o êxodo, baixou D. Pedro bando de perdão do qual surtiu o desejado efeito.

Fêz então estrondosos elogios aos paulistas, cujos serviços a Sua Majestade eram incomparáveis no descobrimento das minas.

Apesar de tudo e mau grado a promessa de que a cobrança dos quintos se faria com suavidade, deu-se grande retirada de mineradores.

Aproveitou-se Assumar da sua ausência, nomeando o brigadeiro Lôbo de Macedo, regente de Pitangui.

Nas instruções que lhe deu há diversos tópicos psicológicos interessantes.

Empregasse o melhor modo para persuadir os paulistas de quanto lhes era inclinado a favorecê-los em todos os negócios justos e lícitos. E quanto lhes sabia avaliar os grandes serviços prestados a Sua Majestade.

Mui conveniente seria tratá-los com mais brandura que rigor.

Gente de índole naturalmente temerosa, fàcilmente se receava de qualquer coisa. Tornava-se indispensável desassombrá-los.

Muito bom ainda se pudesse associar-lhes os reinóis para desfazer a oposição reinante entre uns e outros.

Assim houvesse na Câmara pitanguiense metade de edis paulista e metade reinol.

Não permitisse, de forma alguma, a presença de frades giróvagos.

Dentro em breve surgiu nova e grave questão entre aquêles turbulentos mineradores.

Sublevou-se o povo e elegeu capitão-mor exigindo que a Câmara lhe desse posse.

Ficou Assumar iradíssimo e sobremaneira arrependido de ter usado de tamanha brandura para com “homens réus de atrozes crimes e indignos de qualquer piedade”

Agastou-o imenso saber que Manuel Dias da Silva, o mais tarde tão notável bandeirante de Goiás e Mato Grosso, aceitara o encargo da aclamação popular.

Encolerizado escreveu à Câmara intimando a reconhecer a autoridade de seu delegado e recebê-lo logo e logo, sob pena de êle Capitão-General mandar atear fogo àquela vila, “ninho de rebeldes”, de forma “a que dela não restasse memória”

Impacientíssimo, ordenou que o Dr. Gusmão, ouvidor do Rio das Velhas partisse para Pitangui com boa escolta. E ao mesmo tempo escreveu a dez dos mais influentes paulistas, apelando para a sua fidelidade de vassallos. Afinal tomou Lôbo de Macedo posse do cargo e indultou os fautores do último motim o que a Assumar enfureceu. A seu ver tal ato exigia prévia consulta a êle Governador.

Neste ínterim avisou o Ouvidor que Lôbo andava a exorbitar fazendo imposições e cobrando tributos mal e indevidamente.

Foi Assumar às de cabo. Desautorou os atos do seu emissário e mandou prendê-lo.

Por ocasião de se ausentar, demitido, recebeu Lôbo grandes demonstrações de aprêço, o que indignou ao Conde.

Premeditou Assumar infligir aos atrevidos de Pitangui exemplar castigo. Imaginou mandar o Ouvidor à vila à testa de um corpo de quatrocentas armas, a fim de assolar aquêles atrevidíssimo povo.

Tinham os paulistas, vigias pelas estradas. Um dêstes esculcas apriou um escravo de certo Manuel de Mascarenhas, juiz ordinário da vila, espião sabido do Capitão-General. Tomou-lhe uma carta que indicava por onde se poderia entrar em Pitangui “para sujeitar aquelas onças”

Pagou Mascarenhas com a vida a imprudência do aviso, linchado pelos pitanguenses.

Esta notícia fêz com que a cólera do Capitão-General chegasse ao auge.

“Desejo, se me fôr lícito, usar dos mesmos meios dos paulistas, a mais vil canalha dos vassallos que El-Rei tem”, escrevia ao Ouvidor Gusmão.

Mas era preciso agir com verdadeiro segrêdo, pois os de São Paulo, “bichos do mato”, se meteriam pelas matas e pelo rio do Pará acima, malogrando-se qualquer diligência para castigo dos malfeitores.

O ponto essencial era capturar Domingos Rodrigues do Prado e Sulpício Pedroso Xavier a fim de se lhes fazer severo castigo que “poria termo às insolências dos paulistas”

A 9 de dezembro de 1719 escrevia o Conde a D. João V denunciando-lhe os pitanguenses que havia dois anos não pagavam quintos.

Ocorrera em Pitangui tremendo conflito em que perecera Valentim Pedroso de Barros, quando defendia a vida do irmão Jerônimo, juiz ordinário da vila.

Aliás eram eles os cobradores dos quintos locais. *Inde irae*. Assim acabara a carreira de violências de Valentim Pedroso de Barros que tão cruel sabia ser.

Incumbiu Assumar de guiar a expedição a Estêvão Rodrigues que acabava de realizar com o maior êxito a difícil diligência de capturar a Antônio de Oliveira Leitão. Passava por ser o melhor mateiro da Capitania.

Partiria sua expedição de São João d'El-Rei, e trataria de remeter a êle Capitão-General além do cunhado de Valentim, Francisco Pedroso Xavier, diversos outros inculpadros.

Se à prisão oferecessem resistência, estavam os representantes da lei plenamente autorizados a usar de todos os recursos que a ordenação de Sua Majestade lhes proporcionava.

A expedição escoltadora do Ouvidor Gusmão compunha-se além da companhia de dragões, de um corpo de paisanos bem armados, a quem seguia grande número de pretos também armados.

A 29 de janeiro de 1720 acusava Assumar ao capitão de dragões Oliveira o relatório das operações militares, terminadas por completa vitória da autoridade.

Mas quanto sentia que não houvesse deitado a mão a Domingos do Prado! para o mandar logo enforcar, o que seria do mais proveitoso exemplo para tôda a população das Minas!

A 9 de fevereiro de 1720 expunha Assumar ao Rei o que fôra a campanha.

Protegido pela distância e o deserto, agia Domingos do Prado a seu talante, provocando contínuas queixas pelas violências e tropelias, contumaz instigador do não pagamento dos reais quintos

Procurava vencê-lo pelos meios suasórios, mas tudo se baldara. Amotinava os patrícios, muitos dêles aliás intimidados por suas violências.

Ao saber do linchamento do juiz Mascarenhas pedira o Dr. Gusmão ouvidor do Rio das Velhas, fôrça para ir a Pitangui devassar dêste atentado inaudito.

Aproveitara então êle Assumar da chegada ao Ribeirão do Carmo da tropa da linha, e preparara a expedição punitiva.

No rio de S. João, a duas léguas antes de chegar a vila, encontrara o ouvidor a Domingos do Prado numa praça forte guarnecida por uma multidão de carijós e homens do gentio da terra além de outros constrangidos a acompanhá-lo sob pena de morte. Mandara o magistrado atacar a trincheira dos rebeldes, o que com muito valor haviam feito os dragões com oito baixas, das quais uma morte. Também houvera feridos entre os negros do gentio do país.

Domingos do Prado e mais rebeldes, haviam desaparecido pelas brechas "em precipitada fuga" e os por êles constrangidos se tinham entregue imediatamente.

Triunfante entrara o Ouvidor em Pitangui onde com tôda a quietação estava a tirar as devassas dêstes e outros delitos anteriores dos rebeldes.

O principal fim da campanha ainda não fôra atingido: a captura de Domingos do Prado. Parecia-lhe não ser difícil apanhá-lo, tanto mais quanto se sabia que o seu bando estava baldo de mantimentos. Ocorria ainda a circunstância de que, sendo taubateano, os paulistas de S. Paulo não se uniam muito a êle.

Quanto ao que o Ouvidor lhe comunicara haver planejado o enforcamento em efígie do rebelde mor, acreditava que tal simulacro não produziria grande efeito. Aplaudia, porém, a sentença do seqüestro dos bens dos rebeldes.

Mostra-se Feu de Carvalho absolutamente céptico a respeito de tal execução.

Nunca passou de mera leuda.

Contrariando a corrente de opinião que pretende se haja realizado apresenta os mais criteriosos argumentos.

Mais absurda, a seu ver, outra atoarda a de haver da mesma maneira sido enforcado o Ouvidor Gusmão, por Domingos do Prado, em seu acampamento, porque dos relatórios do Conde ao Rei, e muitos outros documentos, infere-se positivamente a debandada geral e açodada dos rebeldes, uns pelas matas e outros para São Paulo.

Numa série de ponderações muito judiciosas recorda Feu que à execução em efígie do Ouvidor não documenta um único tópico de Assumar ao Rei. E com efeito, seria magnífico pretexto para assinalar mais um crime do régulo, "e crime de primeira cabeça"

Ao mestre de campo Mexia, escreveu Assumar a 1.º de julho de 1720, exaltando o êxito da campanha do Ouvidor.

Mais uma vez se comprovavam os magníficos resultados da presença da tropa de linha no território mineiro. Infundia verdadeiro tenor aos potentados dos diversos núcleos da população, homens costumeiros em demonstrações de tirania e violência.

De soberbos andavam agora transmutados em tão humildes que quase já se não conheciam em relação ao que haviam sido. Já se não ouvia quase mais falar em suas tropelias e vexações.

Continuava o Governador preocupado com a captura de Domingos do Prado e Sulpício Pedroso Xavier.

A 7 de novembro de 1720 pedia a diversas autoridades que vigiasse as picadas da Mantiqueira.

Acaso presos, fôssem remetidos à sua presença, no Ribeirão do Carmo.

Do exame das ocorrências de Pitangui surge-nos uma consideração.

Naquele distrito de turbulentíssimos moradores, onde os atentados ocorriam freqüentes, deviam viver em verdadeira hostilidade diversos potentados.

De um lado Domingos Rodrigues do Prado e seu feroz irmão Eusébio e ainda Sulpício Pedroso; do outro os dois irmãos não menos violentos: Jerônimo e Valentim Pedroso de Barros.

Ora Sulpício Pedroso, o principal apoio de Domingos do Prado fôra um dos assassinos de Valentim.

É muito provável que haja sido Jerônimo quem tenha instigado o Conde a reprimir a facção triunfante dos seus inimigos figadais.

Certo é que a êle se afeiçoou muito o futuro Vice-Rei da Índia, a quem aliás prestou enorme serviço, correndo em sua defesa quando do gravíssimo motim de Vila Rica, impróprio e errôneamente chamado de Filipe dos Santos, a 29 de junho de 1720.

Continuava o Governador preocupado com a captura de Domingos do Prado e Sulpício Pedroso Xavier.

A 10 de maio de 1720 expôs Assumar a D. João V interessante tópico, documentador do dissídio entre paulistanos e taubateanos, nascido com as primeiras descobertas do ouro.

“Preciso dizer a Vossa Majestade para que no geral não fique prejudicado o crédito dos paulistas, que todos os moradores de Serra-Acima são chamados sem distinção com êste nome, tanto os da Cidade de São Paulo, como os das vilas de Moji, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá”.

Mas Domingos Rodrigues do Prado e com os mais dos seus asseclas eram de Taubaté, “homens por natureza opostos aos da cidade de São Paulo”.

“E assim se reconheceu nesta mesma expedição do Pitangui, porque convocando o dito Prado a todos para que viessem com as suas armas para opor-se aos que êle reputava, lhe respondeu Garcia Roiz Betim, natural de São Paulo, que tinha grande séquito de parentes juntos com armas, que os que vinham com o Ouvidor não eram seus inimigos, pois eram vassallos do mesmo Príncipe”

Também logo que os vencedores haviam entrado na vila fôra Betim procurá-lo. E do mesmo modo haviam feito muitos filhos de São Paulo, timbrando em “se distinguir dos rebeldes naturais de Taubaté”



## CAPÍTULO XXV

---

*motim vila-ricano de Filipe dos Santos e os velhos cronistas.*

*O panegírico de Couto de Magalhães.*

*Exageros e erronias.*

*Tentativas para o restabelecimento da verdade.*

*O falso cunho patriótico brasileiro da rebelião.*

*Os paulistas e o motim de 1720.*

Agitado, se não agitadíssimo, continuou a decorrer o prazo governamental do áspero e prepotente D. Pedro de Almeida Portugal.

Em 1720 sucedeu a mais séria de tôdas as perturbações da ordem, gravíssimo motim de Vila Rica, a cuja memória se associa o trágico motim de Filipe dos Santos Freire.

Pouca relação tem êste conflito com a história dos paulistas. Foi essencialmente dissídio entre portugueses.

Emérito serviço à respeitabilidade da nossa historiografia nacional prestou o probo Teófilo Feu de Carvalho. Dela expungiu uma lenda, a lenda de Vila Rica, a cuja memória se associa o trágico motim de Filipe dos Santos Freire, e lenda que rapidamente alcançou notável vitalidade.

Em seu *Ementário de História Mineira* demonstrou o historiador mineiro, irrefragavelmente, a extraordinária deturpação dos fatos donde se originou a lenda de que o motim vila-ricano de 1720 visava provocar secessão do Brasil de Portugal, sob as instigações do português Filipe dos Santos Freire arvorado em protomártir de nossa independência nacional. À luz de grande e irrefutável documentação, jamais invocada demonstrou Feu de Carvalho a inanidade de tal balela que representa a mais violenta denegação da verdade histórica. Há cerca de trinta anos atrás, nós próprios vítimas de semelhante mistificação, filha, provavelmente da insciência da documentação e da deturpação dos fatos pela tradição oral.

Como freqüentemente acontece quando surge algum condenado à morte e executado, o caso de Filipe dos Santos alcançou grande popularidade.

Em todo o caso não foi Couto de Magalhães quem veiculou a versão que Filipe dos Santos teve o fim trágico de Brunilda, a rainha mevíngia, atada à cauda de cavalos bravios.

Três escritores, de nossos dias, conseguiram restabelecer a verdade depurada pelos cultores da história pelo método confuso. Além de Teófilo Feu de Carvalho com a sua soberba contribuição de 1933, Alberto

Lamego nas *Mentiras Históricas* e Mário Behring, em diversos artigos de revista.

A fundo estudou Feu o assunto, lançando mão da mais larga documentação do Arquivo Público Mineiro. Seus argumentos, baseados em numerosas peças concordantes, mostram-se irretorquíveis. Pulveriza as alegações lendárias que criaram uma auréola de patriotismo brasileiro, espírito de sacrifício e glória de mártir a um indivíduo que não era brasileiro e sim homem de vida tôrva e vulgar arruaceiro.

Constitui, como bem disse Feu de Carvalho, mera tragédia portuguesa. Recrutou atores entre portugueses.

Argumento poderoso contra o feitiço nacionalista do levante de Vila Rica decorre da atitude dos paulistas em relação ao Conde de Assumar a quem diversos dos mais prestigiosos bandeirantes socorreram com tôdas as fôrças.

Tal o caso de Jerônimo Pedroso de Barros cujos sentimentos antilusitanos tão recentemente ainda se haviam comprovado do modo mais violento.

Depoimento e da maior autoridade: o de Pedro Taques. Afirma o linhagista: "Nas Minas teve Jerônimo Pedroso grandes estimações do Conde de Assumar, D. Pedro de Almeida, porque sendo acometido em próprio palácio de residência pelo corpo tumultuoso o dito Conde-General com Jerônimo Pedroso, além de outros paulistas da primeira nobreza de S. Paulo para o defender"

Muito significativo é o que o genealogista passa a informar revelando a sanha dos vencidos contra o chefe paulista que socorrera Assumar.

Para resguardar o seu defensor "cuja vida andava ameaçada, mandou o Conde-General, como tivesse êle o pôsto de Coronel, uma guarda de dois sargentos de linha, fazendo-lhe costas os seus escravos mulatos, que os trazia armados, contra qualquer violento assalto"

Em todo o caso o que parece demonstrar a documentação é o maior afastamento dos paulistas da participação dos sucessos sediciosos. De um único, Jacinto Barbosa Lopes se sabe haver pactuado com os rebeldes.

Em diversas patentes passadas a paulistas, depois de 1720, encontram-se referências à lealdade com que se puseram ao lado do Conde de Assumar contra os amotinados.

Um dos homens mais poderosos das Minas, em 1720, era o paulista Domingos Rodrigues da Fonseca Leme.

Pois bem, em 1720, "partira para Vila Rica com grande número de escravos seus, armados à sua custa, defender o partido de Sua Majestade, na ocasião do levante, acomodara com o seu respeito os moradores daquela vila que estavam inquietos, ação esta mui própria do seu nascimento, fazendo nesta e mais diligências uma considerável despêsa de sua fazenda", reza-lhe a patente de Coronel da Nobreza da Capitania de S. Paulo, passada a 28 de agosto de 1727, verdadeira girândola de louvores a tão prestante e leal vassalo.

Tal ainda o caso de Antônio de Moraes Godói, o prestigiosíssimo chefe paulista do Rio das Mortes, e capitão-mor de São João d'El-Rei.

Em 1733 o Conde das Galvêas, Capitão-General Governador das Minas Gerais, na patente de Coronel da Cavalaria da Comarca do Rio das Fortes recordou que em 1720, “na sublevação de Vila Rica contra o Conde de Assumar, seguiu o partido Real com grande número de escravos”.

Mas o que vem a ser muito mais importante do que tudo isto são as próprias palavras do Conde de Assumar, endereçadas à Câmara de São Paulo. Quase ao deixar o Governo de sua imensa Capitania, que acabava de ser desmembrada, escrevia de Vila do Carmo e a 21 de maio de 1721:

“Exporei a Sua Majestade a fidelidade que tenho experimentado nos paulistas os quais tiveram a fortuna de se não misturarem em nenhuma das desordens dêste Governo. E assim, se para essa Câmara ou para esse Povo fôr necessário alguma coisa, estejam Vossas Mercês certos que, ninguém será melhor procurador que eu.”

Pensamos que como argumento contra os que imaginam haver sido o levante de Vila Rica, em 1720, um movimento nacionalista, estas palavras do Capitão-General português representam cabal prova do quanto se acham enganados e quanto cabe a Feu de Carvalho razão, ao reduzir tal bernarda às suas justas características: “briga de portugueses provocada por mera questão fiscal”

Singular movimento nacionalista em prol da independência do Brasil, este de 23 de junho de 1720!

Como Capistrano de Abreu o caracterizou magistralmente! “Depois da guerra dos emboabas houve ainda desordens em Minas Gerais. Uma delas, em 1720, sufocada enérgicamente. Não mais a inspirou o espírito do nativismo, isto é, a queixa da espoliação (por parte dos paulistas). A sua importância é meramente provinciana”

Assim, os portugueses, rebelados contra o delegado de seu soberano, aspiravam a tal emancipação! e eram os brasileiros que teimavam em permanecer, sob o cetro do Sr. D. João V, as terras do seu Estado do Brasil!

Tema magnífico êste, de que infelizmente o impagável Mendes Francez não se aproveitou para um capítulo que seria dos melhores de sua obra projecta a austera *História do Brasil... Pelo Método Confuso!* (1).

---

(1) As referências documentais destes capítulos de XIX a XXIV encontram-se na primeira parte do tomo décimo da **História Geral das Bandeiras Paulistas**.



## CAPÍTULO XXVI

*Mineradores de ouro no sertão baiano e no norte mineiro.  
Sebastião Pinheiro Rapôso e outros sertanistas.*

**H**omem de nome prestigioso como sertanista mas de extraordinária reputação de crueldade foi Sebastião Pinheiro Rapôso, neto materno de Antônio Rapôso Tavares. Operou no centro baiano e no primeiro quartel do século XVIII, havendo descoberto uma bolsa de ouro de extraordinária riqueza num tributário do Jussiape (Rio das Contas).

Indivíduo capaz de prodigiosas violências apareceu em 1719 ou 1720 no distrito chamado Minas do Rio das Contas aí estabelecendo um arraial com uma centena de escravos bateadores que em pouco tempo lhe entregaram arrôbas e arrôbas de ouro.

Terrível disciplina mantinha o bandeirante. Em sua companhia achava-se seu irmão Antônio Soares Rapôso e sobrinho Antônio de Almeida Lara, que mais tarde muito se distinguiria no Cuiabá. Súbitamente levantou acampamento encaminhando-se para o norte com a sua gente, ao passo que Lara ia para São Paulo carregando boa cópia de ouro.

Rumou Sebastião Pinheiro para as terras do Piauí. Parece que a sua retirada se deveu ao temor da aparição de um mestre de campo que o Vice-Rei Conde de Sabugosa enviara a visitar o distrito à vista das notícias que dali lhe vinham.

Descobriu Studart que o recolhedor do espólio do ouro e dos escravos dos Raposos foi certo Luís Pourat de Moraes e Castro indivíduo perverso, seviciador de índios, que assassinara seus dois irmãos. Havendo aparecido no Ceará um filho de Garcia Rodrigues Pais, sobrinho dos Raposos, mandou Pourat assassiná-lo igualmente, fugindo então do Piauí para o Pará. Esta é a versão cearense.

Entretanto um documento do arquivo do Estado da Bahia dá outra versão, segundo a qual Sebastião se retirou do Rio das Contas para o Piauí com uma soma fabulosa, de 80 arrôbas, mais de mil quilos de ouro o que parece exageradíssimo. À sua comitiva se agregara certo Manuel de Almeida que o matara e ao filho Antônio Rapôso Tavares, aposando-se do ouro e dos escravos dos sertanistas. Refugiando-se no distrito da Torre de Garcia d'Ávila, la fôra prêso por ordem do Conde Vice-Rei que ordenara devassa a seu respeito "como violento tirano que pela atrocidade merecia exemplar castigo"

No último quartel do século XVII foi o sertão baiano longamente trilhado por bandeirantes paulistas, como Domingos de Freitas Azevedo e seu filho Lucas entre outros. Segundo Capistrano de Abreu, saindo de São Paulo com uma tropa atingiu aquêles os sertões do São Fran-

cisco sendo desbaratado pelo gentio com o qual pelejou. Algum tempo mais tarde propôs-se a combater os índios do Paraguaçu, levando como lugar tenente seu irmão Bernardo. Dessa expedição apenas se sabe que Domingos morreu no sertão. Seu filho Lucas muito se distinguiu como sertanista, operando no sul baiano e norte mineiro nos vales do Rio Doce, do Jequitinhonha e do Pardo.

Sebastião Leme do Prado, em 1733, seguindo suas pegadas viu-se, porém, forçado a retroceder pela oposição dos aimorés. Pantaleão Rodrigues, este percorreu o vale do Rio de Contas onde teve a sua bandeira exterminada, salvo quanto a dois homens. Francisco Chaves Leme, "administrador temporal do gentio bravo" É também assinalado pelas entradas no alto Paraguaçu. Refere Pedro Calmon em sua brilhante monografia "*A Conquista*" os nomes de diversos sertanistas de São Paulo que na era setecentista operaram no solo baiano como sejam: Antônio Gonçalves do Prado, Domingos Homem d'El-Rei, etc. (1).

---

(1) Vide **História Geral das Bandeiras Paulistas**, tomo oitavo, pág. 300 **et passim**.

## CAPÍTULO XXVII

*Repercussão das notícias da descoberta do ouro do Cuiabá  
no Brasil e em Portugal.  
Desmembramento da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.  
Criação da Capitania das Minas Gerais.*

Com a máxima rapidez possível, dados os recursos do tempo, espalharam-se, pelo Brasil, as notícias da descoberta de novo e riquíssimo eldorado, o do Cuiabá, encontrado por Pascoal Moreira Cabral Leme, em 1718.

Avisado pelo ouvidor-geral da Comarca de S. Paulo, Rafael Pires Pardinho, deu-se pressa o Conde de Assumar em levar o fato ao conhecimento do monarca a 3 de abril de 1719.

Por enquanto o que se noticiava é que o novo jazigo dava boas esperanças de “rica pinta de grandeza de ouro”.

A 9 de maio de 1720 acusava D. João V o recebimento de tão agradável aviso.

Mostrava-se o Conde muito prudente. Como os paulistas estivessem, segundo se dizia, muito próximos dos castelhanos, circunstância inconvenientíssima, avisara o ouvidor que logo os obrigasse a deixar aquela posição.

Advogava Assumar que se cindisse a sua imensa capitania. E obtivera a aquiescência da mais alta autoridade do Estado, o Vice-Rei, Marquês de Angeja.

Já aliás Dom Baltasar da Silveira, representara que seria muito conveniente se separasse da Capitania de São Paulo o território das Minas, constituindo govêrno autônomo.

Consultou o Rei a Antônio de Albuquerque dêle obtendo parecer inteiramente favorável à secessão.

Alegou motivos de ordem administrativa judiciária, militar, comercial e financeira em abono dos seus pontos de vista.

Encareceu o Conselho Ultramarino e sobremaneira o assunto ao monarca.

Mas era D. João V tardo de resoluções e dormiu sôbre o caso. Ora... naquele Brasil tão distante, tão distante...

Assim, o Conselho, de inteiro acôrdo com as sugestões do Conde de Assumar e do Marquês de Angeja, e os conselhos de Antônio de Albuquerque, voltou a 31 de outubro de 1719 à carga, numa reiteração de argumentos agora mais desenvolvidos e pormenorizados que aliás demonstram a sua enorme inópia de conhecimentos geográficos sôbre o interior do Brasil.

Tudo mostrava a grande necessidade de se separar o distrito de São Paulo do govêrno das Minas, constituindo-se nêle Governador próprio.

Os meios para tal fundação, seriam ou os quintos do ouro das novas Minas do Cuiabá ou o produto do rendimento das Casas da Moeda do Brasil. Seria êste o único caminho de se segurar aquêle Sertão, conservando-se ali o domínio de Portugal.

Apesar da insistência dos conselheiros ainda levou D. João V quase três meses a dar o conhecimento da sua resolução.

Respondeu a 27 de janeiro de 1720.

Fôssem divididos os dois governos, ficando o de São Paulo como o do Rio de Janeiro e mais Capitánias do Brasil. Pelo sertão a divisão se faria pelos limites das Comarcas de São Paulo e Rio das Mortes.

Afinal, a 2 de dezembro de 1720, realizava-se o projeto apontado pelo alto critério de D. Brás.

Resolvera D. João V desmembrar a enorme capitania de S. Paulo e Minas do Ouro, criando o novo Govêrno de S. Paulo e Minas de sua Repartição.

Pela marinha lhe pertenceria o pôrto de Santos, e os mais da Costa, para o Sul, agregando-se-lhe as vilas de Parati, Ubatuba e S. Sebastião, desanexados do Govêrno do Rio de Janeiro.

Compreenderia a 22 vilas, a saber:

Guaratinguetá, Taubaté, Moji das Cruzes, Jundiaí, Sorocaba, Parati, São Sebastião, São Vicente, Iguape, Pernaguá, Santa Catarina, Laguna, Curitiba, Pindamonhangaba, Jacareí, Parnaíba, Itu, Ubatuba, Santos, Itanhaém, Cananéia e São Francisco.

Assim o litoral paulista iria da Laguna a Parati.

Parece indubitável que a criação do govêrno autônomo de S. Paulo, deve ter causado aos paulistas boa impressão mau grado a asserção em contrário de Rocha Pita, enêrgicamente desmentida por Pedro Taques.

Devia agradar-lhes a idéia de que sua cidade, capital dêste 1711, passara a ser a sede efetiva do govêrno quando até agora não o fôra, havia nove anos disto, pela ausência contínua dos Capitães-Generais nos territórios de mineração.

Assim, pelo menos, o Senado paulistano ao Rei agradeceu calorosamente, o ato de 2 de dezembro.

Coerente, apenas soube o conde de Assumar da carta régia apressou-se em felicitar a Câmara de São Paulo.

E expressivamente lhe acenou com a vantagem de passarem os paulistas a ter governador morando em casa e não fora dela.

Comentando o que fôra o govêrno de Assumar, meio século mais tarde escreveria Cláudio Manuel da Costa, com tôda a propriedade, que o Conde se retirava do Brasil deixando a fama de tirano. Mas certo era que à sua constância inquebrantável e férrea resolução se devera a sujeição absoluta da turbulenta Capitania das Minas.

## CAPÍTULO XXVIII

---

*Os irmãos Dias do Prado e Brás Estêves Leme, personagens de destaque nos fastos do bandeirantismo e obscura biografia.*

Nos fastos primevos do Norte mineiro e Sul baiano surgem com grande destaque os nomes de Brás Estêves Leme e dos irmãos Domingos e Francisco Dias do Prado.

Sobre estes sertanistas reuniu F. de Carvalho Franco valiosos elementos.

Certo é que o primeiro já anteriormente a 1715 havia feito no Norte de Minas Gerais várias diligências para o descobrimento das esmeraldas, pelo que fôra agraciado com o fôro de fidalgo da Casa Real, o hábito de Cristo e a patente de mestre de campo de infantaria.

Uma dezena de anos mais tarde passou por ordem do Vice-Rei Conde de Sabugosa às cabeceiras do rio São Mateus, sempre na mesma faina, mas obedecendo à orientação do coronel Pedro Leolino Mariz. Recebera a 30 de janeiro de 1728, provisão do governador da Bahia, para o cargo de superintendente das minas que ali fôssem descobertas — “partindo pela parte norte e nascente com o descobridor Domingos Dias do Prado e pela do sul com o rio Doce”.

Em fins de 1728 foi o próprio Pedro Leolino Mariz nomeado intendente dessas minas então denominadas Minas Novas. Escrevia a El-Rei, em 12 de dezembro de 1730, que ali encontrara muita desordem, por haver gente de diferentes gênios e muitos paulistas, de sua natureza inquietos, os quais tinham como cabeça ao mestre de campo Brás Estêves Leme, “homem cruel e facinoroso e como tal muito temido nestes sertões”. Não ficaram, no entanto, documentos registrando o final desse sertanista.

Fôra Pedro Leolino Mariz encarregado de superintender as Minas Novas, onde serviu de fins de julho de 1728 a 12 de dezembro de 1730. Incumbiram-no de ali estabelecer uma casa de fundição, “empêsa arriscada naquelas Minas, como em tôdas as outras”, comenta Rodolfo Garcia.

Procurou Brás Estêves sublevar a população de aventureiros que por ali minerava, tentando depô-lo.

A tal propósito engana-se Varnhagen a dizer que Sebastião Leme do Prado, aliado aos dois Dias do Prado, foram os autores de tal revolta, em virtude da qual fôra Mariz assassinado.

Não só não foi Mariz morto como dominou a sublevação chefiada não pelos Prados e sim por Brás Estêves Leme, a quem deteve e remeteu para a Bahia.

Até agora, quer nos parecer, não se descobriu qual haja sido seu fim; quiçá desapareceu do mundo como prisioneiro de algum calabouço do ergástulo da cidade do Salvador.

Azevedo Marques, escreve que Domingos Dias do Prado era irmão de Sebastião Leme do Prado e de Francisco Leme do Prado, os quais “internaram-se pelos sertões das Minas Gerais e assentaram um arraial nas margens do rio Manso, que logo deixaram por causa duma epidemia que ali grassou e foram estabelecer-se à margem de um rio que denominaram Bom Sucesso, onde deram comêço à povoação em 1727, edificando uma igreja dedicada a São Pedro.

Esta povoação foi depois vila do Fanado e é hoje a cidade de Minas Novas”

Impugna C. Franco êste parentesco. Entende que Domingos e Francisco eram irmãos e filhos de um paulista de boa estirpe, que tinha o apelido de *Papudo*.

Supõe que êste último, entrara na região mineira logo do início dos descobrimentos do ouro ali, e manifestara minas dêsse metal em Itacambira, ao govêrno da Bahia, cêrca de 1707.

Pedro Taques, no que se salvou da *Nobiliarquia*, não escreveu a menor referência a Sebastião, Domingos e Francisco do Prado. E Silva Leme não arrola na *Genealogia Paulistana* Sebastião nem Domingos e apenas Francisco Dias do Prado personagem obscuríssimo de fins do século XVII que não pode ter sido o bandeirante do Norte mineiro.

“Isto nos faz crer que êstes três sertanistas hajam sido mamalucos ou bastardos como no tempo se designavam o que hoje chamamos caboclos”, comenta Carvalho Franco.

Domingos e Francisco, em terras baianas, estenderam-se para as regiões além do Rio de São Francisco e da extensa faixa de sertões do rio das Contas e Jacobina.

Tão valiosos êsses descobrimentos, que o govêrno da Bahia, além da concessão de grandes sesmarias, deu a Domingos Dias do Prado a patente de mestre de campo, em 1723.

Ao mesmo tempo que cuidava da conquista dos sertões e da pesquisa de ouro e de esmeraldas, Domingos do Prado se dedicava ao comércio do gado para as Minas Gerais.

Estabeleceu, porém, naquelas paragens regime tão despótico, que o conde de Sabugosa, Vice-Rei do Brasil, resolveu mandar prendê-lo.

Um dos seus maiores crimes fôra cometido em 1721 e nas vizinhanças de Itacambira com a cumplicidade do irmão, Francisco, do pae, o *Papudo* e vários sócios e amigos. Ali haviam assassinado dois indivíduos por nome Chaves e malferido a dois dos seus parentes. Fugindo um dos escapos fôra ter ao Rio das Contas onde ao Vice-Rei pedira justiça. Não surtiu no entanto efeito a providência do conde de Sabugosa, pois Domingos Dias do Prado, seus parentes e aliados, entrincheiraram-se e ofereceram tal resistência, que o Vice-Rei teve de afrouxar a ordem.

“No ano seguinte, prossegue Carvalho Franco, voltando às boas com o temível paulista, o conde de Sabugosa escrevia-lhe, bem como em

1726, com referência à renovação das diligências em busca das esmeraldas. Por provisão de 4 de março de 1728, o nomeava guarda-mor das minas de ouro que descobrira na capitania e renovava-lhe a patente de mestre de campo, para efeito de continuar na conquista do gentio bárbaro do Jequitinhonha e seus distritos, dando patente de sargento-mor a seu irmão Francisco Dias do Prado”

Escrevia o conde ao rei português: “que Domingos descobrira vários ribeiros com boa pinta de ouro, todos de grande rendimento.”

Continuou, porém, Dias do Prado a sua vida de desvairos naqueles longínquos rincões, e tantos foram que o conde de Sabugosa enviou novamente uma escolta a prendê-lo, e ao irmão, diligência que desta vez logrou efeito. Conduzidos os dois irmãos à Cadeia de Salvador foi Francisco condenado à morte e executado.

“Ao mestre de campo entendo que lhe sucederá o mesmo que a seu irmão. Não obstante se terem degolado e enforcado muitos, depois que governo êste Estado, é tal o gênio dos homens que vivem no sertão mais remoto, que a sua liberdade e tirania os faz esquecer êstes exemplos”, prognosticou o Vice-Rei escrevendo a D. João V.

Teve Francisco patente de sargento-mor da conquista do gentio bárbaro do Jequitinhonha e seus distritos, em 1723, renovada em 1728. Em 1726 fêz descobrimentos de ouro no rio das Contas.

Sebastião Leme do Prado menos saliente que os dois irmãos Dias do Prado era em 1728 guarda-mor e descobrira vários ribeiros de boa pinta.

Varnhagen baralhou as coisas referentes aos sucessos de Minas Novas e atribui aos Dias do Prado o que se refere a Brás Estêves Leme.

Afirma que os dois irmãos após haverem assassinado Pedro Leolino Mariz foram batidos por Belchior dos Reis Magalhães, Capitão de dragões; aprisionados, levados à capital brasileira e ali degolados.

Quanto a Sebastião Leme do Prado êste conseguira fugir “andando foragido o resto de seus dias”.



## CAPÍTULO XXIX

---

*Produção do ouro no Brasil setecentista.  
Dados lacunosos relativos a um período.  
Hipótese de Calógeras.  
Documentos do Códice Costa Matoso.  
Lacuna preenchida.  
Projetos de siderurgia.*

Qual terá sido a produção aurífera brasileira setecentista? Dêse ouro que segundo a presunção universal de princípios do século XVIII, era espantosamente copioso?

“Afirma-se que enquanto o Mundo durar se não poderão extinguir as minas”, escrevia o Governador-Geral D. Rodrigo da Costa a D. Pedro II a 11 de junho de 1706.

Vinte e oito anos mais tarde expenderia um informante de Vila Rica ao Provedor da Coroa, Belchior do Rêgo Andrade: “A meu entender há ouro para muitos séculos e mais depressa hão de faltar os negros para a extração dêle”

A voz pública repetia tão instantemente tal atoarda que até pessoas conspícuas nela acreditavam.

Cita João Lúcio de Azevedo o caso de um membro do Conselho Ultramarino, que convictamente escrevia a um correspondente estrangeiro haverem fundeado no Tejo navios trazendo quinhentas arrôbas de ouro (perto de 7 500 quilos, massa para a época enorme) esperando-se ainda a frota do Rio de Janeiro, cujos barcos traziam ouro como lastro. Isto em 1708.

“Nem houve cálculo que por mais extravagante se reputasse excessivo”.

Examinando cuidadosamente a documentação, escreveu Calógeras do modo mais exato e brilhante: “Estabelecer de modo definitivo qual a produção do ouro de nosso país, desde as primitivas lavras paulistas, é, por certo, emprêsa impossível.

Nem se conhecem os algarismos das remessas dos quintos, nem há meios irrecusáveis de avaliar o total extraído na vigência do regime das fintas, e nem sequer houve cobrança exata dos impostos sôbre o metal precioso.

Segredos contidos em documentos ainda não divulgados dos arquivos de aquém e de além-mar, contrabando desnorteador de cálculos fundados sôbre os créditos públicos, tudo se coliga para impedir a fixação de números exatos.

Nesta carência de elementos de estudo, não há remédio senão basear hipóteses em sinais externos da riqueza pública de cada época e na probabilidade dos descaminhos dos quintos reais pela deficiência da fiscalização ou pelo grande prêmio que daí advinha às populações empobrecidas pela taxaço.

Com tôda a razão diz o ilustre homem de Estado que da aliás pequenissima produção pròpriamente paulista seiscentista, muito pouco se sabe.

Escrevia em 1904 mas de lá para cá tornou-se a documentação incomparavelmente mais avultada.

“Da Bahia, de Goiás, de Mato Grosso também não se possuem informações precisas, e de poucas mais tem-se conhecimento.”

É portanto, simples questão de palpite dar um número qualquer para representar a extração do ouro dessas capitânicas, durante o período colonial. Se refletirmos, porém, que as lavras de Cuiabá e Mato Grosso estiveram em franca produção de 1719 a 1770 aproximadamente, e as de Goiás de 1725 até a mesma época mais ou menos, acentuando-se depois a decadência, não parecerá exagerado adotarmos como algarismos médios, durante êste período, 80 arrôbas por ano para a primeira Capitania e 100 para a segunda. Isso levaria a aceitar uma produção total de 9 000 arrôbas até aquela data, e, atento o declínio da mineração nos anos subseqüentes, mais umas 2 400 até 1822, digamos ao todo umas 12 000 ou 13 000 arrôbas ou 190 000 quilogramas.

Entre São Paulo, Bahia e Ceará não é provável que a exploração das jazidas tivesse produzido muito mais de 75 000 a 80 000 quilogramas, de sorte que chegaríamos assim a um total de 270 000 quilogramas para a produção aurífera do Brasil, menos Minas Gerais, durante o período colonial e até 1822.

O cômputo em Minas Gerais pode ser feito com menos inexatidão, pois se conhecem os réditos do Real Quinto, devidamente escriturados nos livros de receita da Capitania, salvo para o primeiro período, em que, pode-se afirmar, ninguém pagou o impôsto do ouro.

Na tão conhecida “Instrução para o Govêrno da Capitania de Minas Gerais” de Teixeira Coelho (1780) existe uma tabela do cálculo do rendimento do quinto do ouro desde o princípio das Minas até 1713, milésimo em que os povos entraram a pagar o quinto por ajuste.

Em quatorze exercícios (de 1700 a 1713) o impôsto e o confisco aos sonegadores representaram 103 630 oitavas ou 370,995 kg quantia irrisória, sendo o fisco extraordinariamente lesado.

Nos primeiros anos, segundo Antonil, a extração aurífera produziu umas 300 arrôbas anuais, donde sessenta deveriam ter ido para o tesouro régio. Êste, entretanto, em vez desta soma conspícua, não chegou a receber duas arrôbas anuais.

Assim, quando os povos se obrigaram, a 7 de dezembro de 1713, a pagar trinta arrôbas de ouro pelos reais quintos, foi a exigência fiscal moderada.

Mas já pelos têrmos da junta da Vila do Carmo, a 3 de março de 1718, fez-se redução dèste tributo fixo para 25 arrôbas.

Durante quatro anos pagaram-se estas 25 arrôbas (367,200 kg).

A Junta de Vila Rica a 25 de outubro de 1722 consignou o compromisso de se entregarem ao erário régio 37 arrôbas anuais, contanto que Sua Majestade não abrisse casa de fundição e moeda no território aurífero.

Assim, de 20 de março de 1714 a 31 de janeiro de 1725, pagaram os povos 312 1/2 arrôbas, ou fôssem, 4 590 quilogramas.

Mas o fisco real, sentindo-se lesado, voltou a exigir a existência de uma casa de fundição e moeda em Vila Rica. Aí se estabeleceu em 1 de outubro de 1724, trabalhando até 31 de janeiro de 1725 sem quintar o ouro, por ordem da coroa.

Entende Calógeras que no período de 1713 a 1724 a extração superou a cifra admitida por Antonil, devendo ter chegado a 7 500 arrôbas, cálculo comedido.

Assim sendo, foi o fisco real largamente lesado, pois em vez de 312 1/2 deveria ter recebido 1 500.

Continuando a calcular a respeito da cobrança dos quintos, escreve Teixeira Coelho curiosa nota: "Não se inclui neste cálculo o que produziu o quinto desde 1.º de fevereiro de 1725, dia em que estabeleceu a casa da moeda de Minas, até 1.º de julho de 1735, em que se aboliu, e se entrou a cobrar o quinto por meio da capitação, porque os livros da dita casa da moeda de Minas passaram neste tempo para a do Rio de Janeiro".

Assim, só pôde êle publicar duas tabelas do "cálculo do rendimento do real quinto do ouro da Capitania de Minas".

A 1.ª refere-se ao período de 1.º de julho de 1735 a 31 de julho de 1751 e a segunda de 1.º de agosto de 1751 a 31 de dezembro de 1777.

A respeito dêste prazo escreve Calógeras:

"No trecho de 1725 a 1735 dominou o sistema das casas de fundição, no decurso do qual a fazenda real recebeu de impostos sôbre o ouro 1 068 arrôbas, 4 marcos, 5 onças, 4 oitavas e 65 grãos. Os descaminhos freqüentes mencionados nos documentos da época, as confissões unânimes dos autores coetâneos permitem adotar para a produção dêstes onze anos o pêso de 6 500 arrôbas".

Não sabemos onde o autor de "As Minas do Brasil" encontrou esta cifra de 1 068 arrôbas e fração. E é a êste respeito que vamos analisar-lhe a asserção.

Falando da avaliação de produção aurífera de Minas Gerais, diz Roberto Símonsén: "É muito difícil determinar com rigor matemático a quantidade de ouro extraída no Brasil", escreveu em 1833 o Barão de Eschwege.

No regime das fintas e avenças, não se pode dizer que o impôsto recebido correspondesse ao quinto do produzido. Muito dos livros das casas de fundição de período posterior não foram publicados e os impostos de capitação também não são índices seguros.

O ouro apreendido entre 1700 e 1713 demonstra que o contrabando deveria exceder a 20 por cento do produzido.

Baseando-se nos quintos arrecadados em Minas Gerais e calculado, para as diversas regiões, produção proporcional às populações, chega Eschwege a um total de 63 417 arrôbas para o período compreendido entre 1700 e 1820. Seriam 930 toneladas.

Calógeras, para o período de 1700 a 1801, avalia em 65 000 arrôbas ou 983 toneladas ou sejam 47 500 para Minas Gerais, 13 000 para Goiás e Mato Grosso e 5 000 para o resto do Brasil: São Paulo, Bahia e Ceará.

Dois documentos que pensamos jamais foram divulgados, e documentos que se completam, trazem preciosos informes sobre o período pouco esclarecido de 1725 a 1735.

Como vimos, avaliou Calógeras para a produção dos onze anos 6 500 arrôbas. Seriam em números redondos 5 430 arrôbas de existência legal e mais 1 160 de extração não quintada.

Não pôde o ilustre autor de "*As Minas do Brasil*" apoiar a sua avaliação em documento algum, limitando-se a uma estimativa.

São ambos os documentos agora divulgados, anônimos, mas têm todas as credenciais de autenticidade. Um deles compendia extraordinária pormenorização. Traz mês por mês o cômputo dos valores em ouro amoadado e ouro barreteado na Casa da Moeda e na Casa de Fundição de Vila Rica.

Acusam ambos, para o período de 26 de agosto de 1724 a 18 de março de 1734, um total de 5 479 arrôbas, ou um pouco mais do que calculou Calógeras para o ouro legalizado.

O primeiro dos quadros intitula-se: "Mapa do ouro que tem entrado nas Casas da Fundição e Moeda de Vila Rica das Minas desde 26 de agosto de 1724, até o fim de junho de 1735"

Afirma este documento que de tal ouro foram amoadados 259 737 marcos e barreteados 90 980 ou sejam 5 479 arrôbas e fração.

O segundo documento comprobatório do primeiro intitula-se:

"Mapa de todo o ouro que entrou nas casas da fundição e moeda de Vila Rica das Minas desde 26 de agosto de 1724, dia em que principiou o seu lavor a casa da Moeda e a da fundição, em o primeiro de fevereiro de 1725 em que teve princípio a cobrança do quinto."

Assim, com estes novos dados, podemos fazer uma hipótese sobre a produção do ouro mineiro de 1700 a 1735:

1700-1712 3 600 arrôbas (Antonil);

1713-1724 3 690 arrôbas (Dados oficiais e Calógeras);

1725-1735 5 480 arrôbas (Dados do Códice Costa Matoso (1750).

Total: 12 770 arrôbas, ou sejam 187 592 quilos de ouro em números redondos.

Avaliando-se em trinta por cento a quota do descaminho, como quer Daniel de Carvalho passa a produção aurífera entre 1725 e 1735 a 6 576 arrôbas.

Sobre o vulto dos descaminhos dos reais quintos nos primeiros anos da mineração existe depoimento de importância assinado por depoente

da maior autoridade, o Guarda-Mor Geral Garcia Rodrigues Pais, representação datada de 12 de setembro de 1705.

Nesta representação queixa-se o filho ilustre de Fernão Dias Pais do procedimento do Superintendente Geral, Desembargador José Vaz Pinto, que retirara dos seus prepostos, dêle, Garcia Roiz, a fiscalização da arrecadação dos quintos.

Este José Vaz Pinto, aliás, cometeu no exercício das funções, irregularidades que lhe permitiram, em dois ou três anos, poder retirar-se das Minas para o Rio de Janeiro com boa cópia de quilos de ouro, seja lembrado entre parenteses.

Estancar-se o descaminho dos quintos reais era coisa impraticável, mas havia meios de se reduzir consideravelmente a evasão das rendas reais.

Queria, porém, afirmar a Sua Majestade a sua firme convicção de que um plano de seu escrivão geral, Filipe de Barros Pereira, poderia trazer os mais brilhantes resultados.

A seu ver redundaria na percepção de oitenta arrôbas de ouro nos primeiros anos, contribuição que poderia, com o correr do tempo, subir a duzentas arrôbas. Era plano a ser executado com tôda a suavidade e executado por delegados da Guardamoria, a quem a Fazenda Real nada precisaria pagar.

Seria realizado sob a direção de Filipe Pereira e êle Garcia Roiz estava convencido de que todos os seus parentes e amigos se empenhariam do modo mais desvelado a auxiliar o Escrivão-Geral em sua faina.

Se Sua Majestade aceitasse a sugestão fôsse servido mandar escrever cartas assinadas de seu real punho aos vinte homens mais poderosos então existentes nas Minas, apelando para a sua dedicação de leais vassallos da sua Coroa.

Êstes vinte mineradores eram o tenente-general Manuel de Borba Gato, o mestre de campo Domingos da Silva Bueno, o alcaide-mor José de Camargo Pimentel, os sargentos-mores Domingos Rodrigues da Fonseca Lemé e João Carvalho da Silva, o coronel Antônio da Rocha Pimentel e os capitães Garcia Roiz Velho, Bartolomeu Bueno da Silva (Anhangüera), Pedro de Moraes Rapôso, Baltasar de Godói Moreira, João Antunes Maciel, Pedro Frazão de Brito, Brás Mendes (Pais), Manuel de Campos (Bicudo?), Francisco Correia de Lemos, Pedro Dias Leite, João Pais Domingues, Manuel Gomes Correia, Bartolomeu da Cunha (Gago) Antônio Garcia da Cunha, todos paulistas.

Os seis últimos da lista muito menor relêvo têm nos fastos primevos das Minas, mas aos primeiros cabe a mais destacada posição.

O fato de se acharem ausentes do rol vários nomes de mineradores célebres faz supor que êles não fôsem de "grande fábrica" ou já se houvessem ausentado das Minas satisfeitos com os resultados auferidos. No primeiro caso estariam Jerônimo e Valentim Pedroso de Barros, Domingos Rodrigues do Prado; no segundo, José de Góis e Moraes, Dionísio da Costa, os irmãos Francisco e Manuel Penteado, entre outros felizardos aquinhoados pelos favores da sorte nas primeiras explorações do ouro de lavagem.

Não sabemos qual haja sido a atenção prestada pelo Conselho Ultramarino à proposta de Garcia Roiz Pais, e se realmente o Rei escreveu aos vinte vassallos beneméritos por êle apontados.

Certo é que os reais quintos não atingiram de longe sequer os elevados padrões que o Guarda-Mor imaginara poderem chegar, sobretudo aquelas perspectivas das duzentas arrôbas que a D. Pedro II deve ter causada a impressão da mais grata miragem.

É bem sabido quanto à entrada em cena do ouro brasileiro do Espinhaço, em largo jorro exerceu considerável influência na economia do mundo ocidental.

Valendo-nos de citações invocadas por R. Simonsen e Daniel de Carvalho pensamos poder dar uma sùmula de opiniões de alguns dos mais eminentes tratadistas em matéria da economia política e finanças de outrora e em nosso tempo.

Aduz Daniel de Carvalho várias asserções setecentistas como a de Montesquieu no *Espírito das Leis* (1748) e do patriarca da Economia Política: Adão Smith no *Ensaio Sôbre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (1776).

O primeiro, já em 1728, chamava a atenção dos doutos sôbre a abundância do ouro do Brasil e a influência do nosso metal na economia européia.

Foi Smith quanto o ouro do Brasil influíra sôbre o comércio de Portugal com a Inglaterra e por intermédio dêste com o de outros países. Admitiu que quase todo o ouro inglês amoedado fôsse de procedência brasileira.

Reproduzindo opinião do prestígio da de Werner Sombart, lembra Daniel de Carvalho a extraordinária importância do metal brasileiro na eclosão do capitalismo moderno, explicando que o ouro brilhou por curto tempo, durante o século XVII, mas só entrou na economia mundial com a descoberta dos campos auríferos brasileiros.

E o mesmo Sombart, citado por R. Simonsen (Hist. Econ., 248) chega a expender: "Sem a descoberta (acidental) das jazidas de metais preciosos sôbre as alturas das cordilheiras e nos vales do Brasil não teríamos o homem econômico moderno".

Este ouro, recorda Daniel de Carvalho, apenas fazia escala por Lisboa, seguindo depois para a Inglaterra que com êle constituiu fortes reservas metálicas, assegurando-se o primeiro lugar no comércio mundial.

Foi esta circunstância que levou ilustre publicista português a observar pitoresca e amargamente "para o ouro do Brasil era Portugal a boca e a Inglaterra o estômago".

Mais corriqueiramente, mas de modo expressivo, diria o Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras ao falar da enorme importação de baeta inglesa para os escravos, em S. Paulo, que Sua Majestade Fidelíssima escambava o seu rico ouro em troca do reles pano de Sua Majestade Britânica.



Pedro Taques discute pontos da história de São Paulo com seus primos, os irmãos Frei Gaspar da Madre de Deus e Frei Miguel Arcanjo da Anunciação.

*Óleo de F. Richter — Galeria do Museu Paulista.*

Se a fase do ouro não trouxe ao Brasil empreendimentos de grandes resultados para o futuro, incentivou vultosa imigração para o centro sul do país, promovendo a construção de numerosas cidades. Criou grandes mercados de gado, deslocou a capital da Colônia para o Rio de Janeiro e permitiu a formação de capitais em escravos e tropas que facilitariam, dentro de um século, a expansão da lavoura cafeeira nas províncias do Vale do Paraíba.

Estimulou a mineração, a imigração branca e aumentou notavelmente a africana, rasgou caminhos em muitos rumos, disseminou núcleos demográficos em enormes áreas, entrelaçou o norte e o sul, robustecendo a consciência no interior afastado do país”

Sobre o alargamento territorial brasileiro, observemo-lo, pouco influenciou o ciclo do ouro.

Antes dele existia a Colônia do Sacramento e os lagunenses marchavam para o Sul. E estavam Pascoal Moreira Cabral e os seus sorocabanos senhores do curso do Miranda e do Paraguai. Já Pedro Teixeira levava as quinas a quatro mil quilômetros da foz do Amazonas.

Em todo o caso consolidou notavelmente a linha fronteira, sobretudo no Oeste mato-grossense que em certo ponto arredondou, como se

deu com as minas do Guaporé. E ao mesmo tempo trouxe certa incentivo da marcha para o estuário do Prata.

Devorados pela ânsia da descoberta dos metais nobres e das pedras preciosas, muito pouca importância ligavam governantes e particulares à mineração dos metais úteis de consumo aliás então muito limitado.

Segundo nos relata Pedro Taques na *Informação Sobre as Minas de S. Paulo*, foi o segundo Afonso Sardinha quem entre 1589 e 1597 localizou grandes jazidas ferríferas nas serras de Jaguamimbaba, Vuturuna e Araçoiaba.

D. Francisco de Sousa, amante de quanto se ligasse à mineração, animou-o a explorar o ferro no Araçoiaba.

À falta de ouro e prata minerava-se ferro. Um dos engenhos que provavelmente não passava de algum muito modesto forno catalão, redutor do minério do Ipanema, passou por herança a D. Antônio de Sousa, filho de D. Francisco.

E este o arrendou a Francisco Lopes Pinto, de quem muito pouco se sabe.

Com a morte de Pinto que com seu cunhado Diogo de Quadros também explorava a siderurgia em pequena escala em Ibirapuera (Sto. Amaro) desapareceu a indústria do ferro paulista.

Largos anos passaram, mais de meio século, quando por volta de 1680 espalhou-se a notícia de que na serra do Araçoiaba havia valiosos veios de prata.

Apreendeu-se o Príncipe Regente, em mandar a S. Paulo Frei Pedro de Sousa, reputado mineralogista. De suas pesquisas nada de positivo se sabe.

O denunciador da existência da prata fora Luís Lopes de Carvalho, Capitão-Mor da Capitania de Itanhaém.

Chegou Frei Pedro a S. Paulo quatro meses após a partida de D. Rodrigo de Castel Blanco ao encontro de Fernão Dias Pais.

Explorou certa área acompanhado por uma das maiores figuras do bandeirantismo: Pascoal Moreira Cabral.

Tão entusiasmado estava Luís Lopes que afirmava ao Conselho Ultramarino haver encontrado excelentes jazigos. Convinha que o Príncipe Regente ordenasse a diversos vassallos poderosos da Capitania que o ajudassem e ao Padre Frei Pedro.

Documentos descobertos por Basílio de Magalhães no Arquivo Nacional revelam que Frei Pedro de Sousa demorou-se assaz longamente na faina de encontrar as jazidas de Luís Lopes de Carvalho.

Mas como a pesquisa da prata fracassasse, voltou-se Luís Lopes para a siderurgia em Sorocaba, idéia bem pouco prática, tratando-se de metal de preço baixo, de tão difícil transporte e tão pouco consumo na época.

A 31 de maio de 1692 escrevia o prospector malogrado a Luís César de Meneses, governador do Rio de Janeiro, contando-lhe que se arruinara

completamente, depois de haver penetrado os sertões mais fragosos, com risco de vida, em terras só habitadas por feras.

Tudo fizera por amor da Pátria em querer para ela descobrir novos tesouros.

Pediú subsídios do erário régio certo de inevitáveis resultados excelentes para a sua emprêsa.

Céptico acêrca das mirabolantes vantagens acenadas por Lopes, escrevia D. Pedro II ao governador fluminense a 23 de outubro de 1692 recordando que lhe constava estarem as tais minas a 30 léguas distantes das Capitâniás (sic) de S. Paulo e Santos. Assim, êle governador, mandasse à Coroa parecer a tal respeito.

Não conhecemos a resposta de Luís César de Meneses, mas pensamos que foi a mais desfavorável à pretensão de Luís Lopes.

Não mais se cogitou de se reduzir o minério muito medíocre do Araçoiaba, nem da fabricação do ferro no Brasil até o século XIX <sup>(1)</sup>.

---

(1) Vide referência documental no tomo décimo da **História Geral das Bandeiras Paulistas**, primeira parte, caps. XXIII — XXVI.



## CAPÍTULO XXX

---

*Expansão paulista em terras fluminenses.  
Informes de Pedro Taques.  
O chamado roteiro dos sete capitães.  
Paulistas na região campista.  
Bandeirantes no Espírito Santo.*

Menciona Pedro Taques, sumariamente, os nomes de diversos povoadores paulistas afazendados no território fluminense, no tempo em que era vicentino. Na indecisão de fronteiras existente no Brasil de antanho as terras do Oeste fluminense eram tácitamente consideradas paulistas. Depois que por decisão régia de 1726 passou o atual litoral sul fluminense a depender do Govêrno do Rio de Janeiro as de Serra-Acima, continuaram como parte integrante da Capitania de S. Paulo.

É o que documenta o *Mapa Corográfico da Capitania de S. Paulo*, levantado em 1791 e 1792 pelo Ajudante Engenheiro Antônio Roiz Montezinho.

Assim a fronteira corria pelas cumeadas da Cordilheira Marítima, apanhava as nascentes do rio Pirai e por êste continuava até a sua confluência com o Paraíba. Cortava a êste caudal, atingia o sopé da Serra e seguia pelas cumiadas da Mantiqueira, já aí em linde mineira.

Dos paulistas que se mudaram para a Ilha Grande, como então se designava a região angrense, cita Pedro Taques alguns.

Assim nos fala do Padre Pedro de Lara. Em 1647 “já vivia estabelecido na Ilha Grande de Angra dos Reis. Atraiu o Padre ao seu irmão Joaquim de Lara Morais casado em Angra com a filha de um santista para ali emigrado, Antônio de Oliveira Gago”

Procurou muito o Padre Pedro também arrastar não só aos pais como os quatro cunhados entre os quais se achavam célebres sertanistas como Lourenço Castanho Taques e Luís Castanho de Almeida. Mas tal empenho se baldou.

Pouco depois do Padre Lara passaram à região angrense paulistanos de grande destaque: Luís da Costa Cabral e seu genro D. Pedro Mateus Rendon e Luna, e o pae dêste D. João Mateus Rendon.

Relata Pedro Taques que êste D. João Mateus passou a viver no Rio de Janeiro, de 1656 em diante. Ali se casou sua filha D. Ana de Alarcão e Luna com um dos maiores personagens da cidade, Inácio de Andrada Souto Maior, senhor da Casa do Jericinó e dono de sete engenhos “capitão e muitas vêzes vereador da cidade, cuja filha veio a ser

a mulher de Clemente Pereira de Azeredo Coutinho, o opulento senhor dos engenhos de Itaúna e Guaxinduba”.

Com D. João Mateus também seguiu seu outro filho, D. José Rendon. Ficou no Rio de Janeiro, casado. E emigraram ainda outros descendentes de D. João Mateus, por sua filha Inês da Ribeira, casada com Vicente de Siqueira Mendonça, alcunhado o *Capucheiro*.

Havia aliás um motivo de atração dos Rendons de S. Paulo para as terras fluminenses. D. José Rendon de Quebedo, irmão de D. João Mateus, emigrara para o Rio de Janeiro em 1639 e aí se casara com a rica senhora de engenho Susana Peixoto.

Deixou este casal grande descendência na região angrense.

O quarto dos quatro Rendon, D. Pedro Mateus Rendon Cabeça de Vaca, solteiro, igualmente se reuniu aos irmãos no Rio de Janeiro.

O segundo genro de Amador Bueno, D. Francisco Rendon de Quebedo, que se distinguiu na luta com os holandeses, também deixou S. Paulo e estabeleceu-se em Angra dos Reis, onde obteve terras contíguas às do seu irmão D. José, nas cabeceiras do rio Guandu.

Uma das mais célebres jornadas sertanistas do Brasil colonial compendia-se no famoso *Roteiro dos Sete Capitães*.

A jornada que êle descreve efetuou-se em terras da Capitania da Paraíba do Sul.

Dêstes sete sertanistas um apenas, Miguel Aires Maldonado, se prende aos fastos paulistas.

O traslado de tal *Roteiro* vem assinado do Rio de Janeiro e de 21 de fevereiro de 1661 por Miguel Aires Maldonado que então seria mais que centenário, contando no mínimo 109 anos de idade.

As singularidades dêste documento levaram o douto Vieira Fazenda a analisá-lo detidamente.

E logo descobriu uma série de incongruências e anacronismos extraordinários. Começa pelo fato indiscutível de haver Maldonado falecido em 1650, quando provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Ao estudo de Fazenda se deduz que Miguel Aires escreveu provavelmente o *Roteiro* a que um “espertalhão ignorante” enxertou inexactidões e inverossimilhanças sem pensar que umas e outras com o correr dos tempos seriam desmascaradas”.

A questão da espalha dos paulistas pelo território hoje fluminense e guanabarrino ainda anda muito obscura por falta de monografias regionais.

O mais ilustre ou antes talvez o único ilustre dêstes povoadores primeiros foi Garcia Rodrigues Pais.

Como sabemos o grande Guarda-Mor Geral das Minas possuía o enorme latifúndio da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, S. Pedro e São Paulo da Paraíba, Caminho das Minas, ponto forçado de transposição do volumoso caudal despenhado da Serra da Bocaina a São João da Barra.

Os descendentes de Garcia Rodrigues Pais anexaram ao nome o Leme avoengo que Fernão Dias Pais deixara, no que fora imitado pelo filho.

Geração numerosa e de alto relêvo, proveio do Guarda-Mor entre os quais tiveram singular destaque, mais antigamente o Mestre de Campo Pedro Dias Pais Leme e o seu filho Fernando, Alcaide-Mor da Bahia, os Marqueses de São João Marcos e Quixeramobim.

Em suas excelentes pesquisas descobriu Klörs Werneck a filiação de várias grandes famílias fluminenses a troncos paulistas.

E em infatigáveis buscas nos arquivos portugueses encontrou Alberto Lamego os vestígios de bandeirantes de São Paulo, Bartolomeu e Pedro Bueno Cacunda nas regiões campista e espírito-santense.

Êstes nomes fazem com que nos inclinemos, sem receio de êrro, a ligar o bandeirante de 1705 no Espírito Santo a Bartolomeu Bueno Cacunda, chamado o Velho, e aos Buenos de Ribeira de São Paulo.

De Bartolomeu Cacunda, o velho, diz Carvalho Franco que "residia na Vila de São Paulo, onde exerceu cargos do govêrno, possuindo fazenda em Parnaíba e no sertão de Atibaia, onde reuniu grande escravatura indígena".

Foi grande sertanista caçador de índios, agindo de preferência na região do Rio Doce e ao norte do Rio Paraíba. Para essa última diretriz realizou em 1676 uma bandeira na qual foram, entre outros, Bartolomeu Bueno de Siqueira, João Luís do Paço, Ascenso Gonçalves, Domingos de Góis Pereira, Manuel Pires Santiago, Clemente Portes d'El-Rei, Miguel Garcia de Almeida, também muito citado nos fastos mineiros e Jerônimo Bicudo Cortes.

Quanto tempo terá o Cacunda permanecido nos Campos dos Goitacases e Sertões de Muriaé? É o que de todo não sabemos dizer.

Da nominata de Carvalho Franco um único nome tem relêvo e grande relêvo, o de Bartolomeu Bueno de Siqueira, de tamanha notoriedade nas primeiras descobertas do ouro.

Atrás dêste Bueno Cacunda, o velho, vieram parentes seus. Além do filho, um primo Bartolomeu Bueno Feio, cuja presença na baixada campista Alberto Lamego denuncia.

Dêle diz: Em 1706 deixou S. Paulo para minerar nas Gerais e depois apareceu em Campos onde se tornou grande potentado. Papel de grande destaque teve na Guerra dos Emboabas, havendo sido pelos reinóis expulso do território aurífero.

Tão rixento quanto violento destacou-se em 1710 quando Duarte Teixeira Chaves tomou posse das fazendas que comprara dos Viscondes de Asseca e prorrompeu em violenta luta contra os amigos do titular o que promoveu sanguinosa reação.

Nesta luta destacou-se quando com seus amigos entrincheirou-se na matriz da vila, travando-se então ardoroso combate do qual resultou a morte de um dos oficiais do Prior e grande número de ferimentos graves.

Continuou Bartolomeu Bueno Feio a residir em Campos, sempre envolvido em motins como em 1720 e 1729.

Informa Lamego, que se ignora o seu fim.

A outro Bueno, Inácio Bueno Feio, também paulista, assinala Lamego na região campista. Estava estabelecido em S. João da Praia (São João da Barra) e nascera em S. Paulo em 1681.

Mirna Alcibiades Furtado que entre os primeiros povoadores e sesmeiros de Campos encontrou paulistas e cita uma carta régia de 14 de março de 1702 mandando repartir entre fluminenses e paulistas os campos dos Goitacases.

"Para aquelas paragens levaram os paulistas o primeiro gado que ali houve, o qual foi de Cabo Frio e provinha de Piratininga ou S. Paulo".

"O primeiro paulista que fixou residência em S. João da Barra, então chamada S. João da Praia, foi Francisco Bicudo de Brito que ali chegou com a sua bandeira em 1711, depois de percorrer os ínvios sertões de Minas e do Espírito Santo à caça do índio e do ouro. Casando com Maria Alves deixou grande descendência.

"O último bandeirante paulista que para Campos emigrou da terra natal, também em princípios do século XVIII, foi Antônio Prado; que depois de correr com a sua bandeira as terras desertas de Minas e Espírito Santo em busca do ouro e do índio, tomou o rumo da costa do mar e em 1723 chegou ao norte de *Caxangá*, hoje vila de Itapemerim. Resolveu aí permanecer e levantar morada".

Fala-nos Pedro Taques de outro paulista de destaque também, estabelecido na região campista: Salvador Estêves Leme.

Eu doutra memória "os primeiros descobrimentos de ouro nos distritos de Sabará e Cacté" procurou Orville Derby provar que as jazidas auríferas de Cacté para o Norte foram primeiramente descobertas do lado da Bahia e não do de São Paulo, a partir de 1700.

A tal propósito desvendou curiosos documentos até então não aproveitados ainda, e reveladores de pesquisas auríferas em terras espírito-santenses.

Escutando a D. Pedro II a 7 de janeiro de 1700, noticiava-lhe o Governador-Geral, D. João de Lencastre que "soubera com toda a individualização" da existência de jazidas "nas cabeceiras dos sertões da Capitania do Espírito Santo" E "como desejasse que todas as terras do Brasil se convertessem em ouro, para que delas resultassem grandes aumentos à fazenda real", despachara àquelas regiões João Góis de Araújo, paulista, que se achava na Bahia, e filho de Pedro Taques de Almeida, "um dos principais moradores de São Paulo".

Com ele iam trinta homens, voluntários todos. Devia esta bandeira prospectar nas cabeceiras dos rios Pardo, Doce, Verde e das Velhas.

Ao mesmo tempo o baiano, capitão de linha, Pedro Gomes da Franca, deveria com cem voluntários ir a Ilhéus e explorar a zona do rio Patipe (braço do Rio Pardo) e pelo Pardo acima.

Este João de Góis e Araújo não se acha mencionado no rol dos filhos de Pedro Taques de Almeida, na *Nobiliarquia Paulistana*, de autoria de seu sobrinho Pedro Taques de Almeida Pais Leme.

É singular que o genealogista não haja mencionado este tio bandeirante, citado pelo Governador-Geral do Brasil como chefe de entrada oficial de importância.

Muito esperava D. João de Lencastre do êxito da bandeira de João de Góis e de outra que devia partir do Atlântico.

A 22 de setembro de 1700 ordenava ao Capitão-mor do Espírito Santo, que obrigasse os superiores das aldeias jesuíticas, dos Reis Magos e Reritiba, a entregarem a José Cardoso de Azevedo os índios de que necessitasse para a sua jornada de descoberta.

Na mesma ocasião, e na mesma zona, havia mais um prospector a quem outro documento chama José Cardoso Coutinho. Dêle se diz que era “Capitão-mor das entradas às Minas de Ouro da Capitania do Espírito Santo”

A 15 de setembro de 1702 escrevia ao Rei, D. Álvaro da Silveira de Albuquerque, governador do Rio de Janeiro. Mostrava-se alarmado pelo fato de que alguns índios haviam saído das lavras do Espinhaço e aparecido no Espírito Santo, despertando enorme alvoroço entre os espírito-santenses. Vários dêles se ofereciam para fazer a viagem em sentido inverso.

Corria também o boato de que no próprio território do Espírito Santo se haviam descoberto alguns ribeiros de ouro.

Assim dera-se pressa em officiar ao Capitão-mor Governador da Capitania a fim de que impedisse, com tôdas as fôrças, quer a ida de gente da costa para as Minas Gerais, quer a descoberta de jazigos auríferos.

O desvio das remessas do ouro para o Rio de Janeiro era o mais prejudicial, sobretudo para o Espírito Santo, capitania indefensável.

Ao Governador-Geral do Brasil dirigiu-se D. Álvaro, e no mesmo sentido, lembrando-lhe quanto eram estritas as ordens régias relativas à comunicação das diversas capitanias com as minas, exceto por S. Paulo e Rio de Janeiro.

Irritado por não ter sido consultado, desaprovou D. Rodrigo o ato do governador fluminense. A 25 de outubro do mesmo milésimo ordenou que o Capitão-mor Francisco Ribeiro prosseguisse nas pesquisas. O provedor da Fazenda Real no Espírito Santo Francisco Ribeiro de Moraes, ou Miranda, sustentava haver descoberto ribeiros auríferos e o Governador-Geral ordenara-lhe que os explorasse. Deviam ambos entabular novas minas do modo pelo qual o fazia a gente de São Paulo.

Partiu para Vitória a mandado do Governador-Geral, certo Alferes Bartolomeu de Pina Pereira, pessoa inteligente na profissão de mineiro, com prática das minas de São Paulo.

A 4 de janeiro de 1704 ordenava D. Rodrigo, desiludido, que Francisco Ribeiro recolhesse a Vitória, com tôda a sua gente.

Mandara Sua Majestade se suspendesse todo e qualquer descobrimento do lado espírito-santense, devendo evitar-se “com todo o apêto” que “alguém fôsse às ditas minas.”

Esta ordem vemo-la reiterada em 1704 e 1710.

Luís César de Meneses, governador-geral, ordenava peremptório que o Capitão-mor espírito-santense trancasse os caminhos de sua Capitania à região aurífera, de acôrdo com as apertadas ordens de Sua Majestade. Prendesse os contraventores e os remetesse à sua presença para serem castigados como El Rei Mandava.

Nos mesmos têrmos reiterou a 18 de fevereiro de 1712 Pedro de Vasconcelos ao Capitão-mor a quem o Governador intimou a “evitar

totalmente o caminho novo que se intentava abrir de sua Capitania para as minas do ouro”.

Recorda Derby o esforço feito por D. João de Lencastre, no último período do governo, para concentrar na Bahia o movimento comercial das minas, desviando-o do Rio de Janeiro verdadeiro contra-senso geográfico, aliás.

Mas... *gesta tua non laudantur* foi o que lhe significou D. Pedro II.

Os documentos relativos ao movimento espírito-santense são deficientes e obscuros.

Deu-se execução à ordem régia de 4 de janeiro de 1704.

Encontrou Lamego novidades de vulto sobre as atividades de um bandeirante de S. Paulo em terras do Espírito Santo, à cata de ouro em princípios do século XVIII.

Era êle Pedro Bueno Cacunda a quem “velhos paulistas, homens verdadeiros e com grande experiência dos sertões e dos descobrimentos” induziram a pesquisas nos ribeiros perto da costa onde segundo Bartolomeu Bueno e Estêvão Barbosa, diziam saber, por informação de indivíduos, que a sua margem, e à flor da terra havia grande cópia de metal.

Qual seria êste Bartolomeu Bueno? Qual dêles? É o que se torna difícil esclarecer. Quanto a Estêvão Barbosa é possível que seja o mencionado por Pedro Taques. Tinham êstes dois sertanistas como companheiro Manuel de Camargo, talvez Manuel Ortiz de Camargo, filho do “Tigre” Talvez o mesmo descobridor de ouro em Itaberaba, em Minas Gerais, a quem trucidou o gentio.

Conta Lamego que êste Manuel Camargo partindo à descoberta do novo eldorado, foi assassinado pelos próprios índios.

Estas coisas da selva são tão obscuras e a repetição dos nomes portugueses criam tais colisões!

Pelo que conta o manuscrito de Lamego, êste Pedro Bueno minegara no Rio das Mortes.

Domingos Luís Cabral ousado explorador atravessou o território dos puris e percorreu a região das vertentes do Maiguaçu, hoje Manhuaçu.

Pedro Bueno guiado pelas informações de Cabral foi ter à Serra do Castelo, no Espírito Santo, encontrando ouro nos ribeiros próximos.

Entre 1709 e 1711 disto sabedor ordenou-lhe o Governador-Geral D. Lourenço de Almeida que não continuasse com tal serviço. Mas Pedro Bueno, em 1714, no governo de D. Pedro de Noronha, marquês de Angeja, prosseguiu na empresa minerando nos ribeiros da serra do Guandu e no Manhuaçu.

Teve árduas pelepas com os puris que lhe mataram alguns companheiros e embora perseguido por êstes índios fundou o arraial de Sant’Ana, onde tirou algum ouro por muito tempo.

O Vice-Rei, Conde de Sabugosa, ordenou em 1731 ao Capitão-mor do Espírito Santo, que sindicasse dos seus serviços.

Explicou Bueno, sendo o caminho terrestre muito cheio de perigos buscara a barra do Rio Doce até o Maiguaçu, continuando poi êste

acima durante 25 a 30 dias de viagem até as formações auríferas, sendo o rio muito perigoso e exigindo práticos. Por terra “o caminho era muito dilatado e impossível”.

Em 1733 renovou a tentativa da descoberta do ribeirão de Cabral. Subiu com canoas o rio Maiguaçu para explorar um afluente dêste que ainda não examinara. Mas verificou que não era aquêle do qual lhe haviam falado os paulistas.

Incêndio ocorrido em seu paiol de víveres impedira de prosseguir nos exames, mas podia afirmar a Sua Majestade que quanto vira o levava à convicção de que naquela zona tudo era terra mineral. Em muitos lugares achara “jornais de quarta de ouro por pessoa”, o que prenunciava mineração próspera como a vira nas Minas Gerais.

Mas achava-se destituído de bens e de escravos. Como, pois, continuar no “progresso desta diligência”? Em todos os rios que corriam para o Doce, tivera a impressão de que os leitos eram de terra mineral.

Entre êles medeavam grandes serras com indícios de outros metais e pedras preciosas. Mas não tinha fôrças para estas indagações.

Em todo o caso conservava os dois arraiais bases de suas pesquisas, a 90 léguas da Costa do Mar em rumo direito e a igual distância das Minas Gerais.

Em 1734 voltava Pedro Bueno à presença do Rei, pedindo-lhe licença para a continuação das pesquisas. Assim, lhe concedesse retirar 60 índios das aldeias jesuíticas.

Solicitava, mais a presença de 80 homens armados das capitânicas do Espírito Santo e de São Salvador dos Campos dos Goitacases. E para si a superintendência das minas e passagens do Maiguaçu, Guandu e Itapemerim, além de quatro hábitos de Cristo.

O Rei deferiu o requerimento, ordenando ao Vice-Rei, Conde de Sabugosa, que mandasse fornecer os índios desde que se verificasse a existência das alegadas minas e ao Provedor da Fazenda Real a entrega de tôda a pólvora, chumbo e ferramentas necessárias à emprêsa.

Mas aí intervieram os jesuítas. Indo Pedro Bueno à Bahia o Vice-Rei indeferiu-lhe o pedido, declarando na petição: “A Sua Majestade darei conta porque não cumpro a portaria”

Desanimou Bueno e retirou-se para as cabeceiras do Rio Doce onde viveu ainda muitos anos em luta com o gentio que lhe matou os escravos, impedindo que minerasse.

A proibição do Conde de Sabugosa seguiu a de seu sucessor Conde das Galvêas. Pode êste Bueno ter sido dêsses eldoradomaníacos tão frequentes no Brasil da primeira metade do sécuo XVIII.

Increpou os campistas de gente pusilânime por não querer trocar a riqueza certa de suas belas lavouras canavieiras pela aleatória das minas dos sertões do Muriaé que passavam por fertilíssimas, a exemplo do antigo vigário de S. Gonçalo, Padre Antônio Dias Carneiro, que com vinte e tantos escravos minerava no rio Guandu.

No Arquivo Ultramarino também descobriu Alberto Lamego longa carta escrita por Venceslau Pereira da Silva, em 1752, ao Ouvidor da Comarca do Espírito Santo.

Nela há um tópico em que o missivista se refere a Pedro Bueno e a um Inácio Alvares da Silva. Dêle diz que ambos eram paulistas. Haviam aparecido no Espírito Santo "por se acharem oprimidos pelos seus credores e destituídos de meios para viver entre gentes" Assim tinham fugido para as matas espírito-santenses, onde haviam longamente peregrinado.

As faisqueiras espírito-santenses que renderam algum ouro foram as do Castelo, no sul da Capitania, onde pelos anos de 1705 minerou Pedro Bueno, seu descobridor inconteste. Era o que em 1757 afirmava a D. José I a Câmara de Campos.

Ali chegaram a viver 450 mineradores e Lamego, achou um certificado de que de agosto de 1751 a julho de 1759 haviam entrado na Casa da Moeda do Rio de Janeiro para fins de quintagem uns 58 quilogramas de ouro o que correspondia a pouco mais de sete quilos por ano, rendimento minúsculo.

A *História das Minas de Ouro do Espírito Santo*, de autoria de Joaquim José Gomes da Silva Neto distingue-se pela acirrada jesuitofobia. Afirma este autor que os Padres da Companhia perseguiram a Pedro Bueno porque eram eles quem queria clandestinamente, explorar os jazigos do vale do Rio Doce.

A tal propósito descreve a atuação dos inacinos em palavras as mais dnuas.

Foi o que Lamego com justeza qualificou de "delírio jesuitofóbico".

A tal propósito narra Silva Neto a entrada no Espírito Santo, em data não declarada, da bandeira sertanista de São Paulo, de certo Antônio Prado "chefe de um bando de aventureiros bem armados que vinha rompendo as matas de S. Paulo desde Taubaté a Minas Gerais, em busca do ouro e índios a cativar"

Viera a sair na bacia do Itapemirim, auxiliando os mineradores do Castelo, Barro Branco e Barreiros, assolados pelos puris, a combatê-los.

"Fôra neste lugar da costa que o intrépido paulista perdera a vida, tirada por algumas flechas do gentio".

Quem teria sido este Antônio Prado? É o que parece impossível identificar.

Escreveu Silva Neto segunda memória: *Terras auríferas do Caparaó*, em que novamente dá largas à jesuitofobia encarniçada contestando categoricamente que os Padres da Companhia hajam descoberto jazidas auríferas no Caparaó embora severamente fiscalizassem todo o distrito mineiro do Espírito Santo. Afirma Alcibíades Furtado num ensaio que em Itapemirim havia uma família de bandeirantes de São Paulo apelidados Buenos *Caxangas* (do nome de sua fazenda). Domingos de Freitas Bueno Caxanga foi o que primeiro estabeleceu engenho no Itapemirim. E Pedro Bueno quem edificou a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, da antiga povoação do Caxanga, mais tarde Itapemirim (1).

---

1. Ver referências documentais na segunda parte do tomo décimo do **História Geral das Bandeiras Paulistas**.

## ÍNDICE ONOMÁSTICO



- Abiaru (Cacique), 76, 77, 93.  
 Abreu (Antônio Fernandes de), 95, 197.  
 Abreu (Bartolomeu Pais de), 229.  
 Abreu (Cristóvão Pereira de), 205, 206.  
 Abreu (J. Capistrano de), 27, 60, 154, 167, 187, 232, 329, 331.  
 Accioli de Cerqueira e Silva (Inácio), 130.  
 Afonso (Antônio), 207.  
 Afonso VI, 110, 123, 155, 167, 313.  
 Aguiar (Cristóvão de), 32.  
 Aguiar (Manuel Ângelo Figueira de), 139.  
 Aguiar (Manuel Gonçalves de), 202.  
 Aguiar (Martim de), 32.  
 Aguiar (Sebastião Pereira de), 272, 274, 275, 294.  
 Aguirre (Domingos de), 78.  
 Alarcão (D. João de Barros), 125.  
 Alarcon (Pe. Francisco de), 69.  
 Albernaz (Domingos Gomes), 83, 84, 172, 211.  
 Albernaz (Prelado Pedro Homem), 72.  
 Albernaz (Salvador de Faria e), 217.  
 Albuquerque (Afonso de), 96.  
 Albuquerque (D. Álvaro da Silveira), 222, 352.  
 Alenquer (Marquês de), 157.  
 Alencastre (José Martins Pereira de), 133, 134.  
 Alexandre II, 20.  
 Alexandre VI, 25.  
 Alfaro (Pe. Diogo), 67, 68, 75.  
 Almada (João Borralho de), 151.  
 Almeida (Padre, jesuíta), 277.  
 Almeida (Cândido Mendes de), 81, 249.  
 Almeida (Domingos de), 128.  
 Almeida (Guilherme Pompeu de), 141, 145, 155, 208, 216, 227, 229, 235.  
 Almeida (Januário Cardoso de), 231.  
 Almeida (Dom Lourenço de), 354.  
 Almeida (Luís de), 104, 106, 349.  
 Almeida (Manuel de), 331.  
 Almeida (Manuel Cardoso de),  
 Almeida (Matias Cardoso de), 159, 161, 162, 168, 170, 172, 174, 175, 177 a 179, 181, a 183, 185, 187, 231.  
 Almeida (Miguel de), 216.  
 Almeida (Miguel Garcia de), 351.  
 Almeida (D. Pedro de), 192.  
 Almeida (Pedro Taques de), 231, 278, 352.  
 Almeida (Venceslau de), 135.  
 Alorna (Marquês de), 312.  
 Altamirano (Cristóvão), 76, 77, 93, 120, 148 a 150.  
 Alvarenga (Antônio Pedroso de), 32, 48, 51, 58.  
 Álvares (Antônio), 51.  
 Álvares (Clemente), 28, 94.  
 Álvares (João), 52, 127.  
 Álvares (Sebastião), 18.  
 Alves (Maria), 352.  
 Amaral (Francisco do), 227, 254.  
 Amaral (Paulo do), 33.  
 Añasco (D. Antônio de), 33, 34.  
 Anchieta (Venerável Joseph de), 28, 124.  
 Andino (João Diez de), 94, 112, 113, 115, 122, 148, 201.  
 Andrada (Gomes Freire de), 204, 206.  
 Andrade (Agostinho César de), 174, 176.  
 Andrade (Belchior do Rêgo de), 339.  
 Andrade (Fernão Bicudo de), 223.  
 Angeja (Marquês de), 303, 304, 333, 354.  
 Antonil (João Antônio Andreoni), 19, 191, 216, 218, 219, 224, 225, 227, 229, 232, 236, 249, 254, 340, 342.  
 Aracambi (Cacique), 65.  
 Aranda (Francisco de Rojas), 92.  
 Araújo (Antônio Ferraz de),  
 Araújo (Francisco Gil de), 156.  
 Araújo (Gabriel Alves de), 199.  
 Araújo (Pascoal Pais de), 155.  
 Araújo (Pêro de), 32.  
 Araújo (Jerônimo Ferraz de), 149.  
 Araújo (João de Góis e), 352.  
 Arce (Francisco de), 92.  
 Arenas (Pe. Cristóvão de), 91, 92.  
 Aresti (D. Frei Cristóvão de), 54, 60.  
 Arias (Alonso), 91.  
 Arzão (Antônio Roiz de), 216.  
 Arzão (Brás de), 118, 120, 121, 124, 125, 131, 162, 167, 170.  
 Arzão (Cornélio de), 111.  
 Arzão (Cornélio Rodrigues de), 109, 155.  
 Arzão (João Rodrigues de), 201.  
 Arzão (Manuel de), 109.  
 Arzão (Manuel Roiz de), 109, 155.  
 Arzão (Miguel Dias de), 202.  
 Asseca (Viscondes de), 351.  
 Assumar (Conde de), 217, 225, 229, 233, 257, 296 a 298, 300, 301, 303 a 314, 317, 318, 321, 323 a 325, 327 a 329, 333, 334.  
 Atouguia (Conde de), 107, 212.  
 Austria (Rainha D. Maria Ana de), 313.  
 Avelar (Francisco de), 115.  
 Avelar (Manuel Manso de Avelar), 203.  
 Ávila (Antônio Curvelo de), 305, 306.  
 Ávila (Francisco Dias de), 134, 167, 174.  
 Ávila (D. Pedro de), 69.  
 Ayolas (Pedro de), 27.  
 Azevedo (Antônio Pereira de), 100.  
 Azevedo (Bernardo de Freitas), 332.  
 Azevedo (Domingos de Freitas), 331, 332.  
 Azevedo (J. Lúcio d'), 128, 339.  
 Azevedo (João Velho de), 83.  
 Azevedo (José Cardoso de), 353.  
 Azevedo (Lucas de Freitas), 223, 293, 331, 332.  
 Azevedo (M. A. Moreira de), 81.  
 Azevedo Marques (Manuel Eufrásio de), 100, 127, 135, 280, 336.  
 Baião (Estêvão Ribeiro), 19.  
 Baião (João Maciel), 85.  
 Bancroft (Jorge), 20.  
 Barbacena (Visconde de), 156, 159, 168, 192.  
 Barbosa (Estêvão), 354.  
 Barbosa (Estêvão Raposo), 293.  
 Barbosa (Francisco), 17.  
 Barbosa (Matias), 306.  
 Barlaeus (Gaspar), 191.  
 Barreto (Nicolau), 31.  
 Barreto (Roque da Costa), 157.  
 Barros (André de), 131.  
 Barros (Antônio Pedroso de), 103.

- Barros (Fernão Pais de), 103, 131, 145, 155, 208, 265.  
 Barros (Francisco Borges de), 170.  
 Barros (Francisco da Costa), 51, 52, 63.  
 Barros (Jerônimo Pedroso de), 76 a 78, 103, 223, 257, 261, 264, 293, 295, 322, 324, 328, 343.  
 Barros (João de), 25.  
 Barros (Luís Pedroso de), 76, 95, 104, 147, 279, 280.  
 Barros (Pedro Vaz de), 32, 33, 48, 68, 103, 131, 145, 208.  
 Barros (Sebastião Pais de), 76, 103, 155.  
 Barros (Valentim de), 95, 103.  
 Barros (Valentim Pedroso de), 223, 236, 257, 261, 264, 295, 310 a 313, 322 a 324, 329, 333, 334, 337.  
 Baygorri (D. Pedro de), 94.  
 Beckman (Irmãos), 124, 126.  
 Beckman (Manuel), 264.  
 Behring (Mário), 328.  
 Benevides (Mendo de la Cueva y), 69.  
 Benitez (?), 53.  
 Bernal (Antônio), 65, 75.  
 Bernardelli (Henrique), 96.  
 Berredo (Bernardo Pereira de), 98.  
 Berthod (Manuel), 92.  
 Betim (José Rodrigues), 236.  
 Betim (Maria Garcia Rodrigues), 159.  
 Bezerra (Agostinho Barbalho), 155, 159.  
 Bezerra (Luís Barbalho), 95, 96, 141.  
 Bicudo (Beatriz), 47.  
 Bicudo (Bernardo de Campos), 296.  
 Bicudo (José de Campos), 296.  
 Bicudo (Manuel de Campos), 111, 147, 149, 343.  
 Bicudo (Vicente), 101.  
 Bixorda (Jorge Lopes), 190.  
 Bocarro (Estêvão Raposo), 207, 231.  
 Bocarro (João Raposo), 187.  
 Boiteux (Lucas Alexandre), 201.  
 Boloto (Fidel Franco), 199.  
 Bonilha (Barnabé), 91, 92.  
 Bonilha (Francisco Martins), 111.  
 Borges (Antônio), 219.  
 Borges (Domingos), 236.  
 Boroa (Diego de), 67, 68.  
 Botafofo (João Pereira de Sousa), 28.  
 Botelho (Diogo), 37.  
 Botelho (Nicolau), 72.  
 Brant (Ambrósio Caldeira), 278.  
 Bravo (Manuel Jácome), 38.  
 Brito (Anísio de), 133, 134.  
 Brito (Francisco Bicudo de), 352.  
 Brito (Isabel Guedes de), 254, 257, 303, 304, 310, 315.  
 Brito (José Pires de Brito), 174, 183.  
 Brito (Pedro Frazão de), 223, 271, 343.  
 Buenavides (Francisco Lopes), 104.  
 Bueno ou Bueno da Ribeira (Amador), 43, 67, 81, 103, 104, 127, 207, 211, 350.  
 Bueno (Antônio), 101.  
 Bueno (Bartolomeu), 96.  
 Bueno (Domingos da Silva), 207, 221, 223, 285, 343.  
 Bueno (Francisco), 67, 101.  
 Bueno (Jerônimo), 90, 101, 147.  
 Burgés (Pe. Francisco), 148, 151.
- Cabeça de Vaca (Pedro Mateus Rendon), 350.  
 Cabeza de Vaca (Álvaro Nuñez), 17, 27.  
 Cabral (Domingos Luís), 354, 355.  
 Cabral (Luís da Costa), 349.  
 Cabral (Leonor de Camargo), 103.  
 Cabral (Mestre de campo Manuel), 53, 64.  
 Cabral Leme (Pascoal Moreira), 122, 147, 151, 333, 345.
- Cacunda (Bartolomeu Bueno), 351, 354 a 356.  
 Cacunda (Pedro Bueno), 351.  
 Caldas (Francisco), 17.  
 Caldas (Sebastião de Castro), 215, 216, 221.  
 Caldas (Vasco Rodrigues), 18.  
 Calhamares (Alonso Peres), 33.  
 Calheiros (Domingos Barbosa), 94, 106, 130, 131.  
 Calmon (Pedro), 257, 315, 332.  
 Calógeras (João Pandiá), 18, 31, 111, 157, 159, 219, 341, 392.  
 Camacho (Sebastião Fernandes), 102.  
 Câmara (Antônio de Albuquerque da), 170 a 172, 178, 187.  
 Câmara (Roque Pais Leme da), 240.  
 Camarão (Filipe), 95.  
 Camargo (Fernando de), 130, 131, 155.  
 Camargo (Fernão de), 65, 82, 106.  
 Camargo (Francisco de), 150.  
 Camargo (Francisco Bueno de), 217, 236.  
 Camargo (Fradique de), 68.  
 Camargo (João Lopes de), 216, 236.  
 Camargo (José Ortiz de), 68, 106, 107, 109.  
 Camargo (Jerônimo de), 162.  
 Camargo (Lucas de), 111.  
 Camargo (Manuel de), 216, 354.  
 Camargo (Manuel Ortiz de), 354.  
 Camargo (Miguel de), 125.  
 Camargo (Pedro de), 151, 221.  
 Camargo (Tomás Lopes de), 217, 223, 236.  
 Campos (Antônio Pires de), 111, 208.  
 Campos (Gabriel Antunes de), 149.  
 Canindé (rei dos Janduins), 176.  
 Cantu (César), 41.  
 Cão (Diogo Martins), 18.  
 Cardoso (Brás), 207.  
 Cardoso (Salvador), 110.  
 Cardenas (D. Frei Bernardim de), 88, 91.  
 Cardenas (Irmão), 65.  
 Carli (Dionísio de), 212.  
 Carlos II, 113, 116 a 118, 120 122, 148, 150, 212.  
 Carlos V, 117.  
 Carneiro (Antônio Dias), 355.  
 Carneiro (Belchior Dias), 32.  
 Carrasco (Miguel Garcia), 84.  
 Carrilho (Fernão), 192, 193.  
 Carvalho (Antônio de Albuquerque Coelho de), 187, 188, 223, 241, 268, 273 a 275, 277, 278, 280 a 282, 303, 309, 314, 333.  
 Carvalho (Daniel de), 342, 344.  
 Carvalho (Domingos Rodrigues), 167.  
 Carvalho (Luís Lopes de), 346, 347.  
 Carvalho (Martim), 18.  
 Carvalho (Pe. Miguel de), 188.  
 Carvalho (Teófilo Feu de), 294, 299, 317, 319, 324, 327 a 329.  
 Cascais (Domingos Lopes), 199.  
 Cascais (Marquês de), 124.  
 Castel Blanco (Dom Rodrigo de), 156, 157, 161, 162, 166, 177, 212, 213, 218, 346.  
 Castelo Branco (Pedro de Unhão), 123.  
 Castro (Aires de Sousa), 192.  
 Castro (Caetano de Melo), 195, 196, 198.  
 Castro (D. João de), 96.  
 Castro (Luís Pourat de Moraes e), 331.  
 Cavalinho (Luís Rodrigues), 201.  
 Cavendish (Tomás), 28.  
 Cataldino (Pe. José), 42.  
 Caxanga (Domingos de Freitas Bueno), 356.  
 Céspedes Xeri'a (Dom Luís de), 43, 44, 46, 52 a 54, 57 a 60, 62, 94.  
 Charlevoix (Pedro Francisco Xavier), 75.  
 Chassim (Rodrigo Bicudo), 223, 285.  
 Chaves (Duarte Teixeira), 126, 294, 295, 351.  
 Chaves (Nufrio de), 33.  
 Chaves (Pedro Gomes), 294, 295.  
 Chinchon (Conde de), 52, 60, 61.  
 Clemente VIII, 71.  
 Coelho (Amâncio Rebêlo), 38.

- Coelho (? Teixeira), 282, 341.  
 Coelho (Pêro), 133.  
 Colaço (Gaspar de Godói), 112, 141, 151, 221.  
 Colombo (Cristóvão), 160.  
 Conrado (Frei), 238.  
 Contreiras (Cristóvão de Burgos), 196.  
 Cordeiro (Domingos), 68.  
 Cordeiro (Francisco), 168.  
 Cordeiro (José Pedro Leite), 95, 96, 101.  
 Correal (Francisco), 212.  
 Correia (Bento), 215.  
 Correia (Diogo Alvares), 15.  
 Correia (Jorge), 28.  
 Correia (Manuel), 144.  
 Correia (Manuel Gomes), 343.  
 Cortes (Jerônimo Bicudo), 351.  
 Cortes (Zacarias Dias), 199.  
 Costa (Cláudio Manuel da), 162, 334.  
 Costa (Dionísio da), 217, 223, 235, 250, 343.  
 Costa (Francisco Pereira da), 133, 134.  
 Costa (Lázaro da), 32, 109.  
 Costa (Dom Rodrigo da), 339, 352.  
 Coutinho (Antônio), 168.  
 Coutinho (Antônio de Azeredo), 154.  
 Coutinho (Antônio Luís Gonçalves da Câmara), 175, 176, 183, 187, 188, 192.  
 Coutinho (Bento do Amaral), 243, 248, 263 a 265, 267, 268, 271, 275, 285, 374.  
 Coutinho (Clemente Pereira de Azeredo), 350.  
 Coutinho (Domingos de Azeredo), 154.  
 Coutinho (Domingos Cardoso), 162.  
 Coutinho (Fernão de Sousa), 192.  
 Coutinho (Fradique de Melo), 51, 70.  
 Coutinho (João Alvares), 162, 164.  
 Coutinho (José Cardoso), 352.  
 Coutinho (Manuel de Melo), 51.  
 Coutinho (Marcos de Azeredo), 154, 156.  
 Crêspo (Francisco), 52, 69.  
 Cruz (Alexandre Jorge da), 197.  
 Cubas (Antônio), 177, 197.  
 Cubas (Brás), 15, 17, 27.  
 Cunha (Antônio Garcia da), 343.  
 Cunha (Antônio do Prado da), 235.  
 Cunha (Euclides da), 13, 14.  
 Cunha (Matias da), 124, 170, 171.
- De Noyelle (Pe. Geral), 126.  
 Derby (Orville A.), 31, 135, 157, 159, 215, 231, 352, 354.  
 Dias (Antônio), 217.  
 Dias (Bartolomeu), 96.  
 Dias (Fernão), 39.  
 Dias (Francisco), 102, 201.  
 Dias (Henrique), 95.  
 Dias (Ventura), 68.  
 Diniz (Cristóvão), 53, 208.  
 Diniz (Jorge Rodrigues), 33.  
 Dombide (Tomás), 116.  
 Domenech (José), 48, 59.  
 Domingues (Antônio), 102.  
 Domingues (João Pais), 343.  
 Duguay Trouin (Renato), 241, 248.  
 Duran (Nicolau), 36, 58.  
 Durão (Fr. José de Santa Rita), 248.
- Ellis (Alfredo), 31, 47, 65, 68, 101, 110, 137.  
 Ennes (Ernesto), 195  
 Eobanos (Heliodoro), 27.  
 Ericeira (Conde de), 38.  
 Ernot (Luís), 51, 57.  
 Eschwege (Barão de), 341, 342.  
 Espinha (Luís Alvares), 17.  
 Espiñosa (Francisco Bruza de), 17.  
 Espiñosa (Mateus de), 52, 59.
- Fabregat (Enrique Rodriguez), 81.  
 Falcão (Fernando Dias), 208, 235, 250.  
 Faria (Bartolomeu Fernandes de), 125, 221, 317.  
 Faria (Diego Ibañez de), 115.  
 Faria (Francisco de Sousa de), 199, 200, 205.  
 Faro (D. Sancho de), 309.  
 Farto (João Freire), 197.  
 Fazenda (José Vieira), 350.  
 Feio (Bartolomeu Bueno), 254, 259, 351.  
 Feio (Inácio Bueno), 351.  
 Félix (Jaques), 207.  
 Fenton (Edwards), 28.  
 Fernandes (André), 46, 57, 60, 67, 68, 91, 145, 147, 208.  
 Fernandes (Antônio), 201.  
 Fernandes (Baltasar), 148, 208.  
 Fernandes (Domingos), 208.  
 Fernandes Furtado de Mendonça (Bento), 166, 215, 216, 218, 233, 238, 249, 252.  
 Fernandes Furtado de Mendonça (Salvador), 215 a 217, 235.  
 Fernando I, 117.  
 Fernando III, 73.  
 Ferreira (Gaspar Soares), 223, 293.  
 Ferreira (João de Sousa), 98.  
 Ferreira (José Soares), 223, 293.  
 Ferreira (Tomás), 227, 229.  
 Ferruino (João Batista), 63.  
 Fialho (João de Faria), 215, 217, 252.  
 Figueira (Antônio Gonçalves), 174, 207, 231.  
 Figueira (Bruno da Costa), 199.  
 Figueira (Miguel Gonçalves), 235.  
 Filipe II, 25, 28, 112, 117, 123, 187.  
 Filipe III, 33, 34, 36, 38, 123, 153, 157.  
 Filipe IV, 43, 44, 52, 58, 61, 63, 68, 70, 71, 73, 79, 87, 90, 93, 99, 167.  
 Florião (João Pais), 95, 176.  
 Fonseca (Francisco Bueno Luís da), 223.  
 Fonseca (D. Luísa da), 96.  
 Fonseca (Pe. Manuel da), 253, 263, 271, 272, 278 a 280.  
 Fonseca (Manuel Bueno da), 278.  
 Fonseca (Paulo da), 109.  
 Fradique (Mendes), 329.  
 Fragoso (Manuel da Costa), 305.  
 Francisco (Índio), 52.  
 Francisques (Domingos), 202.  
 Franco (Francisco de A. Carvalho), 296, 336, 351.  
 Franco (Pedro Gomes), 352.  
 Frederico II, 20.  
 Freire (Alexandre de Sousa), 130.  
 Frias (Manuel de), 36.  
 Frins (Tomás), 202.  
 Fróis (Jerônima Cardim), 133, 135.  
 Froger, 212.  
 Fuenleal (Alcaide), 88.  
 Furtado (Alcibiades), 352, 356.  
 Furtado (André), 173.  
 Furtado (Diogo de Mendonça), 39, 40.  
 Furtado (Luís), 32.
- Gago (Antônio de Oliveira), 349.  
 Gago (Bartolomeu), 343.  
 Gago (Henrique da Cunha), 32.  
 Gaia (Manuel Afonso), 72, 235.  
 Gama (Vasco da), 96.  
 Ganazona (Soba), 192.  
 Garay (Juan de), 33.  
 Garcia (Aleixo), 17.  
 Garcia (Miguel), 216.  
 Garcia (Rodolfo), 293, 335.  
 Garro (D. José de), 116, 120, 121, 201.  
 Gatina (Miguel Ângelo de), 212.

- Gato (Manuel de Borba), 159, 166, 218, 223, 227, 238, 241, 248, 249, 254, 260 a 262, 271, 272, 275, 284, 314, 343.
- Gauto (Amaro Fernandes), 151.
- Gesio (João Batista), 25.
- Glimmer (Jost ten.), 31.
- Godói (Antônio de Morais), 285.
- Godói (Baltasar Velho de), 223, 227.
- Góis (Gabriel de), 197, 272.
- Gomes (Manuel Roiz), 111.
- Gomes (Miguel), 93.
- Gomes (Pedro), 130.
- Gonçalves (Ascenso), 351.
- Gonçalves (Francisco), 135.
- Gonzalez (Capitão), 115.
- Gonzalez (Diogo), 42.
- Gorbalan (Filipe Rexe), 112, 115, 201.
- Gouveia (André Pinto), 171, 174.
- Grou (Mateus Luis), 47.
- Guerra (Francisco Ruiz da), 33.
- Guerra (Sebastião de Brito), 202.
- Guilhem (Filipe), 17.
- Guinzel (João), 185.
- Gusmão (Alexandre de), 126, 128.
- Gusmão (Félix de), 240.
- Gusmão (Teutônio da Silva), 322 a 324.
- Guzman (Mons. Riquelme de), 53.
- Guzman (Ruy Diaz de), 27, 42.
- Handelmann (H.), 20.
- D. Henrique (Infante), 189.
- D. Henrique (Cardeal-Rei), 117.
- Henriques (Miguel), 17.
- Herckmann (Elias), 133.
- Heredia (João Martins), 104.
- Hernandez (Mateus), 93.
- Herrera (Antônio de), 90.
- Hinestrosa (Gregório de), 78, 88.
- Homem d'El-Rey (Domingos), 332.
- Hornos (João Batista), 67.
- Jaboatão (Fr. Francisco de Sta. Maria), 73, 130, 131.
- Jarque (Francisco), 48.
- Jenipapoçu (Cacique), 184.
- Jeramini (Matias), 68.
- D. João III, 14, 16.
- D. João IV, 81, 82 a 84, 90, 96, 123, 124, 211, 212.
- D. João V, 203 a 205, 228, 268, 274, 283 a 285, 289, 290, 291, 296, 297, 309.
- Joffily (Irineu), 168.
- D. José I, 356.
- Iermak (Hetman), 13.
- Irala (Domingos de), 27.
- Ivã III, 13.
- Knivet (Antônio), 60.
- Lamego (Alberto), 35, 354 a 356.
- Lara (Antônio de Almeida), 331.
- Lara (Gabriel de), 199.
- Lara (Pe. Pedro de), 349.
- Las Casas (Bartolomeu de), 127.
- Las Casas (D. Frei Faustino de), 115.
- Leão (André de), 31.
- Leão (Ermelindo de), 28.
- Ledesma (Pe. Martim de), 69.
- Ledo (Constantino de Oliveira), 178.
- Ledo (Teodósio de Oliveira), 168.
- Leitão (Antônio de Oliveira), 223, 317, 319, 323.
- Leitão (Jerônimo), 28.
- Leitão (Jerônimo Pantoja), 130.
- Leite (Duarte), 25.
- Leite (Pedro Dias), 109, 343.
- Leite (Serafim), 84.
- Lelou (Pedro), 185.
- Leme (Antônio), 285.
- Leme (Antônio Bicudo), 223.
- Leme (Brás), 48.
- Leme (Brás Estêves), 293, 335, 337.
- Leme (Domingos), 207.
- Leme (Domingos Rodrigues da Fonseca), 240, 285, 328, 343.
- Leme (Francisco Chaves), 168, 332.
- Leme (João), 317.
- Leme (Lourenço), 317.
- Leme (Luís Dias), 55, 207.
- Leme (Mateus), 236.
- Leme (Mateus Martins), 199.
- Leme (Pedro Dias Pais), 351.
- Leme (Salvador Estêves), 352.
- Lemos (Francisco Correia de), 348.
- Lemos (Manuel de), 111.
- Lencastre (Fernando Martins Mascarenhas de), 248, 253, 254, 261, 264, 267, 273, 311, 314.
- Lencastre (D. João), 176, 182 a 185, 231, 352, 354.
- Leon (Andrés de Garavito y), 92, 93.
- Leon (Andrés de Zuñega y), 148.
- Leon (Gabriel Ponce de), 148, 223.
- Leon (Sebastião de), 91.
- Leyvá (Juan Mendez de), 112.
- Lima (D. Fr. Francisco de), 185.
- Lima (João Lopes de), 217, 223, 227.
- Lima (Manuel de), 217.
- Linharea (Manuel Pais de), 156.
- Lizarázu (D. Juan de), 68, 69.
- Lôbo (Bernardo da Fonseca), 293.
- Lôbo (D. Manuel), 116, 118, 120, 121, 148.
- Lôbo (Pêro), 17.
- Loureiro (Antônio de Marins), 83.
- Lopes (André), 109.
- Lopes (Duarte), 216.
- Lopes (Jacinto Barbosa), 328.
- Lozano (Pedro), 42, 57, 75.
- Lugo y Navarra (D. Pedro de), 75, 76, 88.
- D. Luisa (Rainha), 167.
- Luna (Ana de Alarcão e), 349.
- Luna (D. Pedro Mateus Rendon e), 349.
- Lustosa (Francisco Martins), 199.
- Macedo (João Lôbo de), 306, 321, 322.
- Macedo (Jorge Soares de), 118, 120, 121, 123, 162.
- Maciel (Gabriel Antunes), 149 a 151, 223, 236.
- Madre de Deus (Frei Gaspar da), 81.
- Mafra (João Luis), 81.
- Mafrense (Domingos Afonso), 133, 134.
- Magalhães (Basílio de), 134, 135, 159, 168, 232, 245, 248, 251.
- Magalhães (Belchior dos Reis), 337.
- Magalhães (Fernão de), 161.
- Magalhães (João de), 204.
- Magalhães (José V. Canto de), 327.
- Malagon (Marquês de), 115.
- Maldonado (Miguel Aires), 350.
- Mansera (Marquês de), 87, 94.
- Mansilla van Surck (Justo), 47, 49, 51, 52, 58, 60, 63, 91, 102, 142.
- Mântua (Duquesa de), 72.
- Maranhão (Matias de Albuquerque), 168.
- Marecos (Salvador), 150.

Marin (Francisco), 94.  
 Marinho (Sebastião), 28.  
 Mariz (Pedro Leolino), 312, 335, 337.  
 Martins (Luís), 17, 27.  
 Martins (J. P. de Oliveira), 190, 195, 247.  
 Mascarenhas (Manuel de), 322, 323.  
 Maserati (Abade), 116, 120, 121.  
 Mateus (Morgado de), 151, 199, 344.  
 Matol (José), 273.  
 Matos (Antônio), 51.  
 Matoso (Caetano da Costa), 215, 233, 245, 259, 268, 278, 302, 313, 342.  
 Mazzeta (Simão), 42, 47, 49, 51, 57, 60, 61.  
 Medeiros (Antônio Rodrigues), 235.  
 Medeiros (Manuel Lopes de), 223.  
 Medina (Juan d'Ocampo y), 55.  
 Melgarejo (Rui Diaz), 62, 113.  
 Melo (Bernardo Vieira de), 183 a 185, 195.  
 Melo (José Soares de), 245, 249, 260.  
 Melo (Martinho Afonso), 306.  
 Mendez (Irmão), 78.  
 Mendonça (André Furtado de), 195.  
 Mendonça (Antônio Bicudo de), 48.  
 Mendonça (Cristóvão de), 48, 96, 177, 178, 195.  
 Mendonça (Matias de), 154.  
 Mendonça (Matias Martins de), 109.  
 Mendonça (Salvador Bicudo de), 109.  
 Mendonça (Vicente de Siqueira), 350.  
 Mendoza (Pedro de), 33.  
 Meneses (D. Diogo de), 37.  
 Meneses (Fr. Francisco de), 253, 254, 259, 263, 269, 271, 274, 285.  
 Menezes (Francisco Barreto de), 107, 129.  
 Menezes (Luís César de), 347, 352.  
 Menezes (Pedro César de), 155.  
 Menezes (Rodrigo César de), 203, 205.  
 Mexia (Bartolomeu de Sousa), 310, 324.  
 Minas (Marquês das), 126, 153.  
 Miranda (Francisco Ribeiro de), 352.  
 Mola (Padre), 48, 67.  
 Monforte (D. Francisco de), 149, 150.  
 Mongelos (Juan), 113.  
 Monsanto (Conde de), 201.  
 Montalvão (Marquês de), 81.  
 Montalvo (Hernando de), 28.  
 Montebelo (Marquês de), 193.  
 Montesquieu (C. de Secondat, barão de), 344.  
 Montoya (Antônio Ruiz de), 42, 52, 53, 58, 60, 71, 79, 88, 90, 167.  
 Monteiro (Luís Vahia), 241.  
 Monteiro (Domingos da Silva), 259.  
 Monteiro (Pascoal), 38.  
 Montezinho (Antônio Roiz), 349.  
 Montes Claros (Marquês de), 34.  
 Montiel (Alonso), 112.  
 Morais (Boaventura Furtado de), 236.  
 Morais (Diogo Lara de), 223.  
 Morais (Francisco de), 124.  
 Morais (Francisco de Castro), 284.  
 Morais (Francisco Ribeiro de), 352.  
 Morais (Gregório de Castro), 268, 281.  
 Morais (João Pedroso de), 104.  
 Morais (Joaquim de Lara), 349.  
 Morais (José de Góis), 223, 227, 235, 250, 343.  
 Morais (Manuel de), 72, 194.  
 Morais (Pedro de Lara), 102.  
 Moreia (Belchior Dias), 18, 153.  
 Moreira (Baltasar de Godói), 343.  
 Moreira (Inácio), 111.  
 Moreno (Diogo de Campos), 133.  
 Moura (Américo de), 139, 162.  
 Mourato (Manuel), 48.  
 Mota (Manuel Rodrigues), 199.  
 Mujica (Antônio de Vera), 148.  
 Muribeca (Belchior da Fonseca Saraiva, o), 153.  
 Muza (Emir), 98.

Nassau-Siegen (João Maurício de), 96.  
 Navarro (Manuel Álvares de Morais), 168, 176, 178, 179, 181, 185, 187.  
 Negreiros (André Vidal de), 133.  
 Negron (Diogo), 34.  
 Neto (José Gomes da Silva), 356.  
 Neves (Abdias), 134.  
 Nheçum, 64.  
 Nhongugê, 176.  
 Nianguiru, 64, 75, 88.  
 Nieuboff, (J.), 191.  
 Nóbrega (Manuel da), 14, 16, 27.  
 Nogueira (Batista Caetano de Almeida), 249.  
 Noronha (D. Pedro de), 354.  
 Nunes (Manuel), 72.

Óbidos (Conde de), 155.  
 Oeiras (Conde de), 344.  
 Olivares (Conde Duque de), 36, 69.  
 Oliveira (Antão de Mesquita e), 38.  
 Oliveira (Antônio Dias de), 235.  
 Oliveira (Diogo Luís de), 51, 63, 129.  
 Oliveira (José de Alcântara Machado de), 137.  
 Oliveira (José Álvares de), 249, 252, 271, 272, 279, 280.  
 Oliveira (J. J. Machado de), 98.  
 Oliveira (Rafael de), 32, 207.  
 Oliveira (Tomé de Almeida), 126.  
 Oquendo (D. Antônio de), 73.  
 Ortiz (Miguel), 70.  
 Ortiz (João Leite da Silva), 236, 249.  
 Osório (Diogo de Escobar), 88, 91, 92.

Pacheco (Félix), 245.  
 Paço (João Luís do), 351.  
 Pais (Antônio Soares), 106.  
 Pais (Brás Mendes), 147, 343.  
 Pais (Fernando), 32.  
 Pais (Fernão Dias), 68, 71, 76, 81, 83, 102, 104, 106 a 110, 131, 141, 155, 159, 160, 162, 166, 177, 212, 216, 223, 235, 239, 241, 343, 346, 350.  
 Pais (Garcia Rodrigues), 106, 107, 159, 161, 164, 215, 222, 223, 227, 236, 239, 241, 248, 250, 254, 283, 293, 295, 331, 344, 350.  
 Pais (José da Silva), 204, 205.  
 Pais (Pascoal Leite), 76.  
 Parapopi (Índio), 67.  
 Pardiniho (Rafael Pires), 307, 333.  
 Parente (Bento Maciel), 133, 187.  
 Parente (Estêvão Ribeiro Baião), 109, 167, 170.  
 Parente (João Amaro Maciel), 131, 167, 174, 183, 185.  
 Parente (Vidal), 187.  
 Pastor (Silvério), 93.  
 Pater (Adriano Jansen), 73.  
 Paulo III, 71, 72.  
 Pay Pirá, 145, 147.  
 Pedro II (Dom), 115, 118, 124 a 128, 151, 155 a 157, 162, 166, 176, 181, 183, 187, 188, 192, 196, 197, 202, 212 a 215, 219, 221, 222, 233, 236, 239, 247, 288, 339, 344, 347, 352, 354.  
 Pedroso (Ângelo), 199.  
 Pedroso (Antônio), 155.  
 Peixoto (Domingos de Brito), 202, 207.  
 Peixoto (Francisco de Brito), 202 a 204, 207.  
 Peixoto (Francisco da Silveira), 199.  
 Peixoto (Susana), 350.  
 Penteado (Francisco), 343.

- enteado (Manuel), 343.  
enteado (Manuel Correia), 223, 227, 235, 250.  
enteado (José Rebelo), 215, 216.  
ereira (Antônio), 98, 217.  
ereira (Bartolomeu de Pina), 352.  
ereira (Domingos de Góis), 351.  
ereira (Filipe de Barros), 343.  
ereira (Francisco Nunes), 199.  
ereira (João Solorzano), 69.  
ereira (Mendo de Foyos), 212, 214.  
ereira (Pedro de Sousa), 85, 154.  
imentel (Antônio da Rocha), 343.  
imentel (Antônio da Silva), 257.  
imentel (Antônio da Silva Caldeira), 265.  
imentel (José de Camargo), 217, 223, 236, 333.  
into (Antônio Nunes), 84, 154.  
into (Francisco Lopes), 346.  
into (Frei Heitor), 141.  
into (José Vaz), 236, 257, 343.  
ires (Alberto), 103.  
ires (Francisco), 39.  
ires (João), 51, 83, 102.  
ires (Manuel), 51.  
issarro (Francisco Xavier), 199.  
ita (Sebastião da Rocha), 130, 131, 195, 245, 248, 257, 278, 334.  
ontes, (Manuel José Pires da Silva), 215, 295.  
ontes (Salvador), 111.  
ortes d'El-Rei (Clemente), 351.  
ortes d'El-Rei (Tomé), 223, 236, 251.  
orto (Aurélio), 65, 67, 68.  
ortugal (D. Antônio de), 58.  
ortugal (Infante D. Francisco), 313.  
ortugal (Pedro de Mustré), 106.  
rado (Alvaro Rodrigues do), 85, 154.  
rado (Antônio), 356.  
rado (Antônio Gonçalves do), 332.  
rado (Bartolomeu do), 197.  
rado (Bartolomeu Bueno do), 223.  
rado (Francisco Leme do), 336.  
rado (Domingos Dias do), 335, 336.  
rado (Domingos Luis do), 197.  
rado (Domingos Rodrigues do), 223, 235, 250, 293, 295, 296, 317, 321, 323 a 325, 343.  
rado (Eusebio Rodrigues do), 317, 324.  
rado (Sebastião Leme do), 332, 335, 336.  
rêto (Antônio), 101.  
rêto (Inocência), 111.  
rêto (Manuel), 32, 47, 49, 68, 90, 101, 145, 201.  
rêto (Sebastião), 32, 34, 40.  
roença (Bernardo Soares de), 241.  
ruadros (Diogo de), 32, 346.  
ruvedo (D. Francisco Rendon de), 58, 95, 285, 350.  
ruixeramobim (Marquês de), 351.  
ramalho (João), 15, 16, 17, 28, 41, 224.  
raposo (Antônio), 32, 155.  
raposo (Antônio Soares), 331.  
raposo (Pedro de Morais), 223, 236, 275, 343.  
raposo (Sebastião Pinheiro), 317, 331.  
rêgo (Sebastião Fernandes do), 205, 315.  
rendon (D. Francisco), 51.  
rendon (D. João Mateus), 349.  
rendon (D. José), 350.  
Ribeiro (Francisco), 34.  
Ribeiro (Francisco Pires), 104, 159.  
Richet, 84.  
Rio Branco (Barão do), 245.  
Rivadeneyra (Fr. Juan de), 33.  
Robles (D. André de), 115 a 118.  
Rocha (J. J. da) 231, 233, 251, 253, 300.  
Rodrigues (Afonso), 69.  
Rodrigues (Bento), 217.  
Rodrigues (Estêvão), 323.  
Rodrigues (Pantaleão), 332.  
Rodrigues (Raimundo Nina), 191, 195.  
Romero (Filipe), 46, 58.  
Romero (Padra), 77, 93.  
Rosa (? Mosqueiro da), 310.  
Roxo (Antônio Ribeiro), 104.  
Ruyer (Cláudio), 77, 78.  
Sá (João Corraia de), 155.  
Sá (Isidro Tinoco de), 128, 221, 228.  
Sá (Martim da), 43, 60, 69.  
Sá (Simão Pereira de), 68.  
Sá (D. Vitória de), 43, 46.  
Sá e Benevides (Salvador Corraia de), 60, 82, 95, 154, 155, 157, 201.  
Sá a Menasas (Artur), 128, 151, 218, 222, 224, 233, 235, 239, 240, 247, 294.  
Saavedra (Hernandarias de), 33, 34, 36.  
Sabugosa (Conda da), 354, 355.  
Saint-Hilaira (Augusto de), 16, 151.  
Salazar (Diogo de), 93.  
Salcedo (D. Miguel de), 206.  
Saldanha e Albuquerque (Aires da), 318.  
Salvador (Frei Vicente de), 28, 133.  
Salvaterra (Conda de), 88, 90.  
Sanmartin (Olinto), 65.  
Sampaio (Antônio Cardoso), 156.  
Sampaio (Francisco Barreto), 212.  
Sampaio (Jorge), 264.  
Sampaio (Manuel Barreto), 98.  
Sampaio (Taodoro), 249.  
Sampaio (Sebastião Cardoso de), 213.  
Sande (Antônio Pais da), 156, 213.  
Santa Cruz (Roque Gonzalez de), 41, 64.  
Sant Esteban (Conde de), 94.  
Santiago (Manuel Piras), 351.  
Santos (Filipa dos), 225, 312, 325, 327.  
São João Marcos (Marquês de), 351.  
Sardinha (Afonso), 28, 153, 346.  
Saxe-Weimar (Bernardo de), 73.  
Schkoppe (Segismund van), 100.  
Sebastião (Rei Dom), 20, 72, 112, 123.  
Sertão (Domingos Afonso), 168.  
Severim (Frei Cristóvão), 133.  
Silva (Antônio Castanho da), 32, 104, 147, 161.  
Silva (Antônio Teles da), 100.  
Silva (Bartolomeu Bueno da, o Anhangüé), 109, 111, 142, 223, 250, 293 a 295, 300.  
Silva (Bento do Amaral), 223.  
Silva (Domingos Dias da), 223, 285.  
Silva (Domingos Jorge da), 199, 295.  
Silva (Francisco Machado da), 293.  
Silva (Inácio Alvares da), 356.  
Silva (Inácio Coelho da), 187.  
Silva (João de Carvalho da), 343.  
Silva (João Leite da), 162, 164.  
Silva (Manuel Dias da), 111, 293, 322.  
Silva (Manuel de Sousa e), 129.  
Silva (Pedro Leme da), 147.  
Silva (Venceslau Pereira da), 255.

- Silveira (D. Brás Baltasar da), 285, 287, 288, 290, 291, 293 a 295, 297, 298, 300, 304, 333, 334.
- Silveira (Carlos Pedroso da), 215, 216, 288, 296.
- Silveira e Albuquerque (D. Álvaro), 288, 289.
- Simões (Pedro), 196.
- Simonsen (Roberto), 341, 344.
- Siqueira (Bartolomeu Bueno de), 215, 216, 351.
- Siqueira (Bento de), 184.
- Siqueira (Francisco Dias de), 187, 188.
- Siqueira (Francisco Nunes de), 142.
- Siqueira (Leonor de), 204.
- Siqueira (Lourenço de), 109.
- Siqueira (Mateus Nunes de), 109, 127, 155, 208.
- Soares (Manuel de Abreu), 170, 171.
- Smith (Adão), 344.
- Soares (Manuel Rodrigues), 257, 294, 303, 305 a 310, 312.
- Sombart (Werner), 344.
- Sombra (Severino), 154.
- Southey (Roberto), 135, 195, 245, 241.
- Souto Maior (Inácio de Andrada), 349.
- Souto Maior (João da Cunha), 192 a 194.
- Spilberg (Joris van), 32.
- Spinola (Francisco), 54.
- Studart (Guilherme, barão de), 168, 184, 195, 331.
- Sueiro (Manuel), 28.
- Taguaçu (D. Cristóvão), 90.
- Taide (Gaspar Dias de), 17.
- Tanho (Francisco Dias), 65, 71, 72, 78, 93.
- Taques (Antônio Pompeu), 223, 230.
- Taques (Lourenço Castanho), 110, 142, 155, 349.
- Taques de Almeida Pais Leme (Pedro), 28, 32, 63, 80, 81, 84, 90, 95, 96, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 109, 110, 120, 127, 131, 135, 141, 147, 149, 155, 157, 161, 164, 202, 215, 216, 223, 224, 231, 240, 245, 278, 317, 318, 319, 328, 334, 336, 346, 349, 352, 354.
- Tavares (Antônio Raposo), 47, 48, 51, 53, 55, 58, 63, 65, 67, 71, 81, 90, 91, 93, 95, 96, 98, 100, 102, 109, 112, 145, 147.
- Tavares (Diogo da Costa), 95.
- Tavares (Fernão Vieira), 47.
- Taveira (Manuel de Frias), 149.
- Távora (Francisco de), 203.
- Techo (Nicolau del), 115.
- Teixeira (Pedro), 345.
- Teschauer (Carlos), 75.
- Thierry (Agostinho), 167.
- Tibiricá (Cacique), 16.
- Tinoco (Diogo Garção), 162.
- Tombu, 108.
- Torales (Bartolomé de), 34.
- Torre (Conde da), 95.
- Tórres (Diogo de), 34, 42.
- Tórres (Domingos de), 75, 77.
- Tórres (José Robledo de), 151.
- Tourinho (Sebastião Fernandes), 18.
- Tromp (Martinho H.), 73.
- Trujillo (Francisco Vaques), 62.
- Uchrt (Jerônimo), 84.
- Urbano VIII, 71, 72, 83.
- Urueña (Tomás de), 58.
- Valderrama (Martim de Ledesma), 62, 90.
- Vale (Álvaro Luís do), 40.
- Vale (José Coelho do), 187.
- Valverde (Juan Blasques de), 94.
- Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro (Francisco A. de), 195, 245, 335.
- Vasconcelos (Antônio Pedro de), 206.
- Vasconcelos (Diogo L. de Almeida), 245, 248, 249, 269, 271, 272, 290, 293, 301, 318.
- Vasconcelos (Diogo Ribeiro de), 253, 263.
- Vasconcelos (Miguel de), 72.
- Vasconcelos (Miguel de Godói), 197.
- Vasconcelos (Pedro de), 352.
- Vasconcelos (Salomão de), 231 a 233, 301.
- Vasconcelos (Simão de), 84.
- Veiga (Amador Bueno da), 222, 223, 227, 239, 240, 277, 279, 280, 297.
- Veiga (Baltasar da Costa da), 111.
- Veiga (Jerônimo da), 102, 104.
- Velho (Domingos Jorge), 72, 133, 134, 167, 168, 170 a 172, 175, 178, 182, 183, 185, 187, 193 a 198, 280.
- Velho (Domingos Rodrigues), 28.
- Velho (Francisco Dias), 118, 155, 201, 202.
- Velho (Francisco Jorge), 135.
- Velho (Garcia Rodrigues), 32, 68, 222, 236.
- Velho (Manuel Garcia), 217.
- Velho (Salvador Jorge), 145.
- Velho (Simão Jorge), 197.
- Vieira (Antônio), 23, 98, 123, 127, 133, 190.
- Vieira (João Fernandes), 168.
- Viana (Manuel Nunes) 231, 241, 243, 248, 249, 254, 257 a 265, 267, 268, 271, 274, 275, 294, 298, 303 a 315.
- Viana (Urbino de Sousa), 233, 315.
- Vimieiro (Conde de), 305, 309.
- Vitelleschi (Múcio), 71.
- Waetjen (H.), 191.
- Washington Luis P. de Sousa, 47, 96, 100, 137.
- Welsner (Irmãos), 20.
- Werneck (Francisco Kloss), 35.
- Wickel (Goswin), 84.
- Württemberg (Carlos Eugênio de), 20.
- Xavier (Francisco Pedroso), 104, 111 113, 116, 121, 122, 147, 148, 323.
- Xavier (Sulpício Pedroso), 223, 293, 322, 324, 325.
- Ynsaurralde (Gabriel de), 67, 69.
- Zabala (Bruno Mauricio de), 204.
- Zárate (Padre), 112.
- Zumbi, 195.
- Zuñega (André de), 122, 148.
- Zurbano, 78.



Um complemento de inestimável valor, para a  
**HISTÓRIA DAS BANDEIRAS PAULISTAS**

## ***ENSAIO DE CARTA GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS***

Também de autoria do historiador Affonso de E. Taunay, este é um dos poucos e talvez o único documento que traça o roteiro das bandeiras que partiram de São Paulo, em demanda dos ínvios sertões do Brasil.

Baseado em dados positivos na medida do possível, para o que não faltaram, da parte do autor, os melhores esforços na consulta aos arquivos nacionais e até estrangeiros, o **ENSAIO DE CARTA GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS** é um trabalho de indiscutível valor para todos aqueles que se dedicam às pesquisas históricas.



**EDIÇÕES MELHORAMENTOS**





N.º 2354